

VERSÃO PRELIMINAR
EM REVISÃO

2022



Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense

Caderno 6 - Trilhas de Aprofundamento
Formação Docente - Curso Normal em Nível Médio - Magistério

MINISTÉRIO DA



FNDE FUNDO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO



GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO



CEE
Conselho Estadual de Educação
do Estado de Santa Catarina

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação



União Nacional dos
Conselhos Municipais de Educação

FECAM
FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO
GERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL

Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense

Caderno 6 – Trilhas de Aprofundamento
Formação Docente - Curso Normal em Nível Médio - Magistério

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
2022

S231c Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação.
Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: caderno 6 –
Trilhas de Aprofundamento Formação Docente - Curso Normal em Nível
Médio - Magistério / Secretaria de Estado de Educação. – Florianópolis:
Secretaria de Estado da Educação, 2022.
xxx p. 234: il.

ISBN 978-65-999264-4-0

1. Ensino Médio. 2. Currículos. I. Título.

CDD 373.19

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias:

Caroline Santos de Cisne - CRB14/1109

Gyance Carpes - CRB14/843

Vanessa Aline Schweitzer Souza - CRB14/1283

COORDENAÇÃO GERAL DA ESCRITA DO CURRÍCULO/SC

Beatriz Verges Fleck

Letícia Vieira

Luis Duarte Vieira

Consultor – Redator Geral

Beatriz Verges Fleck

Equipe da Gerência do Ensino Médio e Profissional SED/SC

André Fabiano Bertozzo

Anderson Graboski de Almeida

Arnaldo Haas Júnior

Beatriz Verges Fleck

César Rodrigo Kasteller

Edmilson dos Santos

Edna Mara Feller

Josiane Bez Fontana

Lauro Roberto Lostada

Letícia Vieira

Lilian Maia Rodrigues

Luis Duarte Vieira

Maike Cristine Kretschmar Ricci

Márian Conceição

Mariana Taube Romero

Marilete Gasparin

Marilse Cristina de Oliveira Freze

Marlene Enedina Ramos de Souza

Michely Salum Pontes

Renan Osvaldo Pacheco

Sérgio Luiz de Almeida

Sirley Damian de Medeiros

Tânia Maurícia Willamil Silva

Revisão de Conteúdo

André Fabiano Bertozzo

Luis Duarte Vieira

Maria de Lourdes Leal dos Santos

Renan Osvaldo Pacheco

Revisão Linguística

André Fabiano Bertozzo

Maria de Lourdes Leal dos Santos

Tânia Maurícia Willamil Silva

Diagramação e Finalização

Lauro Roberto Lostada

**Professores elaboradores e
colaboradores**

Adriana dos Santos Thomaz (19ª CRE)
Adriana Katia Hermes Mezacasa (18ª CRE)
Adriana Leal Brum Silva (SED)
Agda Pontes (11ª CRE)
Aline da Costa (17ª CRE)
Aline de Oliveira Venâncio (23ª CRE)
Aline Militão José (19ª CRE)
Ana Aparecida Tessari (SED)
Ana Cátia Gonçalves Dransfeld (26ª CRE)
André Fabiano Bertozzo (SED)
Anila Santana de Oliveira (23ª CRE)
Argos Gumbowski (26ª CRE)
Arnaldo Haas Júnior (SED)
Beatrícia da Silva Rossini Pereira (23ª CRE)
Beatriz Verges Fleck (SED)
Casiara da Silva Rech (11ª CRE)
Cesar Cancian Dalla Rosa (SED)
Cíntia Tuler da Silva (18ª CRE)
Claudia Aparecida Costa Araújo (27ª CRE)
Cleusa Aparecida Straobel da Silva (27ª CRE)
Cleusa Maria Felisberto Tavares (22ª CRE)
Cristiam Baldissera de Oliveira
Cristiane de Oliveira Fiorentini (04ª CRE)
Cristine Daniela Rachor Panzenhagen (18ª CRE)
Dalvana Medeiro Leite (11ª CRE)
Dania Hasse Duvoisin (23ª CRE)
Daniel Cirilo Augusto (SED)
Daniel Skrsypcsak (31ª CRE)
Daniele de Camargo Zawadzki (25ª CRE)
Delires Tormen Lisbôa (05ª CRE)
Dionei de Oliveira de Souza (26ª CRE)
Dulcelina da Luz Pinheiro Frasseto (23ª CRE)
Edna de Lourdes Madalena de Oliveira Woehl (27ª CRE)
Edséia Suethe Faust Hobold (36ª CRE)
Edson Pedro Schiehl (25ª CRE)
Eduardo Fortunato Machado (15ª CRE)
Elenise Ignaczuk (17ª CRE)
Eliane Ludwig (03ª CRE)
Elisabeth dos Santos (15ª CRE)
Eliston Terci Panzenhagen (IEE)
Eloise Machado de Souza Alano (20ª CRE)
Elozia de Brito (17ª CRE)
Eluana Maruá Fabiano Petter (07ª CRE)
Fabíola Cardoso Cecchetti (SED)
Fernanda Holz dos Santos (30ª CRE)
Fernanda Martins Wernke (36ª CRE)
Giovana Polnow Bassi (24ª CRE)
Graziela Elizabeth Geisler (SED)
Graziela Elizabeth Geisler (SED)
Helena Alpini Rosa (SED)

Humberto G. dos Santos Pereira (37ª CRE)
Ilaria Lucavei Meneghini (24ª CRE)
Isabel Cristina Miorando Luft (30ª CRE)
Ita Márcia de Lima (26ª CRE)
Jailson Gomes Bernardo (36ª CRE)
Janete Paiter de Souza (26ª CRE)
Jasiane Piovesan (07ª CRE)
Jasiane Piovesan (07ª CRE)
Jeferson Lopes (26ª CRE)
João Valdemir Patinho (05ª CRE)
Joel Rosa Júnior (17ª CRE)
Jorge José da Cunha (18ª CRE)
Joseni Terezinha Frainer Pasqualini (SED)
Josiane Aparecida Rocha Leite (17ª CRE)
Joyce Goulart Capela Coelho (15ª CRE)
Juliana de Borba (24ª CRE)
Katia Cristina Schuhmann Zilio (11ª CRE)
Kerstin Ellen Hantschel (25ª CRE)
Lauro Roberto Lostada (SED)
Ligia Caróle Sales Paes (27ª CRE)
Lisdelize Catherine Barreiros de Meira (19ª CRE)
Lucimar Lourenço de Almeida Chiamulera (07ª CRE)
Lucineia Dalmedico Brandão (07ª CRE)
Lucineide Aparecida Bona de Pin (25ª CRE)
Luís Anderson Antunes (27ª CRE)
Luis Duarte Vieira (SED)
Luiza Eunice Lampert Bonatto (18ª CRE)
Lylian Rosee Muller (17ª CRE)
Maira Cristine Binsfeld (15ª CRE)
Manuela Pereira de Souza (19ª CRE)
Marcelo Martin Heinrichs (33ª CRE)
Marcelo Socha (05ª CRE)
Marcia Farinella (06 CRE)
Marcia Marileia Moraes Ortiz (27ª CRE)
Marcia Regina Vinholi Poltronieri (17ª CRE)
Marcia Terezinha Salai de Lima (26ª CRE)
Marcos André Roecker (36ª CRE)
Marcos José Thomaz (07ª CRE)
Maria Aparecida de Jesus (IEE)
Maria Gorete da Rosa Izidoro (20ª CRE)
Márian Conceição (SED)
Marilete Gasparin (SED)
Mário César Brinhosa (IEE)
Mario Henrique Rodrigues (27ª CRE)
Mariquiel dos Santos (37ª CRE)
Marli Pereira Cardoso (28ª CRE)
Marly Salvan Gabriel (21ª CRE)
Mayara Serafim Schlickmann (36ª CRE)
Miriam Lima dos Santos Weber (25ª CRE)
Patrícia Bazzanella (23ª CRE)
Patricia Carla Bittencourt (SED)
Patrícia Conceição Matana (07ª CRE)

Paulo Braciak (10ª CRE)
Paulo Rogério de Rossi (06ª CRE)
Raquel de Abreu (IEE)
Raquel Fabiane Mafra Orsi (17ª CRE)
Regiane Sepanhaki de Moraes (26ª CRE)
Rejani Serafim Silvestre (22ª CRE)
Renan Osvaldo Pacheco (SED)
Ricardo Custódio Machado (22ª CRE)
Ricardo Luiz de Bittencourt (21ª CRE)
Rogério Ribeiro (18ª CRE)
Rosana Aparecida de Mira Souza (23ª CRE)
Rosane Hart (18ª CRE)
Rosilane Fatima Varnier (17ª CRE)
Rosilene Aparecida de Souza Correa (17ª CRE)

Rute Miriam Albuquerque (18ª CRE)
Sandra Lechineski (11ª CRE)
Sérgio Luiz de Almeida (SED)
Silvani de Souza (23ª CRE)
Simone Niedermaier (30ª CRE)
Sionara Inês Astolfi (06ª CRE)
Sirley Damian de Medeiros (SED)
Tânia Córdova (27ª CRE)
Tânia Mara Theodorovicz Trecino (27ª CRE)
Tânia Maria Fiorini Jeremias (SED)
Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)
Tatiana Freitas Réus (22ª CRE)
Valmir José Turcatto (11ª CRE)
Vânia de Fátima Simão Corrêa (27ª CRE)
Vinícius Ribeiro Alves (SED)

RELAÇÃO DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01: Caderno com o Plano de Trabalho/Planejamento – 1962	18
Figura 02: Palácio Cruz e Souza/Ontem e Hoje	21
Figura 03: Antiga Escola Normal Catarinense/Atual Museu da Escola Catarinense	22
Figura 04: Instituto Estadual de Educação/Ontem e Hoje	23
Figura 05: EEB Pedro II - Blumenau/Ontem e Hoje	24
Figura 06: Mapa Conceitual dos Eixos Estruturantes do Itinerário Formativo do Curso do Normal em Nível Médio – Magistério	35
Figura 07: Educação Integral	44
Figura 08: Conceitos Científicos Articuladores da Área de Linguagem	407
Figura 09: Competência 1 da BNCC – Conhecimento	515
Figura 10: Competência 2 da BNCC – Pensamento Científico, crítico e criativo	516
Figura 11: Competência 3 da BNCC – Repertório Cultural	516
Figura 12: Competência 4 da BNCC – Comunicação	517
Figura 13: Competência 5 da BNCC – Cultura Digital	517
Figura 14: Competência 6 da BNCC – Trabalho e Projeto de Vida	518
Figura 15: Competência 7 da BNCC – Argumentação	518
Figura 16: Competência 8 da BNCC – Autoconhecimento e autocuidado	519
Figura 17: Competência 9 da BNCC – Empatia e cooperação	519
Figura 18: Competência 10 da BNCC – Responsabilidade e Cidadania	520

QUADROS

Quadro 01: Matriz Curricular J Resumida do Curso Normal em Nível Médio – Magistério	29
Quadro 02: Matriz Curricular J para a 3ª série do Curso Normal em Nível Médio – Magistério	30
Quadro 03: Matriz Curricular J para a 4ª série do Curso Normal em Nível Médio – Magistério	31
Quadro 04: Competências Gerais Docente	35
Quadro 05: Habilidades da Dimensão do Conhecimento Profissional	36
Quadro 06: Habilidades da Dimensão da Prática Profissional	38
Quadro 07: Habilidades da Dimensão do Conhecimento Profissional	39
Quadro 08: O que é competência?	41
Quadro 09: Componente Curricular de Língua Portuguesa e Literatura	60
Quadro 10: Componente Curricular de Matemática - 3ª série	68
Quadro 11: Componente Curricular de Matemática - 4ª série	70
Quadro 12: Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação I	82
Quadro 13: Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia e Sociologia da Educação II	84
Quadro 14: Componente Curricular de História da Educação I	93
Quadro 15: Componente Curricular de História da Educação II	96
Quadro 16: Componente Curricular de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil I	107
Quadro 17: Componente Curricular de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil II	111

Quadro 18: Componente Curricular Didática da Educação Infantil I	120
Quadro 19: Componente Curricular Didática da Educação Infantil II	127
Quadro 20: Componente Curricular da Educação Inclusiva e Especial I	139
Quadro 21: Componente Curricular da Educação Inclusiva e Especial II	144
Quadro 22: Componente Curricular Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens I	158
Quadro 23: Componente Curricular Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens II	164
Quadro 24: Componente Curricular de Ciências da Natureza na Educação Infantil I	176
Quadro 25: Componente Curricular de Ciências da Natureza na Educação Infantil II	179
Quadro 26: Componente Curricular Estudos Integrados Espaço e Tempo e Transformações I e II	188
Quadro 27: Componente Curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I e II	204
Quadro 28: Componente Curricular Pensamento Lógico-Matemático I	213
Quadro 29: Componente Curricular Pensamento Lógico Matemático II	217
Quadro 30: Componente Curricular Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil	231
Quadro 31: Componente Curricular Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil	241
Quadro 32: Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação	264
Quadro 33: Componente Curricular Políticas e Legislação nos Anos Iniciais I e II	276
Quadro 34: Componente Curricular Didática nos Anos Iniciais I	289
Quadro 35: Componente Curricular Didática nos Anos Iniciais II	295
Quadro 36: Componente Curricular de LIBRAS I	307
Quadro 37: Componente Curricular de LIBRAS II	314
Quadro 38: Psicologia da Educação I	326
Quadro 39: Psicologia da Educação II	333
Quadro 40: Componente Curricular Alfabetização e Letramento I	347
Quadro 41: Componente Curricular Alfabetização e Letramento II	349
Quadro 42: Componente Curricular de Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I	359
Quadro 43: Componente Curricular de Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II	361
Quadro 44: Componente Curricular de Metodologia do Ensino de Geografia I	372
Quadro 45: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Geografia II	379
Quadro 46: Componente Curricular Metodologia do Ensino de História I	391
Quadro 47: Componente Curricular Metodologia do Ensino de História II	397
Quadro 48: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I e II .	408
Quadro 49: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Matemática I	420
Quadro 50: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Matemática II	423
Quadro 51: Componente Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais	439
Quadro 52: Componente Curricular Pesquisa de Campo e Intervenção nos Anos Iniciais .	449
Quadro 53: Componente Curricular Eletivo A Docência como Projeto de Vida	469
Quadro 54: Sugestão de Roteiro - A Docência como Projeto de Vida	474
Quadro 55: Componente Curricular Eletivo Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade	480
Quadro 56: Componente Curricular Eletivo Cultura Digital: Metodologias Ativas	487

Quadro 57: Componente Curricular Eletivo Cultura Digital: Tecnologias Educacionais	493
Quadro 58: Componente Curricular Eletivo Educação e Diversidade	500
Quadro 59: Sugestão de Percorso do Componente Curricular Eletivo Educação e Diversidade	508
Quadro 60: Componente Curricular Eletivo Gestão Escolar	520
Quadro 61: Componente Curricular Eletivo Linguagens Artísticas	531
Quadro 62: Componente Curricular Eletivo Literatura e Arte de Contar Histórias	545
Quadro 63: Matriz L – Curso Normal em Nível Médio – Magistério Indígena – Guaraní	558
Quadro 64: Matriz K – Curso Normal em Nível Médio – Magistério com Habilitação em Educação Especial - 5ª série	567

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
ESTRUTURA DO DOCUMENTO	15
CURSO DO MAGISTÉRIO: HISTÓRIA E DESAFIOS	19
CURSO DO MAGISTÉRIO: NOVOS DESAFIOS	27
Avaliação: diversidade e traçados pedagógicos	50
O desafio do passado no presente	54
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	58
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	59
MATEMÁTICA	67
TRILHAS DE APROFUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL I E II	78
UNIDADE CURRICULAR - PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	79
Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação I e II	80
História da Educação I e II	91
Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil I e II	104
UNIDADE CURRICULAR - PROCESSOS E METODOLOGIAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	119
Didática da Educação Infantil	120
Educação Inclusiva e Especial I e II	138
Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens I e II	155
UNIDADE CURRICULAR - CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	171
Ciências da Natureza na Educação Infantil I e II	173
Estudos Integrados: Espaço, Tempo e Transformações I e II	186
Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I e II	198
Pensamento Lógico- Matemático I e II	211
TRILHAS DE APROFUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ESTÁGIO I E II	226
UNIDADE CURRICULAR - PESQUISA DE CAMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ESTÁGIO I E II	227
Pesquisa de Campo na Educação Infantil	228
TRILHAS DE APROFUNDAMENTO DOS ANOS INICIAIS I E II	260
UNIDADE CURRICULAR - PROFISSÃO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS	261
Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação III e IV	262
Políticas Públicas e Legislação nos Anos Iniciais I e II	273
UNIDADE CURRICULAR - PROCESSOS E METODOLOGIAS DE ENSINO NOS ANOS INICIAIS	285
Didática nos Anos Iniciais I e II	286
LIBRAS I e II	306
Psicologia da Educação I e II	323
UNIDADE CURRICULAR - CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS	341
Alfabetização e Letramento I e II	342
Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I e II	356
Metodologia do Ensino de Geografia I e II	367
Metodologia do Ensino de História I e II	390
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I e II	406
Metodologia do Ensino de Matemática I e II	418
TRILHAS DE APROFUNDAMENTO DOS ANOS INICIAIS – ESTÁGIO I E II	436

UNIDADE CURRICULAR - PESQUISA DE CAMPO	
NOS ANOS INICIAIS – ESTÁGIO	437
Pesquisa de Campo na Educação Infantil	438
COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	466
A Docência como Projeto de Vida	468
Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade	478
Cultura Digital: Metodologias Ativas	484
Cultura Digital: Tecnologias Educacionais	492
Educação e Diversidade	498
Gestão Escolar	512
Linguagens Artísticas	527
Literatura Infantil e a Arte de Contar História	543
CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO - MAGISTÉRIO INDÍGENA	556
Educação Escolar Indígena	559
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	563
Curso Normal em Nível Médio Magistério com Habilitação em Educação Especial 5ª Série	565
ANEXOS	571

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

O presente documento integra o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBTCem), que foi organizado em quatro cadernos:

1. Caderno 1 - Disposições Gerais: textos introdutórios e gerais do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense;
2. Caderno 2 - Formação Geral Básica: textos da Formação Geral Básica, por Área do Conhecimento, do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense;
3. Caderno 3 - Parte Flexível do Currículo: Portfólio de Trilhas de Aprofundamento que fazem parte dos Itinerários Formativos no Território Catarinense;
4. Caderno 4 - Parte Flexível do Currículo: Portfólio de Componentes Curriculares Eletivos que fazem parte dos Itinerários Formativos no Território Catarinense;
5. Caderno 5 - Trilhas de Aprofundamento: Educação Profissional e Tecnológica;
6. Caderno 6 - Trilhas de Aprofundamento: Formação Docente Curso Normal em Nível Médio - Magistério.

Considerando a complexidade do Novo Ensino Médio e as grandes mudanças suscitadas pela Lei 13.415/2017, e pela BNCC a ela vinculada, frisamos, aqui, a importância de apreender este documento em sua totalidade, visando a preservar a compreensão e a coesão do currículo ora apresentado. Isto significa realizar o estudo aprofundado tanto do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense na íntegra, conforme cadernos acima apresentados, quanto do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, que apresentam, com maior ênfase, as questões teóricas e epistemológicas da educação básica e suas modalidades, documento do qual o Currículo do Ensino Médio do Território Catarinense deve ser entendido como continuidade. Bons estudos!

Cássia Ferri

O MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



A figura¹ acima, constitui um registro histórico de 1962 e documenta, além de representar, os passos de uma profissional atuante no Curso do Magistério em Santa Catarina e que bem demonstra o cuidado com o ato de bem planejar.

Pertence à Professora Marilde Rodrigues - Formanda do Curso do Magistério/1947, atualmente com 95 anos e residente em Florianópolis. Esta materialidade é revestida de uma singularidade e especificidade ímpar no desejo de busca profissional para a qualificação da Educação em SC.

¹ **Figura 01:** Caderno com o Plano de Trabalho/Planejamento - 1962. Fonte: Professora Marilde Rodrigues.

CURSO DO MAGISTÉRIO: HISTÓRIA E DESAFIOS

Professor Colaborador/Elaborador

Mario Cesar Brinhosa

Doutor em Ciência: História Social/ USP

O homem quando pensa em educação e, nele o processo de apropriação de conhecimento é fundamental, entender sobre o processo que se dá desde a transformação do homem primitivo em *homo sapiens*.

De início o homem, a partir da observação e interação com a natureza, foi intuindo formas de sobreviver e de ampliar a sobrevivência. É assim que se deu, pela observação atenta do fruto que caiu de uma árvore e que, depois, se transformou em uma nova árvore. Posteriormente, passou a perceber que plantando em outro lugar - aquela semente - germinava em uma nova árvore e, em outro espaço. Desta forma, progressivamente, vai-se elaborando o que hoje chamamos de agricultura. Assim, se deu, em todas as áreas do conhecimento que temos notícias hoje.

Todavia, num dado momento da história, estes mesmos homens vão produzir a necessidade de ensinar/apropriar destes conhecimentos por grupos maiores de pessoas, simultaneamente. Claro que, nesta breve introdução há saltos de milhões de anos e que não é pertinente aqui elucidá-los. Isto porque, cabe a este escrito deixar claro como o Curso do Magistério torna-se, historicamente, fundamental na apropriação de conhecimento - isto quer dizer da necessidade de um processo de ensino/aprendizagem - em campos de abrangência mundial, brasileiro e catarinense.

É com o advento da imprensa, no século XVI, que a possibilidade e a necessidade de ensinar e apropriar-se de conhecimento toma forma e consistência. Este momento coincide com a estruturação do sistema capitalista de produção na forma que conhecemos e vivemos hoje.

Muitos movimentos vão contribuir desde este tempo – como o renascimento das cidades; do comércio e das artes; a Reforma Protestante; a revolução científica do século XVII; o humanismo; o iluminismo e a Revolução Francesa do século XVIII – para o surgimento de um processo de educação que atendesse e/ou subordinasse as camadas mais pobres e trabalhadoras aos conceitos e valores daqueles que dominavam e, ou dominam a sociedade, na condição de hegemonia. Portanto, num dado momento da história, esta necessidade se materializa. Isto ocorreu durante o processo da Revolução Industrial no século XIX.

Dentro deste contexto, emerge a necessidade de cuidar das crianças, filhos das mulheres trabalhadoras, para liberá-las para a função laboral. Surge, então, o que hoje chamamos de Educação Infantil. Entretanto, nessa época as crianças eram colocadas num espaço e algumas mulheres ficavam cuidando das mesmas. Hoje, há um processo de garantia dos direitos de aprendizagem enquanto ações de cuidados e de brincadeiras mais específicas, além de apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades. Mas, de qualquer forma, saímos dos níveis dos cuidados para um processo educacional. No entanto, o objetivo continua o mesmo: liberar as mulheres para o mundo do trabalho e da sobrevivência.

Num segundo momento, surge a necessidade de fazer com que estas crianças se apropriem de algum conhecimento básico, necessário para a produção da época: as fábricas e, hoje, as tecnologias da informação. A partir deste momento o trabalhador necessita saber ler, escrever e dominar as operações básicas da matemática. Desta forma, historicamente, há um

requerimento de educação formal em curso. Emerge, então, a escola que entendemos hoje como anos iniciais. Neste campo, parece que a história se repete. Não é verdade!? A forma de produzir as necessidades humanas não se modificaram desde o século XVI até hoje: a forma capitalista é que está se reproduzindo a todo tempo e de formas diversas com a mesma substancialidade. Daí, a impressão de que a história se repete!

Frente a este quadro vai surgir em Manchester, Inglaterra, a primeira escola na forma que concebemos na atualidade. Uma escola junto a uma grande fábrica têxtil com o objetivo de transformar os filhos dos trabalhadores em futuros trabalhadores e, com o ganho de mais qualificados. Junto a este processo há que se capacitar humanos para esta tarefa. A escolha recai sobre o gênero feminino por ser “mão de obra” mais barata que do gênero masculino. De lá para cá conhecemos, em tese, o processo!

No Brasil, este processo não ocorre de forma diferente. Só que, praticamente, um século depois. É no período da Ditadura de Getúlio Vargas – 1930 – 1945 – que vai se intensificar este processo. Na época buscava-se industrializar o país e superar a fase agrícola. Mas, como fazer isto com uma população, quase na sua totalidade, analfabeta. Então, cria-se o projeto de interiorizar o processo de apropriação de conhecimento nas periferias das cidades e nas zonas rurais. Surgem, então, as escolas isoladas e/ou reunidas para a tarefa de alfabetizar nas linguagens escrita, matemática e estudos sociais. Para esta tarefa foram chamadas as mulheres de classe média, que cursaram as escolas normais que as preparavam para serem esposas. Assim, as mulheres cumpririam dois deveres cívicos: de socializar seus conhecimentos e transformar os futuros trabalhadores em cidadãos defensores dos conceitos e valores da classe média. Estes valores dão sustentabilidade à classe capitalista dominante desde o século XVI.

Em Santa Catarina, a escola normal tem origem no final do século XIX – 1879 a 1889, e tem por objetivo e clientela, atender os interesses da classe média. Desta forma, a instrução pública catarinense, na última década do período imperial, se caracteriza pela desorganização, deficiência didático-pedagógica e falta de corpo docente. Intenções e tentativas existiram. Todavia, não passaram de boas intenções! Não existia uma legislação específica e abrangente. E, a ignorância, reinante, nas famílias contribuía para pouca importância à educação. Há que ressaltar que os cargos educacionais eram exercidos como honraria e, não como função pública.

Em 1879, na província, existia o Ateneu Provincial na capital catarinense e 85 escolas primárias nas demais regiões do Estado. Neste ano, no Ateneu havia 28 estudantes e nas escolas primárias 2020 do gênero masculino e 1166 do gênero feminino. O Liceu de Artes e Ofício da Província de Santa Catarina, que atendia na perspectiva profissionalizante, tinha um corpo docente de abnegados que, após o trabalho diário, ia ao Liceu ministrar aulas sem remuneração. Este funcionava na parte térrea do Palácio do Governo. Atendia aos mais desfavorecidos da sociedade. Cabe ressaltar que numa sociedade escravagista a instrução pública não se faz necessária.

Salienta-se que com o advento da República e, com a primeira Constituição Republicana, que estabelecia – dentre outras funções de Estado – concedia aos Estados membros a organização da rede escolar e seu magistério. Podemos dizer que, este é o marco que tornou a instrução/educação algo a ser notado como importante. Cabe ressaltar que a instrução é concebida como adestramento e, desta forma, é mais propício para seres não pensantes. No contraditório, a educação é a forma substanciada para a apropriação de conhecimento por parte dos seres humanos. A legislação federal gera que os Estados produzam mecanismos legais para tal necessidade. Isto se revela no Decreto 155 (10-06-1892) que estabelecia a primeira reforma da Instrução Pública catarinense. Esta não resolve tudo! Contudo, trouxe a criação do Ginásio e da Escola Normal Catarinense que funcionavam nos porões do Palácio do Governo, atual, Cruz e Souza. Estes dois centros de educação vão

impulsionar o ensino secundário à época. Por outro lado, a instrução primária continuou por bom tempo sem estrutura administrativa e carente de quadro de professores habilitados.

Figura 02: Palácio Cruz e Souza/Ontem e Hoje.



Fonte: *Blog Ribeiro*.

Cabe ressaltar, historicamente, que em 1882, foram abertas as primeiras matrículas para o então Curso Normal, que não chegou a funcionar por total ausência de interessados. De qualquer forma, a criação da Escola Normal nos seus primeiros e pequenos passos já foi um avanço para quem não tinha nenhum meio de preparar o professorado primário. Em 1892 já havia 36 estudantes matriculados. Em 1893, estavam matriculados 58 estudantes. O Corpo administrativo da Escola Normal era composto por 08 professores renomados e tinha na sua grade curricular: Português, Francês, Matemática elementar, Geografia Brasil e Santa Catarina, História Brasil e SC, Noções de ciências físicas e naturais, Geologia, Mineralogia e Agricultura, Higiene Escolar, Pedagogia e Metodologia, Caligrafia, Desenho, Música e Trabalhos de agulha para as estudantes. Estas disciplinas eram distribuídas em três anos, permeando as novas cadeiras que organizavam o curso. A primeira formatura só ocorreu em 1897.

Em 1910 e em 1916 a Escola Normal vai passar por reestruturação para adequar-se aos centros mais adiantados do país. Em 1921, o Curso Normal passa a ter 04 anos de duração e com reestruturação curricular. Em 1929, vinculada a Escola Normal, como espaço anexo, foi criada a Escola Modelo de Aplicação que tinha por objeto o estágio prático e experimental dos novos profissionais do magistério primário.

Estas mudanças foram exigindo a construção de edificações que abrigassem esses processos de aprimoramento na formação profissional dos educadores. Assim, surge o Prédio da Rua Saldanha Marinho.

Figura 03: Antiga Escola Normal Catarinense/Atual Museu da Escola Catarinense.



Fonte: *Site* Universidade Estadual de Santa Catarina.

Posteriormente, houve necessidade de nova mudança, ampliando as possibilidades de matrícula. Desta forma, com a construção do Instituto Estadual de Educação, na Avenida Mauro Ramos, a Escola Normal muda para este endereço.

Figura 04: Instituto Estadual de Educação/Ontem e Hoje.

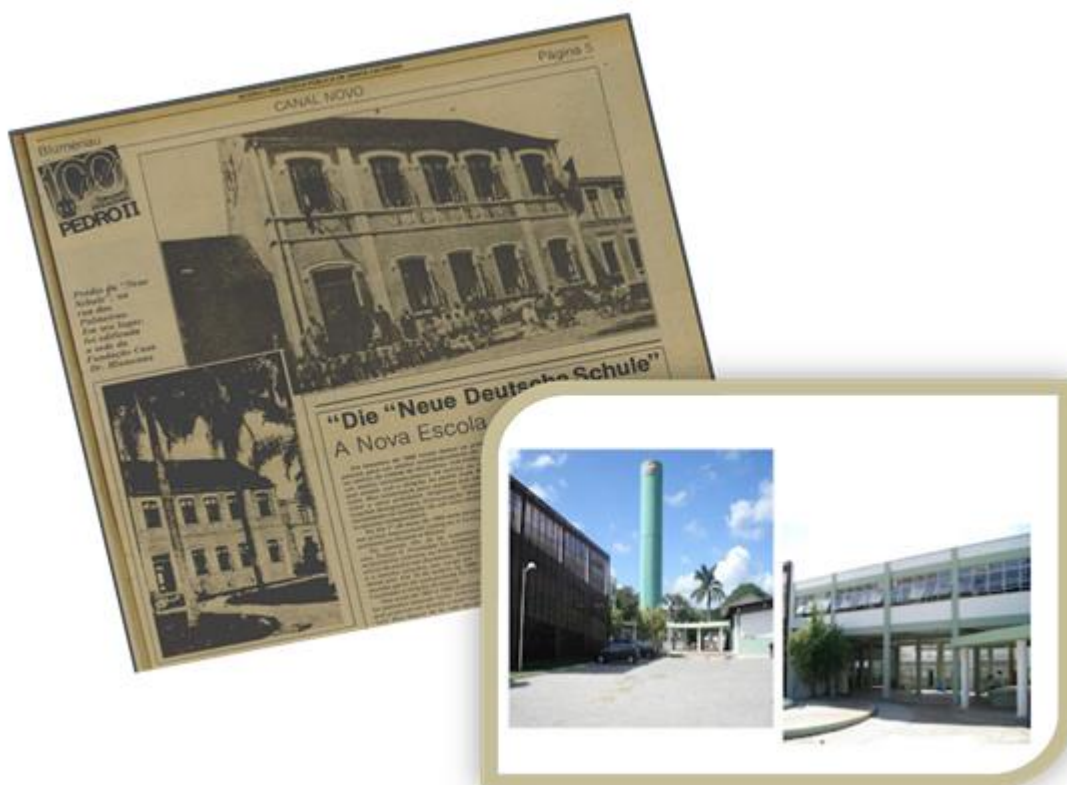


Fonte: BORGUEZON, Vendelin Santo. *Site IEE*.

Em 1892, a Escola Normal muda a denominação para Instituto de Educação Dias Velho (1935), para Instituto Estadual de Educação Dias Velho (1947), Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho em 1957 e Instituto Estadual de Educação – IEE – (1966). Desta forma, via decretos, o Instituto Estadual de Educação é sucedâneo da Primeira Escola Normal da Província de Santa Catarina.

De forma concomitante, a rede de escolas primárias ao longo destes tempos vai expandindo e exigindo cada vez mais profissionais a este nível de escolaridade. E, da mesma forma que o IEE, na capital, o Colégio Pedro II, em Blumenau, fora um local de formação dos profissionais para este nível de ensino. Este processo se dá de forma lenta e gradativa desde o final do século XIX até os anos 1950. Todavia, a partir da década de 1960, a educação primária em Santa Catarina vai ter um processo de expansão notável e o IEE e o Pedro II se transformam no celeiro e motor deste impulso de desenvolvimento dos primeiros saberes aos filhos dos trabalhadores.

Figura 05: EEB Pedro II - Blumenau/Ontem e Hoje.



Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense e Blog Cristiane.

Este processo não ocorre como benesse governamental e/ou das elites dominantes. É que o processo de desenvolvimento do Estado está a requerer “mão de obra” mais qualificada. Ou seja, homens e mulheres que saibam ler e escrever e que tenham domínio de aritmética.

Neste processo, vai ser recrutada para o exercício desta função as mulheres, principalmente, da classe média e ou mulheres pobres, mas com pensamento de classe média. Desta forma, os interesses da sociedade organizada estariam plenamente atendidos e sob controle. Isto porque, só ocorre reformas, transformações significativas ou não – na apropriação de conhecimento – quando a ordem econômica passa a exigir do Estado (União, Membros e Municípios). Assim, a educação sempre está em função do mercado.

Atualmente a transformação e ou reestruturação do Ensino Médio e nele os Cursos do Magistério vai atender as diretrizes e perspectivas do mercado e com a finalidade de garantia do desenvolvimento econômico.

Na mesma direção vem a necessidade de introduzir os estudantes nas novas tecnologias da informação de forma equilibrada e consciente. Assim, diante dos novos desafios que se abrem à educação no limiar do século XXI se mostra como fundamental questionar: qual função cabe ao Curso do Magistério hoje, para além da alfabetização no vernáculo, na matemática e nas demais áreas do conhecimento científico escolar, frente ao mundo das novos tic's que desafiam o ensino e a aprendizagem desde a mais tenra idade?

Cabe deixar claro que este texto tem por objetivo resgatar a história, substanciar fatos e, profundamente, provocar debates, discordâncias, a busca por mais fundamentos via pesquisas e estudos, bem como, algum em termos de concordância.

REFERÊNCIAS

BORGUEZON, Vendelin Santo. **Instituto estadual de educação**. Apresentação da história do IEE/SED. Disponível em: <https://www.iee.sed.sc.gov.br/a-escola>. Acesso em: 14/10/2022.

CATARINENSE, Hemeroteca digital. disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/cidadedeb Blumenau/1939/CID1939089.pdf>.
Acesso em: 11/10/2022.

CRISTIANE. **Pedro II**. *Blog sobre a EEB. Pedro II*. Disponível em:
<http://eebpedro2.blogspot.com/2009/>. Acesso em: 13/10/2022.

JAMES. **Florianópolis ontem e hoje**. *Blog sobre fotos antigas e história de Florianópolis/SC*. Disponível em:
<http://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>. Acesso em: 14/10/2022.

RIBEIRO, Edson. **Palácio Cruz e Souza**. *Blog sobre passeios em Florianópolis*. Disponível em: <https://destinoflorianopolis.com.br/palacio-cruz-e-souza/>. Acesso em: 12/10/2022.

SANTA CATARINA. Proposta Curricular. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1991.

UDESC. **Museu**. Relação de fotografias antigas do Museu da Escola Catarinense. Disponível em: <https://www1.udesc.br/?id=2199>. Acesso em: 13/10/2022.

NOVO

*Dentro do nOvo tem movimento,
Dentro do nOvo tem mudança,
Dentro do nOvo tem o experimentar e fazer,
Dentro do nOvo tem tentativas, erros e acertos,
Dentro do nOvo tem ajustes e ritmos,
Dentro do nOvo tem: Ok! Ui! Será? Como fazer? Que legal! Que droga!*

*Mas,
Diante do novO!
Tem a maravilha que é a criatividade!
Diante do novO?
Tem ELES,
Jovens aprendizes e, também, nossos professores.
Diante do novO?
Tem NÓS,
Gestores, coordenadores, professores e, também, aprendizes.
Diante do novO?
Tem Eu,
Cada um no seu individual!
Eu apaixonado!
Eu compromissado!
Eu dedicado!
Eu estudioso!
Eu com princípios, amores e dissabores!
Eu com deveres e direitos!
Diante do novO?
Tem o PASSADO com legado e experiências!
Diante do novO?
Tem o PRESENTE com transformações e desafios!
Com quebra de paradigmas e reconstruções!*

*Para além do nOvO temos o FUTURO!
Que depende de todos: eles e eu!
Depende dos verbos; estudar, querer, planejar, possibilitar e mobilizar!
Sejamos nós!
O nOvO convida!*

Formanda do Curso Habilitação para o Magistério de 1979

Beatriz Verges Fleck

CURSO DO MAGISTÉRIO: NOVOS DESAFIOS

Professor Colaborador/Elaborador
Beatriz Verges Fleck

O nOvO, na Educação, apresenta-se com novas configurações e concepções teóricas que devem orientar as modalidades de ensino em todo país. A Base Nacional Comum Curricular sugere alguns caminhos, determina outros e, conseqüentemente, abre muitas possibilidades para elaborar, nortear e, sobretudo, qualificar os currículos dos sistemas e redes de ensino da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e, até mesmo do Ensino Superior.

Cabe salientar que a Base Nacional Curricular Comum direciona a educação brasileira, em todas modalidades de ensino, para a concepção da formação integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, estabelecendo conhecimentos, competências e habilidades que se espera que os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Deste modo, a formação docente atual deve passar por um processo de experimentação, inovação e investigação para um NOVO olhar pedagógico e uma NOVA forma do saber/fazer pedagógico. Neste sentido, a formação docente inicial deverá se renovar e se avigorar para tal.

Ilustra-se que as prerrogativas da Lei nº 13.415/2017 apresentam mudanças tanto na oferta do Ensino Médio, quanto à ampliação da carga horária e à definição de uma nova organização curricular, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual define os direitos e objetivos de aprendizagem no Ensino Médio e trata da oferta de diferentes itinerários formativos, oportunizando, neste último, uma oferta de matrizes específicas voltadas ao mundo do trabalho. Especificamente, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) determinam que os currículos do Ensino Médio devem ser compostos por:

- Formação Geral Básica: conjunto de competências e habilidades das Áreas de Conhecimento que devem aprofundar e consolidar as aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental e;

- Itinerários Formativos: conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional.

Importante salientar, ainda, que as DCNEM/2018, em seu Art. 5º, inc. VIII, apontam a essencialidade das dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia como basilares da organização curricular do ensino médio, articuladas aos saberes oriundos do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural, local e do mundo do trabalho, contextualizando os conteúdos a cada situação, escola, município, estado, cultura e valores. (CBEMTC, 2021).

Assim, dois verbos norteiam o saber/fazer pedagógico dos Itinerários Formativos nas escolas:

AMPLIAR - composto por: Projeto de Vida, Componentes Curriculares Eletivos e Segunda Língua Estrangeira.

APROFUNDAR - composto pelas Trilhas de Aprofundamento e/ou Profissionais que podem ser numa área de conhecimento e/ou na formação técnica e profissional. A Resolução 3, de 21/11/2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Art. 12, Parágrafo V, considera que na formação técnica e profissional, os itinerários formativos devem ser organizados a partir de,

[...] desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino. (BRASIL, 2018).

Destaca-se que o Novo Ensino Médio no Estado de Santa Catarina vem se consolidando como fruto de um amplo processo de comprometimento dos diferentes atores sociais do campo educacional. O Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, de forma colaborativa e representativa, traduz valores, saberes, procedimentos, reflexões e experiências a respeito da prática docente nas diferentes áreas de conhecimento do Ensino Médio. Neste sentido, temos hoje, o Curso Normal em Nível Médio – Magistério com Formação Docente diante deste cenário do **NOVO**.

O Curso do Magistério possui uma história marcante e importante em Santa Catarina, constituinte da realidade educacional e única como qualificadora do profissional da educação durante muito tempo, oferecendo formação inicial, em nível médio. Em 1999, foi regulamentado pela Resolução CEB nº 02, de 19 de abril de 1999, a qual instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade normal e em vigor até hoje. Aponta no seu Art. 1º que o Curso Normal em nível Médio, previsto no Artigo 62, da Lei 9394/96, deve prover a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescendo-se às especificidades de cada um desses grupos as exigências que são próprias das comunidades indígenas e do público da Educação Especial.

Deste modo, em função da natureza profissional do Curso Normal em nível Médio – Magistério, em que a Resolução CEB nº 2, salienta a importância de uma organização adequada e aprofundada à identidade da proposta pedagógica do referido curso para assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas necessárias ao exercício da atividade docente que, sob a ótica do direito, possibilite o compromisso dos sistemas de ensino com a educação escolar de qualidade para as crianças, assegurar a formação básica, geral e comum, a compreensão da gestão pedagógica no âmbito da educação escolar contextualizada e a produção de conhecimentos a partir da reflexão sistemática sobre a prática.

Reforça-se que, além das questões apontadas acima, para a construção da nova matriz do curso é a determinação da Lei 13415 – Art. 35ª, § 3º, em que o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática deverá ser obrigatório ao longo do Ensino Médio. Então, no bojo destas questões legais e pedagógicas, elaborou-se a Matriz Curricular “J” com Formação Geral Básica (Língua Portuguesa e Literatura e Matemática), Trilhas de Aprofundamento e Componentes Curriculares Eletivos na Formação Docente para Educação Infantil e Anos Iniciais:

Quadro 01: Matriz Curricular J Resumida do Curso Normal em Nível Médio – Magistério.

Curso Normal em Nível Médio - Magistério Formação Geral Básica + Itinerário Formativo Formação Docente				
Matriz J	Resolução CEB nº 2, 19/04/1999			
	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal. Art. 3º, § 4º A duração do curso normal em nível médio, considerado o conjunto dos núcleos ou áreas curriculares, será de no mínimo 3.200 horas, distribuídas em 4 (quatro) anos letivos (formação geral básica e específica).			
Currículo	1ª série*	2ª série*	3ª série	4ª série
Formação Geral Básica	*Aproveitamento de Estudos (estudantes em curso e/ou egressos) Resolução CEB nº 2, 19/04/1999, Art. 3º, § 4º, II.		Matriz J = 60h Língua Portuguesa e Matemática	Matriz J = 60h Língua Portuguesa e Matemática
Itinerário Formativo			Matriz J = 750h Trilhas de Aprofundamento na Educação Infantil e Componentes Curriculares Eletivos sobre Formação Docente	Matriz J = 750h Trilhas de Aprofundamento nos Anos Iniciais e Componentes Curriculares Eletivos sobre Formação Docente
			Matriz J = 320 Trilhas de Aprofundamento Estágio na Educação Infantil	Matriz J = 320 Trilhas de Aprofundamento Estágio nos Anos Iniciais
Total CH	750h	750h	Matriz J = 1130h	Matriz J = 1130h
Total Geral	3760 h			

Esclarece-se que o curso configura-se na modalidade do Ensino Médio, mas sua essência curricular é a do Ensino Fundamental, e por ser Ensino Médio, precisa se adequar à sua configuração para atender a legislação em vigor, contudo, o foco pedagógico é o da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, pois sua habilitação é para a docência nestas etapas de ensino.

Vale acrescentar que, considerando as novas adequações, mas sobretudo a perspectiva das transformações educacionais, e na tentativa de aproximá-las às realidades curriculares, buscou-se mapear uma matriz curricular contemplando mais significativamente a Educação Infantil. Desta forma, a nova matriz procura atender esta premissa também, trançando uma carga horária anual igual para as duas etapas: Educação Infantil e Anos Iniciais, permitindo ao futuro professor um aporte teórico-prático mais sólido que atenda a realidade atual.

Salienta-se que, para a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, a BNCC aponta dois eixos estruturantes para as práticas pedagógicas: **INTERAÇÕES e**

BRINCADEIRA, assegurados em seis **DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO** (Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se) para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver. Estabelece, também, cinco campos de experiências para a organização curricular, que devem considerar: as particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e pré-escola e os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que contemplem os eixos estruturantes. Os campos de experiência da Educação Infantil são: a) **o Eu, o Outro e o Nós**; b) **corpo, gestos e movimentos**; c) **escuta, fala, pensamento e imaginação**; d) **traços, sons, cores e formas** e e) **espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**.

Diante destas premissas, apresenta-se, a seguir, mais detalhadamente a **Matriz J** do Curso Normal em Nível Médio – Magistério, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação pelo Parecer nº 142, de 22 de agosto de 2022 e Parecer 02, de 23 de janeiro de 2023:

Quadro 02: Matriz Curricular J para a 3ª série do Curso Normal em Nível Médio – Magistério.

Matriz J – Curso Normal em Nível Médio - Magistério					
Educação Infantil – 3ª série		Componentes Curriculares	CH/aula 1º semestre	CH/aula 2º semestre	
Formação Geral Básica		- Língua Portuguesa e Literatura - Matemática	01 01	01 01	
Itinerário Formativo Formação Docente	Trilha de Aprofundamento – Educação Infantil I	Unidade Curricular			
		Profissão Docente na Educação Infantil	- Política Públicas e Legislação na Educação Infantil I - Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação I - História da Educação I	01 02 02	- - -
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	-Educação Inclusiva e Especial I -Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens I -Didática da Educação Infantil I	02 02 02	- - -
		Currículo na Educação Infantil	- Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I - Pensamento Lógico-Matemático I - Estudos Integrados: Espaço, Tempo e Transformações I - Ciências da Natureza na Educação Infantil I	02 02 02 02	- - - -
	Trilha de Aprofundamento –	Profissão Docente na Educação Infantil	- Política Públicas e Legislação na Educação Infantil I - Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação II - História da Educação II	- - -	01 02 02

	Educação Infantil II	Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	-Educação Inclusiva e Especial II	-	02
			-Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens II	-	02
			-Didática da Educação Infantil II	-	02
		Currículo na Educação Infantil	-Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação II	-	02
			-Pensamento Lógico-Matemático II	-	02
			-Estudos Integrados: Espaço-Tempo e Transformações II	-	02
			-Ciências da Natureza na Educação Infantil II	-	02
	Trilha de Aprofundamento – Educação Infantil – Estágio I	Pesquisa de Campo na Educação Infantil - Estágio I	- Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil	10 diurno	-
	Trilha de Aprofundamento – Educação Infantil – Estágio II	Pesquisa de Campo na Educação Infantil - Estágio II	- Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil	-	10 diurno
	Componente Curricular Eletivo 1		- A Docência como Projeto de Vida	02	-
		- Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade	02	-	
Componente Curricular Eletivo 2		- Cultura Digital: Metodologias Ativas	-	02	
		- Cultura Digital: Tecnologias Educacionais	-	02	
		- Educação e Diversidade			
		- Gestão Escolar			
		- Linguagens Artísticas			
		- Literatura Infantil e a Arte de Contar História			
TOTAL			35	35	

Quadro 03: Matriz Curricular J para a 4ª série do Curso Normal em Nível Médio – Magistério.

Matriz J – Curso Normal em Nível Médio - Magistério				
Anos Iniciais – 4ª série		Componentes Curriculares	CH/aula 1º semestre	CH/aula 2º semestre
Formação Geral Básica		- Língua Portuguesa e Literatura	01	01
		- Matemática	01	01
Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais I	Unidade Curricular			
	Profissão Docente nos Anos Iniciais	- Políticas Públicas e Legislação nos Anos Iniciais I	01	-

Itinerário Formativo Formação Docente			- Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação III	02	-	
		Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais	- LIBRAS I - Psicologia da Educação I - Didática nos Anos Iniciais I	02 02 02	- - -	
		Currículo dos Anos Iniciais	- Alfabetização e Letramento I - Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I - Metodologia do Ensino de Matemática I - Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I - Metodologia do Ensino de Geografia I - Metodologia do Ensino de História I	02 02 02 02 02 02	- - - - - -	
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais II	Profissão Docente nos Anos Iniciais	- Políticas Públicas e Legislação nos Anos Iniciais I - Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação IV	- -	01 02	
		Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais	- LIBRAS II - Psicologia da Educação II - Didática nos Anos Iniciais II	- - -	02 02 02	
		Currículo nos Anos Iniciais	- Alfabetização e Letramento II - Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II - Metodologia do Ensino de Matemática II - Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II - Metodologia do Ensino de Geografia II - Metodologia do Ensino de História II	- - - - - -	02 02 02 02 02 02	
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais – Estágio I	Pesquisa de Campo nos Anos Iniciais - Estágio I	- Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais	10 diurno	-	
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais – Estágio I	Pesquisa de Campo nos Anos Iniciais - Estágio II	- Pesquisa de Campo com Intervenção nos Anos Iniciais	-	10 diurno	
	Componente Curricular Eletivo 1		- A Docência como Projeto de Vida - Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade - Cultura Digital: Metodologias Ativas - Cultura Digital: Tecnologias Educacionais - Educação e Diversidade - Gestão Escolar - Linguagens Artísticas - Literatura Infantil e a Arte de Contar História -Gestão Escolar -Educação e Diversidade	02	-	
				-	02	
	TOTAL				35	35

As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio e os Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos estabelecem que os Itinerários Formativos, a Parte Flexível do Currículo, devem organizar-se a partir de quatro eixos estruturantes (**Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo**) para melhor orientar o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento e/ou formação técnica e profissional, garantindo a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, bem como criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas profundamente associadas à realidade contemporânea e promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã. A Portaria nº 1432, de 28 de dezembro de 2018, explicita cada um deles, a seguir:

Investigação Científica – busca ampliar a capacidade de investigar a realidade, compreendendo, valorizando e aplicando o conhecimento sistematizado, por meio da realização de práticas e produções científicas.

Justificativa: Para participar da sociedade da informação, os estudantes precisam se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam acessar, selecionar, processar, analisar e utilizar dados sobre os mais diferentes assuntos, seja para compreender e intervir na realidade, seja para lidar de forma crítica, reflexiva e produtiva com a quantidade cada vez maior de informações disponíveis.

Objetivos:

- Aprofundar conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos;
- Ampliar habilidades relacionadas ao pensar e fazer científico;
- Utilizar esses conceitos e habilidades em procedimentos de investigação voltados à compreensão e enfrentamento de situações cotidianas, com proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Processos Criativos – busca expandir a capacidade dos estudantes de idealizar e realizar projetos criativos por meio da utilização e integração de diferentes linguagens, manifestações sensoriais, vivências artísticas, culturas midiáticas e científicas.

Justificativa: Para participar de uma sociedade cada vez mais pautada pela criatividade e inovação, os estudantes precisam aprender a utilizar conhecimentos, habilidades e recursos de forma criativa para propor, inventar, inovar.

Objetivos:

- Aprofundar conhecimentos sobre as artes, a cultura, as mídias e as ciências aplicadas e sobre como utilizá-los para a criação de processos e produtos criativos;
- Ampliar habilidades relacionadas ao pensar e fazer criativo;
- Utilizar esses conhecimentos e habilidades em processos de criação e produção voltados à expressão criativa e/ou à construção de soluções inovadoras para problemas identificados na sociedade e no mundo do trabalho.

Mediação e Intervenção Sociocultural - ampliar a capacidade dos estudantes de utilizar conhecimentos por meio do seu engajamento em projetos de mobilização e intervenção sociocultural e ambiental que os levem a promover transformações positivas na comunidade, que contribuam com a sociedade e o meio ambiente (processos: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação).

Justificativa: Para participar de uma sociedade desafiada por questões socioculturais e ambientais cada vez mais complexas, os estudantes precisam se apropriar de conhecimentos e habilidades que os permitam atuar como agentes de

mudanças e de construção de uma sociedade mais ética, justa, democrática, inclusiva, solidária e sustentável.

Objetivos:

- Aprofundar conhecimentos sobre questões que afetam a vida dos seres humanos e do planeta em nível local, regional, nacional e global, e compreender como podem ser utilizados em diferentes contextos e situações;
- Ampliar habilidades relacionadas à convivência e atuação sociocultural;
- Utilizar esses conhecimentos e habilidades para mediar conflitos, promover entendimentos e propor soluções para questões e problemas socioculturais e ambientais identificados em suas comunidades.

Empreendedorismo – busca expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu projeto de vida, que fortaleçam a sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória. Autonomia, foco e determinação são atitudes a serem estimuladas para que consigam planejar e conquistar objetivos pessoais

Justificativa: Para participar de uma sociedade cada vez mais marcada pela incerteza, volatilidade e mudança permanente, os estudantes precisam se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam se adaptar a diferentes contextos e criar novas oportunidades para si e para os demais.

Objetivos:

- Aprofundar conhecimentos relacionados ao contexto, ao mundo do trabalho e à gestão de iniciativas empreendedoras, incluindo seus impactos nos seres humanos, na sociedade e no meio ambiente;
- Ampliar habilidades relacionadas ao autoconhecimento, empreendedorismo e projeto de vida;
- Utilizar esses conhecimentos e habilidades para estruturar iniciativas empreendedoras com propósitos diversos, voltadas a viabilizar projetos pessoais ou produtivos com foco no desenvolvimento de processos e produtos com o uso de tecnologias variadas.

Para o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, os eixos são responsáveis por dar escopo ao trabalho com as dez competências gerais na parte flexível do currículo e figuram como pontos de conexão com a realidade dos estudantes, permitindo sua formação integral e devem estar em consonância com a Perspectiva Histórico-Cultural.

[...] no caso da Formação Técnica e Profissional, os Itinerários também se organizam a partir da integração dos diferentes eixos estruturantes, ainda que as habilidades a eles associadas somem-se a outras habilidades básicas requeridas indistintamente pelo mundo do trabalho e a habilidades específicas requeridas pelas distintas ocupações. (PORTARIA Nº 1432, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018).

Complementando e qualificando o Itinerário Formativo do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, a Secretaria de Estado da Educação agrega mais o eixo: DOCÊNCIA, pautado na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação).

Figura 06: Mapa Conceitual dos Eixos Estruturantes do Itinerário Formativo do Curso do Normal em Nível Médio – Magistério.



Fonte: Elaboração da autora pautado nos Referenciais Curriculares para Elaboração de Itinerários Formativos e na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação).

Cabe apontar que as competências profissionais, pautadas pela BNC-Formação, que darão suporte ao Eixo Docência e nortearão o Itinerário Formativo do Curso Normal em Nível Médio - Magistério são:

Quadro 04: Competências Gerais Docente.

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTE	
1.	Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2.	Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3.	Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4.	Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5.	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6.	Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7.	Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com

	posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8.	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9.	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10.	Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação).

Considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global e objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos estudantes/futuro professores, o Eixo Estruturante da Docência divide-se em três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, integram-se e complementam-se na futura ação docente no âmbito da Educação Básica, desdobrando-se em habilidades específicas para cada uma, que, conseqüentemente, levam ao desenvolvimento de competências específicas e gerais da Formação Docente Inicial:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional;

III - engajamento profissional.

Quadro 05: Habilidades da Dimensão do Conhecimento Profissional.

1. DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los:	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez</p>

	<p>competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos das diversas áreas de conhecimento e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p>
<p>1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem:</p>	<p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para:</p> <p>(a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz;</p> <p>(b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p>
<p>1.3 Reconhecer os contextos de vida dos estudantes:</p>	<p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>
<p>1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais:</p>	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p>

Fonte: Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação).

Quadro 06: Habilidades da Dimensão da Prática Profissional.

2. DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
<p>2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens</p>	<p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p>
<p>2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem</p>	<p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p>
<p>2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino</p>	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriado, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.</p>
<p>2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do</p>	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o</p>

conhecimento, das competências e habilidades	<p>desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>
--	--

Fonte: Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação).

Quadro 07: Habilidades da Dimensão do Conhecimento Profissional.

3. DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica,</p>

	<p>bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>
<p>3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos</p>	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>
<p>3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>

Fonte: Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação).

Diante deste aporte teórico, o saber/fazer pedagógico toma uma grandeza maior do que apenas “dar aula” ou “cuidar da turma”. Nesse contexto, temos questões e concepções para colocar em movimento: desenvolvimento pleno do sujeito, competências, habilidades, protagonismo e eixos estruturantes. Assim, a mediação planejada do professor é fundamental. É imprescindível que antes de entrar em sala de aula o professor tenha planejado seu trabalho para além do livro didático, evitando improvisações e tendo em mãos todo o material/recurso de que utilizará, ultrapassando a tradicional aula expositiva. Aquele que não planeja, não tem consciência do que está fazendo, e nem saberá se os objetivos foram alcançados, e portanto, se é necessário um novo planejamento para recuperar ou ampliar os conhecimentos abordados. É imperativo não só a necessidade do professor planejar, mas também refletir sobre sua ação, pensar sobre o que faz antes, durante e depois, pois de outro modo não seria uma ação pedagógica.

Planejar é a previsão sobre o que irá acontecer, requerendo uma atitude científica do saber/fazer pedagógico sobre suas metas, sobre o que está acontecendo, sobre o que aconteceu. Mais especificamente, o planejamento, ferramenta principal do professor, deverá ser decorrente de um processo sistemático, de reflexão sobre o porquê, o quê, como ensinar e como avaliar, buscando atender os princípios do Novo Ensino Médio como norteadores metodológicos e movimentos estratégicos, conforme o disposto nas DCNem.

PORQUÊ

O pleno desenvolvimento do educando, conseqüentemente uma formação integral, segundo o CBEMTC, perpassa pelo desenvolvimento das dez competências gerais da BNCC, acrescidas das competências e habilidades específicas de cada uma das quatro áreas do conhecimento que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem para a construção pedagógica dos estudantes. (SANTA CATARINA, 2020, p. 44).

Competência define-se, conforme o CBEMTC, como a capacidade de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para a resolução das demandas da vida e do mundo do trabalho para o pleno exercício da cidadania. Zabala (2010), aponta concretamente, no âmbito educacional, o que é competência (domínios do saber, do ser e do saber fazer):

Quadro 08: O que é competência?

É a capacidade ou a habilidade	O quê?
A existência nas estruturas cognoscitivas da pessoa das condições e recursos para agir. A capacidade, a habilidade, o domínio e a aptidão.	
Para realizar tarefas ou atuar frente a situações diversas	Para quê?
Assumir um determinado papel; uma ocupação, em relação aos níveis requeridos; uma tarefa específica; realizar ações; participar na vida política, social e cultural da sociedade; cumprir com as exigências complexas; resolver problemas da vida real; enfrentar um tipo de situação.	
De forma eficaz	De que forma?
Capacidade efetiva; de forma exitosa; exercício eficaz; conseguir resultados e exercê-los de modo excelente; participação eficaz; mobilizando a consciência e de maneira cada vez mais rápida, pertinente e criativa.	
Em um determinado contexto	Onde?
Uma atividade plenamente identificada; em um contexto determinado; em uma determinada situação; em um âmbito ou cenário da atividade humana.	
É necessário mobilizar atitudes, habilidades e conhecimentos	Por meio de quê?
Diversos recursos cognitivos; pré-requisitos psicossociais; conhecimentos, habilidades e atitudes; conhecimentos, e características individuais; conhecimentos, qualidades, capacidades e atitudes; os recursos que mobiliza, conhecimentos teóricos e metodológicos, atitudes, habilidades e competências mais específicas, esquemas motores, esquemas de percepção, avaliação, antecipação e decisão; comportamentos, motivação, valores éticos, atitudes, emoções e outros componentes sociais; amplo repertório de estratégias. Operações mentais complexas, esquemas de pensamento; saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio.	
Ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada	Como?
De forma integrada; orquestrada.	

Fonte: Zabala, 2010.

Cabe lembrar que, quando discorreremos sobre formação humana, discorreremos sobre processo, de sujeitos aprendentes e, conseqüentemente, ritmos, tempos, espaços e contextos diversos. Assim sendo, haverá movimentos pedagógicos a curto, médio e longo prazo a serem desenvolvidos. Ressalta-se que o pensar, a longo prazo, deve estar presente no saber/fazer pedagógico diariamente. Estes dois aspectos, desenvolvimento integral e competência, serão o norte, sendo que o caminho é pavimentado pelas ações pedagógicas diárias no cotidiano escolar.

O QUÊ

O ensino por competências traz uma oportunidade de revisão do paradigma de estruturação curricular em torno dos conteúdos. Em seu lugar, propõe que o currículo seja construído em torno do saber agir, colocando, no centro, elevadas expectativas de aprendizagem do estudante. Para demonstrar competência é preciso ser capaz de mobilizar e integrar recursos perante situações novas para agir com efetividade. Portanto, ser competente não é fácil nem prescinde do conhecimento, pelo contrário, exige profundidade de saberes técnicos, além de valores e atitudes colocados em prática. (SANTOS E CECCHETTI, 2021, p. 44).

Dentro desta concepção, o saber/fazer pedagógico sai da centralidade do conteúdo e se direciona com o foco no indivíduo, no ser aprendente e no seu desenvolvimento. Para tanto, as habilidades darão suporte a este movimento. Habilidade, segundo o dicionário, é a qualidade de uma pessoa hábil, que revela capacidade para fazer alguma coisa. Fica evidente, então, o papel das habilidades no processo ensino aprendizagem: são a aplicação prática de uma competência.

Concebidas como caminhos para o desenvolvimento das competências, tanto gerais como específicas, ganham relevância sobre os conteúdos no processo ensino aprendizagem, desde o planejar, à intervenção e a avaliação. A Resolução nº 3 (2018), reforça tal questão, no Artigo 6º, parágrafo VII, em que aponta como princípio específico as habilidades como “conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados”. Destarte, considera-se que o estudante desenvolveu uma habilidade quando o educando domina determinado processo para resolver uma situação complexa e não apenas quando o conteúdo é transmitido e decorado.

Por sua vez, as habilidades expressam as aprendizagens essenciais, que completam o contexto anterior. São descritas por meio do que os estudantes devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores). No Artigo 7º, § 3º, a Resolução 3 indica que,

As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho. (BRASIL, 2018).

Este movimento pedagógico requer mediação pedagógica qualificada, “por meio de um processo de exercitação supervisionada, orientada e guiada, acompanhada de auto-reflexão para tomada de consciência de sua própria atuação” (ZABALA; ARNAU, 2010), sobretudo, exige do educador conhecimentos sobre as habilidades e competências do seu

componente curricular para que seja possível pensar em alternativas para promovê-las, criando situações que oportunizem o seu desenvolvimento. Reforça-se que,

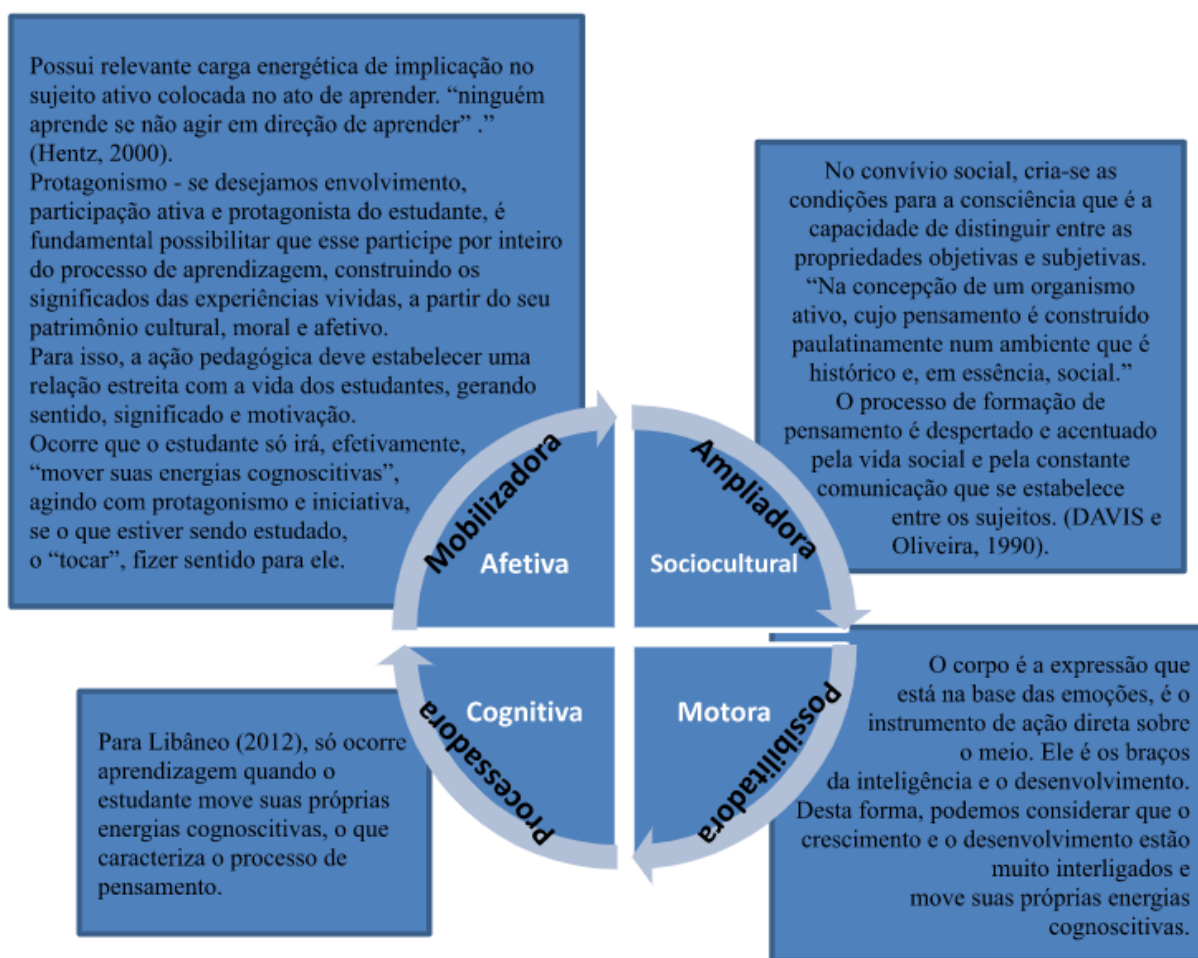
Nesses contextos de ensino centrados nos conteúdos há uma crença de que o saber fazer e o saber ser são evidentemente pré-existentes ou que os alunos poderão desenvolvê-los sozinhos, com a prática, desde que lhes tenhamos transmitido suficiente conhecimento. Assim, por exemplo, quando solicitamos que um estudante faça uma análise, não nos preocupamos em ensinar estratégias para elaboração de uma análise, mas partimos do princípio de que ele já sabe fazê-lo. No entanto, é muito provável que durante toda sua vida escolar repleta de informação o estudante nunca tenha aprendido como se elabora uma análise. Este é um exemplo de implicação do currículo por competências: precisamos começar a ensinar outras coisas, além do conteúdo, para que o estudante possa saber agir. Não se trata apenas de ensinar habilidades profissionais, mas como reagir perante as situações considerando questões éticas, sociais, culturais e de cidadania, para citar alguns exemplos. (SANTOS E CECCHETTI, 2021, p. 52-53).

COMO

Quanto à Educação Integral, deve-se procurar elaborar um saber/fazer pedagógico por meio de processos educativos significativos, que promovam, pelo aporte da psicologia, as dimensões do desenvolvimento humano: afetiva, cognitiva, social-cultural e motora. Mobilizar cada uma delas, traçando um percurso formativo que possibilite o pleno desenvolvimento aliado às competências e, conseqüentemente, oportunize princípios para o projeto de vida, o protagonismo e o exercício da cidadania e do trabalho.

A integralidade da pessoa humana abarca a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretenda “integral” trabalharia com todos estes aspectos de modo integrado – ou seja – a educação visaria à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional. (GATTI apud GUARÁ, 2006, p. 18).

Figura 07: Educação Integral.



Fonte: Elaboração da autora.

Deve-se, assim, reconhecer a complexidade e não a linearidade do desenvolvimento humano para que, no saber/fazer pedagógico, não se privilegie apenas uma dimensão, procurando mobilizar todas, percebendo o sujeito de aprendizagem no contexto de uma visão plural, singular e integral, reconhecendo o desenvolvimento pleno deste nas suas individualidades e diversidades.

Quanto às Competências, por determinação da legislação e da BNCC, as aprendizagens essenciais devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento das dez competências gerais, que se compõem com os direitos de aprendizagem ao longo da Educação Básica. Para tanto, o planejamento deve promover ações didática-pedagógicas que se complementam e se interpenetram no sentido mais ativo do educando: decidir, prever, seleccionar, escolher, organizar, refazer, redimensionar, refletir sobre o processo antes, durante e de depois da ação concluída. Elaborá-las na perspectiva das habilidades a serem promovidas para o desenvolvimento das competências. (LEAL, 20__).

Quanto aos movimentos/ações didáticas-metodológicas devem ser contextualizados, diversificados e transdisciplinares, por meio de vivências práticas, vinculando a educação escolar com à prática social e à realidade do estudante, bem como o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais e sociais (BRASIL, 2018), necessitando, assim, de estratégias diversificadas e adequadas, lembrando que não existe

estratégia boa ou ruim e sim, adequada ou inadequada para aquele espaço, grupo, objetivos e/ou individualidades dos sujeitos a qual vai ser aplicada. Salienta-se que as estratégias têm profundo impacto no processo ensino aprendizagem, quando oportunizando e provocando o sujeito ativo e protagonista de sua jornada escolar e profissional. É interessante elucidar que devemos ter cuidado com a “mesmice” pedagógica:

Quando o professor exacerba um método ou uma técnica, poderá estar privilegiando alguns alunos e excluindo outros, e, mais ainda, deixando de realizar singulares experiências didáticas que o ajudariam aperfeiçoar sua prática docente e possibilitar ao aluno variadas formas de aprender. Ainda arriscar a trabalhar o saber de diferentes formas, percorrendo criativos trajetos em sala de aula. O medo de mudar, às vezes, impede o professor de arriscar novos caminhos pedagógicos. Daí o significado didático-pedagógico na formação do professor. Os paradigmas das experiências anteriores podem ser as referências de muitos professores. Assim posto, é válido para o docente buscar novas técnicas, desbravar novos caminhos, numa investida esperançosa de quem deseja fazer o melhor, do ponto de vista metodológico e didático. (LEAL, 20__).

Ao planejar, segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina, sob a perspectiva histórico-cultural, o educador deve privilegiar uma abordagem investigativa, pautada em problematizações, leituras, pesquisas, análises e interpretações a partir de situações concretas e contextualizadas, com vistas a promover uma aprendizagem significativa, que oportunize ao estudante ser agente ativo do seu processo de aprender. Na Resolução nº 3/2018, Artigo 27, aponta considerações sobre da proposta pedagógica:

- I - atividades integradoras artístico-culturais, tecnológicas e de iniciação científica, vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente e à prática social;
- II - problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo;
- III - a aprendizagem como processo de apropriação significativa dos conhecimentos, superando a aprendizagem limitada à memorização;
- IV - valorização da leitura e da produção escrita em todos os campos do saber;
- V - comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e para a prática de um humanismo contemporâneo expresso pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade;
- VI - articulação entre teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual às atividades práticas ou experimentais;
- VIII - utilização de diferentes mídias como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem e construção de novos saberes;
- IX - capacidade permanente de aprender a aprender, desenvolvendo a autonomia dos estudantes;
- X - atividades sociais que estimulem o convívio humano;
- XI - avaliação da aprendizagem, com diagnóstico preliminar, e entendida como processo de caráter formativo, permanente e cumulativo;
- XII - acompanhamento da vida escolar dos estudantes, promovendo o desempenho, análise de resultados e comunicação com a família;
- XIII - atividades complementares e de superação das dificuldades de aprendizagem para que o estudante tenha êxito em seus estudos;
- XIV - reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira;
- XV - promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas;
- XVI - análise e reflexão crítica da realidade brasileira, de sua organização social e produtiva na relação de complementaridade entre espaços urbanos e do campo;

- XVII - estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente;
- XVIII - práticas desportivas e de expressão corporal, que contribuam para a saúde, a sociabilidade e a cooperação;
- XIX - atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas;
- XX - produção de mídias nas escolas a partir da promoção de atividades que favoreçam as habilidades de leitura e análise do papel cultural, político e econômico dos meios de comunicação na sociedade;
- XXI - participação social e protagonismo dos estudantes, como agentes de transformação de suas unidades de ensino e de suas comunidades.

Quanto aos recursos materiais de ensino, enquanto as estratégias são o movimento, os recursos oferecem colorido ao saber/fazer pedagógico. Novamente, a diversificação deve estar presente neste aspecto. É um excelente aliado no despertar do estudante protagonista, que como sujeito aprendente tem ritmos, interesses e formas de aprender singulares, para os quais o recurso adequado poderá potencializar. Cabe reconhecer que o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação para a área do ensino se ampliaram enormemente. Independentemente se novos ou “velhos”, o docente deve estar munido de diversos recursos que ofereçam diferentes possibilidades ao seu planejamento, para que sua ação pedagógica consiga atender todos os estudantes e suas particularidades.

Quanto ao movimento pedagógico da ação diária do processo ensino aprendizagem, é preciso desencadear uma “ação com intenção” articulada ao motivo e finalidade. O motivo está voltado a responder aos interesses ou necessidades que o levaram a desenvolver tal ação, provocada e mediada pelo professor e que tem uma finalidade voltada à construção do conhecimento (SANTA CATARINA, 2002). Compreendendo o sujeito como um ser ativo, que constrói conhecimento na sua relação com os outros e com o mundo, apontamos três grandes momentos, segundo Vasconcellos (1995), para o movimento pedagógico em relação à teoria dialética do conhecimento:

1. Mobilização para o Conhecimento e Desencadeador do Protagonismo

A mobilização se coloca como um momento especificamente pedagógico, uma vez que esta supõe o interesse do estudante em conhecer. Este último precisa ser provocado, visando gerar um vínculo significativo inicial entre o estudante e o objeto, em que o mesmo possa elaborar as primeiras representações mentais do objeto a ser conhecido, para que se movimente ativamente na ampliação e potencialização do mesmo. Desta forma, problematizar, desequilibrar e desafiar são palavras chave na elaboração do planejamento, para a concepção do objeto como um desafio.

2. Construção do Conhecimento e Gerador na Manutenção do Protagonismo

Deve-se possibilitar o confronto de conhecimento entre o estudante e o objeto, em que possa “mergulhar” no mesmo. Trata-se de um segundo nível de interação, em que o estudante deve construir o conhecimento por meio da elaboração de relações o mais totalizantes possível. Neste sentido, o professor deve buscar a utilização de diferentes códigos, tais como o verbal, o oral, o escrito, o gráfico, o numérico e o pictórico. Nesse contexto, as palavras chave são muitas: escrever, reescrever, desenhar, perguntar, responder, pesquisar, investigar, analisar, montar e muito mais.

Apropriação e Expressão do Conhecimento

É a dimensão relativa à sistematização dos conhecimentos que vêm sendo adquiridos, bem como da sua expressão. O trabalho de síntese é fundamental para a compreensão concreta do objeto. A palavra chave para o estudante é sintetizar e para o professor é avaliar.

COMO AVALIAR

A avaliação deve ser uma etapa presente cotidianamente em sala de aula e não um final ou desfecho de uma unidade curricular. No dicionário, seu significado de “reconhecer a grandeza, a intensidade, a força de” (DICIO, 2022) aponta uma concepção clara dos caminhos conceituais e posturas do educador frente ao estudante. “Reconhecer a grandeza” é um olhar para o desempenho do estudante, seu processo e, não para o que ele pode “despejar” do conteúdo que apenas foi transmitido e decorado. Fica claro, assim, o seu papel diagnóstico, como termômetro no processo ensino aprendizagem e não como produto final.

A avaliação diagnóstica permite ao educador um pensar/planejar/intervir científico do processo contínuo e não meramente de partes do que o estudante assimilou/decorou ou não. Então, a partir destes dados, é possível refazer os caminhos pedagógicos, se necessários. Lembramos que estamos tratando de sujeitos de aprendizagens que, por suas singularidades, exigem ensinamentos específicos. Desta forma, a avaliação é uma ação reflexiva, que exige do educador permanente investigação e atualização didático-pedagógica, e sobretudo, mediação planejada.

Diante das novas premissas legais e pedagógicas sobre o desenvolvimento de competências e habilidades, o processo avaliativo representa um desafio porque demanda uma lógica educacional diferente da tradicional avaliação=transmissão=decorar. A lógica está na apropriação das habilidades para o desenvolvimento das competências, superando um ensino que foi reduzido a uma aprendizagem memorizadora de conhecimentos, fator que implica dificuldade para que esses conhecimentos possam ser aplicados na vida real.

Deve-se, assim, segundo a Resolução nº 03/2018, “adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializem o desenvolvimento das competências e habilidades expressas na BNCC e estimulem o protagonismo dos estudantes”. No planejamento, é importante organizar atividades avaliativas teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades online, autoria, resolução de problemas, diagnósticos em sala de aula, projetos de aprendizagem inovadores, atividades orientadas e outras, de forma que o estudante demonstre:

- a) competências e habilidades na aplicação dos conhecimentos desenvolvidos;
- b) domínio dos princípios científicos e tecnológicos;
- c) práticas sociais e produtivas determinando novas reflexões para a aprendizagem;
- d) domínio das formas contemporâneas de linguagem.

E, ASSIM...

O Curso Normal em Nível Médio - Magistério, da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, deve empenhar-se na formação docente para a Educação Infantil e Anos Iniciais à luz destes referenciais, capacitando o futuro educador para um novo olhar para esses segmentos. Nesse percurso, a função dos educadores é despertar, provocar, motivar os estudantes a se descobrirem como sujeitos dessa travessia. Perceber e assumir a Educação Infantil e os Anos Iniciais como um tempo e espaço valiosos para orientar as crianças pelo universo da procura, das descobertas e das possibilidades.

É urgente e necessário que entendamos a escola como um lugar educativo privilegiado: espaço coletivo da utopia e da reinvenção de uma nova prática social, de cultura que, em consequência, gera imperativamente um **NOVO** desempenho dos educadores e da escola. O Caderno Curricular 06 - Formação Docente - Curso Normal em Nível Médio - Magistério, fruto das mãos dos professores da rede, busca trazer novas diretrizes, atendendo não só a legislação, mas, e, sobretudo, tecer juntos as possibilidades de construção de uma

educação de qualidade, potencializando sua capacidade de criação de oportunidades para uma possível reconfiguração da escola em sua função social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1432, de 28 de dezembro de 2018. **Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as diretrizes nacionais do ensino médio**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais curriculares para elaboração dos itinerários formativos**. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 22/10/2022.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de dezembro de 2018. **Atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 10/11/2022.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://conceito.de/habilidade>. Acesso em: 20/11/2022.

GATTI, Bernardete. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec, v. 1, n. 2, 2006.

HATTIE, J. **Aprendizagem visível para professores**: como maximizar o impacto da aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2017.
<https://www.dicio.com.br/avaliar/#:~:text=verbo%20transitivo%20direto%20Determinar%20o,Fixar%20aproximadamente%3A%20avaliar%20uma%20dist%C3%A2ncia>.

LEAL, Regina Barros. **Planejamento de ensino**: peculiaridades significativas. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, (20__).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar** - teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Desporto. **Diretrizes 3:** organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais competências e habilidades. Florianópolis, p. 130, 2001.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** uma contribuição para a escola pública, do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis, p. 85, 1991.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Formação Docente para a Educação Infantil e as Séries Iniciais). Florianópolis: SED, p.155, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, p. 192, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Florianópolis, p. 192, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual.** Florianópolis, p. 140, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender:** subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola. Florianópolis, p. 72, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.** Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.** Florianópolis: Gráfica Coan, 2021.

SANTOS, Hilário Júnior dos e CECCHETTI, Elcio. Orgs. **Aprendizagem baseada em experiências (ABEx)** – fundamentos teóricos e práticos. Chapecó/SC: Argos, 2021.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad, 1995.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

AVALIAÇÃO: DIVERSIDADE DE TRAÇADOS PEDAGÓGICOS

Professor Colaborador/Elaborador
Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

As concepções de homem, de sociedade, de mundo e de educação estão evidenciadas nas propostas curriculares construídas ao longo dos anos no Território Catarinense. O estudo reflexivo e a prática pensada já se colocavam como princípios fundamentais, desde 1991, com a “Proposta Curricular: uma contribuição para a escola pública do Pré-escolar, 1º grau, 2º grau e Educação de adultos”.

Os princípios norteadores das demais Propostas sempre estiveram em sintonia com as legislações vigentes e a formação docente sinalizava para a atuação de um professor/pesquisador. Acredita-se que o trabalho do professor/pesquisador é algo que fascina, que provoca a busca de caminhos metodológicos que trazem uma prática institucional.

Sendo assim, é importante ter clareza do projeto que se tem de sociedade, homem e educação ao escrever um documento norteador, em especial, para o curso Normal em nível Médio - Magistério, o qual trata da formação de futuros profissionais da educação. Desta forma, propõe-se, inicialmente, a reflexão sobre algumas questões, principalmente, as concepções que fundamentam o pensamento sobre avaliação, tendo em vista que uma proposta não acontece de forma espontânea, é pautada em eixos norteadores, como expressa Paulo Hentz na Proposta Curricular de Santa Catarina (1998):

Qualquer proposta curricular fundamenta-se, explícita ou implicitamente, em alguns eixos fundamentais. É impensável uma proposta curricular que se dê no espontaneísmo, sem que haja um norte a partir do qual a mesma se fundamente. Entendemos como eixos fundamentais uma concepção de homem e uma concepção de aprendizagem. Pela primeira, decide-se que homem se quer formar, para construir qual modelo de sociedade. Consequentemente, escolhe-se o que ensinar; pela segunda (que não está descolada da concepção de homem), escolhe-se a maneira de compreender e provocar a relação do ser humano com o conhecimento (HENTZ, PCSC, p. 10 , 1998).

Pautando-se nesta citação e em todas as Propostas Curriculares de Santa Catarina que fundamentam-se na concepção sócio-histórica de homem, de sociedade e de mundo, pretendemos neste documento tecer uma fundamentação pautada no referido pensamento, de forma, a reforçar que o homem que se pretende formar será aquele que auxiliará a construção de uma sociedade mais igualitária. Consequentemente, será necessário partir da compreensão de um ensino que vá ao encontro dessa sociedade e que acredita que o mesmo possibilitará uma relação com o conhecimento, que proporcione a atuação do sujeito e a construção do seu entendimento acerca das coisas e de sua visão de mundo.

Sabemos que avaliação é um instrumento fundamental no trabalho do professor, é através dela que é possível entender a eficácia do trabalho pedagógico realizado, o que pode e deve ser modificado. Também é a oportunidade para que o estudante possa perceber o que domina, o que precisa rever e avançar na construção de sua aprendizagem por meio do exercício da autoavaliação. Sendo assim, é importante entender que a criação e desenvolvimento de ideias acontece a partir de um sujeito histórico que se constitui a partir de suas relações, e a partir de uma educação integral, portanto:

Em termos de aporte teórico-epistemológico, a perspectiva histórico-cultural oferece um arcabouço dos mais amplos para a compreensão da Formação Integral e para a reflexão sobre ela. O ponto de partida é o sujeito na/da formação, compreendido como ser social e histórico de direito subjetivo à aprendizagem e ao desenvolvimento em sua concepção ampla. Sujeito que, nas experiências de vida e nas relações com outros sujeitos, com a natureza e com as estruturas e instituições sociais, faz apropriações de mundo mediadas por diferentes linguagens.

Esse sujeito tem o direito a uma formação que tome como parâmetro todas as dimensões que constituem o humano. Uma formação que reconheça e ensine a reconhecer o direito à diferença, a diversidade cultural e identitária; que contemple as dimensões ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional (PCSC, 2014, p. 26-27).

Pautando-se nessas elucubrações iniciais, vamos tratar da avaliação situando-a a partir de uma concepção de mundo e de homem sócio-histórico, conforme todos os documentos norteadores escritos anteriormente na Rede Estadual de Santa Catarina.

No curso Normal em nível Médio - Magistério esse entendimento de avaliação se fundamentará pelas ações do sujeitos envolvidos no processo, seja pelo professor do Componente Curricular História da Educação, seja pelo estudante do Curso que também atuará como professor, nos momentos de estágio, nas elaborações de planos e de projetos pedagógicos.

Ao discorrermos sobre o tema Avaliação, precisamos primeiramente trazer alguns teóricos que fundamentam nossas orientações e práticas pedagógicas, de forma que os professores entendam as impressões e os significados que tinham no passado ou que ainda têm acerca da avaliação, como também compreendam as ideias dos estudiosos que versam sobre o assunto. Entre os teóricos que abordam a temática, elaboraram pesquisas sobre a prática avaliativa em salas de aula e/ou escreveram questões teóricas, citamos alguns que podem ser referências para nossos professores: LUCKESI, 1992, 1999; VASCONCELLOS, 1994; HOFFMANN, 2001; RAPHAEL, 2002; FREITAS, 2004; ROMÃO, 2011.

Quando ponderamos sobre avaliação na educação escolar, temos que pensar em algumas questões cruciais que denotam a concepção que permeia o referido tema, tais como: diagnóstico, tomada de decisão, intervenção e replanejamento pedagógico. No entanto, sabemos que nem sempre esse olhar existiu, sendo que é importante destacar que, ainda hoje, temos professores que não acreditam em um processo avaliativo que revela a concepção explicitada.

Diante dessa evidência, propomos uma breve busca nas memórias afetivas para apontarmos, também, determinadas vivências que alguns tiveram em suas histórias estudantis, onde a opressão, a relação de poder e a exclusão foram itens de forte presença. Sendo os estudantes até considerados como responsáveis de seu fracasso escolar na educação básica, para só mais tarde essas mesmas pessoas se destacarem numa determinada área, carreira e numa vida de sucesso e conhecimento. Dessa forma, temos que ter claro que:

Na avaliação nós não precisamos julgar, necessitamos isto sim, de diagnosticar, tendo em vista encontrar soluções mais adequadas e mais satisfatórias para os impasses e dificuldades. Para isso, não é necessário nem ameaça, nem castigo, mas sim acolhimento e confrontação amorosa. (LUCKESI, 2005, p. 33).

Essa breve reflexão serve para analisarmos que avaliar é um ato que envolve respeito pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, sendo papel do professor propiciar oportunidades para a recuperação de conceitos e o possível sucesso do estudante na construção do conhecimento, em especial, por ser "função precípua do professor cuidar da

aprendizagem do aluno, com afinco, dedicação, continuidade e persistência" (DEMO, 2004, p. 24).

Deste modo, é imprescindível que o professor entenda o processo avaliativo como parte integrante de seu plano de aula e planejamento geral, já que a avaliação não pode se ater apenas a um momento avaliativo, pois faz parte do cotidiano escolar, e portanto, deve acompanhar as conquistas e dificuldades diárias de seus estudantes no processo de aprendizagem, fazer suas análises e tomar decisões, observando as individualidades de cada um, de forma que:

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, por que não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a progredir sempre (HOFFMANN, 2001, p. 47).

Entender os ritmos e individualidades dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem é de suma importância para que os professores possam propiciar o uso do instrumento da avaliação para a conquista da construção do conhecimento e não somente para reprovar ou excluir. Saber utilizar a avaliação em diferentes momentos do planejamento pedagógico é elementar para compreender o poder da avaliação diagnóstica, participativa e formativa e não meramente somativa.

Por fim, este documento propõe garantir que nossos professores e estudantes do curso Normal em nível Médio - Magistério percebam o viés da avaliação como instrumento para a construção do conhecimento e formação humana.

REFERÊNCIAS:

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio – uma perspectiva construtivista**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 39ª ed. 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Coleção Magistério – 2º Grau – Série Formação do Professor. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: compreensão e prática. Entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* e publicada em 21 jul. 2000. Disponível em: http://www.luckesi.com.br/textos/art_avaliacao/art_avaliacao_entrev_jornal_do_Brasil2000.pdf. Acesso em 22 abr. 2016.

VASCONCELLOS, C. S. **A construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad 2, 1994.

O DESAFIO DO PASSADO NO PRESENTE

Professor Colaborador/Elaborador
Maria de Lourdes Leal Santos (MEC)

A história das instituições escolares é construída com a presença de sujeitos sociais que empreendem um “fazer histórico”. Educadores e intelectuais que concebem a escola como um lugar educativo privilegiado: espaço coletivo da utopia e da reinvenção de uma nova prática social, de uma cultura. Nessa perspectiva, os professores egressos e outros atuantes na Rede Estadual de Educação do Território Catarinense foram motivados a serem protagonistas no processo de reconstrução curricular do Novo Ensino Médio. A SED/SC, pautada na legislação vigente, abre espaços para a comunidade educativa desvendar as entrelinhas do passado, explorar as possibilidades de leituras, de análise da realidade local, regional e nacional.

Um princípio que impede de deixar no esquecimento, pessoas e fatos que são primordiais para a reconstrução da história da educação no Território Catarinense. São inúmeros educadores referências na prática pedagógica, como a Professora Marilde Rodrigues, do Curso do Magistério/1947, atualmente com 95 anos, citada na Introdução deste Caderno. A atuação amorosa, a excelência acadêmica coerente desta professora nos revela as múltiplas experiências de vanguarda de professores que marcaram a história de vida de estudantes que assumiram o magistério como identidade profissional na transformação social. O relato autobiográfico de professores como da Prof. Marilde nos permite refletir sobre a instituição escolar como espaço social e cultural que interfere no comportamento dos sujeitos sociais e históricos. O sentimento de pertença traz à tona uma memória coletiva e reforça a coesão social de educadores que garantem uma identidade profissional no campo da formação docente.

Nesse contexto, o componente curricular ‘História da Educação’ presente no Curso Normal em Nível Médio – Magistério, propõe a professores e estudantes a buscarem fontes que os ajudem a construir estas elucidações: Quais os valores que permearam a prática educativa da instituição ou da SED/SC em determinada época? O que era feito em relação à formação docente? Por que se fazia? Quais eram as formas de condução das práticas num movimento que traduziam as relações de saber e poder?

Nesta perspectiva, os depoimentos autobiográficos são fundamentais e reveladores de uma memória coletiva, com aspectos significativos dos campos social, econômico e cultural. São histórias de vida que estabelecem uma coerência, traduzem laços afetivos e posturas pedagógicas. As mesmas impulsionam a buscar elos com a memória, o gênero e a autobiografia de professores que marcaram a história da educação brasileira e catarinense. Professores que se apropriaram de uma cultura histórica escolar capaz de despertar nos estudantes uma nova mentalidade, hábitos e procedimentos específicos. Denice Catani (2003) nos esclarece:

[...] esses relatos favorecem o redimensionamento das experiências de formação das trajetórias profissionais e tendem a fazer com que se infiltrem na prática atual novas opções, novas buscas e novos modos de conduzir o ensino. (CATANI, 2003, p. 19).

Segundo Certeau: “A escrita da história se constrói em função de uma instituição” (CERTEAU, 1982, p. 66). Os relatos autobiográficos tornam-se um espaço de reconstrução da identidade profissional que permite ao sujeito explicitar seu lugar social, suas relações com os outros, seu processo de formação, suas memórias, enfim, “*modos específicos de*

representação”. Os relatos revelam múltiplas experiências, que possibilitam refletir sobre a “*instituição escolar enquanto lugar de homogeneização dos comportamentos*”, considerando a relação da instituição com o contexto social no qual se insere.

Vale ressaltar que a melhor aprendizagem é aquela que desafia, que provoca questionamentos e busca soluções. Uma prática que referenda a teoria. Um movimento que impulsiona a seriedade acadêmica, a pesquisa, a inovação e a criatividade no ato de educar.

REFERÊNCIAS

CATANI, Denice. [et al.]. **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. 4. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 65-119, 1982.

Ser Professor?

*Para ser professor tem que gostar de se comunicar com respeito e alegria.
Observar a voz do coração, porque é no relacionamento
alunoxprofessor que se estabelece a troca
ensinoxaprendizagem,
em que ambos crescem e se desenvolvem.
Quando a criança encontra na Escola,
um professor que a acolhe com carinho e compreensão,
ela fica feliz!
A vida é um 'vir a ser'!
Assim, a grande responsabilidade do professor é
cultivar-se,
procurando sempre aprender,
ampliando sua visão de mundo!*

Formanda do Curso do Magistério em 1947

Professora Marilde Rodrigues

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

Professores Colaboradores/Elaboradores

André Fabiano Bertozzo (SED)
Joseni Terezinha Frainer Pasqualini (SED)
Renan Osvaldo Pacheco (SED)
Rosane Hart (18ª CRE)
Rute Miriam Albuquerque (18ª CRE)

Consultores

André Fabiano Bertozzo (SED)
Joseni Terezinha Frainer Pasqualini (SED)
Renan Osvaldo Pacheco (SED)

A implementação do Novo Ensino Médio está pautada na formação docente e no planejamento integrado para que possa consolidar as políticas de equidade, de educação inclusiva, visando garantir as condições necessárias para que sejam asseguradas as habilidades que buscam a promoção da educação integral a todos os estudantes, respeitando suas realidades socioeconômica, cultural, étnico-racial e geográfica. A Lei 13.415/2017 nos sinaliza esses princípios reconhecendo e garantindo o acesso à educação, a permanência e o sucesso na trajetória escolar para todos os estudantes:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. (BRASIL, 2018).

Conforme orienta a BNCC, o componente curricular da Língua Portuguesa e Literatura estão presentes, obrigatoriamente, em todas as etapas da Educação Básica. Neste sentido, fez-se uma análise e seleção das habilidades e objetos previstos na BNCC, que melhor atendam às especificidades do percurso formativo desse profissional de formação técnica em Nível Médio, que atuará na Educação Infantil e Anos Iniciais. Nesse curso profissionalizante, o componente curricular da Língua Portuguesa e Literatura estão integrados em todo o percurso.

Ressalta-se que, o objetivo norteador de Língua Portuguesa e Literatura é garantir a todos os estudantes o acesso aos saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania, pois é por meio da língua que o ser humano pensa, comunica-se, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Como parte da Formação Geral Básica, o componente de Língua Portuguesa tem seus conceitos e princípios contidos na Proposta Curricular de Santa Catarina e nos Cadernos do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

O componente Língua Portuguesa e Literatura faz parte da área do conhecimento de Linguagens e suas Tecnologias, que toma a interação social como central, criando, por meio dos usos da língua, condições para a ampliação do repertório cultural que possibilite aos(às) estudantes a compreensão crítica de si, do outro e do mundo. Neste processo, para o

componente de Língua Portuguesa e Literatura, consideram-se como primordiais a compreensão, produção, leitura, oralidade, análise linguística e semiótica, processos de apropriação e de ressignificação relacionados às práticas de linguagem, em busca da emancipação (SANTA CATARINA, 2021).

Desse modo, assume-se a centralidade do texto como unidade de trabalho de forma a relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, de escuta, de fala, do pensamento, da imaginação e da produção de textos.

As habilidades do componente curricular de Língua Portuguesa e Literatura estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento, entendidos como conteúdos, conceitos e princípios organizadores.

Vale ressaltar que por se tratar de um curso com habilitação profissional, em que os dois primeiros anos cursados são comuns a todo Ensino Médio, as habilidades e competências são as contidas no currículo referente a esta etapa da Educação Básica. Para as terceiras e quartas séries deste curso, sugere-se ainda, a abordagem das habilidades constantes no quadro organizador curricular a seguir:

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 09: Componente Curricular de Língua Portuguesa e Literatura.

Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura	
Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento/ Conceitos e princípios organizadores
(EF89LP12) Planejar coletivamente a realização de um debate sobre tema previamente definido, de interesse coletivo, com regras acordadas e planejar, em grupo, participação em debate a partir do levantamento de informações e argumentos que possam sustentar o posicionamento a ser defendido (o que pode envolver entrevistas com especialistas, consultas a fontes diversas, o registro das informações e dados obtidos etc.), tendo em vista as condições de produção do debate – perfil dos ouvintes e demais participantes, objetivos do debate, motivações para sua realização, argumentos e estratégias de convencimento mais eficazes etc. e participar de debates regrados, na condição de membro de uma equipe de debatedor, apresentador/mediador, espectador (com ou sem direito a perguntas), e/ou de juiz/avaliador, como forma de compreender o funcionamento do debate, e poder participar de forma convincente, ética, respeitosa e crítica e desenvolver uma atitude de respeito e diálogo para com as ideias divergentes.	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias de produção: planejamento e participação em debates regrados - Estratégias de leitura - Procedimentos de apoio à compreensão tomada de nota - A autoria no processo de produção de textos em diferentes gêneros do discurso - As línguas e as produções literárias, enfatizando os aspectos linguísticos, sociais, culturais e históricos. - Aspectos linguísticos, sociais, culturais e históricos da língua tomada como atividade humana.

(EF89LP28) Tomar nota de videoaulas, aulas digitais, apresentações multimídias, vídeos de divulgação científica, documentários e afins, identificando, em função dos objetivos, informações principais para apoio ao estudo e realizando, quando necessário, uma síntese final que destaque e reorganize os pontos ou conceitos centrais e suas relações e que, em alguns casos, seja acompanhada de reflexões pessoais, que podem conter dúvidas, questionamentos, considerações e outros.

(EF89LP32) Analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso de mecanismos de intertextualidade (referências, alusões, retomadas) entre os textos literários, entre esses textos literários e outras manifestações artísticas (cinema, teatro, artes visuais e midiáticas, música), quanto aos temas, personagens, estilos, autores etc., e entre o texto original e paródias, paráfrases, pastiches, trailer honesto, vídeos-minuto, *vidding*, dentre outros.

(EF89LP33) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequada a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes – romances, contos contemporâneos, minicontos, fábulas contemporâneas, romances juvenis, biografias romaneadas, novelas, crônicas visuais, narrativas de ficção científica, narrativas de suspense, poemas de forma livre e fixa (como haicai), poema concreto, *ciberpoema*, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.

(EF89LP36) Parodiar poemas conhecidos da literatura e criar textos em versos (como poemas concretos, *ciberpoemas*, haicais, lirias, microrroteiros, lambelambes e outros tipos de poemas), explorando o uso de recursos sonoros e semânticos (como figuras de linguagem e jogos de palavras) e visuais (como relações entre imagem e texto verbal e distribuição da mancha gráfica), de forma a propiciar diferentes efeitos de sentido.

(EF08LP04) Utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: ortografia, regências e concordâncias nominal e verbal, modos e tempos verbais, pontuação etc.

(EF08LP14) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão sequencial (articuladores) e referencial (léxica e

- Aspectos políticos e ideológicos, históricos e sociais, globais e locais, considerando os diferentes campos de atuação.

- Atitude responsiva por meio das práticas de linguagem nos diferentes campos de atuação social.

- Categorias nominais, verbais, processos de nominalização e predição, alternância entre os tempos e modos verbais, pronominalizações, dentre outros tantos recursos.

- Causa e consequência e seu papel na tessitura textual

- Dinâmica das línguas com base no fenômeno da variação linguística - Fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas

- Efeitos de sentidos gerados pelo silenciamento, uso de elipses, oclusões e apagamentos

- Efeitos de sentidos materializados no uso de operadores argumentativos

- Efeitos de sentidos provocados por figuras de linguagem

- Elementos discursivos e linguísticos relativos aos movimentos literários e aos objetos culturais produzidos em diferentes cronotopos na esfera artístico-literária

- Fala e escrita, elementos e características das diferentes linguagens envolvidas nos textos

pronominal), construções passivas e impessoais, discurso direto e indireto e outros recursos expressivos adequados ao gênero textual.

(EF89LP37) Analisar os efeitos de sentido do uso de figuras de linguagem como ironia, eufemismo, antítese, aliteração, assonância, dentre outras.

(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.

(EM13LP02) Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.).

(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/contrargumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.

(EM13LP06) Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua.

(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a

multissemióticos

- Gêneros discursivos

- Implicações de sentido da seleção lexical

- Indústria cultural e sociedade da informação

- Informações explícitas, informações implícitas, reflexão e avaliação sobre o conteúdo lido.

- Informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais.

- Interdiscursos como paráfrases, citações, e as finalidades interacionais.

- Leituras para demandas cotidianas e para o deleite estético

- Mecanismos de coesão e de coerência, de progressão temática e textual, incluindo os de continuidade/ reiteração.

- Modalidades padrão, culta e coloquial das línguas na formulação de textos em diferentes gêneros do discurso.

- Práticas contemporâneas de linguagens

- Práticas de linguagem e tecnologias digitais

- Produção de efeitos de sentido decorrentes do uso de diferentes registros e variedades linguísticas

- Projetos enunciativos relacionados a diferentes campos de atuação social

natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos.

(EM13LP13) Analisar, a partir de referências contextuais, estéticas e culturais, efeitos de sentido decorrentes de escolhas de elementos sonoros (volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização etc.) e de suas relações com o verbal, levando-os em conta na produção de áudios, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de apreciação.

(EM13LP15) Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.), sempre que o contexto o exigir.

(EM13LP16) Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.).

(EM13LP24) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.

(EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para

- Recursos linguísticos que constituem as sentenças na tessitura textual

- Recursos linguísticos, considerando contextos de produção, circulação e recepção de textos.

- Repertório cultural relacionado à configuração, ao funcionamento e à circulação dos textos quanto aos diferentes gêneros do discurso.

- Fatos e opiniões, textos em gêneros do discurso que circulam na mídia.

- Sequências textuais que constituem os textos nos diferentes gêneros do discurso

- Textos que circularam e circulam socialmente, relacionando-os às diferentes épocas, recorrendo a diferentes universos semióticos.

problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental.

(EM13LP30) Realizar pesquisas de diferentes tipos (bibliográfica, de campo, experimento científico, levantamento de dados etc.), usando fontes abertas e confiáveis, registrando o processo e comunicando os resultados, tendo em vista os objetivos pretendidos e demais elementos do contexto de produção, como forma de compreender como o conhecimento científico é produzido e apropriar-se dos procedimentos e dos gêneros textuais envolvidos na realização de pesquisas.

(EM13LP31) Compreender criticamente textos de divulgação científica orais, escritos e multissemióticos de diferentes áreas do conhecimento, identificando sua organização tópica e a hierarquização das informações, identificando e descartando fontes não confiáveis e problematizando enfoques tendenciosos ou superficiais.

(EM13LP34) Produzir textos para a divulgação do conhecimento e de resultados de levantamentos e pesquisas – texto monográfico, ensaio, artigo de divulgação científica, verbete de enciclopédia (colaborativa ou não), infográfico (estático ou animado), relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, reportagem científica, *podcast* ou *vlog* científico, apresentações orais, seminários, comunicações em mesas redondas, mapas dinâmicos etc. –, considerando o contexto de produção e utilizando os conhecimentos sobre os gêneros de divulgação científica, de forma a engajar-se em processos significativos de socialização e divulgação do conhecimento.

(EM13LP35) Utilizar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens, gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade de texto e imagem por slide e usando, de forma harmônica, recursos (efeitos de transição, slides

mestres, layouts personalizados, gravação de áudios em slides etc.).

(EM13LP47) Participar de eventos (saraus, competições orais, audições, mostras, festivais, feiras culturais e literárias, rodas e clubes de leitura, cooperativas culturais, jograis, repentes, *slams* etc.), inclusive para socializar obras da própria autoria (poemas, contos e suas variedades, roteiros e microrroteiros, videominutos, *playlists* comentadas de música etc.) e/ou interpretar obras de outros, inserindo-se nas diferentes práticas culturais de seu tempo.

(EM13LP52) Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente.

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

É importante que o professor selecione os instrumentos e ferramentas, a fim de que se desenvolvam os conceitos, habilidades e atitudes, que levem os estudantes a construir seu saber, saber fazer, ser e conviver, proporcionando-lhe um espaço para ser protagonista de seu processo formativo. A utilização de materiais didáticos diversificados, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais, assim como as avaliações sistemáticas irão garantir a construção do conhecimento de maneira efetiva. Vale ressaltar nesse percurso metodológico a ação do professor, a formação continuada e a avaliação permanente, visto que são elementos essenciais que conjugam saberes e aprendizagens em busca de uma educação pública de qualidade para todos.

AVALIAÇÃO

A Proposta Curricular de Santa Catarina e o Currículo Base do Território Catarinense concebem a avaliação como investigação do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a tomada de decisão no desenvolvimento das atividades orientadoras de ensino. Dessa forma, a avaliação aqui compreendida é fundamentada na legislação vigente em âmbito estadual e nacional; deverá, portanto, estar explícita também no projeto político-pedagógico da escola, que deve apresentar a sua concepção de avaliação, a fim de contribuir para o planejamento e o replanejamento do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é base. Ensino médio. Brasília: MEC, 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Caderno 2 - Formação geral básica. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis: COGEN, 2014.

SÃO PAULO. **Revista Magistério**. Publicação pedagógica da Secretaria Municipal de São Paulo, 2020.
Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/revista-magisterio>.

MATEMÁTICA

Professores Colaboradores/Elaboradores

Aline da Costa (17ª CRE)
Fernanda Martins Wernke (36ª CRE)
Giovana Polnow Bassi (24ª CRE)
Luis Duarte Vieira (SED)
Luís Anderson Antunes (27ª CRE)
Márian Conceição (SED)
Mayara Serafim Schlickmann (36ª CRE)
Patrícia Conceição Matana (07ª CRE)
Valmir José Turcatto (11ª CRE)

Consultora

Edséia Suethe Faust Hobold (36ª CRE)

Construir de forma colaborativa um currículo que tem por objetivo a formação inicial de professores requer reflexões sobre vários aspectos tais como, quais conhecimentos matemáticos são essenciais para a docência e que necessitam de aprofundamento teórico? Qual é a forma (método) de desenvolver esses conhecimentos na docência cujo propósito é o desenvolvimento do pensamento teórico do futuro professor? Quais métodos utilizar na abordagem destes conhecimentos tendo em vista que ao ensinar um conceito, geralmente, o professor toma como fundamento a compreensão desenvolvida ao longo da Educação Básica e/ou na Formação Inicial? Diante destes questionamentos, revela-se, dentre outras questões, que a qualidade do ensino está vinculada à formação do professor.

Entende-se a escola como campo de atuação do professor, onde uma de suas tarefas consiste em desenvolver nos estudantes a criatividade, capacidades intelectuais, pensamento crítico e criativo. A prática pedagógica influencia na formação da personalidade dos sujeitos, pois,

[...] ao se responsabilizar pelo trabalho educativo sistemático e intencional com as objetivações humano-genéricas, nas diferentes esferas da vida, contribuindo para que estas sejam apropriadas pelas novas gerações, apresenta-se como determinante para a formação da personalidade. (ARAÚJO; MORAES, 2017, p. 52).

Para tanto, é essencial, o desenvolvimento intelectual dos futuros professores com pensamento teórico, independente, crítico e ativo. Neste sentido, a educação promotora do desenvolvimento do pensamento teórico e da transformação social em direção ao bem coletivo, requer uma formação inicial de professores também promotora do desenvolvimento do referido pensamento (KIEREPKA; GÜLLICH; ZANON, 2020).

Assim, o movimento da atividade de ensino na docência deve propiciar a **mobilização de necessidades**, ou seja, a de “*aprender a ensinar e a organizar o ensino*” (SOUZA; MORETTI, 2021, p. 7) e os **motivos** “possibilitar que os estudantes aprendam, planejando ações orientadas para esse fim e pautadas em operações reguladas por condições que favoreçam o desenvolvimento do processo educativo” (SOUZA; MORETTI, 2021, p. 7).

Diante do exposto, o componente curricular da **Matemática** tem como propósito aprofundar conceitos fundamentais relacionados à matemática para que o futuro docente possa desenvolver atividades que propiciem o desenvolvimento do pensamento dos sujeitos.

Sugere-se que os objetos do conhecimento sejam aprofundados e desenvolvidos de modo progressivo e em espiral com os futuros docentes.

Desta forma, este componente, aqui presente no Curso Normal em Nível Médio - Magistério, como Formação Básica busca, inicialmente, resgatar e recuperar conceitos essenciais, mas, para além destes, aprofundar, ampliar e apreender conceitos matemáticos e sua aplicabilidade na docência, desenvolvendo habilidades de organização, planejamento, engajamento, comprometimento, espírito empreendedor e relacionamento interpessoal.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 10: Componente Curricular de Matemática - 3ª série.

Componente Curricular: Matemática - 3ª série		
Conceitos Estruturantes	Habilidades Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Números Álgebra Geometria Probabilidade, estatística e matemática financeira	<ul style="list-style-type: none"> Compreender que a Matemática surgiu da necessidade de quantificar, ordenar, controlar quantidades no decorrer da história da humanidade. Reconhecer, nomear e diferenciar os sistemas de numeração. Identificar características entre os sistemas de numeração de diferentes bases (dois, três, quatro, cinco, dez, doze, entre outras) e estabelecer suas relações, inclusive com a utilização do quadro valor de lugar. Reconhecer e compreender as diferentes unidades de medidas de: tempo, comprimento, massa, capacidade, seus múltiplos e submúltiplos. Resolver e elaborar problemas envolvendo as diversas unidades de medida e suas transformações. Conhecer a origem dos símbolos matemáticos e compreender suas funções, bem como a sua simbologia e aplicações em diferentes contextos, utilizando-os de forma adequada. Reconhecer e compreender o conceito de adição como o todo composto por partes diferentes e relacioná-lo ao conceito da operação inversa, a subtração. Reconhecer e compreender o conceito de multiplicação como necessidade de criação de uma unidade de medida maior que a unidade de medida unitária, que o todo é composto por partes iguais e relacioná-lo ao conceito da operação inversa, a divisão. Resolver e elaborar problemas com números reais expressos em suas diferentes formas (inteira, fracionária, decimal, notação científica) envolvendo as quatro operações básicas e a potenciação com ou sem a utilização 	<ul style="list-style-type: none"> História da Matemática: sistemas de numeração (egípcio, romano, hindu-árabico, sistema de numeração de diferentes bases -2, 3, 4, entre outros) Unidades de medida convencionais: comprimento, capacidade, tempo, massa e volume. Símbolos matemáticos Conceito de adição, subtração, multiplicação, divisão, potência e radiciação. Conceito de tabuada Conceito de número racional (fração e número decimal) e operações. Conceito de forma, espaço e tempo. Conceitos básicos de geometria: ponto, reta, plano, ângulos.

	<p>de calculadora.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover estratégias de construção e uso dos conceitos básicos das quatro operações para a aplicação no cálculo mental ou escrito. • Compreender que a tabuada é a forma mais simples de registrar a soma de parcelas iguais, bem como facilitando a memorização. • Compreender, comparar e ordenar frações associadas às ideias de partes de inteiros e resultado de divisão, identificando frações equivalentes. • Reconhecer que os números racionais podem ser expressos nas formas fracionária e decimal, estabelecer relações entre essas representações, passando de uma para outra, e relacioná-los a pontos na reta numérica. • Compreender que o sistema de numeração decimal é uma singularidade do conceito de sistemas de numeração. • Conhecer e explorar semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (massa, tamanho, posição no espaço, entre outras) e explorar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois). • Identificar e registrar, em linguagem verbal ou não verbal, a localização e deslocamentos de pessoas e objetos no espaço, considerando diferentes pontos de referência e indicar as mudanças de direção e sentido. • Explorar e descobrir as propriedades dos objetos e dos materiais, descrevendo semelhanças e diferenças, estabelecendo relação de comparação (maior, menor igual) e equivalência. • Identificar e conceituar ponto, reta, plano e utilizar esse conhecimento para calcular medidas de perímetros e áreas de figuras planas. • Reconhecer diferentes medidas de ângulos em figuras poligonais com o uso de dobraduras, esquadros, transferidor ou <i>softwares</i> de geometria. • Reconhecer a abertura do ângulo como grandeza associada às figuras geométricas planas e resolver problemas inerentes a ele em diferentes contextos. 	
--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 11: Componente Curricular de Matemática – 4ª série.

Componente Curricular: Matemática - 4ª série		
Conceitos Estruturantes	Habilidades Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Números Álgebra Geometria Probabilidade, estatística e matemática financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Rever o conceito de medidas convencionais, seus múltiplos e submúltiplos e comparar com unidades não convencionais e sua aplicabilidade nos mais variados contextos. • Reconhecer que o resultado de uma medição depende da unidade de medida utilizada, seja ela convencional ou não. • Identificar o objeto e escolher a unidade de medida e o instrumento mais apropriado para medições de comprimento, tempo, capacidade, entre outras. • Analisar e resolver situações-problema que envolvam grandezas e medidas (massa, comprimento, tempo, temperatura entre outras) e suas unidades padrão. • Compreender a noção de conjunto identificando os diferentes conjuntos numéricos (naturais, inteiros e racionais), bem como suas operações e propriedades. • Utilizar a simbologia matemática para compreender proposições e enunciados de modo a resolver problemas envolvendo operações básicas com conjuntos (união, intersecção, diferença e passagem ao complementar). • Compreender o conceito de potenciação como uma sequência de fatores iguais, expressa em diferentes bases por meio da utilização de diversas estratégias. • Resolver e elaborar problemas com números racionais (naturais, inteiro, fracionários, decimais) envolvendo as quatro operações e a potenciação por meio de estratégias diversas. • Identificar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo) e espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera) em diferentes contextos, percebendo que estas fazem parte de nosso cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades de medida não convencionais: passos, palmos, entre outras. • Estudo de conjuntos: conceitos essenciais de pertinência, classificação e comparação. • Quatro operações básicas e a potenciação. • Conceito de fração e números racionais. • Operações com números decimais e fracionários (racionais). • Geometria plana e espacial.

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As orientações metodológicas para o Componente Curricular da Matemática na 3ª e 4ª série do Curso Normal em Nível Médio - Magistério como Formação Geral Básica tomam como base as mesmas previstas no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – CBTC, ao qual prevê que os conceitos estruturantes, as competências e as habilidades específicas sejam desenvolvidos mantendo a coerência teórica adotada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019). Ou seja, o CBTC prevê que os objetos do conhecimento sejam desenvolvidos por meio de situação desencadeadora de aprendizagem (SDA).

A Situação Desencadeadora de Aprendizagem (SDA) se apresenta como uma possibilidade para um modo geral de organização do ensino da matemática. Sua pertinência traz como característica o contexto teórico explicitado nas Propostas Curriculares de Santa Catarina, ou seja: a Teoria Histórico-Cultural anunciada em sua primeira versão em 1991, assumida em 1998, confirmada em aderência com a Teoria da Aprendizagem Desenvolvimental em 2014, reafirmadas e traduzidas por meio da SDA em 2019 (SANTA CATARINA, 2021, p. 40).

Ressalta-se que uma SDA pode se constituir em história virtual do conceito, problema emergente do cotidiano e jogo, cada qual com sua especificidade. (MOURA, 2016).

Como mencionado no texto introdutório, o professor assume no processo de formação docente a concretização do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais do Território Catarinense. Neste percurso metodológico os objetos de conhecimento devem ser abordados com o objetivo de consolidar e ampliar os conceitos em nível científico e tecnológico do futuro docente, estudantes com idade entre quinze e dezoito anos ou egressos do Ensino Médio. Que este se aproprie dos objetos de conhecimento essenciais para sua atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Portanto, o interesse nos estudos é desenvolver habilidades para exercer em sua profissão, qual seja a docência, mas, ao mesmo tempo, solidificar sua formação geral em matemática.

Nas orientações metodológicas da Área de Matemática e suas Tecnologias dos currículos Base da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019; 2021) encontram-se sugestões de situações desencadeadoras de aprendizagem que podem auxiliar no planejamento do processo ensino e aprendizagem para esse componente curricular. Apresentamos no final desse documento, sugestões de leitura que contribuem para o trabalho do professor.

AVALIAÇÃO

A avaliação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), é um processo contínuo, cumulativo e formativo, no qual se priorizam os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, tratando os sujeitos de aprendizagem como seres únicos, de modo a respeitar suas especificidades. Nesta perspectiva, o processo avaliativo deve ser permanentemente revisto e analisado com a intenção de (re) planejamento das ações pedagógicas, em busca não somente de sanar as lacunas de aprendizagem, mas de propiciar ferramentas para a construção do conhecimento.

A Proposta Curricular de Santa Catarina - PCSC denota a avaliação com caráter formativo, de modo a compreender três etapas: diagnóstico, intervenção e replanejamento, e, para tal utiliza-se de instrumentos avaliativos que favoreçam a metacognição, e

autorregulação da aprendizagem e autonomia dos estudantes na resolução de problemas relacionados ao seu cotidiano.

Ademais, a avaliação também deve contribuir para o desenvolvimento tanto cognitivo, quanto afetivo - sócio emocional do estudante, dando-lhe meios de analisar e refletir sobre seus equívocos e acertos, de modo a buscar estratégias para que alcancem os objetivos de aprendizagem. Deve ser entendida como uma das partes do processo ensino aprendizagem, buscando um diagnóstico do estudante como forma de reintegrá-lo no caminho da aprendizagem, potencializando o desenvolvimento das suas competências e habilidades, com o objetivo de contribuir e favorecer o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elaine Sampaio; MORAES, Silvia Pereira Gonzaga. Dos princípios da pesquisa em educação como atividade. In: MOURA, Manoel Oriosvaldo de (orgs.). **Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural**. Campinas, SP: Autores Associados, p. 47-70, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 9 ago. 2020. Brasil, 2018.

DAVÍDOV, V. V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**: investigación teórica y experimental. Trad. Marta Shuare Moscú: Progreso, 1988.

KIEREPKA, Janice Silvana Novakowki; GÜLLICH, Roque Ismael da Costa; ZANON, Lenir Basso. Das referências às possibilidades do *educar pela pesquisa*: a problematização de teorias e práticas no processo de formação de professores. **Revista de Educação em Ciências e Matemática**: Amazônia, v.16, n. 37, 2020. P. 21-38.

MOURA et al. A atividade orientadora de ensino como unidade entre ensino e aprendizagem. In: MOURA, Manoel Oriosvaldo de. (Org.). **A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 93-125, 2016.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A objetivação do currículo na atividade pedagógica; **Obutchénie**: **Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**. Uberlândia, MG. v.1, n.1, p.98--128/jan./abr. 2017.
Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/38419>. Acesso em 31 de julho de 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense** – caderno 2 - áreas do conhecimento. Florianópolis: SED, 2021. Disponível em: gg.gg/novoensinomediosc.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense** – caderno 4 - Portfólio dos(as) Educadores (as). Florianópolis: SED, 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Desporto. **Diretrizes 3: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais competências e habilidades**. Florianópolis, p.130, 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Formação Docente para a Educação Infantil e as Séries Iniciais)**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: uma contribuição para a escola pública, do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos**. Florianópolis: COGEN, 1991.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual**. Florianópolis, COGEN, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: COGEN, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola**. Florianópolis: COGEN, 2000.

SOUZA, Flávia Dias de; MORETTI, Vanessa. Teoria histórico-cultural e educação matemática: diálogos possíveis na formação de professores. **Revista Venezolana de Investigación en Educación Matemática (REVIEM)**, v. 1, nº 2, pp. 1-26, 2021.

SUGESTÕES DE LEITURAS PARA O PROFESSOR

CÔCO, Dilza *et al.* Formação de professores dos anos iniciais sobre frações: contribuições da teoria histórico-cultural. **Ensino da matemática em debate**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 29-55, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/46872/pdf>.

CRESTANI, Sandra. **Análise conceitual das proposições de Davydov e seus colaboradores para o ensino do conceito de divisão**. 2012. 70 f. Monografia (Especialização em Educação Matemática) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

DAMAZIO, Ademir. et. al. A concepção de álgebra na proposição de Davydov para o ensino de número. **Poiésis**. Tubarão, v. 5, n.9, p. 280- 299, jan./jun. 2012.

DAMAZIO, Ademir. O processo de elaboração do conceito de potenciação de números fracionários: uma abordagem histórico -cultural. **Bolema**. Rio Claro (SP), v. 24, n. 38, p. 219-243, abr. 2011. Disponível em <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/4602>.

DAMAZIO, A.; FERNANDES, L. S. . O conceito de fração posicional e as operações de adição e subtração no modo davydoviano de organização do ensino. **Saberes pedagógicos**. v. 5, p. 228-252, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/6818/5830>.

FREITAS, Daiane; DAMAZIO, Ademir. O pensamento conceitual de fração: o modo de organização do ensino davydoviano. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 48, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dGVVjR4FMSxRVKzZWXHhJnf/?lang=pt>.

HOBOLD, Ediséia Suethe Faust; ROSA, Josélia Euzébio da. O ensino da tabuada no contexto das ações de estudo propostas por Davýdov e colaboradores. **Revista Brasileira de Educação**. v. 22, p.01 - 30, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/zy5BvCfJmP7DtWct77XvPJ/abstract/?lang=pt>.

HOBOLD, Ediséia Suethe Faust. **Proposições para o ensino da tabuada com base nas lógicas formal e dialética**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3559> Acesso em: 20 mar. 2022.

MAME, Osvaldo Augusto Chissonde; DAMAZIO, Ademir. Conceitos geométricos no primeiro ano escolar: manifestações em livro didático de sistema de ensino desenvolvimental. **Obutchénie: R. de Didat. e Psic. Pedag.**|Uberlândia, MG|v.5|n.2|p.517-548|mai./ago. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/61412/31745>.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. **Números racionais**. Arquivo. 2015. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=155570>. Acesso: 18 ago. 2022.

NEVES, José Divino; RESENDE, Marilene Ribeiro. O processo de ensino-aprendizagem do conceito de função: um estudo na perspectiva da teoria histórico-cultural. **Educação matemática e pesquisa**. São Paulo, v.18, n.2, pp.599-625, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/23866/pdf>.

PEREIRA, Djalma Gonçalves; RESENDE, Marilene Ribeiro. Ensino de logaritmos: um diagnóstico da apropriação do conceito discutido à luz da teoria histórico-cultural. **Perspectiva da educação matemática**. Mato Grosso do Sul, v.14, n. 34, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/12385/8955>.

ROMEIRO, Irají Oliveira ; MORETTI, Vanessa Dias. O movimento do pensamento teórico de professores sobre o conceito de fração e o sentido atribuído aos materiais didáticos: um exemplo de multiplicação com frações. **Revista Acta Scientiae**, v. 23, p. 1-28, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/5905/pdf>.

ROSA, Josélia Euzébio da. **Proposições de Davydvov para o ensino de matemática no primeiro ano escolar**: inter-relações dos sistemas de significações numéricas. 2012. 244 f. Tese (Doutorado em Educação). Área de concentração: Educação Matemática - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ROSA, Josélia Euzébio da. Formação matemática no contexto do curso de pedagogia a partir dos fundamentos da teoria histórico-cultural. 37ª Reunião Nacional da **ANPED** – 04 a 08 de

outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em:
<https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt19-3693.pdf>.

SANTOS, Cleber de Oliveira. **O movimento conceitual de fração a partir dos fundamentos da lógica dialética para o modo de organização do ensino**. Dissertação de Mestrado - UNISUL. Tubarão, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3491>.

SILVEIRA, Giseli Mezari. **Proposições para o ensino do sistema de numeração em Davydov**. 2012. 112 f. Monografia (Especialização em Educação Matemática) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/297691659.pdf>.

TREJO, Adriane Buchwitz Del. A literacia probabilística na perspectiva da teoria histórico-cultural. **Interritórios**. Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru. v.6. n. 11, 2020. Disponível em:
http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/5869_2848_ID.pdf.

SER PROFESSOR?

*Ser professor é viver a grande oportunidade do exercício da "fraternidade"!
A humanidade já tendo galgado passos,
compreende a "solidariedade" em alguns níveis;
mas a "fraternidade" é um passo mais à frente... e o PROFESSOR,
é esse Ser escolhido para vivê-la no exercício do seu trabalho de AMOR!
O mundo terá dado o seu maior passo na direção do crescimento real,
quando todos os professores (da Educação Infantil até a Universidade),
tiverem acessado esse estágio do verdadeiro prazer de viver a fraternidade com seus alunos;
de fazê-los VER e VIVER a inclusão,
a ampliação de visão, na direção daqueles que lhe são encaminhados pela sociedade.
O Professor, além dos seus alunos, tem seus braços passíveis de atingir
com sua ação as famílias e a comunidade em geral.
O Professor, para tanto, tem sua ação estendida e ampliada, quando busca compreender,
conhecer e acolher
a comunidade (com todos os seus desafios).
Ser Professor
é distribuir o SABER acumulado pela Humanidade
com verdade, realidade, mas e, sobretudo com ESPERANÇA e FÉ
na capacidade infinita de crescimento do SER!
Ser Professor
é buscar o autoconhecimento por meio de participação em grupos de "troca" e
"revitalização", perseguindo as mudanças que o farão
Melhor,
Maior
e mais
Fraterno na sua AÇÃO!*

Formanda do Curso do Magistério de 1964

Professora Carmen Lúcia Lange de S Thiago

**TRILHAS DE
APROFUNDAMENTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
I E II**

**UNIDADE CURRICULAR:
PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

ESTUDOS INTEGRADOS ENTRE FILOSOFIA/SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Aline Militão José (19ª CRE)
Jasiane Piovesan (07ª CRE)
João Valdemir Patinho (05ª CRE)
Mariquiel dos Santos (37ª CRE)
Paulo Braciak (10ª CRE)
Raquel de Abreu (IEE)
Ricardo Custódio Machado (22ª CRE)

Consultor da SED

Arnaldo Haas Júnior (SED)

A construção de documentos curriculares, em Santa Catarina, realizada há décadas, tornou-se uma referência nacional. No contexto da década de 1980, durante a redemocratização do ensino, a Secretaria de Estado da Educação elaborou, com a participação ativa de professores e professoras, a Proposta Curricular da Rede. A última versão do documento foi atualizada em 2014 e que, em diálogo e articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dá corpo ao Currículo Base do Território Catarinense (CMTC), que contempla as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em 2019.

A sólida construção desses documentos alcança nova etapa com a elaboração das Trilhas de Aprofundamento do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, curso ofertado nas Escolas de Educação Básica, que tem por objetivo o preparo dos estudantes para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir de uma concepção de formação humana integral, que visa também o seu preparo para lidar com os desafios do mundo do trabalho.

O Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação I e II, componentes da Área de Ciências Humanas, numa perspectiva para além da contribuição com a formação teórico-conceitual nas temáticas relativas à Filosofia e à Sociologia, oportuniza ao estudante do Curso Normal em Nível Médio – Magistério a ampliação de sua capacidade de observação crítica do mundo. Observando-o sob a ótica da filosofia, por exemplo, o futuro professor torna-se capaz de problematizar as questões do dia a dia, considerando suas especificidades ou confrontando-as com questões semelhantes problematizadas por outros indivíduos, no bojo da herança intelectual que nos foi legada por pensadores e pensadoras de outros tempos e lugares. O olhar se amplia na medida em que os conceitos e conhecimentos da Sociologia, numa perspectiva sincrônica, os ajudam a propor soluções e a lidar com os mais variados dilemas.

Numa visão mais específica, a presença da Filosofia/Sociologia da Educação do Curso Normal em Nível Médio - Magistério oferece condições para uma reflexão sobre a organização da educação escolar brasileira e suas contradições. Pesquisas acadêmicas, na área das Humanidades, que dizem respeito ao entendimento das relações abrangentes entre Educação e Sociedade, indicam a pertinência de tais conteúdos para a formação dos novos quadros de professores que irão atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os temas de estudos voltados aos componentes curriculares da Sociologia da

Educação e da Filosofia da Educação podem convergir e dialogar de forma fecunda no sentido de oxigenar as práticas educacionais.

A aprendizagem de Filosofia e Sociologia é um contributo à capacidade de contextualização da realidade, considerando aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, éticos e estéticos. Somos sujeitos sociais, frutos de um processo histórico que perpassa por distintos momentos e perspectivas. Por meio dos conceitos sociológicos e filosóficos o aprendizado crítico e reflexivo é potencializado, e a compreensão do ser humano em sua totalidade permite que o indivíduo identifique seus limites e potencialidades, ao mesmo tempo, amplia o seu entendimento sobre os mais diversos modos de ser e existir, uma das condições necessárias para o entendimento da diversidade como um princípio formativo.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

A concepção da diversidade como um princípio formativo, adotada pela Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), presente também no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (2021), irmana-se com a necessidade de oferta de processos formativos pautados, por exemplo, no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Um dos grandes desafios a serem enfrentados por professores e professoras diz respeito à necessidade de conferir significado e relevância às temáticas que se tornam objeto do conhecimento, de maneira que os estudantes se sintam atraídos e tenham o interesse despertado. Neste sentido, entendemos que a abordagem pedagógica voltada ao desenvolvimento de competências e das habilidades associadas aos eixos estruturantes da parte diversificada do Currículo do Ensino Médio, ou das competências e habilidades profissionais previstas pela BNC- Formação Inicial que, nortearão o Itinerário Formativo da Formação Docente – Curso Normal em Nível Médio - Magistério, ao explorar conceitos filosóficos e sociológicos, deve suscitar nos estudantes uma “experiência”. Esta, aqui entendida como algo que acontece com uma pessoa e que de alguma forma a transforma, de maneira que ela passa a não ser mais a mesma que era antes. É algo que atravessa o seu pensamento, as suas ideias, e faz com que já não possa mais pensar e ser da mesma forma. A experiência filosófica e sociológica é a experiência de fazer Filosofia e Sociologia (ASPIS, GALLO, 2009).

O desafio a ser assumido é romper com o entendimento que concebe as aulas como um momento para a transmissão de informações. É fundamental pensá-la como um espaço no qual os estudantes não sejam meros espectadores, mas sim agentes ativos, produtores e criadores. É neste sentido que tomar os conhecimentos construídos historicamente como o centro e o único meio de estruturar o ensino deste componente pode ser algo arriscado, pendente para um “enciclopedismo”, nos termos da apresentação aos estudantes de um desfile de filósofos ou os sistemas de pensamento.

Partimos do pressuposto que se não há problema, não há pensamento. Neste sentido, a ruptura com o enciclopedismo pode se dar na medida em que o professor explora os problemas que mobilizaram e mobilizam a construção de conceitos filosóficos e sociológicos, de maneira que estes possam se tornar ferramentas intelectuais e lentes para a apreensão da realidade. Ou seja, o direcionamento proposto para o trabalho com este componente não é o de uma visita a um passado ou a um presente apáticos, nem a proposição de abordagem asséptica, mas sim o ingresso em um processo no qual o aprender filosofia e sociologia sirva para mobilizar o pensar filosófica e sociologicamente.

Acreditamos que não há como criar um modelo único para o ensino deste componente curricular. Não há como se estabelecer um método capaz de contemplar a singularidade das experiências pedagógicas. Neste sentido, um desafio do ensino da Filosofia

e da Sociologia é contribuir com a criação, dentro da comunidade de ensino, de um ambiente marcado pelo diálogo e por práticas argumentativas, dialéticas e dialógicas, um espaço livre e democrático no qual se possa fomentar o crescimento das capacidades de realização do ser humano.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 12: Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação I.

Componente Curricular: Estudos Integrados entre Filosofia /Sociologia da Educação I na Educação Infantil			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
<p>Investigação Científica</p> <p>Processos Criativos</p> <p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCHSA04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCHSA08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais</p>	<p>(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p>(EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>Instigar o desenvolvimento da imaginação sociológica por meio da compreensão dos conceitos estruturantes da constituição de sociedades, culturas, mundos do trabalho e relações de poder.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A filosofia como objeto de reflexão e elaboração crítica de uma concepção de mundo enquanto totalidade e compromisso com a sua realização prática; • A importância da filosofia na formação do educador; • O Projeto Pedagógico como objeto de reflexão filosófica; • A consciência mítica x consciência filosófica; • A concepção platônica e a concepção aristotélica de conhecimento; • O Projeto Pedagógico e a concepção de mundo ou problema

<p>Empreendedorismo</p> <p>Docência</p>	<p>Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em</p>	<p>Desnaturalizar as desigualdades sociais, compreendendo-as como um problema estrutural na construção das sociedades, nas diferentes temporalidades e espacialidades, especialmente interseccionadas pelas desigualdades de gênero, raça e etnia.</p>	<p>ontológico;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Projeto Político Pedagógico e a concepção de mundo ou problema epistemológico; • Idealismo, materialismo e existencialismo na educação; • Trabalho em educação como fonte de humanização; • As origens da sociologia e o contexto histórico: Comte, Durkheim, Marx e Weber; • Conceitos e categorias da análise das teorias sociológicas clássicas (fato social, ação social, classe social); • A sociologia e a educação: implicações, relevância e particularidades em relação à sociologia geral; • Durkheim: sociedade, educação e manutenção; • Marx: sociedade, educação e emancipação;
---	--	--	---

<p>consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Weber: sociedade, educação e desencantamento do mundo.
--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 13: Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia e Sociologia da Educação II.

Componente Curricular: Estudos Integrados entre Filosofia /Sociologia II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos de conhecimento
<p>Investigação Científica</p> <p>Processos Criativos</p> <p>Mediação e</p>	<p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCHSA04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre temas e processos de natureza</p>	<p>Identificar o racismo estrutural nas sociedades, para com ele se sensibilizar, ressoando nas sociabilidades ao longo da história, considerando sua historicidade e suas territorialidades nas diversas escalas, considerando a realidade étnica no território catarinense, bem como as diversas manifestações de racismo, xenofobia e preconceito que influem na reprodução de tais desigualdades.</p> <p>Refletir sobre os</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A relação entre pensamento e linguagem; • Projeto Político Pedagógico e a concepção de mundo ou problema antropológico; • Projeto Político Pedagógico e a concepção de sociedade ou o problema ético-político; • A educação e o processo de formação do sujeito histórico; • Valores e fins na educação; •

<p>Intervenção Sociocultural</p>	<p>histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p> <p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p>	<p>processos de construção de espaços saudáveis, a partir dos pressupostos trazidos pelo movimento Cidades Saudáveis, incluindo lugares de vivência, como a escola e a comunidade em que vive.</p> <p>Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>Compreender exclusões e restrições à circulação livre e ao consumo universal de informação para o efetivo exercício da cidadania, ao longo do tempo e espaço.</p> <p>Reconhecer o processo educativo como meio para obter mudanças de políticas públicas e a ampliação de direitos, nas diferentes escalas e temporalidades, incluindo os lugares de vivência.</p> <p>Compreender a emergência da discussão acerca das estruturas institucionais racistas, considerando os tempos históricos e as espacialidades, incluindo os lugares de vivência.</p> <p>Identificar os diferentes repertórios de ações coletivas e movimentos sociais (associativismos, cooperativismos, sindicalismos, coletivos), considerando os movimentos negros, de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A dimensão política da educação ou a dimensão pedagógica da política; • Competência técnica e competência política à luz da reflexão filosófica; • Correntes ou tendências pedagógicas à luz da reflexão filosófica; • Pedagogias conservadoras e liberais: pressupostos e a presença na organização dos documentos curriculares nacionais; • Sociedade e Sociologia da educação no Brasil; • A função social da educação e do educador infantil na contemporaneidade; • A educação infantil em espaços formais e não-formais e suas inferências nas diferentes camadas sociais; • Desigualdades sociais e estruturais.
<p>Empreendedorismo</p>			
<p>Docência</p>	<p>(EMIFCHSA08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade</p>		

	<p>socioambiental.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua</p>	<p>mulheres, feministas, de trabalhadores, ambientais, da terra, rurais, urbanos, de moradia, religiosos, de segurança alimentar, secundaristas, entre outros, nas diversas espacialidades e temporalidades, incluindo os lugares de vivência.</p>	
--	---	--	--

	<p>articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Como encaminhamento metodológico, acreditamos que os Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação I e II devem fomentar o desenvolvimento do senso crítico, da consciência filosófica e do conhecimento científico nos termos da abordagem sociológica. Para alcançar esse objetivo propomos que seja dada atenção especial aos seguintes procedimentos metodológicos:

- Problematização dos conhecimentos prévios dos estudantes, por meio do confronto com conceitos e referenciais teóricos afins à abordagem filosófica e sociológica;
- Apresentação, aos estudantes, de autoras e autores clássicos do pensamento sociológico e filosófico, visando à apreensão do instrumental lógico-metodológico e conceitual que caracteriza a Filosofia e a Sociologia da Educação, além da compreensão da sua historicidade;
- Estudo de autores contemporâneos, tanto da Filosofia quanto da Sociologia da Educação, principalmente, dos textos-autores que se movem na perspectiva histórico-crítica, tendo em vista que este horizonte teórico tende a ampliar a

capacidade de leitura e compreensão do mundo dos estudantes, numa perspectiva sincrônica;

- Contextualização das vivências e experiências dos estudantes, demarcando a historicidade constitutiva das mesmas;
- Elaboração de sequências didáticas que permitam aos estudantes visualizar e explorar a lógica que sustenta diferentes pontos de vista sobre recortes da realidade;
- Utilização de metodologias ativas na condução do processo de ensino e aprendizagem;
- Participação dos estudantes nos processos decisórios relativos aos rumos dados ao componente curricular, no que se refere às estratégias didáticas e metodológicas;
- Especial atenção deve ser dada, por ocasião da elaboração das sequências didáticas, da intencionalidade pedagógica voltada ao desenvolvimento das habilidades apresentadas no Organizador Curricular, ou seja, o professor precisa ter clareza sobre quais são as habilidades (cognitivas, procedimentais, atitudinais e outras) que se espera que os estudantes desenvolvam. Este princípio implica, por exemplo, na adoção de estratégias e instrumentos avaliativos coerentes.

AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino aprendizagem dos estudantes, nos termos da previstos pela BNCC ou, mais especificamente, pelo Currículo Base do Território Catarinense, deve focar no desenvolvimento integral dos estudantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em seu Art. 8º, prevêem a adoção de metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializam o desenvolvimento das competências e habilidades dos(as) estudantes, favorecendo o seu protagonismo, e que sejam processuais, formativas, qualitativas, inclusivas e contínuas. Nesse sentido, sugere-se que o acompanhamento seja feito com frequência, utilizando recursos de avaliação que impliquem em devolutivas do(a) professor(a) e em estratégias de auto avaliação. A escolha dos instrumentos avaliativos deve ser coerente com os objetos de aprendizagem e permitir que o(a) professor(a) avalie se os estudantes estão desenvolvendo as competências e habilidades previstas para cada etapa do processo formativo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARGNATO, C.E; MIORANDO, B. S. **Dicionário do ensino de sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIRETRIZES. **Organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais, competências e habilidades**. Florianópolis: Diretoria de Ensino Fundamental /Diretoria de Ensino Médio, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GHEDIN, Evandro. **A filosofia no ensino: a formação do pensamento reflexivo-crítico**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2000.

GOMES, Cândido A. Darcy Ribeiro ou a rebeldia na educação. In: GOMES, Cândido A. (org.) **Educadores Brasileiros do Século XX**: v. 2. Brasília: Ed. Universa, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, p.80, 2018.

MAKENAS, Paulo. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre educação**. Tradução, apresentação e notas Noéli C. de M. Sobrinho. São Paulo: Ed. PUC/Loyola, 2003.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

POUTIGNAT, Phillipe. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SCOCUGLIA, A. C. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CERLETTI A. Ensino de filosofia e filosofia do ensino filosófico. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GALLO, Sílvio. Metodologia do Ensino de Filosofia. **Uma didática para o ensino médio**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KOHAN, Walter & Wuenssch, Ana Miriam. **Filosofia para crianças: a tentativa pioneira de Matthew Lipman**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

KOHAN, Walter. **Filosofia para crianças**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KOHAN, Walter. Infância. **Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LANGÓN M. Filosofia do ensino de filosofia. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à escola**. São Paulo: Summus, 1999.

OSBORNE Richard. **Filosofia para principiantes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

RANCIÈRE J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Raquel de Abreu (IEE)

Tânia Córdova (27ª CRE)

Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

Consultor

Mário César Brinhosa (IEE/USP)

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA

Pensar de forma filosófica nos dias de hoje parece coisa de outro mundo. Desta forma, entender como ato de filosofar e se apropriar de conhecimentos produzidos historicamente, é fundamental na formação de futuros educadores. Principalmente, para educadores que atuarão nas mais tenras idades, ou seja, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Como questão basilar apresentada, cabe explicitar que a educação em conjunto com outras formas sociais gera a possibilidade de entendimento e inserção dos homens num espaço do vivido permeado de conflitos, já que a sociedade se apresenta dividida em classes antagônicas.

Esta realidade se produz por meio dos embates entre as forças conservadoras e as forças que pretendem a transformação social. Este enfrentamento se produz a partir do mundo do trabalho e da produção das mercadorias necessárias à sobrevivência humana. Assim, a Educação é produto e produtor desta luta histórica, destas forças em embate e não pode ser estudada e ou vista fora do contexto Mundial, Nacional, Regional e Local que a produz.

Dessa maneira, a compreensão da trajetória histórica da educação e da escola, compreende a história da própria sociedade e seus condicionantes sociais, num processo em que os homens são os sujeitos que se constroem enquanto homens, num determinado tempo histórico, com seu trabalho, seu cotidiano, suas resistências e suas permanências. (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 1991, p. 77).

Nesta perspectiva a educação não pode ser entendida como um amontoado de conteúdos arrolados e ordenados a ser ministrado em uma série e ou ano de estudo e/ou curso. Esta necessita ser entendida para além do didatismo acadêmico e vislumbrar as forças e substâncias que a produzem a cada momento desta mesma história. Isto é:

[...] com uma visão clara da problemática da educação hoje, busca na sua trajetória histórica as suas causas, puxando um fio histórico que possibilite estar no hoje e no ontem, estabelecendo as relações de espaço e tempo acompanhadas pelos determinantes sociais. (LOPES, 1984).

No estudo da tessitura e dos determinantes sociais está toda a necessidade de arrolar os dados que permitirá a compreensão de toda a trama histórica. Tal procedimento exige um nível de investigação que não se limita àquilo que convencionalmente é chamado de História da Educação, mas implica uma substancial investigação dos determinantes econômicos, políticos e sociais. Estes elementos são os pilares pelo qual se produz a condição de inteligência

acerca do fenômeno educativo e da compreensão da problemática do ato de educar e de sua importância política.

Ao processar esta investigação acerca da historicidade da educação e dos atos educativos é salutar estarmos inseridos na condição de sujeitos da história e que temos uma função social específica, que é de produzir o ato de apropriação dos conhecimentos acumulados e produzidos pela humanidade ao longo de sua história.

Desta forma, a História da Educação toma outra envergadura, qual seja, de favorecer para que se perceba que nossas ações estão imbricadas com tudo aquilo que constitui a nossa própria história a partir da nossa prática cotidiana. Esta prática, longe de ser neutra, é um posicionamento político frente à realidade que circunscreve o ato de fazer saber ler, matematizar, brincar, sorrir, dialogar, concordar, discordar e acima de tudo: entender. Antônio Nóvoa (1992) chama a atenção para um aspecto fundamental no processo de formação docente no percurso da história da educação:

Desta forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras (NÓVOA 1992, p. 22).

Segundo Nóvoa, não se constrói a formação docente por acumulação de cursos, técnicas ou conteúdos. A formação só se efetiva e produzirá frutos se for por meio de um trabalho reflexivo, analítico das práticas. Um movimento dinâmico, um exercício permanente de reconstrução da identidade pessoal, que pressupõe uma relação aberta com o saber, valorizando o cotidiano pedagógico, como também, identificando a importância que as “histórias de vidas” podem adquirir nos estudos sobre a formação docente.

Em tempos de mudanças sociais e educacionais e, em especial no que tange à formação de professores para a Educação Básica brasileira, é urgente uma melhor qualificação do corpo docente voltado ao trabalho na Educação Infantil e Anos Iniciais. Conforme registros oficiais, a velha história do fracasso escolar e das dificuldades relativas à qualidade do ensino, exige, entre outras iniciativas, um currículo que contribua substancialmente para a formação docente.

Entre os componentes curriculares fundamentais para a formação de novos professores destacamos a História da Educação. Para Antônio Nóvoa (2010), a relevância da História da Educação pode ser apontada, nos dias atuais, em quatro eixos essenciais: para cultivar um saudável ceticismo; para compreender a lógica das identidades múltiplas; para pensar os indivíduos como produtores de história e para explicar que não há mudança sem História.

O esteio dos quatro pilares listados por Nóvoa (2010) justificam a promoção de uma “consciência crítica” não de uma história cronológica, mas de uma história que emerge nas dificuldades do tempo presente e nos remete a um estudo respaldado em fatos do passado. Para compreendermos a lógica das identidades múltiplas precisamos assimilar que vivemos em tempos sinalizados pela globalização e por um exagero contraditório entre a circulação de ideias e a multiplicação das identidades locais.

Os estudos da História contribuem para a valorização das diversidades culturais, étnicas, as memórias, tradições, pertencas e crenças. O “pensar nos indivíduos como produtores de história” está na ideia de que estamos tecendo memórias cotidianamente e, é graças ao passado que temos a consciência de quem já fomos e somos para produzir o devir. E, para desvelar que “não há mudança sem história”, é importante lembrar que o trabalho histórico é análogo ao trabalho pedagógico, que se alimenta de um excesso de mudanças ou de um exagero conservador. Um e outro podem pender para a referência voltada à saudade do passado ou um exagero no que se refere às novas tecnologias do presente como “salvação” da

educação escolar e, assim, dificultando aquilo que poderá vir a ser. Assim, “é tão importante denunciar a vã ilusão de mudança, imaginada a partir de um não lugar sem raízes e sem história” (NÓVOA, 2010).

No contexto, das habilidades do componente curricular, seus objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem, visam a problematização da História da Educação no campo educacional; buscam reconhecer e analisar os processos sociais e sua relação com a História da educação; questionam e examinam as minúcias da Educação Escolar numa perspectiva histórica e procuram compreender a concepção e idealização da profissão docente, da escolarização da infância e da instituição escolar.

Tendo estas premissas como norteadoras, os estudantes/futuros professores do curso passarão a ser proprietários de um matiz teórico filosófico que lhes possibilite uma ação docente mais próxima e com grau de consciência da realidade mais substancial no momento do ato educativo. “O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e, não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.” (PIAGET, 1994, p. 96).

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 14: Componente Curricular de História da Educação I

Componente Curricular: História da Educação I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFCHSA03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos</p>	<p>Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p>Desnaturalizar as desigualdades sociais, compreendendo-as como um problema estrutural na construção das sociedades, nas diferentes temporalidades e espacialidades, especialmente interseccionadas pelas desigualdades de gênero, raça e etnia.</p> <p>Discernir o percurso</p>	<p>Concepções de História e Historiografia: O que é História; A História da História; Conceitos de História e Historiografia. Métodos de Pesquisa e de Investigação da História da Educação no Brasil, em Santa Catarina e local.</p> <p>A Educação pelos Tempos: A Educação nas sociedades ágrafas; A Educação na Antiguidade (Grécia e Roma); A Educação na Idade Média; A Educação no Renascimento.</p>

	<p>pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>histórico da instituição escolar para entender o seu desempenho social atual aprendendo de forma crítica a função da escola como colaboradora da manutenção e da reprodução da estrutura social, como também, na transformação dessa mesma estrutura.</p>	<p>A educação europeia nos séculos XVII – XIX e as propostas para a educação: Educação e Iluminismo: os iluministas e a formação do homem moderno; A formação do sistema de ensino laico, gratuito e para todos no mundo contemporâneo; Pestalozzi e o neo-humanismo social; Herbert e o Intelectualismo Pedagógico; Froebel e os jardins de infância; Spencer e o Cientificismo Pedagógico.</p> <p>A escola como instituição nacional da modernidade: A industrialização, o capitalismo industrial e o nascimento do liberalismo moderno (liberdade, trabalho, educação); O nascimento do Estado moderno e a institucionalização da escola; A educação como política de classe executada sob responsabilidade do Estado; Uma escola para o povo e uma escola para as elites.</p> <p>A Educação no Século XX: Liberalismo de Estado e sociedade de consumo; A educação como meta de estado; Produção de ciência e tecnologia: treinamento e mercado de trabalho;</p>
Processos Criativos	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCHSA04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>		
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p>		
	<p>(EMIFCHSA10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos</p>		

<p>Empreendedorismo</p>	<p>relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.</p>		<p>conhecimento e transformação do mundo; As Influências de Montessori, John Dewey, Jean Piaget, Paulo Freire e outros pensadores da educação.</p> <p>O século XXI e a Formação Humana.</p>
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Prática profissional</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>Engajamento profissional</p> <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser</p>		

<p>modificado.</p> <p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p>		
---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 15: Componente Curricular de História da Educação II.

Componente Curricular: História da Educação II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFCHSA03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global,</p>	<p>Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p>Desnaturalizar as desigualdades sociais, compreendendo-as como um problema estrutural na construção das sociedades, nas diferentes temporalidades e espacialidades, especialmente interseccionadas pelas desigualdades de gênero, raça e etnia.</p>	<p>O processo histórico de implantação da Escola no Brasil:</p> <p>Período Colonial: A educação jesuítica e as reformas pombalinas; Período Imperial: A Educação no Império, a formação da elite; Reformas: Couto Ferraz, Leônicio Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa para a organização do ensino.</p> <p>A Educação na República do Brasil:</p> <p>Período Republicano (1889 a 1930): Educação e questão nacional; os grupos escolares; imigrantes e</p>

	<p>identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>Discernir sobre a tessitura política, social e econômica que engendraram a educação brasileira no período colonial e imperial.</p>	<p>educação; a transição da Pedagogia Tradicional para a Pedagogia Nova.</p>
Processos Criativos	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCHSA04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>Compreender o percurso histórico da instituição escola para entender o seu desempenho social atual aprendendo de forma crítica a função da escola como colaboradora da manutenção e da reprodução da estrutura social, como também, na transformação dessa mesma estrutura.</p> <p>Analisar e inteligir como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Discernir o percurso histórico da instituição escolar para entender o seu desempenho social atual aprendendo de forma crítica a função da escola como colaboradora da manutenção e da reprodução da estrutura social, como também, na transformação dessa mesma estrutura.</p>	<p>Período de 1930 a 1932: A Política Educacional e os conflitos ideológicos dos anos 30; Movimento da Escola Nova no Brasil; Manifesto dos Pioneiros da Escola.</p> <p>Estado Novo de 1937 a 1945: A Constituição de 1937 e as Leis Orgânicas; A Política Educacional dos governos populistas.</p> <p>Período da Ditadura Militar: Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61; A Constituição de 1967 e a educação; Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/71; o Tecnicismo.</p>
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p>	<p>Discernir o percurso histórico da instituição escolar para entender o seu desempenho social atual aprendendo de forma crítica a função da escola como colaboradora da manutenção e da reprodução da estrutura social, como também, na transformação dessa mesma estrutura.</p>	<p>Pedagogias não Liberais:</p> <p>Contexto histórico e características; Pedagogia Crítico Produtivistas; Pedagogia Libertadora; Pedagogia Crítica.</p> <p>Educação na nova ordem democrática e constitucional - rearticulação dos programas de ensino e novas perspectivas de formação docente:</p> <p>Educação Brasileira a partir da Constituição de 1988; Redemocratização da Educação Brasileira; A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases nº</p>
Empreendedorismo	<p>(EMIFCHSA10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais</p>		

	<p>Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.</p>		<p>9394/96; Tendências Liberais Neo versus Materialismo Histórico.</p>
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Prática profissional</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>Engajamento profissional</p> <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.3.1 Contribuir na construção</p>		<p>A Educação do século XXI:</p> <p>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): contexto histórico e características;</p> <p>Um novo perfil de aluno na visão de mercado, um novo perfil de professor profissionalizante.</p>

	<p>e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A perspectiva metodológica está diretamente ligada à percepção que temos do mundo e ao projeto de nação que estabelecemos como direção a ser seguida. Os encaminhamentos e procedimentos pedagógicos estão articulados com a nossa – enquanto docente – concepção de processo histórico. Não existindo esta clareza, o ato educativo se resumirá na mera e “chata” transmissão de um rol de conteúdos desconexos.

Há que se ressaltar, nesta dimensão, que os objetos de conhecimento do componente da História da Educação no Curso Normal em Nível Médio – Magistério não se esgotam em si mesmo. Eles estão imbricados. E, nessa condição torna-se importante considerarmos o texto norteador da Proposta Curricular de SC, versão 1991, em que fica claro por onde o eixo filosófico deve passar e sua importância está em:

- a) trabalhar os conteúdos numa perspectiva da totalidade histórica, já que os acontecimentos são articulados e só assim ganham sentido. Compreender o conteúdo como elemento dinâmico do processo ensino-aprendizagem, não podendo ser considerados como verdade absoluta e que, portanto, é suscetível a mudanças e a novas versões;
- b) ampliar a percepção da História da Educação enquanto manifestação social de um determinado momento histórico em seus condicionamentos econômicos-sociais, políticos e culturais, reconhecendo a prática educacional como um dos elementos norteadores das lutas sociais, onde se manifestam as contradições da sociedade historicamente constituída;
- c) refuta a visão da História como processo linear, factual, calcada em causas e consequências, como se o conhecimento histórico fosse um mero processo de memorização de datas e heróis, prática esta que alimenta uma concepção de mundo dominante, reprodutora das desigualdades sociais numa sociedade antagônica. (SANTA CATARINA, 1991, p. 77).

Desta forma, urge decodificar que programas, linhas, conteúdos são sempre, historicamente, construídos e/ou organizados em conformidade com os interesses de classes. Aqui, se define o papel do educar enquanto porta-voz e portador de um conhecimento historicamente produzido e dentro de um matiz econômico, social, político e moral. Reconhecer-se como produto e produtor do ato educativo e da história da humanidade já é mais que dois passos para um processo educativo dialético e em busca do devir. Tudo que

somos e/ou sabemos não é propriamente nosso. Somos na verdade um eu coletivo de interações com o meio que nos circunscreve e, portanto, produção social. Isto posto, na questão metodológica da História da Educação há que se destacar e aprofundar algumas questões:

A primeira delas é o caráter evolucionista e ou etapista por meio do qual são apresentados os programas dos cursos. Esta concepção vai trilhar o caminho das etapas que se sucedem numa temporalidade única. Estuda a evolução das instituições escolares, dos métodos e das doutrinas pedagógicas. Esta é a história dos vencedores, dos povos hegemônicos, da supremacia, das elites. As demais práticas são sucumbidas por esta concepção.

A segunda delas é a educação como manifestação, em suas peculiaridades, do momento político ideológico e, assim, deve ser explicada historicamente no que se refere aos sujeitos nela envolvidos, aos currículos, às instituições que a realizam, à legislação que nela incide e todo o restante que daí se conecta. Para ficar mais claro, é pertinente retomar o que estabelece a primeira versão da Proposta Curricular de SC, 1991. Sintetizando:

a) Considerando a amplitude de que se reveste o estudo da História da Educação, o leque de alternativas a partir das quais é possível a compreensão desse fenômeno, por meio dos tempos, por meio das habilidades para o processo de construção do conhecimento. Sem, contudo, deixar de lado a função social e pública da escola, enquanto colaboradora na manutenção e reprodução da estrutura social, mas, que também, pode contribuir na transformação dessa mesma estrutura.

b) Levando em conta a carga horária da disciplina e a importância de garantir a qualidade do estudo, estabelecer como prioritário o enfoque na escola brasileira. Vivemos num país capitalista emergente, dependente que tem uma dívida histórica com ampla maioria da população, que se encontra marginalizada dos bens culturais aqui produzidos. Nesse contexto, a instituição escolar vem excluindo e marginalizando historicamente grande parcela da população. O estudo da sua trajetória possibilitará um maior entendimento do seu funcionamento, que continua hoje, marcado pela maior e ou menor seletividade e excludência das camadas populares em conformidade com as realidades regionais do país .

c) Percebe-se que a história da educação deva ser compreendida como a identificação de diferentes espaços, histórias dos contatos, dos encontros, das aculturações e das mestiçagens. “*Cada escala tem sua própria regra*”. São diferentes maneiras de ver o mundo, dependendo da perspectiva do olhar. Assim, há uma relação entre uma técnica de observação micro histórica e uma descrição macro antropológica. O importante é a escolha de um marco de estudo capaz de tornar visíveis as histórias conectadas que relacionaram populações, culturas, economias e poderes (SUBRAHMANYAM, 1994). Nesta linha de pensamento é imprescindível que tenhamos a sensibilidade, a observação e cuidado perante os fatos e perceber nestes a correlação, os “*laços de interdependência*”. Fundamental neste percurso de formação de novos professores que irão atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, reflexões e questionamentos referentes às concepções e valores que permearam a prática educativa ao longo dos anos: Quais eram os sujeitos? Quais as culturas e histórias que se interagem?

d) Tentando superar ao etapismo procuramos organizar a sistematização dos objetos de conhecimento a partir de temas representativos do momento histórico em estudo, possibilitando assim, a ampliação da análise, num ir e vir histórico, articulando as manifestações específicas da educação escolar com o movimento histórico da sociedade.

e) Objetivando resguardar a historicidade da escola e de seus diferentes caminhos, buscamos garantir a contextualização dela em cada um dos períodos por meio de caracterização destes, nos seus condicionantes econômicos, sociais, políticos e culturais.

O objetivo destas pontuações é encaminhar ao debate acerca da experiência dos professores, propor um avanço no estudo do Componente Curricular da História da Educação para que, os futuros professores tenham uma concepção mais abrangente da sociedade e suas tessituras.

AVALIAÇÃO

Cabe ressaltar, inicialmente que, a avaliação, apontada aqui, situa-se a partir de uma concepção de mundo e de homem sócio-histórico. No curso Normal em nível Médio - Magistério esse entendimento de avaliação se fundamentará pelas ações dos sujeitos envolvidos no processo, seja pelo professor do Componente Curricular História da Educação, seja pelo estudante do curso que, também, atuará como professor, nos momentos de estágio, nas elaborações de planos e de projetos pedagógicos.

Sendo assim, é imprescindível que o professor entenda o processo avaliativo como parte integrante de seu plano de aula e planejamento geral, já que a avaliação não pode se ater apenas a um momento avaliativo, pois faz parte do cotidiano escolar e deve acompanhar as conquistas e dificuldades diárias de seus estudantes no processo de aprendizagem. Reforça-se que,

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, por que não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a progredir sempre (HOFFMANN, 01, p. 47).

Dessa forma, os professores que atuam no curso, em especial no componente curricular História da Educação devem ter em suas ações pedagógicas a essência da diversidade de seus estudantes contempladas e encarar a avaliação como um instrumento do seu trabalho educacional, o qual sinaliza caminhos a serem percorridos ou retomados.

É importante não perdermos o foco que o estudante deve ser protagonista do processo de ensino e aprendizagem, bem como, o próprio professor. Logo, a avaliação deve prever a formação do sujeito envolvido, diagnosticar o que precisa ser ensinado, revisto e atualizado e, principalmente, proporcionar a reflexão e auto-avaliação do que o estudante precisa conquistar para uma construção sólida de seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio – uma perspectiva construtivista**. Educação e Realidade. Porto Alegre, 39. ed., 2008.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Coleção Magistério – 2º Grau – Série Formação do Professor. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e criando a prática. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e Eventos, 2005.

LOPES, Eliane M.T. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1986.

MANACORDA, Mario. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1988.

MARÍN-DÍAZ, Dora. Cultive a felicidade. Autoajuda, Educação e prática de si. **Genealogia de uma antropotécnica**. Belo Horizonte, Autêntica, 41-58 p., 2015.

NÓVOA, António. **Inovações e história da educação**. Teoria e Educação - nº 6. 1992.

NÓVOA, António. Para que a História da Educação? (apresentação) In: STPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. (Orgs). **História e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2010. (Vol. II: Séc. XIX).

PIAGET, Jean. **Correntes pedagógicas**: aproximações com a teologia. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1991.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. **Docência e memória**: elos da formação humanista das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (1960-1980). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2020.

VASCONCELLOS, C. S. **A construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad 2, 1994.

ESTATUTOS DO HOMEM

Artigo I

*Fica decretado que agora vale a verdade,
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.*

Artigo II

*Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.*

Artigo III

*Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.*

[...]

Thiago de Mello (2019)

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Argos Gumbowski (26ª CRE)
Eduardo Fortunato Machado (15ª CRE)
Elisabeth dos Santos (15ª CRE)
Eliston Terci Panzenhagen (IEE)
Janete Paiter de Souza (26ª CRE)
Joyce Goulart Capela Coelho (15ª CRE)
Ligia Caróle Sales Paes (27ª CRE)
Maira Cristine Binsfeld (15ª CRE)

Consultores

Eliston Terci Panzenhagen (IEE)
Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

A Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina vem investindo e reconfigurando o Curso Normal em Nível Médio - Magistério considerando e o reconhecendo como uma das possibilidades de formação inicial no campo educacional, com vistas ao exercício da docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O Curso procura atender às diversas necessidades que imbricam na formação docente para os profissionais desse campo, assim como desenvolver nesses profissionais as habilidades e competências necessárias para a formação do educador, capacitando-os para participarem de forma proativa no ambiente de trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário o domínio do conhecimento específico, bem como, acerca do contexto educacional e das bases legais que norteiam a Educação.

Ao assumir a responsabilidade de ministrar o componente curricular de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil I e II e nos Anos Iniciais I e II, o docente deve demonstrar amplo conhecimento acerca da estrutura e organização da educação brasileira, de modo a superar as visões fragmentadas ou unilaterais acerca da legislação que norteia a educação no país. Assim, importa considerar que estrutura, organização e legislação educacional estão imbricadas no mesmo processo e se complementam, possibilitando ao professor em formação uma compreensão geral do âmbito educacional, por meio do estudo da legislação reguladora, regulamentadora e das políticas públicas educacionais.

Nesse contexto, é importante compreender que, há tempo os trabalhadores da Educação Infantil, Anos Iniciais, as instituições de ensino superior, bem como, associações na referida área são atores sociais que lutam para a conquista de direitos para as crianças e os profissionais que atuam nessa modalidade. Este processo fortaleceu-se com a promulgação da Constituição Brasileira (1988), em que, no seu Art. 208 detalha que, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia”, na qual em seu inciso I afirma que a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, bem como, no inciso IV traz que: “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. (BRASIL, 1988).

No intuito de reforçar a referida determinação constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96) em seus Artigos 29 e 30, conceituou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e o tipo de oferta, creche e pré-escola, para as crianças de até cinco anos. Da mesma forma, a promulgação da Lei nº 11.274/2006, a qual

dispõe sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, a Educação Infantil passou a ser de zero a três anos (creche) e quatro a cinco anos (pré-escola) corrobora para este avanço.

Na esteira destas conquistas tivemos, também, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 05 de 17/12/2009, que definiu em seu Art. 5º, inciso 3º uma data corte para as crianças na Educação Infantil, ficando estabelecido que as crianças que completarem seis anos, após dia 31 de março, deverão ter a matrícula assegurada nessa primeira etapa da Educação Básica.

É importante que os professores que atuem neste componente curricular saibam e reforcem aos estudantes que, a garantia do direito à educação passa pela formulação e execução de políticas públicas educacionais que promovam a qualidade no ensino, a partir da elaboração de projetos que contemplem desde o planejamento de espaços e dos mobiliários até os materiais adequados às crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais.

Além disso, professores e estudantes precisam entender a incumbência do poder público em investir na formação dos professores e gestores, elaborar diretrizes curriculares, entre outras ações que utilizem de forma adequada os recursos públicos para a efetivação de uma educação de qualidade. Para cumprir estas ações, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, o que implicará na definição de políticas públicas de modo articulado e com a participação de todos os entes federados, conforme prevê a Constituição Brasileira.

Assim sendo, o professor dos componentes curriculares de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil e Anos Iniciais do curso em tela deverá ser conhecedor das questões até aqui abordadas e atualizar-se. Miguel (2006) corrobora quando afirma que:

A legislação educacional tem sido uma das fontes recorrentes daqueles que estudam a História da Educação brasileira. Mostra-se um dos pontos de partida para a busca de caminhos que conduzam pelos labirintos da história educacional, mas necessita, no entanto, de contextualização e do apoio de conceitos-chaves que permitam a sua interpretação. (MIGUEL, 2006, p. 7).

Dessa forma, o conhecimento sobre temas que perpassam este componente curricular, bem como, o desenvolvimento das habilidades propostas, contribuirá na compreensão dos condicionantes das mudanças e das permanências de determinadas estruturas, formas de organização e políticas educacionais nos diferentes sistemas de ensino brasileiro por meio do tempo e suas imbricações no “modelo” de educação e práticas pedagógicas desenvolvidas. Para reforçar esta ideia, Miguel (2006) contribui afirmando que:

Em uma concepção mais crítica a legislação será percebida enquanto conjunto das leis possíveis em determinada sociedade, em dado momento histórico e produto do jogo de forças presentes no aparelho de Estado. O contexto socioeconômico, político e cultural tem então um papel importante na interpretação da legislação e de seu papel na sistematização da educação (MIGUEL, 2006, p. 7).

Conforme exposto, este componente vislumbra permear suas práticas pedagógicas com discussões que abordam quatro conceitos essenciais, a saber: estrutura, organização, legislação e políticas públicas educacionais, desenvolvendo a compreensão do contexto e uma análise crítica destes no decorrer da história da educação brasileira. Considera-se, portanto, que ao professor em formação inicial não basta o conhecimento acerca dos conhecimentos inerentes às áreas e componentes nas quais o mesmo atuará na Educação Básica. Ele deverá aprofundar o conhecimento geral sobre a educação, com visão ampla, à

luz de uma análise crítica comprometida em relação a seu espaço de atuação, enquanto profissional e agente transformador na sociedade.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Os Componentes Curriculares de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais I e II dispõem do estudo das bases legais que norteiam as políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Institui também, a compreensão da atual conjuntura da organização da Educação Básica, inserida na organização social, política e econômica do país, tendo em vista que estes componentes apresentam elementos de aprofundamento dos saberes e práticas presentes na Profissão Docente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais.

Nesta perspectiva, os componentes visam proporcionar, ao estudante, condições para a compreensão e análise crítica acerca de quatro **conceitos essenciais: organização, estrutura, legislação e políticas públicas** nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, proporcionando elementos de reflexão e intervenção na realidade educacional brasileira. Para tanto, deverá considerar como essenciais alguns princípios:

- Educação Pública como direito de todo cidadão e sua oferta gratuita e com qualidade consiste em dever do Estado;
- Consideração acerca da garantia do direito ao acesso, permanência, inclusão e conclusão, dentro das idades próprias, com sucesso;
- Gestão democrática do ensino público na forma da lei;
- Escola enquanto espaço de construção e reconstrução de conhecimentos e aprendizagens, por meio de processos de interação e socialização, garantindo o pluralismo de ideias;
- Observância aos determinantes legais quanto a legislação reguladora e regulamentadora da educação brasileira;
- Estrutura e organização da escola pública brasileira enquanto espaço de transformação humana e social.

Schmidt (2018) ressalta que a “importância prática do estudo das políticas públicas compreende diversos aspectos, entre os quais vale ressaltar a eficácia da participação cidadã e o discernimento frente às complexidades da gestão pública” (SCHMIDT, 2018, p. 121). Complementa que é de suma importância que cada cidadão conheça a política pública que o afeta, quem participou da sua elaboração, os interesses contemplados, os espaços de participação e os possíveis aliados e adversários, bem como, as causas e consequências destas.

Importa destacar que o currículo deste componente curricular considera que a educação se encontra discriminada no rol dos direitos sociais descrito no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a formação docente requer o conhecimento da legislação desde os regulamentos mais gerais da política educacional brasileira à organização e ao funcionamento da escola, possibilitando uma inserção profissional consciente e crítica, objetivando:

- Propiciar ao estudante condições para a compreensão e análise crítica das políticas educacionais, bem como da organização e estrutural educacional e da legislação referentes à Educação Básica, como elementos de reflexão e intervenção na realidade educacional brasileira.
- Reconhecer o ordenamento jurídico que norteia a organização da Educação Básica brasileira.
- Analisar os principais programas educacionais brasileiros na atualidade, no âmbito do financiamento, planejamento, currículo e avaliação educacional.
- Compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo educacional brasileiro.
- Identificar e problematizar impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar e nas identidades dos atores escolares.
- Conhecer o contexto histórico da educação especial, os aspectos legais, os preconceitos em relação às pessoas com necessidades especiais, assim como as noções básicas sobre as diferentes necessidades especiais.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 16: Componente Curricular de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil I.

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG02). Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. (EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos. (EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações-problema envolvendo temas e processos	Conhecer a estrutura da educação brasileira para compreender sua organização e funcionalidade; Esquematizar a estrutura e a organização da educação brasileira no contexto de toda educação nacional e correlacionar com a História da Educação Brasileira; Demonstrar conhecimento acerca da Constituição Federal Brasileira de 1988, nos artigos relacionados à educação no sentido de compreender o que o documento propõe para a educação no país;	Estrutura da educação Brasileira; Organização da Educação Brasileira; Estrutura e Organização da Educação Básica e suas etapas; História da Educação Brasileira; Períodos da Educação Brasileira: colônia, Império, República;

	de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.	Estudar, compreender e fazer relações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a Constituição Federal de 1988, para relembrar a organização da educação no país e localizar as atribuições no que tange aos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação;	Constituição Federal do Brasil – Artigos 205 a 214; Constituições Federais Brasileiras anteriores a 1988;
Processos Criativos	(EMIFCG05). Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática. (EMIFCHSA06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global.	Conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação brasileira e as demais Diretrizes correlatas (principalmente as Diretrizes da Educação Infantil), os Referenciais Curriculares da Educação Infantil e outros documentos normativos, para associar com o proposto na CF de 1988 e a LDB, a fim de entender a interligação entre os documentos;	Leis de Diretrizes e Bases da Educação anteriores a atual LDB; LDB 9394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) (Geral e Específicas); Referenciais Curriculares Nacionais (1998);
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFCG07). Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis. (EMIFCHSA09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.	Identificar as principais políticas públicas educacionais vigentes para a Educação Infantil, para relacionar com as Diretrizes da Educação Infantil e explicar seus desdobramentos no contexto educacional; Avaliar a implementação e eficácia das principais políticas públicas da Educação Infantil, no contexto da educação local (dos municípios);	Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil; Políticas Públicas de Formação de Professores na Educação Infantil; A BNCC e os Campos de Experiências;
Empreendedorismo	(EMIFCG11). Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade. (EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu	Experimentar a realização de planejamentos de projetos educativos com base nos Temas Contemporâneos Transversais na Educação Infantil; Selecionar as principais legislações que interagem com a Educação Infantil	Temas Contemporâneos Transversais – BNCC Docência como processo de construção; Formação Inicial e

	<p>próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã. (EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>(ECA, Lei da Adoção, entre outras) para produzir conhecimentos acerca das mesmas e as possibilidades pedagógicas de abordagem destas no cotidiano escolar da Ed. Infantil; Conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base do Território Catarinense, no que tange à Educação Infantil, para compreender sua estrutura, organização e proposições para a Educação Infantil para estabelecer relações com o cotidiano da organização escolar, tornando estes documentos aplicáveis na prática pedagógica escolar. Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos. Conhecer e aplicar modalidades e instrumentos de avaliação da organização escolar e da aprendizagem, considerando a sua concepção; Conhecer o mundo do trabalho e os requisitos atuais de exercício profissional. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>	<p>Continuada; Desenvolvimento profissional do professor da Educação Infantil; Organização dos documentos normativos; Resolução CEE/SC n. 183/2013 – Avaliação e documentos acerca da Avaliação correlatos; A avaliação Descritiva na Educação Infantil e sua relação com a escrita do professor Propostas Curriculares de Santa Catarina (1998 e 2014); A educação infantil como primeira etapa da Educação Básica; Políticas Públicas em relação à Criança de 0 a 5 anos; Estatuto da Criança e do Adolescente; O Plano Nacional de Educação e as metas e estratégias para a Educação Infantil; Legislação específica à Educação Infantil; ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional:</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p>	<p>(ECA, Lei da Adoção, entre outras) para produzir conhecimentos acerca das mesmas e as possibilidades pedagógicas de abordagem destas no cotidiano escolar da Ed. Infantil; Conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base do Território Catarinense, no que tange à Educação Infantil, para compreender sua estrutura, organização e proposições para a Educação Infantil para estabelecer relações com o cotidiano da organização escolar, tornando estes documentos aplicáveis na prática pedagógica escolar. Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos. Conhecer e aplicar modalidades e instrumentos de avaliação da organização escolar e da aprendizagem, considerando a sua concepção; Conhecer o mundo do trabalho e os requisitos atuais de exercício profissional. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>	<p>Continuada; Desenvolvimento profissional do professor da Educação Infantil; Organização dos documentos normativos; Resolução CEE/SC n. 183/2013 – Avaliação e documentos acerca da Avaliação correlatos; A avaliação Descritiva na Educação Infantil e sua relação com a escrita do professor Propostas Curriculares de Santa Catarina (1998 e 2014); A educação infantil como primeira etapa da Educação Básica; Políticas Públicas em relação à Criança de 0 a 5 anos; Estatuto da Criança e do Adolescente; O Plano Nacional de Educação e as metas e estratégias para a Educação Infantil; Legislação específica à Educação Infantil; ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>

	<p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Engajamento Profissional:</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às</p>		
--	--	--	--

	<p>necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 17: Componente Curricular de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil II

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG02). Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFCHSA01) Investigar e</p>	<p>Identificar as principais políticas públicas educacionais vigentes para a Educação Infantil, para relacionar com as Diretrizes da Educação Infantil e explicar seus desdobramentos no contexto educacional;</p> <p>Avaliar a implementação e eficácia das principais políticas públicas da Educação Infantil, no contexto da educação local (dos municípios);</p> <p>Experimentar a realização de planejamentos de projetos educativos com</p>	<p>Docência como processo de construção: Formação Inicial e Continuada;</p> <p>A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica;</p> <p>O Plano Nacional de Educação e as metas e estratégias para a Educação Infantil;</p> <p>A BNCC e os Campos de Experiências;</p>

	<p>analisar situações-problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p>	<p>base nos Temas Contemporâneos Transversais na Educação Infantil;</p> <p>Selecionar as principais legislações que interagem com a Educação Infantil (ECA, Lei da Adoção, entre outras) para produzir conhecimentos acerca das mesmas e as possibilidades pedagógicas de abordagem destas no cotidiano escolar da Educação Infantil;</p>	<p>CBTC - Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense;</p> <p>Temas Contemporâneos Transversais – BNCC</p> <p>Desenvolvimento profissional do professor da Educação Infantil;</p> <p>Organização dos documentos normativos;</p> <p>Resolução CEE/SC n. 183/2013 – Avaliação e documentos acerca da Avaliação correlatos;</p> <p>A avaliação Descritiva na Educação Infantil e sua relação com a escrita do professor;</p> <p>Propostas Curriculares de Santa Catarina (1991,1998, 2005 e 2014);</p> <p>Políticas Públicas em relação à Criança de 0 a 5 anos.</p>
Processos Criativos	<p>(EMIFCG05). Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCHSA06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global.</p>	<p>Conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base do Território Catarinense, no que tange à Educação Infantil, para compreender sua estrutura, organização e proposições para a Educação Infantil para estabelecer relações com o cotidiano da organização escolar, tornando estes documentos aplicáveis na prática pedagógica escolar.</p>	
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCG07). Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCHSA09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p>	<p>Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>Conhecer e aplicar modalidades e instrumentos de avaliação da organização escolar e da aprendizagem, considerando a sua concepção;</p>	
Empreendedorismo	<p>(EMIFCG11). Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir</p>	<p>Conhecer o mundo do trabalho e os requisitos atuais de exercício profissional;</p>	

	<p>continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã. (EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>	
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional:</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das</p>		

	<p>competências gerais.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Engajamento Profissional:</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a</p>		
--	---	--	--

	<p>qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Partindo dos pressupostos da concepção histórico-cultural de aprendizagem, em que o estudante aprende por meio das relações e interações diversas que estabelece, o que por sua vez reforça o sentido ético do trabalho docente e da ação da escola, na qual o sucesso ou insucesso não depende unicamente do estudante, considera-se que o processo educativo requer ênfase no processo de mediação proposto pelo docente, tendo como centralidade o sujeito da aprendizagem, ou seja, o estudante.

A Proposta Curricular de Santa Catarina - Formação Docente para a Educação Infantil e Séries Iniciais (1998) fundamenta-se na concepção histórico-cultural da aprendizagem, nomeada como sócio-histórico ou sócio-interacionista. Essa concepção compreende que as interações vividas por cada estudante são determinantes no processo de construção do conhecimento:

Nesta perspectiva a criança (sujeito) e o conhecimento (objeto), se relacionam através da interação social. Não há, portanto, uma relação direta do conhecimento (como algo abstrato) com a criança. Isto equivale a afirmar que o conhecimento não existe sozinho. Existe sempre impregnado em algo humano (ou um ser humano ou uma criatura humana, como o livro, um aparelho, o meio social). Na educação escolar, o professor passa a ter a função de mediador entre o conhecimento historicamente acumulado e o aluno. Ser mediador, no entanto, implica em também ter se apropriado desse conhecimento. (SANTA CATARINA, 1998, p. 14).

O processo ensino aprendizagem considerado com um percurso contínuo que ocorre ao longo da vida, deve proporcionar momentos de construção e reconstrução de saberes, socialização de experiências e diferentes conhecimentos, a partir dos quais, o estudante possa

e elevar seu nível de aprendizagem e desenvolvimento no processo em que está em formação. Na Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica (2014) é imprescindível:

[...] compreender o percurso formativo como um *continuum* que se dá ao longo da vida escolar, tanto quanto ao longo da vida, significa considerar a singularidade dos tempos e dos modos de aprender dos diferentes sujeitos. (SANTA CATARINA, 2014, p. 31).

Nessa perspectiva, além de considerar o que é base para este componente curricular, no que tange a habilidades e competências a serem desenvolvidas por meio dos objetos de conhecimento selecionados, faz-se necessário conhecer o perfil da turma e estabelecer um conjunto de ações que permitam a interlocução entre participantes, mediadores, objeto do conhecimento e o contexto. É importante, então, a aplicabilidade de metodologias que favoreçam o protagonismo, utilizando também as metodologias ativas, que são aliadas no desenvolvimento de competências e habilidades. As propostas curriculares do território catarinense sempre investiram nessa concepção no campo educacional, como fundamentação do processo de construção do conhecimento:

A ação educativa que permite aos alunos dar saltos na aprendizagem e no desenvolvimento, é a ação sobre o que o aluno consegue fazer com a ajuda do outro, para que consiga fazê-lo sozinho. Utilizar o tempo que o aluno está na escola para exercitar com ele aquilo que ele já sabe, sem desafiá-lo a algo novo, equivale a fazê-lo perder tempo, uma vez que a repetição do mesmo nada acrescenta ao conhecimento já apropriado ou elaborado até aquele momento. Tentar forçar o aluno a trabalhar questões com as quais não tenha nenhuma familiaridade, além de causar a rejeição por sua parte, traz a dificuldade inerente a trabalhar com algo totalmente estranho. (...) A concepção histórico-cultural, ao contrário, à medida que considera todos capazes de aprender e compreender que as relações e interações sociais estabelecidas pelas crianças e pelos jovens são fatores de apropriação de conhecimento, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais dos alunos. De todos os alunos. (SANTA CATARINA, 1998, p. 14).

No exposto, as orientações metodológicas se dão no sentido de estabelecer um processo não linear de aprendizagem, considerando que todos são capazes de aprender, desenvolver-se e interagir transformando o meio. Os objetos do conhecimento desenvolvidos por meio de habilidades e competências neste componente curricular devem servir para que o estudante compreenda, conheça e seja capaz de analisar, avaliar e interagir no que concerne à organização, estrutura e legislação da educação básica brasileira.

AValiação

Considerando o processo ensino-aprendizagem na perspectiva da mediação pedagógica com vistas à transformação social, não caberia mencionar um processo avaliativo que não convergisse com tal proposta educativa. Assim, a avaliação será um instrumento indispensável no planejamento geral da Unidade Escolar, como também, das demais atividades do currículo. A avaliação não deve ser voltada apenas ao estudante e ao desenvolvimento de habilidades por sua parte, mas também à ação docente de forma que esta possa garantir a qualidade do processo.

A avaliação escolar de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2017) tem o objetivo de realizar uma análise global e integral do estudante. Nesse ponto, propõe-se a

avaliação formativa, considerando os contextos e as condições de aprendizagem dos estudantes:

Por meio da avaliação é possível acompanhar os estudantes ao longo do processo, organizando elementos para a sequência do trabalho pedagógico. Na perspectiva da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), da BNCCTC (2020) e do CNCT (2020), a avaliação é concebida como uma ação formativa, que proporciona a investigação do processo de ensino e aprendizagem, por meio de várias estratégias que implicam na colaboração e integração curricular. Cabe frisar que a avaliação precisa ser entendida como uma via de mão dupla, pois as estratégias metodológicas adotadas pelo professor, voltadas ao atendimento dos objetivos de aprendizagem propostos, também devem passar por escrutínio de um olhar crítico (SANTA CATARINA, 2022, p. 810).

Um dos principais marcos na Base Nacional Comum Curricular (2017) é a mudança das avaliações formativas. Tais avaliações consistem em propostas capazes de melhorar o processo de ensino, a partir dos dados coletados na aplicação de provas e outros instrumentos. O objetivo é identificar dificuldades de aprendizagem para a intervenção imediata. A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, outras dimensões (cultural, social, biológica e afetiva) que fazem parte do processo de formação dos estudantes.

A avaliação sendo formativa e contínua, não considera apenas o produto, mas o processo de ensino-aprendizagem e os aspectos relacionados, tanto ao estudante quanto ao docente, envolvidos num processo de trocas e de partilhas, de interações por meio das quais a elaboração de conhecimentos deve acontecer.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, reforça-se o exposto acima, considerando que,

Art. 47. A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

[...]

§ 4º A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizadas de acordo com regras comuns a essas duas etapas. (BRASIL, 2010).

A avaliação estará intimamente ligada com a função social da escola e com a finalidade do componente curricular, de modo a estar à serviço da aprendizagem e do desenvolvimento, tendo como foco as habilidades propostas alinhadas às competências gerais. Neste sentido, o processo deve visar à qualidade do processo em que não são determinantes aprendizagens aleatórias, conteúdos isolados, análises fragmentadas, mas a qualidade que deve ser resultante do processo de mediação construído ao longo da prática e do percurso, em que escola, docente e estudante consigam realizar seus projetos de atuação e/ou de vida com plenitude.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Panorama das políticas públicas da educação infantil no Brasil**. Brasília: Unesco, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasil. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução N° 4, de 13 de julho de 2010. Conselho Nacional de Educação, (*) **Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica**. Resolução n° 4, de 13 de julho de 2010.

MELLO, Thiago. **Estatutos do homem**. Manaus: Editora Valer, 2019.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A legislação educacional**: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira. Campinas: HISTEDBR, [200_]. Texto disponibilizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2006.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender**: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola. Florianópolis, p.72, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 2 - Áreas do conhecimento**. Florianópolis: SED, 2021.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 4 - Portfólio dos(as) Educadores (as)**. Florianópolis: SED, 2021.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Caderno 5 - Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: SED, 2022.

SCHMIDT, J. P. **Para estudar políticas públicas**: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. Revista do Direito, [S. l.], v. 3, n. 56, p. 119-149, 2018.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Ano 8 (16), (pp. 20-45) jul-dez. Porto Alegre, UFRGS. 2006.

**UNIDADE CURRICULAR:
PROCESSOS E METODOLOGIAS DE ENSINO
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Anila Santana de Oliveira (23ª CRE)
Dulcelina da Luz Pinheiro Frasseto (23ª CRE)
Juliana de Borba (24ª CRE)
Marcia Farinella (06 CRE)
Marcia Terezinha Salai de Lima (26ª CRE)
Rosana Aparecida de Mira Souza (23ª CRE)

O componente curricular “Didática da Educação Infantil I e II” visa despertar nos estudantes, a compreensão do caráter específico da prática pedagógica, bem como, suas concepções e finalidades. Um dos objetivos é identificar e discutir as diversas técnicas e metodologias educacionais com a pretensão de potencializar o ensino e a aprendizagem nos espaços escolares. De acordo com Comenius (2006) “a didática podia ser definida como a prática de educar e também enquanto ofício de ensinar” (COMENIUS, 2006, p. 89). Para ele, a aprendizagem ultrapassa os desejos e os ideais materiais, adquirindo uma necessidade vital de buscar sabedoria e aprimorar as virtudes. Nesse contexto, sua pedagogia preconizava iniciar o aprendizado pelos sentidos, em que os fundamentos de sua didática são o entendimento, a conservação e a práxis no processo de construção do conhecimento.

Para José Carlos Libâneo (1990), a Didática é “o principal ramo de estudos da pedagogia, ela investiga os fundamentos, condições e modos da realização da instrução e do ensino” (LIBÂNEO, 1990, p.19). A didática abrange o conhecimento de diversas áreas, dentre elas a psicologia da educação, sociologia da educação e filosofia, a fim de esclarecer o ato e a forma do aprender. É fundamental analisar a Didática como componente curricular que colabora no desenvolvimento da criticidade do estudante, para a escolha do quê, como, porquê, para quê e para quem ensinar. Por meio dela é possível “estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos” (LIBÂNEO, 1990, p.54).

Na perspectiva didática, a ementa percorre a história da didática na Educação Infantil, destacando que o processo de ensino e aprendizagem é composto por práticas e teorias que são indissociáveis. Ressalta-se a importância de compreender o percurso histórico da didática e suas implicações na formação do professor, estabelecendo em sua trajetória o Projeto de Vida que contribui no desenvolvimento e consolidação da docência. Este componente curricular visa ainda, contribuir com a prática docente no contexto escolar, bem como, na construção dos planos diários, planejamentos e projetos pedagógicos.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 18: Componente Curricular Didática da Educação Infantil I.

Componente Curricular: Didática da Educação Infantil I			
Eixos	Habilidades do Eixo	Habilidades do Componente Curricular	Objeto de Conhecimento
	Conhecimento Profissional	Organizar o processo	- Introdução à didática:

<p style="text-align: center;">Docência</p>	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter-relação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na</p>	<p>ensino-aprendizagem de modo a aperfeiçoar a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>Participar de momentos de desenvolvimento de diferentes práticas pedagógicas, a fim de subsidiar e diversificar a futura ação docente.</p> <p>Oportunizar e desenvolver momentos/vivências de práticas pedagógicas de intervenção na própria sala de aula, propostas aos/pelos estudantes, a partir dos quais possam avaliar-se coletivamente, aprofundar o conhecimento acerca das abordagens utilizadas e sua aplicação.</p> <p>Compreender e utilizar as diferentes ferramentas e soluções tecnológicas e digitais, utilizando linguagens variadas e criativas, para o encaminhamento e desenvolvimento de situações e/ou experiências de aprendizagem.</p> <p>Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>- Conhecer o processo de</p>	<p>história da didática no Brasil, a partir João Amós Comenius, José Carlos Libâneo.</p> <p>- A Educação Infantil no Brasil: seu caráter específico de prática pedagógica, concepções e finalidades. Teóricos da Educação Infantil. Práticas Pedagógicas: Piaget, Vygotsky, Maria Montessori.</p> <p>- Concepção da Educação Infantil: princípios éticos, estéticos e políticos. Direitos de Aprendizagem e Campos de Experiência.</p> <p>- Papel do profissional da Educação Infantil.</p> <p>- O cuidar: e o educar na Educação Infantil sob o enfoque histórico-cultural: contextos (sociais, político, cultural e institucional) dimensões e desafios: Lei de Diretrizes e Bases, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Base Nacional Comum Curricular e Diretriz Municipal.</p> <p>- O processo de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, planejamento, avaliação, metodologias do processo ensino-aprendizagem.</p> <p>- Espaços e tempo da Educação Infantil (ambiente, mobiliário, estética, lúdico,</p>
--	--	--	---

	<p>construção de sua autonomia como aprendente; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as</p>	<p>escolarização para compreender o desenvolvimento da didática no decorrer da história geral e brasileira.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Refletir criticamente, interpretar e posicionar-se em relação às diferentes abordagens didático-pedagógicas. - Identificar as diferentes tendências pedagógicas para diferenciar a ação do estudante, do educador e o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem em cada tendência. - Contextualizar o processo ensino aprendizagem na perspectiva histórico cultural para discutir acerca de suas configurações, dimensões e desafios. - Compreender a importância do ato de planejar para reconhecer suas implicações e consequências na ação docente; - Desenvolver o planejamento docente de forma a garantir a apropriação e a construção de conhecimentos através de processos organizados de mediação pedagógica; - Entender a avaliação como forma de reflexão da ação docente e discente, de modo a retroalimentar a prática pedagógica e tornar visível ao estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; 	<p>crescimento, higiene).</p> <ul style="list-style-type: none"> - A concepção e etapas do planejamento; componentes básicos e tipos de planejamento; construção de planejamento e socialização; o que avaliar; avaliação como processo; avaliação formativa, somativa e diagnóstica; avaliação descritiva. - Conceito e etapas de projeto e sequência didática. Construção e Socialização. - Planejamento e avaliação: plano anual, quinzenal, semanal e diário. Relatórios descritivos.
--	--	--	--

<p>especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar e entender como se organiza a avaliação do processo ensino aprendizagem, para compreender a importância da utilização de diferentes instrumentos, estratégias e critérios avaliativos considerando a heterogeneidade dos estudantes. - Organizar o processo ensino aprendizagem de modo a aperfeiçoar a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente. - Refletir e analisar a gestão educacional numa perspectiva democrática com acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais da educação infantil a partir da legislação vigente. 	
---	---	--

apropriadas nas práticas de ensino.

Engajamento Profissional

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.

3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.

3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.

3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.

3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o

	<p>princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p>		
<p>Investigação</p>	<p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos,</p>		

<p>Científica</p>	<p>utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p>		
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p>		
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e</p>		

	<p>mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
Empreendedorismo	<p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p>		

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 19: Componente Curricular Didática da Educação Infantil II.

Componente Curricular: Didática da Educação Infantil II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades do Componente Curricular	Objeto de Conhecimento
Docência	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apropriar-se de conhecimentos acerca do currículo e seus desdobramentos para refletir sobre a função social da escola, com intuito de ressignificá-la enquanto grupo social no contexto em que se insere. - Conhecer a estrutura organizacional, bem como, as especificidades dos anos iniciais do ensino fundamental para 	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico e função social das instituições educativas. Relação creche/família. - A história das instituições escolares; similaridades entre creche e pré-escola. Constituição Federal Art. 205/1988. - O que é Pedagogia? Aspectos fundamentais da pedagogia.

	<p>educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter-relação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p>	<p>articular teoria à prática;</p> <p>- Constituir planejamentos integrados de forma a relacionar diferentes componentes curriculares com vistas à formação humana integral e à diversidade, para ampliação da aprendizagem e a resolução de problemas inerentes ao percurso formativo dos estudantes.</p> <p>- Conhecer, diferenciar e identificar possibilidades de aplicação das abordagens pedagógicas, de modo a oportunizar um processo pedagógico coerente e articulado;</p> <p>- Entender a lógica dos projetos de aprendizagem para organizar situações didáticas a partir das diferentes abordagens pedagógicas;</p> <p>- Conhecer as diferentes modalidades de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental e suas características, bem como, as especificidades das ações didático-pedagógicas nos diversos contextos;</p> <p>- Compreender os processos de gestão democrática, a partir dos princípios didático-pedagógicos, de forma a materializar o conceito nos diferentes níveis, desde a gestão da sala de aula</p>	<p>- Dimensões da Pedagogia e a mostra pedagógica.</p> <p>- Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil.</p> <p>- Projeto e sequência didática.</p> <p>- Descoberta e potencialização das competências e habilidades pessoais. Inteligência emocional: superar os desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora.</p> <p>- Descoberta e potencialização das competências e habilidades pessoais.</p> <p>- Inteligência emocional: superar os desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora.</p>
--	--	--	---

	<p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os</p>	<p>até a gestão escolar, primando pela autonomia e interrelação dos segmentos escolares e da comunidade.</p> <p>- Estudar o Projeto Político Pedagógico para desenvolver a capacidade de análise e interpretação deste enquanto documento orientador do currículo escolar.</p> <p>- Apropriar-se de conhecimentos acerca do currículo e seus desdobramentos para refletir sobre a função social da escola, com intuito de ressignificá-la enquanto grupo social no contexto em que se insere.</p>	
--	--	---	--

	<p>conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p>		
--	--	--	--

	<p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e</p>		
--	---	--	--

	<p>comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p>		
Investigação Científica	<p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p>		
Processos Criativos	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p>		
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p>		

Empreendedorismo	(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.		
-------------------------	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Atualmente, no Curso Normal em Nível Médio - Magistério vê-se a necessidade de atualização da base curricular pelas transformações que estão marcando o cenário educacional, considerando as necessidades dos estudantes, bem como, os desafios impostos para a formação docente na contemporaneidade. Percebe-se as rápidas transformações decorrentes das novas formas de viver, agir e pensar das novas gerações, dos avanços tecnológicos, novas formas de ensinar, aprender e interagir com o mundo físico e social.

Nesse sentido, precisa-se conceituar a forma pela qual ocorre a formação inicial dos docentes, de modo que este futuro educador esteja devidamente preparado para o exercício profissional. Espera-se que ele não seja apenas um detentor de conhecimentos ou transmissor destes, mas sim, um mediador do processo ensino aprendizagem. Diante do avanço tecnológico, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada por países que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, identificou os fatores que colaboram com a melhoria na formação de professores:

[...] por conseguinte, elencou as características dos professores eficazes como: grande capacidade de raciocínio, comunicação e planejamento; amplo conhecimento do conteúdo e habilidades para organizar e aplicar os conhecimentos com o intuito de estimular, orientar e avaliar a aprendizagem em diversos ambientes. Requer-se, assim, a modernização da formação docente a fim de os professores terem suas experiências e habilidades substituídas ou moldadas a contento dessa sociedade dinâmica e tecnológica. (BOGATSCHOV, FERREIRA, DA SILVA MOREIRA, 2022, p. 1340).

Na construção do novo currículo do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, bem como, na execução das práticas cotidianas na formação inicial do professor, faz-se necessário repensar as práticas, buscar dinâmicas, nortear o trabalho pedagógico proporcionando momentos de reflexão-ação-reelaboração. Nesse sentido, é fundamental organizar as teorias articulando com a prática para um ensino significativo, colaborando para uma formação humana e integral deste estudante, de forma conectada com sua realidade e com o contexto em que profissionalmente irá atuar.

O trabalho pedagógico deve estar fundamentado na BNCC (2018) que orientará a prática tanto na formação inicial do docente bem como na prática cotidiana em seus locais de atuação. As discussões com equipes de profissionais de diferentes Unidades Escolares do Território Catarinense são de grande valia para a consolidação de uma formação cada vez mais atenta às novas demandas e configurações. Os professores e equipe pedagógica são

desafiados a rever suas práticas pedagógicas com a intenção de transformá-las para garantir que todos os estudantes sejam realmente incluídos na cultura escolar.

Percebe-se que a formação do estudante do curso exige uma reflexão sobre o cotidiano escolar, sobre as diversidades de identidades do sujeito, as condições dos sujeitos que almejam a profissionalização e as possibilidades de transformar o estudante aprendiz com conhecimento profundo, organizado e sistemático ao longo do percurso de formação integral e de qualidade.

O papel do professor no Curso vai muito além de apresentar informações enriquecedoras aos estudantes. Deverá estimular a criatividade, o pensamento crítico dos estudantes, oferecer o auxílio necessário, por meio da mediação, para que eles alcancem seus objetivos. Oportunizar o conhecimento de métodos e recursos acadêmicos capazes de descomplicar as práticas pedagógicas, com materiais exclusivos para o aprendizado mais significativo visando promover uma educação assertiva. Nesse sentido, cabe frisar que toda prática pedagógica do professor deve levar em consideração as Competências Gerais para a Formação Inicial. Elas apontam uma visão de como deve ser o trabalho docente, com forte ênfase na atuação em sala de aula, na prática docente, fundamentadas em três competências centrais: conhecimento, prática e engajamento profissional.

O conhecimento profissional diz respeito ao domínio do conteúdo, aquilo que o professor precisa ensinar e à capacidade de ensiná-lo. A prática profissional refere-se à capacidade de planejar ações que oportunizem a aprendizagem significativa e de gerenciar os ambientes de aprendizagem. Quanto ao engajamento profissional relaciona-se ao compromisso com o próprio desenvolvimento profissional e com a aquisição de conhecimentos e saberes dos estudantes. Nesse sentido, a formação docente exige uma interlocução, interação entre as três dimensões, assim como a necessidade de se repensar os processos de formação no Curso Normal em Nível Médio - Magistério.

Nesta perspectiva, Guiomar Namó de Mello (2018), consultora do Conselho Nacional de Educação, na área de formação docente, destaca o caráter sistêmico da BNCC, assim como, a importância de formar um professor-pesquisador, que dialogue com a prática e a sala de aula. Para Mello: “a mudança de cultura é lenta e conflitiva, mas se existe um lugar que essa mudança pode acontecer é na escola”. (MELLO, 2018).

Mello (2000) ressalta a importância da excelência acadêmica na formação, o domínio da aprendizagem dos conteúdos, a constituição dos significados e a autonomia em construí-los. Ela reafirma as condições necessárias para qualificar o estudante do Curso Normal em Nível Médio - Magistério para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

É imprescindível que o professor que se prepara para lecionar na Educação Básica demonstre que desenvolveu ou tenha oportunidade de desenvolver de modo sólido e pleno, as competências previstas para os egressos da Educação Básica, tal como estabelecidos nos Artigos 22, 27, 32, 35 e 36 da LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (MELLO, 2000, p. 102).

As competências elencadas devem orientar todo trabalho pedagógico no Curso, considerando que não há a garantia de que todos os estudantes irão ingressar em algum curso de nível superior. Recomenda-se que a prática pedagógica do docente incentive e proporcione aos estudantes, atividades complementares na formação inicial com iniciativas de cursos de formação continuada que garantam uma fundamentação teórica com qualidade.

AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem seguirá a legislação vigente do Estado de Santa Catarina, utilizando-se de metodologias ativas e sequências didáticas, tendo como *priori* o protagonismo dos estudantes, visando o desenvolvimento de competências e habilidades, referentes à escrita e elaboração de relatórios e portfólios.

REFERÊNCIAS

BABINSKI, Adriano Luís. **Sequência didática (SD):** experiência da matemática. 89 fls. 2017. (Dissertação Mestrado). Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC: Ensino Médio.** Brasília: MEC, 2018.

COMENIUS. João Amós. **Didática magna.** 3. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIORDAN, Marcelo; GUIMARÃES, Yara AF; MASSI, Luciana. Uma análise das abordagens investigativas de trabalhos sobre sequências didáticas: tendências no ensino de ciências. Anais do **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 5, 2011.

LIBÂNEO, Carlos Jose. **Didática.** São Paulo: Editora Cortez, 1990.

NÓVOA, Antonio (org.). **Os professores e as histórias da sua vida.** Portugal: Porto, 1995.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa. Instituto de Inovação Educacional, 1994.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. 1º Congresso Nacional da Formação Contínua de Professores. **Formação contínua de professores:** realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991. Disponível em: <repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf>.

PILETTI, Claudino. **Didática geral.** 21. ed. São Paulo - SP: Ática, 1997.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Novo Ensino Médio:** componentes curriculares eletivos: construindo e ampliando saberes: caderno 4 - Portfólio dos (as) educadores (as). Secretaria de Estado de Educação. 2. Ed. Florianópolis: Gráfica Coan, 2021.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base do Ensino Médio do Território Catarinense:** Caderno 3 - Portfólio de Trilhas de aprofundamento. Florianópolis: Gráfica Coan, 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino - aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo. 2000.

*Quero asas de borboleta azul
para que eu encontre
o caminho do vento
o caminho da noite
a janela do tempo
o caminho de mim.*

Roseana Murray

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Adriana dos Santos Thomaz (19ª CRE)
Aline de Oliveira Venâncio (23ª CRE)
Dionei de Oliveira de Souza (26ª CRE)
Jeferson Lopes (26ª CRE)
Marcos José Thomaz (07ª CRE)
Rejani Serafim Silvestre (22ª CRE)
Patrícia Bazzanella (23ª CRE)
Silvani de Souza (23ª CRE)
Tânia Maria Fiorini Jeremias (SED)
Tânia Mara Theodorovicz Trecino (27ª CRE)

Consultora

Beatrícia da Silva Rossini Pereira (23ª CRE)

Este componente visa oferecer um panorama sobre as bases teóricas e metodológicas que fundamentam as ações pedagógicas necessárias à Educação Especial e Inclusiva. Entre os objetivos, está o de compreender a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, tornando-se essencial discutir e contextualizar na formação do futuro docente todos os documentos norteadores que guiam a ação do docente com esse público alvo.

Especificamente, a Educação Inclusiva caracteriza-se como uma política de justiça social num conceito mais amplo, uma vez que seu princípio fundamental está no acolhimento de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras. Deve acolher, também, crianças que vivem nas ruas e que trabalham; de populações distantes ou nômades, minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças em vulnerabilidade social.

Reforça-se que, a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Essa Resolução aponta e salienta a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, sobre a presença imprescindível da Educação Especial, seus marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos, propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais.

No Capítulo II, da mesma resolução, sobre os Fundamentos e Política da Formação Docente grifa a importância da inclusão dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a Educação para a compreensão dos processos de ensino aprendizagem, para adotar as estratégias e os recursos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento. (BRASIL, 2019).

Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Nesse sentido, este componente curricular contribui com a prática docente no contexto escolar, promovendo o aprofundamento necessário para uma atuação inclusiva do futuro docente.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 20: Componente Curricular da Educação Inclusiva e Especial I.

Componente Curricular: Educação Inclusiva e Especial I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>(EMIFCG01) Compreender que a educação especial é uma modalidade que visa eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem do estudante público alvo da educação especial na educação básica.</p> <p>(EMIFCE 32) Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>(EMIFCE32) Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>(EMIFCE32) Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>	<p>Família, Escola e processo de inclusão.</p> <p>Público alvo da Educação Especial.</p> <p>Importância, finalidades e objetivos da avaliação.</p> <p>Adequações curriculares na área das Deficiências e transtornos.</p> <p>O processo de elaboração conceitual. Educação e diversidade.</p> <p>Educação Especial na Educação Básica.</p> <p>Concepções de deficiência.</p> <p>Percurso histórico da Educação Inclusiva e Especial.</p> <p>Marcos legais da Educação Especial no mundo e no Brasil.</p>
	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo,</p>		

<p>Processos Criativos</p>	<p>sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p>	<p>(EMIF CG01) Promover momentos de diálogo para socializar práticas inclusivas, compreendendo-se como sujeito formador e transformador de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.</p>	
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG01) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores, importantes para si e para o coletivo, que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		

<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino,</p>		

aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.

1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.

1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.

1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.

1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.

Prática Profissional

2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).

2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.

2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar

comportamentos disruptivos.
2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.

2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.

2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.

2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Engajamento Profissional

3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades,

<p>presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 21: Componente Curricular da Educação Inclusiva e Especial II.

Componente Curricular: Educação Inclusiva e Especial II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e</p>	<p>(EMIFCG01) Compreender que a educação especial é uma modalidade que visa eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem do estudante público alvo da educação especial na educação básica.</p>	<p>Marcos legais da Educação Especial em Santa Catarina.</p> <p>A formação de professores e a Educação Inclusiva.</p> <p>O percurso histórico da Educação Especial.</p>

	<p>estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>(EMIFCE 32) Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>(EMIFCE32) Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>(EMIFCE32) Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>(EMIF CG01) Promover momentos de diálogo para socializar práticas inclusivas, compreendendo-se como sujeito formador e transformador de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.</p>	<p>A escola e a Educação Especial nos dias de hoje.</p> <p>A importância da inclusão educacional e seu modelo de atendimento.</p> <p>Necessidades Especiais e suas características.</p> <p>Altas Habilidades/Superdotação: mitos e desafios.</p> <p>O fazer pedagógico: ajustes e adaptações que viabilizam o processo de avaliação.</p> <p>Adaptações curriculares na Educação Inclusiva.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais</p>		

	relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.		
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCG01) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores, importantes para si e para o coletivo, que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
	(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar		

<p>Empreendedorismo</p>	<p>objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade. (EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade. (EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional 1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar. 1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo. 1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na</p>		

BNCC e no currículo.

1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.

1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.

1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.

1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.

1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.

Prática Profissional

2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).

2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material

didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.

2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.

2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.

2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.

2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.

2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Engajamento Profissional

3.1.1 Construir um planejamento profissional

utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.

3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.

3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade

	<p>mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Reforça-se que, o Componente Curricular Educação Inclusiva e Especial pretende introduzir e proporcionar um aprofundamento de estudos, visando à formação integral do futuro professor para que obtenha maiores conhecimentos e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, com qualidade, assegurando uma proposta pedagógica para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício da atividade docente de forma eficiente e efetiva.

Desta forma, o objeto é possibilitar o uso de competências e habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas numa articulação teórico-prático pautadas em observação, investigação, participação, iniciação profissional e intervenção no processo de aprendizagem com efetiva ação docente.

A fim de serem atingidos os objetivos elencados acima, pretende-se dispor de recursos metodológicos e estratégias, tais como: aulas expositivas; debates temáticos; dinâmicas e atividades práticas; produção de estudos de caso; trabalhos: individuais, em dupla e equipes bem como, socialização dos resultados obtidos; visitas a campo e pesquisas acerca dos temas inerentes ao componente curricular. Utilização de apostilas e textos atualizados como material didático e suporte, para complementação de conteúdos; desenvolvimento de aulas práticas e dinâmicas em sala de aula. Utilização de jogos com sinais; ilustração dos temas trabalhados por meio de vídeos, bem como trabalhos posteriores aos mesmos. Realização de pesquisas complementares em sala de aula e extraclasse. Explorar todas as possibilidades de comunicação estimulando a prática de sinais. Exposição oral dos resultados obtidos pelos estudantes de pesquisas realizadas; utilização do laboratório de informática para complementação e pesquisas; trabalhos em grupos e individuais, a serem apresentados em seminários; entre outros.

As atividades pedagógicas desenvolvidas deverão estar intrinsecamente articuladas com todas as áreas do conhecimento no desenvolvimento do estudante, objetivando proporcionar uma vivência profissional em situação real de trabalho, possibilitando uma percepção efetiva sobre o campo de atuação por meio da elaboração e desenvolvimento de projetos, a intervenção social e pedagógica, buscando soluções para os problemas e necessidades identificadas.

AVALIAÇÃO

As propostas curriculares atuais, bem como a legislação vigente, primam por conceder uma grande importância à avaliação, reiterando que deve ser: contínua, formativa, paralela, diagnóstica e institucional, concebendo-a como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las.

Serão utilizadas avaliações pedagógicas, didáticas, diagnósticas e formativas, de maneira que, o professor possa verificar as questões relativas ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos do componente curricular, auxiliando na identificação dos progressos e das dificuldades dos estudantes mediante sucessivos processos avaliativos, para assegurar a ampliação de conhecimentos, qualificando os resultados escolares.

Pretende-se aplicar critérios específicos que, conforme a oportunidade e necessidade dos estudantes: interpretações e discussões de textos; exercícios; avaliações - provas com e sem consulta, individuais, em dupla; estudos de caso com a devida socialização com a turma; estudos e apresentação de trabalhos expositivos e avaliativos; pesquisa; resenhas críticas de filmes; produção de materiais didático pedagógicos; atividades práticas em sala de aula; seminários; entre outros. Será avaliado, também, assiduidade, participação, comprometimento e responsabilidade na entrega de trabalhos e avaliações.

REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência**: utopia ou possibilidade? São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. **Adaptações curriculares**: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. MEC/SEESP, Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999**. Institui diretrizes curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 27/10/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1793, 16 de dezembro de 1994**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 27/10/2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. MEC/SEF/SEESP, Brasília, 1998.

BRASIL. **Projeto escola viva**: adaptações curriculares de pequeno porte. MEC/SEESP, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva a reorganização do trabalho pedagógico**. Rio Grande do Sul: Mediação, 2008.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios**. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

LEITE, Carlinda. **A flexibilização curricular na construção de uma escola mais democrática e mais inclusiva**. Território Educativo, nº 7, Dez.1999.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos - Ótica da diferença e ações afirmativas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, QUEVEDO, Antonio Augusto Fasolo e OLIVEIRA, José Raimundo: organizadores. **Mobilidade, comunicação e educação: desafios à acessibilidade**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

MAZZOTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil – História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBEPEX, 2008.

MURRAY, Roseana. **Classificados poéticos**. Editora Miguilim, 1998.

SANCHES, Isabel Rodrigues. **Professores de educação especial: da formação às práticas educativas**. Coleção Escola e Saberes. Portugal: Porto Editora, 1995.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC nº 100, de 13 de dezembro de 2016**. Estabelece normas para a educação especial no sistema estadual de educação de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC nº 183, de 19 de novembro de 2013**. Estabelece diretrizes operacionais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de educação básica e profissional técnica de nível médio, integrantes do sistema estadual de educação. Florianópolis, 2013.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). **Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina** [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). - São José/SC: FCEE, 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: [S.n.],192 p, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: temas multidisciplinares. Florianópolis:120 p, COGEN, 1998.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Pedro Jorge de Melo. **O acesso de estudantes com deficiências às escolas e classes comuns na rede regular**. Ministério Público Federal. 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E AS TEORIAS DE APRENDIZAGEM I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Claudia Aparecida Costa Araújo (27ª CRE)

Elozia de Brito (17ª CRE)

Marcelo Socha (05ª CRE)

Marly Salvan Gabriel (21ª CRE)

Consultoras

Beatriz Verges Fleck (SED)

Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

A formação de professores sempre foi e será um tema precioso e de grandes preocupações que norteiam debates, estudos, publicações e reformulam os pensamentos sobre Educação em nosso país e no mundo. No Brasil, as discussões iniciaram após a Independência e corresponderam às preocupações que qualificam uma educação que atendia exclusivamente a elite da época. De lá pra cá, percebe-se que o movimento das políticas educacionais, de mudanças ou reformas curriculares foi e é um contínuo, com diferentes tempos, interesses e reflexos de concepções, contradições, aspectos históricos e políticos da educação e da sociedade brasileira.

Partindo desse pensamento, pontua-se que todas as discussões e construções curriculares perpassam disputas de poder que se dão ao longo do tempo, em diferentes lugares e com suas perspectivas históricas, em especial, porque “uma proposta curricular é um texto ou discurso político sobre o currículo porque tem intenções estabelecidas por um determinado grupo social” (SILVA, 2016, p. 13). Pautados nessa afirmação e nas mudanças curriculares do Novo Ensino Médio geradas por diferentes movimentos que ocorreram em nosso país, como a elaboração da LDB/96, dos Parâmetros Curriculares, Planos de Educação, Leis, Resoluções e Pareceres que aconteceram nos últimos anos, culminando com a Lei 13.415/2017 que nos impulsionam a elaborar este documento e nos debruçarmos nas nuances do Curso Normal em nível Médio - Magistério, no Estado de Santa Catarina.

Nesta esteira é importante lembrar que os movimentos de escuta, discussão e escrita do currículo é uma marca na Rede Estadual de Ensino em Santa Catarina, um trabalho que se dá de forma coletiva, colaborativa e democrática com profissionais que atuam em nossas escolas e/ou nas Coordenadorias Regionais de Educação/SED. Sendo assim, cabe ressaltar que a prática de construção do currículo em nosso Estado, iniciou-se no final da década de 1980 com reuniões, formações e discussões até chegar à escrita da primeira Proposta Curricular de Santa Catarina e se seguiram, sucessivamente, até as últimas atualizações.

O percurso de construção curricular para o Curso Normal em nível Médio - Magistério, pretende-se ater no campo epistemológico da Psicologia da Educação e trazer contribuições para as Trilhas de Aprofundamento da Educação Infantil, na Unidade Curricular da Formação Básica, Processos e Metodologias de Ensino, nos Componentes Curriculares **Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagem I e II**, bem como as Trilhas de Aprofundamento dos Anos Iniciais, da mesma unidade com os Componentes Curriculares **Psicologia da Educação I e II**.

Dessa forma, cabe frisar a relevância da Unidade Curricular Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil e Anos Iniciais, no processo de formação de professores e na produção do currículo, visto que, enquanto ciência é seu objeto de estudo a concepção de

homem, o que nos remete a estudar as múltiplas correntes teóricas que abordam e contribuem para o desenvolvimento e as práticas educativas na perspectiva pedagógica.

Nesse contexto, a Psicologia foi em seu processo de existência marcada por diferentes concepções de conhecimento, aprendizagem, sujeitos, fundamentando as linhas/abordagens teóricas ao longo da história até chegar à concepção sócio-histórica que pensa “um sujeito psicológico que se integra com a sociedade, resgatando as determinações sócio-históricas”. (SANTA CATARINA, 1991, p. 79). A Proposta Curricular de Santa Catarina aponta teóricos que fundamentaram a construção curricular em nossa Rede Estadual de Ensino e afirma que

Vygotsky, Luria e Leontiev investigaram o desenvolvimento psicológico e a cultura, entendendo a natureza sócio-histórica do psiquismo humano e sua evolução a partir da apropriação da experiência histórica (SANTA CATARINA, 1991).

Considerando as questões expressas anteriormente, destaca-se que os professores precisam ter clareza da importância do Curso Normal em Nível Médio – Magistério da formação inicial do futuro docente. Neste, oportunizar aos estudantes/futuros professores conhecerem a história e a construção do conhecimento psicológico, as relações entre psicologia e educação, o desenvolvimento psicológico do sujeito, sua relação com a aprendizagem e o processo de interação social. Sendo assim, é necessário refletir sobre o processo de formação docente no Curso Normal em nível Médio - Magistério, as ingerências em sala de aula e ter claro que:

Nesta perspectiva, faz-se necessário apontar uma visão não-eclética e não neutra da ciência psicológica, onde ela possa contribuir para a emancipação do indivíduo e não para métodos e técnicas que perspectivam uma adaptação do indivíduo e relações sociais de dominação. O desenvolvimento humano e a aprendizagem nesta perspectiva, jamais poderão ser estudados à parte do meio social. (SANTA CATARINA, 1991, p. 78).

A Psicologia da Educação é um dos campos cujos estudos e práticas visam oferecer contribuições para a educação na linha da investigação de problemas educacionais, assim como, as potencialidades reais de aprendizado dos estudantes. Ao cursarem a Psicologia da Educação e se apropriarem das diferentes correntes teóricas e suas perspectivas de entendimento e concepção de homem, o futuro professor terá uma compreensão de como ocorrem o processo de desenvolvimento humano, possibilitando planejamentos e intervenções que o potencialize e que, respeitem a pluralidade no contexto educativo e a buscar solução para situações específicas e, assim além de subsidiar sua prática pedagógica, também refletir sobre o entendimento de mundo para uma educação cidadã em garantia ao direito de aprendizagem por todos.

Deste modo, o curso a ser oferecido nas Unidades Escolares não pode esquecer-se dos fundamentos teóricos existentes nas propostas curriculares publicadas na Rede de Ensino nos anos de 1991, 1998, 2005 e 2014, bem como, a atual produção do Currículo Base do Território Catarinense lembrando sempre que,

[...] no que se refere à formação de professor propriamente dita (Curso do Magistério) o ensino de Psicologia deve possibilitar um conhecimento científico sobre o sujeito da aprendizagem (o aluno), sem o qual fica faltando uma referência sólida, tanto à nível de planejamento como de execução da atividade pedagógica. (SANTA CATARINA, 1991, p. 78).

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

No processo de formação docente, é fundamental compreendermos o papel do professor, do estudante e das interações entre a escola e a sociedade. Nesse percurso sugere-se o domínio dos fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia da Infância de Wallon e da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. A psicologia histórico-cultural é uma ciência que se desenvolve em estreita ligação com outras ciências e que tem como objeto de estudo a “atividade do homem no plano psicológico e se propõe à tarefa de estabelecer as leis básicas da atividade psicológica, estudar as vias de sua evolução, descobrir os mecanismos que lhe servem de base e descrever as mudanças que ocorrem nessa atividade nos estados patológicos”. (LURIA, 1991, p. 1).

A prática pedagógica nas instituições públicas de Santa Catarina, desde 1998, é fundamentada no materialismo histórico e dialético, tendo como referência Vygotsky e Wallon. **Materialismo**, porque somos o que as condições materiais [...] nos determinam a ser e a pensar. **Histórico** porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. (CHAUÍ, 1995). O **materialismo dialético** se refere à realidade, sendo uma disciplina da razão, habilitando à leitura dos conflitos e contradições da sociedade. O ser humano é compreendido na sua unidade e na sua totalidade, considerado como um ser multideterminado, ou seja, íntegra, numa mesma perspectiva, o homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e ser social, enquanto membro da espécie humana e participante de um processo histórico. (SANTA CATARINA, 1998).

Nesse contexto, o componente curricular Educação Infância e as Teorias de Aprendizagem I e II e Psicologia I e II amplia o entendimento da matriz epistemológica adotada pela Secretaria Estadual da Educação, ao selecionar e explicitar conteúdos, tendo em vista o aprofundamento dos estudos referentes ao desenvolvimento e à aprendizagem do ser humano, fornecendo suporte teórico-metodológico à prática pedagógica. São conceitos fundamentais:

- **Conhecimento:** compreender e utilizar os conhecimentos da Psicologia da Educação historicamente construídos na prática docente;
- **Desenvolvimento e comportamento:** entender a complexidade do desenvolvimento humano no seu fazer pedagógico enquanto homem social e ativo;
- **Heterogeneidade de aprendizagem:** respeitar a diversidade nos processos de aprendizagem;
- **Neurociências:** linguagem, pensamento, afeto e aprendizagem no estudo do processo de aprender; dos distúrbios de aprendizagem e transtornos globais;
- **Multiletramento:** utilizar diferentes linguagens embasadas nas concepções teóricas, nas estratégias metodológicas;
- **Investigação Científica:** buscar por meio de todos os instrumentos de pesquisa, análise e reflexão embasados nos conceitos da Psicologia e a Aprendizagem como resolução aos problemas no processo ensino/aprendizagem;
- **Cultura digital:** compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica significativa, reflexiva e ética no estudo e fazer pedagógico.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Componente Curricular: Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens I

Objetivo: Conhecer os processos de mudança e estudos tendo a Psicologia como base para compreensão de atividades educacionais por meio do ato de observar (diagnóstico), interpretar (prognóstico) e intervir no ato educativo nos diversos níveis do desenvolvimento humano.

Quadro 22: Componente Curricular Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens I.

Componente Curricular: Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.	Conhecer os elementos básicos que compõem a Psicologia e o seu papel na Educação. Compreender as relações cérebro/funções cognitivas, ou seja, das funções cognitivas e suas bases biológicas no processo para o ensino e aprendizagem.	Diferentes olhares sobre a infância. Criança e Infância: conceituação. Criança como sujeito de direito e construção histórica.
	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	Estudar e compreender as mudanças – ou a ausência delas – que atingem os sujeitos no decorrer de suas vidas. Empregar fundamentos científicos para a construção e reconstrução do sujeito por conhecimento e cidadania.	Construção social da infância e determinações sócio-históricas. Educação, infância e sociedade.
	(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.	Ampliar o entendimento de mundo com autonomia e criticidade, por meio do conhecimento. Ter atitudes pessoais, sociais e profissionais com base nos fundamentos psicológicos perante a vida e o mundo nas diversas situações.	As concepções de infância e suas implicações para a prática pedagógica. Infância e suas especificidades.
	(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre	Compreender o complexo processo pelo qual as formas de pensar e os conhecimentos existentes numa sociedade são apropriados pela criança reconhecendo a natureza social da aprendizagem.	Educação Infantil. Infância, brinquedo e brincadeira. Os fatores

	<p>problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>		<p>psicológicos no desenvolvimento infantil.</p> <p>O papel da intervenção pedagógica.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p>		
<p>Mediação e Investigação Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o</p>		

	<p>mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o</p>		

	<p>desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p>		
--	--	--	--

Engajamento Profissional

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.

3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.

3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.

3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso

	<p>pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Componente Curricular: Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens II.

Objetivo: Reconhecer, a partir das concepções de diferentes abordagens teóricas da Educação, da Infância e as Teorias que fundamentam o ato de ensinar e aprender perpassa por um processo de evolução cognitiva do estudante, pela interação professor estudante e conhecimentos e saberes.

Quadro 23: Componente Curricular Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens II.

Componente Curricular: Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componentes Curriculares	Objetos de Conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	Compreender as diferentes Teorias de Aprendizagem destacando as suas especificidades e as relações de poder que se estabelecem na diversidade teórica, percebendo-se como sujeito sensível, atuante, criativo e transformador nesta perspectiva.	Concepção de educação, infância e desenvolvimento. Introdução a teoria psicológica do desenvolvimento humano. Teorias inatistas. Teorias behavioristas.
	(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.	Identificar, analisar e comparar as ideologias intrínsecas nas teorias de aprendizagem para que o indivíduo possa se posicionar e intervir criativamente no contexto profissional.	Teorias cognitivas. Teorias histórico-culturais.
	(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar (conclusões com o uso de diferentes mídias).	Ampliar a sua compreensão de mundo e suas necessidades, para desenvolver formas participativas, criativas, solidárias, na construção de ações coletivas. Reconhecer-se como um ser complexo multidimensional que	Teoria das inteligências múltiplas. Afetividade e ludicidade (Wallon). O ato motor, a emoção e a inteligência. O movimento, a emoção, a imitação e o outro.

<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p> <p>(EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.</p>	<p>integra em si inúmeras dimensões: física, biológica, individual, social, cultural e histórica.</p> <p>Apropriar-se dos conceitos de neurociência sobre como a aprendizagem ocorre quando o cérebro consegue acessar o conhecimento adquirido para resolver problemas cotidianos e inserir nos planejamentos de intervenção de minimização de desafios a apropriação de conhecimento.</p>	<p>A produção do conhecimento psicológico e a sua relação com a Educação Infantil.</p> <p>Processos de autoconhecimento e socialização na Educação Infantil.</p> <p>Avaliação ou análise do desenvolvimento infantil para uma intervenção precoce (encaminhamentos necessários).</p>
<p>Mediação e Intervenção Cultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas</p>		

Docência

aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.

1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.

1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.

1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.

1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.

Prática Profissional

2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.

2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.

2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Engajamento Profissional

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em

diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.

3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.

3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.

3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.

3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.

3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.

3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.

3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.

3.4.4 Compartilhar responsabilidades e

	<p>contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia para os componentes curriculares deve fundamentar-se no desenvolvimento dos estudantes para exercício da docência. Nesse sentido é fundamental ousar e desafiar na construção de um trabalho coletivo e colaborativo, ancorado na construção do conhecimento teórico e prático.

O desenvolvimento das aulas deve estar fundamentado na construção de sujeitos ativos, desta forma, sugere-se que as aulas expositivas e dialogadas devam se estruturar, buscando contemplar a Aprendizagem Colaborativa, garantindo assim, a promoção de movimentos entre os estudantes nas situações de aprendizagem.

As metodologias utilizadas para o componente devem ser ferramentas para promover a gestão da aula e, assim, mobilizar os estudantes para busca do conhecimento em que poderão ser ofertados diferentes recursos e metodologias ativas, pois as mesmas possibilitam engajar os estudantes a se tornarem protagonistas no processo de construção do próprio conhecimento preparando-os para a vida acadêmica, profissional e social, oferecendo todas as ferramentas para lidar com situações complexas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem constitui-se uma prática investigativa, sendo um processo de avaliação cotidiana, processual e formativa, configurando-se num ato diagnóstico, em que os processos de ensino aprendizagem são permanentemente revistos, analisados e melhorados. Assim, cabe ao professor reunir informações relevantes acerca de aspectos do percurso formativo do estudante durante o processo do ensino e da aprendizagem, as quais subsidiam tomadas de decisão, delineamento de atividades e/ou ajustes, visando à promoção, cada vez mais qualificada, da aprendizagem. A Resolução CEE/SC N° 011, de 10 de maio de 2022 reforça:

A avaliação do nível de aprendizagem do estudante será contínua e cumulativa, mediante verificação de apropriação dos conhecimentos e do desenvolvimento de competências e habilidades em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação de estudos quando houver necessidade. (SANTA CATARINA, 2022).

Nesse sentido, cabe ao professor realizar a avaliação buscando o diagnóstico das dificuldades dos estudantes realizando ações e processos que ressignificam a aprendizagem que desencadeiam num movimento que considera os objetivos propostos e alcançados numa

constante (re)elaboração de finalidades, metas e estratégias, com vistas a novas oportunidades de aprendizagem e novos modos de ensinar e aprender.

Os instrumentos avaliativos poderão ser utilizados de forma variada sendo que, os mesmos contemplem os objetivos de aprendizagem, assim, é necessário ampliar o leque de instrumentos. Assim, poderão ser utilizados: provas, testes, produção de textos, seminários, debates entre outros.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen da Silveira; HORN, Maria da Graça. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de outubro de 2020**.

BRUNER, Jerome. **Atos de significado**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BOCK, Ana M. B. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DEHAENE, Stanislas. **Neurociência**. Como o cérebro da criança aprende a ler na alfabetização? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmRDFaBYIWw>.

LURIA, A. R. O cérebro humano e a atividade consciente. In: L. S. VIGOTSKI; A. R. LURIA; A. N. LEONTIEV. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ed. Ícone.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoleti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MOYLES, Janet R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MOREIRA, Antônio Marcos. **Ensino-aprendizagem: enfoques teóricos**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC N° 011, de 10 de maio de 2022**.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

TAILLES, Yves de La, Oliveira, Marta Kohl de; Dantas, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus Editorial, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A psicologia e o professor**. In: Vygotsky, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

**UNIDADE CURRICULAR:
CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Crianças são curiosas.
Nada é pior (eu sei disso) que quando acaba a curiosidade.
Nada é mais repressivo que a repressão da curiosidade.
A curiosidade gera amor.
Ela nos casa com o mundo.
É parte de nosso obstinado,
estouvado amor por esse impossível planeta que habitamos.
As pessoas morrem quando acaba a curiosidade.
Pessoas têm que descobrir, pessoas têm que saber.*

SWIFT, 1992

CIÊNCIAS DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Professores Colaboradores/Elaboradores

Graziela Elizabeth Geisler (SED)
Isabel Cristina Miorando Luft (30ª CRE)
Lucineia Dalmedico Brandão (07ª CRE)
Marcelo Martin Heinrichs (33ª CRE)
Marilete Gasparin (SED)
Raquel Fabiane Mafra Orsi (17ª CRE)
Sérgio Luiz de Almeida (SED)
Sirley Damian de Medeiros (SED)

Saber olhar a criança em sua integralidade é o primeiro passo para que os futuros estudantes desenvolvam um bom trabalho no Curso Normal em Nível Médio - Magistério, sendo assim, é imprescindível compreender a criança como um ser da natureza que na interação com os pares e sua comunidade de pertencimento, também é concebido como:

[...] sujeito histórico, de direitos, reprodutor e produtor de cultura, cuja identidade pessoal e coletiva constitui-se pelas vivências no contexto social, por meio de experiências qualificadas no brincar, no fantasiar, no explorar, no questionar, construindo sentidos sobre a natureza e a sociedade. (BRASIL, 2009).

E, se compreendemos esta criança como ser da natureza, também, concebemos que, a sustentação de suas vivências e experiências de vida, seja na família, na comunidade de pertencimento ou na comunidade escolar, é a Natureza, o planeta, inserido neste imenso e infinito universo. Percebemos ser importante clarificar o território que nos dá sustentação, pois, sem termos internalizado em nós este saber, não podemos falar de como se dão as relações deste humano, criança com a natureza. (SANTOS, 2018).

Ao ter como ponto de partida o conceito de criança que tem sua existência condicionada à existência do planeta e do universo, constatamos que vivenciar experiências afetivas com a natureza é um direito da criança juntamente com aqueles expressos na BNCC da etapa da Educação Infantil: brincar, expressar-se, comunicar-se, conviver, participar e explorar (BRASIL, 2018), quer dizer, ser CRIANÇA em sua plenitude, cabendo ao educador propiciar meios, formas que elas possam viabilizar toda a sua expressão.

É fundamental compreender a criança como um sujeito histórico com todos seus direitos, sendo estimulada a brincar, imaginar, interagir com seus pares e professores. É imprescindível o contato com a Natureza, uma relação de reconhecimento, somos seres da Natureza, necessitamos desta integração para aguçar nossos sentidos e desenvolver nossas potencialidades. Como Moacir Gadotti (2005) afirma, não aprendemos amar a Terra pelos livros:

A experiência própria é o que conta. Plantar e seguir o crescimento de uma árvore ou de uma plantinha, caminhando pelas ruas da cidade ou aventurando-se numa floresta, sentindo o cantar dos pássaros nas manhãs ensolaradas ou não, observando como o vento move as plantas, sentindo a areia quente de nossas praias, olhando para as estrelas numa noite escura. Há muitas formas de encantamento e de emoção frente às maravilhas que a natureza nos reserva. (GADOTTI, 2005, p. 19).

Assim sendo, nosso recorte se dá no campo de experiência **ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**, pela proximidade com que o componente Ciências da Natureza propõe, de experienciar, provocar a curiosidade e a integração da criança desde o seu nascimento com diferentes ambientes e principalmente que a mesma tenha um contato expressivo com o ambiente natural.

O conhecimento científico e cultural, hoje disponível, alinha-se a visão de que desde o nascimento a criança busca atribuir significado a sua experiência e nesse processo volta-se para conhecer o mundo natural, material e social, ampliando gradativamente o campo de sua curiosidade e inquietações mediadas pelas orientações, materiais, espaços naturais e sociais e tempos que organizam as situações de aprendizagem e pelas explicações e significados a que ela tem acesso.

Experiências que promovam o envolvimento da criança com o meio ambiente e a conservação da natureza e a ajudem a elaborar conhecimentos, por exemplo, de plantas e animais, devem fazer parte do cotidiano da unidade de Educação Infantil. (VÉRA, 2017). Por isso, ressaltamos a inclusão das Ciências da Natureza para experimentar, sentir e integrar-se à natureza, aprendendo a cuidar da Terra e de todos os recursos naturais essenciais à vida. Acredita-se que:

As crianças precisam brincar em pátios, quintais, praças, bosques, jardins, praias, e viver experiências de semear, plantar e colher os frutos da terra, permitindo a construção de uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza. Elas necessitam também ter acesso a espaços culturais diversificados: [...] visitas a museus, equipamentos públicos, parques, jardins, além de adquirir experiências que promovam o envolvimento da criança com o meio ambiente e a conservação da natureza e a ajudem elaborar conhecimentos, por exemplo, de plantas e animais, devem fazer parte do cotidiano da unidade de Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Salientamos a importância do estudante do Curso Normal em Nível Médio - Magistério conhecer os documentos norteadores para fundamentar sua prática como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (2009) que abordam conceitos fundamentais para o desenvolvimento da criança, os eixos norteadores a interação e a brincadeira, que visam promover “conhecimento de si e do mundo” a partir de diversos tipos de experiências “sensoriais, expressivas, corporais” para que criança expresse seu ritmo, desenvolva sua autonomia promovendo situações de aprendizagem que explore a curiosidade o encantamento em relação ao mundo e a natureza, corroborando com a “interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais”. (BRASIL, 2009, p. 21-22).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) de 02 de maio de 2012 salientam ações que desenvolvem o cuidado e o pertencimento por meio de “experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra”. (BRASIL, 2012, p. 6).

Já o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense mobiliza a pensar na organização dos tempos e espaços da criança de maneira que contemple a cada faixa etária, para que seja “assegurado seus direitos de aprendizagem e de desenvolvimento” (2019, p. 119). Assim, as rotinas, o brincar e o experienciar são essenciais nesta fase da vida, em que o educador precisa compreender as necessidades das crianças.

Neste sentido, optamos em considerar como fundamentais os eixos estruturantes da docência, investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção cultural e empreendedorismo que permitem potencializar as habilidades necessárias para os estudantes

do Curso Normal em Nível Médio – Magistério; de modo que estes possam exercer a docência com fundamentos filosóficos e metodológicos. Assim como, os eixos possibilitem uma ampliação do seu pensar e agir enquanto sujeitos que constroem sua ação, a partir da vivência, considerando a criança um ser que interage, expressa sentimentos e desenvolve sua autoria em ambiente que acolha todo o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

Tendo como norteadores os eixos estruturantes do itinerário formativo e suas habilidades específicas, as habilidades dos componentes curriculares foram criadas com base no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. As mesmas foram ampliadas na perspectiva do educador, em especial para que contemplassem formas e maneiras de “ensinar a ensinar”, isto é, possibilitar que seus estudantes adquiram as habilidades de docência para que ocorra o ensino-aprendizagem criativo, lúdico e amoroso.

Assim, é preciso que inventemos um cotidiano cujo sentido seja o de interagir, brincar, criar, aprender... para poder seguir interagindo, brincando, criando, aprendendo... numa nova perspectiva de educação como acontecimento, em que a relação com o tempo e com o conhecimento não é cronológica, mas intensa, criativa, emocionada. (TIRIBA, 2010, p. 9-10).

No bojo das ideias de Tiriba (2010), concebemos que a práxis do(a) futuro(a) professor(a) da Educação Infantil com formação em nível Médio - Magistério seguirá a trilha do conhecimento, alimentando-se em três principais estações, as quais têm como missão a preservação da vida em todas as suas dimensões: 1) religar as crianças com a natureza; 2) reinventar os caminhos do conhecer; 3) dizer não ao consumismo e ao desperdício.

De outro modo, enfatizamos a necessidade do professor planejar experiências que de fato estejam no âmbito da relação afetiva com a natureza, seja prazerosa, que lhe cause tamanha alegria a ponto de amá-la, desejar cuidar, estar próximo e preservar. Para que essa proposição se efetive tanto no âmbito do planejamento, como na concretude da prática, o professor precisa “reinventar os caminhos do conhecer”, ou seja, perceber que as crianças também aprendem por meio das experiências afetivas com a natureza, desenvolvem suas motricidades, seus equilíbrios, as noções de espacialidade, bem como, as noções de outros campos do conhecimento.

E, se elas aprendem e se desenvolvem neste contexto, naturalmente, não haverá necessidade de “consumo de materiais” em excesso, apenas o necessário e que possa ser utilizado sempre que necessário, constituindo assim, uma atitude ética de dizer não ao consumismo. Para fortalecer essa opção, se faz necessário além das escolhas individuais o engajamento coletivo em ações e projetos de instituições governamentais e não governamentais que objetivam proteger os recursos naturais, como também, das questões socioambientais.

Sabendo que somos - professores e crianças - “seres da natureza”, constituídos desta natureza e revestidos da cultura de nosso ambiente social, apresentamos a seguir os conceitos e princípios do Componente Curricular.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Nesta seção, apresentamos de modo sintético a organização do Componente Curricular: Ciências da Natureza na Educação Infantil que se articula com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil que são três: Princípios Éticos; Princípios Políticos e Princípios Estéticos. Complementamos com a quarta dimensão sugerida pela Diretriz Curricular Municipal de Itajaí que acrescenta o Princípio Ecológico:

- Princípios éticos – valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.
- E, o quarto **Princípio Ecológico**, que religa os seres humanos com a natureza caracteriza-se como:

[...] do restabelecimento da relação afetiva do humano com a natureza, do compromisso com ações centradas nas interações solidárias entre as pessoas e outras espécies, da garantia do direito da criança à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, à dignidade, ao respeito e à brincadeira, da convivência com outras crianças, do compromisso democrático e da vivência na natureza. (ITAJAÍ, 2019, p. 41).

Os conceitos de **TEMPO E ESPAÇO** são essenciais, neste componente, para que a criança possa conquistar sua autonomia, a partir de espaços que lhe permitam interagir com prazer e voltados às necessidades de cada faixa etária na primeira infância. Saber e respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um é essencial para o seu desenvolvimento. Assim, o estudante do Curso Normal em Nível Médio - Magistério necessita ter conhecimento para olhar, observar e criar tempos e espaços criativos, provocadores de brincar, imaginar, fantasiar, de movimento e de interação junto às crianças respeitando e permitindo sua participação em todo o processo educativo, encorajando para viver com intencionalidade.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 24: Componente Curricular de Ciências da Natureza na Educação Infantil I.

Componente Curricular: Ciências da Natureza na Educação Infantil I			
Eixos	Habilidades dos Eixos **	Habilidades/ Componente Curricular ***	Objetos de conhecimento
*Docência	*Compreender os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BCTC, aplicando-os. *Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos	Compreender as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura, textura, massa e tamanho). Entender as interações do ser humano com o mundo físico por meio da observação e descrição dos fenômenos naturais. Compreender a importância da observação, manipulação e experimentação, propiciando descobertas para promover o cuidado de plantas e animais em todos os espaços. Relacionar o autocuidado como	Direitos de aprendizagem: conviver; brincar; participar; explorar; expressar, conhecer-se. Características físicas, químicas e biológicas dos materiais. Anatomia e fisiologia humana para a promoção do

	estudantes; *Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.	forma de promover ações que possibilitem o bem estar e para o desenvolvimento de uma progressiva independência da criança. Identificar as diferentes características do corpo humano para a promoção do respeito.	autocuidado. Alimentação: desenvolvimento alimentar e alimentação saudável.
Investigação Científica	(EMIFCNT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, utilizando procedimentos e linguagens adequadas.	Explorar diferentes espaços, preservando a vida, manuseando e identificando as características dos elementos naturais. Proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade. Compreender que o planeta Terra, plano de sustentação para a existência humana, está condicionado à existência do universo, e que, portanto, todas as ações e atitudes precisam ser concebidas e concretizadas de modo a preservar e manter a vida do e no planeta.	Fenômenos da natureza e seus impactos cotidianos (geada, vendaval, enxurrada, ciclone tropical, velocidade dos ventos) Atividades de observação em ambientes naturais
Processos Criativos	(EMIFCNT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados às Ciências da Natureza para resolver problemas reais do ambiente e da sociedade, explorando e contrapondo diversas fontes de informação.	Compreender o planeta Terra, plano de sustentação para a existência humana, está condicionado à existência do universo, e que, portanto, todas as ações e atitudes precisam ser concebidas e concretizadas de modo a preservar e manter a vida do e no planeta. Apropriar-se da concepção e conceber o ser humano como ser da natureza, gerado, gestado pela natureza e revestido pela cultura no percurso de sua história de vida. Compreender a necessidade de trabalhar a educação ambiental em várias frentes, tais como: projetos socioambientais e ONGs, comitês de bacias hidrográficas, grupos de trabalho de educação ambiental e projetos de trabalho que envolvam fenômenos naturais e socioculturais e que contribuam para a busca de soluções para os problemas contemporâneos por meio dos	Cuidados com as plantas e animais do convívio próximo da criança. Autocuidado e bem-estar. Ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis.
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFCNT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais relacionadas a fenômenos físicos, químicos e/ou biológicos.	Apropriar-se da concepção e conceber o ser humano como ser da natureza, gerado, gestado pela natureza e revestido pela cultura no percurso de sua história de vida. Compreender a necessidade de trabalhar a educação ambiental em várias frentes, tais como: projetos socioambientais e ONGs, comitês de bacias hidrográficas, grupos de trabalho de educação ambiental e projetos de trabalho que envolvam fenômenos naturais e socioculturais e que contribuam para a busca de soluções para os problemas contemporâneos por meio dos	Características biológicas, sociais e culturais dos seres humanos.
Empreendedorismo	(EMIFCNT10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências da Natureza podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais. Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências da Natureza e suas Tecnologias para formular propostas	Compreender a necessidade de trabalhar a educação ambiental em várias frentes, tais como: projetos socioambientais e ONGs, comitês de bacias hidrográficas, grupos de trabalho de educação ambiental e projetos de trabalho que envolvam fenômenos naturais e socioculturais e que contribuam para a busca de soluções para os problemas contemporâneos por meio dos	Respeito à diversidade. Características dos elementos naturais no entorno da escola. Questões relacionadas a projetos socioambientais. Bacias Hidrográficas, Fenômenos naturais. Resíduos sólidos escolares.

	concretas, articuladas com o projeto de vida.	campos de experiências e direitos de aprendizagem.	
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores.

* Eixo e habilidades – Docência/BNC

** Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 - Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

*** Habilidades adaptadas pelos autores (2022) do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019)

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Durante o planejamento das experiências educativas para serem desenvolvidas pelos professores da Educação Infantil é importante vislumbrar diferentes experiências exploratórias que considerem os espaços naturais e sociais (sala de referência, espaços coletivos da escola da infância) como uma grande possibilidade de desenvolvimento. Entende-se que nesta etapa da vida, a criança precisa ter acesso ao mundo natural a sua volta, tendo a escola como um espaço de liberdade e movimento, e não de controle de corpos. Como nos inspira Tiriba (2008) para que cada criança seja possibilitada com sua dança, sua expressão genuína:

A escola precisa recuperar a liberdade de movimentos que a vida na cidade grande e seu respectivo modelo de funcionamento escolar restringiram, impedindo as mais simples e fundamentais manifestações como correr, pular, saltar, etc. (TIRIBA, 2008, p. 2).

Nesta direção, a autora em referência (2010) aponta que, considerando as crianças seres da natureza, é preciso repensar e transformar uma rotina de trabalho que supervaloriza os espaços fechados e propiciar contato cotidiano com o mundo que está para além das salas de atividades. A autora salienta que, o contato com a terra e a grama, o perceber diferentes texturas de folhas e árvores, o sentir os aromas vindos de plantas e flores favorecem as crianças o estabelecimento de maior relação de valorização e respeito com o meio ambiente. “Trazer o cultivo de hortaliças, flores, ervas medicinais e temperos enriquece o cotidiano e promove mais qualidade de vida aos sujeitos que ocupam os espaços das instituições” (VERA, 2017, p. 26). Desta forma, a criança desde pequena vai aprender a explorar a natureza e utilizar seus conceitos, se sentirá pertencente à natureza e não fora dela.

O estímulo é salutar nesta fase, observar, encorajar, desafiar, propor experiências consideradas ações necessárias para o pleno desenvolvimento. Deste modo, conhecer cada etapa da criança se faz necessário, o educador precisa compreender e realizar propostas que privilegie o diálogo amoroso, o cuidado, o movimento, a interação. O afeto é importantíssimo nesta fase, o contato com a pele deve ser sensível e nutritivo. “Não se trata somente de se aproximar para um contato físico, dar um tapinha sobre as costas, mas de se conectar com o

outro, com respeito e afetividade, percebendo a sacralidade da vida que se manifesta naquele ser”. (SALMASO, 2019, p. 32).

Contato, rotinas com o cuidado de si, brincar, interagir tudo com progressividade é um universo que se constrói diariamente com planejamento e muita observação. Conhecer as características de cada fase se torna essencial para o pleno desenvolvimento integral da criança. No quadro buscamos descrever brevemente estas características.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 25: Ciências da Natureza na Educação Infantil II.

Componente Curricular: Ciências da Natureza na Educação Infantil II			
Eixos	**Habilidades dos Eixos	***Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
*Docência	*Compreender os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BCTC, aplicando-os.	- Compreender as ações para prevenção de possíveis acidentes. - Identificar o serviço de referência para eventuais emergências/emergências.	Direitos de aprendizagem: conviver; brincar; participar; explorar; expressar, conhecer-se.
	*Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes; *Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.	- Compreender os diferentes conhecimentos para ampliar o seu repertório. - Conhecer e identificar possíveis agressões físicas e emocionais, como também, os direitos das crianças. - Identificar os aspectos que interligam saúde e educação. - Conhecer diferentes espaços na sociedade vinculados às questões socioambientais e participar ativamente na elaboração de projetos.	Noções de primeiros socorros. Prevenção de acidentes domésticos. Relação entre conhecimentos científicos, cotidianos e outros saberes. Conhecimento Pedagógico do conteúdo (objeto de conhecimento).
Investigação Científica	(EMIFCNT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, utilizando procedimentos e linguagens adequadas.	- Reconhecer fatores que influenciam ou determinam fenômenos da natureza: chuva, vento, aquecimento global e mudanças climáticas. - Compreender as relações entre ciência e tecnologia que contribuem com a manutenção da vida no/do	Alterações e riscos ambientais relacionados à saúde humana. Educação para a saúde nas escolas. Estatuto da Criança e do Adolescente.
	(EMIFCNT05) Selecionar		Práticas integrativas (yoga, meditação,

Processos criativos	e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados às Ciências da Natureza para resolver problemas reais do ambiente e da sociedade, explorando e contrapondo diversas fontes de informação.	planeta. - Identificar ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado da saúde humana e a manutenção de ambientes saudáveis.	dança circulares e outras). Comitês de bacias; ONGs (socioambientais); Grupos de trabalho de Educação Ambiental.
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFCNT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais relacionadas a fenômenos físicos, químicos e/ou biológicos.		Fenômenos naturais. Ações antrópicas que têm influenciado nas mudanças.
Empreendedorismo	Avaliar como oportunidades, conhecimentos, e recursos relacionados às Ciências da Natureza podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.		Climáticas e outros fenômenos naturais. Projetos de trabalho que envolvam fenômenos naturais e socioculturais e que contribuam para a busca de soluções para os problemas contemporâneos. Saberes inteligíveis e Saberes Sensíveis. Ciência e Tecnologia no cotidiano: compreensão de como as coisas funcionam. Condições de saúde da comunidade escolar com base na análise e comparação de indicadores de saúde.

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Durante o planejamento das experiências educativas se faz necessário o educador conhecer o desenvolvimento infantil e estimular seus sentidos, como também saber do funcionamento do físico, motor, biológico, nesta fase de vida as crianças são muito curiosas o cuidado na manipulação de objetos, alimentos se faz necessário regularmente para evitar possíveis acidentes. Por isso, ter noções de primeiros socorros é fundamental para dar os primeiros procedimentos às crianças. Para que esses procedimentos sejam realizados com

maestria, é importante que cada educador tenha clareza dos procedimentos a seguir, bem como mantenha seus aspectos emocionais em equilíbrio, garantindo assim segurança dos estudantes.

Pensando em enriquecer os objetos de conhecimento, é fundamental que o educador relate em seu planejamento aspectos da saúde humana, de forma a possibilitar que as crianças compreendam a importância do cuidado com o todo. Conhecimentos e estudos sobre: Tratamento da água, saneamento básico e qualidade de vida, tratamento dos resíduos, armazenamento e reutilização da água, são alguns aspectos que entrelaçam saúde - educação e qualidade de vida.

O trabalho pedagógico envolvendo ciências e natureza, especialmente na Educação Infantil, deve estar voltado para realização de experiências concretas, de vivências que permitem construção de memórias de cuidado por todas as formas de existência e vida, nesse sentido, a construção de um planejamento:

[...] embasado nos direitos à brincadeira, à interação, à participação, à expressão, à convivência, à investigação e no conhecimento de si, dos outros e do mundo, reconhecendo a vida cotidiana como o fio condutor das experiências de aprendizagem das crianças. (OLIVEIRA, 2022, p. 13).

É importante promover o contato com diferentes elementos, fenômenos e acontecimentos do mundo que instiguem a curiosidade infantil. Nos primeiros anos de vida a criança tem uma curiosidade por tudo que acontece em seu entorno, o contato com o mundo lhe permite construir saberes práticos sobre o funcionamento do mundo, atividades como: Observação do tempo, das mudanças e nuances do dia, da noite, da chuva ou do sol, o mudar das formas de vestir indicando o clima, a estação, e outros. Aqui, o brincar, o “faz de conta”, levam a criança de encontro a um processo de aprendizagem significativa.

No âmbito da observação é importante ressaltar que cabe ao educador oportunizar momentos de observação e descrição do que foi observado como meio de aprimorar a percepção infantil. A observação auxilia a criança a construir uma compreensão sistêmica das coisas. O ato pedagógico de observar pode ser acompanhado pelo desenho e precisa de um planejamento intencional do educador que envolva questões específicas sobre o tema observado, igualmente é importante também a oportunidade de observar livremente sem roteiros dirigidos, seguindo seus próprios interesses e habilidades de análise já desenvolvidas.

O trabalho de campo também permite que a criança se integre com os *habitats* encontrados em sua escola, comunidade, cidade, permitindo que se sinta pertencente e desenvolva sentimentos de cuidado com a natureza. Atividades como: saídas de campo, registros *in-loco*, devem permitir que a criança rompa com uma compreensão simplória e construa saberes a partir das percepções, estudos, e interação realizadas *in-loco*. Deve ser uma atividade planejada (intencional) em que os educadores e educandos tenham clareza do objetivo proposto. O local deve favorecer a observação, compreendendo que os limites necessários ao bom andamento do trabalho são o cuidado que cada um deve ter e a clareza em realizar os registros.

Outras ações de cuidado são importantes, tais como as práticas integrativas como *yoga*, meditação que favorecem desde cedo o encontro consigo mesmo, com os colegas e com o ambiente, permitindo sentir a integralidade de ser.

Estar no mundo natural favorece que as crianças possam viver relações vitais e constitutivas do ser humano com a natureza. O encontro da criança com o que é natural possibilita a ampliação de repertório com aromas, cores, sons, texturas e movimentos. (SCHIEVELBEINS *et all*, 2012, p. 15).

Assim, as experiências de aprendizagem podem acontecer em todos os lugares da escola, mas na natureza ou em espaços que tenham plantas e jardins tornam mais potentes as brincadeiras e as interações que possam acontecer.

AVALIAÇÃO

Para a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), a avaliação tem caráter formativo, contemplando três etapas: diagnóstico, intervenção e replanejamento. A avaliação diagnóstica ocorre quando o professor verifica a aprendizagem que o estudante realizou, ou não, verificando as possibilidades e dificuldades do processo. Já a intervenção ocorre quando o professor retoma o percurso formativo, após constatar que não houve elaboração conceitual suficiente e assim ocorre a reorganização do processo de ensino que possibilita ao sujeito a novas oportunidades de aprendizagem. E por último, o replanejamento que se faz necessário quando as atividades, estratégias de ensino e seus respectivos resultados não foram suficientes.

A avaliação deve possuir caráter diagnóstico e processual (LIBÂNEO, 2004), auxiliando no acompanhamento e na identificação de aspectos sensíveis dos processos de ensino e aprendizagem, portanto, a avaliação representa um importante indicativo de qualidade do trabalho. Assim, são por meio de portfólios, registros de experiências educativas, leituras, apresentação de trabalhos que permitam o estudante compreender os conceitos e metodologias do ensino-aprendizagem do componente que serão alguns dos instrumentos avaliativos durante o percurso da trilha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 9 ago. 2020. Brasil, 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 12/07/2022.

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. **Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, 70 p., 18 jun. 2012.

CRAIDY, Carmen Maria. KAERCHER, Gládis Elise. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

GADOTTI, MOACIR. **Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade**. Revista Lusófona de Educação. 2005. 6, 15-29.

ITAJAÍ. Secretaria da Educação. Departamento Técnico de Educação Infantil. **Diretrizes curriculares municipais para a educação infantil**. Itajaí: UNIVALI, 2019.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

OLIVEIRA, Priscila da Silva. **Da árvore à vida das crianças**. Coordenadoria Pedagógica, n. 14 (2022). São Paulo: SME / COPED, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde Programa Primeira Infância Melhor. **Guia da família**. 7. ed. Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG). Porto Alegre. 2016. Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/guia-da-familia/3-4-anos/#:~:text=A%20crian%C3%A7a%20nesta%20idade%20quer,sua%20roupa%2C%20al%C3%A9m%20de%20abotoar>. Acesso em 15/09/22.

SALMASO, SANDRA. **As mãos que nutrem**: desenvolver a identidade e melhorar as relações através do bom contato. Tradução Ingrid Karolina, Dalila Zotti, Creusa Dionísia da Silveira. Brasília, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 192 p. 2014.

SANTOS. ZEMILDA DO CARMO WEBER DO NACIMENTO DOS. **Criança e a experiência afetiva com a natureza**. Curitiba/PR: Appris, 2018.

SCHIEVELBEIN, Bárbara Rita; SILVA, Daniele Fernanda Seixas da; MELLO, Elis Regina dos Santos; SILVA, Hélen Beatriz da; SILVA, Vanessa Rodrigues. **O respeito aos tempos e espaços da educação infantil em uma escola de educação básica**. Magistério - Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. n. 14 (2022). São Paulo: SME / COPED, p.11-16, 2022.

TIRIBA, LÉA. Anais do I Seminário Nacional: **Currículo em movimento** – perspectivas atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010, p. 1-20. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>. Acesso em: 08/08/22

TIRIBA, LÉA. **O corpo na escola**. Texto adaptado para fins formativos, tendo por base o artigo de TIRIBA, Léa. Proposta pedagógica: Corpo e movimento. Salto para o Futuro: O corpo na escola, Ano XVIII, boletim 04, Abril de 2008.

VERÁ, Áriella Ferreira. Ciências da natureza na educação infantil: um estudo sobre a prática docente. **Dissertação de Mestrado**, UFPR, Curitiba, 96f, 2017.

SUGESTÕES DE LEITURAS

FLORES, Feliciano Edi Vieira. **A vida é dança**: biologia e expressão existencial. Porto Alegre: Logikalmedia/ Evamgraf, 2018.

LEFF, ENRIQUE. **Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes**. Educação e Realidade. 34(3): 17-24 set/dez 2009.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos, Florianópolis: IOESC, 192 p., 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Desporto. **Diretrizes 3**: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais competências e habilidades. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 130p, 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender**: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda Escola. Florianópolis: DIEF, 72p., 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações**: organização e Funcionamento das Unidades Escolares de Educação Básica e Profissional da Rede Pública Estadual de Santa Catarina para ano letivo de 2013, Florianópolis, p. 39, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 140 p., 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Formação Docente para a Educação Infantil e as Séries Iniciais). Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 155 p., 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 192 p. 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: uma contribuição para a escola pública, do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 85p., 1991.

*Dê um peixe um homem faminto;
Quando o peixe acabar e a fome voltar, ele retornará por pedir mais;
Ensino o homem a pescar;
Ele não voltará nunca mais.
Pessoas que sabem as soluções já dadas são mendigos permanentes.
Pessoas que aprendem a inventar soluções novas são aquelas que abrem portas até
então, fechadas e descobrem novas trilhas.*

Rubem Alves

ESTUDOS INTEGRADOS: ESPAÇO, TEMPO E TRANSFORMAÇÕES I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Beatriz Verges Fleck
Maria de Lourdes Leal Santos

Consultor

Mário César Brinhosa

A Educação Infantil constitui-se num espaço educativo basilar para a constituição dos alicerces substanciados e constitutivos dos jovens e adultos do amanhã. Poderá potencializar, oportunizando a apropriação de conceitos vitais para o futuro adulto, por meio da concepção do EDUCAR E CUIDAR que, segundo a BNCC (BRASIL, 2018), como algo indissociável do processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FILOSÓFICAS

Desta forma, evidencia-se para este processo educativo os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil como instrumentos para o trabalho pedagógico: **Pensar, Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se**. Estes criarão os recursos metodológicos para que as crianças aprendam como sujeitos ativos neste processo “em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural,” (BNCC, 2018, p. 39).

O Componente Curricular **Estudo Integrados: Espaço-Tempo e Transformações** traz muito fortemente a questão anterior, pois “as crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais.” (BNCC, 2018), em que **Espaço, Tempo** se entrelaçam diariamente e, conseqüentemente, nas interações do homem provocam **Transformações**. A BNCC aponta a importância sobre as formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e o fortalecimento da “competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem.” (BNCC, 2018).

Transformar, segundo o dicionário é “alterar o estado de; converter, mudar” e é a palavra-chave deste componente, pois o mundo vai se modificando, constantemente, na interação homem/natureza e homem/necessidades. Para Brinhosa (1996) as transformações se dão em dois planos, que se complementam e realimentam-se: no cotidiano, na prática social que é o espaço real, sentido e vivido no dia-a-dia, construído pelos homens nas suas relações sociais e no plano teórico, o plano da reflexão sobre o real que vai se renovando numa tentativa de explicar as mudanças. Este movimento, na primeira infância, aqui potencializado na Educação Infantil, principalmente, neste componente, possibilitará à criança

[...] – num futuro proximal ou distal – ler e reler quotidianamente, de forma consciente e crítica, as formas de ocupação dos espaços que o homem produz nas relações sociais, ou seja, na relação homem/homem, homem/meio-ambiente, de maneira crítica e participativa, produzindo condições de desvelamento do real materializado, capaz de torná-la agente e produtora de sua história. (BRINHOSA, 1996).

Levando-a assim, a uma concepção de homem como ser histórico que se realiza e se materializa num tempo e num espaço, que também é histórico. Completa-se que, para a BNCC,

Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.), que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano. (BRASIL, 2018).

Diante destas considerações, torna-se claro, porque **Estudos Integrados: Espaço-Tempo e Transformações**, concebido como “a possibilidade de interpenetração de conteúdo/forma entre conteúdo e o conhecimento universalmente produzido”, materializando-se o inter-relacionamento que existe teórico/prático entre todas as áreas do conhecimento. Em específico, a História e a Geografia são ciências que ocupam em estudar as ações humanas num processo constante de transformações que é espacial e temporal, ou seja, “enquanto ocupamos espaço, fazemos história”. (BRINHOSA, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, reforçam esta consideração, definindo a criança como sujeito histórico e de direitos, que, “nas interações, relações e práticas cotidianas constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009). Outro elemento fundamental na formação docente está explícito no Art. 8º que estabelece o objetivo que deverá nortear a proposta curricular da Educação Infantil:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009)

Desta forma, este componente deverá ser planejado com a criança: o seu espaço vivido, como ocupa este espaço, as relações estabelecidas e o meio, as relações sociais e as transformações geradas a partir destas. Nesse sentido, homem e meio são considerados determinantes e determinados por sua relação dialética. (BRINHOSA, 1996).

Urge, portanto, entender esta criança a partir e dentro da sua realidade social. Como seres humanos somos todos iguais. Todavia, as diferenças são produzidas socialmente. Esta constatação é fundante no conceber a Educação Infantil como elemento que supera o cuidar e adentra com toda substancialidade no educar. E daí vem: educar para quê, porquê, para onde e com quem. Estas questões remetem de forma objetiva a busca de uma substancialidade metodológica capaz de não só dar conta, mas superar as questões lacunares e ousar a busca da transformação social, afetiva e humana desta criança, alvo deste processo educativo.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 26: Componente Curricular Estudo Integrados: Espaço-Tempo e Transformações I e II.

Componente Curricular: Estudos Integrados: Espaço-Tempo e Transformações I e II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>(EMIFCHSA02) Levantar e testar hipóteses sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica,</p>	<p>Dominar os objetos de conhecimento que ensina e nos processos investigativos dos componentes curriculares considerando o contexto sócio-histórico-cultural.</p> <p>Apropriação de métodos e procedimentos/estratégias de ensino, com destaque a procedimentos de pesquisa e a exercícios do pensar.</p> <p>Analisar e discernir acerca de objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</p> <p>Consubstanciar de forma significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p> <p>Identificar, analisar e discernir as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. Apropriar-se das linguagens</p>	<p>O corpo e as relações espaciais e temporais</p> <p>A noção do “Eu” enquanto sujeito histórico e espacial.</p> <p>A criança, sua história e as relações que estabelece com os outros.</p> <p>As relações sociais, papéis sociais, cotidiano nos espaços vividos.</p> <p>Principais conceitos: tempo, espaço, cotidiano, o homem no universo,</p> <p>Passado, presente e futuro - mudanças, revoluções e permanências.</p> <p>Produção do conhecimento histórico no tempo e espaço.</p> <p>Os diferentes espaços socialmente vividos: casa, escola, bairro, cidade; rua, parque, campo, corporal; virtual, político, geográfico.</p> <p>Organização do</p>

	<p>política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, contextualizando os conhecimentos em sua realidade local e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p>	<p>cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica.</p>	<p>“espaço e tempo didático” na sala de aula. Organização do bairro como espaços sociais: praças, parques, postos de saúde, escolas, clubes, campos de futebol, dentre outros.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCHSA05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>Relacionar, selecionar e propor conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para estruturar ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental.</p> <p>Inteligir acerca do conhecimento histórico produzido em âmbito local, regional, nacional e/ou global, baseadas no respeito às diferenças sociais, na diversidade, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.</p> <p>Consubstanciar a análise de objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</p>	<p>Diferentes tempos: o tempo de sono, tempo acordado, tempo de brincar, tempo de comer, tempo do banho, tempo de brincar, dentre outros.</p>
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a</p>	<p>Compreender a importância da construção das habilidades, abaixo listadas, pela criança, oportunizando processos educativos para tal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • (EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas. • (EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos. • (EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, 	

	<p>preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFCHSA08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.</p>	<p>embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).</p> <ul style="list-style-type: none"> • (EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes. • (EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.). • (EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar). • (EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade. • Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano. 	
Empreendedorismo	(EMIFCHSA10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências		

	<p>Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p>		

	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriado, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes</p>		
--	--	--	--

	<p>recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração do autor pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A criança, desde o nascimento, está imersa na cultura, nas relações, intervenções informais e vai se apropriando, nestes processos, ideias sobre as coisas que a cerca, elaborando conceitos espontâneos. Dessa forma, na sala de aula, esses conceitos, aos poucos,

devem se transformar em conceitos científicos, pois, a mesma é um espaço científico. A Educação Infantil também o é no seu BRINCAR e CUIDAR.

[...] vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens [...]. (BNCC, 2018, p. 38).

Para Vygotsky (1988), o brincar requer envolvimento emocional, contato social, ações físicas e cognitivas. Ele compreende que brincar é aprender; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem (VYGOTSKY, 1988). Brincar é um direito da criança. Direito de aprender sem deixar de ser criança. Sabe-se que a concepção da brincadeira para a criança é um direito que possibilita a aprendizagem, o crescimento e a interação com o mundo, em que a dimensão lúdica desperta a imaginação e a tomada de decisões: o direito de escolhas.

Destarte, então, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa: as **Interações** e a **Brincadeiras**, apontados nas DCNEI, em seu Artigo 9º, devem ser planejados, provocando experiências nas quais as crianças possam “construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.” (BNCC, 2018, p, 39). Estes eixos, conseqüentemente, devem ser planejados pela curiosidade, criatividade e mobilizador desde o berçário, permitindo o apreender de forma lúdica e prazerosa.

Evidencia-se, assim, o papel do educador como agente científico que possui este conhecimento. É prioridade que o educador possua aporte de saber, estude e prepara-se para que substancie a ação educativa. Caberá ao educador, oferecer à criança um ambiente rico e estimulante, tanto no planejamento das atividades quanto à organização material e física deste espaço, provocando o conhecimento do mundo, de si mesma e dos outros e contando com uma intervenção desafiadora, com situações problematizadoras que a levem **pensar, brincar, conviver, participar, expressar, explorar e conhecer-se**.

Refletir e planejar com sensibilidade, garantindo os direitos de aprendizagem (brincar, conviver, participar, expressar, explorar e conhecer-se), pressupõem uma postura pedagógica ancorada na variedade e significatividade de possibilidades de experiências, que, ofertadas cotidianamente, fazem os bebês e as crianças aprenderem e se desenvolverem a partir da produção de cultura revelada em saberes, sentimentos, sensações, opiniões, hipóteses, conhecimentos, teorias e questionamentos, expressos por meio de diferentes linguagens. (CURITIBA, 2020).

Mobilizar para: ter iniciativa; relatar o que pensa; ter ideias novas; inventar regras novas; descobrir; reinventar; reivindicar; querer saber o porquê das coisas; pesquisar o que lhe interessa; ir à procura, ir à busca e muito mais. Deste modo, planejar uma prática pedagógica por meio de instrumentos metodológicos capazes de possibilitar, a partir dos interesses e necessidades, o processo ensino aprendizagem.

O ensino das noções espaço-temporal tem um grande peso no desenvolvimento das crianças, pois influenciam significativamente na suas ações futuras que se transformam de forma coordenada, complexa e gradativa, ou seja, de uma passagem da percepção de formas à sua representação. A construção progressiva dessas noções, pela criança acontecendo sob a mediação da figura do professor, supera uma

ação predominantemente empírica, reforçando a postura teórico-metodológica no ensino de História e Geografia. (FARIAS, 2013).

Para Kant (1980), espaço e tempo são elementos essenciais de sensibilidade da realidade. É preciso que a criança, desde bebê construa essas noções, situando-se dentro deste quadro da realidade. “O corpo configura-se como primeiro elemento de organização no espaço e no tempo.” (SILVA E FREZZA). Evidencia-se, então, a concretude e a significância, do planejamento das ações pedagógicas, do sujeito ativo (corpo e mente) na elaboração e apropriação destes conceitos.

Nossas crianças, assim como todos os seres humanos, têm uma imensa diversidade de aspectos que cercam o seu comportamento e não temos o direito de transformar ou de cristalizar tal riqueza em um único aspecto, como o que aconteceu com o aspecto cognitivo. A infância deve ser vivida na sua plenitude e respeitada na sua totalidade. A criança nasce cidadã, e é assim que deve ser considerada. Cabe às instituições de educação serem um espaço de vivência e de respeito desta cidadania. (STEMMER, 2006, p. 38).

Frente a esta totalidade que é a criança, todo procedimento metodológico não pode perder esta dimensão e, ampliar a capacidade da mesma de se lançar para além do seu universo – restrito, por vezes devido a sua origem social – na perspectiva de que esta, a posteriori, na vida adulta seja capaz de transformar este quadro social: seu e dos seus iguais. Cabe, ainda, salientar que, este processo de apropriação de conhecimento deve produzir uma criança capaz de superar quando jovem e adulta: o racismo estrutural, a pobreza, a ignorância, o machismo, a homofobia, a violência contra as mulheres, a discriminação física, social, econômica e étnica, dentre outros.

POSSIBILIDADES DE AVALIAÇÃO

As concepções de avaliação da aprendizagem presentes no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense traduzem as premissas para uma educação de qualidade: equidade e igualdade de direitos e oportunidades para todos. Apontam caminhos para promover a aprendizagem significativa, favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando as competências gerais e habilidades das áreas de conhecimento. A avaliação deverá ser processual, contínua, diagnóstica, sistemática, com a adoção de vários métodos e instrumentos de intervenção para promover novas aprendizagens e possibilidades de melhoria na qualidade de ensino.

Nesse percurso, a própria escola é o território de intervenção que se constitui como espaço privilegiado da formação docente, com o protagonismo ativo, buscando novas relações entre o saber pedagógico e o saber científico. Percebe-se, assim, que a formação docente perpassa por um processo de experimentação, inovação e investigação em sintonia com a prática educativa.

O processo de apropriação de conhecimento pelo futuro docente e, que, atuará na Educação Infantil, principalmente, nas escolas públicas tem que ser primoroso, quase singular. Este profissional deverá ter a capacidade de avaliar-se em processo para poder avaliar a criança enquanto ser que se apropria de conhecimentos e enquanto se socializa. Avalizar o processo de se transformar em proprietário de conhecimento produzido num processo de socialização, requer conhecimento, discernimento, muita atenção e inteligência do que está, realmente, acontecendo na sala de aula.

Deste modo,, avaliar tem um significado fundante de ampliar o processo de apropriação de conhecimento e, nunca um processo de definir quem acertou e/ou errou, quem

já sabe e quem não sabe, quem é inteligente e quem não é, quem é normal e quem tem dificuldades de aprendizagem. Isto não é avaliação e nem educação! É discussão moral! E discussão moral não cabe a educadores! Aos educadores, cabe discutir ciência. E ciência tem como constitutivo, as materialidades sociais, econômicas, políticas, éticas e as diversidades. Desta forma, o processo de avaliação exige e requer cautela, inteligência com muita observação e pesquisa acerca da materialidade constitutiva das crianças, alvo do processo educativo que se quer. Para tanto, há que estar claro que tipo de sociedade, homem e nação se quer para ter clareza de que educação se quer trabalhar\produzir.

REFERÊNCIAS

BRINHOSA, Mário César.. A função social e pública da educação na sociedade contemporânea. In: Lombardi, José C. (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003 – pg. 39-60.

BRINHOSA, Mário César. Interdisciplinaridade e transversalidade: possibilidades e equívocos. In: Lombardi, José C. (org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003 – pg. 171-194.

BRINHOSA, Mário César. **Interdisciplinaridade**: possibilidades e equívocos. Florianópolis: 1996. (Mimeo).

CURITIBA. **Currículo da Educação Infantil**: diálogos com a BNCC. Curitiba: Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. 2020

FARIAS, Bruna De Oliveira et al.. **Espaço e tempo na educação infantil**: alternativas didático-pedagógicas. Anais V FIPED. Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/3532>>. Acesso em: 25/11/2022.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

NÓVOA, António. **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

NÓVOA, António. O método (auto)biográfico na encruzilhada dos caminhos (e descaminhos) da formação de adultos. In: **Revista Portuguesa de Educação**. Minho: Universidade do Minho, 1988.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1991.

SILVA, João Alberto da e FREZZA Júnior, Saccon. **A construção das noções de espaço e tempo nas crianças da educação infantil**. Rio Grande: FURG, 2009.

STEMMER, Márcia Regina Goulart da Silva. A leitura e a escrita: uma linguagem histórica e presente na educação infantil. In: RAUPP, Marilene Dandolini. (Org.). **Reflexões sobre a infância**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

*A criança é feita de cem.
A criança tem cem mãos,
cem pensamentos,
cem modos de pensar, de jogar e de falar.
Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.
Cem alegrias para cantar e compreender.
Cem modos para descobrir. Cem modo para inventar.
Cem modos para sonhar.
A criança tem cem linguagens (e depois, cem, cem, cem),
mas roubaram-lhe noventa e nove.
[...]*

Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe e de cem,roubaram-lhe noventa e nove.

[...]

Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário, a cem existem.

Loris Malaguzzi

LINGUAGENS: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO I E II

Professora Colaboradora/Elaboradora
Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

Ao abrir este documento com o poema de Loris Malaguzzi pretende-se frisar a importância de sempre conceber a Educação Infantil a partir do entendimento de um sujeito de direito que é a criança, bem como, da necessidade de ouvir suas vozes, questão que hoje está posta, contudo, nem sempre foi assim. Partindo desta premissa, e com o objetivo de elucidar algumas questões sobre este Componente Curricular é necessário, inicialmente, contextualizar a luta, há anos, pela conquista de direitos para as crianças e profissionais que atuam na Educação Infantil. Por meio dos movimentos e lutas que continuam ainda acontecendo, destaca-se os avanços e outros espaços que, ainda, podem ser conquistados.

Dentre as vitórias relacionadas à Educação Infantil ressaltamos o fato da Educação Básica tornar-se obrigatória e gratuita, a partir dos 4 (quatro) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita, conforme define a nossa Constituição Brasileira (1988) em seu Artigo 208, Inciso I e IV. Porém, nem sempre foi assim, houve um tempo que este direito não era garantido, conforme demonstra o trecho da Proposta Curricular de Santa Catarina (1991):

O fato do espaço da Educação da Criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos não ser um espaço já conquistado e sobre o qual nos restaria discutir a condição das propostas educacionais, tendo em vista sua melhoria qualitativa torna a discussão e princípios orientadores de uma proposta curricular para a pré-escola no Sistema público de ensino, uma tarefa um tanto difícil. A garantia do acesso a creches e pré-escola, tal como vimos ser reconhecida pela Constituição Brasileira, está longe de ser concretizada (SANTA CATARINA, 1991, p. 12).

Diante das reflexões provocadas pela citação acima, podemos intuir que, de certa forma, a educação brasileira evoluiu na aquisição do direito à garantia da Educação Infantil, bem como, na elaboração de legislações e orientações curriculares que atendem a esta modalidade de ensino. Entretanto, não se pode deixar de considerar que, ainda, há muito a conquistar, em especial, ao direito e obrigatoriedade de todas as faixas etárias serem atendidas pelas instituições.

Em relação às conquistas dessa modalidade de ensino, destacamos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 05 de 17/12/2009, que definiu em seu Art. 5º (inciso 2º e 3º), a obrigatoriedade da Educação Infantil a partir dos 4 anos de idade, assim como estabelece que ao completarem seis anos, após dia 31 de março, os estudantes terão a matrícula assegurada nesta primeira etapa da Educação Básica.

Pautados nestas conquistas, apresentamos um trecho da Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2017) que ressalta as mudanças na Educação Infantil nos últimos tempos:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos

bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017 p. 36).

Esta citação revela as mudanças na história da Educação Infantil em nosso país, assim como, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2009) para esta modalidade, que em seu Artigo 9º destaca os eixos norteadores em que as interações e brincadeiras concretizam o objetivo de propiciar novas experiências nos processos de socialização, aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento da criança. Em especial, entende a criança como um:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 2).

Fundamentados neste conceito compreendemos que a BNCC (2017) é um documento que traz um olhar refinado para este sujeito histórico de direitos (a criança), o qual contempla as vivências da mesma, assegura os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como, propõe uma orientação curricular, prioritariamente a partir dos campos de experiências.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) com este direcionamento enfatiza os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se) e os campos de experiências (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações) para a efetivação do trabalho pedagógico. Aqui, destacamos o campo de experiência: Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação, o qual nomeia este Componente Curricular do Curso Normal em Nível Médio - Magistério.

Nesta esteira, pretende-se pensar diferentes questões sobre este campo de experiência e os conceitos que o compõem no referido componente curricular. Para tal, é imprescindível trilhar algumas elucubrações em torno de uma perspectiva histórico-cultural da educação, assim como, versar sobre os teóricos que sustentam o desenvolvimento humano, em especial sobre pensamento e linguagem.

Diante deste direcionamento, lembramos que as Propostas Curriculares de Santa Catarina se fundamentam na concepção sócio-histórica de homem, de sociedade e de mundo, de forma, a reforçar que, o homem que se pretende formar será aquele que auxiliará a construção de uma sociedade mais igualitária e que também, reflete a concepção de criança aqui apontada.

Conseqüentemente, quando pensamos no Componente Curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação partimos da compreensão de um ensino que vá ao encontro dessa concepção de criança, de homem e sociedade. Acredita-se que o mesmo possibilitará uma relação com o conhecimento que proporcione a atuação do sujeito e a construção do seu entendimento acerca das coisas e de sua visão de mundo.

Neste contexto, é importante entender que a criação e o desenvolvimento de ideias (pensamento e imaginação), bem como, da escuta e fala, se dá a partir de um sujeito histórico (a criança com seus direitos de aprendizagem) que se constitui a partir de suas relações e de uma educação integral, portanto:

Em termos de aporte teórico-epistemológico, a perspectiva histórico-cultural oferece um arcabouço dos mais amplos para a compreensão da Formação Integral e para a reflexão sobre ela. O ponto de partida é o sujeito na/da formação, compreendido como ser social e histórico de direito subjetivo à aprendizagem e ao desenvolvimento em sua concepção ampla. Sujeito que, nas experiências de vida e

nas relações com outros sujeitos, com a natureza e com as estruturas e instituições sociais, faz apropriações de mundo mediadas por diferentes linguagens. Esse sujeito tem o direito a uma formação que tome como parâmetro todas as dimensões que constituem o humano. Uma formação que reconheça e ensine a reconhecer o direito à diferença, a diversidade cultural e identitária; que contemple as dimensões ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional. (SANTA CATARINA, 2014, p. 26-27).

Fundamenta-se nessas colocações iniciais, as orientações para o componente curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), de forma, a propor um trabalho pedagógico que compreenda a prática a partir de eixos norteadores:

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos. (BRASIL, 2009, p. 4).

Após, esta breve síntese das concepções e legislações que norteiam a Educação Infantil no Brasil passamos a discorrer sobre pensamento e linguagem fundamentados no que aqui registramos. Neste percurso, trazemos primeiramente Jean Piaget (1896 - 1980) para abrir as primeiras considerações sobre o tema “pensamento e linguagem”. Algo que de início pode parecer estranho, já que o mesmo não desenvolveu suas pesquisas para a área da Educação, mas, sim, para a Psicologia. Porém, esta escolha pretende apresentar a importância pedagógica deste pesquisador e propor a seguinte reflexão: é possível um professor entender o desenvolvimento da criança e trabalhar com a Educação Infantil sem conhecer o referido autor e suas colaborações para a educação?

Considera-se este feito um tanto difícil, já que a ciência epistemológica de Piaget traz ponderações significativas (embora tenha limitações impostas pelo tempo e contexto em que foram produzidas) sobre a elaboração do pensamento e a forma como o mesmo se processa, questões importantes para um profissional da educação conhecer e até questionar.

Outro ponto a ponderar, antes de direcionar este texto para as especificidades dos estudos de Piaget, é a crítica que se tem acerca dos mesmos por, a princípio, deixarem de lado a importância das condições sociais no desenvolvimento do ser humano. Entretanto, antes de qualquer julgamento, é importante destacar que Piaget não ignorou o tema, embora não o tenha aprofundado, diferentemente de Vygotsky que tem este ponto como fundamentação de suas análises e estudos. Conforme, revela La Taille (1992) ao referir-se a Piaget:

Todavia, não seria mais injusto acreditar que tal desprezo existiu. O máximo que se pode dizer é que, de fato, Piaget não se deteve longamente sobre a questão, contentando-se em situar as influências e determinações da interação social sobre o desenvolvimento da inteligência. Em compensação, as poucas balizas que colocou nesta área são de suma importância, não somente por sua teoria, como também para o tema. (LA TAILLE, 1992, p. 11).

Ao situar Piaget (1920), numa primeira etapa de seus estudos, percebe-se como foco principal a socialização linguística e as interações sociais na construção do pensamento e da

linguagem. Fato de suma importância, já que num segundo momento (1930 e 1940) sua pesquisa centrou-se mais na psicogenética, em função da identificação das estruturas pré-verbais e na busca de explicação nas estruturas orgânica/psicológica (sensório-motor) da criança.

Trazer este referencial teórico e entender o percurso da pesquisa do referido autor é essencial para o professor deste componente curricular e, também, para o estudante que irá atuar na Educação Infantil, bem como, nos ajuda a contextualizar a utilização do mesmo, neste documento. A partir desta breve constatação apontamos uma citação de Piaget, em que o mesmo traz fatores sociais para a discussão e revela suas correlações com o desenvolvimento humano na psicogenética:

Se tomarmos a noção do social nos diferentes sentidos do termo, isto é, englobando tanto as tendências hereditárias que nos levam à vida em comum e à imitação, como as relações exteriores (no sentido de Durkheim) dos indivíduos entre eles, não se pode negar que, desde o nascimento, o desenvolvimento intelectual é, simultaneamente, obra da sociedade e do indivíduo. (PIAGET, 1973, p. 242).

Neste percurso, é notório a relevância das contribuições teóricas do pesquisador Jean Piaget para a Educação Infantil, em especial, no que diz respeito aos estudos da linguagem e do pensamento infantil. Ressalta-se, ainda que, para sua pesquisa, Piaget desenvolveu um método de investigação que analisou o pensamento das crianças, centrando-se na percepção e na lógica infantil, o qual priorizou analisar as características destes, ao invés de apenas citar as dificuldades de raciocínio das crianças em relação aos adultos. Da mesma forma, também a relevância da imaginação para a resolução de problemas, sendo que, as crianças no exercício desta ação não se preocupam com a verificação dessas.

Jean Piaget (1923) em seus escritos defende que a peça que liga todas as particularidades da lógica infantil é o egocentrismo do pensamento da criança. Ele apresenta questões que observou e considerou fundamental em seus estudos, tais como, o realismo intelectual, sincretismo e as dificuldades de compreender as relações que compõem o pensamento autístico (subconsciente da criança/cria para si uma realidade de imaginação) e o pensamento orientado/dirigido (é consciente e pode ser expresso pela linguagem). Piaget (1923) nos esclarece:

O pensamento orientado é consciente, isto é, prossegue objetivos presentes no espírito de quem pensa, é inteligente, isto é, encontra-se adaptado à realidade e esforça-se por influenciá-la. É suscetível de verdade e erro ... e pode ser comunicado através da linguagem. O pensamento autístico é subconsciente, isto é, os objetivos que prossegue e os problemas que põe a si próprio não se encontram presentes na consciência. Não se encontra adaptado à realidade externa, antes cria para si próprio uma realidade de imaginação ou sonhos. Tende, não a estabelecer verdades, mas a recompensar desejos e permanece estritamente individual e incomunicável enquanto tal, por meio da linguagem, visto que opera primordialmente por meio de imagens e, para ser comunicado, tem que recorrer a métodos indiretos, evocando, por meio de símbolos e mitos, os sentimentos que o guiam. (PIAGET, 1923, p. 59-60).

Neste momento, não vamos nos debruçar a fundo nos estudos de Piaget, a intenção é situar seus pensamentos e suas contribuições para darmos continuidade a outros autores, tais como Vygotsky, Luria e Wallon que, também, tratam do pensamento e linguagem e questões pertinentes ao componente curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação.

Discorrer sobre Vygotsky é considerar a grandeza social do desenvolvimento humano, já que ele teve como principal preocupação entender como as interações sociais interferem na formação das funções superiores, em especial, porque:

Vygotsky tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que o ser humano constitui-se enquanto tal, na sua relação com o outro social. A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem (OLIVEIRA, 1992, p. 24).

Pautando-se neste pensamento, as relações entre aprendizagem e desenvolvimento são fundamentais para o entendimento do processo de ensinar e aprender, conceitos importantes do componente curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação.

As questões que Vygotsky discorre em seus estudos, em especial, no final da década de 20, quando ele procurou aprofundar a compreensão do desenvolvimento humano possui uma ligação com o contexto social, a partir do estudo com crianças. Apesar da importância desse feito, é fundamental destacar que seu foco inicial não era produzir uma teoria sobre o desenvolvimento infantil, mas sim, sobre o desenvolvimento humano.

Suas pesquisas ofereceram melhor conhecimento acerca do pensamento enquanto função cerebral, considerando o movimento de apropriação da cultura - parte da natureza humana - pela criança nesta composição. Suas ideias se desenvolveram em torno das relações entre pensamento e linguagem, na existência da mediação cultural, na construção de significados, nas relações entre desenvolvimento e aprendizagem, bem como, nas relações que permeiam esse processo na escola e fora dela. Vygotsky (1935) apresentava a seguinte abordagem:

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado - a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa - e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (VYGOTSKY, 1935, p. 686).

Partindo dessas ponderações e voltando o olhar para a Educação Infantil, ressaltamos a importância da convivência da criança com seus pares e com os adultos integrantes (em destaque, o professor) no referido espaço. Assim, será a partir dessas relações que a criança fará associações do processo vivido, atribuirá sentidos e percepções de si, de suas vivências, de suas relações e do ambiente de forma interligada.

Reitera-se mais uma vez que quando se pensa em Vygotsky, logo vem à mente o aspecto social atrelado ao desenvolvimento humano de forma geral, mas ele também fundamenta suas pesquisas acerca do cérebro e das funções superiores e, conseqüentemente, do pensamento e da linguagem, conforme, destaca Oliveira (1992):

As concepções de Vygotsky sobre o funcionamento do cérebro humano fundamentam-se em sua ideia de que funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem. Na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, o ser humano cria as formas de ação que o distinguem de outros animais. Sendo assim, a compreensão do desenvolvimento psicológico não pode ser buscada em propriedades naturais do sistema nervoso. Vygotsky rejeitou, portanto, a ideia de funções mentais fixas e imutáveis, trabalhando com a noção do cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são

moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual. (OLIVEIRA, 1992, p. 24).

Ao ler esta citação e refletir sobre, vimos o quanto a concepção sócio-histórica está impregnada de uma compreensão pautada pelo social, pelas relações vividas pelo sujeito com seus pares e, também, determinadas por ele, bem como, àquelas advindas da evolução da espécie humana.

Nessa linha, Vygotsky, Luria e Wallon apresentaram boas contribuições para a construção desse entendimento, já que a referida concepção traz a influência da dimensão social na formação das funções psicológicas superiores, entretanto não supervaloriza a determinação biológica, pois entende o cérebro (como algo complexo) e o desenvolvimento humano como resultado de um processo histórico e social. Luria (1981) aprofunda esta questão:

Uma ideia fundamental para que se compreenda sobre o funcionamento cerebral é a ideia de sistema funcional. As funções mentais não podem ser localizadas em pontos específicos do cérebro ou em grupos isolados de células. Elas são sim, organizadas a partir da ação de diversos elementos que atuam de forma articulada, cada um desempenhando um papel naquilo que se constitui como um sistema funcional complexo. Esses elementos podem estar localizados em áreas diferentes do cérebro, frequentemente distantes umas das outras. Além dessa estrutura complexa, os sistemas funcionais podem utilizar componentes diferentes, dependendo da situação. (LURIA, 1981).

É fundamental entender a importância e a complexidade dos pressupostos deixados por Vygotsky e seus parceiros de pesquisa, pois ao mesmo tempo que trata da dimensão social, aprofunda as particularidades do funcionamento cerebral, conforme afirma Oliveira (1992):

Esta concepção de organização cerebral como sendo baseada em sistemas funcionais que estabelecem num processo filogenético e ontológico tem duas implicações diretas para a questão do desenvolvimento psicológico. Por um lado, supõe uma organização básica do cérebro humano, resultante da evolução da espécie. Isto é, a postulação da plasticidade cerebral não supõe um caos inicial, mas a presença de uma estrutura básica estabelecida ao longo da história da espécie, que cada membro dela traz consigo. (OLIVEIRA, 1992, p. 25-26).

Neste percurso, para compreender as questões até aqui apresentadas é necessário trilhar o Componente Curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação por um caminho que contextualiza o aporte teórico sócio-histórico e o transcende para a Educação Infantil. Neste sentido, é necessário pensar as especificidades que compõem o ensinar e o aprender de 0 (zero) a 6 (seis) anos, a partir dos campos de experiência e dos direitos de aprendizagem das crianças.

Partindo destas elucubrações, é fundamental conceber a prática docente como um agente de mobilização, repleta de intencionalidade (pois, a mediação do professor é fundamental no fazer pedagógico), que projetará a organização de situações e atividades educativas por meio das quais, a criança será desafiada e incentivada a se apropriar de conhecimentos que permitam o encontro consigo mesma e com seus pares, de forma que nesse processo, se humanize. A ideia é organizar a prática pedagógica de tal forma que, essa ordenação favoreça o desenvolvimento das capacidades ou funções superiores, respeitando sempre os direitos de aprendizagem de cada criança.

Por fim, amparados nos pressupostos da concepção histórico cultural, de forma simples, destacamos as funções psicológicas superiores no âmbito da prática pedagógica, as

capacidades, habilidades e aptidões formadas historicamente a partir da condição de vida, da educação e da atividade de cada sujeito, as quais devem ser exploradas com as crianças e mediadas pelo professor.

Dessa forma, na Educação Infantil a apropriação das capacidades tipicamente humanas deve ser estimulada e contemplada nos planejamentos diários dos professores, questão que este componente curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação no Curso Normal em Nível Médio – Magistério, também, deve abordar com seus estudantes/futuro professores. Sendo que, será relevante pesquisar e explorar as possibilidades pedagógicas (diferentes estratégias e recursos que contemplem a prática dos futuros professores com as crianças) de maneira que conheçam a importância de trabalhar propostas que viabilizem diferentes formas de linguagem, a elaboração do pensamento e da fala, o exercício da escuta e da imaginação, bem como, outros elementos como: a apreciação/sentimento estético, as formas elaboradas e voluntárias de memória, de percepção e de atenção que auxiliam o desenvolvimento infantil.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 27: Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I e II.

Componente Curricular: Linguagem: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I e II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos de Conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.	Conhecer os elementos básicos que compõem os estudos de Jean Piaget e a relação destes com o pensamento e a linguagem.	Pensamento, conceitos e princípios. Linguagem, conceito e princípios.
	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	Compreender as relações cérebro/funções cognitivas e suas bases biológicas no processo para o ensino e aprendizagem. Estudar e compreender a importância das ideias de Vygotsky para a construção da concepção sócio histórica. Ampliar o entendimento de mundo com autonomia e criticidade, por meio do conhecimento dos pensamentos de Wallon.	Imaginação, conceito e princípios. Epistemologia Genética de Jean Piaget; Piaget e sua teoria de aprendizagem; O desenvolvimento cognitivo segundo Piaget. Pensamento e linguagem na teoria de Vygotsky; Teoria de Aprendizagem de Vygotsky; Vygotsky e o conceito de aprendizagem mediada; O significado

<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p>	<p>Entender que o nascimento as crianças vivem situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais convivem;</p> <p>Compreender que as primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais ganham sentido com a interpretação do outro.</p> <p>Reconhecer a importância de promover o interesse das crianças em ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.</p> <p>Entender a importância da criança demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).</p>	<p>do brinquedo para Vygotsky; Desenvolvimento cognitivo e social infantil.</p> <p>Wallon e a gênese da inteligência - o motor impulsiona o aprender; A afetividade e a construção do sujeito na concepção de Wallon.</p> <p>Atividades práticas, envolvendo linguagem, fala, escuta e imaginação.</p>
<p>Mediação e Investigação Sociocultural</p>	<p>EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p>	<p>Identificar que as crianças, a partir do contato social, vão ampliando e enriquecendo o seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna.</p> <p>Saber promover experiências nas quais as crianças possam falar ou ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.</p> <p>Entender a relevância de propor às crianças a expressarem suas ideias,</p>	

		desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.	
Empreendedorismo	<p>(EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente os conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance.</p> <p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p>	<p>Identificar que as crianças, a partir do contato social, vão ampliando e enriquecendo o seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna.</p> <p>Saber promover experiências nas quais as crianças possam falar ou ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.</p> <p>Entender a relevância de propor às crianças a expressarem suas ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.</p>	
Docência	<p>Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.</p> <p>Pesquisar, investigar, refletir, realizar análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para</p>	<p>Empregar fundamentos científicos para a construção e reconstrução do sujeito por conhecimento e da cidadania.</p> <p>Ter atitudes pessoais, sociais e profissionais com base nos fundamentos psicológicos perante a vida e o mundo nas diversas situações.</p> <p>Compreender o complexo processo pelo qual as formas de pensar e os conhecimentos existentes numa sociedade são apropriados pela criança reconhecendo a natureza</p>	

	<p>selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.</p> <p>Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p> <p>Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica.</p>	<p>social da aprendizagem.</p> <p>Propor situações pedagógicas que propiciem relatos, experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidas, bem como, recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.</p> <p>Entender a importância de planejar momentos em que a criança possa criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos, bem como, produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.</p> <p>Propor momentos de interações com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.</p> <p>Entender a necessidade de planejar atividades pedagógicas em que a criança identifique e crie diferentes sons, bem como, reconheça rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.</p> <p>Inventar e planejar brincadeiras e atividades cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.</p> <p>Propor situações de aprendizagem que possibilitem às crianças imitarem as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.</p>	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração da autora (2022).

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O professor do Componente Curricular Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação deve levar o estudante/futuro professor do Curso Normal em Nível Médio – Magistério a compreensão que o currículo na Educação Infantil tem que ser dinâmico e vivo, de forma, a oferecer meios que centrem seus interesses e curiosidades.

Ao pensar e dialogar sobre o desenvolvimento do Pensamento e da Linguagem humana é necessário que o estudante/futuro professor compreenda a importância de oferecer às crianças um processo ensino aprendizagem que permita a expressão por meio de desenhos, conversas, brincadeiras, danças, cantos e, tantas outras formas de linguagem, pois estas estratégias desencadeiam avanços e estimulam o desenvolvimento da criança. Essa concepção está diretamente ligada ao entendimento da criança (sujeito histórico e de direito) e será fundamental para a organização do planejamento, as escolhas didático-pedagógicas com perspectivas de indissociabilidade entre as ações de cuidado e educação, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009).

A metodologia para o componente deve fundamentar-se no desenvolvimento dos estudantes para o exercício da docência. Nesse sentido é fundamental ousar e desafiar a construção de um trabalho coletivo e colaborativo, ancorado na construção do conhecimento teórico e prático. O desenvolvimento das aulas deve estar fundamentado na construção de sujeitos ativos. Nesse sentido, sugere-se que as aulas expositivas e dialogadas devam contemplar a aprendizagem colaborativa, garantindo assim, a promoção de movimentos entre os estudantes nas situações de aprendizagem.

Para tanto, é necessário que as aulas sejam construídas por meio de metodologias ativas, pois as mesmas possibilitam engajar os estudantes a se tornarem protagonistas no processo de construção do próprio conhecimento preparando os estudantes para a vida acadêmica, profissional e social, oferecendo todas as ferramentas para lidar com as situações complexas. As metodologias utilizadas para o componente devem ser ferramentas para promover a gestão da aula e, assim, mobilizar os estudantes na busca do conhecimento com diferentes recursos e metodologias, sem esquecer é claro de tratar do uso dessas ferramentas lá na instituição da Educação Infantil (no caso, quando os estudantes forem para o campo de estágio).

AVALIAÇÃO

É importante lembrar que a avaliação da aprendizagem é ferramenta do trabalho pedagógico do professor e constitui-se uma prática investigativa. Uma ferramenta pedagógica do trabalho do professor porque a partir dos diagnósticos apurados, o ato de ensinar pode ser revisto para que o estudante alcance o sucesso no aprender. Da mesma forma, uma prática investigativa porque a partir dela elementos serão levantados, investigados e poderão modificar o pensar e fazer pedagógico em prol da aprendizagem.

Sendo assim, esta prática avaliativa deve ser cotidiana, processual e formativa, configurando-se num ato diagnóstico, em que os processos de ensino aprendizagem são permanentemente revistos, analisados e aprimorados. Nessa perspectiva, sugere-se ao professor reunir informações relevantes acerca dos aspectos do percurso formativo do estudante durante o processo do ensino aprendizagem, as quais subsidiaram tomadas de decisão, delineamento de atividades e/ou ajustes, visando a promoção cada vez mais qualificada da aprendizagem.

Neste sentido, cabe ao professor realizar a avaliação buscando o diagnóstico das dificuldades dos estudantes realizando ações e processos que ressignifiquem a aprendizagem e desencadeiam num movimento que considera os objetivos propostos e alcançados numa

constante reelaboração de finalidades, metas e estratégias, com vistas a novas oportunidades de aprendizagem e novos modos de ensinar e aprender. Destaca-se aqui, a relevância do envolvimento do estudante no ato da avaliação, de maneira protagonista, reflexiva e responsável por meio da auto avaliação.

Os instrumentos avaliativos poderão ser utilizados de forma variada sendo que os mesmos contemplem os objetivos de aprendizagem, assim, é necessário ampliar o leque de instrumentos. Assim, poderão ser utilizados: avaliações individuais e coletivas, auto avaliação, produção de textos, seminários, portfólio, debates, entre outros instrumentos avaliativos que o professor do componente considere viável.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Nacional de Educação, **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009** que fixa as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, MEC, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf Acesso em: 20 de agosto de 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

FARIA, V. L. B. de; DIAS, R. T. de S. (org.). **Currículo na educação infantil**: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Scipione, 2007.

LA TAILLE, Yves De La. **Piaget, Vygostky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão/Yves De La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloísa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

LEONTIEV, A. N. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. p. 261-284.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo. Ícone, p. 59-83, 1988.

LIMA, E. A. **Infância e teoria histórico-cultural**: (des) encontros da teoria e da prática. 2005. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2005.

LIMA, E. A.; RIBEIRO, A. E. M.; VALIENGO, A. **Criança, infância e teoria histórico-cultural**: convite à reflexão. Teoria e Prática da Educação, Rio Claro, v. 15, p. 67-77, 2012.

LURIA, Alexander R. **Fundamentos de neuropsicologia**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1981.

LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, p. 119-142, 1988.

LURIA, Alexander R. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, M. Educação infantil e currículo. In: FARIA, A. L.; PALHARES, M. (org.). **Educação infantil pós-LDB**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

PIAGET, Jean. **Estudos psicológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIAGET, J. **La langage at la pensée chez l'enfant**. Neuchâtel-Paris, Delachaux & Niestlé, 1923.

MELLO, S. A. Uma teoria para orientar o pensar e o agir docentes: o enfoque histórico-cultural na prática da educação infantil. In: CHAVES, M. (org.). **Intervenções pedagógicas e educação infantil**. Maringá: Eduem , V. 1, p. 19-36, 2011.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: LA TAILLE, Yves De La. **Piaget, Vygostky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**/Yves De La Taille. São Paulo: Summus, 1992.

VIGOTSKI, L. S. **A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança**. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, Rio de Janeiro, n. 8, p. 23-36.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. As raízes genéticas do pensamento e da linguagem. In: VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, p. 111-150, 2001.

VIGOTSKI, L. S. Estudo experimental do desenvolvimento dos conceitos. In: VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, p. 151-240, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**. Trad. Zoia Ribeiro Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **Quarta aula**: a questão do meio na pedologia. *Psicologia USP*, 21(4), 681-701. Recuperado em setembro 10, 2012, (Originalmente publicado em 1935), 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/F937bxTgC9GgpBJ8QhCKs6F/?lang=pt>
Acesso em: outubro de 2022.

PENSAMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Aline da Costa (17^a CRE)
Fernanda Martins Wernke (36^a CRE)
Giovana Polnow Bassi (24^a CRE)
Luis Duarte Vieira (SED)
Luís Anderson Antunes (27^a CRE)
Márian Conceição (SED)
Mayara Serafim Schlickmann (36^a CRE)
Patrícia Conceição Matana (07^a CRE)
Valmir José Turcatto (11^a CRE)

Consultora

Edséia Suethe Faust Hobold (36^a CRE)

Iniciamos estes componentes com os questionamentos: o que é Pensamento Lógico-Matemático? Quais objetos do conhecimento contribuem para o desenvolvimento do Pensamento Lógico-Matemático? Que métodos, metodologias e estratégias são mais apropriados? Qual caminho seguir? Estes são alguns dos desafios: aprofundar conceitos essenciais e ao mesmo tempo, refletir como esses conhecimentos podem ser transpostos didaticamente para com os futuros professores e, conseqüentemente, com os estudantes na Educação Infantil.

Vale lembrar que os componentes Pensamento Lógico-Matemático I e II estão organizados de acordo com os marcos legais que regem o Novo Ensino Médio. O currículo está estruturado com base nos quatro eixos estruturantes (Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo) dos itinerários formativos (BNCC), fundamentados, também, conforme CBEMTC, nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural e Vygotsky, consolidado com a Teoria da Atividade de Leontiev, bem como na Teoria da Aprendizagem Desenvolvimental, do sistema Elkonin-Davídov e na atividade Orientadora de Ensino, de Moura (2016). Cabe ressaltar que, Santa Catarina, ampliando esta estrutura, agregou mais um eixo: **Docência** (Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação) que se desdobram três dimensões: 1) Conhecimento profissional; 2) Prática profissional e 3) Engajamento profissional.

Assumir o arcabouço apresentado anteriormente é um grande desafio para o docente e o futuro docente, pois a atividade pedagógica como professor “tem como objeto a formação de professores, que por sua vez terão como objeto a concretização de propostas curriculares” (MOURA, 2017, p. 98). Requer aprofundamento teórico do ponto de vista filosófico, epistemológico, metodológico, didático e matemático. Compreender como a criança aprende e é impulsionada a aprender e como ensinar esse movimento no curso Normal em Nível Médio - Magistério, pois se trata da preparação de jovens que, posteriormente, ensinarão crianças.

Nestes componentes, objetiva-se aprofundar conhecimentos sobre Pensamento Lógico-Matemático, tais como, conceito de espaço, formas, unidades de medidas, de quantidades, tempo, seriação, classificação, entre outros, conhecimentos essenciais para o desenvolvimento do mesmo, do futuro docente e, posteriormente, das crianças.

Além dos conceitos e objetos de conhecimento, é imprescindível compreender como os sujeitos da Educação Infantil se apropriam do conhecimento. Para Davidov (1988), ao longo da Educação Básica, os sujeitos são movidos por atividades guia ou atividade principal, ou seja, aquela que impulsiona o desenvolvimento.

Outro fator importante, da qual os componentes curriculares, também tratam se refere ao cuidado com o tempo de desenvolvimento de atividades, pois:

[...] na maioria das vezes, [a criança] possui um tempo máximo de concentração, sendo assim, as atividades devem ser sistematizadas de acordo com o tempo de concentração das crianças. Mukhina (1995) diz que o tempo de concentração das crianças pré-escolares nos jogos dura em média: na faixa etária de 3 a 4 anos, de 10 a 15 minutos, na faixa etária de 4 a 5 anos, de 40 a 50 minutos e nas crianças de 6 a 7 anos podem durar horas ou até dias (CARLOS, 2018, p. 35).

Além do cuidado com o tempo de duração entre uma atividade e outra, tem a questão da atividade lúdica, jogos, brincadeiras, materiais manipulativos entre outros. Cabe lembrar que o professor desses componentes têm como objeto a formação de professores, e que estes terão como objeto a concretização do Currículo. Portanto, o desenvolvimento desses requer esse olhar em aprofundar os objetos de conhecimento e interligar com a transposição didática.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Objetiva-se aprofundar, ampliar e apreender objetos de conhecimento matemático relacionado ao desenvolvimento do pensamento e sua aplicabilidade na docência, desenvolvendo habilidades de organização, planejamento, engajamento, comprometimento, espírito empreendedor e relacionamento interpessoal.

Percebe-se que são fundamentais estes princípios para que o professor invista em oportunidades de formação continuada e reflexão sobre sua prática. A reflexão abre espaços para análise de seus saberes, práticas, planejamento e metodologias com a finalidade de melhorar a aprendizagem dos estudantes, reduzindo os índices de evasão e reprovação nos Anos Iniciais.

No percurso de aprendizagem dos estudantes, nesses componentes de aprofundamento na Educação Infantil, percebe-se a importância do conhecimento do professor que advém de sua formação continuada, de suas experiências em sala de aula, do acesso às novas tecnologias, da relação com os estudantes no processo interativo de construção dos saberes e práticas. Segundo a concepção de Giancaterino (2009):

[...] o processo de aprendizagem é como uma construção contínua e mutável, que requer de nós, professores de Matemática, constante adaptação para que possamos retirar desse processo o melhor e aproveitar todas as suas etapas (GIANCATERINO, 2009, p. 164).

Nesse contexto, reafirma-se a necessidade do professor em formação no Curso Normal em Nível Médio - Magistério articular conhecimentos prévios, valores, atitudes, habilidades dos estudantes, visto que este é considerado um agente de transformação no campo educacional.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 28: Componente Curricular Pensamento Lógico Matemático I

Componente Curricular: Pensamento Lógico Matemático I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	EMIFMAT01) Investigar e analisar situações problema identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para uma dada situação, elaborando modelos para sua representação.	- Investigar e analisar pensamento lógico matemático. - Selecionar e sistematizar informações sobre o as contribuições do desenvolvimento do pensamento lógico-matemático na perspectiva de Piaget, Wallon, Vygotsky, Davýdov, entre outros, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação.	<ul style="list-style-type: none"> Definição de pensamento lógico-matemático. Estudos teóricos sobre o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático: Piaget, Wallon, Vygotsky e outros.
	(EMIFMAT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na explicação ou resolução de uma situação-problema elaborando modelos com a linguagem matemática para analisá-la e avaliar sua adequação em termos de possíveis limitações, eficiência e possibilidades de generalização.	- Investigar e compreender, com base na Teoria Histórico-Cultural, como se processa a periodização do desenvolvimento infantil e suas atividades principais articulando ao ensino de Matemática.	<ul style="list-style-type: none"> Periodização do desenvolvimento infantil (0 aos 10 anos de idade) e o ensino de Matemática.
	(EMIFMAT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a contribuição da Matemática na explicação de fenômenos de natureza científica, social, profissional, cultural, de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.	- Identificar formas de pensar específicas do raciocínio lógico, tais como antecipação, levantamento e checagem de hipóteses, inferência, tentativa e erro, prova por absurdo, tomada de decisão. - Selecionar e mobilizar conhecimentos diversos na construção de estratégias para resolução de situações-problemas desafiadoras. - Expressar, por meio de argumentos consistentes,	<ul style="list-style-type: none"> Espaço. Ângulos. Formas geométricas. Geometria plana: perímetro e área de polígonos regulares. Medidas convencionais e não convencionais.

<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFMAT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados à Matemática para resolver problemas de natureza diversa, incluindo aqueles que permitam a produção de novos conhecimentos matemáticos, comunicando com precisão suas ações e reflexões relacionadas a constatações, interpretações e argumentos, bem como adequando-os às situações originais.</p> <p>(EMIFMAT04) Reconhecer produtos e/ ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica na produção do conhecimento matemático e sua aplicação no desenvolvimento de processos tecnológicos diversos.</p> <p>(EMIFMAT06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, considerando a aplicação dos conhecimentos matemáticos associados ao domínio de operações e relações matemáticas simbólicas e formais, de modo a desenvolver novas abordagens e estratégias para enfrentar novas situações.</p>	<p>sua forma de pensar e representar soluções para situações-problema.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investigar e analisar pensamento lógico matemático sua aplicabilidade, seu conjunto de técnicas, métodos e processos que, sistematizados, organizados, desencadeados e, sequencialmente estruturados através das interações entre as múltiplas Inteligências Funcionais promovidas pelo cérebro, facilitam a compreensão e a resolução de problemas. - Investigar e analisar formas de pensamento como dedução, indução e hipótese interconectado com a matemática na resolução de problemas. - Levantar e testar hipóteses sobre a localização de pessoas e de objetos no espaço segundo um dado ponto de referência, compreendendo que, para a utilização de termos que se referem à posição, como direita, esquerda, em cima, em baixo, é necessário explicitar-se o referencial. -Selecionar e mobilizar diferentes recursos matemáticos para resolver problemas que envolvam a noção de ângulo em diferentes contextos e situações reais, como ângulo de visão, mudanças de direção decorrente de giros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo.
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFMAT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais aplicando conhecimentos e habilidades matemáticas para avaliar e tomar decisões em relação ao que foi observado.</p> <p>(EMIFMAT08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar diferentes recursos matemáticos 	

	matemáticos para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e problemas ambientais.	como dobraduras, esquadros ou software de geometria para o estudo de ângulos.	
Empreendedorismo	<p>(EMIFMAT11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos da Matemática para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo.</p> <p>(EMIFMAT12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando processos e conhecimentos matemáticos para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.</p>	<p>-Selecionar e mobilizar conhecimentos e recursos matemáticos sobre ângulos, tais como, ponto de referência e deslocamentos (esquerda, direita, mudança de direção e sentido, intersecção, transversal, paralelo e perpendicular), localização de pessoas e de objetos no espaço (em malhas milimetrada, representações de desenhos, plantas baixas, o próprio ambiente escolar, sala de aula) para propor ações de intervenção na docência.</p>	
Docência	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articule com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtiva e confortável para os estudantes.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo</p>	<p>- Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ ou pesquisas, unidades de medida convencionais e não convencionais tais como massa, litros, tempo, temperatura, altura, cômado, pés, entre outras e suas contribuições para o desenvolvimento de conhecimentos lógicos matemáticos.</p> <p>- Selecionar e sistematizar unidade de medida de tempo e informações sobre a contribuição da Matemática na explicação de fenômenos de natureza científica, social, profissional, cultural, de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	

	<p>que se aperfeiçoe a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar e testar hipóteses sobre as diferentes formas geométricas com ou sem o uso de softwares de geometria dinâmica. - Expressar, por meio de argumentos consistentes, sua forma de pensar e representar soluções para situações-problema. - Investigar e analisar a utilização de materiais e instrumentos de desenho para representar figuras bidimensionais com régua, compasso e/ou softwares de geometria dinâmica. - Investigar e analisar situações-problema sobre área de polígonos regulares, elaborando modelos para sua representação e generalização. - Selecionar e mobilizar recursos criativos para a construção de instrumentos de medida de tempo comunicando com precisão suas ações e reflexões. - Propor e testar soluções éticas, criativas e inovadoras utilizando ambientes de geometria dinâmica. - Propor situações de aprendizagem de conceitos matemáticos de modo que os estudantes se engajem na prática docente. 	
--	---	---	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 29: Componente Curricular Pensamento Lógico Matemático II

Componente Curricular: Pensamento Lógico Matemático II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação científica	<p>EMIFMAT01) Investigar e analisar situações problema identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para uma dada situação, elaborando modelos para sua representação.</p>	<p>- Selecionar e sistematizar padrões presentes em transformações, tais como ampliação e redução em figuras, polígonos e outros contextos elaborando modelos para sua representação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Transformações. • Relações. • Transformações: homotetia e isometria: reflexão, rotação e translação. • Figuras semelhantes. • Polígonos semelhantes. • Figuras planas: polígonos regulares. • Figuras espaciais: sólidos geométricos.
	<p>(EMIFMAT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na explicação ou resolução de uma situação-problema elaborando modelos com a linguagem matemática para analisá-la e avaliar sua adequação em termos de possíveis limitações, eficiência e possibilidades de generalização.</p>	<p>- Levantar e testar hipóteses sobre o conceito de relações e sua interferência na explicação ou resolução de situações-problemas elaborando modelos com a linguagem matemática para analisá-la e avaliar sua adequação em termos de possíveis limitações, eficiência e possibilidades de generalização.</p>	
	<p>(EMIFMAT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a contribuição da Matemática na explicação de fenômenos de natureza científica, social, profissional, cultural, de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>-Levantar e testar hipóteses sobre isometrias, tais como reflexão, translação e rotação em diferentes contextos e possibilidade de generalização.</p> <p>- Selecionar e mobilizar recursos criativos para a construção de objetos ou desenhos e suas transformações isométricas (rotação, reflexão, translação) com ou sem a utilização de geometria dinâmica,</p>	

<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFMAT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados à Matemática para resolver problemas de natureza diversa, incluindo aqueles que permitam a produção de novos conhecimentos matemáticos, comunicando com precisão suas ações e reflexões relacionadas a constatações, interpretações e argumentos, bem como os adequando às situações originais.</p> <p>(EMIFMAT06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, considerando a aplicação dos conhecimentos matemáticos associados ao domínio de operações e relações matemáticas simbólicas e formais, de modo a desenvolver novas abordagens e estratégias para enfrentar novas situações.</p>	<p>comunicando com precisão suas ações e reflexões.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propor e testar soluções criativas e inovadoras para a ampliação e redução de figuras e polígonos regulares utilizando malhas quadriculadas e ou tecnologias digitais. - Selecionar e nomear polígonos regulares considerando lados, vértices, ângulos, e modelar sua forma com diferentes recursos materiais ou softwares de geometria dinâmica. - Levantar e testar hipóteses sobre as diferentes formas geométricas e respectivos volumes, com ou sem o uso de softwares de geometria dinâmica. 	
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFMAT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais aplicando conhecimentos e habilidades matemáticas para avaliar e tomar decisões em relação ao que foi observado.</p> <p>(EMIFMAT08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos matemáticos para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e problemas ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Investigar e analisar situações-problema sobre área e volume de sólidos geométricos elaborando modelos para sua representação e generalização. - Resolver e elaborar problemas que envolvam o cálculo do volume de recipiente com diferentes formatos: bloco retangular, quadrangular ou forma cilíndrica. - Selecionar e mobilizar a construção de sólidos geométricos, levantando hipóteses e propondo a melhor forma para 	
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFMAT11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos da Matemática para desenvolver um projeto</p>	<p>comunicando com precisão suas ações e reflexões.</p>	

	<p>pessoal ou um empreendimento produtivo.</p> <p>(EMIFMAT12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando processos e conhecimentos matemáticos para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.</p>	<p>armazenamento de diferentes tipos de objetos ou produtos.</p> <p>- Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados aos sólidos geométricos e construção de maquetes (com ou sem recursos digitais) para resolver problemas de natureza diversa.</p>	
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p>	<p>- Propor e testar a construção de polígonos regulares com transferidor, régua e compasso com ou sem a utilização de softwares de geometria dinâmica.</p> <p>- Selecionar e mobilizar conhecimentos e recursos sobre figuras planas e sólidos geométricos que podem ser desenvolvidos com os estudantes do Ensino Fundamental.</p>	
	<p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e</p>	<p>- Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando conhecimentos matemáticos de docências para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.</p> <p>- Selecionar e mobilizar conhecimentos, como por exemplo, de ângulo, e recursos da Matemática para elaborar e desenvolver projetos com vistas ao estudo do referido conceito, adequando-o, com as atividades principais da Educação</p>	

	<p>objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>	<p>Infantil (atividade de comunicação emocional, atividade objetal manipulatória, atividade de jogo de papéis e atividade de estudo).</p>	
	<p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>3.3.2 Trabalhar</p>		

	<p>coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As orientações metodológicas para os componentes curriculares Pensamento Lógico-Matemático I e II tomam como base as mesmas previstas no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – CBTC, ao qual prevê que os conceitos estruturantes, as competências e as habilidades específicas sejam desenvolvidas mantendo a coerência teórica adotada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019), ou seja, no CBTC, prevê que os objetos de conhecimento sejam desenvolvidos por meio de Situação Desencadeadora de Aprendizagem (SDA).

A Situação Desencadeadora de Aprendizagem (SDA) se apresenta como uma possibilidade para um modo geral de organização do ensino da matemática. Sua pertinência traz como característica o contexto teórico explicitado nas Propostas Curriculares de Santa Catarina, ou seja: a Teoria Histórico-Cultural anunciada em sua primeira versão em 1991, assumida em 1998, confirmada em aderência com a Teoria da Aprendizagem Desenvolvidora em 2014, reafirmadas e traduzidas por meio da SDA em 2019. (SANTA CATARINA, 2021, p. 40).

Uma SDA pode se constituir em história virtual do conceito, problema emergente do cotidiano e jogo, cada qual com sua especificidade (MOURA, 2016). Como mencionado no texto introdutório, o professor do componente tem como objeto a formação de professores, e estes terão como objeto, a concretização do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais do Território Catarinense.

Para tanto, a escolha de SDA está vinculada ao desenvolvimento que se encontra o sujeito da aprendizagem, num curso de formação inicial de professores, ou seja, estudantes com idade entre quinze e dezoito anos, e na especificidade destes componentes curriculares, estudantes egressos do Ensino Médio.

Nesse contexto, os objetos de conhecimento devem ser abordados com o objetivo de consolidar e ampliar os conceitos em nível científico e tecnológico do futuro docente. Que este se aproprie dos objetos de conhecimento essenciais para sua atuação na Educação Infantil. Desta forma, o interesse nos estudos é promover habilidades para exercer em sua profissão: a **docência**.

Faz-se necessário conhecer e ampliar seus estudos referentes aos objetos de atuação. Como por exemplo, os Campos de Experiência da Educação Infantil “Espaços, tempos,

quantidades, relações e transformações” e “Traços, sons, cores e formas” abordados na BNCC (2018), estes englobam as habilidades pertinentes ao desenvolvimento do Pensamento Lógico-Matemático das crianças de zero a cinco anos. Visa à exploração do mundo físico e sociocultural, proporciona questionamentos sobre o ambiente em que a criança vive, situando-a no tempo e no espaço e relacionando-a com a linguagem matemática.

Na formação de professores é fundamental que o futuro docente, preparado pelo Curso Normal em Nível Médio - Magistério, aprenda, por meio da abordagem desse campo de experiência, a importância da estimulação lógico-matemática, que ele aprofunde seus conhecimentos para desenvolver a docência com autonomia e conhecimento teórico.

Nas orientações metodológicas da Área de Matemática e suas Tecnologias dos currículos Base da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019; 2021) encontram-se sugestões de situações desencadeadoras de aprendizagem que podem auxiliar no planejamento do processo ensino-aprendizagem para esses componentes curriculares. Também, apresentamos no final desse documento, sugestões de leitura que podem contribuir com o trabalho do professor no desenvolvimento dessa trilha.

AValiação

O processo avaliativo deve estar presente durante todo o percurso dos componentes, ou seja, a avaliação é processual e contínua, conforme previsto nos documentos oficiais, Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014) e dos Currículos Base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019; 2021). Estes documentos apontam que a avaliação é vista como investigação do processo ensino-aprendizagem, possibilitando a tomada de decisão no desenvolvimento das atividades orientadoras de ensino. Assim, a avaliação deve ser fundamentada na legislação vigente em âmbito estadual e nacional, devendo estar contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola.

Cabe salientar que o desencadeamento dos componentes é dado pelas unidades curriculares, as quais promovem a articulação entre os objetos de conhecimento da área de Matemática, das habilidades dos eixos estruturantes e das habilidades previstas na BNCC. Neste contexto, avaliar é levar em consideração situações de aprendizagens que permitam aos estudantes criar, produzir conhecimentos, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros, além de valorizar a bagagem de conhecimento que o estudante possui, respeitando os tempos e as maneiras de aprender, bem como, acompanhar e verificar seu processo evolutivo durante as aulas, de modo a reconhecer suas limitações e ajudar a superá-las.

Os instrumentos avaliativos deverão ser os mais diversificados possíveis, dentre eles, destacam-se: leitura e produção de textos, relatórios de saídas de campo, seminários, debates, auto avaliação, relatórios de pesquisa, avaliação das etapas do projeto, entre outros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 9 ago. 2020.

CARLOS, Isabel Cristina Coutinho. **O desenvolvimento do pensamento lógico-matemático na educação infantil**: primeiras aproximações para a sistematização do conceito numérico na

perspectiva da pedagogia histórico-crítica. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Docência para a Educação Básica, Universidade Federal Paulista/SP, 2018.

DAVÍDOV, V. V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**: investigación teórica y experimental. Trad. Janeiro: Wak, 2009. Marta Shuare Moscú: Progreso, 1988.

GIANCATERINO, Roberto. **Matemática sem rituais**. Rio de Janeiro. Wak, 2009.

MOURA et al. **A atividade orientadora de ensino como unidade entre ensino e aprendizagem**. In: MOURA, Manoel Oriosvaldo de. (Org.). A atividade pedagógica na teoria histórico- cultural. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 93-125, 2016.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A objetivação do currículo na atividade pedagógica; **Obutchénie**: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica. Uberlândia, MG. v.1, n.1, p. 98-128/jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/38419>. Acesso em 31 de julho de 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Desporto. **Diretrizes 3**: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais competências e habilidades. Florianópolis, p. 130, 2001.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: uma contribuição para a escola pública, do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis, p. 85, 1991.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (formação docente para a educação infantil e as séries iniciais). Florianópolis, p. 155, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, p. 192, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, p. 192, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual**. Florianópolis, p. 140, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender**: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola. Florianópolis, p. 72, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense** – Caderno 2 - Áreas do conhecimento. Florianópolis: SED, 2021.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 4 - Portfólio dos(as) Educadores (as)**. Florianópolis: SED, 2021.

SUGESTÕES DE LEITURAS AO PROFESSOR

BACK, Tiago. **Movimento do pensamento em nível teórico do conceito de ângulo: uma proposta de ensino desenvolvimental em articulação com a atividade orientadora de ensino no sexto ano do ensino fundamental**. (2022). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL/ SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/26239>.

CARLOS, Isabel Cristina Coutinho. **O desenvolvimento do pensamento lógico-matemático na educação infantil: primeiras aproximações para a sistematização do conceito numérico na perspectiva da pedagogia histórico-crítica** (2018). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Docência para a Educação Básica, Universidade Federal Paulista/SP. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181633/carlos_icc_me_bauru.pdf?%20equence=3. Acesso em 31 de julho de 2022.

GIARDINETTO, José Roberto Boettger; MARIANI, Janeti M. **O lúdico no ensino da matemática na perspectiva vigotskiniana do desenvolvimento infantil**. In: ARCE, A. & MARTINS, L. M. (Org.). Quem tem medo de ensinar na educação infantil?: em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2007, p. 185 – 218. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181633/carlos_icc_me_bauru.pdf?%20equence=3. Acesso em 31 de julho de 2022.

GIARDINETTO, José Roberto. **O ensino da matemática na perspectiva da pedagogia histórico-crítica: sequências lógica - históricas de ensino**. In: Cadernos de Docência na Educação Básica. Bauru, SP: Cultura Acadêmica, 2012, p. 37-52. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/574264/2/Cadernos%20de%20Doc%20C3%AAncia%20I.pdf>. Acesso em 31 de julho de 2022.

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2477794/mod_resource/content/1/A%20construcao%20do%20pensamento%20e%20da%20linguagem.pdf.

ZEFERINO, Lidiane Chaves; MORETTI, Vanessa Dias. Desenvolvimento do pensamento teórico de professores dos anos iniciais sobre frações. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 22, p. 425-451, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/48011>.

Ser Professor?

*É se doar de corpo e alma!
É atendê-los com carinho e atenção!
É responsabilidade!
É planejamento!
É um todo de vida profissional!
Ao entrar em sala,
esquecia que tinha filhos e casa!
Até hoje, aposentada, sonho com aluno!
Ou que não assinei o ponto!*

Formanda do Curso do Magistério de 1967

Professora Vânia Maria Zimmermann de Oliveira

**TRILHAS DE
APROFUNDAMENTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL –
ESTÁGIO I E II**

**UNIDADE CURRICULAR:
CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

PESQUISA DE CAMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Professores Colaboradores/Elaboradores

Adriana Katia Hermes Mezacasa (18ª CRE)
Eliane Ludwig (03ª CRE)
Eluana Maruá Fabiano Petter (07ª CRE)
Ita Márcia de Lima (26ª CRE)
Lylian Rosee Muller (17ª CRE)
Maria Aparecida de Jesus (IEE)
Marli Pereira Cardoso (28ª CRE)
Sionara Inês Astolfi (06ª CRE)
Vânia de Fátima Simão Corrêa (27ª CRE)

Consultoras

Beatriz Verges Fleck (SED)
Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

Os componentes curriculares **Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil** e **Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil/Estágio**, no Curso Normal em Nível Médio - Magistério apresenta-se com o objetivo de favorecer o processo dinâmico de aprendizagem na qual os estudantes têm a oportunidade de conhecer, compreender e aplicar todos os ensinamentos obtidos até o presente momento em sala de aula, ou seja, unindo o conhecimento teórico e o prático. A proposta é que estes Componentes Curriculares encaminhe reflexões sobre a epistemologia da prática, de forma que o estudante/futuro professor do Curso do Magistério possa pesquisar e refletir sobre a realidade observada, bem com a intervenção, posteriormente, relacionar com a teoria apreendida na sala de aula e construir, aos poucos, a sua identidade profissional e iniciar o caminho da sua formação docente.

Ressalta-se que a partir desses Componentes Curriculares será possível construir uma parceria entre a escola que oferta o Curso Normal em Nível Médio - Magistério e a instituição da Educação Infantil que abre as suas portas para estudantes/estagiários e professores/orientadores de estágio. Nessa parceria, teremos um processo de coparticipação e de compromisso com os sujeitos envolvidos, em especial, com as crianças da instituição ofertante do espaço para as ações da Pesquisa de Campo/Estágio.

Todo esse movimento de redesenho curricular traz uma nova proposta, na qual o curso fortalecerá as relações de interação entre os componentes curriculares e a prática vivenciada no estágio. A estrutura curricular contemplará a formação de carga horária de 10 horas semanais, período no qual serão proporcionadas diversas experiências extracurriculares para os futuros professores, sendo um instrumento de suma importância para a formação docente dos estudantes. Diante disso, reforçamos que a Rede Estadual de Ensino propõe:

[...] uma formação que visa à cidadania, à emancipação e à liberdade como processos ativos e críticos que possibilitem ao estudante o pleno desenvolvimento e a apropriação do conhecimento e da cultura historicamente construídos, bem como o protagonismo de seu percurso formativo (SANTA CATARINA, 2019, p. 19).

A prática educativa que o estágio supervisionado proporciona para o estudante/futuro professor é muito mais do que apenas exigências escolares, é, sobretudo, a oportunidade na

qual obtém conhecimento pessoal e profissional, além de uma aproximação com os ambientes e práticas da Educação Infantil, em que podem mostrar suas habilidades e sua criatividade. Neste sentido corrobora Pimenta ao afirmar que:

O estágio, então, deixa de ser considerado apenas um dos componentes e mesmo um apêndice do currículo e passa a integrar o corpo de conhecimento do curso de formação de professores. Poderá permear todas as disciplinas, além de ser um espaço específico de análise e síntese ao final do curso. Cabe-lhe desenvolver atividades que possibilitem o conhecimento, a análise, a reflexão do trabalho docente, das ações docentes nas instituições, a fim de compreendê-las em sua historicidade, identificar seus resultados, os impasses que apresenta as dificuldades (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 55).

O período do estágio é essencial para que os futuros professores se aproximem do ambiente escolar e promovam reflexões, análises e experiências vivenciadas dentro de sala de aula. Dessa forma, é importante destacar que este componente terá dois momentos distintos e, ao mesmo tempo, indissociáveis. O primeiro momento será a etapa de observação de todo o contexto escolar, das comunidades atendidas, do histórico da instituição e seu entorno, da estrutura física, dos sujeitos envolvidos, das metodologias adotadas, bem como, as intervenções pedagógicas no ambiente da Educação Infantil, entre outros elementos necessários para o desenvolvimento do segundo momento, que é a ação pedagógica do estagiário com as crianças e posteriormente, as reflexões das ações. Neste sentido, Sousa (2009) destaca que:

O Estágio é uma atividade de grande importância para o processo de formação do estudante, contribuindo para aprendizagem social, profissional e cultural deste aluno. É nesse período relativamente curto, que o discente se aproxima do profissional que ele se propõe ser – e da profissão que irá exercer, não mais na forma teórica, mas sim na prática, na realidade escolar, na sala de aula onde os fatos ocorrem (SOUSA, 2009 apud LIMA, MARIA DO SOCORRO LUCENA, et. al, 2012, p. 06).

Estas reflexões, análises e experiências promovem um ganho significativo para a construção de um olhar aguçado frente às vivências escolares, bem como uma evolução sobre o pensamento crítico acerca do observado quanto aos espaços, seus profissionais, as crianças e suas relações como um todo. Para tanto, é necessário um conjunto de ações integradas aos demais componentes curriculares, preservando cada especificidade e ao mesmo tempo tendo o cuidado no que se refere à orientação, acompanhamento e avaliação.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

A Proposta Curricular de SC Formação Docente da SED/SC dialoga com a Base Comum Curricular-BNCC/2017 em relação aos princípios de equidade e igualdade de direitos. Sabe-se que, a igualdade de direitos é “ausência de diferenças” na medida em que todos têm direitos e deveres garantidos pela Constituição Federal/ 1988. Nesse sentido, a equidade é um conceito articulador da identidade nacional que reconhece, acolhe e aprecia as diversas possibilidades de socialização presentes em nossa sociedade.

Este fator nos leva a concluir que todos os estudantes tenham o direito de aprender, independentemente, do local ou região de nascimento, etnia, aparência, cor, religião, orientação sexual, identidade de gênero e outros atributos, presumindo o reconhecimento, o acolhimento e a avaliação positiva da diversidade que caracteriza a identidade brasileira. (SÃO PAULO, 2020).

Nesse compromisso, os componentes curriculares foram construídos de forma sistemática e em sintonia com os 06 direitos de aprendizagem e desenvolvimento de cada etapa da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais, expressos como:

- **Direitos éticos:** (brincar e conviver): valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;
- **Direitos políticos:** (participar e conhecer-se): dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; e
- **Direitos estéticos:** (explorar, expressar-se): valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais, organizados e planejados com intencionalidade pedagógico-educativa, de maneira a assegurar o direito de todas as crianças a uma educação integral e de qualidade. (SANTA CATARINA, 2019).

Nesta perspectiva é fundamental que o professor explore criativamente os 05 (cinco) campos de experiências apresentados pela Base Nacional Comum Curricular:

1. Eu, o outro e nós: Relacionadas à construção da identidade, da subjetividade, das aprendizagens e conquistas, relacionadas à ampliação das experiências de conhecimento de si mesmo e à construção de relações; o respeito e o valor atribuído às diferentes tradições culturais.

2. Corpo, gestos e movimentos: Ênfase nas experiências das crianças em situações de brincadeiras explorando o espaço com o corpo e as diferentes formas de movimentos. Valoriza as brincadeiras de faz de conta, nas quais as crianças podem representar o cotidiano ou o mundo da fantasia, interagindo com as narrativas literárias ou teatrais. Oportunizar que as crianças vivam experiências com as diferentes linguagens, como a dança e a música, nas diferentes culturas, ampliando as possibilidades expressivas do corpo.

3. Traços, sons, cores e formas: Enfatizam-se as experiências que promovam a sensibilidade investigativa no campo visual, valorizando a atividade produtiva das crianças, nas diferentes situações de que participam, envolvendo desenho, pintura, escultura, modelagem, colagem, gravura, fotografia e outras.

4. Escuta, fala, pensamento e imaginação: Compreende as experiências com as práticas cotidianas de uso da escrita em contextos significativos, promovendo imitação de atos escritos em situações de faz de conta, em que as crianças se arriscam a ler e a escrever de forma espontânea, apoiadas pelo professor, que as engajam em reflexões que organizam suas ideias sobre o sistema de escrita.

5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: A ênfase está nas experiências que favorecem a construção de noções espaciais relativas a uma situação estática (como a noção de longe e perto) ou a uma situação dinâmica (para frente, para trás), potencializando a organização do esquema corporal e a percepção espacial, a partir da exploração do corpo e dos objetos no espaço. O Campo destaca as experiências em relação ao tempo, favorecendo a construção das noções de tempo físico (dia e noite, estações do ano, ritmos biológicos) e cronológico (ontem, hoje, amanhã, semana, mês e ano), as noções de ordem temporal. (TREVISAN, 2020).

Nesse contexto é fundamental despertar o gosto pela leitura interdisciplinar, pela interação cultural, pelo diálogo entre pais, filhos, educadores e comunidade, suscitando valores e partilha de saberes e práticas inovadoras.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 30: Componente Curricular Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil.

Componente Curricular: Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Iniciação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p>	<p>-Reconhecer o comportamento científico na busca do conhecimento que possibilite desenvolver e avaliar os projetos pedagógicos.</p> <p>- Compreender e conceituar ciência e conhecimento científico e descrever suas características, diferenciando senso comum e científico.</p> <p>-Participar de forma produtiva em atividades de pesquisa.</p> <p>- Reconhecer os instrumentos de pesquisa, sobretudo, a observação, elemento de coleta de dados, diagnóstico e avaliação para as futuras intervenções.</p> <p>- Reconhecer a observação como fundamental da leitura crítica da realidade de sala de aula, e, conseqüentemente, como subsídio ao professor na construção do processo pedagógico.</p> <p>-Desenvolver o perfil do professor/ pesquisador.</p> <p>-Conhecer as Diretrizes de atuação do Estágio na Educação Infantil, comprometendo-se com as mesmas de forma ética e</p>	<p>O que é pesquisa científica, princípios e instrumentos?</p> <p>Perfil do pesquisador.</p> <p>A Observação Científica.</p> <p>Educação Infantil: concepções e finalidades.</p> <p>Atuação docente na Educação Infantil.</p> <p>Currículo do Território Catarinense e suas especificidades – Educação Infantil.</p> <p>BNCC: direitos de aprendizagem e campos de experiência na Educação Infantil.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 BNC/Formação Inicial e Continuada.</p> <p>Conhecimento escolar mediante a análise da condição histórico-cultural da criança e da infância.</p> <p>A função social e institucional do Projeto Político Pedagógico.</p> <p>Diretrizes e legislação da atuação no estágio em Educação Infantil.</p> <p>Postura e comportamento ético.</p>

	<p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>responsável. – Compreender o conceito de ética e ética profissional, tendo-a como base nas suas ações e interações durante o estágio. - Compreender as concepções e finalidades da Educação Infantil, segundo as legislações vigentes e aporte teórico da área tendo-as como referência para o estágio. -Identificar o contexto institucional, social, cultural, econômico e político do campo de estágio; -Analisar o Projeto Político Pedagógico da instituição Escolar no Campo de estágio. -Desenvolver um olhar sensível para as crianças e o cotidiano e aprender a fazer registros significativos que subsidiarão o planejamento e a avaliação. -Observar e documentar a trajetória de estágio, refletindo criticamente sobre o trabalho docente articulado com a teoria e prática. -Participar da educação e cuidado das crianças no contexto das observações, estabelecendo relações entre teoria e prática, demonstrando compromisso político, pedagógico, ético e científico. -Articular teoria/prática durante o processo de estágio apropriando-se de conhecimentos profissionais para a</p>	<p>A importância dos estágios na formação de professores.</p> <p>Articulação teoria/prática.</p> <p>Pesquisas e teóricos que discutem o registro da prática pedagógica.</p> <p>Apresentação, distribuição e conhecimento dos campos de estágio.</p> <p>Conhecimento dos campos de estágio e definição dos projetos de observação nas unidades escolares.</p> <p>Observação, participação, registro/documentação e análise dos contextos e das relações educativas.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p> <p>(EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para</p>	<p>responsável. – Compreender o conceito de ética e ética profissional, tendo-a como base nas suas ações e interações durante o estágio. - Compreender as concepções e finalidades da Educação Infantil, segundo as legislações vigentes e aporte teórico da área tendo-as como referência para o estágio. -Identificar o contexto institucional, social, cultural, econômico e político do campo de estágio; -Analisar o Projeto Político Pedagógico da instituição Escolar no Campo de estágio. -Desenvolver um olhar sensível para as crianças e o cotidiano e aprender a fazer registros significativos que subsidiarão o planejamento e a avaliação. -Observar e documentar a trajetória de estágio, refletindo criticamente sobre o trabalho docente articulado com a teoria e prática. -Participar da educação e cuidado das crianças no contexto das observações, estabelecendo relações entre teoria e prática, demonstrando compromisso político, pedagógico, ético e científico. -Articular teoria/prática durante o processo de estágio apropriando-se de conhecimentos profissionais para a</p>	<p>Observação, participação, registro/documentação e análise dos contextos e das relações educativas.</p> <p>Orientação para elaboração do diagnóstico e levantamento de necessidades.</p> <p>Orientação para o relatório de estágio. Leituras e construção de textos, em que as crianças e as situações pedagógicas vividas por elas, sejam observadas e descritas - um exercício para a produção de uma avaliação descritiva.</p> <p>Elaboração de diários de bordos, portfólios e relatórios das observações e práticas.</p> <p>Elaboração do Relatório de Estágio e Socialização sistemática das vivências de observação de estágio.</p> <p>Atividades complementares e projeto de iniciação à investigação científica. Tecnologias digitais de informação e comunicação.</p>

	<p>problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.</p>	<p>docência na Educação Infantil.</p> <p>-Observar e documentar a trajetória de estágio, refletindo criticamente sobre o trabalho docente articulado com a teoria e prática.</p>	<p>Metodologias Ativas.</p> <p>Elaboração de materiais acerca da ação pedagógica e/ou dos registros desta, a partir do uso de recursos tecnológicos utilizados na observação.</p>
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho,</p>	<p>-Identificar o registro como ferramenta da prática pedagógica e da própria formação do professor.</p> <p>-Relacionar o processo de elaboração do registro da observação pedagógica com a avaliação descritiva das crianças na Educação Infantil.</p> <p>-Compartilhar com professores do campo de estágio e com o professor orientador suas experiências de estágio, ampliando o olhar para com as crianças na Educação Infantil.</p> <p>Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no contexto do estágio como recurso pedagógico para comunicar, acessar e disseminar informações.</p> <p>-Dominar procedimentos de trabalho interativo e desenvolver capacidade comunicativa (comunicar-se e relacionar-se com as pessoas, assumir a aula como um processo comunicacional);</p> <p>-Selecionar e mobilizar intencionalmente</p>	

	<p>demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>	<p>conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na</p>	
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o</p>	<p>equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais.</p>	

	<p>mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter relação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as</p>		

	<p>competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p>		
--	--	--	--

	<p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias</p>		
--	---	--	--

	<p>dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes</p>		
--	---	--	--

	<p>inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes</p>		
--	---	--	--

	<p>modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e</p>		
--	---	--	--

	<p>discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautado no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 31: Componente Curricular Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil.

Componente Curricular: Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Iniciação Científica	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.	-Reconhecer o comportamento científico na busca do conhecimento que possibilite desenvolver e avaliar os projetos pedagógicos. -Compreender e conceituar ciência e conhecimento científico e descrever suas características, diferenciando senso comum e científico.	Observação, registro, documentação e análise dos contextos e das relações educativas com foco na Docência. Observação e intervenção científica. Perfil do pesquisador. Diretrizes da atuação no estágio em Educação Infantil. Postura e comportamento ético.
	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	-Participar de forma produtiva em atividades de pesquisa. -Reconhecer a observação como fundamental da leitura crítica da realidade de sala de aula, e, conseqüentemente, como subsídio ao professor na construção do processo pedagógico. -Reconhecer e planejar intervenções científicas.	A importância dos estágios na formação de professores. Currículo do Território Catarinense e suas especificidades – Educação Infantil e BNCC. Conhecimento escolar mediante a análise da condição histórico-cultural da criança e da infância. Pesquisa de teóricos que discutem o registro da prática pedagógica e as vivências das crianças. Pesquisas e teóricos que discutem o registro da prática pedagógica.
	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias	-Desenvolver o perfil do professor/ pesquisador. -Conhecer as Diretrizes de atuação do Estágio na Educação Infantil, comprometendo-se com	Apresentação, distribuição e conhecimento dos Campos de Estágio.

	<p>resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p> <p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>as mesmas de forma ética e responsável.</p> <p>-Compreender o conceito de ética e ética profissional, tendo-a como base nas suas ações e interações durante o estágio.</p> <p>-Compreender as concepções e finalidades da Educação Infantil, segundo as legislações vigentes e aporte teórico da área tendo-as como referência para o estágio.</p> <p>-Identificar o contexto institucional, social, cultural, econômico e político do campo de estágio.</p> <p>-Analisar o Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar no campo de estágio.</p> <p>-Desenvolver um olhar sensível para as crianças e o cotidiano e aprender a fazer registros significativos que subsidiarão o planejamento e a avaliação.</p> <p>-Observar e documentar a trajetória de estágio, refletindo criticamente sobre o trabalho docente articulado com a teoria e prática.</p>	<p>Observação, participação, registro/documentação e análise dos contextos e das relações educativas.</p> <p>Atuação docente e profissional na Educação Infantil.</p> <p>Intervenção pedagógica e sua importância nos estágios.</p> <p>Planejamento da Docência.</p> <p>Elaboração de Plano de aula com referências no campo de atuação e nos objetivos de aprendizagem.</p> <p>Atuação docente.</p> <p>Elaboração de diários de bordos, portfólios e relatórios das reflexões das práticas pedagógicas efetivadas.</p> <p>Socialização sistemática das vivências, das observações e intervenções do estágio.</p> <p>Tecnologias digitais de informação e comunicação.</p> <p>Realização de debates, seminários, elaboração de propostas a serem discutidas com a comunidade educativa.</p> <p>Elaboração de materiais acerca da ação pedagógica e/ou dos registros desta, a partir do uso de recursos tecnológicos utilizados na docência.</p> <p>Orientação para o relatório de estágio.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores</p>	<p>-Participar da educação e cuidado das crianças no contexto das observações e intervenções, estabelecendo relações entre teoria e prática, demonstrando compromisso político, pedagógico, ético e científico.</p> <p>-Planejar ações didático-pedagógicas, considerando as manifestações expressivas e culturais das crianças, o contexto do grupo e da instituição/ campo de estágio e as bases teóricas para a</p>	<p>Elaboração do relatório de estágio: análise crítica das observações participantes e docências realizadas na Educação Infantil.</p> <p>Análise crítica das observações participantes e intervenções realizadas junto às unidades de Educação Infantil do sistema público e privado de ensino.</p> <p>Atividades complementares e projeto de iniciação à investigação científica.</p> <p>Atividades práticas educativas para horas</p>

	<p>pretendidos.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p> <p>(EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.</p>	<p>Educação Infantil.</p> <p>-Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência, para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>-Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p>	<p>complementares.</p>
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar</p>	<p>-Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>-Executar e avaliar as ações didático-pedagógicas planejadas, propiciando vivências e experiências significativas para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.</p> <p>-Reconhecer o valor estético e organizacional da letra/escrita e dos materiais utilizados pelo professor como reflexo no estudante.</p> <p>-Articular teoria/prática durante o processo de estágio apropriando-se de</p>	

	<p>normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>	<p>conhecimentos profissionais para a docência da Educação Infantil.</p> <p>-Articular, na atividade docente, as dimensões cognitiva, social-cultural, afetiva e motora, visando ajudar os estudantes a construir sua subjetividade, considerando a Educação Integral do sujeito.</p> <p>-Compartilhar com professores do campo de estágio, com o professor orientador, equipe pedagógica, demais professores e estudantes do curso suas experiências de estágio, ampliando o olhar para com as crianças da Educação Infantil.</p> <p>-Entender o registro como ferramenta da prática pedagógica/docência e da própria formação do professor.</p> <p>-Relacionar o processo de elaboração do registro da intervenção pedagógica como aliado na construção avaliação descritiva das crianças.</p>	
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar</p>	<p>construção avaliação descritiva das crianças.</p> <p>-Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no contexto do estágio como recurso pedagógico para comunicar, acessar e disseminar informações.</p> <p>-Utilizar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens,</p>	

	<p>apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p>	<p>gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade de texto e imagem por <i>slide</i> e usando, de forma harmônica, recursos (efeitos de transição, <i>slides</i> mestres, <i>layouts</i> personalizados, gravação de áudios em <i>slides</i>, etc.).</p> <p>-Elaborar relatório de estágio contemplando reflexões e análise crítica das diferentes ações do estágio, de acordo com as normas e critérios estabelecidos nas diretrizes do estágio.</p> <p>-Dominar procedimentos de trabalho interativo e desenvolver capacidade comunicativa (comunicar-se e relacionar-se com as pessoas, assumir a aula como um processo comunicacional).</p> <p>-Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais.</p>	
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as</p>		

	<p>evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências</p>		
--	--	--	--

	<p>necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o</p>		
--	---	--	--

	<p>planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular</p>		
--	--	--	--

	<p>uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p>		
--	---	--	--

	<p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o</p>		
--	---	--	--

	<p>desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de</p>		
--	---	--	--

	<p>governança da educação.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautado no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Reforça-se, inicialmente que, o estágio é componente curricular **obrigatório**, com **100% de frequência** para a obtenção da certificação com vistas ao exercício do Magistério no âmbito da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que envolve estudos e atividades e, especialmente, a aproximação do estudante com as instituições educacionais e com profissionais da área na qual está se formando. Desta forma, o estudante deverá frequentar, em período extraclasse, dois encontros semanais, durante os dois semestres, abrangendo as 40 semanas dos 200 dias letivos. Em caráter excepcional, conforme o Art. 2º, § 4º da **Resolução CNE/CEB nº1/2004**, o estudante tem direito a concluir o estágio, se observar:

[...] o prazo-limite de cinco anos para a conclusão do curso de educação profissional de nível técnico, em caráter excepcional, quando comprovada a necessidade de realização do estágio obrigatório em etapa posterior aos demais componentes curriculares do curso, o aluno deve estar matriculado e a escola deve orientar e supervisionar o respectivo estágio, o qual deverá ser devidamente registrado.

Nesse caso, o estudante deverá informar e declarar o motivo da impossibilidade da frequência ao estágio por meio da declaração fornecida pela unidade escolar no ano letivo vigente em curso. Após isso, terá (5) cinco anos para realizar o estágio, contados a partir do

ano da matrícula no curso. O estudante que não informar, por meio de declaração escrita, a impossibilidade de realizar o estágio no ano letivo em curso, estará reprovado na série.

1º SEMESTRE: Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil

Concebe-se o instrumento de **Observação**, no componente curricular **Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil** como a possibilidade de o estudante “ler a realidade”, de modo investigativo, reflexivo e contextualizado, amparado na teoria, para se instrumentalizar para a docência e a formação profissional, orientado por um roteiro. Ressalta-se que é um “fazer ciência”. Não é propósito do estágio de **observação** fazer juízo de valor das ações das crianças e profissionais da instituição a partir de recortes da realidade. Há, também, que se ter o cuidado para que o conteúdo dos registros (escrito, de imagem e vídeo) seja utilizado única e exclusivamente para fins pedagógicos, não sendo permitida sua divulgação em redes sociais.

A **organização da carga horária de estágio, conforme determinações da SED**, acontecerá duas vezes na semana, da seguinte forma:

- **05 horas/aula semanais:** aproximação com as instituições campo de estágio e **observação participante** com **no mínimo em TRÊS GRUPOS ETÁRIOS** de crianças: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas (SED);
- **05 horas/aula semanais:** aulas de laboratório (estudos de textos, elaboração de registros, orientações com o professor de estágio, discussão, análise e socialização das observações, participação em feiras, eventos, cursos relacionados à Educação Infantil e utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação).

Compreende-se a **Observação** deve ser **Participante**, pois ao mesmo tempo em que o estudante se insere na prática pedagógica para observar, registrar e refletir, também, deve vivenciar de todas as ações que envolvem o cotidiano da Educação Infantil, orientado e mediado pelo professor regente do grupo e professor orientador do estágio. É importante superar as práticas de estágio em que o estudante fica sentado no fundo da sala, observando, registrando e julgando crianças e profissionais, sem se envolver com as práticas cotidianas e sem interação com os sujeitos da Educação Infantil.

ATENÇÃO: a carga horária de aproximação com as instituições campo de estágio por meio da observação participante não poderá ser inferior a 50% da carga horária total do estágio do 1º semestre.

No estágio de **Observação** na Educação Infantil serão realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Leitura e análise de textos sobre ética, pesquisa científica e os fundamentos da Educação Infantil: concepções, finalidade, função social, especificidades, a Educação Infantil segundo a BNCC e o Currículo do Território Catarinense e demais legislações vigentes;
- Delimitação dos campos de estágio e organização dos estudantes nas instituições;
- Aproximação com as instituições, estudo do PPP, no intuito de propiciar um primeiro contato entre as crianças, estagiário (as) e profissional do campo de estágio;
- **Observação e participação orientada** e mediada pelo professor orientador de estágio em **TRÊS GRUPOS ETÁRIOS** de crianças: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas;

- **Registro semanal** do cotidiano das instituições, das práticas pedagógicas e das vivências e experiências das crianças nos grupos observados, articulado com os fundamentos teóricos;
- Discussão, análise e socialização das **observações** e documentação entre estagiários, profissionais dos campos de estágio (quando possível) e professores orientadores;
- Reflexão constante, mediada pelo professor de estágio, articulando as teorias, objeto de estudo dos demais componentes curriculares do curso, com a prática vivenciada no estágio;
- Preparação de materiais didáticos pedagógicos;
- Planejamento de atividades complementares de aperfeiçoamento.

2º SEMESTRE: Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil

Compreende-se a **Intervenção/Docência** como o momento em que o estudante, sob orientação do professor de estágio e do professor regente, a partir das informações colhidas na observação participante e nos projetos do grupo, planeje e elabore intervenções com vistas à aprendizagem e desenvolvimento das crianças em todas as suas dimensões. Deste modo, o estudante/futuro professor deve planejar para todos os momentos do cotidiano, tais como, acolhida, brincadeiras, atividades permanentes (rodas de conversa, higiene, alimentação, sono/descanso, parque) e não somente ações voltadas aos projetos do grupo, como costumeiramente são denominadas de “hora da atividade”.

A **organização da carga horária de estágio, conforme determinações da SED** acontecerá duas vezes na semana, da seguinte forma:

- **05 horas/aula semanais:** observação participante e intervenção/docência, preferencialmente nas mesmas instituições e nos TRÊS GRUPOS em que foram realizadas as observações, no primeiro semestre (nos campos de estágio em que for possível a realização do mesmo, dependendo do número de estagiários na instituição).
- **05 horas/aula semanais:** aulas de laboratório (estudos de textos, elaboração de registros e materiais, orientações com o professor de estágio, discussão, análise e socialização das observações, participação em feiras, eventos, cursos relacionados à Educação Infantil e utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação, entre outros).

Cada estudante, conforme determina da SED deverá planejar e executar 12 **Intervenções/Docências**, sendo:

- 06 intervenções/docências individuais, preferencialmente, nos mesmos TRÊS GRUPOS ETÁRIOS em que foram realizadas no primeiro semestre;
- 06 /intervenções/docências em DUPLAS ou GRUPOS, envolvendo dois ou mais grupos de crianças ou todo o Centro de Educação Infantil, planejando e executando ações tais como, apresentação de peças de teatro, narrativas de histórias, oficinas, jogos e brincadeiras, passeios, gincanas, mostras, feiras culturais, entre outros.

ATENÇÃO: A carga horária de observação participante, docência individual, em TRÊS GRUPOS ETÁRIOS ou um projeto coletivo **não poderá ser inferior a 50%** da carga horária total do estágio do 2º semestre.

No estágio de **Intervenção/Docência** na Educação Infantil serão realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Observação e participação orientada e mediada pela professora regente e professor orientador de estágio em TRÊS GRUPOS ETÁRIOS de crianças (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas);
- Registro semanal do cotidiano das instituições, das práticas pedagógicas e das vivências e experiências das crianças nos grupos observados, articulando com os fundamentos teóricos;
- Discussão, análise e socialização das observações e documentação entre estagiários, profissionais dos campos de estágio (quando possível) e professores orientadores;
- Reflexão constante, mediada pelo professor de estágio, articulando as teorias, objeto de estudo dos demais componentes curriculares do curso, com a prática vivenciada no estágio;
- Elaboração de planos de intervenção: (projetos, sequências didáticas, planos diários), individuais e/ou em dupla, e/ou coletivos de acordo com as necessidades de cada campo de estágio, preferencialmente, nas mesmas instituições e nos mesmos TRÊS GRUPOS ETÁRIOS em que foram realizadas as observações no primeiro semestre;
- Elaboração do relatório de estágio individual (digitado e encadernado);
- Seminário de socialização das experiências de estágio.

AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino aprendizagem se caracteriza como diagnóstica, cumulativa, processual e contínua. Assim sendo, a avaliação do processo de ensino aprendizagem deve estar centrada na análise de informações sobre as atividades desenvolvidas na prática do estágio com o objetivo de criar novas possibilidades e significados para construção do conhecimento, pelo estudante estagiário. Na perspectiva de compreender a avaliação deve-se levar em consideração que “as estratégias e instrumentos de avaliação da aprendizagem precisam diagnosticar se as práticas pedagógicas fornecem subsídios para mudanças no percurso formativo do estudante”. (SANTA CATARINA, 2019).

As orientações da Secretaria de Estado da Educação e legislação vigente determinam que, o estudante/estagiário será aprovado no curso se obtiver média final igual ou superior a (06) seis; frequência de 100% no estágio; participação e a realização de todas as atividades desenvolvidas nas etapas do Estágio Supervisionado, descritas por meio de relatórios parciais e finais e demais instrumentos de acompanhamento.

A avaliação escolar no componente curricular de estágio é diferenciada dos demais componentes, pois se compõe de diferentes momentos e envolve práticas diversificadas, implicando no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a aprendizagem, elaboração e reelaboração de conceitos e conhecimentos necessários à formação do futuro docente. O estagiário será avaliado, especificamente, nos seguintes critérios:

- a) Assiduidade, pontualidade e participação em todas as atividades previstas.
- b) Responsabilidade e ética na relação com colegas, profissionais da instituição, campo de estágio e com as crianças mantendo total sigilo nas atividades de estágio.
- c) Cumprimento do cronograma das atividades realizadas durante o desenvolvimento do estágio, estabelecido pelo professor orientador do estágio.

- d) Elaboração dos projetos de atividades ou sequência didática, planos de intervenção na escola/planos diários.
- e) Organização, intencionalidade e aplicabilidade dos materiais didáticos pedagógicos utilizados no estágio.
- f) Desempenho nas atividades de observação, registros semanais, intervenção e socialização do estágio.
- g) Coerência e consistência dos planejamentos, relatórios e outros documentos produzidos.
- h) Cumprimento de 100% de frequência no estágio.

O estudante estagiário deverá ser informado sobre seu desenvolvimento durante o processo de ensino aprendizagem por meio de avaliações parciais e terá registro em boletim, a média do trimestre. Deverá também, ter a oportunidade de realizar novas etapas de estágio em que apresentar dificuldades (recuperação paralela), assim que a mesma for constatada, conforme direito garantido na legislação sobre a avaliação e recuperação paralela. Não há exame final para estágio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, CP. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019.

BARBOSA, Maria Carmen da Silveira; HORN, Maria da Graça. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRUNER, Jerome. **Atos de significado**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão na educação infantil**: pesquisa e prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 180 p.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Ana Maria *et al.* **Planejamento e avaliação educacional**: a especificidade organizativa do fazer pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2004.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Educação e do Desporto. **Proposta curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SÃO PAULO. **Magistério**/ Publicação da Coordenadoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para os Professores da Rede de Ensino da Cidade de São Paulo, nº 7 – São Paulo: SME / COPED, 2020.

SOUSA, Ana Lourdes Lucena de; et al. **Estágio I**: pesquisa e prática pedagógica na educação infantil. Fortaleza: Ed UECE, 2018.

TREVISAN, Rita. **O que são os campos de experiência da Educação Infantil?** Revista Nova Escola, nº 58, São Paulo, 2020.

O que foi ser uma Professora Primária??

*Foi uma experiência assustadora para início de carreira,
por ter sido feita, numa turma de Alfabetização com quarenta crianças.
Mas, assumida com muita responsabilidade, compromisso, dedicação e sempre
fazendo a melhor preparação dos planos de aula diários;
contemplando, a motivação e o interesse das crianças.
E, assim essa primeira experiência determinou toda a minha trajetória do
ato de ensinar!*

Formanda do Segundo Ciclo do Curso Normal do IEE de 1968

Professora Édula da Graça Beltrami

**TRILHAS DE
APROFUNDAMENTO
DOS ANOS INICIAIS I E II**

**UNIDADE CURRICULAR:
PROFISSÃO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS**

ESTUDOS INTEGRADOS ENTRE FILOSOFIA/SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Aline Militão José (19ª CRE)
Jasiane Piovesan (07ª CRE)
João Valdemir Patinho (05ª CRE)
Mariquiel dos Santos (37ª CRE)
Paulo Braciak (10ª CRE)
Raquel de Abreu (IEE)
Ricardo Custódio Machado (22ª CRE)

Consultor

Arnaldo Haas Júnior (SED)

A construção de documentos curriculares, em Santa Catarina, realizada há décadas, tornou-se uma referência nacional. No contexto da década de 1980, durante a redemocratização do ensino, a Secretaria de Estado da Educação elaborou, com a participação ativa de professores e professoras, a Proposta Curricular da Rede. A última versão do documento foi atualizada em 2014 e que, em diálogo e articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dá corpo ao Currículo Base do Território Catarinense (CMTC), que contempla as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em 2019.

A sólida construção desses documentos alcança nova etapa com a elaboração das Trilhas de Aprofundamento do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, curso ofertado nas Escolas de Educação Básica, que tem por objetivo o preparo dos estudantes para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir de uma concepção de formação humana integral, que visa também o seu preparo para lidar com os desafios do mundo do trabalho.

O Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação I e II, componentes da Área de Ciências Humanas, numa perspectiva para além da contribuição com a formação teórico-conceitual nas temáticas relativas à Filosofia e à Sociologia, oportuniza ao estudante do Curso Normal em Nível Médio – Magistério a ampliação de sua capacidade de observação crítica do mundo. Observando-o sob a ótica da filosofia, por exemplo, o futuro professor torna-se capaz de problematizar as questões do dia a dia, considerando suas especificidades ou confrontando-as com questões semelhantes problematizadas por outros indivíduos, no bojo da herança intelectual que nos foi legada por pensadores e pensadoras de outros tempos e lugares. O olhar se amplia na medida em que os conceitos e conhecimentos da Sociologia, numa perspectiva sincrônica, os ajudam a propor soluções e a lidar com os mais variados dilemas.

Numa visão mais específica, a presença da Filosofia/Sociologia da Educação do Curso Normal em Nível Médio - Magistério oferece condições para uma reflexão sobre a organização da educação escolar brasileira e suas contradições. Pesquisas acadêmicas, na área das Humanidades, que dizem respeito ao entendimento das relações abrangentes entre Educação e Sociedade, indicam a pertinência de tais conteúdos para a formação dos novos quadros de professores que irão atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os temas de estudos voltados aos componentes curriculares da Sociologia da

Educação e da Filosofia da Educação podem convergir e dialogar de forma fecunda no sentido de oxigenar as práticas educacionais.

A aprendizagem de Filosofia e Sociologia é um contributo à capacidade de contextualização da realidade, considerando aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, éticos e estéticos. Somos sujeitos sociais, frutos de um processo histórico que perpassa por distintos momentos e perspectivas. Por meio dos conceitos sociológicos e filosóficos o aprendizado crítico e reflexivo é potencializado, e a compreensão do ser humano em sua totalidade permite que o indivíduo identifique seus limites e potencialidades, ao mesmo tempo, amplia o seu entendimento sobre os mais diversos modos de ser e existir, uma das condições necessárias para o entendimento da diversidade como um princípio formativo.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

A concepção da diversidade como um princípio formativo, adotada pela Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), presente também no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (2021), irmana-se com a necessidade de oferta de processos formativos pautados, por exemplo, no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Um dos grandes desafios a serem enfrentados por professores e professoras diz respeito à necessidade de conferir significado e relevância às temáticas que se tornam objeto do conhecimento, de maneira que os estudantes se sintam atraídos e tenham o interesse despertado. Neste sentido, entendemos que a abordagem pedagógica voltada ao desenvolvimento de competências e das habilidades associadas aos eixos estruturantes da parte diversificada do Currículo do Ensino Médio, ou das competências e habilidades profissionais previstas pela BNC- Formação Inicial que, nortearão o Itinerário Formativo da Formação Docente – Curso Normal em Nível Médio - Magistério, ao explorar conceitos filosóficos e sociológicos, deve suscitar nos estudantes uma “experiência”. Esta, aqui entendida como algo que acontece com uma pessoa e que de alguma forma a transforma, de maneira que ela passa a não ser mais a mesma que era antes. É algo que atravessa o seu pensamento, as suas ideias, e faz com que já não possa mais pensar e ser da mesma forma. A experiência filosófica e sociológica é a experiência de fazer Filosofia e Sociologia (ASPI, GALLO, 2009).

O desafio a ser assumido é romper com o entendimento que concebe as aulas como um momento para a transmissão de informações. É fundamental pensá-la como um espaço no qual os estudantes não sejam meros espectadores, mas sim agentes ativos, produtores e criadores. É neste sentido que tomar os conhecimentos construídos historicamente como o centro e o único meio de estruturar o ensino deste componente pode ser algo arriscado, pendente para um “enciclopedismo”, nos termos da apresentação aos estudantes de um desfile de filósofos ou os sistemas de pensamento.

Partimos do pressuposto que se não há problema, não há pensamento. Neste sentido, a ruptura com o enciclopedismo pode se dar na medida em que o professor explora os problemas que mobilizaram e mobilizam a construção de conceitos filosóficos e sociológicos, de maneira que estes possam se tornar ferramentas intelectuais e lentes para a apreensão da realidade. Ou seja, o direcionamento proposto para o trabalho com este componente não é o de uma visita a um passado ou a um presente apáticos, nem a proposição de abordagem asséptica, mas sim o ingresso em um processo no qual o aprender filosofia e sociologia sirva para mobilizar o pensar filosófica e sociologicamente.

Acreditamos que não há como criar um modelo único para o ensino deste componente curricular. Não há como se estabelecer um método capaz de contemplar a singularidade das experiências pedagógicas. Neste sentido, um desafio do ensino da Filosofia

e da Sociologia é contribuir com a criação, dentro da comunidade de ensino, de um ambiente marcado pelo diálogo e por práticas argumentativas, dialéticas e dialógicas, um espaço livre e democrático no qual se possa fomentar o crescimento das capacidades de realização do ser humano.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 32: Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação.

Componente Curricular: Estudos Integrados entre Filosofia /Sociologia da Educação I na Educação Infantil			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	<ul style="list-style-type: none"> • A filosofia como objeto de reflexão e elaboração crítica de uma concepção de mundo enquanto totalidade e compromisso com a sua realização prática;
Processos Criativos	(EMIFCHSA04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.	(EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.	<ul style="list-style-type: none"> • A importância da filosofia na formação do educador; • O Projeto Político Pedagógico como objeto de reflexão filosófica;
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.	Instigar o desenvolvimento da imaginação sociológica por meio da compreensão dos conceitos estruturantes da constituição de sociedades, culturas, mundos do trabalho e relações de poder.	<ul style="list-style-type: none"> • A consciência mítica x consciência filosófica; • A concepção platônica e a concepção aristotélica de conhecimento; • O Projeto

<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCHSA08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>Desnaturalizar as desigualdades sociais, compreendendo-as como um problema estrutural na construção das sociedades, nas diferentes temporalidades e espacialidades, especialmente interseccionadas pelas desigualdades de gênero, raça e etnia.</p>	<p>Político Pedagógico e a concepção de mundo ou problema ontológico;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Projeto Político Pedagógico e a concepção de mundo ou problema epistemológico; • Idealismo, materialismo e existencialismo na educação; • Trabalho em educação como fonte de humanização; • As origens da sociologia e o contexto histórico: Comte, Durkheim, Marx e Weber; • Conceitos e categorias da análise das teorias sociológicas clássicas (fato social, ação social, classe social); • A sociologia e a educação: implicações, relevância e particularidades em relação à sociologia geral; • Durkheim: sociedade,
<p>Docência</p>	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da</p>		

	<p>escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		<p>educação e manutenção;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marx: sociedade, educação e emancipação; • Weber: sociedade, educação e desencantamento do mundo.
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 13: Componente Curricular Estudos Integrados entre Filosofia e Sociologia da Educação II.

Componente Curricular: Estudos Integrados entre Filosofia /Sociologia II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores	Identificar o racismo estrutural nas sociedades, para com ele se sensibilizar, ressoando nas sociabilidades ao longo da história, considerando sua historicidade e suas territorialidades nas diversas escalas,	<ul style="list-style-type: none"> • A relação entre pensamento e linguagem; • Projeto Político Pedagógico e a concepção de mundo ou problema antropológico;

<p>Empreendedorismo</p>	<p>Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>Identificar os diferentes repertórios de ações coletivas e movimentos sociais (associativismos, cooperativismos, sindicalismos, coletivos), considerando os movimentos negros, de mulheres, feministas, de trabalhadores, ambientais, da terra, rurais, urbanos, de moradia, religiosos, de segurança alimentar, secundaristas, entre outros, nas diversas espacialidades e temporalidades, incluindo os lugares de vivência.</p>	<p>educador infantil na contemporaneidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A educação infantil em espaços formais e não-formais e suas inferências nas diferentes camadas sociais; • Desigualdades sociais e estruturais.
<p>Docência</p>	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização</p>		

	<p>da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Como encaminhamento metodológico, acreditamos que os Estudos Integrados entre Filosofia/Sociologia da Educação I e II devem fomentar o desenvolvimento do senso crítico, da consciência filosófica e do conhecimento científico nos termos da abordagem sociológica.

Para alcançar esse objetivo propomos que seja dada atenção especial aos seguintes procedimentos metodológicos:

- Problematização dos conhecimentos prévios dos estudantes, por meio do confronto com conceitos e referenciais teóricos afins à abordagem filosófica e sociológica;
- Apresentação, aos estudantes, de autoras e autores clássicos do pensamento sociológico e filosófico, visando à apreensão do instrumental lógico-metodológico e conceitual que caracteriza a Filosofia e a Sociologia da Educação, além da compreensão da sua historicidade;
- Estudo de autores contemporâneos, tanto da Filosofia quanto da Sociologia da Educação, principalmente, dos textos-autores que se movem na perspectiva histórico-crítica, tendo em vista que este horizonte teórico tende a ampliar a capacidade de leitura e compreensão do mundo dos estudantes, numa perspectiva sincrônica;
- Contextualização das vivências e experiências dos estudantes, demarcando a historicidade constitutiva das mesmas;
- Elaboração de sequências didáticas que permitam aos estudantes visualizar e explorar a lógica que sustenta diferentes pontos de vista sobre recortes da realidade;
- Utilização de metodologias ativas na condução do processo de ensino e aprendizagem;
- Participação dos estudantes nos processos decisórios relativos aos rumos dados ao componente curricular, no que se refere às estratégias didáticas e metodológicas;
- Especial atenção deve ser dada, por ocasião da elaboração das sequências didáticas, da intencionalidade pedagógica voltada ao desenvolvimento das habilidades apresentadas no Organizador Curricular, ou seja, o professor precisa ter clareza sobre quais são as habilidades (cognitivas, procedimentais, atitudinais e outras) que se espera que os estudantes desenvolvam. Este princípio implica, por exemplo, na adoção de estratégias e instrumentos avaliativos coerentes.

AValiação

A avaliação do processo de ensino aprendizagem dos estudantes, nos termos da previstos pela BNCC ou, mais especificamente, pelo Currículo Base do Território Catarinense, deve focar no desenvolvimento integral dos estudantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em seu Art. 8º, prevêem a adoção de metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializam o desenvolvimento das competências e habilidades dos(as) estudantes, favorecendo o seu protagonismo, e que sejam processuais, formativas, qualitativas, inclusivas e contínuas. Nesse sentido, sugere-se que o acompanhamento seja feito com frequência, utilizando recursos de avaliação que impliquem em devolutivas do(a) professor(a) e em estratégias de auto avaliação. A escolha dos instrumentos avaliativos deve ser coerente com os objetos de aprendizagem e permitir que o(a) professor(a) avalie se os estudantes estão desenvolvendo as competências e habilidades previstas para cada etapa do processo formativo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARGNATO, C.E; MIORANDO, B. S. **Dicionário do ensino de sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIRETRIZES. **Organização da prática escolar na educação básica**: conceitos científicos essenciais, competências e habilidades. Florianópolis: Diretoria de Ensino Fundamental /Diretoria de Ensino Médio, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GHEDIN, Evandro. **A filosofia no ensino**: a formação do pensamento reflexivo-crítico. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2000.

GOMES, Cândido A. Darcy Ribeiro ou a rebeldia na educação. In: GOMES, Cândido A. (org.) **Educadores Brasileiros do Século XX**: v. 2. Brasília: Ed. Universa, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, p.80, 2018.

MAKENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre educação**. Tradução, apresentação e notas Noéli C. de M. Sobrinho. São Paulo: Ed. PUC/Loyola, 2003.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

POUTIGNAT, Phillipe. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.

SCOCUGLIA, A. C. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CERLETTI A. Ensino de filosofia e filosofia do ensino filosófico. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GALLO, Sílvio. Metodologia do Ensino de Filosofia. **Uma didática para o ensino médio**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KOHAN, Walter & Wuensch, Ana Miriam. **Filosofia para crianças**: a tentativa pioneira de Matthew Lipman. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

KOHAN, Walter. **Filosofia para crianças**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KOHAN, Walter. Infância. **Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LANGÓN M. Filosofia do ensino de filosofia. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à escola**. São Paulo: Summus, 1999.

OSBORNE Richard. **Filosofia para principiantes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

RANCIÈRE J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO NOS ANOS INICIAIS I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Adriana dos Santos Thomaz (19ª CRE)
Argos Gumbowski (26ª CRE)
Eduardo Fortunato Machado (15ª CRE)
Elisabeth dos Santos (15ª CRE)
Eliston Terci Panzenhagen (IEE)
Janete Paiter de Souza (26ª CRE)
Joyce Goulart Capela Coelho (15ª CRE)
Ligia Caróle Sales Paes (27ª CRE)
Maira Cristine Binsfeld (15ª CRE)

Consultores

Eliston Terci Panzenhagen (IEE)
Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

A Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina vem investindo e reconfigurando o Curso Normal em Nível Médio - Magistério considerando e o reconhecendo como uma das possibilidades de formação inicial no campo educacional, com vistas ao exercício da docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O Curso procura atender às diversas necessidades que imbricam na formação docente para os profissionais desse campo, assim como desenvolver nesses profissionais as habilidades e competências necessárias para a formação do educador, capacitando-os para participarem de forma proativa no ambiente de trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário o domínio do conhecimento específico, bem como, acerca do contexto educacional e das bases legais que norteiam a Educação.

Ao assumir a responsabilidade de ministrar o componente curricular de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil I e II e nos Anos Iniciais I e II, o docente deve demonstrar amplo conhecimento acerca da estrutura e organização da educação brasileira, de modo a superar as visões fragmentadas ou unilaterais acerca da legislação que norteia a educação no país. Assim, importa considerar que estrutura, organização e legislação educacional estão imbricadas no mesmo processo e se complementam, possibilitando ao professor em formação uma compreensão geral do âmbito educacional, por meio do estudo da legislação reguladora, regulamentadora e das políticas públicas educacionais.

Nesse contexto, é importante compreender que há tempo os trabalhadores da Educação Infantil, Anos Iniciais, as instituições de ensino superior, bem como, associações na referida área são atores sociais que lutam para a conquista de direitos para as crianças e os profissionais que atuam nessa modalidade. Este processo fortaleceu-se com a promulgação da Constituição Brasileira (1988), em que no seu Art. 208 detalha que, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia”, na qual em seu inciso I afirma que a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, bem como, no inciso IV traz que: “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. (BRASIL, 1988).

No intuito de reforçar a referida determinação constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96) em seus artigos 29 e 30, conceituou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e o tipo de oferta, creche e pré-escola, para

as crianças de até cinco anos. Da mesma forma, a promulgação da Lei nº 11.274/2006, a qual dispõe sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, a educação infantil passou a ser de zero a três anos (creche) e quatro a cinco anos (pré-escola) corrobora para este avanço.

Na esteira destas conquistas tivemos, também, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 05 de 17/12/2009, que definiu em seu Art. 5º, inciso 3º uma data corte para as crianças na Educação Infantil, ficando estabelecido que as crianças que completarem seis anos, após dia 31 de março, deverão ter a matrícula assegurada nessa primeira etapa da Educação Básica.

É importante que os professores que atuem neste componente curricular Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais I e II do Curso Normal em Nível Médio - Magistério saibam e reforcem aos estudantes que a garantia do direito à educação passa pela formulação e execução de políticas públicas educacionais que promovam a qualidade no ensino, a partir da elaboração de projetos que contemplem desde o planejamento de espaços e dos mobiliários até os materiais adequados às crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais.

Além disso, professores e estudantes precisam entender a incumbência do poder público em investir na formação dos professores e gestores, elaborar diretrizes curriculares, entre outras ações que utilizem de forma adequada os recursos públicos para a efetivação de uma educação de qualidade. Para cumprir estas ações, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, o que implicará na definição de políticas públicas de modo articulado e com a participação de todos os entes federados, conforme prevê a Constituição Brasileira.

Assim sendo, o professor dos componentes curriculares de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil e Anos Iniciais do curso em tela deverá ser conhecedor das questões até aqui abordadas e atualizar-se. Miguel (2006) corrobora quando afirma que:

A legislação educacional tem sido uma das fontes recorrentes daqueles que estudam a História da Educação brasileira. Mostra-se um dos pontos de partida para a busca de caminhos que conduzam pelos labirintos da história educacional, mas necessita, no entanto, de contextualização e do apoio de conceitos-chaves que permitam a sua interpretação. (MIGUEL, 2006, p. 7).

Dessa forma, o conhecimento sobre temas que perpassam este componente curricular, bem como, o desenvolvimento das habilidades propostas, contribuirá na compreensão dos condicionantes das mudanças e das permanências de determinadas estruturas, formas de organização e políticas educacionais nos diferentes sistemas de ensino brasileiro por meio do tempo e suas imbricações no “modelo” de educação (desenvolvida) e práticas pedagógicas desenvolvidas. Para reforçar esta ideia, Miguel (2006) contribui afirmando que:

Em uma concepção mais crítica a legislação será percebida enquanto conjunto das leis possíveis em determinada sociedade, em dado momento histórico e produto do jogo de forças presentes no aparelho de Estado. O contexto socioeconômico, político e cultural tem então um papel importante na interpretação da legislação e de seu papel na sistematização da educação (MIGUEL, 2006, p.7).

Conforme exposto, este componente vislumbra permear suas práticas pedagógicas com discussões que abordam quatro conceitos essenciais, a saber: estrutura, organização, legislação e políticas públicas educacionais, desenvolvendo a compreensão do contexto e uma análise crítica destes no decorrer da história da educação brasileira. Considera-se, portanto, que ao professor em formação inicial não basta o conhecimento acerca dos

conhecimentos inerentes às áreas e componentes nas quais o mesmo atuará na Educação Básica. Ele deverá aprofundar o conhecimento geral sobre a educação, com visão ampla, à luz de uma análise crítica comprometida em relação a seu espaço de atuação, enquanto profissional e agente transformador na sociedade.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Os Componentes Curriculares de Políticas Públicas e Legislação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais I e II dispõem do estudo das bases legais que norteiam as políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Institui também, a compreensão da atual conjuntura da organização da Educação Básica, inserida na organização social, política e econômica do país, tendo em vista que estes componentes apresentam elementos de aprofundamento dos saberes e práticas presentes na Profissão Docente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais.

Nesta perspectiva, os componentes visam proporcionar, ao estudante, condições para a compreensão e análise crítica acerca de quatro **conceitos essenciais: organização, estrutura, legislação e políticas públicas** nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, proporcionando elementos de reflexão e intervenção na realidade educacional brasileira. Para tanto, deverá considerar como essenciais alguns princípios:

- Educação Pública como direito de todo cidadão e sua oferta gratuita e com qualidade consiste em dever do Estado;
- Consideração acerca da garantia do direito ao acesso, permanência, inclusão e conclusão, dentro das idades próprias, com sucesso;
- Gestão democrática do ensino público na forma da lei;
- Escola enquanto espaço de construção e reconstrução de conhecimentos e aprendizagens, por meio de processos de interação e socialização, garantindo o pluralismo de ideias;
- Observância aos determinantes legais quanto a legislação reguladora e regulamentadora da educação brasileira;
- Estrutura e organização da escola pública brasileira enquanto espaço de transformação humana e social.

Schmidt (2018) ressalta que a “importância prática do estudo das políticas públicas compreende diversos aspectos, entre as quais vale ressaltar a eficácia da participação cidadã e o discernimento frente às complexidades da gestão pública” (SCHMIDT, 2018, p. 121). Complementa que é de suma importância que cada cidadão conheça a política pública que o afeta, quem participou da sua elaboração, os interesses contemplados, os espaços de participação e os possíveis aliados e adversários, bem como, as causas e consequências destas.

Importa destacar que o currículo deste componente curricular considera que a educação se encontra discriminada no rol dos direitos sociais descrito no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a formação docente requer o conhecimento da legislação desde os regulamentos mais gerais da política educacional brasileira à organização e ao funcionamento da escola, possibilitando uma inserção profissional consciente e crítica, objetivando:

- Propiciar ao estudante condições para a compreensão e análise crítica das políticas educacionais, bem como da organização e estrutural educacional e da legislação

referentes à Educação Básica, como elementos de reflexão e intervenção na realidade educacional brasileira.

- Reconhecer o ordenamento jurídico que norteia a organização da Educação Básica brasileira.
- Analisar os principais programas educacionais brasileiros na atualidade, no âmbito do financiamento, planejamento, currículo e avaliação educacional.
- Compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo educacional brasileiro.
- Identificar e problematizar impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar e nas identidades dos atores escolares.
- Conhecer o contexto histórico da educação especial, os aspectos legais, os preconceitos em relação às pessoas com necessidades especiais, assim como as noções básicas sobre as diferentes necessidades especiais.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 33: Componente Curricular Políticas e Legislação nos Anos Iniciais I e II.

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação nos Anos Iniciais I e II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG02). Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações-problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local,</p>	<p>Retomar a organização da estrutura da educação brasileira para analisar sua organização e funcionalidade.</p> <p>Analisar e compreender a educação como um processo sociocultural proporcionando reflexão sobre a identidade do homem que produz cultura, o multiculturalismo como forma de convivência com as diferentes concepções de mundo e de práticas sociais promovendo a formação docente para um trabalho voltado à igualdade étnico racial.</p> <p>Relembrar a Constituição Federal Brasileira de 1988, a LDB 9394/96 bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais e as específicas ao</p>	<p>Educação como processo social;</p> <p>Diversidade Cultural: conceitos de cultura, pluralidade cultural, antropologia, multiculturalismo;</p> <p>Sociedade, cultura, infância;</p> <p>Estrutura da educação Brasileira;</p> <p>Organização da Educação Brasileira;</p> <p>História da Educação Brasileira e seus períodos;</p> <p>Projeto Político Pedagógico – aspectos conceitual, legal e operacional;</p> <p>Constituição Federal</p>

	regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.	Ensino Fundamental, no sentido de compreender a relação entre “o que fazer, quem vai fazer e como fazer” acontecer e concretizar o direito à todos pela educação básica.	do Brasil – Artigos 205 a 214; Leis de Diretrizes e Bases da Educação - LDB; Diretrizes Curriculares Nacionais (Geral e Específica); Plano Nacional de Educação e planos correlatos; Relação criança, escola e famílias; Políticas Públicas Educacionais;
Processos Criativos	(EMIFCG05). Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática. (EMIFCHSA06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global.	Esquematizar a estrutura e a organização da educação brasileira, bem como a legislação pertinente, no sentido de correlacionar e confrontar com o Projeto Político Pedagógico da Escola. Estudar, compreender e fazer relações do Plano Nacional de Educação com a estrutura, organização e legislações pertinentes e com políticas públicas educacionais no sentido da concretização da garantia de direito à educação.	Políticas Públicas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais e dos Anos Iniciais para os Anos Finais do EF; Temas Contemporâneos Transversais – BNCC; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos;
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFCG07). Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis. (EMIFCHSA09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.	Conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, compreendendo a conexão entre o educar e o cuidar, articulando uma análise crítica sobre a relação da escola com as famílias dos estudantes, bem como, sobre os processos de transição que integram esta etapa da educação básica. Identificar e mapear as principais políticas públicas educacionais vigentes para o Ensino Fundamental para compreender seu contexto e finalidade, bem como desdobramentos no contexto educacional.	Políticas Públicas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais e dos Anos Iniciais para os Anos Finais do EF; Temas Contemporâneos Transversais – BNCC; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos;
Empreendedorismo	(EMIFCG11). Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.	Estudar, compreender e fazer relações da Lei de Diretrizes e Bases da	Legislação acerca da Inclusão Social e Escolar; Princípios pedagógicos de um trabalho com a abordagem da diversidade étnico-racial na primeira

	<p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>Educação Nacional.</p> <p>Conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação brasileira e as demais Diretrizes correlatas e outros documentos normativos.</p> <p>Identificar e mapear as principais políticas públicas educacionais vigentes para o Ensino Fundamental para compreender seu contexto e finalidade, bem como desdobramentos no contexto educacional.</p> <p>Avaliar a implementação e eficácia das principais políticas públicas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais - no contexto local de inserção na prática docente do estudante do magistério, bem como, seu reflexo nos PPP das Unidades Escolares.</p> <p>Experimentar a realização de planejamentos de projetos educativos com base nos Temas Contemporâneos Transversais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;</p> <p>Selecionar as principais legislações que interagem com o Ensino Fundamental (ECA, Lei da Adoção, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Leis da Inclusão, entre outros) para produzir conhecimentos acerca das mesmas e as possibilidades pedagógicas de abordagem destas no cotidiano escolar do Ensino Fundamental.</p>	<p>infância;</p> <p>Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: aspectos históricos, políticas de atendimento, princípios norteadores, legislação e normas;</p> <p>BNCC; Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense;</p> <p>Propostas Curriculares de SC;</p> <p>BNC – Formação Inicial e Continuada;</p> <p>Legislação sobre Avaliação Escolar.</p>
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional:</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter relação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos</p>		

	<p>e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Engajamento Profissional:</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo</p>	<p>Conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base do Território Catarinense, no que tange ao Ensino Fundamental, para compreender sua estrutura, organização e proposições para os Anos Iniciais, estabelecendo relações com o cotidiano da organização escolar, tornando estes documentos aplicáveis na prática pedagógica escolar.</p> <p>Estudar, analisar e compreender as Legislações Educacionais que tratam da Avaliação, especialmente no que tange à Avaliação Institucional, Avaliação das Redes de Educação Básica e Avaliação da Aprendizagem, aprofundando as análises acerca da Avaliação da Aprendizagem no que tange às ações do estudante, do docente e da escola.</p> <p>Refletir para compreender a importância da formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, conhecendo a legislação pertinente.</p> <p>Conhecer o mundo do trabalho e os requisitos atuais de exercício profissional.</p> <p>Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas</p>	
--	---	---	--

	<p>aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p>	<p>ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>	
--	---	---	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Partindo dos pressupostos da concepção histórico-cultural de aprendizagem, em que o estudante aprende por meio das relações e interações diversas que estabelece, o que por sua vez reforça o sentido ético do trabalho docente e da ação da escola, na qual o sucesso ou insucesso não depende unicamente do estudante, considera-se que o processo educativo requer ênfase no processo de mediação proposto pelo docente, tendo como centralidade o sujeito da aprendizagem, ou seja, o estudante.

A Proposta Curricular de Santa Catarina - Formação Docente para a Educação Infantil e Séries Iniciais (1998) fundamenta-se na concepção histórico-cultural da aprendizagem, nomeada como sócio-histórico ou sócio-interacionista. Essa concepção compreende que as

interações vividas por cada estudante são determinantes no processo de construção do conhecimento:

Nesta perspectiva a criança (sujeito) e o conhecimento (objeto), se relacionam através da interação social. Não há, portanto, uma relação direta do conhecimento (como algo abstrato) com a criança. Isto equivale a afirmar que o conhecimento não existe sozinho. Existe sempre impregnado em algo humano (ou um ser humano ou uma criatura humana, como o livro, um aparelho, o meio social). Na educação escolar, o professor passa a ter a função de mediador entre o conhecimento historicamente acumulado e o aluno. Ser mediador, no entanto, implica em também ter se apropriado desse conhecimento. (SANTA CATARINA, 1998, p. 14).

O processo ensino aprendizagem considerado com um percurso contínuo que ocorre ao longo da vida, deve proporcionar momentos de construção e reconstrução de saberes, socialização de experiências e diferentes conhecimentos, a partir dos quais, o estudante possa elevar seu nível de aprendizagem e desenvolvimento no processo em que está em formação. Na Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica (2014) é imprescindível:

[...] compreender o percurso formativo como um *continuum* que se dá ao longo da vida escolar, tanto quanto ao longo da vida, significa considerar a singularidade dos tempos e dos modos de aprender dos diferentes sujeitos. (SANTA CATARINA, 2014, p. 31).

Nessa perspectiva, além de considerar o que é base para este componente curricular, no que tange a habilidades e competências a serem desenvolvidas por meio dos objetos de conhecimento selecionados, faz-se necessário conhecer o perfil da turma e estabelecer um conjunto de ações que permitam a interlocução entre participantes, mediadores, objeto do conhecimento e o contexto. É importante, então, a aplicabilidade de metodologias que favoreçam o protagonismo, utilizando também as metodologias ativas, que são aliadas no desenvolvimento de competências e habilidades. As propostas curriculares do território catarinense sempre investiram nessa concepção no campo educacional, como fundamentação do processo de construção do conhecimento:

A ação educativa que permite aos alunos dar saltos na aprendizagem e no desenvolvimento, é a ação sobre o que o aluno consegue fazer com a ajuda do outro, para que consiga fazê-lo sozinho. Utilizar o tempo que o aluno está na escola para exercitar com ele aquilo que ele já sabe, sem desafiá-lo a algo novo, equivale a fazê-lo perder tempo, uma vez que a repetição do mesmo nada acrescenta ao conhecimento já apropriado ou elaborado até aquele momento. Tentar forçar o aluno a trabalhar questões com as quais não tenha nenhuma familiaridade, além de causar a rejeição por sua parte, traz a dificuldade inerente a trabalhar com algo totalmente estranho. [...] A concepção histórico-cultural, ao contrário, à medida que considera todos capazes de aprender e compreender que as relações e interações sociais estabelecidas pelas crianças e pelos jovens são fatores de apropriação de conhecimento, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais dos alunos. De todos os alunos. (SANTA CATARINA, 1998, p. 14).

No exposto, as orientações metodológicas se dão no sentido de estabelecer um processo não linear de aprendizagem, considerando que todos são capazes de aprender, desenvolver-se e interagir transformando o meio. Os objetos do conhecimento desenvolvidos por meio de habilidades e competências neste componente curricular devem servir para que o

estudante compreenda, conheça e seja capaz de analisar, avaliar e interagir no que concerne à organização, estrutura e legislação da educação básica brasileira.

AVALIAÇÃO

Considerando o processo ensino-aprendizagem na perspectiva da mediação pedagógica com vistas à transformação social, não caberia mencionar um processo avaliativo que não convergisse com tal proposta educativa. Assim, a avaliação será um instrumento indispensável no planejamento geral da Unidade Escolar, como também, das demais atividades do currículo. A avaliação não deve ser voltada apenas ao estudante e ao desenvolvimento de habilidades por sua parte, mas também à ação docente de forma que esta possa garantir a qualidade do processo.

A avaliação escolar de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2017) tem o objetivo de realizar uma análise global e integral do estudante. Nesse ponto, propõe-se a avaliação formativa, considerando os contextos e as condições de aprendizagem dos estudantes:

Por meio da avaliação é possível acompanhar os estudantes ao longo do processo, organizando elementos para a sequência do trabalho pedagógico. Na perspectiva da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), da BNCCTC (2020) e do CNCT (2020), a avaliação é concebida como uma ação formativa, que proporciona a investigação do processo de ensino e aprendizagem, por meio de várias estratégias que implicam na colaboração e integração curricular. Cabe frisar que a avaliação precisa ser entendida como uma via de mão dupla, pois as estratégias metodológicas adotadas pelo professor, voltadas ao atendimento dos objetivos de aprendizagem propostos, também devem passar por escrutínio de um olhar crítico (SANTA CATARINA, 2022, p. 810).

Um dos principais marcos na Base Nacional Comum Curricular (2017) é a mudança das avaliações formativas. Tais avaliações consistem em propostas capazes de melhorar o processo de ensino, a partir dos dados coletados na aplicação de provas e outros instrumentos. O objetivo é identificar dificuldades de aprendizagem para a intervenção imediata. A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, outras dimensões (cultural, social, biológica e afetiva) que fazem parte do processo de formação dos estudantes.

A avaliação sendo formativa e contínua, não considera apenas o produto, mas o processo de ensino-aprendizagem e os aspectos relacionados, tanto ao estudante quanto ao docente, envolvidos num processo de trocas e de partilhas, de interações por meio das quais a elaboração de conhecimentos deve acontecer.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, reforça-se o exposto acima, considerando que,

Art. 47. A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

[...]

§ 4º A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas. (BRASIL, 2010).

A avaliação estará intimamente ligada com a função social da escola e com a finalidade do componente curricular, de modo a estar à serviço da aprendizagem e do desenvolvimento, tendo como foco as habilidades propostas alinhadas às competências gerais. Neste sentido, o processo deve visar à qualidade do processo em que não são determinantes aprendizagens aleatórias, conteúdos isolados, análises fragmentadas, mas a qualidade que deve ser resultante do processo de mediação construído ao longo da prática e do percurso, em que escola, docente e estudante consigam realizar seus projetos de atuação e/ou de vida com plenitude.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Panorama das políticas públicas da educação infantil no Brasil**. Brasília: Unesco, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasil. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR.

MELLO, Thiago. **Estatutos do homem**. Manaus: Editora Valer, 2019.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A legislação educacional: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR, [200_]. Texto disponibilizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2006.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola**. Florianópolis, p.72, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 2 - Áreas do conhecimento**. Florianópolis: SED, 2021.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense** – Caderno 4 - Portfólio dos(as) Educadores (as). Florianópolis: SED, 2021.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Caderno 5 - Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: SED, 2022.

SCHMIDT, J. P. **Para estudar políticas públicas**: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. Revista do Direito, [S. l.], v. 3, n. 56, p. 119-149, 2018.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Ano 8 (16), (pp. 20-45) jul-dez. Porto Alegre, UFRGS. 2006.

**UNIDADE CURRICULAR:
PROCESSOS E METODOLOGIAS DE ENSINO
NOS ANOS INICIAIS**

DIDÁTICA NOS ANOS INICIAIS I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Ana Cátia Gonçalves Dransfeld (26^a CRE)
Cleusa Aparecida Straobel da Silva (27^a CRE)
Eliston Terci Panzenhagen (IEE)
Kerstin Ellen Hantschel (25^a CRE)
Lucineide Aparecida Bona de Pin (25^a CRE)
Mario Henrique Rodrigues (27^a CRE)
Marcia Marileia Moraes Ortiz (27^a CRE)
Rogério Ribeiro (18^a CRE)
Rosilene Aparecida de Souza Correa (17^a CRE)
Sandra Lechineski (11^a CRE)

A Formação Docente é um tema que atualmente ocupa lugar de destaque nas discussões do campo educacional. Observa-se, diante das transformações sociais, a necessidade do professor manter-se em constante aperfeiçoamento para que a escola não se configure como um espaço aquém do seu tempo. É imprescindível que o processo ensino-aprendizagem esteja pautado nos ideais de construção, elaboração e reelaboração do conhecimento. Espera-se que o professor esteja ciente de sua função social e consiga desempenhá-la como profissionais bem preparados para o exercício cotidiano que perpassa pela formação inicial e se estende pela formação continuada.

Ao longo de muitos anos discute-se sobre a importância da formação docente para que o processo de ensino-aprendizagem seja de qualidade e promova a transformação social nas escolas públicas. Não obstante, a Constituição Federal de 1988, explicita os princípios que devem nortear a educação brasileira, em especial o seu Art. 6º, inciso VII, que menciona a “garantia do padrão de qualidade”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 9.394/1996 que define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição, apresenta subsídios diversos que devem convergir para que haja, finalmente, a tão esmerada qualidade na educação nacional. Este fator depende de várias questões que precisam ser observadas. Não podemos excluir a formação de professores como um dos aspectos que influencia, diretamente, na qualidade da educação realizada. A Lei nº 12.014, de 2009, Art. 61, considera profissionais da educação escolar básica os que, nela estão em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, em nível médio ou superior para a docência na Educação Infantil e nos Ensinos Fundamental e Médio.

Compreende-se que teoria e prática devem ser aliadas na formação docente, sendo a segunda uma extensão e concretização daquilo que foi construído e apreendido na primeira. É notório, na realidade fática da educação brasileira, que a formação inicial de professores, ainda, precisa avançar em termos de qualidade, seja em questões estruturais, pedagógicas ou mesmo pela necessidade de adequar-se a um contexto que exige do futuro docente muito mais do que conhecimento acadêmico. São imprescindíveis competências diversas que possam articular os conceitos de saber /aprender, fazer, conviver e ser, de forma que o docente seja capaz de mediar um processo ensino-aprendizagem, por meio do qual, o estudante seja capaz de desenvolver habilidades e competências elencadas pela Base Nacional Comum Curricular (2018).

Neste sentido, António Nóvoa (1992) reforça que:

É preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceptual dos programas actuais de formação de professores. E situar a nossa reflexão para além das clivagens tradicionais (componente científica versus componente pedagógica, disciplinas teóricas versus disciplinas metodológicas, etc.), sugerindo novas maneiras de pensar a problemática da formação de professores. (NÓVOA, 1992, s.p).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica referem-se à formação docente quando afirmam no Art. 57, os critérios básicos para o percurso de construção do educador de qualidade:

§ 2º Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário: a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente; b) trabalhar cooperativamente em equipe; c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa; d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias. (BRASIL, 2013, s.p.).

Neste viés, compreende-se que a Didática nos Anos Iniciais constitui-se um componente curricular da formação inicial do docente que visa complementar o percurso formativo do futuro profissional no sentido de que este consiga realizar a mediação do saber para fazê-lo. É fundamental que o docente em formação, domine os conhecimentos necessários, consiga realizar a transposição didática destes conhecimentos junto a seus estudantes. Nóvoa (1992) contribui nessa reflexão quando afirma que:

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. (NÓVOA, 1992, s. p.).

O docente protagonista, defendido por Nóvoa e requerido pelo contexto atual, exige uma multiplicidade de competências docentes. O componente curricular de Didática nos Anos Iniciais deve, por sua vez, oportunizar um espaço em que este futuro docente possa encontrar subsídios para refletir sobre o agir, de forma que, consiga visualizar possibilidades pedagógicas de atuação docente. Nesta perspectiva, coaduna-se novamente teoria e prática, considerando que o conhecimento necessita ser aplicável para que possa realmente impactar a vida humana, da mesma forma que este conhecimento somente impactará na vida, caso encontre respaldo em bases teóricas sólidas que o sustentam. Corroborar-se com a ideia quando afirma-se que,

É preciso trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas. (NÓVOA, 1992, s.p).

Frente ao que foi exposto, é imprescindível que este componente curricular, possa oportunizar que o docente em formação compreenda e atue conforme o elemento da didática:

conheça os conceitos essenciais do componente e os princípios que o regem. Quando estes elementos acontecem de forma simultânea, o ensino-aprendizagem se concretiza de forma significativa e, conseqüentemente, os objetivos traçados durante o percurso são passíveis de serem alcançados.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

O Componente Curricular Didática nos Anos Iniciais estrutura-se com base em habilidades que devem ser desenvolvidas por intermédio da prática docente, considerando os objetos do conhecimento inerentes ao componente. Para o desenvolvimento deste na formação inicial do professor nos Anos Iniciais, em Nível Médio-Magistério considera-se como conceitos essenciais que permeiam as discussões: processo ensino-aprendizagem, eixos estruturantes, habilidades e competências, objetivos de aprendizagem; os métodos de ensino; avaliação; a aula como forma de organização do ensino; planejamento participativo; relação professor aluno, protagonismo estudantil e outros.

Em relação aos princípios, ou seja, as condições primeiras necessárias para que o componente curricular seja desenvolvido no processo de formação inicial, podemos considerar alguns princípios dentre outros:

- do direito à educação de qualidade por todos os cidadãos;
- do direito à diferença, inclusive no modo de aprender e de ensinar;
- da aprendizagem ao longo de todo percurso formativo;
- do respeito à diversidade;
- do caráter científico do ensino;
- da vinculação da teoria com a prática;
- da vinculação do concreto com o abstrato, da contextualização;
- da sistematicidade e da exequibilidade do planejamento e do conhecimento construído;
- da aprendizagem e desenvolvimento individual e coletivo;
- do caráter consciente e da atividade independente dos alunos;
- da necessária relação entre objetivo (habilidade), metodologia (desenvolvimento) e avaliação;

A organização curricular neste componente curricular se expressa em eixos em torno dos quais articulam as dimensões contempladas nas habilidades e objetos do conhecimento. No Curso Normal em Nível Médio - Magistério, a integração e sintonia dos eixos com as habilidades revigoram a necessidade de interação entre as diversas áreas do conhecimento, de modo a relacionar a cultura, a investigação científica, o conhecimento tecnológico e a realidade social do estudante, permitindo-lhe perceber a abrangência e o significado dessas relações no seu campo de formação docente.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 34: Componente Curricular Didática nos Anos Iniciais I.

Componente Curricular: Didática nos Anos Iniciais I			
Eixos	Habilidades do Eixo	Habilidades do Componente Curricular	Objeto de Conhecimento
Docência	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o</p>	<p>Organizar o processo ensino aprendizagem de modo a aperfeiçoar a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>Participar de momentos de desenvolvimento de diferentes práticas pedagógicas, a fim de subsidiar e diversificar a futura ação docente.</p> <p>Oportunizar e desenvolver momentos/vivências de práticas pedagógicas de intervenção na própria sala de aula, propostas aos/pelos estudantes, a partir dos quais possam avaliar-se coletivamente, aprofundar o conhecimento acerca das abordagens utilizadas e sua aplicação.</p> <p>Compreender e utilizar as diferentes ferramentas e soluções tecnológicas e digitais, utilizando linguagens variadas e criativas, para o encaminhamento e desenvolvimento de situações e/ou experiências de aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A identidade do professor – pesquisador nos Anos Iniciais. - A garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças a partir da legislação vigente. - Gestão Escolar na perspectiva democrática com acompanhamento e avaliação de políticas públicas. - A organização do trabalho escolar: práticas didático-pedagógicas, linguagens, grupo, tempo e espaço. - Diferentes possibilidades de práticas pedagógicas; autoavaliação, metodologias inovadoras, metodologias ativas, ludicidade. - Tecnologias, tecnologias digitais da informação e comunicação. - O processo de escolarização e desenvolvimento da didática. - O ensino na educação

<p>Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das</p>	<p>Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>- Conhecer o processo de escolarização para compreender o desenvolvimento da didática no decorrer da história geral e brasileira.</p> <p>- Refletir criticamente, interpretar e posicionar-se em relação às diferentes abordagens didático-pedagógicas.</p> <p>- Identificar as diferentes tendências pedagógicas para diferenciar a ação do estudante, do educador e o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem em cada tendência.</p> <p>- Contextualizar o processo ensino aprendizagem na perspectiva histórico cultural para discutir acerca de suas configurações, dimensões e desafios.</p> <p>- Compreender a importância do ato de planejar para reconhecer suas implicações e consequências na ação docente;</p> <p>- Desenvolver o planejamento docente de forma a garantir a apropriação e a construção de</p>	<p>básica no Brasil: seu caráter específico de prática pedagógica, concepções e finalidades.</p> <p>- Avaliação: planejamento à ação pedagógica.</p> <p>- Configurações do processo ensino aprendizagem e ações docentes no Ensino Fundamental sob o enfoque histórico cultural: contextos (social, político, cultural e institucional) dimensões e desafios.</p> <p>- Contextualização e integração das áreas curriculares articulando teoria e prática, na especificidade pedagógica do atendimento aos Anos Iniciais, com uso de competências e habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso e pautadas em observação, investigação, participação, iniciação profissional e intervenção no processo de aprendizagem com efetiva ação docente.</p> <p>- A organização, desenvolvimento do planejamento e da avaliação no processo ensino-aprendizagem.</p> <p>- Possibilidades das modalidades organizativas e das diferentes formas de registro no cotidiano da instituição de ensino.</p>
---	---	---

	<p>práticas educacionais. 1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais. 1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua. 1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Prática Profissional 2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC. 2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes. 2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p>	<p>conhecimentos através de processos organizados de mediação pedagógica;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entender a avaliação como forma de reflexão da ação docente e discente, de modo a retroalimentar a prática pedagógica e tornar visível ao estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; - Estudar e entender como se organiza a avaliação do processo ensino aprendizagem, para compreender a importância da utilização de diferentes instrumentos, estratégias e critérios avaliativos considerando a heterogeneidade dos estudantes. - Organizar o processo ensino aprendizagem de modo a aperfeiçoar a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente. - Refletir e analisar a gestão educacional numa perspectiva democrática com acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais da educação infantil a partir da legislação vigente. 	
--	--	--	--

	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente</p>		
--	---	--	--

	<p>na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações</p>		
--	--	--	--

	<p>democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p>		
Investigação Científica	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.		
Processos Criativos	(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.		
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a</p>		

	<p>valorização da diversidade. (EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
Empreendedorismo	(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.		

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 35: Componente Curricular Didática nos Anos Iniciais II.

Componente Curricular: Didática dos Anos Iniciais II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades do Componente Curricular	Objeto de Conhecimento
Docência	Conhecimento Profissional 1.1.1 Demonstrar conhecimento e	- Apropriar-se de conhecimentos acerca do currículo e seus desdobramentos	- Currículo e função social da escola. - As áreas de conhecimento e os

	<p>compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua</p>	<p>para refletir sobre a função social da escola, com intuito de ressignificá-la enquanto grupo social no contexto em que se insere.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a estrutura organizacional, bem como, as especificidades dos anos iniciais do ensino fundamental para articular teoria à prática; - Constituir planejamentos integrados de forma a relacionar diferentes componentes curriculares com vistas à formação humana integral e à diversidade, para ampliação da aprendizagem e a resolução de problemas inerentes ao percurso formativo dos estudantes. Conhecer, diferenciar e identificar possibilidades de aplicação das abordagens pedagógicas, de modo a oportunizar um processo pedagógico coerente e articulado; - Entender a lógica dos projetos de aprendizagem para organizar situações didáticas a partir das diferentes abordagens pedagógicas; - Conhecer as diferentes modalidades de 	<p>componentes curriculares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O planejamento integrado nos anos iniciais. - O trabalho pedagógico interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar, transdisciplinar e projetos de aprendizagem nos anos iniciais. - Fundamentos teórico-metodológicos para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: especificidades das ações didático-pedagógicas para o processo ensino/aprendizagem (Ed. Indígena, EJA, Quilombolas, Ed. do Campo, Educação Especial). - Gestão democrática como perspectiva (princípios didáticos-pedagógicos). - O PPP em sua dimensão político-pedagógica. - Currículo e Função social da escola - Planejamento e reflexão: ações e possibilidades em cenários imprevisíveis. - Integração dos saberes e processos didático-pedagógicos com práticas que buscam articular as experiências das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral dos estudantes alicerçado numa construção dialógica.
--	---	---	--

	<p>autonomia como aprendente; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em</p>	<p>ensino nos anos iniciais do ensino fundamental e suas características, bem como, as especificidades das ações didático-pedagógicas nos diversos contextos;</p> <p>- Compreender os processos de gestão democrática, a partir dos princípios didático-pedagógicos, de forma a materializar o conceito nos diferentes níveis, desde a gestão da sala de aula até a gestão escolar, primando pela autonomia e interrelação dos segmentos escolares e da comunidade.</p> <p>- Estudar o Projeto Político Pedagógico para desenvolver a capacidade de análise e interpretação deste enquanto documento orientador do currículo escolar.</p> <p>- Apropriar-se de conhecimentos acerca do currículo e seus desdobramentos para refletir sobre a função social da escola, com intuito de ressignificá-la enquanto grupo social no contexto em que se insere.</p>	
--	--	--	--

	<p>consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das</p>		
--	--	--	--

	<p>competências da BNCC. 2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional 3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes. 3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais. 3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral. 3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes. 3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado. 3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos</p>		
--	--	--	--

	<p>estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p>		
	<p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e</p>		

<p>Investigação Científica</p>	<p>estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p>		
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p>		
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas,</p>		

	<p>identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Atualmente, no Curso Normal em Nível Médio - Magistério vê-se a necessidade de atualização da base curricular pelas transformações que estão marcando o cenário educacional, considerando as necessidades dos estudantes, bem como, os desafios impostos para a formação docente na contemporaneidade. Especialmente, as rápidas transformações decorrentes das novas formas de viver, agir e pensar das novas gerações, dos avanços tecnológicos, novas formas de ensinar, aprender e interagir com o mundo físico e social, precisa-se reconceituar a forma pela qual ocorre a formação inicial docente, de modo que este futuro educador esteja devidamente preparado para o exercício profissional, de modo que, não seja apenas um detentor de conhecimentos ou transmissor destes, mas sim, um mediador do processo ensino aprendizagem.

[...] a OCDE se propôs a identificar os fatores que podem melhorar a formação de professores e atender às demandas dessa sociedade marcada, principalmente, pelo avanço tecnológico. Por conseguinte, elencou as características dos professores eficazes como: grande capacidade de raciocínio, comunicação e planejamento; amplo conhecimento do conteúdo e habilidades para organizar e aplicar os conhecimentos com o intuito de estimular, orientar e avaliar a aprendizagem em diversos ambientes. Requer-se, assim, a modernização da formação docente a fim de os professores terem suas experiências e habilidades substituídas ou moldadas a contento dessa sociedade dinâmica e tecnológica. (BOGATSCHOV, FERREIRA, DA SILVA MOREIRA, 2022, p. 1340).

Na construção do novo currículo do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, bem como, na execução das práticas cotidianas na formação inicial do professor, faz-se necessário repensar as práticas, buscar dinâmicas, nortear o trabalho pedagógico proporcionando momentos de reflexão-ação-reelaboração. Nesse sentido, é fundamental organizar as teorias articulando com a prática para um ensino significativo, colaborando para uma formação humana e integral deste estudante, de forma conectada com sua realidade e com o contexto em que profissionalmente irá atuar.

O trabalho pedagógico deve estar fundamentado na BNCC (2018) que orientará a prática tanto na formação inicial do docente bem como na prática cotidiana em seus locais de atuação. As discussões com equipes de profissionais de diferentes Unidades Escolares do Território Catarinense são de grande valia para a consolidação de uma formação cada vez mais atenta às novas demandas e configurações. Os professores e equipe pedagógica são desafiados a rever suas práticas pedagógicas com a intenção de transformá-las para garantir que todos os estudantes sejam realmente incluídos na cultura escolar.

Percebe-se que a formação do estudante do curso exige uma reflexão sobre o cotidiano escolar, sobre as diversidades de identidades do sujeito, as condições dos sujeitos que almejam a profissionalização e as possibilidades de transformar o estudante aprendiz com

conhecimento profundo, organizado e sistemático ao longo do percurso de formação integral e de qualidade.

O papel do professor no curso vai muito além de apresentar informações enriquecedoras aos estudantes. Deverá estimular a criatividade, o pensamento crítico dos estudantes, oferecer o auxílio necessário, por meio da mediação, para que eles alcancem seus objetivos. Oportunizar o conhecimento de métodos e recursos acadêmicos capazes de descomplicar as práticas pedagógicas, com materiais exclusivos para o aprendizado mais significativo visando promover uma educação assertiva. Nesse sentido, cabe frisar que toda prática pedagógica do professor deve levar em consideração as Competências Gerais para a Formação Inicial. Elas apontam uma visão de como deve ser o trabalho docente, com forte ênfase na atuação em sala de aula, na prática docente, fundamentadas em três competências centrais: conhecimento, prática e engajamento profissional.

O conhecimento profissional diz respeito ao domínio do conteúdo, aquilo que o professor precisa ensinar e à capacidade de ensiná-lo. A prática profissional refere-se à capacidade de planejar ações que oportunizem a aprendizagem significativa e de gerenciar os ambientes de aprendizagem. Quanto ao engajamento profissional relaciona-se ao compromisso com o próprio desenvolvimento profissional e com a aquisição de conhecimentos e saberes dos estudantes. Nesse sentido, a formação docente exige uma interlocução, interação entre as três dimensões, assim como a necessidade de se repensar os processos de formação no Curso Normal em Nível Médio - Magistério.

Nesta perspectiva, Guiomar Namó de Mello (2018), consultora do Conselho Nacional de Educação, na área de formação docente, destaca o caráter sistêmico da BNCC, assim como, a importância de formar um professor-pesquisador, que dialogue com a prática e a sala de aula. Para Mello: “a mudança de cultura é lenta e conflitiva, mas se existe um lugar que essa mudança pode acontecer é na escola”. (MELLO, 2018).

Mello (2000) ressalta a importância da excelência acadêmica na formação, o domínio da aprendizagem dos conteúdos, a constituição dos significados e a autonomia em construí-los. Ela reafirma as condições necessárias para qualificar o estudante do Curso Normal em Nível Médio - Magistério para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

É imprescindível que o professor que se prepara para lecionar na Educação Básica demonstre que desenvolveu ou tenha oportunidade de desenvolver de modo sólido e pleno, as competências previstas para os egressos da Educação Básica, tal como estabelecidos nos Artigos 22, 27, 32, 35 e 36 da LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (MELLO, 2000, p. 102).

As competências elencadas devem orientar todo trabalho pedagógico no curso, considerando que não há a garantia de que todos os estudantes irão ingressar em algum curso de nível superior. Recomenda-se que a prática pedagógica do docente incentive e proporcione aos estudantes, atividades complementares na formação inicial com iniciativas de cursos de formação continuada que garanta uma fundamentação teórica com qualidade.

AVALIAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, (1996) determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e orienta que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos, respeitando as especificidades de cada sujeito. A avaliação tem o objetivo de valorizar o estudante durante todo o seu percurso formativo e estabelece rupturas com a

sistemática de atribuir o certo ou errado nas respostas dadas pelos estudantes em situações de avaliação.

A avaliação processual, contínua e diagnóstica permite um caráter instrumental e emancipatório. Instrumentos avaliativos específicos devem ser explorados continuamente, como o monitoramento da experimentação, observação, registro, análise e sistematização dos fenômenos.

A Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral da Educação Básica, de 2014 explicita a avaliação como:

A avaliação, assim concebida, constitui-se em prática investigativa, instrumento de decisão sobre as atividades orientadoras de ensino que vêm sendo adotadas, de forma contínua, sistemática, expressa num movimento permanente de reflexão e ação. Vale destacar que, como processo diagnóstico, implica na construção de estratégias de documentação/registo das ações pedagógicas. É importante que se constitua, ainda, num processo constante de diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, a fim de que possibilite o (re) planejamento dessas ações no cotidiano escolar. (SANTA CATARINA, 2014, p. 46).

Avaliar é um processo que constitui a ação dos homens sobre o mundo, no entanto, sob a forma como vivenciamos hoje, tem suas raízes na construção e afirmação da sociedade burguesa. Assim, com certeza, as formas de avaliação vigentes na escola não são invenções individuais de cada professor; os padrões de avaliação refletem um longo percurso de construção histórica, e, portanto, coletiva.

A avaliação que buscamos é aquela que percorre todo o processo ensino-aprendizagem, agindo como um norte para todos os envolvidos, orientando-se pela intencionalidade do desenvolvimento de habilidades e competências no futuro professor. Assim, torna-se relevante entender a avaliação como elemento mediador e de buscar a construção de um processo que leve em conta a realidade em que a escola se encontra inserida, o ponto de partida e os inúmeros passos que poderão conduzir todos os envolvidos ao encontro dos objetivos e metas traçados.

Durante o processo ensino-aprendizagem, e ao longo do processo de evolução do estudante, a avaliação da aprendizagem é um instrumento fundamental, que vai além de aplicar testes, atribuir notas em momentos privilegiados, mas exige o acompanhamento contínuo, com o objetivo de diagnosticar a aprendizagem de cada aluno, num processo de mediação pedagógica.

É importante que o professor se prepare para avaliar. A avaliação é parte integrante das atividades humanas. Analisar nossas ações, emitir um juízo de valor sobre seus resultados, direcioná-las quando esses resultados não são satisfatórios, buscar novas formas de realizar as ações, a fim de atingir os objetivos estabelecidos, são ações que estão diretamente vinculadas ao ato de avaliar. (CETEB, 2010, p. 64).

Assim, avaliação e educação são elementos indissociáveis, andam juntas, entrelaçadas para a construção de conhecimento e de uma educação democrática com alunos autônomos, reflexivos, e não apenas para a hierarquização de notas e valores atribuídos ao sucesso e insucesso dos estudantes. Desenvolver um processo de avaliação é acima de tudo, desenvolver uma educação participativa e democrática, que prioriza o desenvolvimento do ser humano e, não apenas vence objetivos, etapas e metas, traçados na elaboração de planos e currículos oficiais, sem levar em conta o elemento primordial para todo o processo – o estudante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 4**, de 13 de julho de 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.

BOGATSCHOV, Darlene Novacov; FERREIRA, Gesilaine Mucio; da SILVA Moreira, Jani Alves. BNC-Formação: políticas para formação de professores no Brasil e a interlocução com as diretrizes da OCDE. **Revista e Currículum**, v. 20, n. 3, p. 1335-1359, 2022.

CETED. **Pedagogia do sucesso** – uma prática pedagógica competente. Módulo 8. Brasília: 2010.

MELLO, Guiomar Namó. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical**, São Paulo em Perspectiva, 14(1), 2000.

MELLO, Guiomar Namó. Artigo: Os desafios e as possibilidades de implantação da reforma do Ensino Médio, **Nova Escola**, São Paulo, 2018 Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12507/>. Acesso em: 16/10/2022.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral da Educação Básica**. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

LIBRAS I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Dionei de Oliveira de Souza (26ª CRE)

Jeferson Lopes (26ª CRE)

Tânia Mara Theodorovicz Trecino (27ª CRE)

Consultora

Beatrícia da Silva Rossini Pereira (23ª CRE)

Na perspectiva atual da educação brasileira, a escola deve promover acesso ao ensino e permanência nela, à população sem qualquer tipo de distinção, como também, formas de respeito à diversidade e às especificidades de seus estudantes. O acesso à educação por uma pessoa surda é um direito assegurado por lei. Em meio a essa demanda, aumenta cada vez mais a necessidade de se ter professores com conhecimento em **Língua Brasileira de Sinais**.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Capítulo 09, da Educação Especial, nos Artigos 58 a 60, normatiza os direitos educacionais do aluno Portador de Necessidades Especiais (PNEE). A Educação Especial é considerada como modalidade de educação escolar, preferencialmente na Educação Básica, desde a Educação Infantil, com serviços de apoio especializado, de acordo com a especificidade de cada atendimento na respectiva rede de ensino, com o uso de recursos e técnicas específicas e um currículo adequado.

No Brasil, a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernest Huet. Em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que, inicialmente, utilizava a língua dos sinais.

A língua de sinais praticada pelos surdos no Instituto – de forte influência francesa, em função da nacionalidade de Huet – foi espalhada por todo Brasil pelos estudantes quando regressavam aos seus Estados ao término do curso. Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia, além da instrução literária, o ensino profissionalizante. Os estudantes frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato.

Em 1911, passou a adotar o oralismo puro. Na década de 70, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil, a filosofia da Comunicação Total. Na década de 80, por meio das pesquisas da Professora Linguísta Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da Professora Eulália Fernandes, sobre a educação dos surdos, o Bilingüismo passou a ser difundido. Atualmente, estas três filosofias educacionais ainda persistem paralelamente no Brasil.

Em 1993, um projeto de Lei deu início à legalização e regulamentação culminando com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta. Este Decreto contém nove capítulos dispendo sobre os seguintes temas: a LIBRAS como disciplina curricular; o ensino da língua portuguesa oferecida aos alunos surdos como segunda língua; a formação de profissionais bilíngues; e também a regulamentação do uso e difusão dessa língua em ambientes públicos e privados.

A LIBRAS passou, por meio da Lei nº 10.436/2002, a ganhar mais visibilidade dentro do país, sendo agora reconhecida como meio de comunicação e expressão.

[...] A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

O aprendizado de LIBRAS traz benefícios para o desenvolvimento social e emocional, não somente da pessoa com deficiência auditiva, mas também de todos que convivem com ela. Sua prática possibilita aos estudantes evoluir no âmbito pessoal e profissional, além de contribuir para uma sociedade inclusiva e acessível.

Este conhecimento, na esfera pedagógica, é extremamente importante e necessário, pois as instituições educacionais têm o dever de serem locais que promovam a inclusão e que respeitem as necessidades de aprendizagem e especificidades do Surdo. É fundamental que os profissionais da área da educação saibam se comunicar em LIBRAS, para entender seus estudantes surdos e serem entendidos, para criar vínculos com o estudante e contribuir na quebra das barreiras de comunicação. Cabe aos profissionais que atuam na área da educação, desenvolver uma proposta político-pedagógica, no sentido de conscientizar a comunidade sobre os direitos dos PNEE (Portadores de Necessidades Educativas Especiais), possibilitando-os a exercerem sua cidadania, por meio da integração social, de acordo com as suas especificidades. Aos estudantes do PNEE foram disponibilizados serviços em decorrência da inclusão/integração escolar provocando o surgimento de uma nova concepção e práticas diferentes no campo educacional.

A educação inclusiva é um processo urgente e necessário, pois amplia a participação de todos os estudantes nas instituições escolares, provocando uma reestruturação de cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas comunidades educativas. Uma postura que traduz a diversidade de estudantes no campo educacional, despertando novos olhares. “É uma abordagem humanística democrática, que percebe os sujeitos e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos” (CARVALHO, 1997).

Desta forma, a inclusão deste componente na matriz do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, além do cumprimento legal, proporcionará aos estudantes/futuro professores aquisição de conhecimentos teóricos e práticos para atuar na educação de surdos, oportunizando uma proposta pedagógica que assegure a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas necessárias ao exercício da atividade docente e, sobretudo, que se tornem profissionais de qualidade, conscientes da importância de sua prática docente inclusiva.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 36: Componente Curricular de LIBRAS I.

Componente Curricular: LIBRAS I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com	(EMIFCG01) Compreender que a educação especial é uma modalidade que visa	Identidade e cultura surda.

<p style="text-align: center;">Investigação Científica</p>	<p>curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem do estudante público alvo da educação especial na educação básica.</p> <p>(EMIFCE 32) Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>(EMIFLGG08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para propor ações individuais e/ ou coletivas de mediação e intervenção sobre formas de interação e de atuação social, artístico-cultural ou ambiental, visando colaborar para o convívio democrático e republicano com a diversidade humana e para o cuidado com o meio ambiente.</p> <p>(EMIFLGG09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção sociocultural e ambiental, selecionando adequadamente elementos das diferentes linguagens.</p> <p>(EMIFCE32) Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p>	<p>Comunidade surda.</p> <p>História da Língua Brasileira de Sinais.</p> <p>Direito linguístico do surdo.</p> <p>Aspectos linguísticos morfológicos.</p> <p>Vocabulário.</p> <p>Parâmetros de LIBRAS.</p> <p>Estruturas sintáticas de LIBRAS.</p> <p>Alfabeto manual e interpretação.</p> <p>Introdução aos aspectos linguísticos de LIBRAS: fonologia, morfologia, sintaxe.</p> <p>Configuração das mãos.</p> <p>Conversação e diálogo.</p>
<p style="text-align: center;">Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG06) – Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p> <p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e</p>	<p>(EMIFCE 32) Construir um ambiente de aprendizagem</p>	

	<p>virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p>	<p>que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>(EMIF CG01) Promover momentos de diálogo para socializar práticas inclusivas, compreendendo-se como sujeito formador e transformador de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.</p>	
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG01) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores, importantes para si e para o coletivo, que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e</p>		

	<p>profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>		
	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos</p>		

<p>Docência</p>	<p>alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a</p>		
------------------------	--	--	--

	<p>heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os</p>		
--	---	--	--

	<p>potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações</p>		
--	---	--	--

	democráticas na escola.		
--	-------------------------	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 37: Componente Curricular de LIBRAS I.

Componente Curricular: LIBRAS II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante</p>	<p>(EMIFCG01) Compreender que a educação especial é uma modalidade que visa eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem do estudante público alvo da educação especial na educação básica.</p> <p>(EMIFCE 32) Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>(EMIFLGG08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para propor ações individuais e/ ou coletivas de mediação e intervenção sobre formas de interação e de atuação social, artístico-cultural ou ambiental, visando colaborar para o convívio democrático e republicano com a diversidade humana e para o cuidado com o meio ambiente.</p> <p>(EMIFCE32) Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como</p>	<p>Conversação e diálogo. Expressão corporal. Expressão facial. Sistema de transcrição para a língua de sinais. Transcrição para LIBRAS. LIBRAS em contexto. Noções básicas de escrita de sinais. Contaço de histórias. Confecção de material.</p>

	<p>argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p>	
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p> <p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p>	<p>(EMIFCE32) Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>(EMIF CG01) Promover momentos de diálogo para socializar práticas inclusivas, compreendendo-se como sujeito formador e transformador de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.</p>	
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG01) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores, importantes para si e para o coletivo, que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de</p>		

	<p>conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que</p>		

	<p>orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos</p>		

	<p>estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de</p>		
--	---	--	--

menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.

2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Engajamento Profissional

3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.

3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os

	<p>estudantes.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Reforça-se que o componente curricular de LIBRAS, na matriz do Curso Normal em Nível Médio - Magistério pretende introduzir e proporcionar um aprofundamento de estudos, visando à formação integral do estudante/futuro professor para que obtenha maiores conhecimentos e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, com qualidade, assegurando uma proposta pedagógica para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício da atividade docente de forma eficiente e efetiva. Seu foco é possibilitar o uso de competências e habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas numa articulação teórico-prático pautadas em observação, investigação, participação, iniciação profissional e intervenção no processo de aprendizagem com efetiva ação docente.

A fim de serem atingidos os objetivos elencados acima, pretende-se dispor de recursos metodológicos e estratégias, tais como: aulas expositivas; debates temáticos; dinâmicas e atividades práticas; produção de estudos de caso; trabalhos: individuais, em dupla e equipes bem como, socialização dos resultados obtidos; visitas a campo e pesquisas acerca dos temas inerentes ao componente curricular; utilização de apostilas e textos atualizados como material didático e suporte e para complementação; desenvolvimento de aulas práticas e dinâmicas; utilização de jogos com sinais; ilustração dos temas trabalhados por meio de vídeos, bem como trabalhos posteriores aos mesmos; realização de pesquisas complementares em sala de aula e extraclasse; exploração de todas as possibilidades de comunicação estimulando a prática de sinais; exposição oral dos resultados obtidos pelos estudantes de pesquisas realizadas; utilização do laboratório de informática para complementação e pesquisas; realização de trabalhos em grupos e individuais, a serem apresentados em seminários; entre outros.

As atividades pedagógicas desenvolvidas deverão estar intrinsecamente articuladas com todas as áreas do conhecimento no desenvolvimento do estudante, objetivando proporcionar uma vivência profissional em situação real de trabalho, possibilitando uma percepção efetiva sobre o campo de atuação por meio da elaboração e desenvolvimento de

projetos, a intervenção social e pedagógica, buscando soluções para os problemas e necessidades identificadas.

AValiação

As propostas curriculares atuais, bem como a legislação vigente, primam por conceder uma grande importância à avaliação, reiterando que deve ser: contínua, formativa, paralela, diagnóstica e institucional, concebendo-a como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las.

Serão utilizadas avaliações pedagógicas, didáticas, diagnósticas e formativas, de maneira que, o professor possa verificar as questões relativas ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos do componente curricular, auxiliando na identificação dos progressos e das dificuldades dos estudantes mediante sucessivos processos avaliativos, para assegurar a ampliação de conhecimentos, qualificando os resultados escolares.

Pretende-se aplicar critérios específicos que, conforme a oportunidade e necessidade dos estudantes/futuro professores: interpretações e discussões de textos; exercícios; avaliações – provas com e sem consulta, individuais, em dupla; estudos de caso com a devida socialização com a turma; estudos e apresentação de trabalhos expositivos e avaliativos; pesquisa; resenhas críticas de filmes; produção de materiais didáticos pedagógicos; atividades práticas em sala de aula; seminários; entre outros. Será avaliado, também, assiduidade, participação, comprometimento e responsabilidade na entrega de trabalhos e avaliações.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”
Paulo Freire

REFERÊNCIAS

ALBRES. Neiva de Aquino; SLYVIA. Lia Grespan Neves. **De sinal em sinal: comunicação em LIBRAS para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares.** São Paulo: Feneis, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 27/10/2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm.

BERGAMASCHI, R. I. e MARTINS, R. V. (Org.) **Discursos atuais sobre a surdez.** La Salle, 1999.

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação de surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CAPOVILLA, F. C; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua brasileira de sinais brasileira**. Volume I: Sinais de A a L. São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001a.

CAPOVILLA, F. C; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua brasileira de sinais brasileira**. Volume II: Sinais de M a Z. São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001b.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997.

LACERDA, C. B. F de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES Vol 19, nº 46. Campinas. Setembro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid+S0101-32621998000300007>.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC nº 100**, de 13 de dezembro de 2016. Estabelece normas para a educação especial no sistema estadual de educação de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC nº 183**, de 19 de novembro de 2013. Estabelece diretrizes operacionais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, integrantes do Sistema Estadual de Educação 2013.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). **Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina** [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). - São José/SC: FCEE, 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: 192 p, 2014.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Claudia Aparecida Costa Araújo (27ª CRE)

Elozia de Brito (17ª CRE)

Marcelo Socha (05ª CRE)

Marly Salvan Gabriel (21ª CRE)

Consultores

Beatriz Verges Fleck (SED)

Tânia Maurícia Willamil Silva (SED)

A formação de professores sempre foi e será um tema precioso e de grandes preocupações que norteiam debates, estudos, publicações e reformulam os pensamentos sobre Educação em nosso país e no mundo. No Brasil, as discussões iniciaram após a Independência e corresponderam às preocupações que qualificavam uma educação que atendia exclusivamente a elite da época. De lá pra cá, percebe-se que o movimento das políticas educacionais, de mudanças ou reformas curriculares foi e é um contínuo, com diferentes tempos, interesses e reflexos de concepções, contradições, aspectos históricos e políticos da educação e da sociedade brasileira.

Partindo desse pensamento, pontua-se que todas as discussões e construções curriculares perpassam disputas de poder que se dão ao longo do tempo, em diferentes lugares e com suas perspectivas históricas, em especial, porque “uma proposta curricular é um texto ou discurso político sobre o currículo porque tem intenções estabelecidas por um determinado grupo social” (SILVA, 2016, p. 13). Pautados nessa afirmação e nas mudanças curriculares do Novo Ensino Médio geradas por diferentes movimentos que ocorreram em nosso país, como a elaboração da LDB/96, dos Parâmetros Curriculares, Planos de Educação, Leis, Resoluções e Pareceres que aconteceram nos últimos anos, culminando com a Lei 13.415/2017 que nos impulsionam a elaborar este documento e nos debruçarmos nas nuances do Curso Normal em nível Médio - Magistério, no Estado de Santa Catarina.

Nesta esteira é importante lembrar que os movimentos de escuta, discussão e escrita do currículo é uma marca na Rede Estadual de Ensino em Santa Catarina, um trabalho que se dá de forma coletiva, colaborativa e democrática com profissionais que atuam em nossas escolas e/ou nas Coordenadorias Regionais de Educação/SED. Sendo assim, cabe ressaltar que a prática de construção do currículo em nosso Estado, iniciou-se no final da década de 1980 com reuniões, formações e discussões até chegar à escrita da primeira Proposta Curricular de Santa Catarina e se seguiram, sucessivamente, até as últimas atualizações.

O percurso de construção curricular para o Curso Normal em nível Médio - Magistério, pretende-se ater no campo epistemológico da Psicologia da Educação e trazer contribuições para as Trilhas de Aprofundamento da Educação Infantil, na Unidade Curricular da Formação Básica, Processos e Metodologias de Ensino, nos Componentes Curriculares **Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagem I e II**, bem como as Trilhas de Aprofundamento dos Anos Iniciais, da mesma unidade com os Componentes Curriculares **Psicologia da Educação I e II**.

Dessa forma, cabe frisar a relevância da Unidade Curricular Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil e Anos Iniciais, no processo de formação de professores e na produção do currículo, visto que, enquanto ciência é seu objeto de estudo a concepção de

homem, o que nos remete a estudar as múltiplas correntes teóricas que abordam e contribuem para o desenvolvimento e as práticas educativas na perspectiva pedagógica.

Nesse contexto, a Psicologia foi em seu processo de existência marcada por diferentes concepções de conhecimento, aprendizagem, sujeitos, fundamentando as linhas/abordagens teóricas ao longo da história até chegar à concepção sócio-histórica que pensa “um sujeito psicológico que se integra com a sociedade, resgatando as determinações sócio-históricas”. (SANTA CATARINA, 1991, p. 79). A Proposta Curricular de Santa Catarina aponta teóricos que fundamentaram a construção curricular em nossa Rede Estadual de Ensino e afirma que: “Vygotsky, Luria e Leontiev investigaram o desenvolvimento psicológico e a cultura, entendendo a natureza sócio-histórica do psiquismo humano e sua evolução a partir da apropriação da experiência histórica” (SANTA CATARINA, 1991).

Considerando as questões expressas anteriormente, destaca-se que os professores precisam ter clareza da importância do Curso Normal em Nível Médio – Magistério da formação inicial do futuro docente. Neste sentido, oportunizar aos estudantes/futuros professores conhecerem a história e a construção do conhecimento psicológico, as relações entre psicologia e educação, o desenvolvimento psicológico do sujeito, sua relação com a aprendizagem e o processo de interação social. Sendo assim, é necessário refletir sobre o processo de formação docente no Curso Normal em nível Médio - Magistério, as ingerências em sala de aula e ter claro que:

Nesta perspectiva, faz-se necessário apontar uma visão não-eclética e não neutra da ciência psicológica, onde ela possa contribuir para a emancipação do indivíduo e não para métodos e técnicas que perspectivam uma adaptação do indivíduo e relações sociais de dominação. O desenvolvimento humano e a aprendizagem nesta perspectiva, jamais poderão ser estudados à parte do meio social. (SANTA CATARINA, 1991, p. 78).

A Psicologia da Educação é um dos campos cujos estudos e práticas visam oferecer contribuições para a educação na linha da investigação de problemas educacionais, assim como, as potencialidades reais de aprendizado dos estudantes. Ao cursarem a Psicologia da Educação e se apropriarem das diferentes correntes teóricas e suas perspectivas de entendimento e concepção de homem, o futuro professor terá uma compreensão de como ocorrem o processo de desenvolvimento humano, possibilitando planejamentos e intervenções que o potencialize e que, respeitem a pluralidade no contexto educativo e a buscar solução para situações específicas e, assim além de subsidiar sua prática pedagógica, também refletir sobre o entendimento de mundo para uma educação cidadã em garantia ao direito de aprendizagem por todos.

Deste modo, o curso a ser oferecido nas Unidades Escolares não pode esquecer-se dos fundamentos teóricos existentes nas propostas curriculares publicadas na Rede de Ensino nos anos de 1991, 1998, 2005 e 2014, bem como, a atual produção do Currículo Base do Território Catarinense lembrando sempre que,

[...] no que se refere à formação de professor propriamente dita (Curso do Magistério) o ensino de Psicologia deve possibilitar um conhecimento científico sobre o sujeito da aprendizagem (o aluno), sem o qual fica faltando uma referência sólida, tanto à nível de planejamento como de execução da atividade pedagógica. (SANTA CATARINA, 1991, p. 78).

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

No processo de formação docente, é fundamental compreendermos o papel do professor, do estudante e das interações entre a escola e a sociedade. Nesse percurso sugere-se o domínio dos fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia da Infância de Wallon e da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. A psicologia histórico-cultural é uma ciência que se desenvolve em estreita ligação com outras ciências e que tem como objeto de estudo a

[...] atividade do homem no plano psicológico e se propõe à tarefa de estabelecer as leis básicas da atividade psicológica, estudar as vias de sua evolução, descobrir os mecanismos que lhe servem de base e descrever as mudanças que ocorrem nessa atividade nos estados patológicos”. (LURIA, 1991, p. 1).

A prática pedagógica nas instituições públicas de Santa Catarina, desde 1998, é fundamentada no materialismo histórico e dialético, tendo como referência Vygotsky e Wallon. **Materialismo**, porque somos o que as condições materiais [...] nos determinam a ser e a pensar. **Histórico** porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. (CHAUÍ, 1995). O **materialismo dialético** se refere à realidade, sendo uma disciplina da razão, habilitando à leitura dos conflitos e contradições da sociedade. O ser humano é compreendido na sua unidade e na sua totalidade, considerado como um ser multideterminado, ou seja, integra, numa mesma perspectiva, o homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e ser social, enquanto membro da espécie humana e participante de um processo histórico. (SANTA CATARINA, 1998).

Nesse contexto, o componente curricular Educação Infância e as Teorias de Aprendizagem I e II e Psicologia I e II amplia o entendimento da matriz epistemológica adotada pela Secretaria Estadual da Educação, ao selecionar e explicitar conteúdos, tendo em vista o aprofundamento dos estudos referentes ao desenvolvimento e à aprendizagem do ser humano, fornecendo suporte teórico-metodológico à prática pedagógica. São conceitos fundamentais:

- **Conhecimento:** compreender e utilizar os conhecimentos da Psicologia da Educação historicamente construídos na prática docente;
- **Desenvolvimento e comportamento:** entender a complexidade do desenvolvimento humano no seu fazer pedagógico enquanto homem social e ativo;
- **Heterogeneidade de aprendizagem:** respeitar a diversidade nos processos de aprendizagem;
- **Neurociências:** linguagem, pensamento, afeto e aprendizagem no estudo do processo de aprender; dos distúrbios de aprendizagem e transtornos globais;
- **Multiletramento:** utilizar diferentes linguagens embasadas nas concepções teóricas, nas estratégias metodológicas;
- **Investigação Científica:** buscar por meio de todos os instrumentos de pesquisa, análise e reflexão embasados nos conceitos da Psicologia e a Aprendizagem como resolução aos problemas no processo ensino/aprendizagem;
- **Cultura digital:** compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica significativa, reflexiva e ética no estudo e fazer pedagógico.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 38: Psicologia da Educação I.

Componente Curricular: Psicologia da Educação I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	Compreender como se processa o aprendizado e o desenvolvimento integral da criança, articuladas ao que os alunos devem saber e compreender, e do que sejam capazes de fazer numa fase específica de sua escolaridade.	História da Psicologia como ciência e as raízes filosóficas.
	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.	Reconhecer a dinâmica envolvida nos atos de ensinar e aprender, por meio das diferentes teorias, partindo do reconhecimento da evolução cognitiva do homem, buscando assim, tentar estabelecer a relação entre o conhecimento pré-existente e o novo conhecimento.	A construção do conhecimento psicológico, a análise de seus objetos e métodos de estudo na perspectiva do materialismo histórico e dialético.
	(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.	Saber associar a aquisição de conceitos científicos ao desenvolvimento dos processos de pensamento;	Psicanálise.
	(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e		Relações entre Psicologia e Educação. Desenvolvimento e aprendizagem infantil. Teorias de aprendizagem. Aprendizagem e Neurociência. Aprendizagem segundo a abordagem construtivista – Jean Piaget. Desenvolvimento infantil na abordagem histórico-cultural: processos psicológicos elementares.

	<p>posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar (conclusões com o uso de diferentes mídias).</p>		<p>Processos psicológicos superiores.</p> <p>As esferas da personalidade; esfera cognitiva (esfera afetiva; esfera conativa).</p> <p>A linguagem e o desenvolvimento da criança (a aprendizagem e a zona de desenvolvimento proximal- relação pensamento e linguagem).</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p> <p>(EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.</p>		
<p>Mediação e Investigação Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia,</p>		

	<p>flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p>		
	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e</p>		

Docência

compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.

1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.

1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.

1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.

1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.

1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas

que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendente; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.

1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.

Prática Profissional

2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.

2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.

2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.

2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Engajamento Profissional

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

	<p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de</p>		
--	--	--	--

	<p>violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 39: Psicologia da Educação II.

Componente Curricular: Psicologia da Educação II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componentes Curriculares	Objetos de Conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	Compreender a construção do conhecimento, por meio da Epistemologia genética, cujo foco principal é o sujeito epistemológico, método clínico desenvolvido pelo próprio Piaget .	O papel do professor no planejamento e na mediação pedagógica. A aula como espaço de elaboração conceitual.
	(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.	Compreender como se dá o desenvolvimento cognitivo do estudante por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio.	Fracasso escolar. O papel do erro na apropriação dos conceitos.
	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.	Apropria-se dos conceitos das fases de desenvolvimento por meio de experiências que são adquiridas durante a vida do sujeito, considerando estar relacionada com o mundo, sua cultura, por meio de instrumentos físicos e simbólicos.	A interação em sala de aula. Relação professor e estudante. Família, escola e comunidade.
	(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar (conclusões com o uso de diferentes mídias).	Compreender a mediação como meio de estabelecer a interação e inter-relação com o estudante valorizando o estudante, a cultura e sociedade que ele vive e os seus saberes, promovendo estímulos	A integração das pessoas com necessidades especiais. A sexualidade humana.

<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p> <p>(EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.</p>	<p>para ficar bem claro onde serão capazes de chegar com a aprendizagem que irão adquirir.</p> <p>Desenvolver o conhecimento para elaboração dos planos de aula na compreensão, entendida em termos das relações entre os significados (das palavras, dos gestos, da interação), que a criança consegue produzir e que resultam numa construção consciente e coerente.</p>	
<p>Mediação e Intervenção Cultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as</p>		

Docência

estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.

1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.

1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.

1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.

1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.

1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.

Prática Profissional

2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.

2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.

2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.

2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento

integral dos estudantes.

Engajamento Profissional

3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se desenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.

3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.

3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.

3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.

3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.

3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.

3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir

	<p>uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia para os componentes curriculares deve fundamentar-se no desenvolvimento dos estudantes para exercício da docência. Nesse sentido é fundamental ousar e desafiar na construção de um trabalho coletivo e colaborativo, ancorado na construção do conhecimento teórico e prático.

O desenvolvimento das aulas deve estar fundamentado na construção de sujeitos ativos, desta forma, sugere-se que as aulas expositivas e dialogadas devam se estruturar, buscando contemplar a Aprendizagem Colaborativa, garantindo assim, a promoção de movimentos entre os estudantes nas situações de aprendizagem.

As metodologias utilizadas para o componente devem ser ferramentas para promover a gestão da aula e, assim, mobilizar os estudantes para busca do conhecimento em que poderão ser ofertados diferentes recursos e metodologias ativas, pois as mesmas possibilitam engajar os estudantes a se tornarem protagonistas no processo de construção do próprio conhecimento preparando-os para a vida acadêmica, profissional e social, oferecendo todas as ferramentas para lidar com situações complexas.

AValiação

A avaliação da aprendizagem constitui-se uma prática investigativa, sendo um processo de avaliação cotidiana, processual e formativa, configurando-se num ato diagnóstico, em que os processos de ensino aprendizagem são permanentemente revistos, analisados e melhorados. Assim, cabe ao professor reunir informações relevantes acerca de aspectos do percurso formativo do estudante durante o processo do ensino e da aprendizagem, as quais subsidiam tomadas de decisão, delineamento de atividades e/ou ajustes, visando à promoção,

cada vez mais qualificada, da aprendizagem. A Resolução CEE/SC N° 011, de 10 de maio de 2022 reforça:

A avaliação do nível de aprendizagem do estudante será contínua e cumulativa, mediante verificação de apropriação dos conhecimentos e do desenvolvimento de competências e habilidades em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação de estudos quando houver necessidade. (SANTA CATARINA, 2022).

Nesse sentido, cabe ao professor realizar a avaliação buscando o diagnóstico das dificuldades dos estudantes realizando ações e processos que ressignificam a aprendizagem que desencadeiam num movimento que considera os objetivos propostos e alcançados numa constante (re)elaboração de finalidades, metas e estratégias, com vistas a novas oportunidades de aprendizagem e novos modos de ensinar e aprender.

Os instrumentos avaliativos poderão ser utilizados de forma variada sendo que, os mesmos contemplem os objetivos de aprendizagem, assim, é necessário ampliar o leque de instrumentos. Assim, poderão ser utilizados: provas, testes, produção de textos, seminários, debates entre outros.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen da Silveira; HORN, Maria da Graça. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de outubro de 2020**.

BRUNER, Jerome. **Atos de significado**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BOCK, Ana M. B. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DEHAENE, Stanislas. **Neurociência**. Como o cérebro da criança aprende a ler na alfabetização? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmRDFaBYIWs>.

LURIA, A. R. O cérebro humano e a atividade consciente. In: L. S. VIGOTSKI; A. R. LURIA; A. N. LEONTIEV. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ed. Ícone.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoleti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MOYLES, Janet R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MOREIRA, Antônio Marcos. **Ensino-aprendizagem**: enfoques teóricos. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC Nº 011, de 10 de maio de 2022**.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

TAILLES, Yves de La, Oliveira, Marta Kohl de; Dantas, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus Editorial, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A psicologia e o professor**. In: Vygotsky, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

**UNIDADE CURRICULAR:
CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS**

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Adriana Leal Brum Silva (SED)
Casiara da Silva Rech (11ª CRE)
Dalvana Medeiro Leite (11ª CRE)
Manuela Pereira de Souza (19ª CRE)
Patricia Carla Bittencourt (SED)
Tatiana Freitas Réus (22ª CRE)

Consultora

Fabíola Cardoso Cecchetti (SED)

A docência, tanto na Educação Infantil, quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental se configura como um lugar de estudo, de pesquisa, de reflexão e de troca. Acreditamos que as práticas pedagógicas nos revelam que o protagonismo infantil e protagonismo docente caminham juntos. Nesse percurso, espera-se que os educadores instiguem novos olhares para as infâncias e novas formas de planejar, de observar, de registrar e de documentar o cotidiano pedagógico.

Ao iniciar a orientação curricular é fundamental compreender que os estudos e as práticas pedagógicas na Rede Estadual de Ensino, em especial, no Curso Normal em Nível Médio - Magistério, ao longo dos anos, desenvolveu por meio de inúmeras pesquisas, leituras, discussões e construções coletivas. No campo da Alfabetização e do Letramento, especificamente, no documento Proposta Curricular de Santa Catarina - Estudos Temáticos (2005) foram propostos elementos fundantes da concepção contemporânea de escola que entende que as:

[...] crianças vivem em contato com várias outras manifestações de escrita: logotipos, placas de trânsito, rótulos, cartazes, jornais, receitas, revistas, televisão, computador, e ainda assim esse conhecimento também é ignorado. Para ler e escrever é necessário construir significados e produzir sentidos. Uma das possibilidades mais ricas para o processo da leitura e da escrita, portanto, é o apoio na experiência cultural do educando, entendendo-se cultura, no sentido mais profundo, o conjunto das várias práticas que constituem o dia-a-dia do ser humano, o lazer, o trabalho, os rituais, os gestos, as formas de expressão de emoções e de comunicação entre as pessoas. (SANTA CATARINA, 2005, p. 20).

Percebe-se que a linguagem é compreendida como uma atividade eminentemente humana, a qual se desenvolve num processo de interação e que se materializa em práticas sociais, carregadas de objetivos e intenções que permeiam as histórias de diferentes sujeitos. A partir desta perspectiva enunciativa, propomos pensar num processo de ensino e aprendizagem que seja um espaço em que todos aprendam a partir da interação e da elaboração subjetiva ou coletiva, para tal, é importante entender que o conhecimento se dá nas pessoas e ninguém pode aprender pelo outro. Entretanto, é possível criar condições de interação e comunicação que favoreçam a construção do conhecimento: “[...] assim, quanto maior a interação do aluno com a diversidade cultural, maiores serão suas possibilidades de conhecimento para a leitura do mundo”. (SANTA CATARINA, 2005, p. 29).

Entender esses pressupostos iniciais é de suma importância para todos os envolvidos no processo educacional, sejam estes os professores que atuam no Curso Normal em Nível Médio - Magistério e/ou os estudantes que estão em processo de formação e pretendem atuar

na Educação Infantil ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em especial, no que se refere à Alfabetização e Letramento.

A organização que propomos aponta para que os componentes curriculares **Alfabetização e Letramento I e II** abordem os aspectos históricos, pressupostos teórico-metodológicos, bem como conceitos essenciais e científicos que embasam as relações indissociáveis entre Alfabetização e Letramento. Além disso, é enfatizada a importância de um ambiente alfabetizador no processo de ensino-aprendizagem e a promoção de práticas sociais de letramento para o desenvolvimento das práticas de linguagem, considerando diferentes metodologias e estratégias de ensino na alfabetização, bem como a valorização ao papel e perfil do professor alfabetizador.

Vale ressaltar, a importância da alfabetização “como o fazer pedagógico que possibilita às crianças o dizer e o escrever sobre o que pensam, o que desejam, o que sonham, o que falam e como falam” (SANTA CATARINA, 2005, p. 23).

Assim, este componente curricular possui a responsabilidade de apresentar e orientar como se dá o processo de alfabetização e letramento e suas implicações sociais. O professor do curso do Magistério que vai lecionar este componente curricular precisa considerar todo o arcabouço teórico já existente sobre a alfabetização, evidenciando a importância do conhecimento das concepções de aprendizagem e dos diversos métodos de alfabetização. Além disso, é necessário considerar a organização dos tempos e espaços, quando se fala em um ambiente alfabetizador, ou seja, refletir sobre os diferentes espaços e materiais pedagógicos que contribuirão para o desenvolvimento do processo de alfabetização, bem como o acesso das crianças para explorar cada material com vistas a facilitar a aprendizagem.

Sabemos o quão importante e significativo é o processo de alfabetização de um sujeito. É a aquisição da leitura e da escrita que amplia e aprimora o acesso do mesmo ao mundo social. Desta forma, este componente curricular possui a responsabilidade de apresentar e orientar como se dá o processo de alfabetização e letramento e suas implicações sociais.

Outro ponto importante a ser destacado, neste componente curricular é a orientação no como ensinar na Alfabetização, que vai desde a estética e organização da escrita do professor no quadro, o vocabulário utilizado pelo professor, o registro no caderno, a leitura deleite a rotina, enfim, aspectos que são essenciais nas turmas de alfabetização. Por fim, salientamos que o egresso do curso do Magistério deverá se sentir seguro e capaz de contribuir para a formação integral das crianças em fase de alfabetização.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Os conhecimentos são produtos da história da humanidade e, portanto, não são ensinados e aprendidos de modo linear. É necessário que sejam devidamente abordados levando em consideração, principalmente, o que já é de domínio do estudante. Desta forma, o componente curricular **Alfabetização e Letramento I** irão trabalhar com o desenvolvimento de conceitos científicos específicos da alfabetização, a saber: leitura, escrita, oralidade e análise linguística, visando desenvolver o Sistema de Escrita Alfabético (SEA), afinal, “a alfabetização é vista como um processo que se dá na busca constante por trabalhar com o SEA no bojo da língua em uso, em textos que têm existência na sociedade e não apenas na escola”. (PEDRALLI et. al, 2016, p. 135).

Reforça-se que o conhecimento não acontece de forma linear, assim, como o processo de alfabetização e letramento precedem a chegada da criança à escola e de sua inserção nos Anos Iniciais, sendo a vivência da Educação Infantil uma grande aliada na construção do processo da leitura e escrita. Para entendermos esta dimensão é importante lembrar que nas

últimas décadas, uma nova concepção de Educação Infantil foi gerada e a ideia de educar e cuidar das crianças (de zero a cinco anos e onze meses) ampliou-se em nossas instituições escolares. O cuidado é visto como algo indissociável do processo educativo, sendo necessário para tal “acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade [...]”. (BRASIL, 2017, p. 36).

Neste percurso é fundamental que estas concepções estejam articuladas às propostas e intencionalidades pedagógicas. Também é importante saber como entendemos estes sujeitos que estão na Educação Infantil e que logo chegarão a nossas escolas de Ensino Fundamental. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil Artigo 4º, definem a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009).

Diante destas reflexões acerca da Educação Infantil, temos que pensar que estas particularidades expressas, neste documento, devem estar alinhadas ao Ensino Fundamental, especificamente nos Anos Iniciais, visto que:

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo **integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças**, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BNCC, 2017).

Dessa forma, é importante levar em consideração nos Anos Iniciais à perspectiva enunciativo-discursivas de linguagem existentes em documentos anteriores e que é explicitada na BNCC (2017), bem como, apresentar aos estudantes do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, os eixos estruturantes na Língua Portuguesa. (eixo da produção de textos, da leitura, da oralidade e a análise linguística/semiótica) e os campos de atuação (campo da vida cotidiana, artístico-literário, das práticas de estudo e pesquisa e campo da vida pública), já que estas proposições, também, nortearão o trabalho dos futuros trabalhadores da educação.

Pensar sobre as questões que até o momento discutimos, reforça que a alfabetização por si só, não basta para que o sujeito consiga responder com êxito às demandas da vida cotidiana, então inferimos que é papel da escola desenvolver práticas de letramento, valorizando o contexto sociocultural e a diversidade de saberes. Isto se dá pelo fato de que antes mesmo de chegar à escola a criança está imersa em um mundo letrado, tem contato com textos, letras, símbolos, mas é na escola, no processo de alfabetização, que se apropria do conhecimento sobre o sistema de escrita alfabética. A alfabetização deve estar pautada na perspectiva do letramento, fazendo uso das habilidades de leitura e escrita em diferentes contextos de interação social, afinal:

[...] o letramento refere-se ao processo de inclusão e participação na cultura escrita, envolvendo o uso da língua em situações reais. Ou seja, constitui conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades indispensáveis para o uso da língua em práticas sociais que requerem habilidades mais complexas. (SANTA CATARINA, 2005, p. 24).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) orienta o que os estudantes devem “saber” e o que devem “saber fazer” em que os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores são mobilizados para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Aliado a esse documento, o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019) apresenta no quadro organizador curricular (práticas de linguagem, objetos de conhecimento, habilidades e conteúdos) para serem trabalhados visando o desenvolvimento das habilidades, assumindo a concepção da “alfabetização com e para o letramento”.

Desta forma, na alfabetização é preciso considerar quatro eixos norteadores: oralidade, leitura, escrita e análise linguística/semiótica, segundo a BNCC:

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no **eixo Oralidade**, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no **eixo Análise Linguística/Semiótica**, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no **eixo Leitura/Escuta**, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no **eixo Produção de Textos**, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais. (BRASIL, 2017, p. 89).

Deste modo, o trabalho pedagógico no ciclo de alfabetização deve assegurar a aquisição do SEA aos estudantes. Nesse sentido, a utilização dos eixos norteadores da linguagem e dos gêneros textuais descritos na BNCC e no CBTC confere ao processo de ensino aprendizagem práticas reais de letramento. Cabe ao professor compreender a importância e função dos eixos como elementos norteadores da prática pedagógica.

Oralidade

Desde que nascemos, seja na família, na escola ou na sociedade, nossas interações inicialmente se dão por meio da fala, sendo assim, a oralidade é a base do desenvolvimento do ser humano, e na escola não deve ser diferente. Percebe-se que a oralidade não teve sua importância reconhecida nos processos de ensino aprendizagem por um longo tempo. Mas, mesmo considerando que o meio em que vivemos é repleto de práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, a oralidade surge muito antes desses processos e precisa ser digna de intencionalidade pedagógica. Vale ressaltar que:

[...] a fala da criança é tão importante quanto às ações dela decorrentes para o alcance dos objetivos educacionais. Na perspectiva histórico-cultural, à fala atribui-se importância tão vital que, se não for permitido seu uso, muitos indivíduos não conseguirão resolver seus intentos (SANTA CATARINA, 2005, p. 21).

E, além disso, é “pela fala as crianças constituem-se sujeitos capacitados para a aprendizagem, bem como para a apropriação de conhecimentos novos ancorados nas suas experiências prévias”. (SANTA CATARINA, 2005, p. 21).

Os fundamentos teórico-metodológicos sustentados pelo CBTC abordam a Oralidade (compreensão, produção, efeitos de sentido, recursos linguísticos e multisemióticos, relação entre língua falada e escrita) visando aprofundar “o conhecimento e o uso da língua oral, bem como as suas características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais” (SANTA CATARINA, 2019, p. 212). Além disso, apresenta o trabalho

pedagógico a partir do “texto”, considerando diferentes gêneros discursivos orais, como também a situação comunicativa, o tema/assunto/a finalidade do texto e o suporte.

Leitura

No início do processo de alfabetização cabe ao professor ler e mediar a interpretação do que foi lido, despertando o interesse e curiosidade pelo mundo da leitura, ampliando seu vocabulário e imaginação. Devem-se colocar à disposição do estudante diferentes modalidades de leitura em função do texto e dos propósitos da leitura: ler para buscar uma informação para se entreter e para compreender.

[...] a leitura não se reduz a ler palavras; se essa redução é conveniente durante o processo de apropriação do sistema alfabético, a partir do momento em que, nesse processo, a criança se torna silábico-alfabética ou alfabética, é preciso desenvolver habilidades de ler conjuntos de palavras que formam frases, conjunto de frases que formam textos. (SOARES, 2020, p. 197).

Nesse sentido, os pressupostos alicerçados pelo CBTC afirmam que “a leitura de textos integrada às atividades de análise, questionamento e síntese tem o propósito de produzir sentidos” (SANTA CATARINA, 2019, p. 213). É imprescindível o acesso e incentivo à leitura, principalmente nas turmas de alfabetização. A leitura deleite pode ser uma boa estratégia para inserir esta ação na rotina escolar. Além disso, outras estratégias e projetos podem ser desenvolvidos no sentido de fomentar a leitura por fruição. Por isso, a importância de promover um ambiente alfabetizador que contribua, também, para o desenvolvimento de uma leitura prazerosa, como por exemplo, os cantinhos da leitura.

Escrita e Análise Linguística

No processo de alfabetização, as crianças elaboram e reelaboram hipóteses de escritas muito antes de lhe serem apresentados os símbolos gráficos. As variedades de informações que recebem em diferentes contextos sociais, que aparentemente parecem desordenadas, são aprendizados que influenciam na compreensão do sistema gráfico. Faz-se necessário oportunizar situações em que a criança escreva de forma espontânea ou que o professor seja o escriba, para se familiarizar com o sistema de escrita e despertar o desejo de escrever. Copiar não é sinônimo de aprender a escrever, é uma das habilidades a ser desenvolvida no processo de alfabetização, mas a criança precisa ter a oportunidade de escrever do seu jeito, para refletir sobre o sistema de escrita alfabética, compreendendo que a escrita representa os sons da nossa fala, relacionando fonemas e grafemas. É preciso uma orientação sistemática do processo de escrita no período da alfabetização, desde a organização espacial das letras nas linhas, no caderno, enfim, são detalhes importantes que precisam ser devidamente refletidos e investigados pelo professor das turmas de alfabetização nos anos iniciais.

O processo de análise linguística nos Anos Iniciais, por sua vez, precisa estar voltado para as reflexões acerca da língua e de seu funcionamento e é necessário que seja desenvolvido concomitantemente com a apropriação dos usos e funções sociais dos gêneros textuais, da leitura, da produção de textos e da linguagem oral (BRASIL, 2012).

Desse modo, reiteramos a importância do estudante do Curso de Magistério, no componente curricular Alfabetização e Letramento I, alicerçar os conceitos e princípios que permeiam a alfabetização e o letramento no contexto educacional atual.

Já no componente curricular **Alfabetização e Letramento II**, inferimos que o estudante do Magistério já tenha se apropriado dos conceitos essenciais que citamos

anteriormente. Desta forma, esta segunda etapa terá como foco o processo a prática pedagógica que envolve a Alfabetização e o Letramento, ou seja, os processos de planejamento pedagógico e avaliação.

O planejamento pedagógico do professor estará pautado em fundamentos teórico-metodológicos para nortear o processo de ensino-aprendizagem. Desse modo é imprescindível planejar diferentes recursos didáticos, bem como estratégias para desenvolver as habilidades de cada componente curricular. Um dos aspectos a considerar é o ambiente alfabetizador, onde a sala de aula configura-se como um dos espaços educativos. Vale salientar que a Proposta Curricular de Santa Catarina compreende “por sala de aula todo e qualquer espaço físico onde há interação entre professores e alunos (uma sala convencional, a quadra de esportes, a biblioteca e outros.)” (SANTA CATARINA, 2005, p. 33).

Nesse sentido, retomando a concepção histórico-cultural em que o estudante é concebido como um “ser ativo de interações” (SANTA CATARINA, 2005, p. 34), os materiais didáticos planejados com intencionalidade podem ser meios para motivar e/ou consolidar a aprendizagem. Sendo assim, os instrumentos mediadores devem dialogar com as diferentes concepções de ensino e aprendizagem e dos métodos de alfabetização, tendo como foco as práticas sociais de letramento relacionando-os às situações de uso real das práticas discursivas em diferentes suportes de gêneros.

Diante disso, coloca-se ao professor desafios de diferentes ordens, em que se espera que seja capaz de planejar, executar e avaliar atividades adequadas aos diferentes níveis de aprendizagem e desenvolvimento do estudante no processo de alfabetização, realizando a autoavaliação; demonstrando postura ética e assumindo outras atribuições relacionadas à docência.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 40: Componente Curricular Alfabetização e Letramento I.

Componente Curricular: Alfabetização e Letramento I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades do Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigação científica para criar ou propor soluções para problemas diversos.	Ampliar a noção de letramento para o campo da imagem, da música e das outras semioses.	Letramentos Multissemióticos. A Escrita na História e sua função social
Processos Criativos	(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, a sensibilidade, a criticidade e a criatividade.	Conhecer e contextualizar a alfabetização no Brasil e as influências políticas e socioculturais em cada período histórico. Identificar, diferenciar	A visão histórica das diferentes concepções da função social da alfabetização. As relações entre alfabetização e letramento.

<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p>	<p>e comparar as intencionalidades pedagógicas presentes em cada concepção de alfabetização.</p> <p>Compreender a função social da alfabetização como meio para melhoria da qualidade de vida em diferentes contextos sociais.</p>	<p>O letramento e as práticas discursivas.</p> <p>Os métodos da alfabetização: analítico, sintético e fônico.</p> <p>As concepções de ensino aprendizagem: inatismo, ambientalismo, construtivismo, sociointeracionismo.</p>
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p>	<p>Relacionar os conceitos de alfabetização e letramento como processos distintos e ao mesmo tempo indissociáveis.</p> <p>Identificar e conhecer os conceitos de alfabetização e letramento presentes nas diferentes concepções de alfabetização.</p>	<p>Concepção de ensino aprendizagem e alfabetização na PCSC.</p> <p>Competências e habilidades da BNCC e do CBTC.</p> <p>Competências docentes para alfabetizar letrando.</p>
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento profissional Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p> <p>Prática Profissional Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>Engajamento Profissional Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>	<p>Conhecer a abordagem teórica metodológica defendida pela PCSC.</p> <p>Relacionar os métodos de alfabetização e seus processos avaliativos.</p> <p>Conhecer e diferenciar os principais métodos de alfabetização: analítico, sintético e fônico.</p> <p>Identificar a abordagem teórico-metodológica de cada método de alfabetização.</p> <p>Conhecer as competências e habilidades da BNCC e o CBTC relacionadas à alfabetização e letramento.</p> <p>Conhecer e desenvolver as competências docentes para</p>	<p>Apropriação do alfabeto no processo evolutivo (pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética).</p> <p>Planejamento de ensino, estratégias metodológicas e recursos.</p> <p>Intencionalidade pedagógica na alfabetização.</p> <p>Docência na alfabetização e suas particularidades.</p> <p>O lúdico na alfabetização: o uso da contação de histórias, de jogos e brincadeiras no processo de construção da leitura e escrita.</p>

	Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.	alfabetizar letrando. Compreender que todo o planejamento de ensino tem como ponto de partida as habilidades previstas na BNCC e CBTC. Compreender a docência na alfabetização como propulsora de aprendizagem significativa pautada em conhecimentos científicos e metodológicos e relacionada ao contexto social. Compreender e praticar a ética como fundamento essencial na docência, considerando as diversidades presentes na escola. Planejar e aplicar, de forma empática, estratégias pedagógicas que possibilitem a aprendizagem de todos.	
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 41: Componente Curricular Alfabetização e Letramento II.

Componente Curricular: Alfabetização e Letramento II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades do Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigação científica para criar ou propor soluções para problemas diversos.	Compreender a importância de um ambiente alfabetizador no processo de ensino aprendizagem. Promover práticas sociais de letramento relacionando-as às situações de uso real das práticas discursivas em diferentes suportes de gêneros.	Ambiente Alfabetizador. Sala de aula como contexto de interações, criações e inovações.
Processos Criativos	(EMIFCG04) Reconhecer e analisar		Letramento e gêneros textuais.

	diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, a sensibilidade, a criticidade e a criatividade.	Produzir materiais didáticos com foco na expressão criativa e na construção de soluções inovadoras para problemas percebidos no processo de ensino aprendizagem da alfabetização.	Metodologias e estratégias de ensino na alfabetização.
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.	Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, utilizando as diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; línguas; linguagens corporais e do movimento, entre outras), em um ou mais campos de atuação social, combatendo a estereotipia, o lugar comum e o clichê. Dominar métodos e procedimentos/estratégias de ensino, com destaque a procedimentos de pesquisa e a exercícios do pensar entrados em problemas. Planejar, executar e avaliar atividades adequadas aos diferentes níveis de aprendizagem e desenvolvimento do estudante no processo de alfabetização.	Conceito de alfabetização como processo de apropriação de diferentes linguagens. Escrita e não escrita: desenho, gestos, história e função social da alfabetização. Práticas de Representação nas sociedades letradas e não-letradas Pressupostos Metodológicos: significado e materialidade do código. Sistematização e registro da prática cotidiana; concretização e materialidade da alfabetização.
Empreendedorismo	(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.	Identificar as dificuldades de aprendizagem relacionadas à alfabetização e planejar estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola contribuindo na definição de estratégias para a alfabetização de todos os alunos. Demonstrar postura ética e contribuir para um clima respeitoso no ambiente escolar. Contribuir com o desenvolvimento de práticas democráticas e dialógicas na instituição escolar. Utilizar instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, considerando a heterogeneidade dos estudantes.	A importância do processo de ensino-aprendizagem. Ética na docência. Papel do(a) professor(a) alfabetizador(a). Perfil do(a) professor(a) alfabetizador(a). Autoavaliação docente. Projeto Político Pedagógico.
Docência	Conhecimento profissional Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa. Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada. Adotar um repertório		

	<p>adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>	<p>Monitorar a aprendizagem dos estudantes por meio de registros escritos e/ou recursos tecnológicos disponíveis, promovendo estratégias para alfabetização e letramento dos estudantes de forma qualitativa.</p>	<p>Autoavaliação dos estudantes.</p> <p>A escrita e reescrita do texto, como um processo de formação para o professor e a criança.</p> <p>Avaliação Descritiva das crianças: um desafio para a escrita e a atuação pedagógica do professor</p>
--	--	---	--

	<p>Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Considerando que o componente curricular de **Alfabetização e Letramento I** pretende abordar os aspectos históricos da alfabetização, bem como os pressupostos teórico-metodológicos e seus conceitos científicos essenciais, salientamos a importância da compreensão do processo inicial da aprendizagem de leitura e escrita, levando em consideração o percurso formativo dos estudantes a partir do diagnóstico da aprendizagem e a Educação Integral.

Neste sentido, ancorados no documento do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019) e da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), a Rede Estadual assume que:

A formação integral do ser humano implica compreender a Educação Básica em um movimento contínuo de aprendizagens, um percurso formativo no qual a elaboração de conhecimentos vai se tornando complexa de maneira orgânica e progressiva, independentemente das etapas de organização das instituições escolares (SANTA CATARINA, 2019, p. 19).

Esse compromisso reitera a importância do *continuum* curricular com vistas a considerar tanto a vida escolar e a vida do estudante, como também “a singularidade dos tempos e dos modos de aprender dos diferentes sujeitos” (SANTA CATARINA, 2014, p. 31).

Salientamos que os encaminhamentos teórico-metodológicos do estudo da Alfabetização e Letramento I devem se articular com os conceitos essenciais que envolvem a linguagem oral e escrita nas suas diferentes manifestações. (SANTA CATARINA, 2021).

Desse modo, as práticas pedagógicas voltadas à alfabetização devem minimizar as lacunas de aprendizagem, bem como potencializar o conhecimento por meio de vivências e

experiências tendo o estudante como parte ativa do processo de aprendizagem. Assim, o docente tem oportunidade de reavaliar o processo de construção do conhecimento, adequando o seu planejamento com as necessidades e especificidades da realidade escolar. Por fim, é preciso aprofundar as teorias e métodos de alfabetização para que o estudante/futuro professor possa se apropriar e se sentir seguro no exercício da docência.

O componente curricular de **Alfabetização e Letramento II** abordará a importância de um ambiente alfabetizador no processo de ensino-aprendizagem e a promoção de práticas sociais de letramento para o desenvolvimento das práticas de linguagem, levando em consideração diferentes metodologias e estratégias de ensino na alfabetização, bem como a valorização ao papel do professor alfabetizador.

Diante disso, a prática docente deve acompanhar as mudanças e as exigências da educação atual, em que são inúmeros os desafios do professor frente ao processo de ensino-aprendizagem. A Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) ressalta a responsabilidade e o papel do professor na alfabetização:

[...] a escuta atenta aos diferentes modos de aprender, aos diferentes saberes dos alunos permite à professora criar intervenções pedagógicas que garantam avanços qualitativos na apropriação de diversos conhecimentos, estabelecendo diálogo entre as produções históricas da humanidade e a cultura do aluno (SANTA CATARINA, 1998, p. 37).

AVALIAÇÃO

A avaliação relaciona-se ao processo de acompanhamento da aprendizagem, ou seja, tanto na perspectiva da Proposta Curricular de Santa Catarina quanto na do Currículo Base do Território de Santa Catarina, este processo desenvolve-se de forma cumulativa, processual e contínua. Desta forma, a avaliação precisa ser diagnóstica, no sentido de levantar as aprendizagens consolidadas e prever quais são as habilidades que necessitam ser desenvolvidas para garantir o *continuum* do percurso formativo. Este movimento contribui para a tomada de decisão do professor em relação às habilidades a serem retomadas, desenvolvidas e/ou avançar o processo de construção do conhecimento.

Vale ressaltar que a elaboração de critérios de avaliação deve levar em conta as habilidades desenvolvidas em determinado período, ou seja, em cada trimestre, por exemplo, o professor deve levar em consideração as habilidades que trabalhou e transformá-las em critérios, sempre observando a ação cognitiva e o objeto do conhecimento. Cada habilidade pode se transformar em vários critérios avaliativos a depender de quantas ações cognitivas estejam envolvidas. Cada critério de avaliação desmembrado pode ser avaliado qualitativamente com indicadores a serem escolhidos como: desenvolveu, desenvolveu parcialmente, não desenvolveu ou outros que o professor considerou mais significativo.

Além disso, consideramos destacar a autoavaliação como uma estratégia importante para o desenvolvimento da consciência do sujeito, da sua autoestima e até mesmo da motivação para envolvimento da criança em todo o percurso. É importante considerar que realizar uma autoavaliação não é simples. É preciso exercitar esta ação no sentido de fortalecer esta prática até que ela se torne rotina e cumpra seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 jun. de 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de apoio à gestão educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: planejamento escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa: Ano 01: Unidade 02/ Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Referenciais curriculares para elaboração dos itinerários formativos**. Ministério da Educação. Brasília, 2020.

BRASIL, MEC, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil - DCNEI.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/sc_curriculo_santacatarina.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, 2014.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: disciplinas curriculares. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina** - estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Caderno 2 - Formação geral básica. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2021.

SILVEIRA, Everaldo et al. **Alfabetização na perspectiva do letramento**: letras e números nas práticas sociais. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2016.

SOARES, Magda. **Alfaetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

*A maior riqueza do homem é sua incompletude.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio, perdoai...
mas eu preciso ser outros.*

Manoel de Barros

METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Graziela Elizabeth Geisler (SED)
Marcelo Martin Heinrichs (33ª CRE)
Marilete Gasparin (SED)
Raquel Fabiane Mafra Orsi (17ª CRE)
Sérgio Luiz de Almeida (SED)
Sirley Damian de Medeiros (SED)

Apoiadores

Isabel Cristina Miorando Luft (30ª CRE)
Lucineia Dalmedico Brandão (07ª CRE)

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para o aprendizado dos conceitos essenciais da Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, o brincar, o jogar e o manipular de materiais são fundamentais para desencadear a aprendizagem significativa, prazerosa, envolvendo conhecimentos e afetos, saberes e valores, cuidado e atenção, seriedade e riso, elementos efetivos para o desenvolvimento integral do estudante. Aliás, ele já pode, também, exercer questionamentos, expressar dúvidas e fazer hipóteses, diante de situações do cotidiano. Assim, é desafiador a relação entre as dimensões cognitivas e as socioafetivas. Nesse contexto, percebe-se a importância de não se perder a curiosidade, a descoberta nessa fase de vida, manter as vivências sem romper bruscamente com o desenvolvimento da criança na perspectiva do prazer em aprender. Nessa fase, “valorizam-se os elementos mais concretos e os ambientes que os cercam (casa, escola e bairro), oferecendo aos estudantes a oportunidade de interação, compreensão e ação no seu entorno”, (BRASIL, 2018, p. 326).

Nessa perspectiva, o Componente Curricular de Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza integra o Itinerário Formativo do currículo dos Anos Iniciais, especificamente, na 4ª série do Curso Normal em Nível Médio - Magistério. Este será abordado em duas Trilhas sequenciais: a Trilha de Aprofundamento – Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I, correspondente ao primeiro semestre, e a Trilha de Aprofundamento – Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II, correspondente ao segundo semestre. As trilhas estão organizadas para estimular e preparar os futuros professores a operacionalizar e desenvolver as habilidades e as competências dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio do letramento científico, contemplados pela metodologia de investigação e resolução de situações-problema, “num processo de construção de conceitos a partir de situações significativas e contextualizadas com a realidade do estudante” (SANTA CATARINA, 2021, p. 180).

O objetivo fundamental das Trilhas de Aprofundamento da Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I e II, neste curso, é o de prepará-los para melhor compreenderem os conceitos fundantes de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, envolvendo aspectos físicos associados ao estudo dos fenômenos da natureza, aspectos químicos relacionados ao estudo das transformações da matéria e aspectos biológicos relacionados à biodiversidade, visando promover a aprendizagem contínua para Anos Iniciais, que garanta a integração, a continuidade dos processos de aprendizagens e faça significado para as crianças, conforme destacado na BNCC:

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BRASIL, 2018, p. 53).

É notório que o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense esteja atento às exigências da sociedade atual no campo da formação docente:

O ato de viver nessa sociedade exige cidadãos reflexivos, críticos, criativos, questionadores, curiosos, com espírito de investigação e protagonismo, capazes de tomar decisões em âmbito individual e coletivo com base em argumentos científicos. (SANTA CATARINA, 2021, p. 88).

Neste aporte, o ensino por investigação é uma metodologia importante para o desenvolvimento de habilidades e competências científicas que possibilitam aos estudantes reconhecerem os conhecimentos transmitidos pela escola como socialmente válidos e construídos por métodos específicos, próprios das Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

As ciências naturais não são apenas um produto da natureza, mas também uma elaboração humana, com história, portanto, parte da cultura em contínua elaboração. O conhecimento científico expressa a percepção humana das regularidades naturais, sendo assim instrumento e, ao mesmo tempo, resultado da capacidade humana de transformar o meio natural. Por isso, as ciências não são independentes das técnicas, das quais dependem e para as quais contribuem o caráter histórico, expressado nas diferentes áreas científicas revela o trabalho de mediação entre homem e natureza, resultando nos conhecimentos que constituem nossa cultura. (SANTA CATARINA, 1998, p. 122).

Este universo de conhecimentos constitui o direito de aprendizagem de todos os estudantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, garantido pela possibilidade de um letramento científico. A Metodologia do Ensino de Ciência da Natureza I e II nos Anos Iniciais tem um significado importantíssimo na formação dos estudantes. São estudantes que estão situados num mundo em que a ciência e os produtos que dela se originam, os recursos tecnológicos e estão presentes no cotidiano de suas vidas.

Neste sentido, a atividade de ensino numa perspectiva de letramento científico é estratégica para a formação de um cidadão capaz de se mover numa sociedade notadamente marcada pelo conhecimento científico e suas tecnologias. Carvalho (2010) explica em suas pesquisas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que é primordial trabalhar com os estudantes além dos conceitos pontuais. É preciso ensinar-lhes a pensar cientificamente, apresentando-lhes situações-problema, ou seja, para que se devolvam intelectualmente, construam hipóteses, busquem explicações, tomem consciência dos fenômenos naturais que afetam as suas vidas, garantindo-lhes a possibilidade de reconstruir, por meio do processo ensino-aprendizagem, o conhecimento.

Ou seja, incentivar o estudante a pensar sobre problemas de seu interesse e, a partir então, analisar como ele pode resolvê-los. Carvalho (2007) aponta que se os primeiros contatos do estudante com as Ciências da Natureza e suas Tecnologias forem agradáveis, se fizer sentido para elas, há probabilidade delas se tornarem sujeitos questionadores e críticos; o

interesse pelos conhecimentos científicos será maior. Sendo assim, a interação com o meio ambiente, o contato com a natureza é de fundamental importância para o desenvolvimento das habilidades cognitivas que possibilitam intervir e respeitar os diferentes espaços.

Nessa perspectiva, a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, por meio de um olhar articulado de diversos campos do saber, precisa assegurar aos estudantes do Ensino Fundamental o acesso à diversidade de conhecimentos científicos produzidos ao longo da história, bem como a aproximação gradativa aos principais processos, práticas e procedimentos da investigação científica. (BRASIL, 2018).

A formação docente do Curso Normal em Nível Médio - Magistério se configura entre um dos mais significativos campos da Educação. Sobre a formação do ensino do estudante para a atuação na totalidade com a criança, percebe-se que:

[...] uma questão inegável é admitir que os professores fossem reconhecidamente uma peça essencial dentro [de quaisquer processos] desses processos de inovação educativa, como produtores de saberes, razão pela qual nós reconhecemos que o docente faz a diferença. (RAMALHO; NÚÑEZ, 2011, p. 71).

O estudante do Curso Normal em Nível Médio – Magistério em sua ação formativa faz a diferença fundamentalmente pelo papel social e político que ele ocupa no processo educativo escolar. Torna-se agente de transmissão da cultura às novas gerações, considerada como o conhecimento científico, filosófico, tecnológico, estético, ético, além das tradições e modos de vivência e convivência na sociedade. Ao reconhecer seu papel como futuro educador é fulcral para o trabalho pedagógico com os estudantes e os conceitos escolares (científicos), dentre eles, os oriundos das Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Mesmo considerando as perspectivas de inovação educacional escolar por via do uso das novas tecnologias aplicadas ao ensino, a figura formativa é incontestavelmente importante na mediação das intencionalidades pedagógicas postas em ação na relação ensino-aprendizagem.

Assim sendo, este documento é destinado à formação dos futuros professores, visando auxiliar na Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza, o qual visa gerar oportunidades, possibilidades para que os estudantes possam adquirir um conjunto de ideias, de conceitos, de procedimentos, bem como atitudes que possam atuar como instrumentos para a interpretação do mundo científico e tecnológico, para capacitação na educação científica. Esses princípios e finalidades estão explícitos no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, sendo:

O ensino das Ciências da Natureza possibilita o acesso aos modelos interpretativos que são próprios da ciência, transformando-se em importantes instrumentos para a formação das funções psicológicas superiores dos estudantes, com vistas ao controle sobre as suas operações intelectuais. (SANTA CATARINA, 2019, p. 374).

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

No Ensino Fundamental, a BNCC destaca competências específicas e habilidades da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias necessárias para desenvolver os conceitos essenciais representados por três unidades temáticas que são: **Matéria e Energia, Vida e Evolução, e Terra e Universo**, os quais são de fundamental importância para o desenvolvimento integral dos estudantes. As temáticas estão presentes na realidade dos estudantes, os quais se envolvem com uma série de objetos celestes ou não, materiais, fenômenos e, também, com biodiversidade que fazem parte de sua vivência diária, seja por intermédio dos meios de comunicação, brinquedos, desenhos animados e livros infantis e/ou

nas relações com o seu entorno, tanto urbanos quanto em contato direto com a natureza. A BNCC (2018) aponta conceitos necessários para o desenvolvimento das unidades temáticas, os quais são destacados na sequência.

Os conceitos relacionados à unidade temática de **Matéria e Energia** estão presentes no cotidiano das crianças. Nesta fase, já se envolvem com uma série de objetos, materiais e fenômenos em sua vivência diária e na relação com o entorno. Essas experiências são o ponto de partida para desenvolver conceitos relacionados às primeiras noções sobre os materiais, seus usos e suas propriedades, assim como, a interações com luz, som, calor, eletricidade e umidade, entre outros elementos.

Vida e Evolução - nesta etapa, são ampliados os conhecimentos desenvolvidos na Educação Infantil, relacionado ao seu corpo, identificando os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo além de desenvolver atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de estudantes da educação especial são de fundamental importância na abordagem da temática.

O estudo da **Terra e do Universo** além de estimular ainda mais a curiosidade das crianças pelos fenômenos naturais e desenvolver o pensamento espacial a partir das experiências cotidianas de observação do céu e identificação de fenômenos e regularidades que deram à humanidade, em diferentes culturas, maior autonomia na regulação da agricultura, na conquista de novos espaços, na construção de calendários.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 42: Componente Curricular de Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I			
Eixos	**Habilidades dos Eixos	***Habilidades/Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Docência*	<p>*Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos no currículo.</p> <p>*Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p>	<p>Desenvolver o espírito investigativo característico de Ciências da Natureza por meio do ensino por investigação, preparando-o para ensinar cientificamente.</p> <p>Interpretar ideias, fenômenos, processos e propriedades químicas, físicas e biológicas.</p> <p>Identificar as partes do corpo humano, funcionamento e cuidados, respeitando as diferentes características.</p> <p>Identificar os grupos de alimentos relacionados aos nutrientes e calorias para a manutenção da saúde.</p>	<p>Professor Pesquisador</p> <p>Características e fenômenos químicos, físicos e biológicos dos materiais, suas transformações e aplicações.</p> <p>Propriedade dos materiais, tais como, forma, cor, cheiro, textura, massa, volume e densidade.</p>

	<p>*Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p>	<p>Compreender o enfrentamento de situações cotidianas com a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local.</p> <p>Conhecer diferentes espaços na sociedade vinculados às questões socioambientais e participar ativamente na elaboração de projetos.</p>	<p>Efeitos de luz e a sombra sobre os seres vivos.</p> <p>Corpo como um conjunto de sistemas e suas interações com o meio.</p>
Investigação Científica	<p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFCNT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, utilizando procedimentos e linguagens adequadas.</p>		<p>Segurança alimentar e nutricional.</p>
Processos Criativos	<p>(EMIFCNT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados às Ciências da Natureza para resolver problemas reais do ambiente e da sociedade, explorando e contrapondo diversas fontes de informação.</p>		
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>EMIFCNT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais relacionadas a fenômenos físicos,</p>		

	químicos e/ou biológicos.		
Empreendedorismo	(EMIFCNT12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências da Natureza e suas Tecnologias para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.		

* Eixo e habilidades – Docência/BNC

** Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 - Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

***Habilidades adaptadas pelos autores (2022) do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019)

Quadro 43: Componente Curricular de Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II			
Eixos	**Habilidades dos Eixos	***Habilidades/Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Docência*	<p>*Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos no currículo.</p> <p>*Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>*Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as</p>	<p>Desenvolver o espírito investigativo característico de Ciências da Natureza por meio do ensino por investigação, preparando-o para ensinar cientificamente.</p> <p>Compreender o enfrentamento de situações cotidianas com a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local.</p> <p>Conhecer diferentes espaços na sociedade vinculados às questões socioambientais e participar ativamente na elaboração de projetos.</p> <p>Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente na perspectiva das dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, social, cultural, territorial, espacial) visando a redução de utilização dos recursos.</p>	<p>Professor Pesquisador</p> <p>Conhecimentos científicos para escolhas sustentáveis.</p> <p>Sustentabilidade.</p> <p>Características dos seres vivos.</p> <p>Preservação e manutenção da vida em todos os ecossistemas globais.</p> <p>Impactos ambientais como causas e consequências para a vida na</p>

	competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.	Investigar a importância dos fatores abióticos e impactos ambientais para a manutenção da vida e sustentabilidade do planeta nos diferentes ecossistemas.	Terra. Características da Terra e usos do solo.
Investigação Científica	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.		
	(EMIFCNT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, utilizando procedimentos e linguagens adequados.		
Processos Criativos	(EMIFCNT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados às Ciências da Natureza para resolver problemas reais do ambiente e da sociedade, explorando e contrapondo diversas fontes de informação.		
Mediação e Intervenção Sociocultural	EMIFCNT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais relacionadas a fenômenos físicos, químicos e/ou biológicos.		
Empreendedorismo	(EMIFCNT12) Desenvolver projetos		

<p> pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências da Natureza e suas Tecnologias para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida. </p>		
--	--	--

* Eixo e habilidades – Docência/BNC

** Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 - Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

***Habilidades adaptadas pelos autores (2022) do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019)

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Ao desenvolver as atividades dos componentes curriculares de Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I que integram as Trilhas de Aprofundamento no Curso Normal em Nível Médio - Magistério e, assim, possibilitar a formação de um profissional com as competências e habilidades requeridas para atuar com a etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é importante identificar que os estudantes desta faixa etária (6 a 10 anos) são curiosos por essência. Assim, escutar dos pequenos a expressão “por quê?” torna-se natural e frequente. Eles têm curiosidade em saber a origem das coisas, como e porque acontecem certos fenômenos da natureza, bem como explorar aquilo que lhes parece diferente ou novo. Durante as aulas no curso, o futuro professor deve vivenciar atividades que possam contemplar formas e maneiras de “ensinar a ensinar”. Nessa perspectiva, as aulas devem ter um caráter lúdico, criativo e científico que permita o entendimento dos fenômenos e processos que acontecem à sua volta.

O sujeito do Curso Normal em Nível Médio - Magistério deve discutir as questões da contemporaneidade, se posicionar criticamente frente a estas questões e perceber meios de desenvolver com os seus futuros estudantes, atividades que possibilitem ampliar estas reflexões.

Bender e Costa (2018) destacam que para pensar em educação resolvendo problemas do cotidiano, é necessário um processo de aprendizagem que envolve professor-estudante como parceiros de uma caminhada que leva em conta a formação pessoal e profissional. O professor é um mediador do conhecimento responsável por oportunizar momentos para descobertas, principalmente, em campos que são pouco comuns em sua vida cotidiana:

Fazer do caminho, e não da chegada, a razão da jornada. Aprender com os ‘erros’, o autor traz em como pode-se usar questionamentos, fazer com que a aprendizagem significativa aconteça, havendo um diálogo e utilizando a relação professor-estudante em um meio de pesquisa e aprendizagem. (BENDER e COSTA, 2018, p. 3).

Atividades que busquem a resolução de situações-problema deverão ser o motor do desenvolvimento deste componente curricular. Assim, ao aprender a observar, levantar hipóteses, recolher dados, interpretar resultados e construir conclusões, o futuro professor perceberá os caminhos para planejar a sua ação futura e aplicá-la nas mais diversas situações. Vivenciar situações-problema em diferentes contextos é de fundamental importância no ensino de ciências, sendo assim, destaca-se a importância de realizar atividades apresentando

a intencionalidade das ações. Destaca-se que as atividades não são somente experiências, sejam elas virtuais ou não, mas também, atividades voltadas para as experiências que a criança tem, as quais devem estimular a curiosidade para pesquisar, ampliando o espírito investigativo, sejam elas por meio de jogos *online* e *offline*, de projetos, oficina, saídas de campos, trilhas, atividade em contato com a natureza, que visam oportunizar momentos para descobertas, principalmente, em campos que são pouco comuns na sua vida cotidiana, buscando ampliar os espaços escolares para espaços educadores sustentáveis.

Para estudar ciências não é necessário um laboratório equipado, considerando que as experiências fazem parte do cotidiano dos estudantes. A observação é fundamental para a elaboração de perguntas, as quais movem as pesquisas, análise de dados e discussões. O aprendizado é contínuo, não é separado por unidades temáticas. Em um processo investigativo, podemos ter inúmeros objetos do conhecimento relacionados a Matéria e Energia, quanto a Vida e Evolução, Terra e Universo ou ainda, objetos que permitem tecer um elo de ligação entre duas e até três unidades temáticas.

Neste contexto, a BNCC prevê, ainda, a construção coletiva de propostas de reciclagem e reutilização de materiais, estimulando a construção de hábitos saudáveis e sustentáveis por meio da discussão acerca dos riscos associados à integridade física e à qualidade auditiva e visual.

Neste sentido, este componente curricular orienta uma metodologia baseada na ciência presente no cotidiano dos estudantes, por meio de ruídos ou sons produzidos por diferentes objetos ou seres vivos. Observar e registrar fenômenos do cotidiano ligados a propagação do som, prestando atenção nas variáveis que influenciam. Como por exemplo, os materiais que são produzidos, além de reconhecer que alguns sons trazem a sensação de bem-estar, enquanto outros causam incômodo. Pode ser o ponto de partida para uma investigação que permita compreender a importância da saúde auditiva, considerando que alguns sons trazem prejuízos à audição. É importante discutir hábitos necessários à saúde auditiva, dentre eles os relacionados ao uso do celular que está presente no dia a dia dos estudantes.

Os sabores (doce, salgado, amargo e azedo) são sentidos ao ingerir determinados alimentos. Além dos sabores apresentados pelos alimentos e percebidos pelas papilas gustativas associadas ao olfato, ancoram pontos de partida para pesquisas sobre: onde sentimos os sabores? Porque não sentimos que o olfato está prejudicado devido a “problemas respiratórios”? De onde vem o cheiro dos alimentos estragados? Quais são os nutrientes presentes no alimento e seus impactos no corpo humano? E assim, do corpo humano podemos estender as discussões para os seres vivos microscópicos como é o caso dos fungos e bactérias. Quais seres vivos são responsáveis pela decomposição? Por que o sabor dos alimentos é alterado durante o processo de decomposição? As investigações podem ser ampliadas para o meio ambiente, considerando a importância da decomposição para a ciclagem de matéria nos diversos ambientes, incluindo os jardins, hortas e pátios das escolas, residências, parques e não somente os experimentos realizados em sala de aula. Assim, é importante o estudante ter uma participação ativa na sociedade se envolvendo com questões socioambientais, ampliando sua ação individual para o coletivo, participando de campanhas, projetos, programas entre outras ações comunitárias.

As propostas apresentadas acima são sugestões de percursos a serem trilhados, possibilitando ao professor a flexibilidade no planejamento das aulas, desenvolvendo os conceitos relacionados à ciência e ao espírito investigativo. A Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica, relata que uma abordagem investigativa tem por princípio levar o estudante a uma atitude de pesquisa envolvendo-o diretamente na resolução de um problema. Mesmo a mais simples demonstração experimental feita pelo professor, ou a exibição de um vídeo ou fotos de um fenômeno, pode suscitar discussões e envolver os estudantes num processo investigativo. (SANTA CATARINA, 2014).

AVALIAÇÃO

Na PCSC (2014), a avaliação tem caráter formativo, contemplando três etapas: diagnóstico, intervenção e replanejamento. A avaliação diagnóstica ocorre quando o professor verifica a aprendizagem que o estudante realizou, ou não, verificando as possibilidades e dificuldades do processo. Já, a intervenção ocorre quando o professor retoma o percurso formativo, após constatar que não houve elaboração conceitual suficiente e, assim, ocorre a reorganização do processo de ensino que possibilita ao sujeito a novas oportunidades de aprendizagem. E por último, o replanejamento que se faz necessário quando as atividades, estratégias de ensino e seus respectivos resultados não foram suficientes.

A avaliação deve possuir caráter diagnóstico e processual, auxiliando no acompanhamento e na identificação de aspectos sensíveis dos processos de ensino e aprendizagem, portanto, a avaliação representa um importante indicativo de qualidade do trabalho (LIBÂNEO, 2004). Poderá ser por meio de portfólios, registros de experiências educativas, leituras, apresentação de trabalhos que permitam ao estudante compreender os conceitos e metodologias do processo ensino-aprendizagem do componente curricular, serão alguns dos instrumentos avaliativos indicados durante o percurso de construção do conhecimento desta unidade curricular.

Neste novo contexto da BNCC, é importante avaliar se o estudante desenvolveu as habilidades relacionadas aos eixos estruturantes dos Itinerários Formativos que são: Docência, Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

BENDER, Danusa. COSTA, Gisele Maria Tonin da. Ensino Aprendizagem de Ciências: Metodologias que contribuam no processo. REI: **Revista de Educação do IDEAU** - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai Vol. 13 – Nº 27 – Janeiro – Julho 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CARVALHO, A. M. P. de. et al. **Ciências no ensino fundamental**: o conhecimento físico. São Paulo: Scipione; São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FILHO, Arlindo Batista de Santana. SANTANA José Robson Silva, CAMPOS, Thamyres Dayana. **O ensino de ciências naturais nas séries/anos iniciais do ensino fundamental**. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão, SE, 21 a 23 de setembro de 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

RAMALHO, B. L.; NÚÑEZ B. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. **Revista Educação em questão**, Natal, v. 40, p. 69-96, jan. /jun./2011.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Formação Docente para a Educação Infantil e as Séries Iniciais), Florianópolis, 155 p. 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, 192 p, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. 2021.

SUGESTÕES DE LEITURA

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: uma contribuição para a escola pública, do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e Educação de Adultos. Florianópolis, 85p., 1991.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Desporto. **Diretrizes**: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais competências e habilidades. Florianópolis, 130 p., 2001.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 192p., 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para organização e funcionamento das unidades escolares da educação básica e profissional da rede pública estadual**. Florianópolis, 140 p., 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações**: organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual de Santa Catarina para ano letivo de 2013. Florianópolis, 39 p., 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender**: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola. Florianópolis, 72p., 2000.

METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Agda Pontes (11ª CRE)
Daniel Cirilo Augusto (SED)
Fernanda Holz dos Santos (30ª CRE)
Ilaria Lucavei Meneghini (24ª CRE)
Humberto G. dos Santos Pereira (37ª CRE)
Joel Rosa Júnior (17ª CRE)
Marcos André Roecker (36ª CRE)
Simone Niedermaier (30ª CRE)

Consultor

Daniel Cirilo Augusto (SED)

Diante de tantas modificações espaciais, torna-se imprescindível a formação de estudantes que concebem e refletem sobre o meio no qual estão inseridos. Torna-se necessário preparar profissionais/educadores com habilidades que possibilitem a construção do conhecimento geográfico desde a Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É imprescindível compreender as transformações que ocorrem no espaço geográfico no decorrer do tempo (histórico e geológico). Para tanto, os conhecimentos e práticas necessárias para o suprimento de tal necessidade e responsabilidade perpassam pelo ensino da Geografia, uma vez que esta ciência permite a compreensão do espaço geográfico e suas transformações, bem como as implicações dos diferentes processos que constroem o espaço de ação do homem.

O objeto principal de preocupação das instituições de ensino deve ser a de formação qualificada de indivíduos que sejam capazes de entender e modificar o meio em que se encontram, conseqüentemente melhorando sua atuação em sociedade e disseminando tais práticas para a coletividade. Que os professores conheçam a ciência de referência e seus conceitos estruturadores para compreender a relevância de sua prática que deverá ser realizada com maior autonomia. Profissionais capacitados que exerçam o magistério com alto grau de rendimento e qualificação, tornam-se essenciais para a construção de uma sociedade com alta *performance* evolutiva. Assim, torna-se indispensável à escolarização dos discentes do Curso Normal em Nível Médio - Magistério no Território Catarinense.

No Componente Curricular de Metodologia do Ensino de Geografia, as orientações que tangem à profissionalização e a construção de habilidades no profissional do ensino de geografia, norteiam o futuro professor para a realização de uma prática construtivista, permitindo que seus estudantes evoluam em suas potencialidades, vivenciando atividades e experiências de diferentes graus de complexidade, buscando sempre contemplar as reais necessidades da comunidade escolar.

As particularidades que envolvem o conhecimento geográfico possibilita entendê-lo como ramo do conhecimento voltado para a prática da interdisciplinaridade e da síntese entre os diferentes temas abordados por esta ciência. A análise do espaço geográfico pela ótica da Geografia impõe um esforço a evitar a dualidade entre a Geografia Humana e Geografia Física, na tentativa de buscar um amplo conhecimento que consiga, conjuntamente, abordar os fenômenos sociais materializados na paisagem.

A constante transformação do espaço geográfico acelerado e/ou atenuado nas diferentes sociedades desenvolvidas em diferentes regiões do planeta, possibilitam uma gama de variáveis que constituem a implementação e sistematização do conhecimento geográfico no decorrer do tempo. Compreender a dinâmica de sistematização do conhecimento geográfico e sua aplicabilidade na sociedade torna-se um desafio, em especial para o profissional que tem a responsabilidade de efetivar a multiplicação deste amplo conhecimento de maneira didática, suficiente a ponto de torná-lo entendível.

Uma preocupação que aflora em muitos professores da Educação Básica é a conexão das diferentes temáticas abordadas no currículo com a realidade dos estudantes. Portanto, a necessidade em vincular-se com a realidade do estudante torna-se primordial no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo para tornar o conhecimento mais atrativo e de fácil apreensão. Assim, um importante desafio para o ensino de Geografia encontra-se no entendimento da verdadeira realidade que a comunidade escolar está inserida.

Considerações sobre o cotidiano escolar

O que se considera cotidiano escolar? Para esta análise, os estudantes devem ser percebidos, sempre, como “ponto focal”. Para a consolidação desta premissa, o ensino de Geografia deve fazer oitivas e observações da verdadeira identidade da juventude do século XXI, e ainda, compreender o *modus vivendi* de tais estudantes, a ponto de tornar o planejamento mais eficaz e real para as distintas realidades da sociedade.

Moreira (2005) evidencia as principais carências que os professores e estudantes apresentam no momento de se relacionar no contexto de aprendizagem e de vivências neste período caracterizado como “tempo de transição”. Um período que apresenta a tecnologia e suas funcionalidades, de fácil e rápida absorção de suas informações, e por outro lado um cotidiano escolar que potencializa práticas seculares de como ensinar e de como aprender. Essa dualidade, sobretudo, apresenta desafios à prática da docência, necessitando de amplo conhecimento, atualização e investimento na escola, em especial no serviço público.

É importante refletir as sinalizações de Moreira (2005), em que o mesmo relata que o mundo está vivendo uma passagem de um modo de vida para outro, e no meio escolar, não é diferente. As tratativas que constroem um currículo sem a participação e o entendimento do cotidiano escolar, torna essa transição traumática para a vida escolar do estudante. Portanto, em decorrência da necessidade de conhecer na íntegra *quem* são esses estudantes e sua *caracterização* enquanto grupo populacional, entende-se que os sistemas educacionais precisam conhecer na íntegra quem são esses “novos seres” e o que eles necessitam para ter um convívio de bem estar. Estamos marcados por criar identidades; de lugar, ambiente e principalmente pessoas (pretos, brancos, crianças, jovens, idosos, professores, técnicos, etc). Ou seja, são identidades recriadas de várias formas pelas variadas narrativas que fazem aparecer novos atores sociais, novas conjecturas e novas narrativas. Por isso, o professor é exposto às diferentes formas de identidades, num mundo que cada vez mais é regido pela tecnologia, informação e redes sociais (MOREIRA, 2005).

Lembramos, ainda, da importância da tecnologia e suas potencialidades, a exemplo das redes sociais, que cada vez mais exercem influência na vida dos estudantes, e em casos específicos se sobrepõe até mesmo ao conhecimento produzido e adquirido na escola.

Fatos que acontecem também externamente à escola, reverberam nas ações internas da escola e em alguns casos, podem gerar um desencontro entre prática docente e cotidiano escolar. Segundo Moreira (2005), o processo de ensino aprendizagem tem na tecnologia um sujeito importante, que pode acarretar na retirada de atenção dos estudantes em sala de aula, o que torna o trabalho do professor mais desafiador, especialmente para tornar sua exposição mais atrativa.

Entretanto, para atenuar tal situação, Moreira (2005) demonstra a necessidade de conhecer a época que estamos vivendo e as diferentes pessoas e pensamentos que afloram nesse ambiente. Estamos vivenciando fatos do século XXI e tentando resolver ou agir perante eles com manifestações do século XIX. É necessário não tratar esses jovens e crianças como seres “estranhos”, pois esta juventude é um fenômeno complexo, com novas e diferentes necessidades, e, acima de tudo, eles existem; e o corpo docente não pode agir como se essa nova juventude e nova infância não existissem. De acordo com Moreira:

Não apenas professoras e professores estão temerosos e comportam-se assim: pais, mães, e a esfera pública convencional em geral tendem a expressar preocupação com o suposto desvio da juventude contemporânea. No epicentro de tais preocupações está a condenação da inclinação juvenil pela cultura da imagem e pelas frivolidades da televisão, pela tecnocultura vista como simplificadora e imediatista (MOREIRA, 2005 p. 102).

Portanto, é necessário excluir esta onda de "demonização da infância" e atuar nas raízes do problema, entender primeiramente o que é, para depois começar a procurar uma verdadeira solução. É necessário acompanhar as mudanças radicais que ocorrem no planeta, pois as gerações que aqui estão, e as que com certeza chegarão, serão fruto de mudanças de uma determinada época. Para tanto, é interessante criar métodos novos e não utilizar apenas metodologias de uma infância que hoje podem estar ultrapassadas.

O ensino de Geografia e o cotidiano escolar

Para abordar o cotidiano escolar dentro do ensino da Geografia adotamos a fundamentação teórica de Juarez Tarcísio Dayrell, que é, sem dúvida, referência na análise da instituição escolar como espaço sócio-cultural. Ele apresenta pesquisas e relatos da realidade de escolas do Brasil, palco em que o professor poderá encontrar sua atuação. Ao construir as relações com o ensino de Geografia, em função de sua especificidade em tratar de temas relacionados ao lugar e espaço (especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), é necessário aprofundar os primeiros olhares sobre o espaço escolar, ou seja, compreender a realidade da escola em que o professor está inserido.

Analisar a escola como espaço significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano levado a efeito por homens e mulheres principalmente alunos e professores sujeitos sociais e históricos, atores na história (DAYRELL, 2001, p. 143).

Este ponto de vista expressa um eixo de análise, desde a década de 1980, período em que inúmeros autores consideram a escola enquanto instituição em que “as principais estruturas de relações sociais, que caracterizam a sociedade capitalista, definindo a estrutura escolar e exercendo influências sobre o comportamento dos sujeitos sociais que ali atuam” (DAYRELL, 2001, p. 137).

Outro fator importante que merece destaque é o ambiente sociocultural, pois se consolida como um espaço de variadas dimensões em que a comunidade escolar está propensa a regras e condicionantes criados, muitas vezes, de maneira a homogeneizar o ambiente. Nesse contexto, o ensino de Geografia possibilita, a partir de seus objetos de conhecimento, elucidar a diversidade territorial que emana em ambientes cada vez mais miscigenados.

Portanto, é primordial que o ensino de Geografia desperte a criticidade do estudante, assim como do professor, pois este é indutor de conhecimento e possui a prerrogativa de

analisar e distribuir os diferentes objetos do conhecimento no currículo, possibilitando a equidade na construção de seu planejamento pedagógico.

Devido à própria estrutura que se constrói desde a formação docente até ao “chão da sala de aula”, há um caminho de homogeneização dos sujeitos e da instituição escolar: atendem a todos da mesma forma, com a mesma organização de trabalho e currículo. Esse fator interfere na qualidade de ensino na instituição escolar.

Diante disso, o ensino da Geografia potencializa a redução desta homogeneização, pois seus objetos de conhecimento podem ser trabalhados de maneira diferenciada, com diversas metodologias que podem instigar o estudante a conhecer e a produzir novos conhecimentos. Callai (2005) evidencia que,

As aulas de Geografia nada têm a ver com a vida dos alunos, que não trazem em si nenhum interesse, e muitas vezes pouco significado educativo, são vistas como “naturais”. [...] tem sido um conhecimento estruturado de tal forma que não permite que se conheça realmente a realidade que é estudada. Sem falar na fragmentação produzida pela divisão e, disciplinas e no interior delas. No caso da Geografia a fragmentação acontece de tal forma que impede o raciocínio lógico capaz de dar conta do objeto que deve tratar. (CALLAI, 2005, p. 139).

Cabe ao professor, em sintonia com a equipe gestora e pedagógica da unidade escolar, trabalhar de forma colaborativa, democrática, a ponto de reduzir e eliminar a prática da fragmentação dos objetos do conhecimento que distancia a escola da realidade dos estudantes. A fragmentação torna o “sentido de aprender” pouco atrativo. A autora analisa que,

Não pode acontecer e impedir o professor de pensar alternativas, de escolher ou de criar. Vai depender de suas condições, que, aliás, são um tanto precárias pela própria formação acadêmica que tiveram num momento da história brasileira em que se recebe tudo pronto para não se correr o risco de tentar alternativas que não interessassem. (CALLAI, 2005, p. 135).

É neste sentido que a formação de professores deve oportunizar aos futuros professores a prática da pesquisa, possibilitando a formação do professor pesquisador: um educador mais crítico, atuante, motivado, acolhedor e inserido no local de atuação. O resultado desta prática pode aproximar e enraizar o professor à realidade que se apresenta, resultando em aulas mais eficazes, caracterizadas por aproximarem-se do cotidiano, da sociedade, ampliando a atratividade em aprender. Neste contexto, devemos nos perguntar: como pode ser o ensino de Geografia?

O ensino de Geografia: como ele pode ser?

Para Callai (2001), as aulas de Geografia não devem se resumir a descrições de espaços e, sim, apresentar um conteúdo vivo, demonstrado como um processo de construção e apropriação de diferentes grupos populacionais, transformando este espaço em territórios.

Para algumas realidades, de modo geral, as aulas se apresentam como descrições de paisagens distantes e impessoais, que aparentemente distanciam-se do mundo em que se vivem no dia a dia das comunidades. Sendo assim, o maior desafio é, sem dúvida, tornar as aulas mais concretas e reais (CALLAI, 2001).

Assim, há possibilidade de atrelar os objetos de conhecimento com o processo histórico do lugar. A historicidade que o estudante se insere pode ser o primeiro momento em que o professor apresenta o componente curricular para o estudante, possibilitando metodologicamente abordar temas que envolvem lugar e espaço geográfico. Podemos citar a possibilidade de trabalhar, inicialmente, abordagens que envolvam o lugar, em vez do global,

ou seja, partir do conhecimento que o estudante tem sobre a paisagem local, as pessoas, o trabalho e sua identificação com o seu entorno (espaço geográfico), ou até mesmo, temas mais aprofundados, como a globalização e sua interferência no local. Segundo Castrogiovanni (2000),

Muitas vezes sabemos coisas do mundo, admiramos paisagens maravilhosas, nos deslumbramos por cidades distantes, temos informações de acontecimentos exóticos e interessantes de vários lugares que nos impressionam, mas não sabemos o que existe e o que está acontecendo no lugar em que vivemos. Em geografia uma das questões mais significativas ao tratar do que estudar diz respeito à escala de análise que será considerada. Pode ser local, regional, nacional ou global (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 83).

É perceptível que o estudo do lugar é imprescindível na construção do conhecimento humano. Nesta perspectiva, sugere-se um método diferenciado de organizar a produção do conhecimento, eficaz e com alta potencialidade de compreensão, foco e interesse para o processo de aprendizagem: o trabalho de campo. O próprio aporte metodológico que o trabalho de campo apresenta, bem como o arcabouço conceitual que pode ser trabalhado durante a atividade é considerável. Outro importante elo que se constrói é a interação entre o estudante, professor e o componente curricular, possibilitando o sentido de “gostar” ou no mínimo, se interessar em conhecer mais temáticas pertinentes à Geografia. A visão de Rodrigues e Otaviano aprofunda esta metodologia:

O trabalho de campo não pode ser, de fato, a oportunidade para romper com a rotina cotidiana da sala de aula. Vai além da vantagem de experimentar e interagir fora da sala de aula. Vai além da vantagem de experimentar e interagir fora da sala com o meio ambiente, o trabalho de campo vale por si só ao representar “um dia diferente” fora da escola que motiva e excita os alunos a tal ponto de adesão total. Será sempre um dia fora do cotidiano que ficará na memória do aluno. (RODRIGUES; OTAVIANO, 2001, p. 36).

Portanto, o trabalho de campo está além de propostas de técnicas variadas, mas também, em conduzir o pesquisador, o estudante, o professor a descobrir, observar e entender de melhor maneira as formas e processos sociais que acontecem no espaço geográfico (RODRIGUES; OTAVIANO, 2001).

Cabe ao professor mediar e planejar a aula cuidadosamente, pois é imprescindível que o trabalho de campo possua algumas prévias disposições como a estruturação. O processo de construção do trabalho de campo perpassa três etapas: preparação, realização e resultados/avaliação. Belizário (2009) esclarece que:

O papel da escola e dos professores é garantir o desenvolvimento das mais diversas habilidades no aluno, e as metodologias ativas, como o Trabalho de Campo, contribuem para o amadurecimento delas como a autonomia, o protagonismo, a colaboração/cooperação, a assertividade, a flexibilidade, a integralidade, a capacidade para resolução de problemas e conflitos, a capacidade de gerir sua própria aprendizagem, entre outras (BELIZARIO, 2009, p. 183).

Além da metodologia de atividade de campo, o professor tem outro elemento importante para tornar a aula de Geografia mais atrativa para crianças e jovens: a Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs). Para esta metodologia, Navarro (2016) afirma que:

Neste início de século XXI estão acontecendo profundas mudanças na educação geradas pelo aumento do questionamento do papel dos professores e da escola em

uma perspectiva mais tradicional de educação, e a presença cada vez maior da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) nas escolas. Estas tecnologias ainda não fazem parte do material didático dos alunos da maior parte das instituições, mas estão presentes nas escolas mesmo sem serem convidadas - *smartphones, tablets, smartwatches, notebooks*, etc. Dependendo de nós, professores, optar por ignorar essas tecnologias ou utilizá-las da melhor maneira possível na busca de uma educação que possa gerar uma transformação no aluno, em um cidadão crítico e criativo que questiona a sociedade, a fim de transformá-la. (NAVARRO, 2016).

Portanto, os componentes curriculares construídos a partir do conhecimento geográfico podem ser utilizados diversificadamente, a ponto de possibilitar variadas práticas metodológicas, tornando o processo de ensino aprendizagem mais facilitado, eficiente e interligado com a realidade e a identidade do local. Os exemplos diferenciados, tais como trabalho de campo e TICs, são exemplos de esforços necessários para a melhora do processo de ensino aprendizagem. Com estas metodologias, o professor consolida-se como protagonista, afinal, sua atuação refletirá em aulas dinâmicas e atrativas, qualificando o ensino de Geografia.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 44: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Geografia I.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de Geografia I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações-problema</p>	<p>Apropriar – se dos conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade visando a aprendizagem do estudante e suas vivências contribuindo assim, para a construção de uma sociedade livre, democrática, justa e inclusiva.</p> <p>Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O sujeito e o seu lugar no mundo; - Orientação e localização; - Espaço geográfico: lugar, paisagem, território, região - Introdução às categorias de análise da Geografia. Lugar, espaço geográfico, paisagem, território e região. - Lugares e paisagens do Território Catarinense. - A dinâmica da Natureza, paisagens e suas transformações

<p>envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>(EMIFCHSA03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p> <p>(EMIFFTP01) Investigar, analisar e resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias, planejando, desenvolvendo e avaliando as atividades realizadas, compreendendo a proposição de soluções para o problema identificado, a descrição de proposições lógicas por meio de fluxogramas, a aplicação de variáveis e constantes, a aplicação de operadores lógicos, de operadores aritméticos, de laços de repetição, de decisão e de condição.</p> <p>(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens</p>	<p>Desenvolver a capacidade de análise da trajetória histórica do pensamento geográfico na busca dos princípios educativos e metodológicos nos anos iniciais do Ensino Fundamental no contexto da educação básica; metodologias ativas dentro do ensino da geografia; o uso da tecnologia e gamificação; transposição didática e temas transversais.</p> <p>Compreender a formação do planeta Terra e suas implicações ao desenvolvimento da atividade humana.</p> <p>Ler, analisar e interpretar códigos específicos do componente curricular (mapas, gráficos, tabelas, etc.).</p> <p>Reconhecer os fenômenos espaciais a partir da seleção, comparação e interpretação, identificando as singularidades ou generalidades de cada lugar, paisagem e território.</p> <p>Analisar e comparar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta, tendo em vista o trabalho/cultura e as diferentes atividades humanas desenvolvidas.</p> <p>Compreender as transformações do mundo desigual por meio da análise de dados apresentados em mapas, tabelas e demais fontes secundárias.</p> <p>Utilizar os conceitos da Geografia para analisar as transformações na</p>	<p>ao longo do tempo por diferentes povos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversidade étnica, religiosa e cultural regional (comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e pescadores). - Diferentes formas de representações dos diferentes espaços em variadas escalas; - O trabalho e suas transformações no tempo; - Formação do planeta, agentes formadores e modeladores do relevo e os diferentes; elementos da natureza; - Formação do planeta Terra. - Litosfera: relevo continental: dinâmica de formação, construção e desconstrução pelos agentes internos e externos. - Ciclo da água: dinâmica do clima e hidrografia em Santa Catarina: enchentes e deslizamentos. - Noções de atmosfera: tempo e clima. - Elementos da natureza nas paisagens terrestres: distribuição clima, formações vegetais e relevo.
--	--	---

	adequados à investigação científica.	paisagem, bem como, entender a utilização do meio ambiente para o desenvolvimento do espaço geográfico.	- Os usos dos recursos naturais: solo e água na agricultura na relação com as estações do ano.
Processos Criativos	<p>(EMIFCHSA05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p> <p>(EMIFCHSA06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>	<p>Analisar a Geografia como caminho metodológico, o espaço natural e o espaço humanizado, a partir da evolução da Terra nos diferentes tempos.</p> <p>Reconhecer a Geografia como ramo do conhecimento plausível de contribuição do planejamento das ações do homem sobre o ambiente.</p> <p>Aprofundar análises de contextos estruturais da sociedade que interferem diretamente na reconfiguração do espaço geográfico.</p>	<p>- Recursos minerais e energéticos produção e consumo humano.</p> <p>- Biodiversidade na integração sustentável nas dinâmicas entre sociedade e natureza.</p> <p>- Distribuição da água no Planeta: águas continentais e oceânicas.</p> <p>- As bacias hidrográficas do Brasil: atividades de intervenção no campo e cidade.</p>
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho,</p>	<p>Propor práticas metodológicas que permitam ao estudante realizar uma introdução da pesquisa, por meio dos objetos de conhecimento da Geografia.</p>	<p>- Atividades humanas e dinâmica climática: fenômenos atmosféricos, clima e qualidade ambiental.</p> <p>-Estratégias de aula – aula de campo, atividades práticas e lúdicas.</p> <p>-Técnicas de ensino, transposição didática e adaptações de atividades.</p> <p>- A inserção da TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação no processo de construção do conhecimento dos estudantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</p>

	<p>demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFCHSA10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.</p> <p>(EMIFCHSA11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo, em âmbito local, regional,</p>		

	<p>nacional e/ ou global. (EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na</p>		

	<p>construção de sua autonomia como aprendente; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e</p>		
--	--	--	--

	<p>habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p>		
--	--	--	--

	<p>Engajamento Profissional 3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 45: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Geografia II.

Componente Curricular Eletivo Metodologia da Geografia II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações-problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou</p>	<p>Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico, utilizando como base o território brasileiro e catarinense.</p> <p>Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Noções de espaço/tempo: localização, mudança e permanência, lateralidade e profundidade; percepção/medidas de tempo. - Alfabetização cartográfica e as diferentes formas de representação espacial e suas tecnologias. - Como compreender melhor a Geografia pelo uso dos mapas. - Conceito de mapa. - O mundo do trabalho e suas atividades econômicas, produção, circulação e consumo; qualidade de vida nos mais diversos lugares de vivência e condições ambientais de compreensão e preservação dos recursos naturais e sua diversidade. - A população e a

	<p>cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>(EMIFCHSA03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p> <p>(EMIFFTP01) Investigar, analisar e resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias, planejando, desenvolvendo e avaliando as atividades realizadas, compreendendo a proposição de soluções para o problema identificado, a descrição de proposições lógicas por meio de fluxogramas, a aplicação de variáveis e constantes, a aplicação de operadores lógicos, de operadores aritméticos, de laços de repetição, de decisão e de condição.</p> <p>(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p>	<p>problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p> <p>Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas. Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.</p> <p>Apropriar-se dos conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade visando a aprendizagem do estudante e suas vivências contribuindo assim, para a construção de uma sociedade livre, democrática, justa e inclusiva.</p> <p>Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p>	<p>natureza. A cultura indígena, africana e europeia: conhecendo a formação do Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Brasil no mundo – regionalização. - Divisão político-administrativa (IBGE), Brasil na Constituição de 1988. - Organização do espaço geográfico brasileiro. - Ciclos econômicos e a ocupação do território. - Povos originários e comunidades tradicionais do espaço geográfico brasileiro. - Organização e distribuição da população brasileira e sua diversidade cultural. - População brasileira: distribuição espacial e estrutural. - Diversidade étnica, religiosa e cultural regional (comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas) Culinária brasileira. - Dinâmica da sociedade – políticas públicas no território nacional – mobilidade espacial das populações, movimentos migratórios internos e externos (refugiados).
--	--	--	--

		Desenvolver a capacidade de análise da trajetória histórica do pensamento geográfico na busca dos princípios educativos e metodológicos nos anos iniciais do Ensino Fundamental no contexto da educação básica; metodologias ativas dentro do ensino da Geografia; o uso da tecnologia e gamificação; transposição didática e temas transversais.	
Processos Criativos	<p>(EMIFCHSA05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p> <p>(EMIFCHSA06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global.</p>	Elaborar uma ligação entre os variados fenômenos naturais e entender que estes fenômenos contribuem para a efetivação da atividade humana, diversificada também em função das distintas ações potencializadas pela natureza.	
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho,</p>		

	<p>demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFCHSA10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.</p> <p>(EMIFCHSA11) Selecionar e mobilizar</p>		

	<p>intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global.</p> <p>(EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a</p>		

	<p>interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendente; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os</p>		
--	---	--	--

	<p>contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática</p>		
--	---	--	--

	<p>pedagógica.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Considerando o pressuposto que o Curso Normal em Nível Médio – Magistério como finalidade principal, a formação docente de estudantes que atuarão nos Anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica, torna-se necessário a abordagem de estratégias efetivas. Estas visam a qualidade no ensino da Geografia como ciência e oportunidade de conhecimento de mundo, do espaço onde está inserido, levando sempre em consideração os conceitos e princípios metodológicos previstos na Base Nacional Comum Curricular.

Nesse percurso, a prática deve contemplar abordagens inovadoras e criativas associadas à análise e interpretação do espaço geográfico, construindo coletivamente estratégias para dialogar de forma coerente com os objetivos de aprendizagens, competências e habilidades a serem desenvolvidas.

É imprescindível a criação de situações-problemas que reproduzam a prática docente no Ensino de Geografia como a resolução de estudos de casos, a construção de planejamentos e planos de aula, a análise de discursos e produções textuais, a criação de conteúdos aliados a instrumentos tecnológicos, os estudos colaborativos, o estudo do meio, os relatórios de

atividades concluídas e para isso, ressalta-se a importância do trabalho de campo para uma observação mais profícua da realidade e do espaço local.

Especificamente, o que se espera do profissional que atua sob a perspectiva do ensino de Geografia é ensinar o espaço geográfico pela perspectiva do local, ou seja, ensinar o global pelo local. A estratégia de ensinar via conhecimento da realidade local aproxima o estudante do objeto de conhecimento, tornando-o consideravelmente mais instigante.

AVALIAÇÃO

Para a formação de profissionais que irão atuar na área da educação, é válido ressaltar a necessidade de um trabalho que contemple conhecimentos e práticas acerca de uma variação de temas do componente geográfico de ensino. Os variados processos de avaliação devem ter o propósito de oferecer os saberes necessários para qualificação da formação, além de propor atividades práticas que representam, também, as diferentes habilidades propostas no decorrer do Curso. É imprescindível a realização de movimentos que contemplem caminhos para a tomada de decisão diante de situações variadas, propostas por meio de estudos de caso.

Desta forma, a avaliação formativa é a ferramenta que permite a construção de saberes coletivos com o professor, permitindo com que o futuro profissional consiga, partindo dos resultados de suas práticas, aprimorando seus conhecimentos, especialmente no que se refere a sua missão de contribuir para a formação de estudantes críticos, participativos, reflexivos e protagonistas de sua busca pelo conhecimento. Nesse contexto, sugerem-se alguns instrumentos de avaliação a serem utilizados no percurso do Curso:

- Atividades orais e escritas, com ou sem consulta a material didático;
- Trabalhos de pesquisa individuais ou coletivos;
- Resoluções de exercício (individuais ou em grupos);
- Trabalho de campo;
- Produções Textuais;
- E outros instrumentos que a prática pedagógica indicar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia - 5**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BELIZÁRIO, Wesley da Silva. **Metodologia e práticas de ensino nas aulas de geografia: a ação docente na transmissão e na produção do conhecimento**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Caderno CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CALLAI, Helena Copetti. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de geografia**. Vieira, Goiânia, 2010.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sócio-cultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

GARCIA, V. P. **Coleção projeto mosaico: geografia: ensino fundamental I – ensino fundamental II**. 1. ed. São Paulo, 2017.

MARTINEZ, R. **Coleção contato geografia: ensino médio**. 1. ed. São Paulo, 2017.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa crítica**. Porto Alegre, 2005.

MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa em mapas conceituais. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**, proferida no I Workshop sobre Mapeamento Conceitual, realizado em São Paulo, Brasil, na USP/Leste, dias 25 e 26 de março de 2013.

PAIXÃO, Yan Navarro da Fonseca. **O uso da narrativa transmídia no ensino da geografia**. Tese de doutorado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

RODRIGUES, A. B; OTAVIANO, C. A. **Guia metodológico de trabalho de campo em geografia**, Londrina, v.10, n.1, p.35-43, jan.2001.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, 2014.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Orientação curricular com foco no que ensinar: conceitos e conteúdos para a educação básica**. Documento Preliminar. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, 2011.

SILVA, S. e LEÃO, V.P. **Anos iniciais do ensino fundamental: por onde anda a geografia?** Caderno de Geografia, 26: 382-395, 2016.

*Uma das principais - e mais bonitas - características
da memória que está sendo recuperada
é a sua atemporalidade.*

Kenski, 1995

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Professores Colaboradores/Elaboradores

Cíntia Tuler da Silva (18ª CRE)
Daniele de Camargo Zawadzki (25ª CRE)
Jailson Gomes Bernardo (36ª CRE)
Raquel de Abreu (IEE)
Tânia Córdova (27ª CRE)

Consultor

Mário César Brinhosa (IEE)

Estudar História é estudar os processos constitutivos de uma época e todas as conexões com a economia, sociedade, política e cultura de um local, região, país e/ou mundial. Tendo esta afirmativa como premissa fica claro que a história que se propõe a estudar aqui, não uma sequência de fatos, ou de dados e/ou detalhes folclóricos de uma época e/ou acontecimento. Desta forma, o estudo da História se reveste de uma substancialidade singular no sentido de produzir discernimento capaz de fazer o estudante inteligir sobre o tema a ser estudado.

O que norteia, ainda hoje, o estudo de História é um composto de peças recortadas segundo critérios geográficos e ou cronológicos, totalmente arbitrários, que se encaixam pela narrativa. O trabalho do professor é produzir os encaixes perfeitos e brilhantes. Tarefa nada fácil já que, não temos certeza se as peças fazem parte do mesmo jogo. Todavia, vira uma colcha de retalhos com certo acabamento, mas longe de possibilitar discernimento e, muito menos, inteligência. Desta forma, não há nenhum estranhamento quando os estudantes não veem sentido na História. Por esta razão emerge um novo respirar quando se trata do ensino de História.

Primeiramente, sair do factual e adentrar na concepção de processo dialético de produção dos momentos e desfechos históricos em uma realidade objetiva. Em segundo lugar, o estudo do passado realiza-se pelo entendimento do presente com a perspectiva de projetar o devir. Em terceiro lugar, criar a capacidade intelectual no estudante, de ele tendo duas questões fundantes, ser capaz de pensar uma terceira, uma quarta e, que, não seja a mistura da primeira com a segunda. Ou seja, pensar sempre no novo.

Pensar historicamente é ir além do discernimento, do entendimento, da reflexão. É pensar de forma analítica e processual a partir das categorias basilares da ciência histórica. Segundo a Proposta Curricular de SC, 1991 a tessitura deste pensar se engendra a partir de suas categorias de análise, quais sejam: o tempo e o espaço. Assim, advém a necessidade de ter clareza acerca do seu objeto de estudo, seus temas e seus métodos.

Seu Objeto, as sociedades no tempo, os homens como eles fazem a História, na medida em que se fazem a si próprios. Sociedades que não são harmoniosas, que vivem seus ritmos de conflitos, antagonismos, de luta.

Seus temas, a vida no seu cotidiano. Vida material, vida imaginária da sociedade: História da sexualidade, das magias, das crenças. Histórias de atitudes frente a vida, diante da morte. É uma História problema, que antes propõe questões do que oferece soluções.

Seus métodos, ampliados, abrangendo ou procurando as conquistas da ciência, como um todo: antropologia, demografia, economia, sociologia, política e outras áreas do conhecimento.

A História é sempre produto de uma atividade intelectual que constitui seu objeto de estudo e escolhe seus materiais de trabalho. A História de hoje não aceita uma posição passiva frente ao passado. Ela indaga, faz perguntas, investiga e coloca questões.

A História é, portanto, um estudo do passado para maior inteligência do presente e a produção de condições de vislumbrar o devir. O devir aqui, no entendimento daquilo que virá a ser.

Desse modo, a História é a mais ingrata para aqueles que estejam com ela envolvidos, porque é a mais dinâmica e a menos inocente: os avanços científicos e acadêmicos deste componente se conjugam com as determinações de natureza diversa. As transformações da vida social, que afetam diretamente a relação da sociedade com o seu passado, colocam a seguinte questão: Que História pode e deve ser ensinada hoje? As formas tradicionais, ainda, são pertinentes? Em caso negativo, como escolher entre a multiplicidade de objetos e temas a abordar via nova historiografia? Quais conteúdos devem ser estudados, hoje, nas escolas?

É evidente que a concepção de História parte de uma visão de mundo, sociedade, de homem e longe de ser inocente e irrefletida. A concepção de História e de Educação é que vai nortear a escolha dos objetos do conhecimento, das suas interfaces, da sua substancialidade e da sua relevância para o momento do vivido e do devir.

Nesta perspectiva, as categorias tempo e espaço são basilares em todo o processo. Não se abandona a cronologia – necessária para o inteligir histórico – e nem se abandona o fato, o acontecimento. Assim, a noção de tempo e espaço deve ser trabalhada a partir da realidade imediata do estudante – tempo vivido, atingindo-se progressivamente o tempo percebido e concebido, isto é, tempos mais longos e distantes no passado. A apreensão da dinâmica temporal dar-se-á nos seus vários aspectos: de ordem e sucessão, de duração e de simultaneidade.

Segundo Vani M. Kenski (2003), a escola tornou-se um o *locus* privilegiado em que a memória-saber (textos escritos, livros, filmes, revistas e documentos) de um determinado grupo social pode ser recuperada, trabalhada, sistematizada, atualizada e socializada a partir da interações com as informações e conhecimentos decorrentes das vivências pessoais dos estudantes e professores. Para a pesquisadora são fundamentais, essa dinâmica da construção coletiva do conhecimento histórico: “Memória-saber e memória em movimento se encontram na sala de aula e produzem, não mais a reprodução mimética do que está retido nos textos e documentos escolares, mas um novo saber, ágil, dinâmico e significativo”. (KENSKI, p. 89, 2003).

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 46: Componente Curricular Metodologia do Ensino de História I

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de História I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências	Dominar os objetos de conhecimento que ensina e nos processos investigativos dos componentes curriculares	Principais conceitos: tempo, espaço, cotidiano, o homem no universo,

<p style="text-align: center;">Investigação Científica</p>	<p>com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>(EMIFCHSA02) Levantar e testar hipóteses sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, contextualizando os conhecimentos em sua realidade local e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p>	<p>considerando o contexto sócio-histórico-cultural.</p> <p>Apropriação de métodos e procedimentos/estratégias de ensino, com destaque a procedimentos de pesquisa e a exercícios do pensar.</p> <p>Analisar e discernir acerca de objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</p> <p>Apropriar-se das linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica.</p> <p>Consubstanciar de forma significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p> <p>Identificar, analisar e discernir as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.</p>	<p>humanidade (o homem em evolução), cidade e campo (meio rural), diversidades culturais, relações de produção, relações sociais, processo civilizatório, produção do conhecimento, memória e história local.</p> <p>A noção do “Eu” enquanto sujeito histórico.</p> <p>Passado, presente e futuro - mudanças, revoluções e permanências.</p> <p>Fontes Históricas.</p> <p>Patrimônio Histórico-cultural material e imaterial.</p> <p>Produção do conhecimento histórico no tempo e espaço.</p>
<p style="text-align: center;">Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a</p>		

	<p>visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCHSA05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>		
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional,</p>		

	<p>nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFCHSA08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCHSA10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a</p>		

	promoção da cidadania.		
Docência	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino</p>		

	<p>e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriado, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as</p>		
--	---	--	--

	<p>estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 47: Componente Curricular Metodologia do Ensino de História II.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de História II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento

<p style="text-align: center;">Investigação Científica</p>	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>(EMIFCHSA02) Levantar e testar hipóteses sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, contextualizando os conhecimentos em sua realidade local e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p>	<p>Relacionar, selecionar e propor conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para estruturar ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental.</p> <p>Inteligir a cerca do conhecimento histórico produzido em âmbito local, regional, nacional e/ou global, baseadas no respeito às diferenças sociais, na diversidade, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.</p> <p>Apropriar-se de métodos e procedimentos/estratégias de ensino, com destaque a procedimentos de pesquisa e a exercícios do pensar centrados em problemas.</p> <p>Consubstanciar a análise de objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</p>	<p>O homem/criança no processo de humanização e sua relação tempo-espaço.</p> <p>Tradições orais, escrita, imagética, poética e valorização da memória.</p> <p>A criança como centro e processo de protagonista da sua história e da humanidade.</p> <p>A história das etnias e a cultura indígena e afrodescendentes.</p> <p>Povos originários e autóctones no território brasileiro, nações indígenas: línguas, tradições, religiões e cultura.</p> <p>A história e cultura de África, a africanidade, a imigração escravagista e a cultura afro-brasileira.</p> <p>Brasil: regiões, natureza, população, centros urbanos, mundo rural/agrícola, cultura e miscigenação.</p> <p>SC: território, natureza, povoamento, cultura e tradições.</p> <p>Local (cidade): imigração e fundação, vila, distrito e cidade,</p>
	<p>(EMIFCG04) Reconhecer</p>		

<p>Processos Criativos</p>	<p>e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCHSA05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.</p>		<p>clima, população, tradições e cultura.</p> <p>Perspectivas para o ensino de história: atividades, pesquisa e avaliação.</p> <p>Orientações metodológicas ao ensino de História.</p> <p>Para que ensinar História?</p> <p>Como ensinar a partir do uso de documentos, filmes, teatro, entre outras.</p>
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/</p>		

	<p>ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCHSA10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional 1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na</p>		

	<p>qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a</p>		
--	---	--	--

	<p>heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriado, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.2.1 Compreender o</p>		
--	---	--	--

	<p>fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Pensar metodologicamente requer clareza da concepção de mundo, sociedade, educação e homem que se quer trabalhar e produzir. Tendo como referência a concepção até aqui apresentada, a organização curricular deve possibilitar ao estudante, a apropriação de noções necessárias ao estudo da História das Sociedades, bem como a compreensão do processo histórico: reflexões sobre a História, noções de individual e coletivo, público e privado, urbano e rural. São elementos constitutivos da sociedade brasileira, tais como: território, povo, língua, etnias, cultura, Estado, Município, nação e Mundo. É óbvio dentro da complexidade pertinente ao tempo de vida destes estudantes.

Frente a estas questões é importante frisar que a abordagem dos objetos de conhecimento, sobretudo, nos Anos Iniciais, deve-se dar de forma a inserir a realidade próxima do estudante na realidade mais ampla, de maneira a permitir-lhe uma compreensão melhor do mundo em que vive. Desta forma, os estudos não devem se ater tão somente à realidade da escola e ou do estudante, pois ambos estão inseridos numa realidade mais ampla, cujos limites são difíceis de precisar.

Os estudantes ao chegarem nas escolas para realizarem seus estudos não são tábuas rasas, ou seja, desprovidos de qualquer conhecimento. Eles trazem – a partir das suas relações sociais – um cabedal de conhecimentos que não podem ser desprezados, ao contrário, aproveitados para substanciar os seus estudos. A interação dos conteúdos empíricos aos conteúdos mais científicos é de uma riqueza ímpar.

Estes estudantes são portadores de interações sociais de vital importância para elas. Cabe à escola interagir e possibilitar a capacidade de situar-se como ser social e histórico na realidade. Para tanto, deve-se trabalhar formas e conhecimentos que possibilitem a leitura e releitura da realidade que a cerca e seu imbricamento com as demais áreas do conhecimento.

Deve-se possibilitar a capacidade de percepção de que as relações entre os homens e a natureza, dos homens com outros homens na relação trabalho, bem como as transformações que ocorrem no tempo e espaço são dinâmicas. O estudante deve ser a referência para o desenvolvimento destas capacidades.

Estes estudantes para estarem numa sala de aula, já são por si mesmos portadores de uma carga histórica muito significativa – a partir da concepção, nascimento, crescimento, aniversários, ..., até a presente data de vida –, há um arsenal de vida historicamente colocada e que deve ser constitutivo do ato de ensinar.

Como encaminhamento final, o ato educativo do ensino de História tem que estar centrado na concepção de totalidade do conhecimento e com total abandono das questões fragmentadas e ou parcelar. O desafio que se coloca hoje são as novas tecnologias da informação que, inclusive, mudam a estrutura do pensamento lógico formal. São os desafios dos tempos modernos. Todavia, cada época histórica tem suas nuances e desafios. Estes fazem com que o docente tenha que realizar com mais eficiência seus estudos, análises e intelectões na perspectiva de maior preparo docente para interagir com os estudantes.

Portanto, ser professor no ato educativo de historicizar é uma questão profissional. É premente para a realidade, de hoje, profissionalismo. Condição *sine qua non* para ser sujeito da sua própria história.

AVALIAÇÃO

António Nóvoa questiona, "Formar um professor, é possível? Formar, não, formar-se!" (NÓVOA, 1992, p. 94). Em sua concepção, o professor forma a si mesmo por meio de suas inúmeras interações vivenciadas e, não apenas com o conhecimento e as teorias aprendidas na escola. A formação docente acontece com a prática didática de todos os seus antigos professores, mestres e outras pessoas, fatos, situações com as quais interage em situações de ensino ao longo de sua vida. O conhecimento escolar é globalizante, apreende-se o conteúdo de forma subjetiva, afetiva, aliado à imagem do professor, o ambiente da sala de aula, os recursos utilizados e outros. Essa reflexão torna o professor consciente de que ele não é apenas um transmissor neutro do conhecimento e de informações específicas. Ele é um agente de memória, um agente de despertar novos olhares para o presente e passado por meio de sua maneira de ser e interagir com os estudantes. Sua postura, sua forma de abordagem dos saberes e práticas irá deixar marcas diferenciadas em cada estudante presente na sala de aula.

Neste contexto, é fundamental que o professor se coloque como pesquisador, que busca, interage com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação. O conhecimento encontra-se disponível em imagens, gravuras, fotos, emissões radiofônicas, telas de televisores e computadores. Um conhecimento sedutor que se apresenta com todos os recursos de sons, cores, imagens e movimentos, que pode ser acessado e manipulado a qualquer momento, por meio dos processos interativos de comunicação eletrônica: redes, televisão, jogos, plataformas e programas de multimídia e outros.

Deste modo, no processo de formação docente dos estudantes do Curso Normal em Nível Médio - Magistério do Território Catarinense é fundamental que leve em consideração no percurso formativo o que afirma Toffler (1998), "uma outra maneira de dizer e de fazer educação que se anuncia" e é preciso que saibamos interagir - ensinar e aprender - com esses "novos modos de compreender" (NÓVOA, 1988, p. 12). Novas escolas, novas memórias. Novas tecnologias, novas metodologias, novas formas de avaliar e construir saberes e práticas, com amorosidade e excelência.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, C., Brignoli H.P. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KENSKI, Vani. Memória e prática docente. In: **Faces da memória**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1995.

NÓVOA, António. **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

NÓVOA, António. O método (auto)biográfico na encruzilhada dos caminhos (e descaminhos) da formação de adultos. In: **Revista Portuguesa de Educação**. Minho: Universidade do Minho, 1988.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1991.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário dos erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOFFLER, A. **Criando uma nova civilização** – a política da terceira onda. São Paulo: Record, 1998.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Dania Hasse Duvoisin (23ª CRE)
Eloise Machado de Souza Alano (20ª CRE)
Katia Cristina Schuhmann Zilio (11ª CRE)
Luiza Eunice Lampert Bonatto (18ª CRE)
Paulo Rogério de Rossi (06ª CRE)

Este documento objetiva orientar educadores do Curso Normal – Nível Médio - Magistério, especificamente no componente de Metodologia da Língua Portuguesa no que tange a opções estruturadas para o ensino e aprendizagem de estudantes que tem como objetivo a docência. Entende-se esse movimento como um conjunto de focos e estratégias relacionados a esse processo, utilizados para mapear e orientar a prática educativa.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os eixos de integração propostos para o ensino de Língua Portuguesa correspondem às “práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção textual (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica”. O documento ressalta que tais práticas de linguagem se relacionam aos campos de atuação em que se realizam, que, para os anos iniciais são: campo da vida cotidiana, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa e campo da vida pública. Por isso é importante que os estudantes do Curso Normal - Nível Médio - Magistério compreendam essa organização. (BRASIL,2018, p.71)

O Plano Nacional de Alfabetização (PNA) propõe cinco componentes essenciais para a alfabetização, conforme evidências científicas mais atuais: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, desenvolvimento do vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita. (BRASIL, 2019a)

É pertinente, por isso, que se compreenda, o componente curricular Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa como parte do Itinerário Formativo e, como tal, amparado nos eixos:

Investigação Científica - Tem como ênfase ampliar a capacidade do estudante de investigar a realidade. Neste movimento de investigação, ele compreende, valoriza e aplica o conhecimento sistematizado, por meio da realização de práticas e produções científicas, com temáticas de seu interesse, relacionadas a uma ou mais áreas do Conhecimento e à Formação Técnica e Profissional.

Processos Criativos - O estudante do Curso do Magistério desenvolverá a capacidade de idealizar e realizar projetos de forma criativa sendo estes associados à temáticas de seu interesse, a uma ou mais áreas do conhecimento que são relevantes à habilitação que cursam.

Mediação e Intervenção Sociocultural - A ênfase neste eixo é desenvolver a capacidade de realizar projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente. Essa capacidade deverá ser desenvolvida por meio de conhecimentos relacionados a uma ou mais áreas de conhecimento (conforme temas sobre a família, bairro, município, estado, cidadania, etnia, valores humanos, cidadania).

Empreendedorismo - O destaque, neste eixo, é o desenvolvimento da capacidade de mobilizar conhecimentos em diferentes áreas. As tecnologias devem assumir um papel de destaque, auxiliando os(as) estudantes em seus projetos de vida.

Docência - Considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção

cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, o eixo Docência divide-se em três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: conhecimento profissional; prática profissional; engajamento profissional.

É importante entender os itinerários como um percurso que se organiza a fim de possibilitar ao estudante uma ampliação de repertório e de vivências. Essa organização auxilia no processo de formação, assim como desenvolve habilidades específicas necessárias para o exercício de atividades relacionadas ao Magistério.

O Plano Nacional da Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9.394 (LDB), a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, agora, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) convalidam a importância de uma educação integral, que traz como premissa um olhar inovador e inclusivo para o processo educativo que busca levar os estudantes a “reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável (BRASIL,2018,p.14).

Sustentados por essa perspectiva, na formação do Curso Normal – Nível Médio - Magistério, não se pode compreender o conhecimento de modo fragmentado, mas em uma perspectiva sistêmica, que considera a realidade como um todo, isto é, um ecossistema que articula vários sistemas: familiar, social, histórico, cultural e outros.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

O componente curricular de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa ancora-se primeiramente nos fundamentos da área de Linguagens e suas Tecnologias dispostos na Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014:

Figura 08: Conceitos Científicos Articuladores da Área de Linguagem



Fonte: Proposta Curricular de Santa Catarina, 2014.

A compreensão de ensinar uma língua, mesmo sendo ela a língua mãe, diferencia-se daquilo que é objeto de discussão: a própria língua. Nesse componente curricular que trata da Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa no Curso Normal – Nível Médio - Magistério é importante discutir com os estudantes os objetivos do ensino de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais, bem como ampliar repertório de vivências em linguagens. Outro aspecto importante é a análise de metodologias que ampliem horizontes possíveis para o aprender e o ensinar, além de entender a avaliação como processo a partir das habilidades e competências já traçadas no Currículo Base do Território Catarinense.

Dessa forma, as atividades didáticas deste componente curricular estarão relacionadas aos eixos estruturantes, à interdisciplinaridade nas áreas e aos itinerários, com ênfase na Prática Pedagógica em Língua Portuguesa.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 48: Componente Curricular de Língua Portuguesa I e II.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I e II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.	EMIFLGG01) Investigar e analisar a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.	Dados, fatos e evidências das características regionais: culturais, étnicas, sociais e políticas, geográficas e econômicas.
	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	(EMIFLGG02) Levantar e testar hipóteses sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre	As diferentes vivências culturais na formação humana integral.
	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.		Influência digital no contexto cultural. Políticas culturais e sistema de arte e cultura. Informações, conhecimento, ideias e análise, investigação e funcionamento e/ou efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens a partir do contexto de produção e campos de atuação.

		<p>outras), situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p> <p>(EMIFLGG03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre português brasileiro, língua(s) e/ou linguagem(ns) específicas, visando fundamentar reflexões e hipóteses visando fundamentar reflexões e hipóteses sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), identificando os diversos pontos de vista</p>	
--	--	--	--

		e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.	
Processos Criativos	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p>	<p>(EMIFLGG04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre obras ou eventos de diferentes práticas artísticas, culturais e/ou corporais, ampliando o repertório/domínio pessoal sobre o funcionamento e os recursos da(s) língua(s) ou da(s) linguagem(ns).</p> <p>(EMIFLGG05) Selecionar e mobilizar intencionalmente, em um ou mais campos de atuação social, recursos criativos de diferentes línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), para participar de projetos e/ou processos criativos.</p> <p>(EMIFLGG06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, utilizando as diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; línguas; linguagens corporais e do movimento, entre outras), em um ou mais campos de atuação social, combatendo a estereotipia, o lugar comum e o clichê.</p>	<p>Diferentes manifestações criativas artísticas e culturais. Formas de composição de textos narrativos, poéticos, visuais e dramáticos.</p> <p>Propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras.</p> <p>Planejamento e organização contextual específico do material de estudo nas diferentes linguagens.</p> <p>Processamento do texto em formas de composição de gêneros e preconceitos.</p>
	(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais	(EMIFLGG07) Identificar e explicar questões socioculturais e	Questões sociais, culturais e ambientais diversas.

<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p>	<p>ambientais passíveis de mediação e intervenção por meio de práticas de linguagem.</p> <p>(EMIFLGG08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre formas de interação e de atuação social, artístico-cultural ou ambiental, visando colaborar para o convívio democrático e republicano com a diversidade humana e para o cuidado com o meio ambiente.</p> <p>(EMIFLGG09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção sociocultural e ambiental, selecionando adequadamente elementos das diferentes linguagens.</p>	<p>Trabalho de campo realizado de maneira coletiva e/ou individual na coleta do objeto de estudos.</p> <p>A situação, a opinião e o sentimento do outro.</p> <p>Estratégias de planejamento e organização.</p> <p>Proposição, implementação e avaliação em linguagem.</p> <p>Aplicação e sistematização de atividades relacionadas à linguagem oral e escrita.</p>
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu</p>	<p>EMIFLGG10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.</p> <p>(EMIFLGG11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo.</p> <p>(EMIFLGG12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos,</p>	<p>Qualidades e fragilidades pessoais.</p> <p>Coleta de dados com foto, vídeo-minutos, documentário, entrevista com pessoas com influência no assunto.</p> <p>Estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo.</p> <p>Práticas de linguagem nos Anos Iniciais: leitura de textos; produção de texto; oralidade; análise linguística e semiótica.</p> <p>Desenvolvimento, objetivos presentes e futuros.</p> <p>- Projeto de vida e</p>

	<p>próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>	<p>utilizando as práticas de linguagens socialmente relevantes, em diferentes campos de atuação, para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.</p>	<p>futuro.</p> <p>- Elaboração de projetos de docência para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da linguagem.</p>
<p>Docência</p> <p>Dimensão do Conhecimento Profissional</p>	<p>Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos no currículo.</p> <p>Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos das diversas áreas de conhecimento e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>Aplicar estratégias de</p>	<p>Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.</p> <p>Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.</p> <p>Reconhecer os contextos de vida dos estudantes.</p> <p>Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.</p> <p>Reconhecer a cientificidade dos objetos do conhecimento a serem trabalhados em busca do processo de ensino e de aprendizagem.</p>	<p>Conhecimentos e processos. Organizar e planejar atividades de fala, escuta, leitura e escrita.</p> <p>Direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento.</p> <p>Literatura infantil como instrumento de conhecimentos em todas as áreas</p> <p>Textos propícios para cada faixa etária/ ano letivo</p> <p>Documentário, vídeos, filmes, saídas de campo como possibilidades de aprendizagem de linguagem.</p> <p>Visitas a espaços culturais, desportivos, recreativos.</p> <p>Estrutura curricular e a BNCC.</p> <p>Conhecimentos interdisciplinaridade e multidisciplinaridade por meio do instrumento literatura infantil.</p> <p>Conhecimento pedagógico acerca do ensinar e aprender língua portuguesa.</p> <p>Concepções e relações pedagógicas no processo de ensino da língua</p>

	<p>ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>		<p>portuguesa.</p> <p>Contextos, vida dos estudantes.</p> <p><i>Performances</i> pedagógicas.</p> <p>Estratégias de ensino diferenciadas e atividades didáticas orientadas.</p> <p>BNCC e as orientações curriculares.</p> <p>Conhecimentos básicos de Língua Portuguesa aplicados ao Português brasileiro.</p>
<p>Docência</p> <p>Dimensão Prática Profissional</p>	<p>Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>Organizar o ensino e a</p>	<p>Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.</p> <p>Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.</p> <p>Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.</p> <p>Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, das competências e habilidades.</p>	<p>Conteúdos curriculares, estratégias e aprendizagem.</p> <p>(Re)avaliação constante da atuação do docente.</p> <p>Repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas. Busca da construção do saber pedagógico da formação docente.</p>

	<p>aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p>		
<p>Docência</p> <p>Dimensão do Engajamento Profissional</p>	<p>Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais</p>	<p>Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.</p> <p>Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos.</p> <p>Engajar-se,</p>	<p>Planejamento profissional.</p> <p>Práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais.</p> <p>Estudos, pesquisa: a problemática do ensino de língua portuguesa e a educação literária escolar.</p> <p>Construção de conhecimento em</p>

	necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.	profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.	linguagem. Encaminhamento de propostas que gerem caminhos alternativos para as realidades pesquisadas. Construção de saber pedagógico. Discussão de problemas/ conflitos.
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A mediação do professor, neste curso, cumpre o papel de organizar ações que possibilitem o envolvimento de determinadas concepções teórico-metodológicas sobre os objetivos que têm o ensino de Língua Portuguesa, já mencionados na BNCC e na Base Curricular do Território Catarinense, compreendendo as práticas de linguagem como facilitadoras do processo de aprendizagem nas diferentes esferas (humanas, econômicas, sociais, políticas, ambientais, culturais e religiosas), visando, nesse caso, o ensino para a compreensão da norma culta e do conhecimento da língua como instituição social, reconhecendo nesse contexto as diferenças e as diversidades.

Desta forma, o documento assume a função de privilegiar a prática do como ensinar metodologicamente, promovendo conceitos advindos do conhecimento científico, para o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, permitindo que o estudante tenha a compreensão das diversas variedades linguísticas que viabilizem a estruturação da consciência, do pensamento humano e operações abstratas, onde seja possível construir conhecimento com e sobre a própria língua.

Salienta-se ainda que é preciso saber intervir nas produções textuais, leitura, oralidade, interpretações e análises, para que o aluno tenha condições de refletir sobre suas produções, adquirindo autonomia de ação e elaborando conceitos da área. (SANTA CATARINA, 2019 p. 212).

O pressuposto fundamental deste documento é subsidiar estratégias a serem desenvolvidas com o estudante (futuro professor) para a intervenção que fará nas instituições de ensino por onde adentrar. Assim, é necessário considerar este texto como caminho para a organização curricular do componente curricular de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e, como tal, oferecer base para que cada estudante e professor construa e desenvolva capacidades reflexivas sobre a prática e sobre a organização de ações para que se compreenda e desenvolva conceitos nessa área de conhecimento.

AValiação

Compreender avaliação formativa e contínua como instrumento importante e imprescindível para verificar os avanços dos sujeitos ligados ao processo educativo requer um

olhar consistente e alinhado à BNCC, ao CBTC e aos demais documentos, para que seja garantida uma reflexão profunda em relação aos direitos de aprendizagem, conhecimentos, as competências e as habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade, nesse caso específico, da relação de docentes e discentes envolvidos no componente Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I e II do Curso Normal em Nível Médio - Magistério.

A avaliação que está presente em vários momentos da vida, requer na escola processos contínuos que permitem também analisar aspectos de intervenção, planejamento, e o redimensionamento das ações diagnósticas. Por isso, constantemente somos convidados a avaliar, refletir e examinar diversas ações ocorridas no ambiente de ensino.

Assim, a avaliação da aprendizagem nas escolas, especificamente na educação infantil e Anos Iniciais, deve ser pensada com o intuito de promover e abarcar as necessidades e especificidades das crianças, utilizando a avaliação como uma ferramenta em prol do desenvolvimento de cada ser em suas individualidades. Nesse sentido, cabe ao Curso Normal – Nível Médio - Magistério, permitir aos futuros professores essa reflexão de que todos devem participar do processo de forma equânime.

Pretende-se, desta forma, aferir a percepção dos estudantes do Curso Normal – Nível Médio - Magistério (futuros professores da Educação Infantil e Anos Iniciais) a necessidade de intervir nas produções textuais, leitura, oralidade, interpretação e análises, acerca das possibilidades do ato de avaliar, buscando verificar as concepções nelas presentes.

Desta forma, deve-se internalizar a avaliação como processo contínuo de evolução do estudante em todos os aspectos e não como momento único e isolado, ou seja, deve levar em conta “tudo” ao avaliar e não servir apenas para aprovar ou reprovar. Assim, a avaliação passa a ser um instrumento de ampla reflexão sendo o pilar de facilitação da construção do conhecimento, adquirindo autonomia de ação, resolução de problemas e elaboração de conceitos no decorrer desse percurso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999**. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de docentes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais curriculares para elaboração dos itinerários formativos**. Brasília: MEC, 2019.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: Disciplinas curriculares. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações** - Organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual para o Ano Letivo 2014. Florianópolis, 2013.

METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA I E II

Professores Colaboradores/Elaboradores

Aline da Costa (17^a CRE)
Fernanda Martins Wernke (36^a CRE)
Giovana Polnow Bassi (24^a CRE)
Luís Anderson Antunes (27^a CRE)
Luis Duarte Vieira (SED)
Márian Conceição (SED)
Mayara Serafim Schlickmann (36^a CRE)
Patrícia Conceição Matana (07^a CRE)
Valmir José Turcatto (11^a CRE)

Consultora

Edséia Suethe Faust Hobold (36^a CRE)

Escrever um currículo que tem por objetivo a formação inicial de professores requer pensar sobre vários aspectos tais como, quais conhecimentos matemáticos são essenciais para a docência e que necessitam de aprofundamento teórico? Qual é a forma (método) de desenvolver esses conhecimentos na docência cujo propósito é o desenvolvimento do pensamento teórico do futuro professor? Quais métodos utilizar na abordagem destes conhecimentos, tendo em vista, que ao ensinar um conceito, geralmente, o professor toma como fundamento a compreensão desenvolvida ao longo da Educação Básica e ou na Formação Inicial? Diante destes questionamentos, revela-se, dentre outras questões, que a qualidade do ensino está vinculada, também, à formação do professor.

O futuro professor terá como campo de atuação a sala de aula. Uma de suas tarefas consiste em desenvolver nos estudantes a criatividade, as capacidades intelectuais, o pensamento crítico e criativo. Esta prática pedagógica influencia na formação da personalidade dos sujeitos, pois,

[...] ao se responsabilizar pelo trabalho educativo sistemático e intencional com as objetivações humano-genéricas, nas diferentes esferas da vida, contribuindo para que estas sejam apropriadas pelas novas gerações, apresenta-se como determinante para a formação da personalidade. (ARAÚJO; MORAES, 2017, p. 52).

Assim, o movimento da atividade de ensino da docência deve propiciar a **mobilização de necessidades**, ou seja, a de “aprender a ensinar e a organizar o ensino” (SOUZA; MORETTI, 2021, p. 7) e nos **motivos** “possibilitar que os estudantes aprendam, planejando ações orientadas para esse fim e pautadas em operações reguladas por condições que favoreçam o desenvolvimento do processo educativo” (SOUZA; MORETTI, 2021, p. 7).

Diante do exposto, os componentes curriculares **Metodologia da Matemática I e II** têm objetivo de estudar diferentes metodologias para abordagens dos objetos do conhecimento relacionados à matemática. Sugere-se que os objetos do conhecimento sejam aprofundados e desenvolvidos de modo progressivo e em espiral com os futuros docentes.

Vale lembrar que estes componentes estão organizados de acordo com os marcos legais que regem o Novo Ensino Médio. Cabe ressaltar que, a Parte Flexível/Itinerários Formativos do Currículo, conforme atuais diretrizes devem estar estruturados nos quatro eixos estruturantes (Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção

Sociocultural e Empreendedorismo). O currículo do Ensino Médio catarinense entrelaça os mesmos com os da Perspectiva Histórico-Cultural, pautada nos pressupostos de Vygotsky, consolidado com a Teoria da Atividade de Leontiev, bem como na Teoria da Aprendizagem Desenvolvimental, do sistema Elkonin-Davídov e na atividade Orientadora de Ensino de Moura (2016). Para além destes pressupostos, o Curso Normal em Nível Médio – Magistério agrega mais um eixo: **Docência** que se desdobra em três dimensões: 1) Conhecimento profissional; 2) Prática profissional e 3) Engajamento profissional, pautado na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 – BNC-Formação.

Assumir o arcabouço apresentado anteriormente é um grande desafio para o professor coordenador e o futuro docente, pois a atividade pedagógica “tem como objeto a formação de professores, que por sua vez terão como objeto a concretização de propostas curriculares” (MOURA, 2017, p. 98). Nesse contexto, requer aprofundamento teórico do ponto de vista filosófico, epistemológico, metodológico, didático e matemático. É fundamental compreender como a criança aprende e é impulsionada a aprender e como ensinar esse movimento no Curso Normal em Nível Médio - Magistério, pois se trata da preparação de jovens que, posteriormente, ensinarão crianças.

Preconiza-se, nestes componentes aprofundar conhecimentos sobre diferentes tipos de metodologias, tais como, resolução de problemas, modelagem matemática, jogos, situação desencadeadora de aprendizagem, entre outras. Elementos estes, fundamentais para o desenvolvimento do pensamento matemático do futuro professor em preparação para o exercício da docência. Cabe lembrar que o professor do curso tem como objeto a formação de professores, e que estes terão como objeto a concretização do Currículo, portanto requer o cuidado para aprofundar os objetos do conhecimento e articular com a transposição didática.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Objetiva-se aprofundar, ampliar e apreender diferentes tipos de metodologias para o ensino de matemática e sua aplicabilidade na docência, desenvolvendo habilidades de organização, planejamento, engajamento, comprometimento, espírito empreendedor e relacionamento interpessoal.

Nesse contexto, compreende-se que a formação docente é um processo contínuo, visto que, o ponto de partida no Curso Normal em Nível Médio – Magistério pretende marcar a identidade docente dos estudantes, na medida em que oferece todo um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o exercício da profissão docente. Acredita-se que a formação inicial irá oportunizar um percurso metodológico em que o modo de pensar e trabalhar com o ensino irá garantir a aprendizagem dos estudantes em diferentes realidades. Pretende-se superar a dicotomia teoria e prática, privilegiando a autonomia, a criatividade e a criticidade dos futuros professores. Na concepção de Gatti (2013) é fundamental aliar "conhecimento acadêmico e conhecimento que vem com o exercício da profissão e com as experiências vividas em situações escolares na educação básica". (GATTI, 2013, p. 98).

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 49: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Matemática I.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de Matemática I			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFMAT01) Investigar e analisar situações problema identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para uma dada situação, elaborando modelos para sua representação.</p> <p>(EMIFMAT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na explicação ou resolução de uma situação-problema elaborando modelos com a linguagem matemática para analisá-la e avaliar sua adequação em termos de possíveis limitações, eficiência e possibilidades de generalização.</p> <p>(EMIFMAT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a contribuição da Matemática na explicação de fenômenos de natureza científica, social, profissional, cultural, de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e</p>	<p>- Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na explicação ou resolução de uma situação-problema, elaborando modelos com a linguagem matemática para analisá-la e avaliar sua adequação em termos de possíveis limitações, eficiência e possibilidades de generalização.</p> <p>- Investigar e analisar diferentes representações ou modelos matemáticos (geométrico, algébrico, gráfico) para expressar raciocínios, diálogos, esquemas, sequências, tabelas, abstrações e generalizações.</p> <p>- Selecionar e sistematizar conhecimentos matemáticos para a resolução de problemas.</p> <p>-Investigar e analisar situações-problema envolvendo juros simples e compostos, descontos simples e compostos com ou sem planilhas eletrônicas.</p> <p>- Investigar, analisar e compreender situações-problemas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução de problemas que envolvem as quatro operações básicas, sistema monetário, educação financeira, medidas de capacidade, volume, área, representações fracionárias, entre outros. • Modelagem Matemática. • Etnomatemática. • Mídias tecnológicas.

	buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.	envolvendo o sistema monetário.	
Processos Criativos	<p>(EMIFMAT04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica na produção do conhecimento matemático e sua aplicação no desenvolvimento de processos tecnológicos diversos.</p> <p>(EMIFMAT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados à Matemática para resolver problemas de natureza diversa, incluindo aqueles que permitam a produção de novos conhecimentos matemáticos, comunicando com precisão suas ações e reflexões relacionadas a constatações, interpretações e argumentos, bem como os adequando às situações originais.</p> <p>(EMIFMAT06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, considerando a aplicação dos conhecimentos matemáticos associados ao domínio de operações e relações matemáticas simbólicas e formais, de modo a desenvolver novas abordagens e estratégias para enfrentar novas situações.</p>	<p>- Compreender a relação com o dinheiro, o orçamento familiar, e refletir sobre a saúde financeira.</p> <p>- Conhecer e analisar as formas mais comuns para investir o próprio dinheiro ou o da família.</p> <p>- Investigar e analisar a modelagem matemática como ferramenta para a resolução de problemas e sistematização da aprendizagem matemática.</p> <p>- Reconhecer a etnomatemática como manifestação metodológica das diferentes culturas.</p> <p>- Reconhecer o uso das diversas mídias como ferramenta pedagógica no processo ensino aprendizagem.</p> <p>- Propor e testar soluções criativas e inovadoras sobre problemas que envolvam juros simples ou compostos, utilizando planilhas eletrônicas e redes sociais.</p>	
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFMAT08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimento e recursos matemáticos para propor ações individuais e ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais</p>	<p>- Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras, considerando a aplicação dos conhecimentos matemáticos associados ao domínio</p>	

	<p>e ambientais. (EMIFMAT01) Investigar e analisar situações-problema identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para uma dada situação, elaborando modelos para sua representação.</p>	<p>de operações e relações matemáticas simbólicas e formais, de modo a desenvolver novas abordagens e estratégias.</p> <p>- Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimento e recursos da etnomatemática para propor ações individuais e ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e ambientais.</p>	
Empreendedorismo	<p>(EMIFMAT11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos da Matemática para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo. (EMIFMAT12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando processos e conhecimentos matemáticos para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.</p>		
Docência	<p>Conhecimento Profissional 1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas. 1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais. 1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p>		

	<p>Prática Profissional</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p>		
	<p>Engajamento Profissional</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola</p>		

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 50: Componente Curricular Metodologia do Ensino de Matemática II.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino de Matemática II			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos de conhecimento

<p style="text-align: center;">Investigação Científica</p>	<p>(EMIFMAT01) Investigar e analisar situações problema identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para uma dada situação, elaborando modelos para sua representação.</p> <p>(EMIFMAT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a contribuição da Matemática na explicação de fenômenos de natureza científica, social, profissional, cultural, de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>- Investigar e analisar a atividade orientadora de ensino (AOE) como proposta teórico-metodológica desencadeadora de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de conceitos matemáticos.</p> <p>- Investigar e analisar situações desencadeadoras de aprendizagem (SDA) para o ensino de conceitos matemáticos.</p> <p>- Selecionar e sistematizar histórias virtuais do conceito (SDA) para desenvolver conceitos matemáticos tais como o número, quatro operações básicas entre outros.</p> <p>- Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ ou pesquisas, jogos tais como raciocínio lógico, trilhas, tabuleiros, entre outros para desenvolver conceitos matemáticos.</p> <p>- Selecionar e mobilizar jogos criativos relacionados à Matemática para resolver problemas de natureza diversa, incluindo aqueles que permitam a produção de novos conhecimentos matemáticos, comunicando com precisão suas ações e reflexões relacionadas a constatações, interpretações e argumentos, bem como adequando-os às situações originais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade orientadora de ensino (AOE.). • Situações desencadeadoras de aprendizagem (SDA): história virtual do conceito, jogos e situações emergentes do cotidiano. • Matemática e leitura. • Jogos Matemáticos: tais como os de raciocínio lógico, tabuleiro, batalha naval, traverse, adivinhação, sudoku, Tangram entre outros.
<p style="text-align: center;">Processos Criativos</p>	<p>(EMIFMAT04) Reconhecer produtos e/ ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica na produção do conhecimento matemático e sua aplicação no desenvolvimento de processos tecnológicos diversos.</p> <p>(EMIFMAT05) Selecionar e mobilizar</p>	<p>- Selecionar e mobilizar experiências do mundo real e representar este movimento de diferentes modos tais como em tabelas, figuras e esquemas, associando-as a conceitos e propriedades.</p> <p>- Selecionar e mobilizar intencionalmente diferentes tipos de problemas interpretando-os e</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização matemática

	<p>intencionalmente recursos criativos relacionados à Matemática para resolver problemas de natureza diversa, incluindo aqueles que permitam a produção de novos conhecimentos matemáticos, comunicando com precisão suas ações e reflexões relacionadas a constatações, interpretações e argumentos, bem como adequando-os às situações originais. (EMIFMAT06)</p> <p>Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, considerando a aplicação dos conhecimentos matemáticos associados ao domínio de operações e relações matemáticas simbólicas e formais, de modo a desenvolver novas abordagens e estratégias para enfrentar novas situações.</p>	<p>desenvolvendo a leitura matemática.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propor e testar diferentes recursos metodológicos como brincadeiras, jogos entre outros, considerando a aplicação dos conhecimentos matemáticos associados ao domínio de operações e relações matemáticas simbólicas e formais, de modo a desenvolver novas abordagens e estratégias para enfrentar novas situações. - Selecionar e mobilizar histórias virtuais como recursos metodológicos criativos para o ensino de conceitos matemáticos. - Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimento e recursos da etnomatemática para propor ações individuais e ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e ambientais. - Investigar e analisar situações-problema sobre alfabetização matemática identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para situações diversas, elaborando modelos para sua representação. 	
<p style="text-align: center;">Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFMAT08)</p> <p>Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimento e recursos matemáticos para propor ações individuais e ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e ambientais. (EMIFMAT01)</p> <p>Investigar e analisar situações-problema identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para uma</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dominar o Conhecimento Pedagógico sobre alfabetização matemática tomando como referência as competências e habilidades esperadas para Ensino Fundamental I. - Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas de Metodologia da Matemática II sobre Situação desencadeadora de aprendizagem (SDA) para o ensino de conceitos no Ensino Fundamental I. 	

	dada situação, elaborando modelos para sua representação.		
Empreendedorismo	(EMIFMAT11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos da Matemática para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo. (EMIFMAT12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando processos e conhecimentos matemáticos para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.		
Docência	Conhecimento Profissional 1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar. 1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada. 1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas. 1.3.2 Compreender os		

	<p>objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se aperfeiçoe a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p>		
--	---	--	--

	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento</p>		
	<p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas,</p>		

	<p>tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As orientações metodológicas para o componente curricular de Metodologia do Ensino da Matemática I e II tomam como base as mesmas previstas no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – CBEMTC, ao qual prevê que os conceitos estruturantes, as competências e as habilidades específicas sejam desenvolvidas mantendo a coerência teórica adotada no “Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense” (2019), ou seja, no CBTC, prevê que os objetos de conhecimento sejam desenvolvidos por meio de situação desencadeadora de aprendizagem (SDA).

A Situação Desencadeadora de Aprendizagem (SDA) se apresenta como uma possibilidade para um modo geral de organização do ensino da matemática. Sua pertinência traz como característica o contexto teórico explicitado nas Propostas Curriculares de Santa Catarina, ou seja: a Teoria Histórico-Cultural anunciada em sua primeira versão em 1991, assumida em 1998, confirmada em aderência com a Teoria da Aprendizagem Desenvolvimental em 2014, reafirmadas e traduzidas por meio da SDA em 2019 (SANTA CATARINA, 2021, p. 40).

Uma SDA pode se constituir em história virtual do conceito, problema emergente do cotidiano e jogo, cada qual com sua especificidade (MOURA, 2016). Como mencionado no texto introdutório, o professor do componente tem como objeto a formação de professores, e estes terão como objeto, a concretização do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais do Território Catarinense.

Para tanto, a escolha de SDA está vinculada ao desenvolvimento que se encontra o sujeito da aprendizagem, num curso de formação inicial de professores, ou seja, estudantes com idade entre quinze e dezoito anos, e na especificidade destes componentes curriculares, estudantes egressos do Ensino Médio.

Assim, os objetos do conhecimento devem ser abordados com o objetivo de consolidar e ampliar os conceitos em nível científico e tecnológico do futuro docente. Que este se aproprie dos objetos de conhecimento essenciais para sua atuação nos Anos Iniciais. Deste modo, o interesse nos estudos é promover habilidades para exercer em sua profissão: a docência.

Nas orientações metodológicas da Área de Matemática e suas Tecnologias dos currículos Base da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019; 2021) encontram-se sugestões de situações desencadeadoras de aprendizagem que podem auxiliar no planejamento do processo ensino e aprendizagem para esses componentes curriculares. Também, apresentamos no final desse documento, sugestões de leitura que podem contribuir com o trabalho do professor no desenvolvimento desses componentes.

AValiação

O processo avaliativo deve estar presente durante todo o percurso dos componentes, ou seja, a avaliação é processual e contínua, conforme previsto nos documentos oficiais, Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014) e dos Currículos Base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019; 2021). Estes documentos apontam que a avaliação é um instrumento investigativo muito importante do processo ensino aprendizagem, possibilitando a tomada de decisão no desenvolvimento das atividades orientadoras de ensino. Assim, a avaliação deve ser fundamentada na legislação vigente em âmbito estadual e nacional, devendo estar contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola.

Cabe salientar que o desencadeamento dos componentes é dado pelas unidades curriculares, as quais promovem a articulação entre os objetos de conhecimento da área da Matemática, das habilidades dos eixos estruturantes e das habilidades previstas na BNCC. Neste contexto, avaliar é levar em consideração situações de aprendizagens que permitam aos estudantes criar, produzir conhecimentos, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros, além de valorizar a bagagem de conhecimento que o estudante possui, respeitando os tempos e as maneiras de aprender, bem como, acompanhar e verificar seu processo evolutivo durante as aulas, de modo a reconhecer suas limitações e ajudar a superá-las.

Os instrumentos avaliativos deverão ser os mais diversificados possíveis, dentre eles, destacam-se: leitura e produção de textos, relatórios de saídas de campo, seminários, debates, auto avaliação, relatórios de pesquisa, avaliação das etapas do projeto, entre outros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elaine Sampaio; MORAES, Silvia Pereira Gonzaga. Dos princípios da pesquisa em educação como atividade. In: MOURA, Manoel Oriosvaldo de (orgs.). **Educação escolar e pesquisa na Teoria Histórico-Cultural**. Campinas, SP: Autores Associados, p.47-70, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 9 ago. 2020. Brasil, 2018.

DAVÍDOV, V. V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**: investigación teórica y experimental. Trad. Janeiro: Wak, 2009. Marta Shuare Moscú: Progreso, 1988.

GATTI, B. A. **Educação, escola e formação de professores**: políticas e impasses. Educar em Revista, Curitiba, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013.

MOURA et al. **A Atividade Orientadora de Ensino como Unidade entre Ensino e Aprendizagem**. In: MOURA, Manoel Oriosvaldo de. (Org.). A atividade pedagógica na teoria histórico- cultural. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 93-125, 2016.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A objetivação do currículo na atividade pedagógica; **Obutchénie**: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica. Uberlândia, MG. v.1, n.1, p.98-128/jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/38419>. Acesso em: 31 de julho de 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Desporto. **Diretrizes 3**: Organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais competências e habilidades. Florianópolis, 2001, 130p.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: uma contribuição para a escola pública, do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis, p.85, 1991.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (formação docente para a educação infantil e as séries iniciais). Florianópolis, p.155, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, p. 192, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, p.192, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual**. Florianópolis, p. 140, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender**: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola. Florianópolis, p.72, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 2 - Áreas do conhecimento**. Florianópolis: SED, 2021.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 4 - Portfólio dos(as) Educadores (as)**. Florianópolis: SED, 2021.

SOUZA, Flávia Dias de; MORETTI, Vanessa. Teoria Histórico-Cultural e Educação Matemática: diálogos possíveis na formação de professores. **Revista Venezuelana de Investigación en Educación Matemática (REVIEM)**, v. 1, nº 2, pp. 1-26, 2021.

SUGESTÕES DE LEITURAS AO PROFESSOR

ARAÚJO, Elaine Sampaio. Atividade orientadora de ensino: princípios e práticas para organização do ensino de matemática. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, v. 8, p. 123-146, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22385800.2019.8.15.123-146>.

BATISTA, Mariana Lais. **A unidade afeto-cognição em situações de ensino que envolvam música e matemática para a apropriação do conceito de fração**. 2022. Dissertação (Mestrado em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/28562>; e Theo no mundo da música (proposta metodológica para o ensino e frações). Disponível em: https://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/28562/3/matematicamusicaconceitofracao_produto.pdf.

LOPES, A. R. L. V.; MOURA, M. O. de; ARAUJO, E. S.; CEDRO, W. L. Trabalho coletivo e organização do ensino de matemática: princípios e práticas. **Zetetiké**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 13–28, 2016. DOI: 10.20396/zet.v24i45.8646526. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646526>. Acesso em: 9 nov. 2022.

MORETTI, Vanessa Dias; VIRGENS, Wellington Pereira das; ROMEIRO, Irajá de Oliveira. Generalização Teórica e o Desenvolvimento do Pensamento Algébrico: contribuições para a formação de professores dos Anos Iniciais. **Bolema**. Rio Claro (SP), v. 35, n. 71, p. 1457-1477, dez. 2021.

MOURA, M. O.; SFORNI, M. S. F.; LOPES, A. R. L. V. A objetivação do ensino e o desenvolvimento do modo geral da aprendizagem da atividade pedagógica. In: MOURA, M. O. (Org.). **Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural**. São Paulo: Edições Loyola, p. 71-99, 2017.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A objetivação do currículo na atividade pedagógica; **Obutchénie**: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica. Uberlândia, MG. v.1, n.1, p.98-128/jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/38419>. Acesso em: 31 de julho de 2022.

ROMEIRO, I. O. ; MORETTI, Vanessa Dias. O movimento do pensamento teórico de professores sobre o conceito de fração e o sentido atribuído aos materiais didáticos: um exemplo de multiplicação com frações. **Revista Acta Scientiae**. v. 23, p. 1-28, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/61410/31743>.

ROSA, Josélia Euzébio da. MARCELO, Fabiana de Souza. Teoria do Ensino Desenvolvidor e atividade orientadora de ensino na sistematização do sistema de numeração no contexto da formação inicial de professores. **Revista de Educação Matemática** (REMat). São Paulo (SP), v.10, n.01, p. 01-21, 2022.

SILVA, Rayssa de Moraes; ALMEIDA, Jadilson Ramos de. A mobilização do pensamento algébrico de uma estudante concluinte dos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Pensamento algébrico nos anos iniciais: diálogos e complementaridades entre a teoria da objetivização e a teoria histórico-cultural**.

MORETTI, Vanessa Dias; RADFORD, Luis. (orgs.). São Paulo: Livraria da Física, p.149-170, 2021.

SILVA, M. M. ; CEDRO, W. L. . Discutindo as Operações de Adição e Subtração com Futuros Professores dos Anos Iniciais. Boletim de Educação Matemática. **BOLEMA**, v. 33, p. 470-490, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n64a02>.

VERGEL, R. Reflexões teóricas sobre a atividade semiótica dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental em uma tarefa de sequência de padrões. In: MORETTI, V. D.; RADFORD, L. (Orgs.). **Pensamento algébrico nos anos iniciais: diálogos e complementaridades entre a teoria da objetivização e a teoria histórico-cultural**. São Paulo: Livraria da Física, p. 79-104, 2021.

Ser Professor?

É amar, amar e amar as pessoas, transmitir a essência do que se tem de melhor!

Com isso poderão ser humanos melhores!

Eu sempre me preocupei com a vida real e o que nos cerca.

Quando vão escovar os dentinhos, fechem a torneira para economizar água!

Eu costumava dizer:

Meus lindos, o material escolar dado à vocês, têm imposto sob eles.

O governo não dá! Ele compra com o dinheiro que pega da gente.

Há um tempo atrás encontrei um aluno, já com cabelos grisalhos.

Ele me disse:

-Nossa, professora, as coisas que a senhora me ensinou ficaram na minha mente! Obrigada!

Eu pensei comigo mesma:

Consegui plantar sementes!

*Formanda do Curso do Magistério de 1970
Professora Terezinha Possenti de Lins*

**TRILHA DE
APROFUNDAMENTO DOS
ANOS INICIAIS –
ESTÁGIO I E II**

**UNIDADE CURRICULAR:
PESQUISA DE CAMPO NOS ANOS INICIAIS -
ESTÁGIO**

PESQUISA DE CAMPO NOS ANOS INICIAIS

Professores Colaboradores/Elaboradores

Cleusa Maria Felisberto Tavares (22^a CRE)
Delires Tormen Lisbôa (05^a CRE)
Elenise Ignaczuk (17^a CRE)
Jorge José da Cunha (18^a CRE)
Josiane Aparecida Rocha Leite (17^a CRE)
Lisdelize Catherine Barreiros de Meira (19^a CRE)
Marcia Regina Vinholi Poltronieri (17^a CRE)
Maria Gorete da Rosa Izidoro (20^a CRE)
Marly Salvan Gabriel (21^a CRE)
Miriam Lima dos Santos Weber (25^a CRE)
Regiane Sepanhaki de Moraes (26^a CRE)
Ricardo Luiz de Bittencourt (21^a CRE)
Rosilane Fatima Varnier (17^a CRE)
Tânia Maurícia Willamil Silva (IEE)

A formação inicial de professores tem sido apontada como um dos principais desafios a serem assumidos pelos gestores da educação básica e superior. Os relatórios de avaliação do sistema educacional brasileiro indicam o quanto, ainda, se faz necessário para avançar na qualidade social da educação. Assim, torna-se necessário que a formação de professores a ser realizada no Curso Normal em Nível Médio - Magistério deve estabelecer o diálogo entre teorias e práticas educativas para superar a fragmentação, muitas vezes, observada no campo da educação. Não se pode falar de transformação no campo da educação sem criar as condições de possibilidade de engajamento dos professores. Esse passa necessariamente pela formação, condições de trabalho, salários adequados que culmine com a valorização profissional.

Os componentes curriculares **Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais e Pesquisa de Campo com Intervenção nos Anos Iniciais - Estágio** intencionam inserir o estudante no contexto escolar e no aprendizado da profissão docente. Desse modo, as atividades de estágio iniciam com a inserção do mesmo no contexto escolar por meio da observação e elaboração de diagnósticos. A partir desses diagnósticos se constroem os projetos de estágio com atividades de regência e a participação em ações complementares. O desenvolvimento dos projetos de estágio contempla, ainda, a produção de relatórios e a socialização das experiências em um seminário organizado para esta finalidade.

As atividades de estágio a serem desenvolvidas devem ser norteadas pelo eixo da Pesquisa/Investigação Científica. Atualmente, os projetos de formação de professores integram o ensino e a pesquisa assumindo uma das competências básicas, estabelecida pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial dos professores da Educação Básica (BNC-Formação): “pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.”

Na composição dos projetos de estágios deve-se observar os princípios pedagógicos estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular-BNCC e no Currículo Base do Território Catarinense – CBTC.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 51: Componente Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais.

Componente Curricular: Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Iniciação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p>	<p>-Reconhecer o comportamento científico na busca do conhecimento que possibilite desenvolver e avaliar os projetos pedagógicos.</p> <p>-Compreender e conceituar ciência e conhecimento científico e descrever suas características, diferenciando senso comum e científico.</p> <p>-Participar de forma produtiva em atividades de pesquisa.</p> <p>-Reconhecer os instrumentos de pesquisa, sobretudo, a observação, elemento de coleta de dados, diagnóstico e avaliação para as futuras intervenções.</p> <p>-Reconhecer a observação como fundamental da leitura crítica da realidade de sala de aula, e, conseqüentemente, como subsídio ao professor na construção do processo pedagógico.</p> <p>-Desenvolver o perfil do professor/ pesquisador.</p> <p>-Conhecer as Diretrizes de atuação do Estágio nos Anos Iniciais, comprometendo-se com as mesmas de</p>	<p>O que é pesquisa científica, princípios e instrumentos. Perfil do pesquisador. Ensino Fundamental – Anos Iniciais: concepções e finalidades. Atuação docente nos Anos Iniciais. Currículo do Território Catarinense e suas especificidades – Ensino Fundamental. BNCC e Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 BNC/Formação Inicial e Continuada. Conhecimento escolar mediante a análise da condição histórico-cultural da criança e da infância. A função social e institucional do Projeto Político Pedagógico. Diretrizes e legislação da atuação no estágio nos Anos Iniciais. Postura e comportamento ético. A importância dos estágios na formação de professores. Articulação teoria/prática. Pesquisas e teóricos que discutem o registro da prática pedagógica. Apresentação, distribuição e conhecimento dos Campos de Estágio. Conhecimento dos campos de estágio e definição dos projetos de observação nas unidades escolares. Observação, participação, registro/documentação e análise dos contextos e das</p>

	<p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>forma ética e responsável.</p> <p>-Compreender o conceito de ética e ética profissional, tendo-a como base nas suas ações e interações durante o estágio.</p> <p>-Compreender as concepções e finalidades dos Anos Iniciais, segundo as legislações vigentes e aporte teórico da área tendo-as como referência para o estágio.</p> <p>-Identificar o contexto institucional, social, cultural, econômico e político do campo de estágio;</p>	<p>relações educativas.</p> <p>Orientação para elaboração do diagnóstico e levantamento de necessidades.</p> <p>Orientação para o relatório de estágio.</p> <p>Leituras e construção de textos, em que as crianças e as situações pedagógicas vividas por elas, sejam observadas e descritas - um exercício para a produção de uma avaliação descritiva.</p> <p>Elaboração de diários de bordos, portfólios e relatórios das observações e práticas.</p> <p>Elaboração do Relatório de Estágio e Socialização sistemática das vivências de observação de estágio.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p>	<p>-Analisar o Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar no Campo de estágio.</p> <p>-Desenvolver um olhar sensível para as crianças e o cotidiano e aprender a fazer registros significativos que subsidiarão o planejamento e a avaliação.</p>	<p>Atividades complementares e projeto de iniciação à investigação científica.</p> <p>Tecnologias digitais de informação e comunicação.</p> <p>Metodologias Ativas.</p> <p>Elaboração de materiais acerca da ação pedagógica e/ou dos registros desta, a partir do uso de recursos tecnológicos utilizados na observação.</p>
	<p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p>	<p>-Observar e documentar a trajetória de estágio, refletindo criticamente sobre o trabalho docente articulado com a teoria e prática.</p> <p>-Participar da educação e cuidado das crianças no contexto das observações,</p>	
	<p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p>	<p>estabelecendo relações entre teoria e prática, demonstrando compromisso político, pedagógico, ético e científico.</p> <p>-Articular teoria/prática durante o processo de estágio apropriando-se de conhecimentos profissionais para a</p>	
<p>(EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para</p>			

	<p>problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.</p>	<p>docência nos Anos Iniciais. -Observar e documentar a trajetória de estágio, refletindo criticamente sobre o trabalho docente articulado com a teoria e prática.</p>	
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho,</p>	<p>docência nos Anos Iniciais. -Identificar o registro como ferramenta da prática pedagógica e da própria formação do professor. -Relacionar o processo de elaboração do registro da observação pedagógica com a avaliação descritiva das crianças nos Anos Iniciais. -Compartilhar com professores do campo de estágio e com o professor orientador suas experiências, ampliando o olhar para com as crianças. -Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no contexto do estágio como recurso pedagógico para comunicar, acessar e disseminar informações. -Dominar procedimentos de trabalho interativo e desenvolver capacidade comunicativa (comunicar-se e relacionar-se com as pessoas, assumir a aula como um processo comunicacional). -Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho,</p>	

	<p>demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>	<p>demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais.</p>	
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente</p>		

	<p>conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p>		
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional 1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar. 1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo. 1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes; 1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares. 1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como</p>		

	<p>referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das</p>		
--	---	--	--

	<p>competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as</p>		
--	--	--	--

	<p>características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.4.1 Desenvolver</p>		
--	--	--	--

	<p>práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes</p>		
--	---	--	--

	<p>em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das</p>		
--	--	--	--

	<p>atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

Quadro 52: Componente Curricular Pesquisa de Campo e Intervenção nos Anos Iniciais.

Componente Curricular: Pesquisa de Campo e Intervenção nos Anos Iniciais			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos do conhecimento
Iniciação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas</p>	<p>-Reconhecer o comportamento científico na busca do conhecimento que possibilite desenvolver e avaliar os projetos pedagógicos.</p> <p>-Compreender e conceituar ciência e conhecimento científico e descrever suas características, diferenciando senso comum e científico.</p> <p>-Participar de forma produtiva em atividades de pesquisa.</p> <p>-Reconhecer a observação como fundamental da leitura crítica da realidade de sala de aula, e, conseqüentemente, como subsídio ao professor na construção do processo pedagógico.</p> <p>-Reconhecer e planejar intervenções científicas.</p> <p>-Desenvolver o perfil do professor/ pesquisador. - Conhecer as Diretrizes de atuação do Estágio nos Anos Iniciais, comprometendo-se com</p>	<p>Observação, registro, documentação e análise dos contextos e das relações educativas com foco na docência.</p> <p>Observação e intervenção científica.</p> <p>Perfil do pesquisador.</p> <p>Diretrizes da atuação no estágio nos Anos Iniciais.</p> <p>Postura e comportamento ético.</p> <p>A importância dos estágios na formação de professores.</p> <p>Currículo do Território Catarinense e suas especificidades – Anos Iniciais e BNCC.</p> <p>Conhecimento escolar mediante a análise da condição histórico-cultural da criança e da infância.</p> <p>Pesquisas e teóricos que discutem o registro da prática pedagógica.</p> <p>Apresentação, distribuição e conhecimento dos Campos de Estágio.</p> <p>Observação, participação, registro/documentação e análise dos contextos e das relações educativas.</p> <p>Atuação docente e</p>

	<p>para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p> <p>(EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>as mesmas de forma ética e responsável.</p> <p>-Compreender o conceito de ética e ética profissional, tendo-a como base nas suas ações e interações durante o estágio.</p> <p>-Compreender as concepções e finalidades dos Anos Iniciais, segundo as legislações vigentes e aporte teórico da área tendo-as como referência para o estágio.</p> <p>-Identificar o contexto institucional, social, cultural, econômico e político do campo de estágio.</p> <p>-Analisar o Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar no campo de estágio.</p> <p>-Desenvolver um olhar sensível para as crianças e o cotidiano e aprender a fazer registros significativos que subsidiarão o planejamento e a avaliação.</p>	<p>profissional nos Anos Iniciais.</p> <p>Intervenção pedagógica e sua importância nos estágios.</p> <p>Planejamento da Docência.</p> <p>Elaboração de Plano de aula com referências no campo de atuação e nos objetivos de aprendizagem.</p> <p>Atuação docente.</p> <p>Elaboração de diários de bordos, portfólios e relatórios das reflexões das práticas pedagógicas efetivadas.</p> <p>Socialização sistemática das vivências, das observações e intervenções do estágio.</p> <p>Tecnologias digitais de informação e comunicação.</p> <p>Realização de debates, seminários, elaboração de propostas a serem discutidas com a comunidade educativa.</p> <p>Elaboração de materiais acerca da ação pedagógica e/ou dos registros desta, a partir do uso de recursos tecnológicos utilizados na docência.</p> <p>Orientação para o relatório de estágio.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p> <p>(EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar</p>	<p>-Observar e documentar a trajetória de estágio, refletindo criticamente sobre o trabalho docente articulado com a teoria e prática.</p> <p>-Participar da educação e cuidado das crianças no contexto das observações e intervenções, estabelecendo relações entre teoria e prática, demonstrando compromisso político, pedagógico, ético e científico.</p> <p>-Planejar ações didático-pedagógicas, considerando as manifestações expressivas e culturais das crianças, o contexto do grupo e da instituição/ campo de</p>	<p>Elaboração do relatório de estágio: análise crítica das observações participantes e docências realizadas nos Anos Iniciais.</p> <p>Análise crítica das observações participantes e intervenções realizadas junto às unidades de Ensino Fundamental do sistema público e privado de ensino.</p> <p>Atividades complementares e projeto de iniciação à investigação científica.</p> <p>Atividades práticas educativas para horas complementares.</p>

	<p>intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p> <p>(EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.</p>	<p>estágio e as bases teóricas para os Anos Iniciais.</p> <p>-Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência, para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>-Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p>	
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e</p>	<p>opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>-Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>-Executar e avaliar as ações didático-pedagógicas planejadas, propiciando vivências e experiências significativas para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças dos Anos Iniciais.</p> <p>-Reconhecer o valor estético e organizacional da letra/escrita e dos materiais utilizados pelo</p>	

	<p>crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>	<p>professor como reflexo no estudante.</p> <p>-Articular teoria/prática durante o processo de estágio apropriando-se de conhecimentos profissionais para a docência dos Anos Iniciais.</p> <p>-Articular, na atividade docente, as dimensões cognitiva, social-cultural, afetiva e motora, visando ajudar os estudantes a construir sua subjetividade, considerando a Educação Integral do sujeito.</p> <p>-Compartilhar com professores do campo de estágio, com o professor orientador, equipe pedagógica demais professores e estudantes do curso suas experiências de estágio, ampliando o olhar para com as crianças dos Anos Iniciais.</p>	
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir</p>	<p>-Entender o registro como ferramenta da prática pedagógica/docência e da própria formação do professor.</p> <p>-Relacionar o processo de elaboração do registro da intervenção pedagógica como aliado na construção avaliação descritiva das crianças.</p> <p>-Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no contexto do estágio como recurso pedagógico para comunicar, acessar e disseminar informações.</p> <p>-Utilizar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando</p>	

	<p>continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p>	<p>tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens, gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade de texto e imagem por <i>slide</i> e usando, de forma harmônica, recursos (efeitos de transição, <i>slides</i> mestres, <i>layouts</i> personalizados, gravação de áudios em <i>slides</i>, etc.).</p> <p>-Elaborar relatório de estágio contemplando reflexões e análise crítica das diferentes ações do estágio, de acordo com as normas e critérios estabelecidos nas diretrizes do estágio.</p>	
<p>Docência</p>	<p>Conhecimento Profissional</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>1.1.5 Compreender e</p>	<p>-Dominar procedimentos de trabalho interativo e desenvolver capacidade comunicativa (comunicar-se e relacionar-se com as pessoas, assumir a aula como um processo comunicacional).</p> <p>-Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais.</p>	

	<p>conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e</p>		
--	---	--	--

	<p>linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos</p>		
--	---	--	--

	<p>estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>2.2.1 Organizar o ensino</p>		
--	--	--	--

	<p>e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas</p>		
--	--	--	--

	<p>necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Engajamento Profissional</p> <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto-avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de</p>		
--	--	--	--

	<p>aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O desenvolvimento do Estágio dos Anos Iniciais deve levar em consideração a realidade local e comunicar-se com a mesma, por meio da elaboração de diagnósticos e de projeto de estágio e de pesquisa/intervenção científica e o desenvolvimento de atividades. O professor deverá utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e oportunizar que, o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo. Nesse sentido, as atividades de estágio devem ser divulgadas por meio de diferentes mecanismos, tais como, relatórios, memoriais, artigos, documentários, entre outros. Assim sendo, o uso das redes sociais pode ser mais uma importante ferramenta pedagógica para o engajamento da comunidade no Projeto Político da instituição escolar. A BNC-Formação apresenta como competência geral básica quanto a essa dimensão que o professor deverá:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens. (BRASIL, 2019).

O componente curricular trabalha na perspectiva da inovação e interação no desenvolvimento de atividades colaborativas fortalecendo as práticas de engajamento profissional pela reflexão teórica-crítica das práticas educativas. Cabe salientar que as unidades escolares em conjunto com os professores do Curso Normal em Nível Médio - Magistério possam construir seus manuais de estágio com o detalhamento das atividades observando os princípios da autonomia e autoria docente.

Deste modo, a Secretaria Estadual de Educação por meio do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense e, em especificamente pelo Curso Normal em Nível Médio - Magistério, Formação Docente, investe na perspectiva de uma formação docente humanista em nível médio, em que os professores em suas práticas pedagógicas procuram:

[...] exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem. (BRASIL, 2019).

Reforça-se que, o estágio é componente curricular **obrigatório**, com **100% de frequência** para a obtenção da certificação com vistas ao exercício do Magistério no âmbito da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que envolve estudos e atividades e, especialmente, a aproximação do estudante com as instituições educacionais e com profissionais da área na qual está se formando. Desta forma, o estudante deverá frequentar, em período extraclasse, dois encontros semanais, durante os dois semestres, abrangendo as 40 semanas dos 200 dias letivos. Em caráter excepcional, conforme o Art. 2º, § 4º da **Resolução CNE/CEB nº1/2004**, o estudante tem direito a concluir o estágio, se observar:

[...] o prazo-limite de cinco anos para a conclusão do curso de educação profissional de nível técnico, em caráter excepcional, quando comprovada a necessidade de realização do estágio obrigatório em etapa posterior aos demais componentes

curriculares do curso, o aluno deve estar matriculado e a escola deve orientar e supervisionar o respectivo estágio, o qual deverá ser devidamente registrado.

Nesse caso, o estudante deverá informar e declarar o motivo da impossibilidade da frequência ao estágio por meio da declaração fornecida pela unidade escolar no ano letivo vigente em curso. Após isso, terá (5) cinco anos para realizar o estágio, contados a partir do ano da matrícula no curso. O estudante que não informar, por meio de declaração escrita, a impossibilidade de realizar o estágio no ano letivo em curso, estará reprovado na série.

1º SEMESTRE: Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais

Concebe-se o instrumento de **Observação**, no componente curricular **Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais** como a possibilidade de o estudante “ler a realidade”, de modo investigativo, reflexivo e contextualizado, amparado na teoria, para se instrumentalizar para a docência e a formação profissional, orientado por um roteiro. Ressalta-se que é um “fazer ciência”. Não é propósito do estágio de **observação** fazer juízo de valor das ações das crianças e profissionais da instituição a partir de recortes da realidade. Há, também, que se ter o cuidado para que o conteúdo dos registros (escrito, de imagem e vídeo) seja utilizado única e exclusivamente para fins pedagógicos, não sendo permitida sua divulgação em redes sociais.

A **organização da carga horária de estágio, conforme determinações da SED**, acontecerá duas vezes na semana, da seguinte forma:

- **05 horas/aula semanais:** aproximação com as instituições campo de estágio e observação participante com **no mínimo em TRÊS TURMAS DOS ANOS INICIAIS (SED)**;
- **05 horas/aula semanais:** aulas de laboratório (estudos de textos, elaboração de registros, orientações com o professor de estágio, discussão, análise e socialização das observações, participação em feiras, eventos, cursos e formações e utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação).

Compreende-se a **Observação** deve ser **Participante**, pois ao mesmo tempo em que o estudante se insere na prática pedagógica para observar, registrar e refletir, também, deverá vivenciar de todas as ações que envolvem o cotidiano escolar, orientado e mediado pelo professor regente do grupo e professor orientador de estágio. É importante superar as práticas de estágio em que o estudante fica sentado no fundo da sala, observando, registrando e julgando crianças e profissionais, sem se envolver com as práticas cotidianas e sem interação com os sujeitos dos Anos Iniciais.

ATENÇÃO: a carga horária de aproximação com as instituições campo de estágio por meio da observação participante **não poderá ser inferior a 50%** da carga horária total do estágio do 1º semestre.

No estágio de **Observação** nos Anos Iniciais serão realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Leitura e análise de textos sobre ética, pesquisa científica e os fundamentos dos Anos Iniciais: concepções, finalidade, função social, especificidades segundo a BNCC e o Currículo do Território Catarinense e demais legislações vigentes;
- Delimitação dos campos de estágio e organização dos estudantes nas instituições;

- Aproximação com as instituições, estudo do PPP, no intuito de propiciar um primeiro contato entre as crianças, estagiário e profissional do campo de estágio;
- **Observação e participação orientada** e mediada pelo professor orientador de estágio em TRÊS TURMAS DE ANOS INICIAIS;
- **Registro semanal** do cotidiano das instituições, das práticas pedagógicas e das vivências e experiências das crianças nos grupos observados, articulado com os fundamentos teóricos;
- Discussão, análise e socialização das **observações** e documentação entre estagiários, profissionais dos campos de estágio (quando possível) e professores orientadores;
- Reflexão constante, mediada pelo professor de estágio, articulando as teorias, objeto de estudo dos demais componentes curriculares do curso, com a prática vivenciada no estágio;
- Preparação de materiais didáticos pedagógicos;
- Planejamento de atividades complementares de aperfeiçoamento.

2º SEMESTRE: Pesquisa de Campo com Intervenção nos Anos Iniciais

Compreende-se a **Intervenção/Docência** como o momento em que o estudante, sob orientação do professor de estágio e do professor regente, a partir das informações colhidas na observação participante e nos projetos do grupo, planeje e elabore intervenções com vistas à aprendizagem e desenvolvimento das crianças em todas as suas dimensões.

A **organização da carga horária de estágio, conforme determinações da SED**, acontecerá duas vezes na semana, da seguinte forma:

- **05 horas/aula semanais:** observação participante e intervenção/docência, preferencialmente, nas mesmas instituições e nos TRÊS GRUPOS em que foram realizadas as observações do primeiro semestre (nos campos de estágio em que for possível a realização do mesmo, dependendo do número de estagiários na instituição).
- **05 horas/aula semanais:** aulas de laboratório (estudos de textos, elaboração de registro e materiais, orientações com o professor de estágio, discussão, análise e socialização das observações, participação em feiras, eventos, cursos, formações e utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação, outros).

Cada estudante, conforme determina a SED deverá planejar e executar 12 **Intervenções/Docências**, sendo:

- 06 docências individuais, preferencialmente, nos mesmos TRÊS GRUPOS em que foram realizadas as observações no primeiro semestre;
- 06 docências em DUPLAS ou GRUPOS, envolvendo dois ou mais grupos de crianças ou toda a turma e/ou a escola como um todo, planejando e executando ações tais como, apresentação de peças de teatro, narrativas de histórias, oficinas, jogos e brincadeiras, passeios, gincanas, mostras, feiras culturais, entre outros.

ATENÇÃO: A carga horária de observação participante, docência individual, em três grupos etários ou um projeto coletivo **não poderá ser inferior a 50%** da carga horária total do estágio do 2º semestre.

No estágio de **Intervenção/Docência** nos Anos Iniciais serão realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Observação e participação orientada e mediada pela professora regente e professor orientador de estágio em TRÊS TURMAS DOS ANOS INICIAIS;
- Registro semanal do cotidiano das instituições, das práticas pedagógicas e das vivências e experiências das crianças nos grupos observados, articulando com os fundamentos teóricos;
- Discussão, análise e socialização das observações e documentação entre estagiários, profissionais dos campos de estágio (quando possível) e professores orientadores;
- Reflexão constante, mediada pelo professor de estágio, articulando as teorias, objeto de estudo dos demais componentes curriculares do curso, com a prática vivenciada no estágio;
- Elaboração de planos de intervenção: (projetos, sequências didáticas, planos diários), individuais e/ou em dupla, e/ou coletivos de acordo com as necessidades de cada campo de estágio, preferencialmente, nas mesmas instituições e nas mesmas TRÊS TURMAS em que foram realizadas as observações no primeiro semestre;
- Elaboração do relatório de estágio individual (digitado e encadernado);
- Seminário de socialização das experiências de estágio.

AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino aprendizagem se caracteriza como diagnóstica, cumulativa, processual e contínua. Assim sendo, a avaliação do processo de ensino aprendizagem deve estar centrada na análise de informações sobre as atividades desenvolvidas na prática do estágio com o objetivo de criar novas possibilidades e significados para construção do conhecimento, pelo estudante estagiário. Na perspectiva de compreender a avaliação deve-se levar em consideração que “as estratégias e instrumentos de avaliação da aprendizagem precisam diagnosticar se as práticas pedagógicas fornecem subsídios para mudanças no percurso formativo do estudante”. (SANTA CATARINA, 2019).

As orientações da Secretaria de Estado da Educação e legislação vigente determinam que o estudante/estagiário será aprovado no curso se obtiver média final igual ou superior a (06) seis; frequência de 100% no estágio; participação e a realização de todas as atividades desenvolvidas nas etapas do Estágio Supervisionado, descritas por meio de relatórios parciais e finais e demais instrumentos de acompanhamento.

A avaliação escolar no componente curricular de estágio é diferenciada dos demais componentes, pois se compõe de diferentes momentos e envolve práticas diversificadas, implicando no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a aprendizagem, elaboração e reelaboração de conceitos e conhecimentos necessários à formação do futuro docente. O estagiário será avaliado, especificamente, nos seguintes critérios:

- a) Assiduidade, pontualidade e participação em todas as atividades previstas.
- b) Responsabilidade e ética na relação com colegas, profissionais da instituição, campo de estágio e com as crianças mantendo total sigilo nas atividades de estágio.
- c) Cumprimento do cronograma das atividades realizadas durante o desenvolvimento do estágio, estabelecido pelo professor orientador do estágio.
- d) Elaboração dos projetos de atividades ou sequência didática, planos de intervenção na escola/planos diários.
- e) Organização, intencionalidade e aplicabilidade dos materiais didáticos pedagógicos utilizados no estágio.

- f) Desempenho nas atividades de observação, registros semanais, intervenção e socialização do estágio.
- g) Coerência e consistência dos planejamentos, relatórios e outros documentos produzidos.
- h) Cumprimento de 100% de frequência no estágio.

O estudante estagiário deverá ser informado sobre seu desenvolvimento durante o processo de ensino e aprendizagem por meio de avaliações parciais e terá registro em boletim, a média do trimestre. Deverá também, ter a oportunidade de realizar novas etapas de estágio em que apresentar dificuldades (recuperação paralela), assim que a mesma for constatada, conforme direito garantido na legislação sobre a avaliação e recuperação paralela. Não há exame final para estágio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, CP. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 180 p.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Ana Maria *et al.* **Planejamento e avaliação educacional**: a especificidade organizativa do fazer pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2004.

SANTA CATARINA, Secretaria de Educação e do Desporto. **Proposta curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2021.

Ser Professor?

*Hoje,
eu vejo nos meus alunos,
que atuando como profissionais no mercado de trabalho,
eu fiz a diferença,
tocando no seus corações,
fazendo diferença,
nesta sociedade tão conturbada,
construindo um mundo melhor!*

Formanda do Curso do Magistério de 1975

Professora Marta Regina Wolff

**COMPONENTES
CURRICULARES ELETIVOS**

Caverna

*Houve um dia,
no começo do mundo
em que o homem
ainda não sabia
construir sua casa.*

*Então disputava
a caverna com bichos
e era aí a sua morada.*

*Deixou para nós
seus sinais,
desenhos desse mundo
muito antigo.*

*Animais, caçadas, danças,
misteriosos rituais.*

*Que sinais
deixaremos nós
para o homem do futuro?*

Roseana Murray

*FUTURO! É este, o tempo de verbo do professor!
FUTURO: que está por vir que se segue ao tempo presente. Que não existe ainda, mas pode
ou deve vir a ser. (DICIO, 2022).
Esta consciência é necessária: construção humana e, conseqüentemente, o FUTURO é o
presente.
O questionamento aqui é: Que sinais, nós professores, deixaremos nos nossos estudantes?*

A DOCÊNCIA COMO PROJETO DE VIDA

Elaboradores

Beatriz Verges Fleck (SED)
Cristiam Baldissera de Oliveira

As novas tecnologias vêm, nas últimas duas décadas, impactando radicalmente as vidas das pessoas. O crescimento exponencial no volume de informações produzidas e a facilidade de acesso ao conhecimento formam a nova realidade contemporânea. Os conteúdos, além de em grande quantidade, circulam com grande rapidez por meio de diferentes meios de comunicação e informação. Isso causa grandes transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

Essas mudanças impõem desafios sem precedentes à educação para o desenvolvimento da capacidade de pensar de forma crítica, criativa e inovadora. É vital escolher e compreender os conteúdos teórico-práticos que podem esclarecer dúvidas e inquietações, como também na tomada de decisão na sua vida pessoal e profissional. O ensino se depara com a urgência de abandonar a simples repetição de conteúdos e mergulhar na missão de emancipar o estudante para o aprendizado constante ao longo da vida.

Ao longo da história da educação, o professor já viveu muitas funções: iluminador; orientador; bancário por meio de depósito de conteúdo; cuidador e outras. Hoje, para o universo acelerado da vida, o mediador e mobilizador se faz premente. Mediar, estar no meio para então, intervir com conhecimento. Destaca-se que, na perspectiva sócio-histórica, o papel da figura do mediador na construção do indivíduo é crucial e, principalmente, de que o ser humano constitui-se como tal na sua relação com os outros.

Desta forma, nós professores, como mediadores e mobilizadores do conhecimento, da sua construção, precisamos de formação inicial sólida, bem como, formação continuada para o desenvolvimento das competências e habilidades específicas da docência. Reforça-se que a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação, 2019).

Esse novo paradigma determinado pela legislação está incorporado nos Eixos Estruturantes como DOCÊNCIA nas Trilhas de Aprofundamentos e Componentes Curriculares Eletivos (Parte Flexível) no Curso Normal em Nível Médio – Magistério. Cabe ressaltar que, a Parte Flexível do currículo do Novo Ensino Médio do Estado de Santa Catarina, organizam-se a partir de eixos estruturantes (Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo entrelaçado com a Perspectiva Histórico-Cultural) para melhor orientar o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens, para garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo (BRASIL, Art. 12 § 2º, 2018), bem como, criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas profundamente associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã. (SANTA CATARINA, 2019).

Desta forma, os eixos são responsáveis por dar escopo ao trabalho com as dez competências gerais na parte flexível do currículo e figuram como pontos de conexão com a realidade dos estudantes, permitindo sua formação integral a partir de uma formação social/cidadã conectada ao mundo do trabalho e devem estar em consonância com a Perspectiva Histórico-Cultural. (SANTA CATARINA, 2021, p. 60).

Reforça-se que, considerando a exigência para o futuro professor, um sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, o eixo Docência divide-se em três dimensões fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica, desdobrando em habilidades específicas da formação docente. São elas:

- I - conhecimento profissional;
- II - prática profissional;
- III - engajamento profissional.

O Componente Curricular Eletivo Docência como Projeto de Vida no Curso Normal em Nível Médio - Magistério oferece a oportunidade aos docentes em formação, desenvolverem e comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional. O estudante do curso é instigado a engajar-se no desenvolvimento constante de suas próprias competências, reflexões e atividades para a construção do projeto de vida e carreira do professor, preparando-se para garantir que os seus futuros estudantes desenvolvam as capacidades necessárias a navegar com sucesso neste mundo, altamente dinâmico.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 53: Componente Curricular Eletivo Docência como Projeto de Vida.

Componente Curricular Eletivo: Docência como Projeto de Vida			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Docência	<p>Conhecimento profissional: Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar. Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>Prática profissional: Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p>	<p>Reconhecer e desenvolver as competências gerais previstas na BNCC- Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.</p> <p>Reconhecer e desenvolver, com base nos princípios das competências gerais estabelecidas pela</p>	<p>- BNCC; - Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)</p> <p>- Qual é o meu mundo? Fatores que impactam ou podem impactar a vida das pessoas, como a situação política, econômica, social, tecnológica, ecológica e legal. Tendências que moldam ou influenciam os múltiplos aspectos das nossas vidas. Oportunidades e ameaças que o ambiente impõe à educação. Vantagens e os desafios pessoais e profissionais frente ao cenário</p>

	<p>Engajamento profissional: Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação. Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes. Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais. Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral. Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de</p>	<p>BNCC, as correspondentes competências gerais docentes indicadas na Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 e compõem a BNC-Formação e compõem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente: I - conhecimento profissional; II - prática profissional e III - engajamento profissional.</p> <p>Dominar o conhecimento e instrumentos para criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.</p>	<p>desenhado.</p> <p>- Quem sou eu? Características do Comportamento Empreendedor/Professor. Eventos de sua trajetória e vida presente identificando capacidades e virtudes. Competências mais importantes necessárias ao desenvolvimento.</p> <p>- Que futuro estou construindo? Construção de visão de futuro profissional alinhada com a pessoal. Identificação e destruição de comportamentos improdutivos, gerenciamento do presente e construção do futuro almejado. Criação do seu Plano de Desenvolvimento Individual.</p>
--	---	---	--

	estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.		
Investigação Científica	<p>Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p>		
Processos Criativos	<p>Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>Reconhecer produtos, serviços e/ ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre as funcionalidades de ferramentas de produtividade, colaboração e/ou comunicação.</p>		
Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>Identificar e explicar</p>		

	<p>normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente.</p> <p>Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental.</p>		
<p>Empreendedorismo</p>	<p>Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do</p>		

	<p>trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã</p> <p>Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O Componente Curricular Eletivo: **Docência como Projeto de Vida** deve oportunizar reflexões profundas sobre o “Ser Professor” e seu papel como mediador e mobilizador do processo de elaboração e apropriação do conhecimento. Deste modo, as atividades propostas devem levar o futuro professor a compreender que:

Ser mediador do conhecimento implica em ser, também, detentor desse conhecimento, (reforçando-se aqui que estamos tratando de conhecimento científico), bem como, tanto das características do ato de aprender dos indivíduos quanto dos procedimentos do trabalho pedagógico. Desta forma, sua preparação, estudo e constante atualização como profissional deverá ser contínua. Esta clareza é o primeiro passo para o desenvolvimento deste. Para Libâneo e Pimenta, o processo de valorização identitária e profissional dos professores e seu desenvolvimento profissional está fortemente articulado com a formação inicial e contínua. Salienta, ainda que:

Identidade que é epistemológica, ou seja, que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber: 1) conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; 2) conteúdos didático-pedagógicos, diretamente relacionados ao campo da prática profissional; 3) conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da prática profissional; 4) conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana (individual, sensibilidade pessoal e social). (LIBÂNEO, 2004, p. 81-82).

Ser mobilizador do processo de elaboração e apropriação do conhecimento é conceber, planejar e executar a ação docente para aprendizagem significativa, para além da escuta passiva e exercícios repetitivos. Uma aprendizagem significativa está articulada a atividade de aprendizagem, envolvendo MOTIVO E FINALIDADE na realização da mesma, gerando uma mobilização em aprender.

Estas questões são prementes para o futuro professor bem como espelhadas nas demandas metodológicas do professor do componente. Ressalta-se que, devem articuladas

com os novos desafios do mundo atual, voltadas para o domínio das competências necessárias ao desenvolvimento do futuro profissional da educação. Cabe apontar que:

Um professor será mais competente quanto mais souber imaginar, refletir, articular as condições que possibilitem aos alunos aprender melhor e de forma mais duradoura, a desenvolver suas estruturas cognitivas e seus recursos de pensar e agir – de modo a se constituírem como sujeitos pensantes e críticos, ou seja, competentes. (LIBÂNEO, 2004).

Quadro 54: Sugestão de Roteiro - Docência como Projeto de Vida.

Sugestão de Roteiro - A Docência como Projeto de Vida		
Temática	Carga Horária	Descrição das Atividades e Temas
Qual é o meu mundo?	14 aulas	<p>Objetivos Oportunizar aos estudantes a construção de conhecimentos acerca do ambiente no qual atuarão como professores e promover uma reflexão sobre os elementos que mais afetam o desenvolvimento da atividade docente e da carreira no magistério. Oferecer instrumentos que permitam a identificação das melhores oportunidades, aquelas que têm maior potencial de ajudá-los a alcançar seus objetivos profissionais. E, igualmente, as ameaças mais críticas que podem atrapalhar seu desempenho.</p> <p>Resumo A temática: Qual é o meu mundo?, inicia com uma análise individual e coletiva das visões de mundo que é seguida por pesquisas dos cenários políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos e legais. Converge, então, para uma reflexão acerca dos elementos mais significativos para a docência e para o desenvolvimento da carreira de professor. Culmina com o mapeamento dos desafios de desenvolvimento pessoal.</p> <p>Sugestão de Etapas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover reflexões sobre as visões de mundo e como estas influenciam as escolhas pessoais e coletivas; 2. Realizar estudos sobre os aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos e legais e analisar seus impactos na vida das pessoas, em geral, dos estudantes e dos professores. 3. Identificar tendências que moldam e influenciam os múltiplos aspectos das nossas vidas. 4. Classificar os elementos analisados em oportunidades e ameaças que o ambiente impõe à Educação. 5. Mapear as vantagens e os desafios pessoais e profissionais frente aos cenários desenhados.
Quem sou eu?	12 aulas	<p>Objetivos Oferecer aos estudantes oportunidades de aprendizagem sobre o processo de autoconhecimento e sua importância para o desenvolvimento pessoal e profissional. Experimentar instrumentos de autoavaliação, reunir subsídios para melhores tomadas de decisão e planejamento pessoal.</p> <p>Resumo A temática: Quem sou eu?, parte do reconhecimento das características do comportamento profissional e dos pontos mais importantes da história pessoal dos estudantes. Ponderações sobre suas fortalezas, potenciais e</p>

		<p>pontos que precisam melhorar uma base mais ampla e segura para as tomadas de decisão de carreira. Identificação das necessidades de desenvolvimento durante o curso e após a entrada no magistério.</p> <p>Sugestão de Etapas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Oportunizar uma reflexão individual sobre os eventos de sua trajetória e vida presente identificando capacidades e virtudes. 2. Explorar as Características do Comportamento Profissional e relacioná-las com os comportamentos necessários à atividade docente. 3. Mapear os conhecimentos, habilidades e atitudes mais importantes e identificar as necessidades de desenvolvimento imediatas e ao longo da carreira.
Que futuro estou construindo?	14 aulas	<p>Objetivos Integrar os aprendizados das temáticas anteriores por meio da identificação e declaração de propósitos e visão de futuro pessoais. Possibilitar o reconhecimento de comportamentos que podem atrapalhar ou impedir, ou, que precisam ser adotados, desenvolvidos para o pleno desenvolvimento pessoal e profissional. Favorecer a criação e implementação de um Plano de Desenvolvimento Individual.</p> <p>Resumo A temática: Que futuro estou construindo?, dedica-se à consolidação das temáticas anteriores e à construção de um Plano de Desenvolvimento Pessoal que engloba conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para o progresso na carreira docente.</p> <p>Sugestão de Etapas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mediar a construção de propósito e visão de futuro profissional alinhada com a pessoal. 2. Identificar práticas improdutivas que precisam ser abandonadas, gerenciar as atitudes favoráveis atualmente adotadas e reconhecer mudanças importantes para a construção do futuro almejado. 3. Oportunizar a criação do Plano de Desenvolvimento Individual e a adoção do planejamento e monitoramento sistemáticos.

Fonte: Elaboração dos autores.

AVALIAÇÃO

O profissional da educação pessoalmente engajado empoderar-se-á de características empreendedoras, preparar-se-á para ser protagonista de sua própria vida, com autonomia, autoestima, iniciativa, persistência, força e determinação para transformar sonhos em realidade. Assim, compreender o ambiente que o cerca, reconhecer suas melhores competências e desenhar seu projeto profissional mobilizando ações alinhadas para o desenvolvimento pessoal e profissional do ser educador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 08/10/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais curriculares para elaboração dos itinerários formativos**. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 22/10/2022.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de dezembro de 2018. **Atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 16/10/2022.

CLARK, Tim. **Business Model You: o modelo de negócio pessoal: o método de uma página para reinventar sua carreira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/futuro/>. Acesso em: 22/10/2022.

DUHIGG, Charles. **O poder do hábito: por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DWECK, Carol S. **Mindset: a nova psicologia do sucesso**. São Paulo: Objetiva, 2017.

LEONHARD, Gerd. **Tecnologia versus humanidade: o confronto futuro entre a máquina e o homem**. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar - teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MURRAY, Roseana. **Casas**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 1994.

NOBREGA, Clemente. **A tecnologia que muda o mundo**. Rio de Janeiro: Grupo CJT, 2018.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Curso Despertar: capacitação de professores**. Brasília: SEBRAE, 2016.

*A educação não pode restringir-se a treinamentos ou apenas informações.
É necessário repensá-la e fazê-la servir à vida,
à realização humana, social e ambiental.*

Sampaio, 2004.

CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTOS, LUDICIDADE E CRIATIVIDADE

Professores Colaboradores/Elaboradores

Daniel Skrsypcsak (31ª CRE)

Vinícius Ribeiro Alves (SED)

Consultora

Ana Aparecida Tessari (SED)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apresenta como eixos norteadores as interações e a brincadeira, oportunizando experiências que “promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.” (BRASIL, 2009).

A criança, a partir do corpo, explora o mundo, o espaço, os objetos do seu entorno, estabelece relações, se expressa, brinca e produz conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, consciente da sua corporeidade.

O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019) em sintonia com esses pressupostos estrutura-se em campos de experiências que tem como foco oportunizar “às crianças experiências significativas em um conjunto de possibilidades, de situações e de linguagens” (SANTA CATARINA, 2019, p. 118). As diferentes experiências geram comunicação que são expressas pelo entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e as funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física.

Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha protagonismo, pois é o centro privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que, as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo, tais como, sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se, etc. (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, o Componente Curricular Eletivo Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade, integra o currículo do Curso Normal em Nível Médio – Magistério, permitindo que os estudantes se apropriem dos objetos de conhecimento que atendem aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil e os Anos Iniciais relacionados à corporeidade.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

As interações e brincadeiras constituem-se como princípio fundamental do componente proporcionando à criança o conhecimento do corpo e o autocuidado de forma individual, em pequenos ou grandes grupos e com diferentes agrupamentos etários. É fundamental no processo de formação docente entender que o movimento humano se

caracteriza por sua historicidade, intencionalidade, suas diferentes linguagens e seu sentido/significado.

As crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. São oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo.

Por meio das diferentes linguagens, tais como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de “faz de conta”, as crianças se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. Assim, o docente em formação deve ter consciência de que as crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades, seus limites. O professor precisa ter o entendimento sobre a necessidade de privilegiar e garantir vivências de corporeidade, em especial, aos direitos de aprendizagem e de desenvolvimento: brincar, conviver, explorar, expressar, conhecer-se e participar.

O Componente Curricular Eletivo “Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade” apresenta-se com novo olhar sobre o universo da motricidade no contexto escolar, tendo em vista o desenvolvimento integral da criança para além das questões biológicas e fisiológicas. Nesse percurso é fundamental que o professor em formação se aproprie de conceitos teóricos, de cunho científico para que possa fundamentar a práxis pedagógica e ter condições de garantir o desenvolvimento integral do estudante.

Para Arce (2013), torna-se fundamental que o professor seja pesquisador, conheça o desenvolvimento infantil, os conceitos cotidianos, o contexto sócio-histórico e cultural dos estudantes para conseguir, por meio das brincadeiras e das interações, ampliar os saberes dos quais a criança ainda não domina. O professor deve conhecer e respeitar as características específicas de cada período do desenvolvimento infantil, as possibilidades da criança, nas dimensões afetivas, físicas, intelectuais e emocionais. Nesse sentido, as atividades presentes no planejamento do professor deverão também, estar entrelaçadas com as diversas áreas do conhecimento, “oportunizando um olhar interdisciplinar na construção do conhecimento do corpo dentro do universo da vida”. (ARCE, 2013, p. 9).

Os eixos estruturantes, as habilidades e os objetos de conhecimento que abarcam este componente procuram proporcionar um aprendizado significativo, a construção de saberes e práticas que garantam a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, a partir da experimentação corporal, interagindo com o outro e com o objeto. Acredita-se que a linguagem corporal constitui a dimensão primeira não verbal da criança na expressão de seus interesses, sentimentos, emoções e interação com o meio em que vive.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 55: Componente Curricular Eletivo Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade.

Componente Curricular Eletivo: Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Docência	<p>Conhecimento Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa. - Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante. <p>Prática Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC. - Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento. - Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência. <p>Engajamento Profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações de deslocamento e orientação do corpo no espaço por meio de brincadeiras e atividades de diferentes naturezas. - Familiarizar-se com os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos. - Compreender o movimento humano em suas intencionalidades, historicidade, sentido, significado e implicações formativas. - Entender a importância da criança explorar formas de deslocamento no espaço (sentar, arrastar, engatinhar, rolar, ficar em pé com apoio, andar, correr, pular, saltar, rodar, dançar, marchar, subir escadas, ultrapassar obstáculos, passar dentro, equilibrar-se, abraçar, esconder, passar dentro, equilibrar-se, abraçar, esconder, passar por circuitos, túneis, trilhas, entre outros), combinando movimentos e seguindo orientações. 	<p>Cultura corporal de movimento: corpo, gestos e movimentos.</p> <p>Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, (brincadeiras de roda, brinquedos cantados, atividades rítmicas e expressivas e representação teatral).</p> <p>Jogos populares da cultura brasileira.</p> <p>Consciência corporal e expressões dos sentimentos e sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.</p> <p>Jogos sensoriais, jogos simbólicos e jogos cooperativos.</p> <p>Atividades lúdicas no desenvolvimento infantil: coordenação motora ampla e fina, lateralidade, orientação espaço/tempo.</p>

	- Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.		
Processos Criativos	Selecionar e mobilizar intencionalmente, em um ou mais campos de atuação social, recursos criativos de diferentes línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), para participar de projetos e/ou processos criativos.	- Refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.	Formas diversificadas de movimentos, gestos, expressão de sentimentos, sensações, emoções, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
Mediação e Intervenção Sócio-cultural	Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais passíveis de mediação e intervenção por meio de práticas de linguagem.	- Estimular o processo de autonomia e progressiva independência no cuidado do seu corpo e de seus pertences em espaço coletivo.	O lúdico como possibilidade e perspectiva sócio-educativas relacionadas ao autocuidado. Gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.
Empreendedorismo	(EMIFLGG11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para desenvolver um projeto pessoal ou empreendimento produtivo.	- Experimentar, fruir e recriar diferentes danças do contexto regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas), respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal. - Identificar e comparar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças dos contextos comunitário e regional, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas.	Elaboração de propostas concretas e articuladas, mediante conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e às Linguagens, para o desenvolvimento e a realização de empreendimentos pessoais, sociais e culturais, entre outros, na perspectiva de uma participação cidadã, considerando seu projeto de vida pessoal e/ou profissional. Danças do contexto regional, brincadeiras, jogos, elementos lúdicos da cultura popular.
Investigação	(EMIFLGG01) Investigar e analisar a organização, o funcionamento e/ou os	- Descrever por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita e audiovisual) as	Conhecimento do corpo com ludicidade por meio da seleção, sistematização,

Científica	efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música, linguagens corporais e do movimento, entre outras), situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.	combinações dos elementos básicos da ginástica geral, comparando a presença desses elementos nas demais práticas corporais.	compreensão, interpretação e apreensão de informações presentes nos discursos em diversas línguas, linguagens e gêneros veiculados nas diferentes mídias (sons, imagens, textos, animações, infográficos, reportagens, campanhas publicitárias, <i>memes</i> e outros.). Ginástica em geral.
-------------------	--	---	---

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O Componente Curricular Eletivo: Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade se articula com os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil e Anos Iniciais sinalizados na BNCC e se propõe a despertar nos estudantes do Curso Normal em Nível Médio – Magistério, a construção de um olhar atento às diferentes manifestações da cultura corporal da criança, garantindo a presença do movimento humano na rotina escolar de modo a atender e respeitar as diferenças individuais, ou seja, os limites, possibilidades e potencialidades da criança. Os objetos de conhecimento propostos, neste componente, pretendem levar os professores em formação a focar em experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2017). É de suma importância que os estudantes do curso se apropriem conceitualmente dos direitos de aprendizagens e competências gerais da educação e compreendam como se estrutura a organização curricular.

É importante considerar alguns aspectos para o planejamento e desenvolvimento das habilidades e contemplar com os aspectos metodológicos que privilegiam experiências para a criança conhecer e vivenciar um amplo repertório de movimentos, imitações, gestos variados, localizados num determinado tempo e espaço a partir do seu corpo e, ainda, oportunizar vivências em que a ludicidade estimule a criatividade, o senso crítico, a reflexão sobre o movimentar-se, dando alicerces para a formação sólida para a futura atuação docente reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários.

AValiação

A avaliação será diagnóstica, processual, sistemática e integral, tendo em vista o percurso formativo e o desenvolvimento das competências e habilidades associadas aos conhecimentos trabalhados nos componentes e nas práticas desenvolvidas ao longo do semestre e deve preconizar a formação integral do sujeito, considerando os aspectos conceitual, procedimental e atitudinal.

REFERÊNCIAS

ARCE, A. É possível falar em pedagogia histórico-crítica para pensarmos a educação infantil? *Geminal: Marxismo e educação em debate*. Salvador, v.5, nº 2, p. 5-12, Dez. 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 20/10/2022.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2009.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

CULTURA DIGITAL: METODOLOGIAS ATIVAS

Professores Colaboradores/Elaboradores

Cristiane de Oliveira Fiorentini (04ª CRE)
Edna de Lourdes Madalena de Oliveira Woehl (27ª CRE)
Edson Pedro Schiehl (25ª CRE)
Lucimar Lourenço de Almeida Chiamulera (07ª CRE)

Consultor

Lauro Roberto Lostada (SED)

Vivemos um momento de grandes transformações advindo, principalmente, de três grandes revoluções, a saber, a *convergência*, que é o fluxo de conteúdos por meio de múltiplos suportes midiáticos, cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e o comportamento migratório dos públicos de meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca de experiências de entretenimento que desejam. A *cultura participativa* consiste na circulação de conteúdos por diferentes sistemas midiáticos por meio da participação ativa dos consumidores, que são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos midiáticos dispersos. A *inteligência coletiva* consiste num movimento dialógico, em que, por haver mais informações sobre determinado assunto do que alguém poderia conhecer, há um incentivo para que as pessoas conversem entre si, desta forma, ninguém pode e precisa saber tudo, pois cada um sabe alguma coisa no que tange à inteligência coletiva. (JENKINS, 2008).

Essas mudanças paradigmáticas apresentam um cenário revolucionário em que as pessoas utilizam dos meios de que dispõe para fazer parte de projetos comuns, os quais agregam por interesse, vivendo de forma ativa e criativa. Contraditoriamente, porém, essas mesmas pessoas frequentam uma escola passiva, baseada exclusivamente na autoridade do livro texto e do professor. Assim, a escola vive o impasse de evoluir para tornar-se relevante e possibilitar que todos aprendam e tenham condições de elaborar e concretizar seus projetos de vida em convivência com os demais.

Muitas escolas utilizam em sua prática modelos de trabalho baseados numa visão tradicional de ensino e aprendizagem. Seus cursos são rasos, previsíveis, com informação simplificada, atividades que não estimulam a criatividade e a criticidade dos alunos, utilizando ambientes pobres e com poucos recursos. Seu currículo foca em conteúdos mínimos, com pouco ou nenhum uso de metodologias ativas como desafios, jogos e projetos.

Durante os anos 1990, a grande preocupação era com a questão do acesso às tecnologias, mas hoje a maioria das pessoas tem algum acesso a tais recursos, convertendo o problema na familiaridade dessas pessoas com os novos tipos de interação social e no domínio mais pleno das habilidades conceituais elaboradas em resposta à convergência das mídias. Assim, diante do impasse gerado entre a tradição e a inovação que este cenário promove, a educação vivencia uma verdadeira crise, de modo que Martín-Barbero questiona:

O que sabem nossas escolas, e inclusive nossas faculdades de educação, sobre as profundas modificações na percepção do espaço e tempo que vivem os adolescentes, inseridos em processos vertiginosos de desterritorialização da experiência e da identidade, e capturados numa contemporaneidade que confunde os tempo, debilita o passado e exalta o não-futuro fabricando um presente contínuo: feito por sua vez das descontinuidades de uma atualidade cada dia mais instantânea, e do fluxo incessante e embriagador de informações e imagens? (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 339).

Sem saber como operacionalizar a mudança de que tanto a sociedade anseia, inclusive os estudantes, a escola segue relutante, produzindo e aumentando uma profunda lacuna entre aquilo que os jovens vivenciam e o que aprendem em suas salas de aula, deixando-os, portanto, indefesos ante as novas tecnologias e impedindo que delas possam se apropriar de forma crítica e criativa (MARTÍN-BARBERO, 2004). A escola segue preservando o saber como fonte de poder e, neste sentido, conservar a autoridade por meio do uso de suportes que, em geral, acabam caracterizando a relação entre a comunicação e a educação por um perfil essencialmente instrumental. Nesse modelo de escola, as mídias passam a ocupar certo espaço na escola contemporânea apenas como uma possibilidade de tornar o ensino menos entediante, de amenizar as jornadas presas a uma inércia insuportável” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 314). A reação da escola é de um entrincheiramento em seu próprio discurso e práticas. Assim, “enquanto o ensino percorre o âmbito do livro, o professor se sente forte, mas quando aparece o mundo da imagem o professor balança, a terra se move: porque o aluno sabe muito mais e, sobretudo, manejar melhor as linguagens da imagem que o professor” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 343).

Esse cenário provoca a necessidade de uma reforma educacional que possa dar conta de uma segunda alfabetização ligada às múltiplas leituras conformadas no mundo das mídias, inundando de informações os jovens. As mudanças nos processos de leitura indicam, portanto, a necessidade de uma articulação entre os diversos modos de ler o mundo, seja ele textual ou hipertextual. A possibilidade de mudança da escola passa necessariamente pela promoção de novos valores, resultando na necessidade de se avaliar e rever as práticas pedagógicas tradicionais, muitas delas ainda pautadas exclusivamente no livro didático. É imprescindível que gerem um novo modelo de educação e, por consequência, de sociedade e de indivíduo.

A aprendizagem tornou-se uma trajetória pessoal e singular num espaço complexo de oportunidades, diante do qual a escola precisa expandir suas funções. Dentro do novo universo das mídias não podemos mais imaginar um processo em que os adultos ensinam e as crianças aprendem. Assim, a pedagogia midiática é um espaço cada vez mais amplo, onde as crianças podem ensinar umas às outras, num processo cooperativo capaz de mobilizar a inteligência coletiva. Interesses compartilhados quase sempre conduzem a conhecimento compartilhado, visão de mundo compartilhada e ações compartilhadas. (JENKINS, 2008).

Cabe ao professor, portanto, a competência de saber equilibrar em seu trabalho tanto os processos de “organização” quanto os de “provocação”; afinal, ambos são fundamentais para promover uma lógica dentro do caos de informações que as tecnologias proporcionam aos indivíduos. É necessário conscientizar os professores por meio de uma formação de qualidade sobre a importância da educação para o mundo moderno e de como ele precisa verificar em sua prática docente as tendências contemporâneas e as possibilidades efetivas que as tecnologias podem fornecer para a formação das novas gerações (MORAN, 2015).

A evolução das mídias tem gerado uma nova gama de elementos de escrita, possibilitando a agregação de múltiplos mecanismos digitais, que permitem grandes inovações na produção do conteúdo, no compartilhamento das informações e na criação de redes sociais. As transformações que as tecnologias implicaram na sociedade acabaram por inaugurar uma cultura em que o aprendizado passa a ser menos fundado na dependência dos adultos que na própria exploração que os jovens fazem por si mesmos do novo universo tecnológico que os envolvem. (MARTÍN-BARBERO, 2004). Essa situação tem pressionado os professores a inovarem suas práticas, mesmo que a escola ainda resista a essas mudanças.

Esse poder emergente de participar serve como um vigoroso corretivo às tradicionais fontes de poder, concebido como *ad hoc* (cultura do conhecimento que transforma informação em ação). O desafio, portanto, não é mais apenas saber ler e escrever, mas saber participar. O ideal da cidadania depende do desenvolvimento de novas habilidades em

colaboração e de uma nova ética de compartilhamento do conhecimento, de modo que educar é mais do que reproduzir conhecimentos, é incentivar o desejo de desenvolvimento contínuo, preparar pessoas para transformar algo.

Essas mudanças que os meios digitais vêm provocando trazem a emergência de novos e diferentes modos de circulação da comunicação, suas mensagens e linguagens (verbal, imagética, musical, corporal, gráfica, etc.) que precisam ser aprendidas pelos professores. Se somadas à rapidez, fluidez e plasticidade da escrita e leitura dos gêneros digitais em que circulam (*chats, blogs, Twitter* ou *Facebook*, dentre outros), essas linguagens suscitam e acolhem práticas sociais, modos de uso, consumo, apropriação e produção de informação que se reconfiguram em novos espaços e eventos a partir de habilidades e competências que são exigidas para a operação dessas tecnologias. (CRUZ, 2013).

Segundo Moran (2015), as metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos, visando estudantes proativos, adotando metodologias em que estes se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais diversos e relevantes, permitindo que sejam criativos, que experimentem as inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa.

Nas metodologias ativas o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais, permitindo que os estudantes avancem em sua reflexão, de maneira progressiva.

Alguns componentes são fundamentais para o sucesso da aprendizagem: a criação de desafios, atividades, jogos que realmente trazem as competências necessárias para cada etapa, que solicitam informações pertinentes, que oferecem recompensas estimulantes, que combinam percursos pessoais com participação significativa em grupos, que se inserem em plataformas adaptativas, que reconhecem cada aluno e ao mesmo tempo aprendem com a interação, tudo isso utilizando as tecnologias adequadas. (MORAN, 2015, p. 18).

Os métodos tradicionais que privilegiam a transmissão de informações pelos professores não fazem mais sentido quando a informação está disponível em tempo real, síncrono e ubíquo. Assim, as escolas precisam rever suas metodologias de trabalho por modelos centrados no aprendizado ativo, baseado em problemas, o que exige uma mudança de configuração do currículo, da atuação docente, da organização didática, dos espaços e tempos escolares, valorizando a experiência dos estudantes e suas motivações.

A proposta do Componente Curricular Eletivo Cultura Digital: Metodologias Ativas é possibilitar que o estudante do Curso Normal em Nível Médio - Magistério tenha condições de avaliar possibilidades metodológicas para superar a perspectiva tradicional de educação, inserindo as tecnologias digitais no exercício do ensino como forma de possibilitar uma aprendizagem crítica e criativa, cada vez mais adequada às expectativas do estudante.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Constituem princípios fundamentais a serem desenvolvidos ao longo do componente curricular de Metodologias Ativas noções, tais como:

- * *Gamificação* e construção de jogos.
- * Aprendizagem criativa e *maker*.
- * Aprendizagem baseada em projetos.
- * Ensino híbrido. Sala de aula invertida. Ensino por estações.
- * Realidade virtual e imersiva.
- * Estratégias de avaliação e *feedback* utilizando as TIC.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 56: Componente Curricular Eletivo Cultura Digital: Metodologias Ativas.

Componente Curricular Eletivo: Cultura Digital: Metodologias Ativas			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Processos Criativos	<p>Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais.</p> <p>Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas.</p> <p>Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para situações-problema por meio de ferramentas digitais.</p>	<p>Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre as metodologias ativas.</p> <p>Investigar e experimentar novos formatos de leitura do contexto real e virtual.</p> <p>Agregar diferentes conhecimentos para explorar linguagens midiáticas</p> <p>Reconhecer e classificar tecnologias que contêm códigos usando diferentes critérios na construção de jogos e gamificação.</p> <p>Compreender e aplicar metodologias no desenvolvimento de jogos como meio de ensino e aprendizagem.</p> <p>Propor e testar soluções criativas e inovadoras para problemas reais.</p>	<p><i>Gamificação</i> e construção de jogos.</p> <p>Aprendizagem criativa e <i>maker</i>.</p> <p>Aprendizagem baseada em projetos.</p> <p>Ensino híbrido.</p> <p>Sala de aula invertida.</p> <p>Ensino por estações.</p> <p>Realidade virtual e imersiva.</p> <p>Estratégias de avaliação e <i>feedback</i> utilizando as TIC.</p>
Empreendedorismo	<p>Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>	<p>Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.</p>	
Investigação	<p>Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção,</p>	<p>Pesquisar e experimentar diferentes jogos, identificando os pilares do pensamento computacional</p>	

<p>Científica</p>	<p>criticidade e ética, utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos para solução de problemas diversos.</p>	<p>(decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmos) que os compõem.</p> <p>Investigar e analisar situações-problema do cotidiano considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p>	
<p>Mediação e Intervenção Sócio-cultural</p>	<p>Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>Promover o diálogo e a colaboração.</p> <p>Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais.</p>	<p>Propor e testar estratégias de mediação e intervenção sociocultural e ambiental, selecionando adequadamente elementos das diferentes linguagens tecnológicas.</p> <p>Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para atuar em equipes de forma colaborativa.</p>	
<p>Docência</p>	<p>Reconhecer e utilizar tecnologias atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>Articular estratégias e conhecimentos tecnológicos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos</p>	<p>Produzir conhecimento e conteúdo com base nos multiletramentos, por meio de sinais verbais e não verbais, códigos, a fim de utilizar os recursos digitais e a <i>internet</i> em seu cotidiano.</p> <p>Utilizar estratégias e organizar metodologias ativas que possibilitem desenvolver habilidades na construção das competências aos estudantes.</p> <p>Desenvolver pensamento crítico no uso das tecnologias como ferramenta na disseminação de informações.</p> <p>Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para</p>	

<p>tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p> <p>Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>Ajustar tecnologias ao planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>Trabalhar coletivamente, participar das comunidades</p>	<p>potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>Estimular os estudantes a investigação de práticas pedagógicas, por meio de recursos tecnológicos, que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Reconhecer no uso das metodologias ativas as diversas possibilidades de desenvolver o ensino-aprendizagem. Desenvolver soluções inovadoras utilizando tecnologias para resolver problemas.</p>	
--	---	--

	<p>de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p>		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Para contemplar uma aprendizagem significativa dos estudantes propomos ampla utilização de metodologias ativas com uso das mais variadas tecnologias disponíveis no ambiente escolar ou que façam parte do repertório dos estudantes. O processo investigativo pode ser realizado por meio de momentos estruturados de problematização e incorporação de elementos da aprendizagem baseada em projetos para definição de objetivos e organização de etapas, sempre que possível apoiadas por ferramentas que facilitem a gestão e o compartilhamento de informações. As atividades poderão ser desenvolvidas individualmente ou em grupos, buscando sempre o olhar crítico e reflexivo da realidade estudada, a partir da identificação das interferências da inserção do estudante no universo em análise. É de grande importância que a metodologia adotada auxilie na promoção dos multiletramentos ao longo do componente, utilizando mídias de diferentes linguagens e formatos, que dialoguem com as formas próprias de se comunicar dos estudantes e ampliem sua percepção da comunicação e do mundo. Por fim, deve-se fazer uso da problematização de conceitos e temáticas próprias da cultura digital, para que os estudantes possam contextualizá-las e desenvolver investigações orientadas a realidades e espaços com os quais se identificam.

Considerando, também, a diversidade de repertórios trazidos pelos estudantes em relação às diferentes tecnologias, sugerimos que os momentos de experimentação e reflexão sistematizada sejam organizados a partir da aprendizagem colaborativa, com base na concepção de inteligências múltiplas e coletivas. Destacamos, ainda, a importância de atividades práticas de experimentação de tecnologias digitais, em que os estudantes possam testá-las e decifrar como funcionam, contribuindo, também, para a expansão de seu olhar investigativo para contextos de seu cotidiano. Neste sentido, o professor deve se colocar como mediador e facilitador do processo de aprendizagem, promovendo intervenções quando se fizerem necessárias, promovendo a participação dos estudantes e a troca de experiências. Para tanto, o professor pode fazer uso das seguintes metodologias didáticas:

- * Alternância entre aulas expositivas e práticas (visitas a espaços de aplicação de tecnologias);
- * Integração entre a aprendizagem baseada em projetos e outras áreas do conhecimento;
- * Trabalhos em grupos, por estações de trabalho, e estudos direcionados;
- * Sala de aula invertida;
- * Seminários e gincanas.

AVALIAÇÃO

A avaliação final do semestre letivo deste componente deverá estar em sintonia com as orientações elaboradas pela SED e enviadas para as escolas. A avaliação será contínua, processual e qualitativa, a partir da participação e envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, assim como dos resultados dos processos de investigação e experimentação de novas tecnologias. Para que seja efetiva, os professores podem utilizar de diferentes estratégias, tais como: observação, autoavaliação dos estudantes, produtos da pesquisa e portfólios. Além disso, considerando a diversidade de saberes e níveis de familiaridade com tecnologias digitais, a avaliação deve constituir-se como um instrumento para regulação das aprendizagens.

Nesse sentido, avaliações com caráter diagnóstico e formativo podem trazer insumos para que o planejamento de atividades seja construído adequadamente ao conhecimento da realidade encontrada.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAUMAN, Zygmund. **Amor líquido**. São Paulo: Zahar, 2004.

CRUZ, D. (2013). Letramento midiático na educação à distância. In: F. Fidalgo; W. Corradi; R. Souza Lima; A. Favacho; & E. Arruda. (Org.). **Educação à distância: meios, atores e processos**. Belo Horizonte: CAED UFMG.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Vol. II. Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PROEX/UEPG, 2015.

CULTURA DIGITAL: TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Professores Colaboradores/Elaboradores

Cristiane de Oliveira Fiorentini (04^a CRE)
Edna de Lourdes Madalena de Oliveira Woehl (27^a CRE)
Edson Pedro Schiehl (25^a CRE)
Lucimar Lourenço de Almeida Chiamulera (07^a CRE)

Consultor

Lauro Roberto Lostada (SED)

É assunto frequente, nos diversos espaços de debates, a inserção das tecnologias digitais na sociedade e as mudanças que elas provocam, principalmente, na educação escolar. Questiona-se não apenas sobre a inserção das tecnologias digitais e o uso das mesmas pela escola, mas também, o uso e as apropriações realizadas pelos estudantes no seu cotidiano e para a aprendizagem, seja ela intencional ou não.

Podemos dizer que vivemos a iminência de um novo cenário cultural, cujo paradigma se concentra em torno das tecnologias digitais. Assim, ao longo de poucas décadas o desenvolvimento tecnológico alcançou um modelo de convergência tal que resultou na formação de verdadeiras redes em que se estabelecem conexões e se conjecturam processos tanto relacionais, trabalhistas, quanto de aprendizagem. Com a convergência midiática (JENKINS, 2008), passamos a vivenciar um momento de oportunidades, mas também de desafios, pois as mudanças tecnológicas promovem uma série de transformações nas práticas sociais, gerando novas oportunidades de criação e intercâmbio de informação, conhecimento e cultura. (BENKLER, 2015).

O aumento da comunicação entre as pessoas e as diversas áreas do conhecimento gera uma relação muito mais forte da educação com a cultura, especialmente com a cultura digital, de forma que essa relação incide diretamente na necessidade de transformação do papel dos professores e estudantes em produtores de conhecimentos e fazedores do seu próprio tempo. (BONILLA e PRETTO, 2015). O processo de ensinar e aprender passa, portanto, a requerer dos sujeitos da educação a responsabilidade de aperfeiçoamento contínuo das compreensões sobre a mudança cultural que esse processo acarreta.

Essas mudanças introduzem um novo olhar sobre os conceitos de estudo e aprendizagem. *Estudar* é aplicar a inteligência para aprender, para saber, ou adquirir instrução ou conhecimentos, dedicar-se à apreciação, análise ou compreensão de; procurar fixar na memória; frequentar o curso de; exercitar-se, ser estudante, ser estudioso, aprender a conhecer-se; observar-se e analisar-se. Já *Aprender* é tomar conhecimento de, tornar-se apto ou capaz de alguma coisa, em consequência de estudo, observação e experiência (RIBEIRO, 2009). Assim, existe uma diferença substancial entre o ato de estudar e o de aprender, já que o primeiro é o ato que potencializa o segundo.

A cooperação possibilitada pelo universo das redes digitais, também, constitui um importante alicerce para a aprendizagem neste novo cenário. Campos (2003) explora essa concepção, elaborando um projeto de aprendizagem cooperativa que se traduz enquanto “*uma técnica ou proposta pedagógica na qual estudantes ajudam-se no processo de aprendizagem, atuando como parceiros entre si e com o professor, com o objetivo de adquirir conhecimento sobre um dado objeto*”. (CAMPOS, et al., 2003, p. 26). Os fundamentos dessa pedagogia de trabalho estão, portanto, na formação de comunidades que passam a se organizar em torno de

objetivos comuns, com interação entre iguais e intercâmbio de papéis. Constitui-se, de modo geral, uma verdadeira comunidade de aprendizagem em que cada um dispõe do que sabe de suas competências, para que todos tenham benefícios.

A aprendizagem cooperativa parte do princípio de que é preciso organizar comunidades de aprendizagem nas quais o professor e a professora assumem o papel de facilitador. O professor deve ser capaz de reconhecer os níveis de desenvolvimento de seus estudantes (nível de desenvolvimento real, nível de desenvolvimento potencial e a zona de desenvolvimento proximal) para potencializar, por meio do trabalho cooperativo, o desenvolvimento cognitivo. Esse trabalho cooperativo, porém, deve se fundamentar na proposição de situações desafiadoras, que incentivem os estudantes a assumirem a responsabilidade sobre sua própria aprendizagem e que se sintam, também, responsáveis pela aprendizagem de seus colegas. (CAMPOS et al., 2003).

A escola precisa se reinventar, promovendo espaços de aprendizagem cooperativos que possam satisfazer os interesses provenientes da nova cultura digital. Ela, também, precisa discutir e enfrentar este novo paradigma, reconhecendo não se tratar mais dos *lôcus* do saber, transformando-se numa potencial mediadora de novos processos educativos que permitam, também por meio do uso das tecnologias digitais, agenciamentos colaborativos, elaborados em torno de problemas motivadores, que transformem informação em conhecimento significativo.

A proposta do Componente Curricular Eletivo Cultura Digital: Tecnologias Educacionais é possibilitar que o estudante do Curso Normal em Nível Médio - Magistério tenha condições de compreender a evolução das tecnologias digitais e sua aplicabilidade no âmbito escolar, principalmente no que tange ao multiletramento e ao desenvolvimento de competências para o uso crítico e criativo das tecnologias digitais.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Constituem princípios fundamentais a serem desenvolvidos ao longo do Componente Curricular Eletivo Cultura Digital: Tecnologias Educacionais noções, tais como:

- * Inovação – ciberespaço (tecnologias no cotidiano - evolução), mundo do trabalho.
- * Competências digitais e letramento digital: multiletramentos – recursos digitais de aprendizagem (conteúdos midiáticos, cultura digital, educação midiática).
- * Colaboração – investigação, ensino híbrido (aprendizagem em rede, LGPD, fake news).

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 57: Componente Curricular Eletivo Cultura Digital: Tecnologias Educacionais.

Componente Curricular Eletivo: Cultura Digital: Tecnologias Educacionais			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/Componente Curricular	Objetos de conhecimento
	Compreender as bases das tecnologias digitais atuais, como <i>hardware</i> , <i>software</i> , redes e representação de dados, refletindo sobre as tendências tecnológicas e	Contextualizar a história e a evolução das tecnologias para a compreensão dos processos do passado, do presente e das tendências futuras da tecnologia.	História e evolução das tecnologias. Passado e presente das tecnologias. Recursos digitais no processo de ensino e

<p>Processos Criativos</p>	<p>seus impactos na sociedade.</p> <p>Analisar a relação tecnologia e sociedade, avaliando suas potencialidades e riscos, considerando a ética, a sustentabilidade e o empreendedorismo, a fim de atuar no mundo de forma responsável.</p> <p>Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>Utilizar de forma segura, propositiva e intencional as ferramentas tecnológicas digitais para se expressar em ambientes físicos ou digitais.</p> <p>Propor ações criativas que contribuam para a transformação da sociedade, analisando e utilizando as tecnologias de forma crítica, considerando os diferentes tipos de mídia e as relações humanas mediadas por elas.</p>	<p>Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica, ampliando o repertório/domínio pessoal sobre as tecnologias e os recursos digitais.</p> <p>Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos de diferentes linguagens para participar de projetos e/ou processos criativos e lúdicos.</p> <p>Utilizar diferentes mídias e recursos digitais para a comunicação e a aprendizagem, agindo de forma crítica e ética na produção e consumo de informação.</p> <p>Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, utilizando as diversas linguagens e tecnologias.</p>	<p>aprendizagem (aplicativos, plataformas digitais de aprendizagem). Competências digitais e letramento digital: recursos pedagógicos digitais lúdicos. Cultura digital (comunicação, participação, colaboração e autoria em rede). Pesquisa e produção de conteúdos digitais. Resolução de problemas envolvendo as TIC no cotidiano. Segurança digital (LGPD, <i>fake news</i>) e exposição na rede: uso responsável. Espaços e tempos de aprendizagem. Estratégias de avaliação e <i>feedback</i> utilizando as TIC.</p>
<p>Investigação Científica</p>	<p>Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>Utilizar informações,</p>	<p>Investigar e analisar a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas linguagens, situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>Identificar e aplicar técnicas de proteção e segurança digital de informações, principalmente relacionadas ao uso da <i>internet</i>.</p> <p>Analisar a convivência em meio digital sob a luz da</p>	

	<p>conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p>	<p>ética e do direito digital.</p> <p>Utilizar diferentes mídias para a comunicação, agindo de forma crítica e ética na produção e consumo de informação.</p> <p>Desenvolver soluções inovadoras utilizando tecnologias para resolver problemas.</p>
Empreendedorismo	<p>Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>	<p>Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.</p>
Mediação e Intervenção Sócio-cultural	<p>Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover diálogo, colaboração, mediação e resolução de problemas.</p> <p>Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas.</p>	<p>Analisar a convivência em meio digital sob a luz da ética e do direito digital.</p> <p>Identificar e aplicar técnicas de proteção e segurança digital de informações.</p> <p>Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para atuar em equipes de forma colaborativa.</p>
Docência	<p>Conhecer o desenvolvimento tecnológico, conectando-o aos objetos de conhecimento.</p> <p>Reconhecer e utilizar tecnologias que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>Compreender as diferentes tecnologias que propiciem aprendizagens significativas.</p> <p>Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as diversas tecnologias disponíveis.</p>	<p>Identificar e aplicar técnicas de proteção e segurança digital de informações, principalmente relacionadas ao uso da <i>internet</i>.</p> <p>Pesquisar em meio digital, compreendendo suas características e identificando os fundamentos da ciência.</p> <p>Analisar a convivência em meio digital sob a luz da ética e do direito digital.</p> <p>Produzir conhecimento e conteúdo com base nos multiletramentos, por meio</p>

	Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos.	de sinais verbais e não verbais, códigos, a fim de utilizar os recursos digitais e a internet em seu cotidiano. Utilizar diferentes mídias para a comunicação, agindo de forma crítica e ética na produção e consumo de informação.	
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Para contemplar uma aprendizagem significativa dos estudantes, propomos ampla utilização de metodologias ativas com uso das mais variadas tecnologias disponíveis no ambiente escolar ou que façam parte do repertório dos estudantes. O processo investigativo pode ser realizado por meio de momentos estruturados de problematização e incorporação de elementos da aprendizagem baseada em projetos para definição de objetivos e organização de etapas, sempre que possível apoiadas por ferramentas que facilitem a gestão e o compartilhamento de informações. As atividades poderão ser desenvolvidas individualmente ou em grupos, buscando sempre o olhar crítico e reflexivo da realidade estudada, a partir da identificação das interferências da inserção do estudante no universo em análise.

É de grande importância que a metodologia adotada auxilie na promoção dos multiletramentos ao longo do componente, utilizando mídias de diferentes linguagens e formatos, que dialoguem com as formas próprias de se comunicar dos estudantes e ampliem sua percepção da comunicação e do mundo. Por fim, deve-se fazer uso da problematização de conceitos e temáticas próprias da cultura digital, para que os estudantes possam contextualizá-las e desenvolver investigações orientadas a realidades e espaços com os quais se identificam.

Considerando, também, a diversidade de repertórios trazidos pelos estudantes em relação às diferentes tecnologias, sugerimos que os momentos de experimentação e reflexão sistematizada sejam organizados a partir da aprendizagem colaborativa, com base na concepção de inteligências múltiplas e coletivas. Destacamos, ainda, a importância de atividades práticas de experimentação de tecnologias digitais, em que os estudantes possam testá-las e decifrar como funcionam, contribuindo também, para a expansão de seu olhar investigativo para contextos de seu cotidiano. Nesta perspectiva, o professor deve se colocar como mediador e facilitador do processo de aprendizagem, promovendo intervenções quando se fizerem necessárias, promovendo a participação dos estudantes e a troca de experiências. Para tanto, o professor pode fazer uso das seguintes metodologias didáticas:

- * Alternância entre aulas expositivas e práticas (visitas a espaços de aplicação de tecnologias);
- * Integração entre a aprendizagem baseada em projetos e outras áreas do conhecimento;
- * Trabalhos em grupos, por estações de trabalho, e estudos direcionados;
- * Sala de aula invertida;
- * Seminários e gincanas.

AVALIAÇÃO

A avaliação final do semestre letivo deste componente deverá estar em sintonia com as orientações elaboradas pela SED e enviadas para as escolas. A avaliação será contínua, processual e qualitativa, a partir da participação e envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, assim como dos resultados dos processos de investigação e experimentação de novas tecnologias. Para que seja efetiva, os professores podem utilizar de diferentes estratégias, tais como: observação, autoavaliação dos estudantes, produtos da pesquisa e portfólios. Além disso, considerando-se a diversidade de saberes e níveis de familiaridade com tecnologias digitais, a avaliação deve constituir-se como um instrumento para regulação das aprendizagens.

Nesse sentido, avaliações com caráter diagnóstico e formativo podem trazer insumos para que o planejamento de atividades seja construído adequadamente ao conhecimento da realidade encontrada.

REFERÊNCIAS

BENKLER, Yonkai. **La riqueza de las redes**: como la producción social transforma los mercados y la libertad. Barcelona: Icaria editorial, 2015.

BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson de Luca. Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação. **Em Aberto**. Brasília, v. 28, n. 94, p. 23-40, jul./dez. 2015.

CAMPOS, Fernanda C. A.; SANTORO, Flávia Maria; et. al. **Cooperação e aprendizagem on-line**. Coleção Educação a Distância. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RIBEIRO, Marco Aurélio. **A técnica de estudar**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Professores Colaboradores/Elaboradores

Eliston Terci Panzenhagen (IEE)

Mario Henrique Rodrigues (27ª CRE)

O tema da diversidade no contexto escolar, encontra-se sempre acompanhado de algumas discussões, sejam elas de validação ou oposição à temática. Inicialmente, percebe-se um entendimento errôneo acerca do mesmo, dando espaço aos clamores desvinculados aos saberes científicos. A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) ampara-se na diversidade como princípio formativo, refletindo sobre respeito às diferenças, resiliência e alteridade. Desta forma,

[...] entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. (SANTA CATARINA, 2014, p. 54).

Neste sentido, cabe ressaltar que a diversidade não se limita a um ou outro aspecto da vida humana, mas faz parte do gênero humano desde as questões mais simples, tais como, nossas formas de ser e de viver, até questões mais complexas, tais como as diferentes formas de aprender e se relacionar com o outro em sociedade. No campo da diversidade, Mantoan (2001) nos esclarece:

A Educação inclusiva não se refere apenas à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. É um conceito mais amplo que inclui o respeito às diferenças individuais, culturais, raciais, religiosos, políticas, sociais, vendo o indivíduo como um ser pleno e com talentos a serem desenvolvidos (MANTOAN, 2001, p. 84).

Percebe-se que a discussão acerca da diversidade tem se limitado, em alguns contextos, à questão da pessoa com deficiência. Neste sentido, importa frisar que, embora esta possa ser umas das expressões mais recorrentes e visíveis nas escolas quando nos reportamos à diversidade, não quer dizer que as demais formas em que a diversidade pode ser percebida tenha deixado de existir. Ou, até mesmo, não mereça a devida importância da escola em suas discussões pedagógicas, seja para discutir a postura e a ação da escola neste sentido, ou mesmo para planejar políticas de enfrentamento e atendimento a todas as nuances que a diversidade requer no contexto educativo.

Comprometimento dos/as Professores/as

- Compromisso com a investigação científica, respeitando as diversidades em suas mais variadas representações.
- Familiaridade com práticas pedagógicas inclusivas, a fim de proporcionar a todos/as o conhecimento historicamente construído, para que a verdadeira inclusão aconteça.
- Disponibilidade em estar aberto/a a experienciar diferentes movimentos relacionados ao combate a misoginia, machismo e sexismo, entre outros.
- Promover a transformação social e a busca pela justiça e equidade no tratamento de todos os seres humanos.

Sobre os Estudante/as

Os/As estudantes da Educação Básica são sujeitos de diversidade e, assim, precisam se compreender. Somente a partir do momento em que nos compreendemos como seres diversos, podemos perceber a necessidade de garantir, de forma plena, o respeito que o tema merece.

Sabe-se que, na Educação Básica os/as estudantes são oriundos de diferentes contextos, no entanto, requer-se da escola, local por excelência que deva tratar desta e outras questões, discuta acerca da temática de forma a elaborar e reelaborar o conhecimento no que tange a diversidade.

Os/As estudantes necessitam desenvolver habilidades e competências, a partir de conhecimentos e experiências vividas, de forma que possam viver de forma saudável e conviver com as diferenças, adotando a diversidade como princípio da coletividade, agindo como difusores/as de ideias de paz, justiça e solidariedade, num processo de implementação de políticas eficazes enquanto agentes de transformação social.

Competências Gerais da Educação Básica

Com vistas ao desenvolvimento das 10 Competências Gerais da BNCC ao longo de toda Educação Básica, acredita-se que este componente curricular possa fortemente contribuir para o desenvolvimento de algumas destas. Entendemos que todas as ações pedagógicas, de forma direta ou indireta devem estar atentas ao desenvolvimento de todas as dez competências até o final da Educação Básica, no entanto, o componente de Educação e Diversidade se compromete em voltar suas ações a fim de contribuir especificamente para:

- 1. Conhecimento.** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 3. Repertório Cultural.** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 5. Cultura Digital.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6. Trabalho e Projeto de Vida.** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7. Argumentação.** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 9. Empatia e Cooperação.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos

sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Responsabilidade e autonomia. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 58: Componente Curricular Eletivo Educação e Diversidade.

Componente Curricular Eletivo: Educação e Diversidade			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>(EMIFCG02). Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p>(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>(EMIFCHSA01) Investigar e analisar situações-problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em</p>	<p>Conceituar as diversidades, bem como aqueles/as que fazem parte das mesmas, proporcionando visibilidade e voz para as pessoas que sofrem com alguma forma de negligência.</p> <p>Combater todas as formas de discriminação e preconceito que assolam a sociedade, na intenção de construir uma sociedade digna e justa, buscando uma vivência mais feliz, amparada no respeito ao próximo.</p> <p>Compreender que o território catarinense é constituído por diferentes matrizes étnicas, valorizando as contribuições de cada uma.</p> <p>Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução</p>	<p>Construção histórica e social do Tema Diversidade;</p> <p>Construção histórica e social do preconceito e da exclusão;</p> <p>Conceitos para as diversidades.</p> <p>Pluralidade e diversidade no Território Catarinense;</p> <p>Identidade e pertencimento</p> <p>Etnocentrismo</p> <p>Combate ao racismo e xenofobia</p> <p>Combate a discriminação e à injustiça social</p> <p>Ações afirmativas</p> <p>Políticas de Cotas</p> <p>Políticas Públicas</p>

<p>Processos Criativos</p>	<p>diferentes mídias.</p> <p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05). Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCHSA06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global.</p>	<p>de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização das diversidades.</p> <p>Reconhecer a diversidade como elemento intrínseco à espécie humana, compreendendo suas diferentes formas de expressão.</p> <p>Pesquisar e conhecer sobre as diferentes formas de expressão da diversidade na convivência humana, a fim de zelar pela sua livre manifestação.</p> <p>Ressaltar a importância da diversidade como característica fundamental para o exercício democrático e para a garantia dos direitos fundamentais.</p>	<p>Canais e estratégias de enfrentamento às violências</p> <p>Matrizes africanas e indígenas em Santa Catarina</p> <p>História do movimento negro em Santa Catarina e no Brasil</p> <p>Deficiência, diversidade e diferença</p> <p>Sexualidade, identidade e gênero</p> <p>Preconceitos</p> <p>Respeito, justiça social e solidariedade</p>
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>(EMIFCG07). Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCHSA07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p> <p>(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a</p>	<p>Desenvolver iniciativas de promoção da cidadania com respeito à diversidade.</p> <p>Analisar políticas públicas acerca da diversidade para perceber formas de atuação e intervenção social.</p> <p>Aportar-se em conhecimentos científicos e nas experiências humanas, presentes ou passadas, para estabelecer novas relações com base na expressão da diversidade.</p> <p>Utilizar os espaços educativos para a promoção da diversidade, bem como sua promoção, reconhecimento e respeito.</p> <p>Identificar a diversidade nos diversos aspectos da vida humana e no exercício e prática cotidiana, principalmente</p>	<p>Religiosidade do povo catarinense</p> <p>Direitos humanos e sociedade</p> <p>Legislação brasileira e diversidade</p> <p>Diversidade na escola</p>

	<p>preservação do meio ambiente.</p> <p>(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, responsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p> <p>(EMIFCHSA09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.</p>	<p>nos campos da política, religião, sexualidade, etnias, culturas, etc..</p> <p>Exercer uma postura de disseminação de atitudes baseadas na heterogeneidade e de enfrentamento e combate à cultura da homogeneidade.</p> <p>Mapear a legislação que embasa o livre exercício e o direito à diferença.</p> <p>Promover o debate social, sendo um interlocutor entre conhecimento produzido e as experiências sociais nos seus ambientes de vivência.</p> <p>Trabalhar a diversidade em suas aulas enquanto docente, com vistas ao direito à diferença, sem adentar em julgamentos de mérito, evitando e coibindo todas as formas de discriminação ou preconceito.</p>	
<p>Empreendedorismo</p>	<p>(EMIFCG11). Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p> <p>(EMIFCHSA12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas</p>	<p>Constituir-se enquanto agente transformador através da proposição e do desenvolvimento de políticas públicas para enfrentamento a qualquer tipo de violência.</p>	

	com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.		
Docência	<p>Conhecimento Profissional:</p> <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter relação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica</p>		

	<p>nas quais se realiza a prática da docência.</p> <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> <p>Prática Profissional</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo</p>		
--	---	--	--

	<p>com consistência.</p> <p>Engajamento Profissional:</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se desenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de</p>		
--	---	--	--

	<p>promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O Curso Normal em Nível Médio - Magistério, enquanto espaço de formação inicial de professores/as, deve buscar em seu caminho metodológico, desenvolver iniciativas e práticas de ensino aprendizagem que permitam um processo em que o estudante consiga ter contato e debruçar-se sobre os mais variados temas e experiências. Somente o "conteúdo", por assim dizer, não é suficiente para que se forme um/a bom/a profissional para o exercício do magistério, assim como, a prática de estágio não é o único espaço em que este/a estudante possa desenvolver formas de agir e interagir.

Neste sentido, todos os componentes curriculares devem proporcionar, no viés de uma formação transformadora e crítica, práticas cotidianas que possam, ao mesmo tempo em que ensinam, também permitam que o estudante aprenda e desenvolva habilidades que lhe permitem o desenvolvimento das competências gerais enquanto docente.

Enquanto sugestões de estratégias metodológicas, uma vez que se busca atender às necessidades de aprendizagem de um futuro profissional, bem como se torna necessário reconhecer os desafios da vida cotidiana que adentram, também, os espaços escolares, sugere-se que, o professor deste componente curricular, observe sempre o foco central deste, que é a diversidade. Ensinar e aprender com e para a diversidade deve ser o princípio do componente.

A diversidade nas escolas vem respaldada na 9ª Competência Geral da Base Nacional Comum Curricular, nas palavras de Empatia e Cooperação, que significam:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p.10).

Neste contexto, torna-se imprescindível um processo em que a reflexão esteja aberta e torne-se o principal caminho, para desenvolver, acerca de temas pertinentes, um diálogo que permita construir e reconstruir saberes e práticas, ressignificando nosso lugar no mundo enquanto educadores/as e, portanto, formadores/as de opinião. Percebe-se, a partir da própria competência geral, que a prática metodológica do/a docente em sala de aula não pode perpassar práticas tradicionais e tecnicistas, mas aulas com mediações críticas que oportunizem a formação do/a cidadão/ã consciente, conhecedor/a, crítico/a e criativo/a, de forma que esteja capacitado/a para o enfrentamento cotidiano em situações de violação de qualquer direito humano.

É relevante, também que, o/a educador/a selecione instrumentos, didáticas, estratégias que convergem para a dinamicidade de suas aulas, promovendo amplo debate e interação, com o conhecimento a ser reelaborado, com experiências vividas e com possibilidades de construção de um futuro melhor, mais inclusivo e mais humano. Cabe salientar, também que, o futuro professor conceba os movimentos de adaptações aos contextos locais aos quais irá desempenhar:

- Analisar a realidade local e propor as adaptações necessárias para o desenvolvimento do componente curricular.
- Articular e fomentar parcerias com instituições locais e regionais (ONGs, associações, pesquisadores, universidades, entidades e outros), para que contribuam com o processo de desenvolvimento das ações na escola e comunidade.
- Organizar um grupo de atenção à diversidade na escola, em parceria com o NEPRE, de forma a discutir permanentemente a questão, seja para ações curriculares, em aula ou mesmo na formação dos docentes da escola.

Portanto, este é um componente curricular em que não pode haver barreiras, limites ou cerceamentos. Deve garantir a valorização e o resgate da autoestima do/a estudante, a exploração do tema por meio de diversos mecanismos, materiais e fontes. É fundamental promover espaços de diálogo, socialização, organização e mobilização, bem como garantir que o tema esteja presente no Projeto Político Pedagógico da Escola. Neste percurso

metodológico, a diversidade em termos conceituais, referenciais e procedimentais, deve permear o componente do início ao fim, em todos os sentidos.

Recursos, Espaços e Materiais Didáticos

Para o desenvolvimento deste componente torna-se relevante o acesso a materiais atualizados e equipamentos tecnológicos que permitam pesquisa a diferentes fontes de informação.

Quanto aos espaços, é importante que haja acesso a laboratórios, bibliotecas, ambientes diversificados de interação e diálogo que promovam a participação, reconhecimento e bem estar de todos os envolvidos no processo educativo.

Quadro 59: Sugestão de Percurso do Componente Curricular Eletivo Educação e Diversidade.

Unidade Temática	Carga Horária	Descrição das atividades e temas
Introdução	06 aulas	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as características da diversidade presente na sociedade catarinense. • Relacionar educação e diversidade na perspectiva da educação inclusiva. • Desenvolver uma visão geral do componente curricular e de suas possibilidades para o conhecimento relacionado à diversidade e ao combate de todas as formas de preconceito e opressão. <p>Resumo: Neste primeiro momento, sugere-se que o/a professor/a realize um diagnóstico acerca da temática, explorando o conhecimento prévio que os/as estudantes possuem sobre os objetos de conhecimento. Após este primeiro contato com os objetos, inicia-se o aprofundamento dos mesmos, cabendo ao/a professor/a explorá-los, instrumentalizando os/as estudantes a respeito dos conhecimentos necessários para a continuidade das aulas.</p> <p>Dica Metodológica: O/A professor/a pode utilizar diferentes estratégias para a realização do diagnóstico, a fim de ter subsídios necessários para as futuras ações em sala de aula, tais como, roda de conversa, tempestade de ideias, caixa de perguntas e outros.</p>

<p>Desenvolvimento</p>	<p>24 aulas</p>	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e compreender que cada um dos objetos de conhecimento elencados constituem a pluralidade, por sua vez, esta forma a diversidade presente em todos os espaços e contextos. • Explorar os objetos de conhecimento para a construção de conceitos essenciais acerca da temática global que é a diversidade. • Realizar pesquisas referentes aos temas estudados. • Programar uma exposição sobre educação e diversidade para os/as demais estudantes da escola. <p>Resumo: Posterior ao diagnóstico, passa-se ao desenvolvimento dos objetos do conhecimento, em que cada professor/a irá trabalhar conforme sua didática e de acordo com os desdobramentos da sua turma, haja vista, que as turmas apresentam características únicas que as diferenciam umas das outras. Durante esta etapa os/as professores/as já devem realizar os encaminhamentos para a construção de uma exposição sobre educação e diversidade.</p> <p>Dica Metodológica: Orientar-se aos/as professores/as tornarem suas aulas menos expositivas, sob a perspectiva de fortalecer o protagonismo estudantil. Dividir os temas, criar novas possibilidades, instigar a pesquisa são estratégias para o desenvolvimento da iniciativa e autonomia. Desta forma, o/a professor/a deverá exercer seu papel de mediador e articulador do conhecimento. Nesta etapa seria interessante a criação de grupos para que trabalhem as diferentes temáticas, já visando o evento/exposição, dos trabalhos e pesquisas realizadas durante as aulas deste componente eletivo.</p>
<p>Intervenção Sociocultural</p>	<p>05 aulas</p>	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar a exposição na escola referente a educação e diversidade. • Articular a participação dos/as demais estudantes da escola. • Apresentar os trabalhos e pesquisas, bem como o material produzido durante o desenvolvimento das aulas. <p>Resumo: Acredita-se que nesta etapa os/as estudantes estejam munidos/as do conhecimento construído, a fim de que possam participar da exposição com conceitos teóricos suficientes para realizar uma explanação coerente e dirimir possíveis dúvidas que possam ser levantadas pelo público.</p> <p>Dica Metodológica: É muito importante para a realização da exposição, que haja um planejamento global de como a mesma ocorrerá, com passos práticos e claros: preparação, pessoas envolvidas, recursos materiais, ambiente, apresentações e outros. A elaboração de um check list definindo ações e responsabilidades ajuda muito na visão total da atividade. Como trata-se de um processo, é válido que durante todo percurso os registros sejam realizados, para que na exposição as dificuldades sejam menores. Faz-se necessário também a mobilização da equipe gestora para a viabilização da participação das demais turmas, uma vez que estas serão o público. Cabe à escola, conforme o arranjo local, abrir ou não a participação para a comunidade.</p>
		<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as contribuições da exposição para o fortalecimento do espírito de acolhimento às diferenças na escola. • Analisar o percurso do componente eletivo na construção de conceitos relacionados à temática e a futura prática docente. <p>Resumo: Todo processo educacional necessita de avaliação. Suscitar a mesma é uma</p>

Avaliação	05 aulas	<p>importante forma de aprendizado e reconhecimento das potencialidades e fragilidades individuais de cada pessoa. Sendo assim, a avaliação é mais uma oportunidade de se construir conhecimento.</p> <p>Dica Metodológica: Para a finalização os/as professores/as precisam estar seguros do acompanhamento de todo processo. É importante avaliar o percurso formativo e não somente uma ou outra ação. Cabe muito bem solicitar aos/às estudantes autoavaliação e avaliação coletiva.</p>
------------------	----------	---

Fonte: Elaboração dos autores.

AVALIAÇÃO

A avaliação que pressupõe avaliar para a ação, deve constituir-se enquanto um processo qualitativo em que a preocupação docente esteja voltada à qualidade das discussões e internalização de temas abordados. Quando nos referimos aos diversos conceitos que a literatura atual apresenta em relação a avaliação, destacamos aqui, a formativa, ou seja, aquela em que avaliar faz parte do processo de formação e não requer um momento extra, vinculado ao estabelecimento de julgamentos sobre o que se deu em outros momentos e espaços.

Nesta concepção, avaliar faz parte do cotidiano, da formação de ideias, conceitos e novos conhecimentos. Uma avaliação assim concebida percebe no decorrer do percurso formativo as necessidades de intervenção docente, à medida que a mediação vai acontecendo.

Desta forma, neste componente curricular, importa avaliar de forma a perceber o desenvolvimento global da compreensão da diversidade, da participação nas discussões, na elaboração e reelaboração de conceitos e conhecimentos com base em conteúdos e experiências vividas e socializadas. Neste contexto, remete-se à compreensão de que o docente deve conduzir o percurso de forma diversificada, comprometida com o diálogo e, assim, também, utilizar diferentes estratégias e instrumentos avaliativos que permitam a compreensão, o desenvolvimento de habilidades e competências, a postura transformadora do estudante e interação com a temática como um todo.

Avaliar, torna-se assim, um suporte para ir além, por meio da identificação de necessidades de replanejamento e ajustes na rota previamente estabelecida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasil. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon – Edições Científicas, 2001.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 2 - Áreas do conhecimento**. Florianópolis: SED, 2021.

SUGESTÕES DE LEITURA

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3. ed. Brasília: [MEC, SEESP] Edição do material Cynthia Duk, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MANTOAN, M. T. E. A hora e a vez da Educação Inclusiva. **Revista Educação e Família**, 5. ed., a. 1, n. 1, 2005.

PERRENOUD, Philippe A prática reflexiva e o ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. In: **Saber refletir sobre a própria prática**: objetivo central da formação de professores. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

GESTÃO ESCOLAR

Professores Colaboradores/Elaboradores

Graziela Elizabeth Geisler (SED)

Marcelo Martin Heinrichs (33ª CRE)

Marilete Gasparin (SED)

Raquel Fabiane Mafra Orsi (17ª CRE)

Sérgio Luiz de Almeida (SED)

Sirley Damian de Medeiros (SED)

Desde a Constituição Federal de 1988, a Educação está assegurada como direito. Direitos de frequentar a escola, de aprender o esperado para a sua idade e outros que foram se concretizando em ações propositivas ao longo dos anos.

Entende-se a educação como prática social, a escola como uma instituição social que tem sua organização e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógico que vão além das demandas econômicas, como acontece nas empresas. O planejamento e o desenvolvimento da educação e da escola, nessa perspectiva, implica diretamente sobre a natureza e finalidade das unidades escolares. As prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas refletem esta especificidade. No campo educacional, a luta de educadores e dos movimentos sociais por uma educação de qualidade social e democrática, frente às mudanças sociais e econômicas, nos anos 1980 e intensificadas na década de 1990, advindas do processo de globalização, resultaram na inclusão do princípio de gestão democrática participativa na educação. A Constituição Federal (1988), Art. 206, estabelece princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados por meio de leis complementares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. O Art. 214 da Constituição Federal (1988) dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (Art. 9º) que mantém os princípios determinados pela lei maior, inclusive, o da gestão democrática do ensino público. O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, define a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” como uma das suas diretrizes (Art. 2º, inc. VI) e remete, mais uma vez, a regulamentação da gestão democrática da educação pública aos Estados, Distrito Federal e Municípios, prevendo seu cumprimento em leis específicas no prazo de dois anos, a partir da publicação (Art. 9º).

A Gestão Escolar é definida por Dourado (2012) a partir de três importantes elementos:

- Forma de organizar o trabalho pedagógico, que implica visibilidade de objetivos e metas dentro da instituição escolar;
- Implica gestão colegiada de recursos materiais e humanos, planejamento de suas atividades, distribuição de funções e atribuições, na relação interpessoal de trabalho e partilha do poder;
- Diz respeito a todos os aspectos da gestão colegiada e participativa da escola e na democratização da tomada de decisões.

Reafirmamos as questões apontadas por Dourado (2012), pois elas exigem a participação da comunidade escolar, bem como a organização das formas de viabilizar essa

participação. Como ressalta Libâneo (2004) “[...] a organização escolar democrática implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação”. (LIBÂNEO, 2004, p. 143).

A Escola é um espaço onde inúmeras pessoas interagem com intencionalidades e responsabilidades definidas. Essa organização constitui um ambiente de aprendizagem, cuja atmosfera pode propiciar uma vivência do que queremos como sociedade: um espaço de igualdade, acolhedor da diversidade, onde o conhecimento e as relações interpessoais favorecem a inserção e um olhar amplo para o que acontece no mundo.

A gestão escolar, ao assumir que a escola é esse espaço de aprendizagem, compreende, também, os estudantes como sujeitos com direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Assumir direitos de aprendizagem é mais do que ter expectativas em relação ao que se aprende. Os estudantes têm direitos e nós devemos oferecer condições para que aprendam e se desenvolvam. Isso muda nossa maneira de pensar, de agir, de ver, de escutar e, conseqüentemente, de planejar a gestão escolar.

Para Negrini (2008), a concepção democrático-participativa se adapta à busca da democratização da escola pela relação orgânica existente entre setores da escola, na importância da busca de objetivos comuns a todos. Por defender uma forma de tomada de decisão coletiva, cada integrante assume sua parte com responsabilidade no trabalho, dando ênfase nas relações humanas. Sendo assim, a gestão participativa se propõe como condição para resistir às formas tradicionais de organização e gestão escolar. Sobre essa consideração Libâneo (2006) propõe:

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2006, p. 328).

Para Libâneo (2018), os princípios da gestão democrático-participativa são: a autonomia da escola, da comunidade educativa firmada pela presença do projeto pedagógico; a relação respeitosa e harmoniosa entre o gestor e os membros da equipe escolar; o envolvimento da comunidade no processo educativo, o planejamento das atividades; a formação continuada que vise o desenvolvimento pessoal e profissional dos membros da escola com a utilização de informações concretas e análise de cada problema (democratização das informações); avaliação compartilhada com relações humanas produtivas e criativas.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

As mudanças na sociedade, nas famílias e na forma das pessoas perceberem a vida são constantes. Ideais autoritários ficam cada vez mais enfraquecidos e as ações colaborativas ganham mais força. A escola como ambiente de convívio, de construção de saberes e práticas é impactada por essas mudanças de comportamento. Nesse cenário, o gestor escolar passa a ter papel primordial, uma vez que a maneira como a escola é administrada pode refletir na qualidade do ambiente educativo, tanto no trabalho quanto na aprendizagem.

Apesar de não existir uma receita pronta de administração que funcione em todas as escolas, alguns princípios ajudam a nortear o trabalho dos gestores. Educadores, teóricos e estudiosos apontam um caminho: a descentralização do poder, a humanização das relações e a democratização da gestão. “A tendência é de uma gestão em que o poder é distribuído, em que existe incentivo ao trabalho coletivo e às decisões tomadas em conjunto com os envolvidos”. (BRAGA, 2016).

Nos dias atuais, o(a) sujeito(a) que aceita ser gestor(a) em uma instituição escolar, precisa ter claro alguns fatores que contribuirão para a obtenção de êxitos em sua trajetória. É importante que o gestor tenha uma base fundamentada em teóricos que poderão auxiliar na prática. Mesmo assim, não é uma tarefa fácil, seja qual for o tamanho da escola, pois há uma diversidade cultural, econômica e social grandiosa. Vale destacar que a própria rotina da instituição coloca inúmeros entraves que, se o gestor não focar em seu papel ou atribuições, acaba passando o dia “apagando fogo” e a sua função, obviamente, acumula. O gestor precisa ter um plano de ação o qual conduz suas atividades. Esse plano, contudo, é flexível.

Um bom gestor precisa ter um olhar no administrativo e outro no pedagógico. É preciso buscar uma gestão democrática, em que a comunidade escolar é convidada a participar ativamente da vida de seus filhos(as). O gestor deve ser exemplo para todos que estão ao seu redor, uma vez que o seu comportamento e as suas atitudes refletem nos demais membros de sua equipe. Ele precisa conhecer a cultura organizacional de sua instituição de ensino, ou seja, saiba quem são seus companheiros de trabalho (professores, equipe pedagógica, entre outros), os estudantes que ali estudam, os familiares destes, bem como a história de vida de cada um. Precisa estar sempre perto, acompanhando o dia a dia da sala de aula, da escola, para criar um clima de proximidade entre os parceiros, além de contribuir com ideias e sugestões para a melhoria educacional. É preciso dar autonomia aos professores e colaboradores, além de saber delegar atividades e outras atitudes. Torna-se imprescindível saber aconselhar e mediar conflitos, enxergar a instituição como um todo, tendo a capacidade de escuta. Deve implementar a formação continuada e atualizações para si e para a equipe, a fim de definir caminhos para o sucesso da instituição e da aprendizagem dos estudantes. Esses fatores contribuirão para uma gestão democrática e participativa.

Na concepção democrático-participativa, segundo Libâneo (2004, p. 101), “o processo de tomada de decisão se dá coletivamente participativamente”. Para esse autor, a organização e os processos de gestão podem assumir diferentes significados de acordo com a concepção que se tem dos objetivos da educação em relação à sociedade e à formação dos estudantes.

Gestão provém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivado deste verbo. Trata-se de *gestatio*, ou seja, gestação, isto é, o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em *ger* que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provêm os termos genitora, genitor, *germen*. (CURY, 2005, p. 1).

Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos. A gestão, dentro de tais parâmetros, é a geração de um novo modo de administrar uma realidade e, em si mesma, democrática, já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo.

Neste contexto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar é amplo, reflete a identidade da escola e indica a direção que a instituição quer seguir. Apresenta as metas a cumprir, os objetivos a alcançar, a visão de educação desejada, além dos meios para concretizá-los. O PPP explicita também as diretrizes pedagógicas: o que e como ensinar, os planos de ação e define a relação família, escola e comunidade. O PPP deve assegurar que o estudante esteja sempre no centro do processo, reconhecendo o seu protagonismo no percurso de desenvolvimento. A centralidade do trabalho pedagógico está no Projeto Político construído de forma participativa e democrática. O foco não é mais o saber em si mesmo, mas nas relações, conexões e nas redes de interações sociopolíticas que podem ser construídas. Portanto, a ideia de transversalidade gira em torno de relações, de interações, de pessoas em processo de autoconstrução. Para Cruz (2000):

Transversalidade é a propriedade que tem um conceito, uma noção, um conhecimento de transitar, perpassar, navegar pelas várias dimensões da abordagem da realidade; um fio condutor, gerador de uma rede de relações entre os diferentes saberes produzidos individual ou coletivamente. (CRUZ, 2000, p. 23).

Assim, o movimento gera o transversal: **o currículo em movimento**. A transversalidade exige um trabalho interativo, onde o lugar do aluno passa de receptor passivo para agente interativo no processo de aprendizagem. Este processo se realiza em dois espaços:

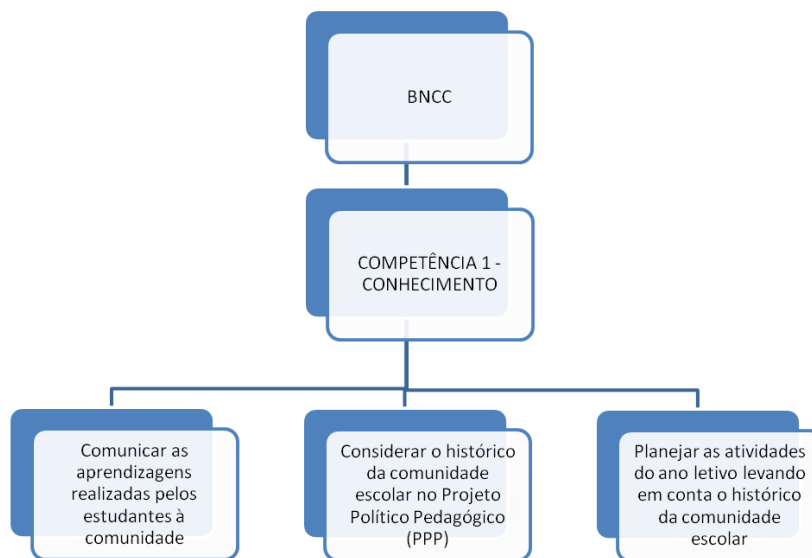
1. Interação entre as várias dimensões de abordagem da realidade: o ponto de partida é a realidade sócio-histórica-cultural em que o aluno vive;
2. Interação entre os sujeitos escolares na construção da proposta de currículo: professores e alunos, como agentes interativos na produção de conhecimento.

Assim sendo, inúmeras reflexões reforçam a importância do gestor democrático e participativo, num lugar, tempo e espaço com liberdade de renovar, reinventar seu lugar, questionar o vigente. É uma questão de luta por novas concepções, modos de ser, pensar e agir: uma nova cultura escolar. Neste contexto, exige-se que o gestor construa um planejamento a curto, médio, longo prazo, com clareza de referenciais, estudo, paciência histórica e perseverança.

Nesta perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular apresenta 10 competências definidas como: “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. (BRASIL, 2018).

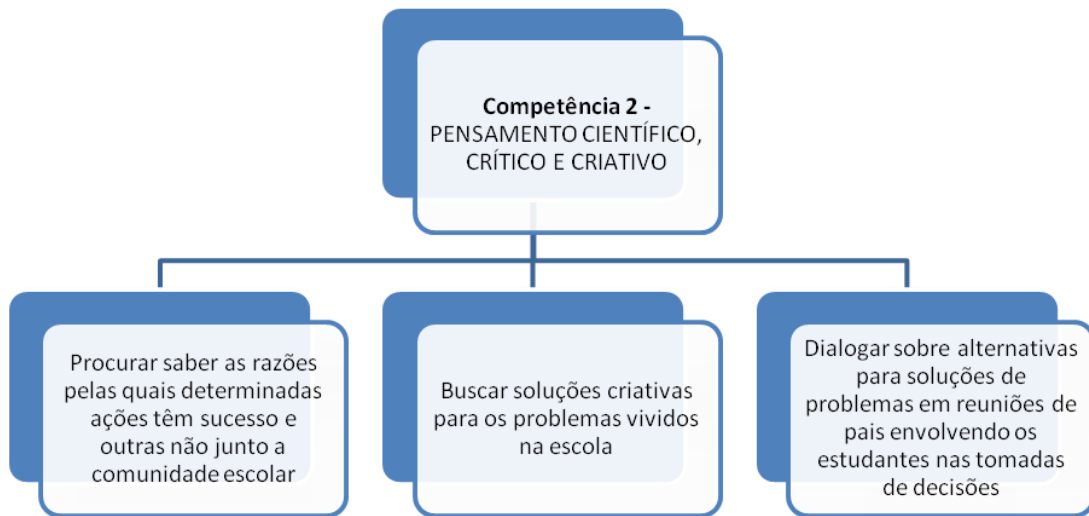
COMPETÊNCIAS GERAIS BÁSICAS DA BNCC

Figura 09: Competência 1 da BNCC – Conhecimento.



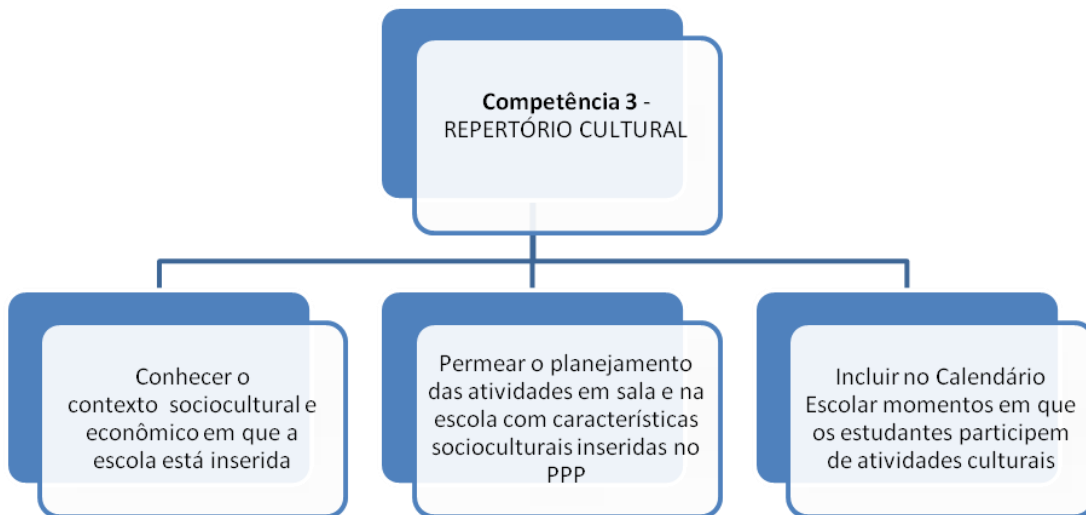
Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 10: Competência 2 da BNCC – Pensamento Científico, crítico e criativo.



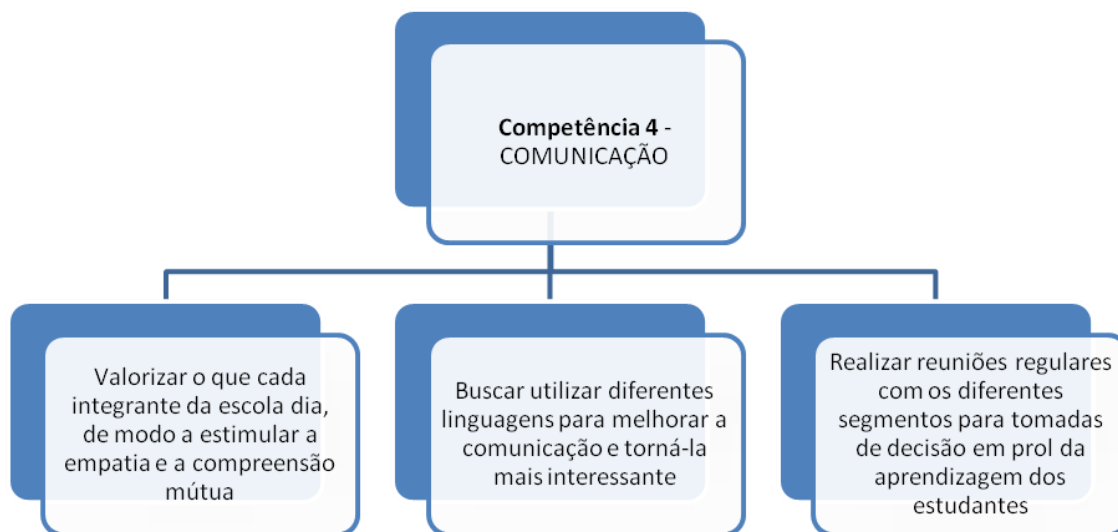
Fonte: Elaborada pela equipe fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 11: Competência 3 da BNCC – Repertório Cultural.



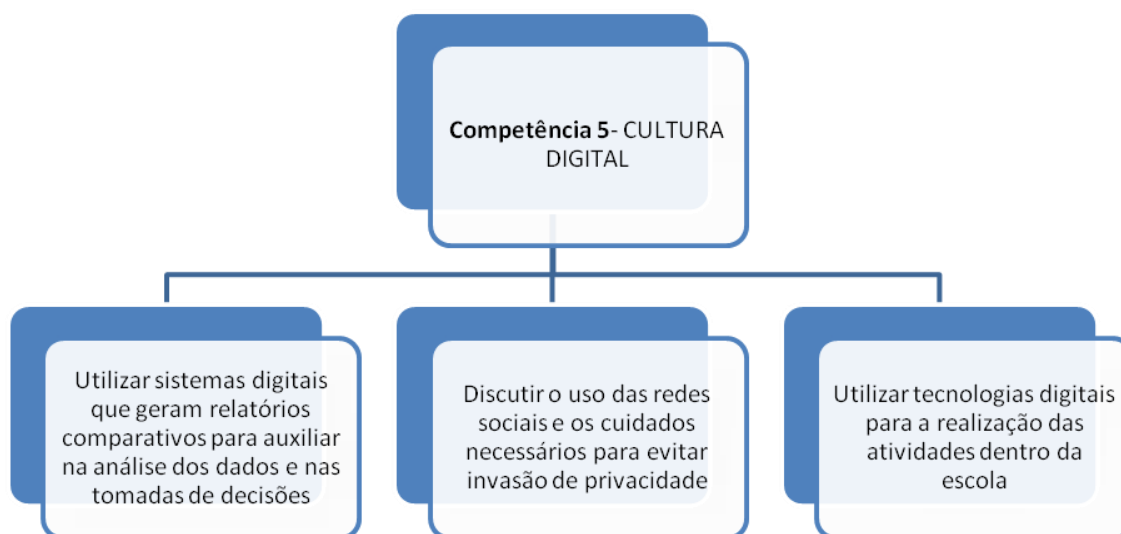
Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 12: Competência 4 da BNCC – Comunicação.



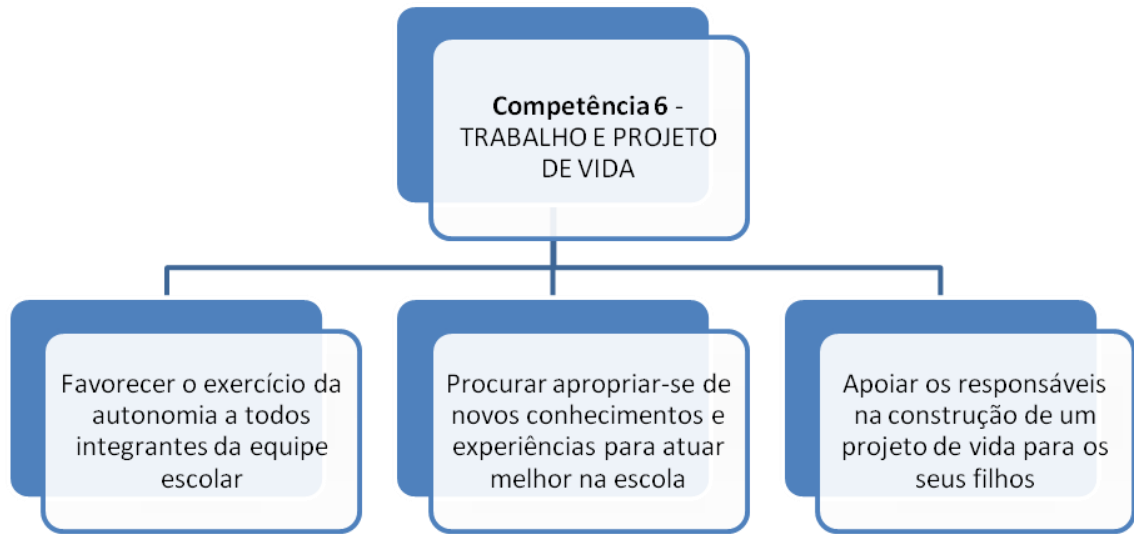
Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 13: Competência 5 da BNCC – Cultura Digital.



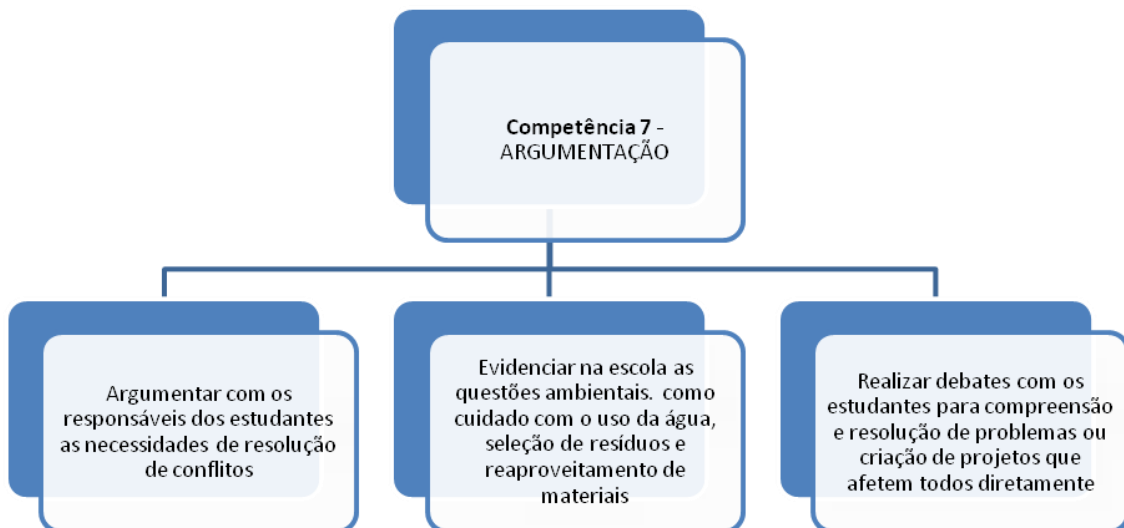
Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 14: Competência 6 da BNCC – Trabalho e Projeto de Vida.



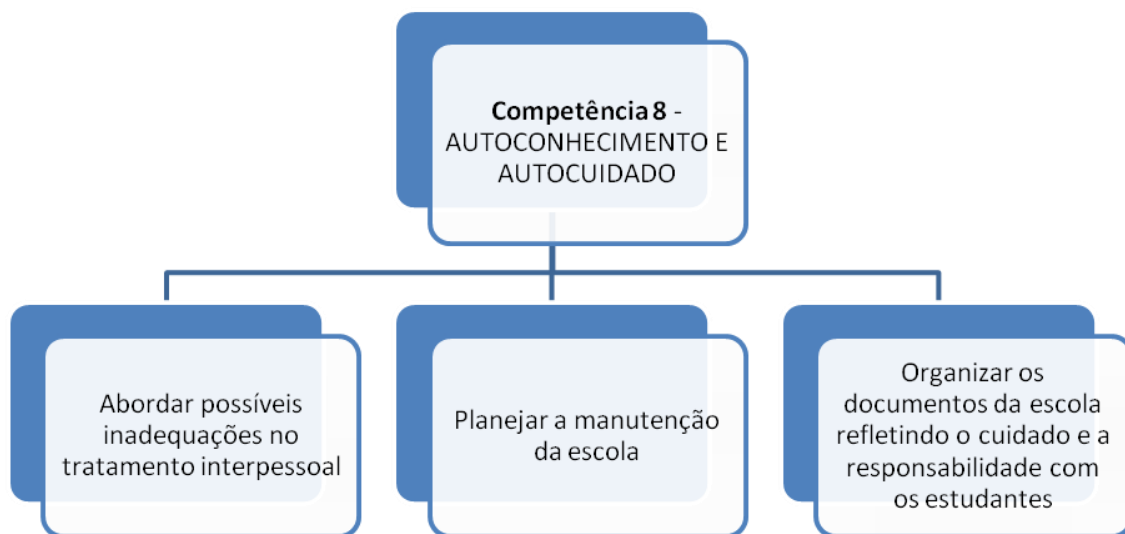
Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 15: Competência 7 da BNCC– Argumentação.



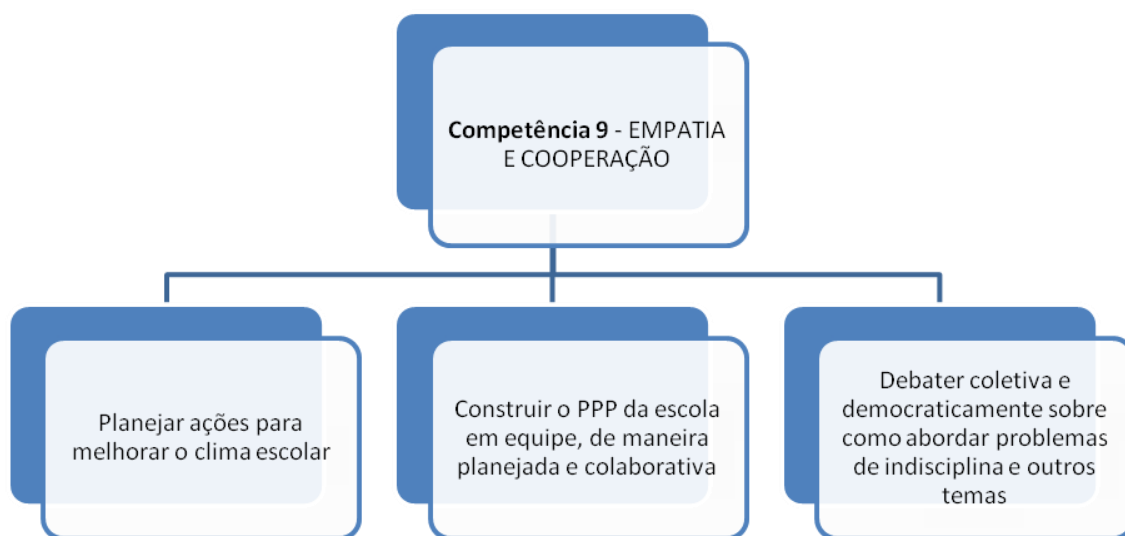
Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 16: Competência 8 da BNCC – Autoconhecimento e autocuidado.



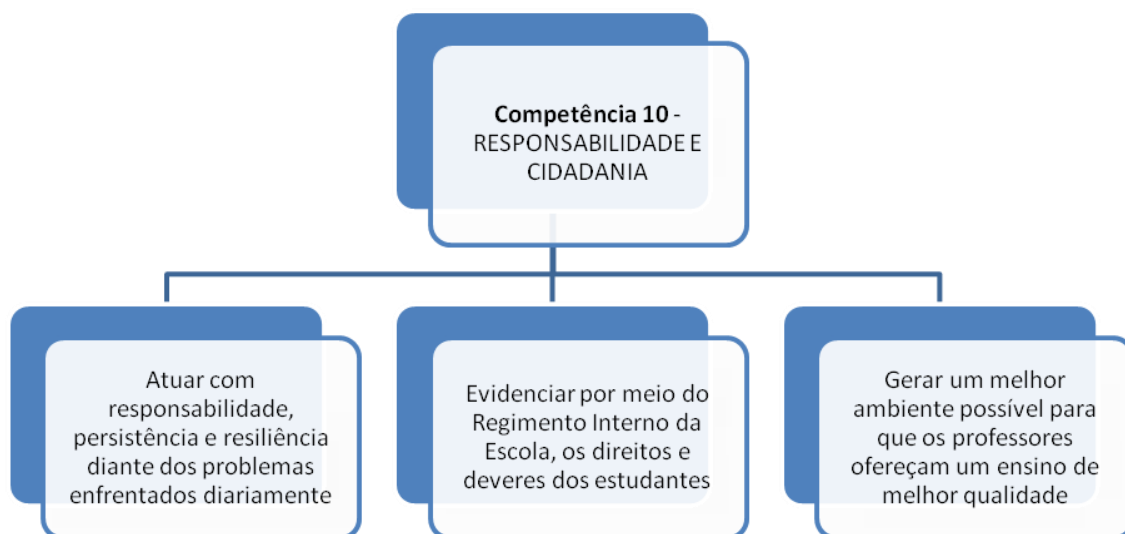
Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 17: Competência 9 da BNCC – Empatia e cooperação.



Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

Figura 18: Competência 10 da BNCC – Responsabilidade e Cidadania.



Fonte: Elaborada pela equipe com fundamentação nos princípios da BNCC (2018).

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 60: Componente Curricular Eletivo Gestão Escolar.

Componente Curricular Eletivo: Gestão Escolar			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Docência	<p>Conhecer a organização escolar, as formas de gestão e de tomada de decisões, bem como das competências e procedimentos necessários à participação eficaz na vida da escola.</p> <p>Conhecer os principais documentos norteadores relacionados à gestão escolar e sua importância.</p> <p>Investigar, analisar e resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias,</p>	<p>Conhecer a organização escolar, as formas de gestão e de tomada de decisões, bem como das competências e procedimentos necessários à participação eficaz na vida da escola.</p> <p>Conhecer os principais documentos norteadores relacionados à gestão escolar e sua importância.</p> <p>Investigar, analisar e resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, considerando dados e</p>	<p>Docência como processo de construção. Formação Inicial e Continuada. Desenvolvimento profissional. Ética profissional. Atribuições do professor de Magistério. Atribuições do segundo professor de turma. O professor como agente social. Organização dos documentos normativos. Documento Curricular do Território Catarinense. Organização Escolar - EF.</p>

	<p>planejando, desenvolvendo e avaliando as atividades realizadas.</p> <p>Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>Conhecer e aplicar modalidades e instrumentos de avaliação da organização escolar e da aprendizagem, considerando a sua concepção.</p> <p>Conhecer o mundo do trabalho e os requisitos atuais de exercício profissional.</p> <p>Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>	<p>informações disponíveis em diferentes mídias, planejando, desenvolvendo e avaliando as atividades realizadas.</p> <p>Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p> <p>Conhecer e aplicar modalidades e instrumentos de avaliação da organização escolar e da aprendizagem, considerando a sua concepção.</p> <p>Conhecer o mundo do trabalho e os requisitos atuais de exercício profissional.</p>	
<p>Investigação Científica</p>	<p>Investigar e analisar situações problema identificando e selecionando conhecimentos relevantes para uma dada situação, elaborando modelos para sua representação.</p> <p>Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos</p>	<p>Selecionar e sistematizar informações.</p> <p>Interpretar, elaborar e fazer uso ético das informações coletadas.</p> <p>Utilizar os conhecimentos gerados para solucionar problemas reais da comunidade local e escolar.</p>	<p>Gestão escolar: conceitos, funções e princípios básicos;</p> <p>Gestão democrática e suas dimensões: administrativa, física, pedagógica e financeira.</p> <p>A função administrativa da unidade escolar e do gestor;</p> <p>Funções administrativas: o papel do Assistente de Educação, Orientador</p>

	<p>e linguagens adequados à investigação científica.</p> <p>Ampliar habilidades relacionadas ao pensar e fazer científico.</p>	<p>Comunicar as conclusões com a utilização de diferentes linguagens, para compartilhamento de descobertas e propostas de intervenção.</p>	<p>Escolar, Supervisor Escolar, Administrador escolar, e outras funções administrativas cabíveis;</p> <p>PPP - Projeto Político Pedagógico, importância deste instrumento para uma gestão democrática;</p> <p>Conselho Deliberativo; Associação de Pais e Professores (APP); Grêmios Estudantis; Conhecimento de Leis Estaduais: Estatuto do Magistério (LEI Nº 6844, de 29 de julho de 1986), LC 668/2015, Decreto nº 194/2019 (Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino); Portaria nº1434/SED de 06/08/2019.</p>
Empreendedorismo	<p>Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.</p>	<p>Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.</p> <p>Desenvolver iniciativas em articulação com o projeto de vida.</p> <p>Avaliar oportunidades, conhecimentos e recursos. Elaborar e implementar projetos.</p>	<p>Introdução à didática.</p> <p>O cuidar e o educar na Educação Básica. Planejamento e avaliação na Educação Básica.</p> <p>A profissionalização do educador da Educação Básica no Brasil: seu caráter específico de prática pedagógica concepções e finalidades.</p> <p>Ações docentes na Educação Básica sob o enfoque histórico-cultural: contextos (sociais, político, cultural e institucional), dimensões e desafios.</p>
Processos Criativos	<p>Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação.</p>	<p>Elaborar e implementar projetos, integrando diferentes linguagens; vivências artísticas, culturais e midiáticas; ciências aplicadas e manifestações sensoriais.</p>	<p>Relacionamento participativo com a comunidade local e escolar. Organização e acompanhamento do cotidiano escolar. Organização do tempo escolar. Projetos pedagógicos.</p>

<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para atuar em equipes de forma colaborativa, respeitando as diferenças individuais e socioculturais, níveis hierárquicos, as ideias propostas para a discussão e a contribuição necessária para o alcance dos objetivos da equipe, desenvolvendo uma avaliação crítica dos desempenhos individuais de acordo com critérios estabelecidos e o feedback aos seus pares.</p>	<p>Usar os conhecimentos e habilidades para mediar conflitos, buscar o entendimento e propor soluções para situações e problemas socioculturais e ambientais identificados na comunidade local e escolar.</p> <p>Selecionar e mobilizar recursos para solucionar problemas reais.</p> <p>Investigar e analisar situações problema envolvendo temas relacionados à gestão escolar, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.</p> <p>Respeitar e considerar as várias formas culturais que perpassam a escola e a sala de aula, e com a diversidade social e cultural, para conhecer melhor a prática do aluno e sua relação com o saber.</p> <p>Propiciar o pensar e agir em relação a valores e atitudes.</p>	<p>Diagnóstico do contexto local e escolar.</p> <p>Planejamento, execução e avaliação de ações.</p> <p>Criação e realização de um projeto de intervenção sociocultural ou ambiental na escola ou na comunidade.</p> <p>Ação sociocultural ou ambiental. Laboratório STEAM.</p>
--	--	---	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O Componente Curricular Eletivo Gestão Escolar coaduna-se com os pressupostos metodológicos dos Currículos Base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019, 2021) com a apresentação de indicações metodológicas diversificadas, articulando-as às habilidades e aos objetos de conhecimento apresentados no quadro organizador deste documento.

Cabe ressaltar que as atividades com vistas à resolução de situações-problema podem ser o motor do desenvolvimento deste componente curricular, assim, ao aprender a levantar hipóteses, recolher dados, interpretar resultados e construir conclusões o futuro professor percebe os caminhos para planejar a sua ação futura e aplicá-la nas mais diversas situações.

Vivenciar situações-problema em diferentes contextos é de fundamental importância, sendo assim, destaca-se a importância de realizar pesquisas, saídas de campo, atividades diversificadas, sejam elas virtuais ou não, com roteiros pré-estabelecidos apresentando a intencionalidade das ações.

AVALIAÇÃO

A avaliação é parte fundamental do processo de planejamento. Para avaliar, o professor deve ter clareza dos indicadores que lhe permitam analisar se as metas/objetivos estão sendo alcançados. É um processo contínuo e não um fim em si mesmo, muito menos um instrumento de controle e exclusão. Em suma, é um movimento que considera os objetivos propostos e alcançados numa constante (re)elaboração de finalidades, metas e estratégias, com vistas a novas oportunidades de aprendizagem.

Para a Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014) e Currículos Base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019; 2021), o processo avaliativo possui um caráter essencialmente formativo, contemplando as etapas de diagnóstico, intervenção e replanejamento, devendo ser desenvolvida durante todo o período letivo. Cabe lembrar, que a concepção de avaliação e as maneiras de avaliar são partes constitutivas do planejamento escolar e, dele, indissociável.

A avaliação, em suas múltiplas formas de apresentação, deve observar as habilidades e competências previstas nesse componente curricular, assim como nas habilidades dos eixos estruturantes, em uma perspectiva de avaliação formativa, contínua e inclusiva, os obstáculos ao conhecimento percebidos em avaliações diagnósticas, verificando a aprendizagem que o estudante realizou, ou não. Dessa forma, o professor retoma o percurso formativo, após constatar que não houve elaboração conceitual suficiente e assim ocorre a reorganização do processo de ensino que possibilita ao sujeito a novas oportunidades de aprendizagem. E por último, o replanejamento que se faz necessário quando as atividades, estratégias de ensino e seus respectivos resultados não foram suficientes.

Ressalta-se que os instrumentos avaliativos são os mais diversificados possíveis, destacando-se, entre outros: portfólios, leitura e produção textual, seminários, debates, autoavaliação, experimentação, relatórios de saídas de campo, avaliação das etapas do projeto.

É importante frisar, por fim, que a avaliação somativa está baseada na apropriação dos objetos de conhecimento, culminando no desenvolvimento das habilidades específicas e das competências gerais e específicas. É ela que quantifica e classifica, de acordo com os resultados, ao final do processo de ensino aprendizagem. Desse modo, a promoção do estudante ao final do ano letivo se dará com base no resultado satisfatório, apresentado na avaliação somativa do componente curricular em questão.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz (Coord.). **Formação de professores no Brasil: diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para mudança**. São Paulo: Moderna, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
Acesso em: 12 ago. 2022.

BRAGA, Roberta. O novo gestor escolar. **Gestão educacional em pauta**. Blog. Publicado em 06/09/2016. Disponível em: <https://gestaoeducacionalempauta.blogspot.com/2016/09/o-novo-gestor-escolar>. Acesso em: 03 e 22 de agosto de 2022.

COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC. **O que revela o espaço escolar?** Um livro para diretores de escola. São Paulo: Moderna, 2013.

CURY, C.R.J. **Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino**. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Alunos e professores como sujeitos na construção de um currículo na perspectiva da transversalidade**. Revista de Educação – AEC- Ensinar e aprender: os lugares do aluno. Ano 29- nº 116 – Jul/Set, p.23, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil, 2012.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2018.

NEGRINI, Sandra Maria. **Gestão democrática da escola pública: uma relação teórica-prática**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/65-4.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

PEREZ, Tereza (Org.). BNCC - **Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica**. São Paulo: Moderna, 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Desporto. **Diretrizes 3: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais competências e habilidades**. Florianópolis, p. 130, 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Manual do gestor escolar**. Florianópolis: SED, p.184, 2020.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: uma contribuição para a escola pública, do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos**. Florianópolis, p. 85, 1991.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Formação Docente para a Educação Infantil e as Séries Iniciais). Florianópolis: SED, p.155, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, p. 192, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, p. 192, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual**. Florianópolis, p. 140, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Tempo de aprender**: subsídios para as classes de articulação de aprendizagem nível 3 e para toda escola. Florianópolis, p. 72, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

VERA, Áriella Ferreira. Ciências da natureza na educação infantil: um estudo sobre a prática docente. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2017.

ZABALA, Antoni.; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LINGUAGENS ARTÍSTICAS NA EDUCAÇÃO

Professores Colaboradores/Elaboradores

Cristine Daniela Rachor Panzenhagen (18ª CRE)

Eliston Terzi Panzenhagen (IEE)

A vida humana é composta por diferentes tipos de conhecimentos, dentre estes podemos citar o conhecimento científico, do senso comum, religioso, mítico, filosófico, entre outros. Não podemos afirmar superioridade de algum destes em detrimento de outro, sendo que todos são de extrema importância no contexto da aprendizagem humana, da qual também depende a articulação para sua sobrevivência. Na Grécia Antiga, os conhecimentos foram sistematizados pela primeira vez, o que nos permite hoje organizar, de forma cada vez mais completa e complexa os diferentes saberes que integram nossa formação integral.

É salutar destacar que, embora aprendemos e ensinamos em todos os lugares nos quais podemos viver e conviver, é na escola que encontramos um local, por excelência, de encontro de diferentes saberes, de construção e reconstrução destes, à luz da ciência, a partir de conhecimentos prévios e com base nos desafios da sociedade contemporânea, que exige do professor e do estudante, postura ativa, crítica e reflexiva acerca dos conhecimentos que elaboram, reelaboram e socializam.

Neste sentido, no contexto da escola brasileira da atualidade, visualizamos uma organização do Ensino Fundamental e Médio que parte das Áreas do Conhecimento e se estrutura a partir de componentes curriculares. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, em seu Art. 26, aponta que,

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, p. 09).

Para complementar, os parágrafos 2º e 3º do mesmo artigo garantem, respectivamente: "O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica" (BRASIL, 1996, p. 10).

Nesta mesma acepção, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – Resolução CNE/CEB N. 04/2010, quando se referem a organização escolar, afirmam no Art. 13 que:

O currículo, assumindo como referência os princípios educacionais garantidos à educação, assegurados no artigo 4º desta Resolução, configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos. (BRASIL, 2010, p. 4).

E, na mesma direção indica no Art. 14 a organização do que chama de Base Nacional Comum e parte diversificada que compõem os currículos escolares. Conforme podemos ver,

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos

movimentos sociais.

§ 1º Integram a base nacional comum nacional:

a) a Língua Portuguesa;

b) a Matemática;

c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e

Indígena,

d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;

e) a Educação Física;

f) o Ensino Religioso. (BRASIL, 2010, p. 6).

Com base no exposto, podemos compreender que a Arte é um campo do conhecimento assegurado a partir da LDB, e reforçado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo obrigatório o seu ensino nas escolas em todo território brasileiro, o que significa, que o estudante do Curso Normal em Nível Ensino Médio - Magistério deve dominar estes conhecimentos, habilidades e competências para que possa trabalhar os mesmos com seus futuros estudantes. A Lei nº 13.415/2017, que alterou a LDB, estabelece, por sua vez que,

O currículo do ensino médio será composto pela **Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias;

III – ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas;

V – formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017, p. 475).

Assim, a Arte integra a Área do conhecimento conhecida como Área de Linguagens, conforme a BNCC (BRASIL, 2017). A Arte é considerada como uma Linguagem, pois,

As linguagens artísticas são as maneiras de expressão utilizando as artes, como, por exemplo, a música, a poesia, a dança, o teatro, o cinema, a pintura, o desenho, a história em quadrinho, o grafite, a fotografia, etc. De maneira geral, as artes utilizam técnicas específicas para, por meio da manifestação estética, estimular emoções, ideias e percepções. (BRASIL, 2017, p. 193).

Corroborando com o exposto, a BNCC salienta que,

Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte. (BRASIL, 2017, p. 193).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2018) em seu Art. 11, Parágrafo 4º, devem compor, sem qualquer tipo de prejuízo da integração e articulação das Áreas do Conhecimento, nesta etapa da Educação Básica, o estudo de

I - língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas;

II - matemática;

III - conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política,

especialmente do Brasil;

IV - arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;

V - educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;

VI - história do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

VII - história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras;

VIII - sociologia e filosofia;

IX - língua inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino. (BRASIL, 2018).

Neste contexto, cabe enfatizar a contribuição que a Arte e as Linguagens Artísticas podem trazer para o processo ensino aprendizagem do estudante durante o percurso formativo, além dos conhecimentos próprios inerentes ao componente, e neste sentido ressalta-se a questão da subjetividade e o caráter afetivo destas linguagens que podem contribuir no processo de aprendizagem, trazendo as emoções para dentro deste processo e gerando o entusiasmo dos estudantes.

No caso do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, a Arte conflui para o Componente Curricular Eletivo de Linguagens Artísticas, sendo que, o futuro educador se apropriará dos conhecimentos da Arte por meio do estudo e do trabalho com as diferentes linguagens que a mesma permite e oferece. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017):

A **Arte**, enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos estudantes, por meio da conexão entre o pensamento, a sensibilidade, a intuição e a ludicidade. Ela é, também, propulsora da ampliação do conhecimento do sujeito sobre si, o outro e o mundo compartilhado. É na aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico que as percepções e compreensões do mundo se ampliam e se interconectam, em uma perspectiva crítica, sensível e poética em relação à vida, que permite aos sujeitos estar abertos às percepções e experiências, mediante a capacidade de imaginar e ressignificar os cotidianos e rotinas. (BRASIL, 2017, p. 482).

Neste sentido, remete-se à compreensão de que cabe a este componente curricular desenvolver ações pedagógicas à luz do desenvolvimento das dez competências gerais da BNCC. As Competências Específicas que a BNCC apresenta para a Área de Linguagens e suas Tecnologias da Educação Básica devem ser observadas como parâmetro para o trabalho no Componente Curricular Eletivo Linguagens Artísticas no Curso do Magistério no Ensino Médio, assim, como, este profissional que se habilitará no Curso do Magistério deverá considerar as competências específicas da Arte para o Ensino Fundamental, e da mesma forma, atentar para o que as mesmas sugerem, posto sua futura atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Reporta-se, ainda que a importância de considerar que, além das competências específicas da Área de Linguagens para o ensino médio, o estudante do curso do Magistério deve desenvolver as Competências estabelecidas para a Formação Inicial de Professores pela BNC – Formação (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019).

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

O Componente Curricular Eletivo de Linguagens Artísticas estrutura-se com base em habilidades que devem ser desenvolvidas por intermédio da prática docente considerando os objetos do conhecimento inerentes ao componente. Para o desenvolvimento deste, na formação inicial do futuro/educador deve-se considerar as necessidades de construção de conhecimento por parte daquele estudante com as habilidades desenvolvidas na formação de seu professor. Neste sentido, quando nos referimos a conceitos ou princípios, podemos elencar alguns posicionamentos importantes a partir da BNCC (2017):

No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as **Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro**. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A **sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades** se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte.

A prática artística possibilita o compartilhamento de saberes e de produções entre os alunos por meio de **exposições, saraus, espetáculos, performances, concertos, recitais, intervenções e outras apresentações e eventos artísticos e culturais**, na escola ou em outros locais

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística.

[...]

As dimensões são:

- **Criação;**
- **Crítica;**
- **Estesia;**
- **Expressão;**
- **Fruição;**
- **Reflexão.** (BRASIL, 2017, p. 193-195 – **grifos nossos**).

Nesse sentido, embora não esteja reportado na BNCC enquanto conceitos e princípios da Arte (e que podem se aplicar às Linguagens Artísticas) nos permite compreender aspectos, conceitos, linguagens, entre outros, que devem perpassar o componente e orientar o trabalho docente, cabendo a este, em seu planejamento, propor o desdobramento necessário para garantir uma aprendizagem que seja capaz de abordar todos os aspectos citados.

Ao apresentar este organizador curricular é importante ressaltar que foi considerado o conhecimento que o futuro professor precisa construir e dominar acerca da Arte e das linguagens que a arte propõe (linguagens artísticas) bem como, aquilo que este educador precisa, posteriormente desenvolver com seus educandos. Assim, cabe enfatizar que neste organizador procura-se propor um conhecimento sobre arte e suas linguagens para construir um suporte teórico, bem como, desenvolver habilidades para o trabalho futuro em sala de aula com os educandos da educação básica, neste caso, da Educação Infantil ou dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Cabe portanto, ao docente deste componente curricular interpretar as habilidades listadas a seguir, bem como os objetos do conhecimento sugeridos, e realizar os desdobramentos necessários, conforme exposto conceitos e princípios do Componente Curricular, em seu planejamento.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 61 : Componente Curricular Linguagens Artísticas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais.

Componente Curricular: Linguagens Artísticas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.	Oportunizar exercícios sistemáticos de leitura e interpretação das diferentes representações artísticas – artes visuais, música, dança e teatro.	- Abordagem histórico-conceitual das diferentes concepções do ensino da Arte.
	(EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	Apresentar a beleza da arte, tornando-a fonte de prazer estético de humanização e de conhecimento. (EMIFLGG02) Levantar e testar hipóteses sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.	- História da Arte e diferentes perspectivas teórico-metodológicas - Correntes filosóficas e tendências pedagógicas para o ensino da Arte no Brasil - Conhecimento teórico metodológico para o ensino das artes visuais, da música, da dança, do teatro.
	(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.	(EMIFLGG03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre português brasileiro, língua(s) e/ ou linguagem(ns) específicas, visando fundamentar reflexões e hipóteses visando fundamentar reflexões e hipóteses sobre	- Abordagens teórico-metodológicas para o ensino de Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. - Análise crítica dos documentos norteadores do ensino de Arte da

		<p>a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>
<p>Processos Criativos</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCG06) Difundir novas</p>	<p>(EMIFLGG04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre obras ou eventos de diferentes práticas artísticas, culturais e/ou corporais, ampliando o repertório/domínio pessoal sobre o funcionamento e os recursos da linguagem artística.</p> <p>(EMIFLGG05) Selecionar e mobilizar intencionalmente, em um ou mais campos de atuação social, recursos criativos de diferentes línguas e linguagens (imagens</p>	<p>Diferentes manifestações criativas artísticas e culturais. Formas de composição de textos narrativos, poéticos, visuais e dramáticos.</p>

	ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.	estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), para participar de projetos e/ou processos criativos. (EMIFLGG06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, utilizando as diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; línguas; linguagens corporais e do movimento, entre outras), em um ou mais campos de atuação social, combatendo a estereotipia, o lugar comum e o clichê.	
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis. (EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade. (EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.	(EMIFLGG07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais passíveis de mediação e intervenção por meio do ensino de Arte. . (EMIFLGG08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para propor ações individuais e/ ou coletivas de mediação e intervenção sobre formas de interação e de atuação social, artístico-cultural ou ambiental, visando colaborar para o convívio democrático e republicano com a diversidade humana e para o cuidado com o meio ambiente. (EMIFLGG09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção sociocultural e ambiental, selecionando adequadamente elementos das diferentes linguagens.	Reconhecimento da importância do ensino de Arte para a formação integral do homem. Questões sociais, culturais e ambientais diversas por meio da linguagem artística. Trabalho de campo realizado de maneira coletiva e/ou individual na coleta do objeto de estudos. Proposição, implementação e avaliação em linguagem artística. Aplicação e sistematização de atividades relacionadas à linguagem artística.
Empreendedorismo	(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais,	EMIFLGG10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização	Coleta de dados com foto, vídeo-minutos, documentário, entrevista com pessoas com

	<p>agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>	<p>de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais. (EMIFLGG11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo.</p> <p>(EMIFLGG12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as práticas de linguagens socialmente relevantes, em diferentes campos de atuação, para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.</p>	<p>influência no assunto.</p> <p>- Elaboração de projetos de docência para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da linguagem artística.</p> <p>- Ensino da Arte na formação humana integral</p>
<p>Docência</p> <p>Dimensão do Conhecimento Profissional</p>	<p>Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos no currículo.</p> <p>Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos das diversas áreas de conhecimento e a interrelação da área com os demais</p>	<p>Considerar que todo o percurso que o estudante faz por meio das práticas pedagógicas nesse componente curricular, lhe oportuniza o conhecimento da vida humana, de sua humanização, na medida em que seus sentidos são enriquecidos pelo contato com o saber artístico – conhecimento.</p> <p>Superar, no fazer pedagógico a visão de que trabalhar com Arte é limitar-se a aplicação de técnicas.</p> <p>Valorizar a atividade artística na escola: fazer e apreciar a produção artística.</p>	<p>Compreensão da Arte no decorrer da história, as concepções decorrentes das tendências pedagógicas e correntes filosóficas do ensino da Arte no Brasil</p> <p>Documentário, vídeos, filmes, saídas de campo como possibilidades de aprendizagem de linguagem.</p> <p>Visitas a espaços culturais, museus, exposições de artes, apresentações teatrais...</p> <p>Organização de espaços culturais interativos</p>

	<p>componentes curriculares. Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>		
<p>Docência</p> <p>Dimensão Prática Profissional</p>	<p>Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se</p>	<p>Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.</p> <p>Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.</p> <p>Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.</p> <p>Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, das competências e habilidades.</p>	<p>Objetos curriculares, estratégias e aprendizagem.</p> <p>Formação continuada na área de linguagem e suas tecnologias.</p> <p>Repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas. Busca da construção do saber pedagógico da formação docente.</p>

	<p>crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> <p>Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p>		
<p>Docência</p> <p>Dimensão do Engajamento</p>	<p>Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as</p>	<p>Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.</p> <p>Comprometer-se com a aprendizagem dos</p>	<p>Planejamento interdisciplinar de forma colaborativa.</p> <p>Práticas e processos de desenvolvimento</p>

<p>Profissional</p>	<p>necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p>	<p>estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos.</p> <p>Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.</p>	<p>de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais.</p> <p>Estudos, pesquisa: a problemática do ensino da arte.</p> <p>Encaminhamento de propostas que gerem caminhos alternativos para as realidades pesquisadas.</p> <p>Construção do gosto estético pela beleza da arte.</p> <p>Discussão de problemas/ conflitos e proposições de soluções por meio de produções artísticas.</p>
----------------------------	--	---	--

Fonte: Elaboração dos autores pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

No Curso Normal em Nível Médio - Magistério percebe-se que a Arte ou as Linguagens Artísticas constituem um componente com ímpar contribuição ao processo ensino aprendizagem do futuro docente. O desenvolvimento de diversas linguagens pode ser fator determinante na atuação do docente em seu processo de mediação, uma vez que, ao mesmo tempo em que envolve diferentes sentidos, também permite o conhecimento necessário para a abordagem lúdica dos objetos de conhecimento em qualquer Área do Conhecimento.

A significação é dada pela linguagem como fenômeno social, histórico e cultural, um sistema de signos dotados de sentidos e significado, sendo a responsável pela comunicação entre os seres humanos.

Como instrumento mediador, a linguagem funciona como meio do qual se serve o homem para conhecer a realidade e se apropriar dela, uma vez que não há uma relação direta entre o homem e o mundo. É por intermédio da linguagem que o homem conhece a realidade, portanto ela é objeto e instrumento cultural mediador. (FARIAS, 2013, p. 101 e 102).

Nesta perspectiva, podemos inferir como indicações metodológicas para o trabalho com o componente, como ponto de partida e de chegada, o próprio uso das diferentes linguagens (todas elas) e a abordagem pelas dimensões do conhecimento colocadas para a Arte, e sua exploração no cotidiano da sala de aula. Correlacionando com os 04 Pilares da Educação Básica

Estes pilares do conhecimento alicerçam-se na aprendizagem por competências e referem-se ao: “aprender a aprender”, ou seja, à aquisição de instrumental para a compreensão do mundo; “aprender a fazer”, que se relaciona à ideia de transformação

do meio em que vive; “aprender a conviver”, que se refere a participar e cooperar com os outros nas atividades humanas; e “aprender a ser”, em que se estimula à compreensão como ser humano numa sociedade, com as suas normas e diretrizes. (DELORS et al, 1996 in NASCIMENTO, 2016, p. 16).

Assim, aprende-se fazendo, colocando em prática e exercitando aquilo que aprendemos. Não basta apenas aprender, mas tão importante quanto, é o saber fazer e o uso deste saber no convívio humano. Desta forma, as linguagens devem permitir que o trabalho do docente capacite o estudante enquanto agente transformador de sua realidade, a partir do contexto em que vive e se relaciona, para o qual, o conhecimento elaborado e reelaborado servirá como base.

Cabe frisar, ainda que, toda prática pedagógica do professor no Curso Normal em Nível Médio - Magistério, deve levar em consideração o desenvolvimento de habilidades traçadas para o componente, o que necessitará, por sua vez, o desenvolvimento das Competências Gerais para a Formação Inicial, sendo que, em todas elas, é possível vislumbrar a contribuição que o componente curricular de Linguagens Artísticas pode oferecer e orientar o trabalho pedagógico,

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos,

democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores. (BRASIL, 2019, s.p).

Assim, conclui-se que a ação docente deve proporcionar aos estudantes os conhecimentos essenciais para a prática futura destes, a ser complementada com as possibilidades de formação continuada que podem ser realizadas durante sua trajetória profissional.

AVALIAÇÃO

Avaliar significa analisar o caminho percorrido, a trajetória, o percurso e aquilo que dele conseguimos apreender. Parafraseando Rubem Alves, “conhecimento é aquilo que permanece depois que o esquecimento tenha feito seu trabalho”. Com base no exposto, nos referimos a uma avaliação que se remeta a valorizar aquilo que o estudante realmente conseguiu reter, segurar para si para uso em seu cotidiano, qualificando assim sua existência no contexto em que vive e se relaciona. É para isso que deve servir o processo educativo, para nos tornar seres humanos com mais capacidade de intervenção consciente e transformadora na realidade vivida. Mas, poderíamos nos questionar, de que forma a Arte ou as Linguagens Artísticas poderiam contribuir neste sentido?

Os professores de Artes [...] se dividem quando o assunto é avaliação. Alguns, ancorados em uma distorção histórica relacionada a uma visão expressionista do ensino de Artes, acham que não se pode avaliar em Artes, pois o ato de avaliar pressupõe crítica e tal crítica atrapalha a criatividade do aluno. Outro problema quanto à avaliação no ensino de Artes é o entendimento por parte de alguns professores de que avaliar, de um modo geral, é julgar o que é certo e o errado na produção do aluno. (TINOCO, 2010, p. 15).

Nesta direção, ainda, frente às diversas possibilidades e interpretações, é importante considerar que,

Nas Artes [...] a avaliação do aprendizado está ligada aos processos e aos produtos, sendo muitas vezes, o processo considerado mais importante que o produto [...]. No decorrer dos processos é possível ao professor avaliar o grau de interação do aluno com a proposta, a flexibilidade, a criatividade na apresentação de caminhos e a interpretação pessoal da proposta apresentada. Nos produtos, que são o resultado das poéticas pessoais dos alunos, o professor poderá avaliar o uso da técnica e dos materiais, a solução de problemas, a visualidade do objeto e a adequação à proposta feita. No entanto, a inadequação à proposta pode ser uma construção diferente que também merece consideração. Afinal, pode tratar-se de uma interpretação pessoal. (TINOCO, 2010, p. 17).

Em termos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (1996) determina que a avaliação seja orientada na perspectiva em que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos, respeitando as especificidades de cada sujeito. Neste sentido, o componente de Linguagens Artísticas deve permitir, entre outros, a manifestação de cada estudante frente às abordagens realizadas, além da apropriação qualitativa das aprendizagens. Uma avaliação processual e formativa permitirá perceber como cada estudante interage nas propostas realizadas, manifestando modos de vida e de atuação humana, diante da heterogeneidade que compõe a sociedade. Conforme a Proposta Curricular de Santa Catarina,

A avaliação, assim concebida, constitui-se em prática investigativa, instrumento de decisão sobre as atividades orientadoras de ensino que vêm sendo adotadas, de

forma contínua, sistemática, expressa num movimento permanente de reflexão e ação. Vale destacar que, como processo diagnóstico, implica na construção de estratégias de documentação/registo das ações pedagógicas. É importante que se constitua, ainda, num processo constante de diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, a fim de que possibilite o (re) planejamento dessas ações no cotidiano escolar. (SANTA CATARINA, 2014, p. 46).

Nesta perspectiva, importa referir que neste componente, o planejamento do docente deve permitir que o mesmo possa avaliar com base nas habilidades desenvolvidas, com vistas ao desenvolvimento de competências. A arte e suas linguagens, devem permitir que o estudante se sinta capacitado para intervir no seu contexto cotidiano, transformando-o por diferentes métodos, meios e estratégias. Desta forma, seja qual for a expressão que se use para menção das aprendizagens, é pertinente que o processo pedagógico permita diferentes instrumentos e estratégias avaliativas em seu percurso formativo, qualificando toda forma de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 4**, de 13 de julho de 2010.

BRASIL, **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 22, de 7 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a **Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Brasília-DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.145**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 2017.

DELORS, Jacques; AL-MUFTI, In'am; AMAGI, Isao; CARNEIRO, Roberto; CHUNG, Fat; GEREMEK, Bronislaw et al. **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Unesco, 1996.

FARIAS, Sandra Alva; BORTOLANZA, Ana Maria Esteves. **Concepção de mediação: o papel do professor e da linguagem**. 2013.

NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do; ARAUJO LASEVICIUS, Cristina de; SANTOS, Gustavo Alves Andrade dos. Competências Necessárias a Formação do Gestor Hospitalar: Contribuição dos 4 Pilares da Educação de Delors. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 15-27, 20

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral da Educação Básica**. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

TINOCO, Eliane de Fátima Vieira et al. **Avaliação em artes: saberes e práticas educativas de professores no ensino fundamental**. 2010.

SUGESTÕES DE LEITURAS

Arte para Educação Infantil

DERDYK, Edith. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. Porto Alegre: Zouk, 2010.

HOFFMANN, Adriana. **As crianças e os desenhos animados: mediações nas produções**. Rio de Janeiro: Nau, 2012.

MARQUES, Isabel; BRAZIL, Fabio. **Arte em questões**. São Paulo: Instituto Caleidos, 2012.

POUGY, Eliana. **Para olhar e olhar de novo**. São Paulo: Moderna, 2012.

RICHETER, Sandra. **Criança e pintura: ação e paixão do conhecer**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

História da Dança

FIGUEIREDO, Luciano (Organização). **Festas e batuques do Brasil**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FONTANELLA, Francisco Cock. **O corpo no limiar da subjetividade**. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995.

MUNIZ, Sodré. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

O poder da criação nas mãos...

*Assim, o pintor pára, olha a tela branca,
Ele respira com a imaginação,
Inspira com o coração
E o primeiro toque, de leve, acontece.*

*Assim, o artista vai tracejando a sua tela.
De onde vem o poder desta inspiração?
De vários olhares, de várias paisagens.*

*Assim, a tela vai surgindo,
As cores movimentando-se,
Correndo pelas veias da imaginação
E o pincel deslizando na pele da tela.*

*Assim, o pintor vai retocando a tela,
A mágica vai se definindo
Transformando-se numa tela para a Arte
E uma janela para a Vida.*

Beatriz Verges Fleck

Quais mistérios envolvem a produção de uma tela de pintura? Serão apenas magia e criatividade? É claro que não! O mistério está na soma de paisagens/interações que alimentam esta criação: um conjunto de imagens que se misturam no campo da imaginação e da memória, oportunizando o cenário na tela em branco.

LITERATURA INFANTIL E A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS

Professora Colaboradora/Elaboradora

Beatriz Verges Fleck (SED)

Aqui, têm-se então, quatro palavras importantes: interações, imagem, memória e imaginação que, entrelaçadas, fornecem ao indivíduo possibilidades de ideias, desejos, sonhos... Assim, por meio da combinação de interações/imagens já conhecidas/memória, a imaginação elabora formas novas, sendo sob este aspecto considerada uma capacidade criadora. Reforça-se que é no enlace da representação mental colhida, somada à retenção de ideias e, mais a imaginação que acontece um processo de construção de conceitos, pois se parte do pressuposto de que o ser humano constitui-se como tal na sua relação com o outro e com o mundo. (VYGOTSKY apud REGO, 1995).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos e com os elementos deste mundo. A memória vai colhendo as imagens/interações, permitindo extrapolar e pintar na sociedade essas imagens de “um jeito” próprio do indivíduo por meio das diversas linguagens: gráfica, escrita, plástica, oral e outras.

Mas, por que uma tela de leitura? Goulemot em seu estudo sobre “Ler um quadro” considera um quadro pintado

[...] como a ideia de alguma coisa, de que toda impressão no espírito seja apenas a de representar a idéia de uma outra coisa. [...] Se olhamos habitualmente um quadro como um signo (uma coisa representando outra), estamos por isso lendo esse signo. (GOULEMOT, apud CHARTIER, 1996, p. 119).

Acrescenta, ainda que, todo artista para pintar seu quadro, leu um texto (e/ou escutou um texto), e pinta-o para fazer ver e, o espectador deve “ler” o quadro para ver àquilo de que o quadro traduz e ao qual remete ou refere-se entre o legível e o ilegível. Érico Veríssimo costumava dizer que foi um pintor frustrado que, não sabendo pintar com tinta, pintava com palavras. Já Monteiro Lobato, dizia: “no fundo não sou literato, sou pintor. Nasci pintor, mas como nunca peguei nos pincéis a sério, arranjei, sem nenhuma premeditação, este derivativo de literatura, e nada mais tenho feito senão pintar com palavras”. (FLECK, 2006).

Então, se questiona: não é o ato de pintar o mesmo que o ato de ler e/ou escutar uma história? Aos poucos, o texto, seja de qualquer tipologia, vai tomando forma em nossa tela interior e na medida em que o pintamos internamente, criamos uma paisagem que vai se espalhando, começando a estabelecer relações e significados, calando-se em si mesmo, no olhar e leitura/escuta do outro, ampliando nossa visão de mundo. E, assim, como numa exposição/disposição, fica ao alcance quando se necessita; guardada em imagens em nossa memória, alimentando nossas atividades e nossa identidade pessoal e cultural, bem como possibilidades de escolhas. Lembrando Bourdieu (apud Chartier, 1996, p. 243), não se pode esquecer que “[...] por meio de um livro pode-se transformar a visão do mundo social e, por meio da visão de mundo, transformar, também, o próprio mundo social.”.

Com letras tecia palavras que faziam o mundo.
Fabricantes de palavras.
Fabricantes de mundos. (Anônimo Africano)

Cabe ressaltar que, todos temos a necessidade humana de contar aquilo que vivenciamos, sentimos, pensamos, sonhamos. “Dessa necessidade humana surgiu a literatura: do desejo de ouvir e contar para que, por meio desta prática, compartilhar.” (KAERCHER, in: FRANTZ 2001).

Quem conta um conto, aumenta um ponto! Diz o ditado popular. Analisando atentamente esta exclamação e, em especial a palavra *aumenta*, no dicionário: *do verbo aumentar, tornar maior, progredir, crescer, engrandecer, mais intenso, mais volumoso, acrescentar, alargar, ampliar a significação de [...]* (DÍCIO). Em síntese, por meio do ato de contar e/ou escutar uma história, estamos alimentando a imaginação e, sobretudo, oportunizando uma nova tela de leitura, provocando uma ampliação e crescimento do sujeito por meio deste encontro com a Literatura, potencializando e intensificando um “tornar maior” do ser.

Frantz reforça que “no encontro com a Literatura (ou com a Arte em geral) os homens têm a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida, em um grau de intensidade não igualada por nenhuma outra atividade.” Reforça que, desde as origens, a Literatura aparece ligada à função essencial de atuar sobre as mentes, expandindo emoções, paixões, desejos, sentimentos de toda ordem. (FRANTZ, 1997).

Trazendo a questão em tela para a construção da leitura e do futuro leitor, Emília Ferreiro, na sua pesquisa sobre a aquisição da escrita, aponta uma questão que traz mais cor para este cenário: “o processo de alfabetizar-se se inicia desde que a pessoa tenha contato com atos e materiais de leitura e escrita”. (GROSSI, 1989, p. 35). Mas, que atos de leitura? Somente o decodificar e manusear? Quais as figuras em atos são referências para este processo?

Estas inquietações, como uma tela de pintura que espera ansiosa pelo toque inicial dado pelas mãos do pintor, trazem à tona a construção do leitor e o papel importante que poderá exercer o contador de histórias como mediador e mobilizador, não só na construção do futuro leitor, como também, no seu desenvolvimento interior. Para Abramovich, “escutar histórias é o início de aprendizagem para ser um leitor e, ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo.” (ABRAMOVICH, 1989, p. 16). Assim, como agente de transformação, deve-se contar histórias para as crianças desde bebe.

O Componente Curricular Eletivo Literatura Infantil e a Arte de Contar Histórias no Curso Normal em Nível Médio – Magistério objetiva destacar a importância do papel do professor/contador de histórias como agente mediador do processo ensino e aprendizagem da leitura e desenvolvimento infantil, bem como, oportunizar e aperfeiçoar o trabalho estético, deste por meio de estudos e experiências diversas com literatura.

Assim, começamos a pintar não uma tela de pintura, mas, UMA TELA DE LEITURA subsidiada, em específico e estimulada pelo ATO DE CONTAR HISTÓRIAS por meio de uma “aquarela” imensa da LITERATURA.

ORGANIZADOR CURRICULAR

Quadro 62: Componente Curricular Eletivo Literatura Infantil e a Arte de Contar Histórias.

Componente Curricular Eletivo: Literatura Infantil e A Arte de Contar Histórias			
Eixo	Habilidades do Eixo	Habilidades/ Componente Curricular	Objetos de conhecimento
Investigação Científica	<p>Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p>	<p>Reconhecer as linguagens como construção humana, histórica, social, cultural e significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.</p> <p>Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.</p>	<p>Panorama da Literatura Infantil</p> <p>Histórico do surgimento da Literatura Infanto-Juvenil no Mundo e no Brasil. Origem e evolução da literatura infantil na Europa e outros nos demais continentes. Literatura Infantil no Brasil, seus precursores, Monteiro Lobato e a renovação da literatura infantil brasileira. Literatura de tradição oral a Literatura Infantil de autor: características e gêneros. Estilos de literatura: poesia, romance, conto, peça teatral, crítica, história em quadrinho, história em cordel. As literaturas africanas e indígenas (concepção; história; contribuição; obras). A literatura popular africana na sala de aula; o conto africano; a fábula africana; o mito africano e a lenda africana. Contos de Fada. Conceito e importância. O universo cultural dos camponeses e a transmissão oral dos contos. Análise e interpretação dos contos, segundo várias abordagens teóricas. O conto na sala de aula. Celtas, Charles Perrault, Irmãos Grimm, Hans Cristian Andersen, Collodi, Lewis Carrol, James Barrie e outros.</p>
	<p>Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>Reconhecer produtos, serviços e/ ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre as funcionalidades de ferramentas de produtividade, colaboração e/ou comunicação.</p> <p>Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar</p>	<p>Identificar e analisar o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem e a importância da escuta.</p> <p>Qualificar a Literatura Infanto-Juvenil, bem como, reconhecer o papel do contador de histórias no processo ensino aprendizagem na construção da leitura e escrita, bem como do futuro leitor, buscando ampliar a competência teórico-prática dos futuros educadores da Educação Infantil e Educação Básica.</p>	

	<p>com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p>	<p>Experimentar e reconhecer o papel do contador de histórias como agente mediador de aprendizagem.</p> <p>Ampliar sua competência teórica-prática no que se refere ao trabalho com a literatura infantil e juvenil, bem como instrumentalizar-se para a docência da linguagem.</p>	<p>Outros textos além de fábulas e contos de fadas; a paródia dos clássicos; a ideologia aberta ou escondida nos textos. Funções da literatura. Importância da literatura e do livro para formação do leitor. O texto pelo belo do texto; o objeto livro; o leitor criança que se busca. Literatura Infantil na Sala de Aula. Organização de bebetecas e cantinhos de leitura.</p>
<p>Mediação e Intervenção Sociocultural</p>	<p>Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p>Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p>	<p>Compreender a importância do contar histórias como elemento significativo na formação do leitor criança, a partir do lúdico como caminho.</p> <p>Reconhecer, de forma lúdica, o entrosamento entre as pessoas e o exercício do diálogo coletivo, pelos caminhos da expressão oral e a exercitar o indivíduo como agente comunicador, para que o mesmo possa melhorar seu desempenho em situações de exposição pública, sobretudo em sala de aula.</p>	<p>A Arte de Contar Histórias</p> <p>A arte de contar histórias e sua importância no desenvolvimento infantil. Elementos técnicos essenciais da arte de contar histórias, de forma coletiva, prática e lúdica. Texto, corpo, voz. Textos clássicos. O lúdico como caminho. Critérios de seleção das histórias. Técnicas de contação de histórias: ritmo, intenção e imagens. Narração oral: vivências simbólica, social e educativa. Consciência ética e estética do ouvinte. O teatro e a literatura infantil: diálogo dos possíveis e exercícios cênicos.</p> <p>A Voz como Linguagem, Corpo e Jogos Teatrais</p>
<p>Empreendedorismo</p>	<p>Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.</p> <p>Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades</p>		<p>Adaptação da voz às necessidades do texto. Reconhecimento tátil, sinestésico e articulatório dos sons de vogais e consoantes. Projeção vocal. Expressão vocal: a voz e suas relações com a palavra, com as emoções, com o ritmo e velocidade da fala, com a pontuação</p>

	<p>peçoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos peçoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos peçoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida peçoal, profissional e cidadã.</p>		<p>e estilo do texto. Memória muscular de articulação de um texto. Bases anatômicas e fisiológicas para o uso da voz profissional. Fundamentos da produção vocal: postura e relaxamento, respiração, ressonância, articulação. Apoios respiratórios. Aspectos da fonação: ataque vocal, intensidade, altura, tessitura e qualidade. Conscientização da relação corpo-mente-voz. Exercícios e jogos vocais. Exercícios e jogos de interpretação do texto. O fato estético – origens e desenvolvimento da estética – a relação palco x plateia. Jogos dramáticos. Estímulos: plásticos, verbais e sonoros. Percepção e consciência do corpo em movimento. Noções de cinesiologia. Desenvolvimento das potencialidades expressivas. Elementos e qualidades do movimento. O uso do corpo na arte de contar histórias. Exercícios para melhorar a plasticidade corporal. A exploração do texto e do corpo, mediados pela emoção. características do conto popular africano, bem como apresentar um panorama das obras publicadas no Brasil, a partir dos anos 70. Também faz parte da oficina o trabalho com as distintas modalidades textuais: Criação de propostas de trabalho e dinamização desta literatura.</p> <p>Poetando</p>
<p>Docência</p>	<p>Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p> <p>Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-</p>		

	<p>se de evidências científicas.</p> <p>Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC. Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>	<p>Os poetas antigos e os poetas modernos da literatura infantil; os jogos literários com a linguagem: diferentes tipos de poemas; o humor na poesia: combinação que dá certo; poesia popular e cordel; poesia de criança e performance: poesia de corpo inteiro; poesia ao pé do ouvido: exercícios de dizer poesia.</p> <p>Oficina de produção de textos poéticos com apresentações orais a partir de brincadeiras com a escrita.</p> <p>Laboratório: Contando Histórias</p> <p>Exploração de livros literários infanto-juvenis em sala de aula. Estratégias de animação – o “contar histórias”; teatro de bonecos, teatro de fantoches, teatralização dos personagens, teatro de sombra; musicalização, etc.</p> <p>Planejamento e execução de narração de história. Dinâmicas de grupo, visando a inter-relação pessoal e a intercomunicação grupal, com uma “mãozinha” da literatura.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Para contar uma história – seja qual for – é bom saber como se faz. Afinal, nela se descobrem palavras novas, se entra em contato com a música e com a sonoridade das frases, dos nomes... Se capta o ritmo, a cadência do conto, fluindo como uma canção... Ou se brinca com a melodia dos versos, com o acerto das rimas, com o jogo das palavras...

Contar histórias é uma arte... e tão linda!!! É ela que equilibra o que é ouvido com o que é sentido, e por isso não é nem remotamente declamação ou teatro... [...] Daí que quando se vai ler uma história [...] não se pode fazer isso de qualquer jeito [...]. (ABROMOVICH, 2006, p. 18).

Contar não é algo tão simples como parece, “**não se pode fazer de qualquer jeito**”. Na escola é da competência do professor, e, conseqüentemente este, obrigatoriamente deve buscar aperfeiçoar-se nesse domínio. Cabe ressaltar que a concepção deste momento, por parte do futuro professor não pode ser a de uma simples atividade de descontração (não que não possa) para ocupar um tempo e tomar um livro aleatoriamente para simplesmente preencher um espaço vazio. O universo aqui é bem maior do que esta atitude!

[...] conto histórias para formar leitores; para fazer da diversidade cultural um fato; valorizar as etnias; manter a história viva; para se sentir vivo; para encantar e sensibilizar o ouvinte; para estimular o imaginário; articular o sensível; tocar o coração; alimentar o espírito; resgatar significados para nossa existência e reavivar o sagrado. (BUSATTO, 2003, p. 45).

“*Conta outra vez, professora!*” Este é o resultado que queremos! Uma expressão de olhos abertos e/ou de espanto, talvez uma lágrima e/ou um sorriso! Melhor: uma sonora gargalhada! É uma atividade de mergulho nas emoções, deve envolver, atrair, tanto para quem conta, e, sobretudo para quem ouve. Deverá magnetizar seus ouvintes, despertando o poder da imaginação, tecida com uma fala encantada, possibilitando, assim, uma viagem interior e exterior.

Retomando nossa introdução, neste sentido, a cor teórica da TELA DE LEITURA começa a ser pintada, indicando um caminho metodológico para este momento ímpar. Assim, apontamos alguns pontos relevantes, norteadores e orientadores para aprendizagem do ato de contar histórias:

- **Professor Leitor**

Para início de conversa, é preciso que o professor seja, ele mesmo, um leitor. Este entendimento exige ser construído no futuro professor/contador de histórias. Nesse percurso, é imprescindível oportunizar atividades, criar condições para que a literatura torne-se um hábito com momentos de aproximação à literatura, ampliando seu repertório e levando-os a se interessarem na busca de outras leituras.

- **Emoção**

Salienta-se que, o futuro professor/contador de histórias compreenda que deve ser um momento de emoção, desta forma, a premissa de um prazer para quem conta e prazer para quem ouve é primordial. “É o principal elemento para se contar bem uma história! Se a história que eu vou contar me apaixonou, certamente ela vai sair de mim e chegar até o público.”. (SISTO, 2005). Ressalta-se que o corpo fala e, sobretudo que, segundo Wallon, as emoções são contagiosas.

- **Planejamento**

O pintor começa sua tela, organizando o material, mentalizando, buscando inspiração e a obra em seu interior. Retrata-se aqui, o ato de planejar para atividade de contar histórias. Para que este momento seja especial é necessário preparar-se e como toda atividade educacional, exige um planejamento para seu domínio, evitando-se assim improvisações. Enfatiza-se, neste, o lúdico, a exploração dos recursos disponíveis (desde o material utilizado ao local da ação); a preparação do clima e do texto e o próprio ritual do contar.

- **Para contar melhor**

Sisto (2005) aponta que alguns cuidados para o ritual: o conhecimento do texto para dar segurança e fluidez; o corpo como instrumento do próprio ato; a voz como prolongamento

do corpo e envolvimento da escuta e fala e o olhar como cordão umbilical que o liga à plateia. Contar para Henri Cazaux, “[...] é também encontrar-se na escuta mútua, pela, boca, pelo ouvido, pelo olhar, rostos e corpos.” (GILLIG, 1999, p. 83).

Obs.: para saber mais, ao final, nas referências, apresentamos sugestões de leituras.

- **Ler ou contar?**

Os dois verbos são importantes e devem estar presentes na sala de aula. **Ler** com o suporte, promove um encontro e uma relação entre a criança e o objeto livro, levando-a a perceber que o prazer que sentem ao ouvirem uma história está na materialidade do livro, abrindo não apenas as portas do imaginário, mas, também a da leitura. **Contar** sem o livro, gera mais liberdade para acentuar as emoções, estabelecendo uma corrente mais direta entre ouvinte e contador e este último estaria mais disponível para trabalhar sua voz e corpo. (GILLIG, 1999).

*Assim, a tela vai surgindo,
As cores movimentando-se
Correndo pelas veias da imaginação
E o pincel deslizando na pele da tela...*

Acrescendo-se...

*Cores diversas vão inundando a tela e
como um toque mágico
ao olhá-la,
a imagem vai tomando forma
envolvendo todos os sentidos.*

“Entrou por uma porta, saiu pelo outra, quem quiser que conte outra...”

AVALIAÇÃO

Avaliar é olhar, com ternura, a trajetória realizada ao longo de todo o percurso. É observar atentamente o caminho percorrido pelos sujeitos durante a realização de cada experiência. A experiência envolve não só fatos e coisas que modificam a vida, mas também a consciência desse fato, pois se não refletirmos sobre os acontecimentos, eles não se constituem em aprendizagens. É a consciência desses fatos que produz lições para a vida e fortalece o processo de construção do conhecimento.

A palavra experiência deriva do latim *experientia*, e remete a ensaio, prova, tentativa e significa conhecimento adquirido por prática, estudos, observação, e outros. A partir dessa definição compreendemos a experiência como prática de vida, ou mesmo, o fato de a pessoa ser capaz de experimentar, reconstruir e modificar algo. Essas experiências são fundamentais na constituição da pessoa, na forma como ela interage com o outro e com a vida. As experiências da vida estão ligadas à forma como a pessoa se coloca no mundo, de forma criativa, lúdica, corajosa, persistente, buscando sempre conhecer e aprender.

Nesse sentido, envolve o conhecimento de nós mesmos, do outro e do mundo. Para conhecer a si mesmo, é preciso conviver com o outro, experimentar e refletir sobre essas experiências, pois para compreender-se é fundamental compreender o outro e o mundo. Não existe uma separação entre a experiência e o conhecimento, estão interligados, ao se ganhar experiência, constrói-se conhecimento e vice-versa. Sabemos que adquirimos conhecimento ao longo da vida por meio dos livros, do estudo, da pesquisa e da internet. Porém, há um outro

conhecimento, aquele que é fruto da vivência e da experiência de cada um, sua experiência de vida que está inserido em uma cultura. Nesse contexto, a criatividade, a experiência e a inovação são essenciais para o contínuo desenvolvimento do conhecimento adquirido: a capacidade de criar, a coragem de movimentar, de se deslocar, fazer diferente e construir um novo olhar, por meio da LITERATURA E DA ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil** – gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais curriculares para elaboração dos itinerários formativos**. Disponível em: <https://novo-ensino-medio.saseducacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Referenciais-Curriculares-para-elaboracao-dos-Itinerarios-Formativos.pdf>. Acesso em: 02/10/2022.

BUSATTO, Cleo. **Contar e encantar** – pequenos segredos da narrativa. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação, 1996.

DICIO. **Dicionário On line de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aumentar/#:~:text=Significado%20de%20Aumentar,o%20volume%3B%20aumento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 02/10/2022.

FLECK, Beatriz Verges. **Telas de leitura** – manuais pedagógicos e cotidiano da cidade de Florianópolis/2005. Tese (Mestrado em Educação e Cultura). FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina, p. 201, 2006.

FRANTZ, Maria Helena Zancan. **O ensino da literatura nas séries iniciais**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

GILLIG, Jean-Marie. **O conto na psicopedagogia**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

GROSSI, Esther Pillar. **Alfabetização: uma questão popular**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1989.

KAERCHER, Gládis Elise P. da silva. E por falar em literatura... In: CRAIDY, Carmem. KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

LOBATO, Monteiro. **Miscelânea: baú de frases**. Disponível em: <https://monteiirolobato.com/miscelanea/bau-de-frases/>. Acesso em: 02/10/2022.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky** – uma perspectiva histórico-cultural da educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Tempo de aprender**: subsídios para as classes de aceleração de aprendizagem e para toda a escola. Florianópolis: DIEF, 2002.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2005.

SUGESTÕES DE LEITURA:

BAJARD, Elie. **Ler e dizer**: comunicação do texto escrito. São Paulo: Cortez, 1994.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COELHO, Beth. **Contar histórias**: uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 2001.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil** – teoria e prática. São Paulo: Ática, 1991.

FLECK, Beatriz Verges, et al. Caderno pedagógico – **Literatura infantil**. Universidade do Estado de Santa Catarina. Núcleo de educação à distância –NEAD. Florianópolis, junho, 2003.

GIRARDELLO, Gilka. (org.) **Baús e chaves da narração de histórias**. 2. ed. Florianópolis: SESC/SC, 2004.

FONTANA, Roseli Ap. Cação. **Mediação pedagógica na sala de aula**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

LIEURY, Alain. **A memória** – do cérebro à escola. São Paulo: Ática, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1999.

MARINHO, Marildes. (org.) **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001.

ZIMBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura** – perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1988.

ZIMBERMAN, Regina. (org.) 6. ed. **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

*Ser professor é
compartilhar seus conhecimentos,
sabedorias e habilidades
para os alunos e demais pessoas
para construir um caminho e futuro melhor.
Na sociedade Guarani é passar os conhecimentos e sabedorias
para formar pessoas boas e sábias,
esse é papel do professor na aldeia!*

*EIEB Tekoa Marangatu
Aldeia Guarani Tekoa Marangatu*

Formando em Licenciatura Intercultural Indígena

Professor Floriano da Silva

**CURSO NORMAL EM NÍVEL
MÉDIO – MAGISTÉRIO
INDÍGENA**

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Professores Colabores/Elaboradores

Cesar Cancian Dalla Rosa (SED)

Helena Alpini Rosa (SED)

A Educação Escolar Indígena em Santa Catarina é uma modalidade de ensino reconhecida por meio da Resolução CNE/SEB 05/2012, e que em Santa Catarina está normatizada na Res. CEE/SEB 68/2018 (Diretrizes Curriculares Estaduais de EEI). Atualmente, a Rede Pública Estadual conta com 33 escolas de Educação Básica da Rede Pública Estadual e 6 das Redes Públicas Municipais, localizadas em Terras Indígenas. Estas respondem por aproximadamente 3.000 matrículas, atendendo aos Povos Guarani, Kaingang e Laklanô/Xokleng.

O atendimento escolar ofertado aos estudantes indígenas tem como prerrogativas básicas o respeito ao bilingüismo, à especificidade, à interculturalidade, o direito à diferença, e também o entendimento de que a escola é espaço comunitário. Por conta destes princípios, a Secretaria de Estado de Educação, em permanente diálogo com as comunidades indígenas, assumiu o compromisso da construção e adequação de cursos e currículos que estejam sempre em diálogo com a realidade local.

Na implementação da Educação Escolar Indígena no Estado, destaca-se a elaboração coletiva do documento que resulta no Parecer nº 282/2005, do Conselho Estadual de Educação (CEE) que aponta para a normatização da Educação Escolar Indígena. Este documento foi resultado da formação continuada para professores dos três povos indígenas (Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ), realizada pela Secretaria de Estado da Educação. Este Parecer foi a base para a edição da Resolução CEE/SC 68/2018.

As primeiras orientações curriculares das escolas indígenas ficaram expressas na Proposta Curricular de Santa Catarina, no caderno “Temas Multidisciplinares” (1998). Além deste, outros documentos específicos normatizam e orientam a prática da Educação Escolar indígena em Santa Catarina, garantindo espaço e visibilidade desta modalidade, e visando garantir o direito à educação para as crianças, adolescentes, jovens e adultos indígenas do Estado. Destaca-se também a Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral da Educação Básica (2014), que tem a Diversidade como princípio formativo, aprofundando o entendimento da Educação Escolar Indígena.

No ano de 1999 a Secretaria Estadual de Educação deu início a formação em nível de Ensino Médio em Magistério para professores indígenas das etnias Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, e na qual participaram 47 professores das aldeias indígenas das regiões do Oeste Catarinense e do Alto Vale do Itajaí, respectivamente. O curso teve a duração de cinco 5 anos na metodologia presencial e a distância.

No ano de 2002 a SED/SC apresentou o projeto para a efetivação do Programa de Formação para Professores Guarani no nível de Ensino Médio em Magistério. No teor do projeto consta que:

A Secretaria de Estado da Educação e do Desporto encaminhou e o Conselho Estadual de Educação aprovou proposta para a efetivação de uma experiência pedagógica para Formação de Professores Guarani, objetivando habilitar professores índios para exercício no Magistério na Educação Escolar Indígena em escolas indígenas, situadas em comunidades Guarani dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. (SANTA CATARINA, 2002).

Este curso foi ofertado a partir de um Protocolo de Intenções entre Secretarias de Estado das regiões Sul e Sudeste, Ministério da Educação e Fundação Nacional do Índio, para formação inicial de professores Guarani. Concomitante a implementação do Magistério Bilingue Guarani, foi instituída por meio da Lei nº 12.449, de 10 de dezembro de 2002. Nesta, se reconhece a condição de escola com normas e ordenamento jurídico próprios. Da mesma forma, no ano 2014 foi realizado, a partir de recursos do Plano de Ações Articuladas/PAR/FNDE, mais um curso em nível médio de Magistério Indígena, disponibilizando 30 vagas, nas quais foram formados professores dos três povos.

Cabe ressaltar que este processo de formação docente abre um campo de possibilidades para que os professores e estudantes indígenas possam desenvolver projetos de pesquisa relativos à sua História, e consonância também com as orientações explícitas nos Referenciais para a Formação de Professores Indígenas do Ministério da Educação. (ROSA, 2009).

Em continuidade ao atendimento das demandas de formação de docentes indígenas, foi implantado o Curso Normal em Nível Médio-Magistério com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Parecer CEE/SC nº 002 em 31 de janeiro de 2017), na Escola Indígena de Educação Básica Tekoá Marangatu, localizada no município de Imaruí/SC. Esta ação vem em resposta aos desafios de qualificação da equipe docente Guarani. A formação de profissionais indígenas se faz necessária, neste caso, para que os concluintes do curso estejam aptos, por sua vez, a atenderem as crianças nas fases iniciais de ensino aplicando práticas pedagógicas específicas, que priorizam a língua materna e as metodologias que são próprias do Povo Guarani.

Por conta da implementação da Lei nº 13.415/2017, por sua vez, se fez necessária a articulação do currículo escolar das escolas indígenas à Base Nacional Comum do Ensino Médio. Em função desta demanda, estabeleceu-se uma série de diálogos com a comunidade escolar, que culminou na reorganização da matriz curricular do curso.

Neste sentido, apresenta-se a nova Matriz, denominada “L”. Esta é composta basicamente pela Formação Geral Básica e pelas Trilhas de Aprofundamento. São nestas Trilhas de Aprofundamento que os conhecimentos específicos para a docência na Educação Infantil e Anos Iniciais no contexto Guarani, alternando Componentes Curriculares oriundos das ciências indígenas e não-indígenas, são ministradas. Segue a proposição de matriz curricular:

MATRIZ L – CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO – MAGISTÉRIO INDÍGENA - GUARANI

Quadro 63: Matriz L – Curso Normal em Nível Médio – Magistério Indígena – Guarani.

Curso Normal em Nível Médio – Magistério Indígena – Guarani Aproveitamento de Estudos – Resolução CEB nº 2, 19/04/1999, Art. 3º, § 4º, II				
Matriz L	1ª série	CH	2ª série	CH
Formação Geral Básica	- Língua Portuguesa	03	- Língua Portuguesa	03
	- Língua Materna – Guarani	02	- Língua Materna – Guarani Mbya	02
	Mbya		- Língua Estrangeira – Inglês	01
	- Língua Estrangeira – Inglês	01	- Arte Indígena	02
	- Arte Indígena	02	- Educação Física	02
	- Educação Física	02	- Matemática – Etnomatemática	02
	- Matemática – Etnomatemática	02	- Física	02
	- Física	02	- Química	02

	- Química - Biologia - História - Geografia - Filosofia - Sociologia	02 02 02 02 02 01	- Biologia - História - Geografia - Filosofia - Sociologia	02 02 02 02 01
Itinerário Formativos	- Artesania, musicalidade e corporeidade - Projeto Comunitário e Societário - Guarani – Aprofundamento da Língua *Os dois semestres	02 02 02	- Tecnologias digitais e a internet como espaço social - Projeto Comunitário e Societário - Guarani – Aprofundamento da Língua *Os dois semestres	02 02 02
Total		31		31

Curso Normal em Nível Médio – Magistério Indígena – Guarani – 3ª série

Matriz L	Componentes Curriculares		CH Semestral	CH Semestral	
Formação Geral Básica	- Língua Portuguesa - Língua Materna – Guarani Mbya - Matemática		01 01 01	01 01 01	
Itinerário Formativo	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani I	Unidade Temática	- Políticas e Legislação Educacional no Contexto Indígena I	01	-
		Profissão Docente na Educação Infantil	- História da Educação Escolar, Indígena e Guarani I	02	-
			- Filosofia da Educação I	01	-
			- Sociologia da Educação I	01	-
			Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	- Educação Inclusiva e Especial I - Educação, Infância Guarani e as Teorias de Aprendizagens I - Didática da Educação Infantil I	02 02 02
		Currículo na Educação Infantil no Contexto Guarani	- Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I	02	-
- Pensamento Lógico-Etno-Matemático I	02		-		
- Estudos Integrados: Espaço, Tempo e Transformações I - Ciências da Natureza na Educação Infantil I	02 02		- -		
	Profissão Docente	- Políticas e Legislação	-	01	

	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani II	na Educação Infantil	Educacional no Contexto Indígena II - História da Educação Escolar, Indígena e Guarani II - Filosofia da Educação II - Sociologia da Educação II	-	02
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	- Educação Inclusiva e Especial II	-	02
			- Educação, Infância Guarani e as Teorias de Aprendizagens II	-	02
			- Didática da Educação Infantil II	-	02
	Currículo na Educação Infantil no Contexto Guarani	- Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação II	-	02	
		- Pensamento Lógico - Etno-Matemático II	-	02	
		- Estudos Integrados: Espaço, Tempo e Transformações II	-	02	
		- Ciências da Natureza na Educação Infantil II	-	02	
	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani - Estágio I	Pesquisa de Campo na Educação Infantil no Contexto Guarani	- Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil no Contexto Guarani	10	-
	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani - Estágio II		- Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil no Contexto Guarani	-	10
Componente Curricular Eletivo		- Cultura Corporal de Movimentos, Brincadeiras Infantis e Criatividade Guarani I e II	01	01	
		- Cultura Digital na Educação Guarani I e II	01	01	
		- Linguagens Artísticas na Educação Guarani I e II	01	01	
		- Projeto Comunitário e Societário I e II	01	01	
Total				36	36

Curso Normal em Nível Médio – Magistério Indígena – Guarani – 4ª série

Matriz L	Componentes Curriculares	CH	CH
		Semestral	Semestral
	- Língua Portuguesa	01	01
	- Língua Materna – Guarani Mbya	01	01

Formação Geral Básica		- Matemática	01	01	
Itinerário Formativo	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani I	Unidade Temática	- Políticas e Legislação Educacional no Contexto Indígena III	01	-
		Profissão Docente nos Anos Iniciais	- Gestão Escolar I	01	-
			- Literatura Infantil e a Arte de Contar Histórias I	01	-
		Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais	- Libras I	01	-
			- Psicologia da Educação I	01	-
		Currículo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	- Didática nos Anos Iniciais I	02	-
			- Alfabetização e Letramento LP e Guarani I	02	-
			- Metodologia do Ensino de Língua Guarani I	02	-
	- Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (Literatura Infantil) I		02	-	
	- Metodologia do Ensino de Matemática I		02	-	
	- Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I		02	-	
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani II	Profissão Docente nos Anos Iniciais Infantil	- Metodologia do Ensino de Geografia I	02	-
			- Metodologia do Ensino de História I	02	-
			- Políticas e Legislação Educacional no Contexto Indígena IV	-	01
Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais		- Gestão Escolar II	-	01	
		- Literatura Infantil e a Arte de Contar Histórias II	-	01	
Currículo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani		- Libras II	-	01	
		- Psicologia da Educação II	-	01	
		- Didática nos Anos Iniciais II	-	02	
	- Alfabetização e Letramento LP e Guarani II	-	02		
	- Metodologia do Ensino de Língua Guarani II	-	02		
Currículo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	- Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II	-	02		
	- Metodologia do Ensino de Matemática II	-	02		
	- Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II	-	02		
	- Metodologia do Ensino de Geografia II	-	02		
Currículo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	- Metodologia do Ensino de História II	-	02		
			02		

	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani - Estágio I	Pesquisa de Campo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	- Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	10	-
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani - Estágio II		- Pesquisa de Campo com Intervenção nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	-	10
	Componente Curricular Eletivo		- Educação e Diversidade I e II - Projeto Comunitário e Societário III e IV	01 01	01 01
Total				36	36

Fonte: Elaborado pela Comunidade Indígena Guarani.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

ROSA, Helena Alpini. **A trajetória histórica da escola na comunidade Guarani de Massiambu, Palhoça/SC** – um campo de possibilidades. Dissertação de Mestrado em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 181p., 2009.

SANTA CATARINA. **PCEE 170/020, Parecer N° 295**, normatiza a implantação do Curso de Formação Guarani como Curso de Nível Médio Magistério, Florianópolis/SC, 11/06/2002.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual. **Projeto político pedagógico do programa de formação para a educação escolar Guarani na região sul e sudeste do Brasil Kuaa – Mbo’ê – Conhecer, Ensinar - Versão Agosto**, Florianópolis, 2003.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral da Educação Básica**. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política da Secretaria de Estado da Educação de educação escolar indígena / Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 2018.

*Meu nome é Hanen, tenho 46 anos e leciono desde dos 21 anos.
Nesse tempo, aprendi muita coisa e convivi com realidades diversas que
ajudaram a me constituir como profissional e como pessoa que
olha o mundo a partir do oprimido e que
entende o processo educativo como emancipação e transformação social.
A Educação comprometida com a transformação social
nos estimula a cidadania participativa.*

*Portanto o Professor é um construtor de sonhos e mediador de esperança!
Ao longo da minha trajetória profissional tive a grata oportunidade de trabalhar
como professora de estágio e disciplinas curriculares do curso de magistério
na E.E.B. Dr. Jorge Lacerda, em Joinville.*

*Nesses 4 anos, pude vivenciar processos de transformação a partir da
formação e do ingresso no mundo do trabalho,
tendo como porta de entrada a escola.*

*Esse curso tem um potencial de mudar a vida de quem chega
mas, de dar outras perspectivas para quem sai,
para aos estudantes jovens e adultos a Educação Profissional
é sempre uma oportunidade de mudança!*

Joinville/2022

Professora Hanen Sarkis Kanaan

APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL 5ª SÉRIE

Professora Colaboradora/Elaboradora
Beatrícia da Silva Rossini Pereira (23ª CRE)

Anterior à consulta pública para a Base Nacional Comum Curricular tem-se discutido sobre o Ensino Médio e seus desafios nos tempos atuais. A construção da BNCC acelera esse processo. E, em 2017 publica-se a Lei nº 13.415/2017 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sinalizando mudanças para o Ensino Médio com a possibilidade de que todos os estudantes da etapa escolham caminhos de aprofundamento dos seus estudos.

Neste contexto, a Educação Especial está presente nesta trajetória com o atendimento e a educação de pessoas com deficiência, preferencialmente em escolas regulares. Deve ser entendida como processo interdisciplinar que visa o processo de aquisição do conhecimento da pessoa com deficiência, Transtorno do Espectro Autista/TEA e Altas Habilidades/Superdotação, objetivando sua inclusão mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos. Em âmbito educacional, perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, organizada para apoiar, complementar e/ou suplementar a aprendizagem dos educandos.

Na Educação Especial a inclusão de estudantes com deficiência, Transtorno do espectro autista - TEA e Altas habilidades/superdotação demanda uma nova organização do trabalho pedagógico a partir da compreensão que se tem sobre diferença na escola e, conseqüentemente, na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A diversidade proposta pela escola inclusiva é proveitosa para todos. De um lado estão os estudantes com deficiência, que usufruem de uma escola preparada para ajudá-los com o aprendizado e do outro, os demais estudantes que aprendem a conviver com as diferenças de forma a desenvolver o sentido de entajuda e o respeito.

A inclusão auxilia no combate ao preconceito buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças por meio da ênfase nas competências, habilidades e potencialidades de cada um. Esse conceito tem como função a elaboração de métodos e recursos pedagógicos que sejam acessíveis a todos, quebrando assim, as barreiras que poderiam vir a impedir a participação de um ou outro estudante por conta de sua respectiva individualidade.

Necessário se faz que o educador seja capaz de promover a autonomia e a responsabilidade deste, envolvê-lo na sua aprendizagem, atender às suas características pessoais e interesses, incentivar a negociação e a participação. É fundamental estabelecer objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem diversificados para a avaliação. Nesse sentido, promover a capacidade de auto avaliação, auto-reflexão e pensamento crítico e ficar ciente que, muitas vezes as atividades previsíveis e de repetição não desenvolvem competências, ou seja, não ajudam a mobilizar os seus recursos cognitivos para a obtenção de um resultado.

Cabe salientar que a inclusão social, sua complexidade e diversidade, juntamente com as determinações da LDB 9394/96 e o Parecer CNE 17/2001, aliados à falta de profissionais habilitados, faz-se necessárias novas políticas de formação de profissionais/educadores, mesmo em nível médio. Educadores capazes de exercer, com competência, o fazer

pedagógico específico aos estudantes com necessidades educativas especiais. Percebe-se o reconhecimento de que os indivíduos são diferentes com direito dos “grupos humanos e das pessoas de viver em liberdade e no exercício de sua autodeterminação” (SANTA CATARINA, 2014, p. 54) . São indivíduos que anseiam “ à democracia e à vivência coletiva das múltiplas realidades sociais e de lutarem pelo reconhecimento dos direitos humanos”. (SANTA CATARINA, 2018, p.23)

No conjunto de normativas aprovadas em Santa Catarina, destaca-se o movimento de atualização da Proposta Curricular do Estado em 2014, a qual guarda coerência com os pressupostos defendidos na Proposta Curricular de 1998 e com os documentos norteadores da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, em 2009. Nela, assume-se a diversidade como princípio formativo e elemento fundante da atualização curricular. A Proposta Curricular de Santa Catarina atualizada assume a diversidade como característica humana em que constrói suas experiências de vida históricas e culturais.

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação, desde de 2009, oferece o Curso Normal em Nível Médio – Magistério com Habilitação em Educação Especial - Deficiência Intelectual – DI e Transtornos Invasivos do Desenvolvimento – TID, objetivando a formação de profissionais capacitados de forma teórica e prática a fim de serem capazes de auxiliar e estimular o desenvolvimento cognitivo destes estudantes.

O Curso procura proporcionar ao futuro educador a oportunidade da aquisição dos conteúdos e conhecimento teóricos nas diversas áreas da Educação Especial bem como, promover a experiência prática, por meio do Estágio Supervisionado, possibilitando noções básicas das duas dimensões, teoria e prática, capacitando-o para atuar no mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento da capacidade de entender e reconhecer o outro, convivendo e compartilhando com as diferenças.

Para garantir a permanência do estudante de Educação Especial nas instituições escolares foram implementados serviços especializados no Território Catarinense, complementados com o Programa Pedagógico da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina elaborado pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e pela Secretaria de Estado da Educação (SED), em 2009. A Rede Estadual garante os seguintes serviços especializados:

1. Segundo Professor de Turma - oferece suporte e acompanhamento, nas classes regulares, ao processo de escolarização de estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista e/ou deficiência múltipla, que apresentem comprometimento significativo nas interações sociais e na funcionalidade acadêmica.
2. Professor Bilíngue – oferece suporte e acompanhamento na aprendizagem de estudantes com surdez, usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que não tenham fluência na LIBRAS, nas classes regulares e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).
3. Intérprete da LIBRAS – interpreta a língua de sinais para outro idioma e vice-versa aos estudantes com surdez, usuários da LIBRAS, com fluência na LIBRAS, nas classes regulares e no AEE.
4. Guia-Intérprete – oferece suporte e acompanhamento nos diversos formatos de comunicação utilizados pelos estudantes com surdocegueira, nas classes regulares e no AEE.
5. Instrutor da LIBRAS – atua no atendimento educacional especializado, com estudantes surdos e na formação em LIBRAS para a comunidade escolar.
6. AEE - Atendimento Educacional Especializado - disponibilizado na rede regular de ensino, no contraturno, com o objetivo de complementar ou suplementar o processo de aprendizagem dos estudantes especificados que constam na Resolução CEE/SC nº 100/201611, não configurando como ensino substitutivo nem como reforço escolar.566

7. Profissional de Apoio Escolar – oferece suporte e acompanhamento aos estudantes com deficiência ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) com baixa funcionalidade, que requeiram apoios substanciais nas atividades de alimentação, higiene, cuidados clínicos e locomoção.

No contexto atual e com as prerrogativas da Lei nº 13.415/2017, que em seu teor apresenta mudanças na oferta do Ensino Médio, quanto à ampliação da carga horária e a definição de uma nova organização curricular, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de itinerários formativos, faz-se necessário repensar os referidos cursos de formação docente apoiado na legislação vigente. Assim sendo, apresenta-se o Itinerário Formativo do Curso de Magistério na Educação Especial por meio de Trilhas de Aprofundamento e Componentes Curriculares Eletivos, específicos da áreas de Educação Especial, como também, os Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e Literatura e Matemática da Formação Geral Básica.

O Curso objetiva a Formação Profissional, bem como o aprofundamento de estudos, visando a formação integral do estudante para que obtenha maiores conhecimentos e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, com qualidade, assegurando aos estudantes, uma proposta pedagógica para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício da atividade docente de forma eficiente e efetiva, no âmbito da Educação Especial.

Desta forma, o objeto a apreender é o Ensino numa relação constante entre os saberes pedagógicos e científicos, possibilitando o uso de competências e habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do Curso, numa articulação teórico-prático e pautadas em observação, investigação, participação, iniciação profissional e intervenção no processo de aprendizagem com efetiva ação docente, ou seja, Ensinar a Ensinar.

Neste sentido, a fim de atender a legislação do Novo Ensino Médio e garantir também a continuidade do Curso Normal em Nível Médio – Magistério com **Habilitação em Educação Especial - 5ª série**, oferecido aos egressos do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, mantido pela Secretaria de Estado da Educação (SED) e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, apresenta-se a **Matriz K** a ser implantada em 2023, nas escolas que possuem autorização do Conselho Estadual de Educação:

Quadro 64: Matriz K – Curso Normal em Nível Médio – Habilitação em Educação Especial – 5ª série.

Matriz K - Curso Normal em Nível Médio – Magistério com Habilitação em Educação Especial - 5ª série					
	Componentes Curriculares			CH/aula 1º semestre	CH/aula 2º semestre
	1ª e 2ª série do Ensino	Formação Geral Básica	- Língua Portuguesa e Literatura		01
- Matemática			01	01	
Unidade Curricular		Profissão Docente na Educação Especial I	- Políticas Públicas e Legislação Educacional Nacional da Educação Especial I - Defectologia I	01	-
		Processos e Metodologias de Ensino na	- Práticas pedagógicas dos Atendimentos I - Fundamentos Teóricos	02 03 01	- - -

Médio + 3ª e 4ª série do Curso Normal em Nível Médio – Magistério + 5ª série Magistério com Habilitação em Educação Especial	Trilha de Aprofundamento Educação Especial I	Educação Especial I	Metodológicos da Educação Física Adaptada I - Teoria dos Atendimentos e Processos Investigativos I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área da Deficiência Intelectual I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área da Deficiência Sensorial – DA/DV I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área dos Transtornos Funcionais Específicos I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área do Transtorno do Espectro Autista I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área das Altas Habilidades/Superdotação I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área das Deficiências Múltiplas I	01 02 02 02 01 01 01 01	- - - - - - - -	
		Recursos e Tecnologias na Educação Especial I	- LIBRAS I - Braille I	03 01	- -	
		Componente Curricular Eletivo		- Atendimento Educacional Especializado	02	-
		Trilha de Aprofundamento Educação Especial II	Profissão Docente na Educação Especial II	- Políticas Públicas e Legislação Educacional Estadual e Municipal da Educação Especial II - Defectologia II	- -	01 02
			Processos e Metodologias de Ensino na Educação Especial II	- Práticas pedagógicas dos atendimentos II - Fundamentos Teóricos Metodológicos da Educação física adaptada II - Teoria dos atendimentos e processos investigativos II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área da deficiência intelectual II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área da Deficiência Sensorial – DA/DV II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área dos Transtornos Funcionais Específicos II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área do Transtorno do Espectro Autista II	- - - - - - - -	03 01 02 02 02 02 01

		- Fundamentos Teóricos Metodológicos na área das Altas Habilidades/Superdotação II	-	01
		- Fundamentos Teóricos Metodológicos na área das Deficiências Múltiplas II	-	01
	Recursos e Tecnologias na Educação Especial II	- LIBRAS II - Braille II	- -	03 01
Componente Curricular Eletivo		-TIC's na Educação Especial	-	02
Trilha de Aprofundamento Educação Especial - Estágio I	Pesquisa e Estágio na Educação Especial I	- Estágio supervisionado EE I	10	-
Trilha de Aprofundamento Educação Especial - Estágio II	Pesquisa e Estágio na Educação Especial II	- Estágio supervisionado EE II	-	10
TOTAL Carga Horária Total = 1050h			35	35

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. LDB. Brasília, 1996

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17/2001**, aprovado em 03 de julho de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina**. Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis, 2014

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação especial / Estado de Santa Catarina**. Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018.

ANEXOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 (*)

Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em conformidade com o disposto no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, no § 1º do art. 9º e no art. 90, bem como nos artigos 22, 23, 24, 25, 26, 26-A, 27, 28, 35, 35-A, 36, 36-A, 36-B e 36-C, 37, 38, 61 e 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atendendo aos dispositivos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.210, de 20 de novembro de 2018, publicada no DOU de 21 de novembro de 2018, resolve:

**TÍTULO I
OBJETO E REFERENCIAL**

**CAPÍTULO I
OBJETO**

Art. 1º A presente Resolução atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular, tendo em vista as alterações introduzidas na Lei nº 9.394/1996 (LDB) pela Lei nº 13.415/2017.

Parágrafo único. Estas Diretrizes aplicam-se a todas as formas e modalidades de ensino médio, complementadas, quando necessário, por diretrizes próprias.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e contemplam os princípios e fundamentos definidos na legislação para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das instituições ou redes de ensino públicas e privadas que ofertam o ensino médio.

**CAPÍTULO II
REFERENCIAL LEGAL E CONCEITUAL**

Art. 3º O ensino médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho,

(*) Resolução CNE/CEB 3/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, pp. 21-24.

conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

Art. 4º As instituições de ensino que ofertam essa etapa da Educação Básica devem estruturar suas propostas pedagógicas considerando as finalidades previstas no art. 35 da Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 5º O ensino médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, além dos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional no art. 206 da Constituição Federal e no art. 3º da LDB, será orientado pelos seguintes princípios específicos:

I - formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;

II - projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;

III - pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;

IV - respeito aos direitos humanos como direito universal;

V - compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;

VI - sustentabilidade ambiental;

VII - diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;

VIII - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;

IX - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Art. 6º Para fins de obtenção de maior clareza de exposição, ficam definidos os seguintes termos utilizados na presente Resolução:

I - formação integral: é o desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do estudante por meio de processos educativos significativos que promovam a autonomia, o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida;

II - formação geral básica: conjunto de competências e habilidades das áreas de conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do ensino fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles;

III - itinerários formativos: cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade;

IV - unidades curriculares: elementos com carga horária pré-definida, formadas pelo conjunto de estratégias, cujo objetivo é desenvolver competências específicas, podendo ser organizadas em áreas de conhecimento, disciplinas, módulos, projetos, entre outras formas de oferta;

V - arranjo curricular: seleção de competências que promovam o aprofundamento das aprendizagens essenciais demandadas pela natureza do respectivo itinerário formativo;

VI - competências: mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Para os efeitos desta Resolução, com fundamento no *caput* do art. 35-A e no § 1º do art. 36 da LDB, a expressão “competências e habilidades” deve ser considerada

como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE).

VII - habilidades: conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados;

VIII - diversificação: articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho, contextualizando os conteúdos a cada situação, escola, município, estado, cultura, valores, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura:

a) o trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, ampliada como impulsionador do desenvolvimento cognitivo, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência;

b) a ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade;

c) a tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida;

d) a cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

IX - sistemas de ensino: conjunto de instituições, órgãos executivos e normativos, redes de ensino e instituições educacionais, mobilizados pelo poder público competente, na articulação de meios e recursos necessários ao desenvolvimento da educação, utilizando o regime de colaboração, respeitadas as normas gerais vigentes. No âmbito destas Diretrizes, o poder público competente refere-se às Secretarias Estaduais de Educação e Conselhos Estaduais de Educação, conforme normativo de cada Unidade da Federação.

X - redes de ensino: conjunto formado pelas instituições escolares públicas, articuladas de acordo com sua vinculação financeira e responsabilidade de manutenção, com atuação nas esferas municipal, estadual, distrital e federal. Igualmente, as instituições escolares privadas também podem ser organizadas em redes de ensino.

Parágrafo único. O itinerário de formação técnica e profissional compreende um conjunto de termos e conceitos próprios, tais como:

a) ambientes simulados: são ambientes pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento de atividades práticas da aprendizagem profissional quando não puderem ser elididos riscos que sujeitem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade nos ambientes reais de trabalho;

b) formações experimentais: são formações autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos de sua regulamentação específica, que ainda não constam no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT);

c) aprendizagem profissional: é a formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social do jovem, de 14 a 24 anos de idade, previsto no § 4º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em legislação específica, caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, conforme respectivo perfil profissional;

d) qualificação profissional: é o processo ou resultado de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional, definido no mercado de trabalho;

e) habilitação profissional técnica de nível médio: é a qualificação profissional formalmente reconhecida por meio de diploma de conclusão de curso técnico, o qual, quando registrado, tem validade nacional;

f) programa de aprendizagem: compreende arranjos e combinações de cursos que, articulados e com os devidos aproveitamentos curriculares, possibilitam um itinerário formativo. A oferta de programas de aprendizagem tem por objetivo apoiar trajetórias formativas, que tenham relevância para os jovens e favoreçam sua inserção futura no mercado de trabalho. Observadas as normas vigentes relacionadas à carga horária mínima e ao tempo máximo de duração do contrato de aprendizagem, os programas de aprendizagem podem compreender distintos arranjos;

g) certificação intermediária: é a possibilidade de emitir certificação de qualificação para o trabalho quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade;

h) certificação profissional: é o processo de avaliação, reconhecimento e certificação de saberes adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos nos termos do art. 41 da LDB.

TÍTULO II ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FORMAS DE OFERTA

CAPÍTULO I ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 7º O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioemocionais.

§ 1º Atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as instituições e redes de ensino podem adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem pertinentes ao seu contexto, no exercício de sua autonomia, na construção de suas propostas curriculares e de suas identidades.

§ 2º O currículo deve contemplar tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho.

§ 3º As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho.

§ 4º Cada unidade escolar, em consonância com o sistema de ensino, deve estabelecer critérios próprios para que a organização curricular ofertada possibilite o desenvolvimento das respectivas competências e habilidades.

§ 5º A organização curricular deve possibilitar contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências pessoais, sociais e do trabalho.

§ 6º A distribuição da carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos deve ser definida pelas instituições e redes de ensino, conforme normatização do respectivo sistema de ensino.

Art. 8º As propostas curriculares do ensino médio devem:

I - garantir o desenvolvimento das competências gerais e específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

II - garantir ações que promovam:

a) a integração curricular como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento que dialogue com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva da formação integral do estudante;

b) cultura e linguagens digitais, pensamento computacional, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, das tecnologias da informação, da matemática, bem como a possibilidade de protagonismo dos estudantes para a autoria e produção de inovação;

c) o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;

d) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

III - adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializem o desenvolvimento das competências e habilidades expressas na BNCC e estimulem o protagonismo dos estudantes;

IV - organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades *online*, autoria, resolução de problemas, diagnósticos em sala de aula, projetos de aprendizagem inovadores e atividades orientadas, de tal forma que ao final do ensino médio o estudante demonstre:

a) competências e habilidades na aplicação dos conhecimentos desenvolvidos;

b) domínio dos princípios científicos e tecnológicos que estão presentes na produção moderna;

c) práticas sociais e produtivas determinando novas reflexões para a aprendizagem;

d) domínio das formas contemporâneas de linguagem;

V - considerar a formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;

VI - considerar que a educação integral ocorre em múltiplos espaços de aprendizagem e extrapola a ampliação do tempo de permanência na escola.

Art. 9º As redes de ensino devem pautar a construção dos seus currículos e as instituições escolares a elaboração das suas propostas pedagógicas, na seleção dos conhecimentos, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação, com base nos princípios definidos no art. 5º desta Resolução.

Seção I

Da estrutura curricular

Art. 10. Os currículos do ensino médio são compostos por formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente.

Art. 11. A formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1º A organização por áreas do conhecimento implica o fortalecimento das relações entre os saberes e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores.

§ 2º O currículo por área de conhecimento deve ser organizado e planejado dentro das áreas de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

§ 3º A formação geral básica deve ter carga horária total máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas, que garanta os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades, nos termos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

§ 4º Devem ser contemplados, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:

I - língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas;

II - matemática;

III - conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;

IV - arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;

V - educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;

VI - história do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

VII - história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras;

VIII - sociologia e filosofia;

IX - língua inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino.

§ 5º Os estudos e práticas destacados nos incisos de I a IX do § 4º devem ser tratados de forma contextualizada e interdisciplinar, podendo ser desenvolvidos por projetos, oficinas, laboratórios, dentre outras estratégias de ensino-aprendizagem que rompam com o trabalho isolado apenas em disciplinas.

§ 6º Devem ser incluídos temas exigidos por legislação e normas específicas, na forma transversal e integradora, tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital.

§ 7º A critério dos sistemas de ensino, a formação geral básica pode ser contemplada em todos ou em parte dos anos do curso do ensino médio, com exceção dos estudos de língua portuguesa e da matemática que devem ser incluídos em todos os anos escolares.

Art. 12. A partir das áreas do conhecimento e da formação técnica e profissional, os itinerários formativos devem ser organizados, considerando:

I - linguagens e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

II - matemática e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos matemáticos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em resolução de problemas e análises complexas, funcionais e não-lineares, análise de dados estatísticos e probabilidade, geometria e topologia, robótica, automação, inteligência artificial, programação, jogos digitais, sistemas dinâmicos, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

III - ciências da natureza e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, metrologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica, acústica, química dos produtos naturais, análise de fenômenos físicos e químicos, meteorologia e climatologia, microbiologia, imunologia e parasitologia, ecologia, nutrição, zoologia, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

V - formação técnica e profissional: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino.

§ 1º Os itinerários formativos devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino.

§ 2º Os itinerários formativos orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes:

I - investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;

II - processos criativos: supõe o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas pela resolução de problemas identificados na sociedade;

III - mediação e intervenção sociocultural: supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;

IV - empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias.

§ 3º Itinerários formativos integrados podem ser ofertados por meio de arranjos curriculares que combinem mais de uma área de conhecimento e da formação técnica e profissional.

§ 4º A definição de itinerários formativos previstos neste artigo e dos seus respectivos arranjos curriculares deve ser orientada pelo perfil de saída almejado para o estudante com base nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos, e deve ser estabelecido pela instituição ou rede de ensino, considerando os interesses dos estudantes, suas perspectivas de continuidade de estudos no nível pós-secundário e de inserção no mundo do trabalho.

§ 5º Os itinerários formativos podem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, dada a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

§ 6º Os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um itinerário formativo em cada município, em áreas distintas, permitindo-lhes a escolha, dentre diferentes arranjos curriculares, atendendo assim a heterogeneidade e pluralidade de condições, interesses e aspirações.

§ 7º A critério dos sistemas de ensino, os currículos do ensino médio podem considerar competências eletivas complementares do estudante como forma de ampliação da carga horária do itinerário formativo escolhido, atendendo ao projeto de vida do estudante.

§ 8º A oferta de itinerários formativos deve considerar as possibilidades estruturais e de recursos das instituições ou redes de ensino.

§ 9º Para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, podem ser estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino, desde que sejam previamente credenciadas pelos sistemas de ensino, podendo os órgãos normativos em conjunto atuarem como harmonizador dos critérios para credenciamento.

§ 10. Os sistemas de ensino devem estabelecer o regramento do processo de escolha do itinerário formativo pelo estudante.

§ 11. As instituições ou redes de ensino devem orientar os estudantes no processo de escolha do seu itinerário formativo.

§ 12. O estudante pode mudar sua escolha de itinerário formativo ao longo de seu curso, desde que:

- I - resguardadas as possibilidades de oferta das instituições ou redes de ensino;
- II - respeitado o instrumento normativo específico do sistema de ensino.

§ 13. Os sistemas de ensino devem garantir formas de aproveitamento de estudos realizados com êxito para o estudante em processo de transferência entre instituições ou redes de ensino ou em caso de mudança de itinerário formativo ao longo de seu curso.

§ 14. O itinerário formativo na formação técnica profissional deve observar a integralidade de ocupações técnicas reconhecidas pelo setor produtivo, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

§ 15. Cabe ao Ministério da Educação a elaboração de um guia que oriente as instituições e redes de ensino na implementação dos itinerários formativos.

Art. 13. Nos currículos da Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e de comunidades tradicionais podem ser considerados outros saberes relevantes às realidades dessas comunidades.

Art. 14. A critério das instituições e redes de ensino, em observância às normas definidas pelo sistema de ensino, os currículos e as matrizes podem ser organizados de forma que a distribuição de carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos sejam dispostos em parte ou em todos os anos do ensino médio.

Parágrafo único. Os currículos podem permitir que o estudante curse:

- I - mais de um itinerário formativo dentro de seu curso de ensino médio;

II - itinerários formativos de forma concomitante ou sequencial.

Art. 15. Na organização do itinerário de formação técnica e profissional podem ser ofertados tanto a habilitação profissional técnica quanto a qualificação profissional, incluindo-se o programa de aprendizagem profissional em ambas as ofertas.

§ 1º A habilitação profissional técnica de nível médio deve atender as respectivas diretrizes curriculares nacionais.

§ 2º As instituições e redes de ensino podem iniciar a oferta de formações experimentais de cursos de habilitação profissional técnica de nível médio que não constem no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos com autorização específica de seu sistema de ensino.

§ 3º Em até 3 (três) anos do início da oferta da referida formação experimental, o sistema de ensino deverá deliberar a respeito do seu reconhecimento e, em caso positivo, os cursos serão incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, preferencialmente, no prazo de até 6 (seis) meses, limitados ao prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de oferta inicial da formação.

§ 4º O itinerário formativo possibilita a concessão de certificados intermediários de qualificação profissional técnica, desde que seja estruturado e organizado em etapas com terminalidade, segundo os interesses dos estudantes, as possibilidades das instituições e redes de ensino, as demandas do mundo do trabalho e a relevância para o contexto local.

§ 5º Os itinerários de formação técnica e profissional podem compreender a oferta de um ou mais cursos de qualificação profissional, desde que articulados entre si.

§ 6º As instituições de ensino que adotem itinerário formativo que contemple programa de aprendizagem profissional, desenvolvido em parceria com as empresas empregadoras, incluindo fase prática em ambiente real de trabalho no setor produtivo ou em ambientes simulados, devem observar estas Diretrizes Curriculares Nacionais e os instrumentos estabelecidos pela legislação da aprendizagem profissional.

Art. 16. A critério dos sistemas de ensino, a oferta do itinerário formativo da formação técnica e profissional deve considerar:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho, constante de carga horária específica, no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

CAPÍTULO II FORMAS DE OFERTA E ORGANIZAÇÃO

Art. 17. O ensino médio, etapa final da educação básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, mediante diferentes formas de oferta e organização.

§ 1º O ensino médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, sistema de créditos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º No ensino médio diurno, a duração mínima é de 3 (três) anos, com carga horária mínima total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, tendo como referência uma carga

horária anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, considerando que:

I - a carga horária total deve ser ampliada para 3.000 (três mil) horas até o início do ano letivo de 2022;

II - a carga horária anual total deve ser ampliada progressivamente para 1.400 (um mil e quatrocentas) horas.

§ 3º No ensino médio noturno, adequado às condições do estudante e respeitados o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais, a proposta pedagógica deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e o êxito destes estudantes, ampliar a duração do curso para mais de 3 (três) anos, com menor carga horária diária e anual, garantido o total mínimo de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas até 2021 e de 3.000 (três mil) horas a partir do ano letivo de 2022.

§ 4º Na modalidade de educação de jovens e adultos deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os jovens e adultos, considerando as particularidades geracionais, preferencialmente integrada com a formação técnica e profissional, podendo ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida a carga horária mínima da parte comum de 1.200 (um mil e duzentas) horas e observadas as diretrizes específicas.

§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado.

§ 6º Na educação especial, na educação do campo, na educação escolar indígena, na educação escolar quilombola, na educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, na educação escolar para populações em situação de itinerância e na educação a distância devem ser observadas as respectivas diretrizes e normas nacionais.

§ 7º As áreas do conhecimento podem ser organizadas em unidades curriculares, competências e habilidades, unidades de estudo, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal ou transdisciplinar de temas ou outras formas de organização.

§ 8º As áreas do conhecimento devem propiciar ao estudante a apropriação de conceitos e categorias básicas e não o acúmulo de informações e conhecimentos, estabelecendo um conjunto necessário de saberes integrados e significativos.

§ 9º A organização curricular do ensino médio deve oferecer tempos e espaços próprios ou em parcerias com outras organizações para estudos e atividades, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento, desde que:

I - a parceria com as organizações esteja devidamente firmada com a instituição ou rede de ensino e reconhecida pelo sistema de ensino;

II - a organização esteja credenciada pelo sistema de ensino, quando a parceria envolver a oferta de formação técnica e profissional;

III - a instituição escolar de origem dos estudantes se responsabilize pelos atos escolares, incluindo, entre outros, matrícula, controle de frequência, aproveitamento e certificação dos estudantes.

§ 10. Formas diversificadas de itinerários formativos podem ser organizadas, desde que articuladas as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e definidas

pela proposta pedagógica, atendendo necessidades, anseios e aspirações dos estudantes e a realidade da escola e do seu meio.

§ 11. A contextualização e a interdisciplinaridade devem assegurar a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, propiciando a interlocução dos saberes para a solução de problemas complexos.

§ 12. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino podem estabelecer critérios para que atividades realizadas por seus estudantes em outras instituições, nacionais ou estrangeiras, sejam avaliadas e reconhecidas como parte da carga horária do ensino médio, tanto da formação geral básica quanto dos itinerários formativos.

§ 13. As atividades realizadas pelos estudantes, consideradas parte da carga horária do ensino médio, podem ser aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e demais atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, assim como podem ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino.

§ 14. As atividades referidas no § 13 devem ter carga horária específica de acordo com critérios previamente definidos pela instituição ou rede de ensino, observadas as normas dos sistemas de ensino e podem ser contabilizadas como certificações complementares e constar do histórico escolar do estudante.

§ 15. As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno.

Art. 18. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino devem estabelecer critérios para reconhecer competências dos estudantes, tanto da formação geral básica quanto dos itinerários formativos do currículo, mediante diversas formas de comprovação, a saber:

- I - avaliação de saberes;
- II - demonstração prática;
- III - documentação emitida por instituições de caráter educativo.

Parágrafo único. No âmbito do itinerário de formação técnica e profissional, as instituições e redes de ensino devem realizar processo de avaliação, reconhecimento e certificação de saberes e competências adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos nos termos do art. 41 da LDB, conferindo aos aprovados um diploma, no caso de habilitação técnica de nível médio, ou certificado idêntico ao de curso correspondente, no caso de curso(s) de qualificação profissional.

Art. 19. As instituições e redes de ensino devem emitir certificação de conclusão do ensino médio que evidencie os saberes da formação geral básica e dos itinerários formativos.

Parágrafo único. No caso de parcerias entre organizações:

I - a instituição de ensino de origem do estudante é a responsável pela emissão de certificados de conclusão do ensino médio;

II - a organização parceira deve emitir certificados, diplomas ou outros documentos comprobatórios das atividades concluídas sob sua responsabilidade;

III - os certificados, diplomas ou outros documentos comprobatórios de atividades desenvolvidas fora da escola de origem do estudante devem ser incorporados pela instituição de origem do estudante para efeito de emissão de certificação de conclusão do ensino médio;

IV - para a habilitação técnica, fica autorizada a organização parceira a emitir e registrar diplomas de conclusão válidos apenas com apresentação do certificado de conclusão do ensino médio.

TÍTULO III DOS SISTEMAS DE ENSINO E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

CAPÍTULO I DOS SISTEMAS DE ENSINO

Art. 20. Os sistemas de ensino, atendendo a legislação e a normatização nacional vigentes e na busca da adequação às necessidades dos estudantes e do meio social, devem:

I - garantir liberdade, autonomia e responsabilidade às unidades escolares, fortalecendo sua capacidade de concepção, formulação e execução de suas propostas pedagógicas;

II - promover, mediante a institucionalização de mecanismos de participação da comunidade, alternativas de organização institucional que possibilitem:

a) respeito à identidade própria de adolescentes, jovens e adultos organizando espaços e tempos adequados para a aprendizagem;

b) várias alternativas pedagógicas, incluindo ações, situações e tempos diversos, bem como diferentes espaços – intraescolares ou de outras instituições ou redes de ensino e da comunidade – para atividades educacionais e socioculturais favorecedoras de iniciativa, autonomia e protagonismo social dos estudantes;

c) realização, inclusive pelos colegiados escolares e órgãos de representação estudantil, de ações fundamentadas nos direitos humanos e nos princípios éticos, de convivência e de participação democrática visando a construir uma sociedade livre de preconceitos, discriminações e das diversas formas de violência;

III - fomentar alternativas de diversificação e flexibilização curriculares, pelas unidades escolares, que ampliem as opções de escolha pelos estudantes;

IV - promover a organização dos tempos escolares a fim de atender ao interesse do estudante em seu processo de aprendizagem, seja essa organização no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, sistema de créditos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização.

V - orientar as instituições ou redes de ensino para promoverem:

a) classificação do estudante, mediante avaliação pela instituição, para inserção em etapa adequada ao seu grau de desenvolvimento e experiência;

b) aproveitamento de estudos realizados e de conhecimentos constituídos tanto no ensino formal como no informal e na experiência extraescolar;

c) certificação que habilite o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória;

d) aproveitamento de conhecimentos para o prosseguimento dos estudos em diferentes formações, seja por aproveitamento de créditos, por certificações complementares, entre outras, conforme o art. 18.

VI - estabelecer normas complementares e políticas educacionais para execução e cumprimento das disposições destas Diretrizes, considerando as peculiaridades regionais ou locais;

VII - instituir sistemas de avaliação e utilizar os sistemas de avaliação operados pelo Ministério da Educação, a fim de acompanhar resultados, tendo como referência a formação geral básica, a legislação e as normas, estas Diretrizes e as propostas pedagógicas das unidades escolares.

VIII - possibilitar, mediante a disponibilidade de vagas na rede, ao estudante concluinte, imediatamente após a conclusão do curso de ensino médio, cursar outro itinerário formativo de que trata o art. 12.

Art. 21. Para a implementação destas Diretrizes, cabe aos sistemas de ensino prover:

I - os recursos financeiros e materiais necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas unidades escolares;

II - aquisição, produção e/ou distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;

III - professores com jornada de trabalho e formação, inclusive continuada, adequadas para o desenvolvimento do currículo, bem como dos gestores e demais profissionais das unidades escolares;

IV - instrumentos de incentivo e valorização dos profissionais da educação, com base em planos de carreira e outros dispositivos voltados para esse fim;

V - acompanhamento e avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e unidades escolares.

Art. 22. Cabe ao Ministério da Educação oferecer subsídios e apoio técnico e financeiro para a implementação destas Diretrizes, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 23. Os sistemas de ensino devem utilizar os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como subsídio para avaliar, rever e propor políticas públicas para a educação básica.

Art. 24. As instituições e redes de ensino devem utilizar avaliação específica tanto para a formação geral básica quanto para os itinerários formativos do respectivo currículo que consiga acompanhar o desenvolvimento das competências previstas.

Art. 25. Os sistemas de ensino devem estabelecer formas de reconhecer, validar e certificar os saberes adquiridos tanto em processo de escolarização quanto nas experiências de vida e trabalho, daqueles que estão fora da escola ou em distorção idade/ano de escolarização.

CAPÍTULO II DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. 26. Com fundamento no princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, no exercício de sua autonomia e na gestão democrática, a proposta pedagógica das unidades escolares deve traduzir a proposta educativa construída coletivamente, garantida a participação efetiva da comunidade escolar e local, bem como a permanente construção da identidade entre a escola e o território no qual está inserida.

§ 1º Cabe a cada unidade escolar a elaboração da sua proposta pedagógica em consonância com o documento curricular definido pelo seu sistema de ensino.

§ 2º A proposta pedagógica deve conter o desenho dos arranjos curriculares a serem oferecidos pela unidade escolar, bem como as estratégias para oferta de itinerários formativos.

§ 3º A proposta pedagógica, na sua concepção e implementação, deve considerar os estudantes e os professores como sujeitos históricos e de direitos, participantes ativos e protagonistas na sua diversidade e singularidade.

§ 4º A instituição de ensino deve atualizar, periodicamente, sua proposta pedagógica e dar-lhe publicidade à comunidade escolar e às famílias.

Art. 27. A proposta pedagógica das unidades escolares que ofertam o ensino médio deve considerar:

I - atividades integradoras artístico-culturais, tecnológicas e de iniciação científica, vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente e à prática social;

II - problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo;

III - a aprendizagem como processo de apropriação significativa dos conhecimentos, superando a aprendizagem limitada à memorização;

IV - valorização da leitura e da produção escrita em todos os campos do saber;

V - comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e para a prática de um humanismo contemporâneo expresso pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade;

VI - articulação entre teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual às atividades práticas ou experimentais;

VII - integração com o mundo do trabalho por meio de estágios, de aprendizagem profissional, entre outras, conforme legislação específica, considerando as necessidades e demandas do mundo de trabalho em cada região e Unidade da Federação;

VIII - utilização de diferentes mídias como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem e construção de novos saberes;

IX - capacidade permanente de aprender a aprender, desenvolvendo a autonomia dos estudantes;

X - atividades sociais que estimulem o convívio humano;

XI - avaliação da aprendizagem, com diagnóstico preliminar, e entendida como processo de caráter formativo, permanente e cumulativo;

XII - acompanhamento da vida escolar dos estudantes, promovendo o desempenho, análise de resultados e comunicação com a família;

XIII - atividades complementares e de superação das dificuldades de aprendizagem para que o estudante tenha êxito em seus estudos;

XIV - reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira;

XV - promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas;

XVI - análise e reflexão crítica da realidade brasileira, de sua organização social e produtiva na relação de complementaridade entre espaços urbanos e do campo;

XVII - estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente;

XVIII - práticas desportivas e de expressão corporal, que contribuam para a saúde, a sociabilidade e a cooperação;

XIX - atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas;

XX - produção de mídias nas escolas a partir da promoção de atividades que favoreçam as habilidades de leitura e análise do papel cultural, político e econômico dos meios de comunicação na sociedade;

XXI - participação social e protagonismo dos estudantes, como agentes de transformação de suas unidades de ensino e de suas comunidades;

XXII - condições materiais, funcionais e didático-pedagógicas, para que os profissionais da escola efetivem as proposições do projeto;

XXIII - o projeto de vida e carreira do estudante como uma estratégia pedagógica cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades.

Parágrafo único. A proposta pedagógica deve, ainda, orientar:

- a) dispositivos, medidas e atos de organização do trabalho escolar;
- b) mecanismos de promoção e fortalecimento da autonomia escolar, mediante a alocação de recursos financeiros, administrativos e de suporte técnico necessários à sua realização;
- c) adequação dos recursos físicos, inclusive organização dos espaços, equipamentos, biblioteca, laboratórios e outros ambientes educacionais.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. A formação de docentes para atuar no ensino médio far-se-á em nível da educação superior, em cursos de licenciatura.

Art. 29. Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino podem atuar como docentes do ensino médio apenas no itinerário de formação técnica e profissional para ministrar conteúdos afins à sua formação ou experiência profissional, devidamente comprovadas, conforme inciso IV do art. 61 da LDB.

Parágrafo único. A docência nas instituições e redes de ensino que ofertam o itinerário de formação técnica e profissional poderá ser realizada por profissionais com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação técnica e profissional.

Art. 30. Podem ser admitidos para a docência no ensino médio, profissionais graduados que tenham realizado programas de complementação pedagógica ou concluído curso de pós-graduação stricto sensu, orientado para o magistério na educação básica.

Art. 31. A União deve estabelecer os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação em larga escala, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 32. As matrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dos demais processos seletivos para acesso à educação superior deverão necessariamente ser elaboradas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o disposto nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos.

§ 1º O Exame Nacional do Ensino Médio será realizado em duas etapas, onde a primeira terá como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a segunda, o disposto nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos.

§ 2º O estudante inscrito no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) escolherá as provas do exame da segunda etapa de acordo com a área vinculada ao curso superior que pretende cursar.

§ 3º As instituições de ensino superior deverão considerar para fins de acesso os resultados de ambas as etapas do Exame Nacional do Ensino Médio, quando for o caso.

Art. 33. O Ministério da Educação deve estabelecer os Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 34. Estas Diretrizes devem nortear a elaboração de propostas curriculares, a formação de professores, os investimentos em materiais didáticos e os sistemas nacionais de avaliação da Educação Básica.

Parágrafo único. O Ministério da Educação deve adequar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e demais programas nacionais voltados à distribuição de livros e materiais didáticos, recursos físicos e digitais para alunos e professores que atendam ao que foi definido para formação básica geral e itinerários formativos, organizados de acordo com estas Diretrizes.

Art. 35. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas nesta Resolução obedecerá aos procedimentos e cronograma definidos nos termos do art. 12 da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

§ 1º O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) deverá ser adequado ao disposto nesta Resolução, de acordo com cronograma a ser proposto pelo Ministério da Educação (MEC).

§ 2º O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) deverá ser adequado ao disposto nesta Resolução, de acordo com o cronograma de implementação dos novos currículos do ensino médio.

Art. 36. É assegurado aos alunos matriculados no ensino médio em data anterior ao início da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas na presente Resolução, o direito de concluírem seus estudos segundo organização curricular orientada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, ou de migração para nova organização curricular, garantido o aproveitamento integral dos estudos anteriormente realizados e vedado o alongamento do período de duração dessa etapa da educação básica.

Art. 37. A Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, permanecerá em vigor até o ano de início de implementação do disposto na presente Resolução.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IVAN CLÁUDIO PEREIRA SIQUEIRA



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016.

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.

I- a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

.....

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.” (NR)

Art. 2º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26.

.....

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

.....

§ 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.

.....

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.

.....

§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

“Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do

conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem."

Art. 4º O art. 36 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 36.** O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I- linguagens e suas tecnologias;
- II- matemática e suas tecnologias;
- III- ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV- ciências humanas e sociais aplicadas;
- V- formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

- I- (revogado);
- II- (revogado);

.....

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput.

§ 5º Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

§ 7º A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do caput, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação.

§ 8º A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

§ 9º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória.

§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

I - demonstração prática;

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.

§ 12. As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput." (NR)

Art. 5º O art. 44 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 44.

.....

§ 3º O processo seletivo referido no inciso II considerará as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular." (NR)

Art. 6º O art. 61 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 61.

.....

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

....." (NR)

Art. 7º O art. 62 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

.....

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular." (NR)

Art. 8º O art. 318 da [Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 318. O professor poderá lecionar em um mesmo estabelecimento por mais de um turno, desde que não ultrapasse a jornada de trabalho semanal estabelecida legalmente, assegurado e não computado o intervalo para refeição." (NR)

Art. 9º O caput do art. 10 da [Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007](#), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

"Art. 10.

.....

XVIII - formação técnica e profissional prevista no [inciso V do caput do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

....." (NR)

Art. 10. O art. 16 do [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16.

.....

§ 2º Os programas educacionais obrigatórios deverão ser transmitidos em horários compreendidos entre as sete e as vinte e uma horas.

§ 3º O Ministério da Educação poderá celebrar convênios com entidades representativas do setor de radiodifusão, que visem ao cumprimento do disposto no caput, para a divulgação gratuita dos programas e ações educacionais do Ministério da Educação, bem como à definição da forma de distribuição dos programas relativos à educação básica, profissional, tecnológica e superior e a outras matérias de interesse da educação.

§ 4º As inserções previstas no caput destinam-se exclusivamente à veiculação de mensagens do Ministério da Educação, com caráter de utilidade pública ou de divulgação de programas e ações educacionais." (NR)

Art. 11. O disposto no [§ 8º do art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), deverá ser implementado no prazo de dois anos, contado da publicação da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 12. Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na [Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de

publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Parágrafo único. A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo:

- I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas;
- II - metas quantitativas;
- III - cronograma de execução físico-financeira;
- IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas.

Art. 14. São obrigatórias as transferências de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, desde que cumpridos os critérios de elegibilidade estabelecidos nesta Lei e no regulamento, com a finalidade de prestar apoio financeiro para o atendimento de escolas públicas de ensino médio em tempo integral cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, e que:

I - tenham iniciado a oferta de atendimento em tempo integral a partir da vigência desta Lei de acordo com os critérios de elegibilidade no âmbito da Política de Fomento, devendo ser dada prioridade às regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio; e

II - tenham projeto político-pedagógico que obedeça ao disposto no [art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

§ 1º A transferência de recursos de que trata o caput será realizada com base no número de matrículas cadastradas pelos Estados e pelo Distrito Federal no Censo Escolar da Educação Básica, desde que tenham sido atendidos, de forma cumulativa, os requisitos dos incisos I e II do caput.

§ 2º A transferência de recursos será realizada anualmente, a partir de valor único por aluno, respeitada a disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 3º Os recursos transferidos nos termos do caput poderão ser aplicados nas despesas de manutenção e desenvolvimento previstas nos [incisos I, II, III, V e VIII do caput do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), das escolas públicas participantes da Política de Fomento.

§ 4º Na hipótese de o Distrito Federal ou de o Estado ter, no momento do repasse do apoio financeiro suplementar de que trata o caput, saldo em conta de recursos repassados anteriormente, esse montante, a ser verificado no último dia do mês anterior ao do repasse, será subtraído do valor a ser repassado como apoio financeiro suplementar do exercício corrente.

§ 5º Serão desconsiderados do desconto previsto no § 4º os recursos referentes ao apoio financeiro suplementar, de que trata o caput, transferidos nos últimos doze meses.

Art. 15. Os recursos de que trata o parágrafo único do art. 13 serão transferidos pelo Ministério da Educação ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, independentemente da celebração de termo específico.

Art. 16. Ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre o acompanhamento da implementação do apoio financeiro suplementar de que trata o parágrafo único do art. 13.

Art. 17. A transferência de recursos financeiros prevista no parágrafo único do art. 13 será efetivada automaticamente pelo FNDE, dispensada a celebração de convênio, acordo, contrato ou instrumento congênere, mediante depósitos em conta-corrente específica.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE disporá, em ato próprio, sobre condições, critérios operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas simplificada do apoio financeiro.

Art. 18. Os Estados e o Distrito Federal deverão fornecer, sempre que solicitados, a documentação relativa à execução dos recursos recebidos com base no parágrafo único do art. 13 ao Tribunal de Contas da União, ao FNDE, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo federal e aos conselhos de acompanhamento e controle social.

Art. 19. O acompanhamento e o controle social sobre a transferência e a aplicação dos recursos repassados com base no parágrafo único do art. 13 serão exercidos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal pelos respectivos conselhos previstos no [art. 24 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007](#).

Parágrafo único. Os conselhos a que se refere o caput analisarão as prestações de contas dos recursos repassados no âmbito desta Lei, formularão parecer conclusivo acerca da aplicação desses recursos e o encaminharão ao FNDE.

Art. 20. Os recursos financeiros correspondentes ao apoio financeiro de que trata o parágrafo único do art. 13 correrão à conta de dotação consignada nos orçamentos do FNDE e do Ministério da Educação, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Fica revogada a [Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005](#).

Brasília, 16 de fevereiro de 2017; 196^º da Independência e 129^º da República.

MICHEL TEMER
José Mendonça Bezerra Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.2.2017

*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (*)⁽¹⁾

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º e no art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB); no § 1º do art. 6º e no § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995; e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019, homologado pela Portaria MEC nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 142,

CONSIDERANDO que:

O § 8º do art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos da formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica);

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, em seu art. 11, estabelece o prazo de 2 (dois) anos, contados da data de homologação da BNCC-Educação Básica, para que seja implementada a referida adequação curricular da formação docente;

O § 1º do art. 5º das Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, entre outras disposições, estabelece que a BNCC-Educação Básica deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores;

As aprendizagens essenciais, previstas na BNCC-Educação Básica, a serem garantidas aos estudantes, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, requerem o estabelecimento das pertinentes competências profissionais dos professores;

O Ministério da Educação (MEC) elaborou, em 2018, a “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica”, encaminhada ao Conselho Nacional da Educação (CNE) para análise e emissão de parecer e formulação da resolução regulamentando a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica;

Resolve:

**CAPÍTULO I
DO OBJETO**

Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base

⁽¹⁾ Resolução CNE/CP 2/2019. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49.

Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), constante do Anexo, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente.

Parágrafo único. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação.

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

- I - conhecimento profissional;
- II - prática profissional; e
- III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

CAPÍTULO II

DOS FUNDAMENTOS E DA POLÍTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE

Art. 5º A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos:

I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e

III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

Parágrafo único. A inclusão, na formação docente, dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a Educação, contribui para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem, devendo-se adotar as estratégias e os recursos pedagógicos, neles alicerçados, que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento.

Art. 6º A política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a BNCC, tem como princípios relevantes:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes;

II - a valorização da profissão docente, que inclui o reconhecimento e o fortalecimento dos saberes e práticas específicas de tal profissão;

III - a colaboração constante entre os entes federados para a consecução dos objetivos previstos na política nacional de formação de professores para a Educação Básica;

IV - a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;

VI - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

VII - a articulação entre a formação inicial e a formação continuada;

VIII - a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente;

IX - a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural; e

X - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS SUPERIORES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e

XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Art. 8º Os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos:

I - o desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

II - o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;

III - a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;

IV - emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;

V - avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;

VI - apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;

VII - reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;

VIII - compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e

IX - decisões pedagógicas com base em evidências.

Art. 9º Deve-se garantir aos estudantes um ambiente organizacional que articule as ofertas de licenciaturas aos demais cursos e programas da formação docente, por meio da institucionalização de unidades integradas de formação de professores, para integrar os docentes da instituição formadora aos professores das redes de ensino, promovendo uma ponte orgânica entre a Educação Superior e a Educação Básica.

§ 1º O ambiente organizacional de que trata o caput deverá ser organizado por iniciativa da Instituição de Ensino Superior (IES) em formato a ser definido no âmbito da sua autonomia acadêmica.

§ 2º O Ministério da Educação definirá, em instrumento próprio a ser elaborado, as formas de acompanhamento do estabelecido no caput.

CAPÍTULO IV DOS CURSOS DE LICENCIATURA

Art. 10. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o

desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução.

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

Art. 12. No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Parágrafo único. No Grupo I, devem ser tratadas ainda as seguintes temáticas:

I - currículos e seus marcos legais:

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II - didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa; e

f) compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III - metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV - gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V - marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI - interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de Educação;

VII - desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII - conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX - compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X - conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI - conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII - entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática; e

XIII - compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

Art. 13. Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária de 1.600 horas deve efetivar-se do 2º ao 4º ano, segundo os três tipos de cursos, respectivamente destinados à:

I - formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil;

II - formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e

III - formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

§ 1º Dos estudos comuns a esses três cursos, devem ser incluídas, nas 1.600 horas, as seguintes habilidades:

I - proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta;

II - conhecimento da Matemática para instrumentalizar as atividades de conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais;

III - compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

IV - vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica;

V - resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e

trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

VI - articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

VII - vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VIII - alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

IX - articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido; e

X - engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

§ 2º Para o curso de formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil, as 1.600 horas devem também contemplar:

I - as especificidades das escolas de Educação Infantil – creche ou pré-escola – seus modos de organização, gestão e rotinas;

II - as particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e pré-escola;

III – os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que tenham como referência os eixos estruturantes de brincadeiras e interações das DCNs da Educação Infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC – conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se – para garantir a consecução dos objetivos de desenvolvimento e a aprendizagem organizados nos campos de experiência da Educação Infantil conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular:

a) o Eu, o Outro e o Nós;

b) corpo, gestos e movimentos;

c) escuta, fala, pensamento e imaginação;

d) traços, sons, cores e formas; e

e) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

IV - a revisão das áreas e componentes previstos pela BNCC-Educação Básica como um todo, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e

V - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes da Educação Básica.

§ 3º Para o curso de formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental, as 1.600 horas de aprofundamento nas áreas e nos componentes curriculares da BNCC devem contemplar:

I - o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica;

II - as áreas e os componentes, previstos na BNCC-Educação Básica como um todo, e para os anos iniciais do Ensino Fundamental em particular, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e

III - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes e que devem ser aprendidas e avaliadas pelos licenciandos desses cursos de formação.

§ 4º Para o curso de formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, as 1.600 horas, para aprofundar e desenvolver os saberes específicos,

podem ser ofertadas, de acordo com a organização curricular, do seguinte modo: componentes curriculares, componentes interdisciplinares ou áreas de estudos, nos termos do respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

§ 5º Incluem-se nas 1.600 horas de aprofundamento desses cursos os seguintes saberes específicos: conteúdos da área, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento previstos pela BNCC e correspondentes competências e habilidades.

Art. 14. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na modalidade Educação a Distância (EaD), deve apresentar para cada disciplina componente dos Grupos I e II, oferecida a distância, a fundamentação técnica que comprove a viabilidade de se desenvolver a distância as competências e habilidades previstas no componente, devendo ainda especificar as medidas adotadas pela IES para que as técnicas ou modelos propostos nas pesquisas que viabilizaram o projeto sejam efetivamente aplicadas nos cursos.

Art. 15. No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II.

§ 1º O processo instaurador da prática pedagógica deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre a instituição formadora e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas.

§ 2º A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

§ 5º As práticas mencionadas no parágrafo anterior consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.

§ 6º Para a oferta na modalidade EaD, as 400 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial.

Art. 16. As licenciaturas voltadas especificamente para a docência nas modalidades de Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, devem ser organizadas de acordo com as orientações desta Resolução e, por constituírem campos de atuação que exigem saberes específicos e práticas contextualizadas, devem estabelecer, para cada etapa da Educação Básica, o tratamento pedagógico adequado, orientado pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Parágrafo único. As licenciaturas referidas no caput, além de atender ao instituído nesta Resolução, devem obedecer às orientações específicas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade, definidas pelo CNE.

Art. 17. Os cursos de Educação Superior e de Ensino Médio para a Formação de Professores Indígenas devem atender, também, e no que couber, às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015.

Art. 18. Os cursos em Nível Médio, na modalidade Normal, destinados à formação de docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de cumprir as disposições desta Resolução, em especial as competências expressas na BNC-Formação, devem respeitar, no que não a contrariar, as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas instituídas pelas Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e nº 1, de 20 de agosto de 2003.

CAPÍTULO V DA FORMAÇÃO EM SEGUNDA LICENCIATURA

Art. 19. Para estudantes já licenciados, que realizem estudos para uma Segunda Licenciatura, a formação deve ser organizada de modo que corresponda à seguinte carga horária:

I - Grupo I: 560 (quinhentas e sessenta) horas para o conhecimento pedagógico dos conteúdos específicos da área do conhecimento ou componente curricular, se a segunda licenciatura corresponder à área diversa da formação original.

II - Grupo II: 360 (trezentas e sessenta) horas, se a segunda licenciatura corresponder à mesma área da formação original.

III - Grupo III: 200 (duzentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular, que devem ser adicionais àquelas dos Grupos I e II.

Art. 20. O curso de Segunda Licenciatura poderá ser realizado por instituição de Educação Superior desde que ofereça curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

Parágrafo único. Nos casos em que não haja oferta de primeira licenciatura do curso original, a segunda licenciatura pode ser ofertada desde que haja, na instituição de Educação Superior, um programa de pós-graduação stricto sensu na área de educação, porém, nesse caso, será necessária a emissão de novos atos autorizativos.

CAPÍTULO VI DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS

Art. 21. No caso de graduados não licenciados, a habilitação para o magistério se dará no curso destinado à Formação Pedagógica, que deve ser realizado com carga horária básica de 760 (setecentas e sessenta) horas com a forma e a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 360 (trezentas e sessenta) horas para o desenvolvimento das competências profissionais integradas às três dimensões constantes da BNC-Formação, instituída por esta Resolução.

II - Grupo II: 400 (quatrocentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular.

Parágrafo único. O curso de formação pedagógica para graduados não licenciados poderá ser ofertado por instituição de Educação Superior desde que ministre curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

CAPÍTULO VII DA FORMAÇÃO PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E DE GESTÃO

Art. 22. A formação para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, nos termos do art. 64 da LDB, ou com centralidade em ambientes de aprendizagens e de coordenação e assessoramento pedagógico, pode-se dar em:

I - cursos de graduação em Pedagogia com aprofundamento de estudos nas áreas de que trata o caput e que possuam uma carga horária mínima de 3.600 (três mil e seiscentas) horas; e

II - cursos de especialização lato sensu ou cursos de mestrado ou doutorado, nas mesmas áreas de que trata o caput, nos termos do inciso II do art. 61 da LDB.

§ 1º O aprofundamento de estudos de que trata o inciso I será correspondente a 400 (quatrocentas) horas adicionais às 3.200 (três mil e duzentas) horas previstas para o curso de Pedagogia.

§ 2º Para o exercício profissional das funções relativas a essas áreas, a experiência docente é pré-requisito, nos termos das normas de cada sistema de ensino, conforme o disposto no § 1º do art. 67 da LDB.

CAPÍTULO VIII DO PROCESSO AVALIATIVO INTERNO E EXTERNO

Art. 23. A avaliação dos licenciandos deve ser organizada como um reforço em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento das competências.

§ 1º As avaliações da aprendizagem e das competências devem ser contínuas e previstas como parte indissociável das atividades acadêmicas.

§ 2º O processo avaliativo deve ser diversificado e adequado às etapas e às atividades do curso, distinguindo o desempenho em atividades teóricas, práticas, laboratoriais, de pesquisa e de extensão.

§ 3º O processo avaliativo pode-se dar sob a forma de monografias, exercícios ou provas dissertativas, apresentação de seminários e trabalhos orais, relatórios, projetos e atividades práticas, entre outros, que demonstrem o aprendizado e estimulem a produção intelectual dos licenciandos, de forma individual ou em equipe.

Art. 24. As IES deverão organizar um processo de avaliação dos egressos de forma continuada e articulada com os ambientes de aprendizagens.

Art. 25. Caberá ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborar um instrumento de avaliação *in loco* dos cursos de formação de professores, que considere o disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. O Inep deverá aplicar o novo instrumento de avaliação *in loco* dos cursos de formação de professores, em até 2 (dois) anos, a partir da publicação desta Resolução.

Art. 26. Caberá ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborar o novo formato avaliativo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de formação de professores, em consonância ao que dispõe esta Resolução.

Parágrafo único. O Inep deverá aplicar o novo formato avaliativo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de formação de professores, em até 2 (dois) anos, a partir da publicação desta Resolução.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 27 Fica fixado o prazo limite de até 2 (dois) anos, a partir da publicação desta Resolução, para a implantação, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e da BNC-Formação, definidas e instituídas pela presente Resolução.

Parágrafo único. As IES que já implementaram o previsto na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, terão o prazo limite de 3 (três) anos, a partir da publicação desta Resolução, para adequação das competências profissionais docentes previstas nesta Resolução.

Art. 28. Os licenciandos que iniciaram seus estudos na vigência da Resolução CNE/CP nº 2/2015 terão o direito assegurado de concluí-los sob a mesma orientação curricular.

Art. 29. As competências gerais docentes, as competências específicas e as respectivas habilidades da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, previstas nesta Resolução, deverão ser revisadas pelo CNE, sempre que houver revisão da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 30. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.

LUIZ ROBERTO LIZA CURTI

ANEXO

BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO)

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES		
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.		
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.		
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.		
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.		
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.		
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.		
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.		
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.		
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.		
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.		
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional

1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

1. DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p>
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	<p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p>

15

1.3 Reconhecer os contextos	<p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p>

2. DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	<p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p>
2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	<p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p>
2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em</p>

	larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.
2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, das competências e habilidades	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>

3. DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>
3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p>

	<p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>
<p>3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 10-2-2020, Seção 1, páginas 87-90. Incorpora as correções aprovadas na Sessão Extraordinária do Conselho Pleno, realizada no dia 11-3-2020.

RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 1999 ^(*) ^(**)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no art. 9º § 1º, alínea "c", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 13, 26, 29, 35, 36, 37, 38, 58, 59, 61, 62 e 65 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e tendo em vista o Parecer CEB/CNE 1/99, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 12 de abril de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º O Curso Normal em nível Médio, previsto no artigo 62 da Lei 9394/96, aberto aos concluintes do Ensino Fundamental, deve prover, em atendimento ao disposto na Carta Magna e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, acrescentando-se às especificidades de cada um desses grupos as exigências que são próprias das comunidades indígenas e dos portadores de necessidades educativas especiais.

§ 1º O curso, em função da sua natureza profissional, requer ambiente institucional próprio com organização adequada à identidade da sua proposta pedagógica.

§ 2º A proposta pedagógica de cada escola deve assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas necessárias ao exercício da atividade docente que, sob a ótica do direito, possibilite o compromisso dos sistemas de ensino com a educação escolar de qualidade para as crianças, os jovens e adultos.

Art. 2º Nos diversos sistemas de ensino, as propostas pedagógicas das escolas de formação de docentes, inspiradas nos princípios éticos, políticos e estéticos, já declarados em Pareceres e Resoluções da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, deverão preparar professores capazes de:

I - integrar-se ao esforço coletivo de elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica da escola, tendo como perspectiva um projeto global de construção de um novo patamar de qualidade para a educação básica no país;

II - investigar problemas que se colocam no cotidiano escolar e construir soluções criativas mediante reflexão socialmente contextualizada e teoricamente fundamentada sobre a prática;

III - desenvolver práticas educativas que contemplem o modo singular de inserção dos alunos futuros professores e dos estudantes da escola campo de estudo no mundo social, considerando abordagens condizentes com as suas identidades e o exercício da cidadania plena, ou seja, as especificidades do processo de pensamento, da realidade sócio-econômica, da diversidade cultural, étnica, de religião e de gênero, nas situações de aprendizagem;

^(*) CNE. Resolução CEB 2/99. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de abril de 1999. Seção 1, p. 97.

^(**) Ver Resolução CNE/CEB n.º 1, de 20 de agosto de 2003, que dispõe sobre os direitos dos profissionais da educação com formação de nível médio, na modalidade Normal, em relação à prerrogativa do exercício da docência, em vista do disposto na Lei 9.394/96, e dá outras providências

IV - avaliar a adequação das escolhas feitas no exercício da docência, à luz do processo constitutivo da identidade cidadã de todos os integrantes da comunidade escolar, das diretrizes curriculares nacionais da educação básica e das regras da convivência democrática;

V - utilizar linguagens tecnológicas em educação, disponibilizando, na sociedade de comunicação e informação, o acesso democrático a diversos valores e conhecimentos.

Art. 3º Na organização das propostas pedagógicas para o curso Normal, os valores, procedimentos e conhecimentos que referenciam as habilidades e competências gerais e específicas previstas na formação dos professores em nível médio serão estruturados em áreas ou núcleos curriculares.

§ 1º As áreas ou os núcleos curriculares são constitutivos de conhecimentos, valores e competências e deverão assegurar a formação básica, geral e comum, a compreensão da gestão pedagógica no âmbito da educação escolar contextualizada e a produção de conhecimentos a partir da reflexão sistemática sobre a prática.

§ 2º A articulação das áreas ou dos núcleos curriculares será assegurada através do diálogo instaurado entre as múltiplas dimensões do processo de aprendizagem, os conhecimentos, os valores e os vários aspectos da vida cidadã.

§ 3º Na observância do que estabelece o presente artigo, a proposta pedagógica para formação dos futuros professores deverá garantir o domínio dos conteúdos curriculares necessários à constituição de competências gerais e específicas, tendo como referências básicas:

I - o disposto nos artigos 26, 27, 35 e 36 da Lei 9.394/96;

II - o estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica;

III - os conhecimentos de filosofia, sociologia, história e psicologia educacional, da antropologia, da comunicação, da informática, das artes, da cultura e da lingüística, entre outras.

§ 4º A duração do curso normal em nível médio, considerado o conjunto dos núcleos ou áreas curriculares, será de no mínimo 3.200 horas, distribuídas em 4 (quatro) anos letivos, admitindo-se:

I – a possibilidade de cumprir a carga horária mínima em 3(três) anos, condicionada ao desenvolvimento do curso com jornada diária em tempo integral;

II – o aproveitamento de estudos realizados em nível médio para cumprimento da carga horária mínima, após a matrícula, obedecidas as exigências da proposta pedagógica e observados os princípios contemplados nestas diretrizes, em especial a articulação teoria e prática ao longo do curso.

Art. 4º No desenvolvimento das propostas pedagógicas das escolas, os professores formadores, independente da área ou núcleo onde atuam, pautarão a abordagem dos conteúdos e as relações com os alunos em formação, nos mesmos princípios que são propostos como orientadores da participação dos futuros docentes nas atividades da escola campo de estudo, bem como no exercício permanente da docência.

Art. 5º A formação básica, geral e comum, direito inalienável e condição necessária ao exercício da cidadania plena, deverá assegurar, no curso Normal, as competências gerais e os conhecimentos que são previstos para a terceira etapa da educação básica, nos termos do que estabelecem a Lei 9394/96 - LDBEN, nos arts. 35 e 36, e o Parecer CEB/CNE 15/98.

§ 1º Enquanto dimensão do processo integrado de formação de professores, os conteúdos curriculares dessa área serão remetidos a ambientes de aprendizagem planejados e desenvolvidos na escola campo de estudo.

§ 2º Os conteúdos curriculares destinados à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental serão tratados em níveis de abrangência e complexidade necessários à (re)significação de conhecimentos e valores, nas situações em que são (des)construídos/(re)construídos por crianças, jovens e adultos.

Art. 6º A área ou o núcleo da gestão pedagógica no âmbito da educação escolar contextualizada, em diálogo com as demais áreas ou núcleos curriculares das propostas pedagógicas das escolas, propiciará o desenvolvimento de práticas educativas que:

I – integrem os múltiplos aspectos constitutivos da identidade dos alunos, que se deseja sejam afirmativas, responsáveis e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias no universo das suas relações;

II – considerem a realidade cultural, sócio-econômica, de gênero e de etnia, e também a centralidade da educação escolar no conjunto das prioridades sociais a serem consensuadas no país.

Parágrafo Único. Nessa abordagem, a problematização das escolhas e dos resultados que demarcam a identidade da proposta pedagógica das escolas campo de estudo toma como objeto de análise:

I - a escola como instituição social, sua dinâmica interna e suas relações com o conjunto da sociedade, a organização educacional, a gestão da escola e os diversos sistemas de ensino, no horizonte dos direitos dos cidadãos e do respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - os alunos nas diferentes fases de seu desenvolvimento e em suas relações com o universo familiar, comunitário e social, bem como o impacto dessas relações sobre as capacidades, habilidades e atitudes dos estudantes em relação a si próprios, aos seus companheiros e ao conjunto das iniciativas que concretizam as propostas pedagógicas das escolas.

Art. 7º A prática, área curricular circunscrita ao processo de investigação e à participação dos alunos no conjunto das atividades que se desenvolvem na escola campo de estudo, deve cumprir o que determinam especialmente os artigos 1º e 61 da Lei 9.394/96 antecipando, em função da sua natureza, situações que são próprias da atividade dos professores no exercício da docência, nos termos do disposto no artigo 13 da citada Lei.

§ 1º A parte prática da formação, instituída desde o início do curso, com duração mínima de 800 (oitocentas) horas, contextualiza e transversaliza as demais áreas curriculares, associando teoria e prática.

§ 2º O efetivo exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, pelos alunos em formação, é parte integrante e significativa dessa área curricular.

§ 3º Cabe aos respectivos sistemas de ensino, em cumprimento ao disposto no parágrafo anterior, estabelecer a carga horária mínima dessa docência.

Art. 8º Os cursos normais serão sistematicamente avaliados, assegurando o controle público da adequação entre as pretensões do curso e a qualidade das decisões que são tomadas pela instituição, durante o processo de formulação e desenvolvimento da proposta pedagógica.

Art. 9º As escolas de formação de professores em nível médio na modalidade Normal, poderão organizar, no exercício da sua autonomia e considerando as realidades específicas, propostas pedagógicas que preparem os docentes para as seguintes áreas de atuação, conjugadas ou não:

I – educação infantil;

II – educação nos anos iniciais do ensino fundamental;

III – educação nas comunidades indígenas;

IV – educação de jovens e adultos;

V – educação de portadores de necessidades educativas especiais.

Art. 10. Cabe aos órgãos normativos dos sistemas de ensino, em face da diversidade regional e local e do pacto federativo, estabelecer as normas complementares à implementação dessas diretrizes.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCEDÊNCIA - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC - Florianópolis – SC.

OBJETO - Encaminha para apreciação a nova Matriz Curricular para o Curso Normal - Nível Médio Magistério - Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

PROCESSO - **SED 137460/2022**

**PARECER CEE/SC Nº 142
APROVADO EM 22/08/2022**

I – HISTÓRICO

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), por meio do Ofício/Gabs nº 0991/2022, de 29 de julho de 2022, encaminhou a este egrégio Conselho Estadual de Educação, para apreciação e parecer a nova Matriz Curricular para o Curso Normal - Nível Médio Magistério - Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais, a ser implantada nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

II – ANÁLISE

Constam nos autos:

- Informação nº 4451, de 25 de julho de 2022, oriunda da GEREM/DIEN/SED, encaminhando a nova Matriz Curricular de forma resumida e específica por série, a fim de possibilitar a carga horária ampliada a uma nova organização curricular, às págs. 002 a 015.

- Ofício/Gabs nº 0991/2022, de 29/07/2022, encaminhando o referido processo ao CEE/SC, à pág. 016.

A Informação nº. 4451/2022 apresenta as seguintes considerações para o encaminhamento da nova matriz:

Considerando as prerrogativas da Lei nº 13.415/2017, que em seu teor apresenta mudanças na oferta do Ensino Médio, quanto à ampliação da carga horária e a definição de uma nova organização curricular, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual define os direitos e objetivos de aprendizagem no ensino médio e trata da oferta de diferentes itinerários formativos, o Novo Ensino Médio busca assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores dos estudantes dessa etapa, atendendo às suas necessidades e expectativas, para fortalecer seu interesse, engajamento e protagonismo, com vistas a garantir sua permanência e aprendizagem na escola.


VALDIR BARROS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Proc. SED 137460/2022
Fl. 2

Considerando a Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e aponta no seu Art. 1º que o Curso Normal em nível Médio, previsto no Artigo 62 da Lei nº 9394/96, deve prover a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescentando-se às especificidades de cada um desses grupos as exigências que são próprias das comunidades indígenas e dos portadores de necessidades educativas especiais.

Considerando que, em função da natureza profissional do Curso Normal em nível Médio, a Resolução CEB nº 2 salienta a importância de ambiente institucional próprio com organização adequada à identidade da proposta pedagógica do referido curso para assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas necessárias ao exercício da atividade docente que, sob a ótica do direito, possibilite o compromisso dos sistemas de ensino com a educação escolar de qualidade para crianças, jovens e adultos.

Considerando que, no Art. 3º da referida Resolução CEB nº 2, § 1º, as áreas ou os núcleos curriculares do referido curso devem estar constitutivos de conhecimentos, valores e competências e deverão assegurar a formação básica, geral e comum, a compreensão da gestão pedagógica no âmbito da educação escolar contextualizada e a produção de conhecimentos a partir da reflexão sistemática sobre a prática.

Considerando a determinação no § 4º, do Art. 3º, da Resolução CEB nº 2, que a duração do curso normal em nível médio, deverá ser de, no mínimo, 3.200 horas, distribuídas em 4 (quatro) anos letivos, admitindo-se o aproveitamento de estudos realizados em nível médio para cumprimento da carga horária mínima, contemplando a formação geral e formação específica.

Nesse sentido, a fim de possibilitar a carga horária ampliada e uma nova organização curricular, propostas pela legislação do Novo Ensino Médio, e garantindo também as determinações da resolução que institui as diretrizes para o Curso Normal em Nível Médio - Magistério, segue em anexo a nova Matriz do Curso, a ser implantada em 2023.


VALDIR RARROS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O documento apresenta em seus anexos as seguintes matrizes curriculares:

Matriz Curricular Resumida (pág. 05).

Matriz Curricular Resumida

Curso Normal em Nível Médio - Magistério Formação Básica + Itinerário Formativo Formação Docente				
Matriz J	LDB – Art. 61; Parágrafo único, III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. RESOLUÇÃO CEB nº 2, 19/04/1999 Art. 3º, § 4º, II – o aproveitamento de estudos realizados em nível médio para cumprimento da carga horária mínima. Obs.: para egressos e novos estudantes.		RESOLUÇÃO CEB nº 2, 19/04/1999 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.	
Currículo	1ª série*	2ª série*	3ª série	4ª série
Formação Geral Básica	Matriz D - Noturno 570h	Matriz D - Noturno 360h	Matriz J = 60h Língua Portuguesa e Matemática	Matriz J = 60h Língua Portuguesa e Matemática
Itinerário Formativo Formação Docente (Trilhas e CCEs)	Matriz D - Noturno = 180h	Matriz D - Noturno = 390h	Matriz J = 750h Trilhas da Educação Infantil e Componentes Curriculares Eletivos sobre Formação Docente	Matriz J = 750h Trilhas dos Anos Iniciais e Componentes Curriculares Eletivos sobre Formação Docente
			Matriz J = 300 Estágio na Educação Infantil	Matriz J = 300 Estágio nos Anos Iniciais
Total CH	Matriz D = 750h	Matriz D = 750h	Matriz J = 1110h	Matriz J = 1110h
Total Geral	3720 h			

* Na 1ª e 2ª séries esta carga horária poderá ser ampliada, conforme a matriz cursada pelo estudante.


 SENADOR RABELO
 PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

06). Matriz Curricular Específica – Matriz J para a 3ª série – Educação Infantil (pág.

Matriz Curricular Específica por Série - Matriz J

**Curso Normal em Nível Médio – Magistério
Formação Básica + Itinerário Formativo Formação Docente**

Educação Infantil – 3ª série					
Matriz J	Unidade Curricular	Componentes Curriculares	CH/aula 1º semestre	CH/aula 2º semestre	
Formação Geral Básica		- Língua Portuguesa - Matemática	1 1	1 1	
Itinerário Formativo Formação Docente	Trilha de Aprofundamento – Educação Infantil I	Profissão Docente na Educação Infantil	- Organização e Legislação Educacional EI I - Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação I - História da Educação I	1 2 2	- - -
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	- Educação Inclusiva e Especial I - Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens I - Didática da Educação Infantil I	2 2 2	- - -
		Currículo na Educação Infantil	- Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I - Pensamento Lógico- Matemático I - Estudos Integrados: Espaço, Tempo e Transformações I - Ciências da Natureza na Educação Infantil I	2 2 2 2	- - - -
	Trilha de Aprofundamento – Educação Infantil II	Profissão Docente na Educação Infantil	- Organização e Legislação Educacional EI II - Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação II - História da Educação II	- - -	1 2 2
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	- Educação Inclusiva e Especial II - Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens II - Didática da Educação Infantil II	- - -	2 2 2
		Currículo na Educação Infantil	- Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação II - Pensamento Lógico- Matemático II - Estudos Integrados: Espaço-Tempo e Transformações II - Ciências da Natureza na Educação Infantil II	- - - -	2 2 2 2
	Trilha de Aprofundamento – Educação Infantil – Estágio I	Pesquisa de Campo na Educação Infantil - Estágio I	- Pesquisa de campo com observação na Educação Infantil	10 (diurno)	-
	Trilha de Aprofundamento – Educação Infantil – Estágio II	Pesquisa de Campo na Educação Infantil - Estágio II	- Pesquisa de campo com intervenção na Educação Infantil	-	10 (diurno)
	Componente Curricular Eletivo 1		- Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade	2	-
	Componente Curricular Eletivo 2		- Cultura Digital na Educação Infantil - Cultura Digital nos Anos Iniciais - Linguagens Artísticas na Educação Infantil	2	-
	Componente Curricular Eletivo 3		- Linguagens Artísticas nos Anos Iniciais - A Docência como Projeto de Vida	-	2
	Componente Curricular Eletivo 4		- Literatura Infantil e a Arte de Contar História - Gestão Escolar - Educação e Diversidade - Literatura Infantil e a Arte de contar história	-	2
	TOTAL			35	35


SERVALDO RABELO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Matriz Curricular Específica – Matriz J para a 4ª série – Anos Iniciais (pág. 07).

Curso Normal em Nível Médio – Magistério
Formação Básica + Itinerário Formativo Formação Docente

Anos Iniciais – 4ª série					
Matriz J	Unidade Curricular	Componentes Curriculares	CH/aula 1º semestre	CH/aula 2º semestre	
Formação Geral Básica		-Língua Portuguesa -Matemática	1 1	1 1	
Itinerário Formativo Formação Docente	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais I	Profissão Docente nos Anos Iniciais	-Organização e Legislação Educacional AI I -Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação III	1 2	- -
		Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais	-LIBRAS I -Psicologia da Educação I -Didática nos Anos Iniciais I	2 2 2	- - -
		Currículo dos Anos Iniciais	-Alfabetização e Letramento I -Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I -Metodologia do Ensino de Matemática I -Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I -Metodologia do Ensino de Geografia I -Metodologia do Ensino de História I	2 2 2 2 2 2	- - - - - -
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais II	Profissão Docente nos Anos Iniciais	-Organização e Legislação Educacional AI II -Estudos Integrados entre Fil/Soc da Educação IV	- -	1 2
		Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais	-LIBRAS - II -Psicologia da Educação II -Didática nos Anos Iniciais II	- - -	2 2 2
		Currículo nos Anos Iniciais	-Alfabetização e Letramento II -Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II -Metodologia do Ensino de Matemática II -Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II -Metodologia do Ensino de Geografia II -Metodologia do Ensino de História II	- - - - - -	2 2 2 2 2 2
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais – Estágio I	Pesquisa de Campo nos Anos Iniciais - Estágio I	-Pesquisa de campo com observação nos Anos Iniciais	10 (diurno)	-
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais – Estágio I	Pesquisa de Campo nos Anos Iniciais - Estágio II	-Pesquisa de campo com intervenção nos Anos Iniciais	-	10 (diurno)
	Componente Curricular Eletivo 1		-Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade -Cultura Digital na Educação Infantil -Cultura Digital nos Anos Iniciais -Linguagens Artísticas na Educação Infantil	2	-
	Componente Curricular Eletivo 2		-Linguagens Artísticas nos Anos Iniciais -A Docência como Projeto de Vida -Literatura Infantil e a Arte de Contar História -Gestão Escolar -Educação e Diversidade -Literatura Infantil e a Arte de contar história	-	2
TOTAL			35	35	


SERVALDO RABELO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Cumpra registrar que o Currículo Base do Ensino Médio para o Território Catarinense - CBTCEM foi aprovado por este Conselho por meio do Parecer CEE/SC nº 040/2021 e sua implantação orientada pela Resolução CEE/SC nº 004, ambos de 09 de março de 2021, sendo que por meio do Parecer CEE/SC nº 182/2021, de 25 de outubro de 2021, foi aprovada a incorporação como anexo do Caderno 1 do CBTCEM da Matriz Curricular do Ensino Médio Noturno, com a identificação de Matriz D, citada como a matriz a ser seguida pelo curso, Curso Normal - Nível Médio Magistério - Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais na 1ª e 2ª Série.

Além disso, a proposta apresentada acrescenta mais um Eixo Estruturante chamado de: Docência (págs. 008 a 015), para orientar a oferta do referido curso, complementando os eixos estruturantes já presentes na Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, com a seguinte justificativa:

Cabe ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM e os Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos estabelecem que, os Itinerários Formativos, Parte Flexível do Currículo, devem organizar-se a partir de quatro eixos estruturantes (Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo). Essa organização tem como propósito orientar o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento, assim como garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil e, segundo a Portaria MEC no 1.432, de 28 de dezembro de 2018:

[...] no caso da Formação Técnica e Profissional, os Itinerários também se organizam a partir da integração dos diferentes eixos estruturantes, ainda que as habilidades a eles associadas somem-se a outras habilidades básicas requeridas indistintamente pelo mundo do trabalho e a habilidades específicas requeridas pelas distintas ocupações.

Assim, para qualificar a Formação Docente no Curso Normal - Nível Médio - Magistério, acrescentamos mais um eixo: Docência, conforme a Base Nacional Comum (BNC) Formação de Professores da Educação Básica, para qualificar o curso (Anexo III).

Desta forma, por atender todos os dispositivos indicados na Lei nº 13.415/2017, na Resolução CNE/CP nº 4/2018, na Resolução CNE/CEB nº 3/2018, na Resolução CEE/SC nº 093/2020, no Parecer CEE/SC nº 040/2021 e demais normativos exarados pelo CEE/SC, não encontra este relator nenhum óbice para a implantação da referida matriz nas instituições de ensino da rede pública estadual, reiterando que a mesma também pode ser utilizada como referência para organização curricular por escolas da rede privada de ensino, vinculadas ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

Além, disso recomenda este relator que as informações relacionadas ao novo eixo estruturante proposto, seja incorporada como anexo do Caderno 1 do CBTCEM.


VALDIR RARROS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

III – VOTO DO RELATOR

Com base na análise dos autos, voto pela aprovação da Matriz Curricular para o Curso Normal - Nível Médio Magistério - Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais nas escolas da Rede Estadual de Ensino e incorporada como anexo do Caderno 1 do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação Básica acompanha por unanimidade dos presentes, o voto do relator. Em 22 de agosto de 2022.

Patrícia Lueders – **Presidente**
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz – **Vice-Presidente**
Eduardo Deschamps – **Relator**
Alvete Pasin Bedin
Antonio Carlos Nunes
Elizabeth Terezinha Piotto Kitamura
Felipe Felisbino
Maricelma Simiano Jung
Natalino Uggioni
Raimundo Zumblick
Sebastião Salésio Herdt
Simone Schramm

V – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação reunido em Sessão Plena no dia 22 de agosto de 2022 deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar o Voto do Relator.



OSVALDIR RAMOS
Presidente do Conselho Estadual
de Educação de Santa Catarina - CEE/SC

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- PROCEDÊNCIA** - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC - Florianópolis - SC.
- OBJETO** - Matriz Curricular para o Curso Normal - Nível Médio Magistério com Habilitação em Educação Especial – Aproveitamento de Estudos – 5ª série.
- PROCESSO** - **SED 204009/2022**

**PARECER CEE/SC Nº 395
APROVADO EM 05/12/2022**

I – HISTÓRICO

A Secretaria de Estado da Educação, por meio de Ofício/Gabs nº 1556/2022, de 22 de novembro de 2022, encaminha para aprovação do CEE/SC a nova Matriz Curricular para o Curso Normal - Nível Médio Magistério - com Habilitação em Educação Especial – Aproveitamento de Estudos – 5ª série, sendo a Matriz K a ser implantada em 2023 e constar no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, a fim de atender a legislação do Novo Ensino Médio e garantir a continuidade do referido Curso.

II – ANÁLISE

Constam nos autos:

- Informação nº 270/2022/SED/DIEN, de 17 de novembro de 2022, oriunda da GEREM/DIEN/SED, encaminhando a nova Matriz Curricular, à pág. 02.

- Anexo: Matriz K, Curso Normal em Nível Médio com Habilitação em Educação Especial – Aproveitamento de Estudos 5ª série, às págs. 03 e 04.

- Ofício/Gabs nº 1556/2022, de 22/11/2022, encaminhando o referido processo ao CEE/SC, à pág. 05.

A informação nº 270/2022/SED/DIEN apresenta as seguintes considerações para o encaminhamento da nova matriz:

Considerando:

- as prerrogativas da Lei nº 13.415/2017, que em seu teor apresenta mudanças na oferta do Ensino Médio, quanto à ampliação da carga horária e a definição de uma nova organização curricular, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de itinerários formativos;
- a Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e aponta no seu Art. 1º que o Curso Normal em Nível Médio, previsto no Artigo 62 da Lei 9394/96, deve prover a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescentando-se às especificidades de cada um desses grupos as exigências que são próprias das comunidades indígenas e dos portadores de necessidades educativas especiais;



EVALDO BARROS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Proc. SED 204009/2022
Fl. 2

- a inclusão social e sua complexidade e diversidade, juntamente com as determinações da LDB 9394/96 e o Parecer CNE 17/2001, aliados à falta de profissionais habilitados, fazendo-se necessárias novas políticas de formação de profissionais/educadores - mesmo em nível médio - educadores capazes de exercer, com competência e fazer pedagógico específico aos estudantes com necessidades educativas especiais;

Nesse sentido, a fim de atender a legislação do Novo Ensino Médio e garantir também a continuidade do Curso Normal em Nível Médio - Habilitação em Educação Especial - Aproveitamento de Estudos - 5ª série, oferecido aos egressos do Curso Normal em Nível Médio - Magistério, mantido pela Secretaria de Estado da Educação (SED) e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, encaminha-se a Matriz K, em anexo, a ser implantada em 2023.

O Documento apresenta em seus anexos a seguinte matriz curricular:

Matriz K - Curso Normal em Nível Médio - Habilitação em Educação Especial - Aproveitamento de Estudos 5ª série						
1ª e 2ª série do Ensino Médio + 3ª e 4ª série do Curso Normal em Nível Médio - Magistério	Componentes Curriculares			CH/aula 1º semestre	CH/aula 2º semestre	
	Aproveitamento de Estudos	Formação Geral Básica	- Língua Portuguesa e Literatura - Matemática		01 01	01 01
T.A. Educação Especial I		Unidade Curricular				
		Profissão Docente na Educação Especial I	- Políticas Públicas e Legislação Educacional Nacional da Educação Especial I - Defectologia I		01 02	- -
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Especial I	- Práticas pedagógicas dos atendimentos I - Fundamentos Teóricos Metodológicos da Educação Física Adaptada I - Teoria dos Atendimentos e Processos Investigativos I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área da Deficiência Intelectual I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área da Deficiência Sensorial - DA/DV I		03 01 01 02 02	- - - - -
			- Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área dos Transtornos Funcionais Específicos I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área do Transtorno do Espectro Autista I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área das Altas Habilidades/Superdotação I - Fundamentos Teóricos Metodológicos na Área das Deficiências Múltiplas I		02 01 01 01	- - - -
			Recursos e Tecnologias na Educação Especial I		- LIBRAS I - Braille I	03 01
Componente Curricular Eletivo		- Atendimento Educacional Especializado		02	-	
T.A. Educação Especial II		Profissão Docente na Educação Especial II	- Políticas Públicas e Legislação Educacional Estadual e Municipal da Educação Especial II - Defectologia II		- -	01 02
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Especial II	- Práticas pedagógicas dos atendimentos II - Fundamentos Teóricos Metodológicos da Educação física adaptada II - Teoria dos atendimentos e processos investigativos II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área da deficiência intelectual II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área da Deficiência Sensorial - DA/DV II		- - - - -	03 01 01 02 02
	- Fundamentos Teóricos Metodológicos na área dos Transtornos Funcionais Específicos II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área do Transtorno do Espectro Autista II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área das Altas Habilidades/Superdotação II - Fundamentos Teóricos Metodológicos na área das Deficiências Múltiplas II		- - - -	02 01 01 01		
	Recursos e Tecnologias na Educação Especial II		- LIBRAS II - Braille II	- -	03 01	
Componente Curricular Eletivo	- TIC's na Educação Especial		-	02		
T.A. Educação Especial - Estágio I	Pesquisa e Estágio na Educação Especial I	- Estágio supervisionado EE I		10	-	
T.A. Educação Especial - Estágio II	Pesquisa e Estágio na Educação Especial II	- Estágio supervisionado EE II		-	10	
TOTAL Carga Horária Total = 1050h				35	35	


 EVALDO RAMOS
 PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Cumpra registrar que o Currículo Base do Ensino Médio para o Território Catarinense - CBTCEM foi aprovado por este Conselho por meio do Parecer CEE/SC nº 040/2021 e sua implantação orientada pela Resolução CEE/SC nº 004, ambos de 09 de março de 2021, sendo que por meio do Parecer CEE/SC nº 182/2021, de 25 de outubro de 2021 foi aprovada a incorporação como anexo do Caderno 1 do CBTCEM da Matriz Curricular do Ensino Médio Noturno com a identificação de Matriz D, citada como a matriz a ser seguida pelos cursos: Curso Normal - Nível Médio Magistério - Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais na 1ª e 2ª Série e por meio do Parecer CEE/SC nº 142/2022 foi aprovada a incorporação como anexo do Caderno 1 do CBTCEM a Matriz Curricular Específica – Matriz J para a 3ª série – Educação Infantil e para a 4ª série – Anos Iniciais.

Desta forma, por atender todos os dispositivos indicados na Lei nº 13.415/2017, na Resolução CNE/CP nº 4/2018, na Resolução CNE/CEB nº 3/2018, na Resolução CEE/SC nº 093/2020, no Parecer CEE/SC nº 040/2021 e demais normativos exarados pelo CEE/SC, não encontra este relator nenhum óbice para a implantação da referida matriz nas instituições de ensino da rede pública estadual, reiterando que a mesma também pode ser utilizada como referência para organização curricular por escolas da rede privada de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

III – VOTO DO RELATOR

Com base na análise dos autos, voto pela aprovação da Matriz Curricular para o Curso Normal em Nível Médio com Habilitação em Educação Especial – Aproveitamento de Estudos - 5ª série nas escolas da Rede Estadual de Ensino, e incorporada como anexo do Caderno 1 do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação Básica acompanha por unanimidade dos presentes, o voto do Relator. Em 05 de dezembro de 2022.

Patrícia Lueders - **Presidente**
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - **Vice-Presidente**
Eduardo Deschamps - **Relator**
Alvete Pasin Bedin
Antônio Carlos Nunes
Dilmar Baretta
Elizabeth Terezinha Piotto Kitamura
Fábio Zobot Holthausen
Felipe Felisbino
Maricelma Simiano Jung
Natalino Uggioni
Raimundo Zumblick
Sebastião Salésio Herdt
Simone Schramm


EIVALDO RAMOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

V – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação reunido em Sessão Plena no dia 05 de dezembro de 2022 deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar o voto do Relator.


OSVALDIR RAMOS
Presidente do Conselho Estadual
de Educação de Santa Catarina - CEE/SC



Assinaturas do documento



Código para verificação: **SH84SG76**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



OSVALDIR RAMOS (CPF: 306.XXX.269-XX) em 08/12/2022 às 17:28:35

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:52:34 e válido até 13/07/2118 - 14:52:34.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UOVEXzCwNTRfMDAyMDQwMDIfMjA0MTM2XzlwMjJfU0g4NFNHNzY=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SED 00204009/2022** e o código **SH84SG76** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCEDÊNCIA - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC - Florianópolis – SC.

OBJETO - Matriz Curricular para o Curso Normal Nível Médio Magistério Indígena com Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na EIEF Tekoá Marangatu, Município de Imaruí.

PROCESSO - **SED 206462/2022**

PARECER CEE/SC Nº 003
APROVADO EM 23/01/2023

I – HISTÓRICO

A Secretaria de Estado da Educação, por meio de Ofício/Gabs nº 1575/2022 de 29 de novembro de 2022, encaminhou a este egrégio Conselho para análise e aprovação, a nova matriz curricular para o Curso Normal – Nível Médio – Magistério Indígena com Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a fim de atender à legislação do Novo Ensino Médio e garantir também a continuidade do Curso Normal em Nível Médio – Magistério Indígena na EIEF Tekoá Marangatu, Município de Imaruí.

II – ANÁLISE

Constam nos autos:

- Informação nº 277/2022/SED/DIEN tendo como anexo a matriz proposta, às págs. 002 a 008.
- Ofício/Gabs nº 1575/2022, encaminhando o referido processo ao CEE/SC, à pág. 009.

O Ofício/Gabs nº 1575/2022 apresenta as seguintes considerações para o encaminhamento da nova matriz:

[...]

a Lei nº 13.415/2017, em seu teor apresenta mudanças na oferta do Ensino Médio, quanto à ampliação da carga horária e à definição de uma nova organização curricular, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de itinerários formativos;

a Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e aponta, no seu Art. 1º, que o Curso Normal em Nível Médio, previsto no Artigo 62 da Lei 9394/96, deve prover a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescentando-se às especificidades de cada um desses grupos as exigências que são próprias das comunidades indígenas e dos portadores de necessidades educativas especiais;


OSVALDO RAMOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Proc. SED 206462/2022
Fl. 2

a especificidade do Curso Normal em Nível Médio – Magistério com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na EIEF Tekoá Marangatu, no município de Imaruí, que é mantido pela Secretaria de Estado da Educação (SED), a qual possui matriz aprovada pelo Conselho Estadual de Educação por meio do Parecer CEE/SC n° 002, em 31 de janeiro de 2017, atendendo à Comunidade Indígena daquela comunidade;

a Resolução CEE/SC 068/2018, que dispõe sobre a especificidade da modalidade de Educação Escolar Indígena em Santa Catarina.

A matriz proposta, às págs. 003 a 008:

CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO – MAGISTÉRIO INDÍGENA – GUARANI				
SÉRIE	1ª SÉRIE	CH	2ª SÉRIE	CH
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	- Língua Portuguesa	03	- Língua Portuguesa	03
	- Língua Materna – Guarani Mbya	02	- Língua Materna – Guarani Mbya	02
	- Língua Estrangeira – Inglês	01	- Língua Estrangeira – Inglês	01
	- Arte Indígena	02	- Arte Indígena	02
	- Educação Física	02	- Educação Física	02
	- Matemática – Etnomatemática	02	- Matemática – Etnomatemática	02
	- Física	02	- Física	02
	- Química	02	- Química	02
	- Biologia	02	- Biologia	02
	- História	02	- História	02
	- Geografia	02	- Geografia	02
	- Filosofia	02	- Filosofia	02
	- Sociologia	01	- Sociologia	01
ITINERÁRIO FORMATIVOS	- Artesania, musicalidade e corporeidade	02	- Tecnologias digitais e a internet como espaço social	02
	- Projeto Comunitário e Societário	02	- Projeto Comunitário e Societário	02
	- Guarani – Aprofundamento da Língua	02	- Guarani – Aprofundamento da Língua	02
	*Os dois semestres		*Os dois semestres	
TOTAL		31		31


OSVALDO RAMOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO – MAGISTÉRIO INDÍGENA – GUARANI – 3ª SÉRIE						
MATRIZ L	COMPONENTES CURRICULARES			CH SEMESTRAL	CH SEMESTRAL	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	- Língua Portuguesa			01	01	
	- Língua Materna – Guarani Mbya			01	01	
	- Matemática			01	01	
ITINERÁRIO FORMATIVO	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani I	UNIDADE TEMÁTICA				
		Profissão Docente na Educação Infantil	- Políticas e Legislação Educacional no Contexto Indígena I	01	-	
			- História da Educação Escolar, Indígena e Guarani I	02	-	
			- Filosofia da Educação I	01	-	
			- Sociologia da Educação I	01	-	
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	- Educação Inclusiva e Especial I	02	-	
			- Educação, Infância Guarani e as Teorias de Aprendizagens I	02	-	
			- Didática da Educação Infantil I	02	-	
			UNIDADE TEMÁTICA			
		Currículo na Educação Infantil no Contexto Guarani	- Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação I	02	-	
			- Pensamento Lógico-Etno-Matemático I	02	-	
			- Estudos Integrados: Espaço, Tempo e Transformações I	02	-	
	- Ciências da Natureza na Educação Infantil I		02	-		
	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani II	Profissão Docente na Educação Infantil	- Políticas e Legislação Educacional no Contexto Indígena II	-	01	
			- História da Educação Escolar, Indígena e Guarani II	-	02	
			- Filosofia da Educação II	-	01	
			- Sociologia da Educação II	-	01	
		Processos e Metodologias de Ensino na Educação Infantil	- Educação Inclusiva e Especial II	-	02	
			- Educação, Infância Guarani e as Teorias de Aprendizagens II	-	02	
			- Didática da Educação Infantil II	-	02	
			UNIDADE TEMÁTICA			
		Currículo na Educação Infantil no Contexto Guarani	- Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação II	-	02	
			- Pensamento Lógico - Etno-Matemático II	-	02	
			- Estudos Integrados: Espaço, Tempo e Transformações II	-	02	
			- Ciências da Natureza na Educação Infantil II	-	02	
	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani - Estágio I	Pesquisa de Campo na Educação Infantil no Contexto Guarani	- Pesquisa de Campo com Observação na Educação Infantil no Contexto Guarani	10	-	
	Trilha de Aprofundamento - Educação Infantil no Contexto Guarani - Estágio II		- Pesquisa de Campo com Intervenção na Educação Infantil no Contexto Guarani	-	10	
Componente Curricular Eletivo	- Cultura Corporal de Movimentos, Brincadeiras Infantis e Criatividade Guarani I e II			01	01	
	- Cultura Digital na Educação Guarani I e II			01	01	
	- Linguagens Artísticas na Educação Guarani I e II			01	01	
	- Projeto Comunitário e Societário I e II			01	01	
TOTAL				36	36	


 OSVALDO RAMOS
 PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO – MAGISTÉRIO INDÍGENA – GUARANI – 4ª SÉRIE					
MATRIZ L	COMPONENTES CURRICULARES		CH SEMESTRAL	CH SEMESTRAL	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	- Língua Portuguesa		01	01	
	- Língua Materna – Guarani Mbya		01	01	
	- Matemática		01	01	
UNIDADE TEMÁTICA					
ITINERÁRIO FORMATIVO	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani I	Profissão Docente nos Anos Iniciais	- Políticas e Legislação Educacional no Contexto Indígena III	01	-
			- Gestão Escolar I	01	-
			- Literatura Infantil e a Arte de Contar Histórias I	01	-
		Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais	- Libras I	01	-
			- Psicologia da Educação I	01	-
			- Didática nos Anos Iniciais I	02	-
		Currículo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	- Alfabetização e Letramento LP e Guarani I	02	-
			- Metodologia do Ensino de Língua Guarani I	02	-
			- Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (Literatura Infantil) I	02	-
	- Metodologia do Ensino de Matemática I		02	-	
	- Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza I		02	-	
	- Metodologia do Ensino de Geografia I		02	-	
	- Metodologia do Ensino de História I		02	-	
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani II	Profissão Docente nos Anos Iniciais Infantil	- Políticas e Legislação Educacional no Contexto Indígena IV	-	01
			- Gestão Escolar II	-	01
			- Literatura Infantil e a Arte de Contar Histórias II	-	01
		Processos e Metodologias de Ensino nos Anos Iniciais	- Libras II	-	01
			- Psicologia da Educação II	-	01
			- Didática nos Anos Iniciais II	-	02
		Currículo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	- Alfabetização e Letramento LP e Guarani II	-	02
			- Metodologia do Ensino de Língua Guarani II	-	02
			- Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II	-	02
	- Metodologia do Ensino de Matemática II		-	02	
	- Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza II		-	02	
	- Metodologia do Ensino de Geografia II		-	02	
	- Metodologia do Ensino de História II		-	02	
	Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani - Estágio I	Pesquisa de Campo nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	- Pesquisa de Campo com Observação nos Anos Iniciais no Contexto Guarani	10	-
Trilha de Aprofundamento – Anos Iniciais no Contexto Guarani - Estágio II	- Pesquisa de Campo com Intervenção nos Anos Iniciais no Contexto Guarani		-	10	
Componente Curricular Eletivo		- Educação e Diversidade I e II	01	01	
		- Projeto Comunitário e Societário III e IV	01	01	
TOTAL			36	36	


 OSVALDO RAMOS
 PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A SED solicita ainda que a referida Matriz seja denominada como Matriz L e incluída como anexo do Caderno 1 do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – CBEMTC e passe a ser implantada na rede estadual a partir de 2023.

Cabe registrar que a Matriz proposta atende ao disposto na Lei 13.415/2017, na Resolução CNE/CEB nº 03/2018 e Resolução CNE/CP nº 04/2018 além do disposto na Resolução CEE/SC nº 093/2020 que dispõe sobre a nova arquitetura do Ensino Médio.

III – VOTO DO RELATOR

Com base na análise dos autos, voto pela aprovação da Matriz Curricular para o Curso Normal Nível Médio Magistério Indígena com Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental para escolas da Rede Estadual de Ensino e incorporada como anexo do Caderno 1 do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação Básica acompanha por unanimidade dos presentes, o voto do Relator. Em 23 de janeiro de 2023.

Patrícia Lueders - **Presidente**
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - **Vice-Presidente**
Eduardo Deschamps- **Relator**
Alvete Pasin Bedin
Antônio Carlos Nunes
Dilmar Baretta
Elizabeth Terezinha Piotto Kitamura
Fábio Zobot Holthausen
Felipe Felisbino
Maricelma Simiano Jung
Natalino Uggioni
Raimundo Zumblick
Sebastião Salésio Herdt
Simone Schramm

V – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação reunido em Sessão Plena no dia 23 de janeiro de 2023 deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar o voto do Relator.


OSVALDIR RAMOS
Presidente do Conselho Estadual
de Educação de Santa Catarina - CEE/SC

